

VOL. 12| N. 22 | JUL/DEZ DE 2025 | ISSN 2359-4489

PAISAGEM, TERRITÓRIO E PODER: LEITURAS CRÍTICAS EM TEMPOS DE CRISE

FACES DE CLIO

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.51568

Editorial - Paisagem, território e poder: leituras críticas em tempos de crise

Danielle Aparecida Arruda [*]
Isadora Parreira Ribeiro [**]

[*] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF) na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Bolsista CAPES. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Referências Culturais, Patrimônio e Educação. Co-fundadora do Ponto de Memória Vozes da Serra Grande. Editora-chefe da Revista Discente Faces de Clio. E-mail: daniellehistjf@gmail.com.
[**] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF) na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades. Bolsista CAPES. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Referências Culturais, Patrimônio e Educação. Editora-chefe da Revista Discente Faces de Clio. E-mail: isadoraribeiro909@gmail.com

Em um contexto histórico marcado pelo aprofundamento das desigualdades socioambientais, pela intensificação da crise climática e pela consolidação de projetos hegemônicos de ordenamento territorial, a paisagem emerge, cada vez mais, como um campo privilegiado de disputas políticas, simbólicas e materiais. Longe de constituir um mero pano de fundo natural ou urbano a paisagem é produzida historicamente, atravessada por conflitos, memórias, apagamentos e resistências. É a partir dessa compreensão crítica que se estrutura o dossiê *"Paisagem, Território e Poder: leituras críticas em tempos de crise"*, reunindo trabalhos que interrogam os modos pelos quais territórios são apropriados, narrados, regulados e vividos.

Os artigos aqui reunidos dialogam com diferentes escalas temporais e espaciais, mobilizando abordagens interdisciplinares que tensionam noções consagradas de patrimônio, ordem e desenvolvimento. Ao tratar da paisagem como campo de luta e invenção de futuros possíveis, o dossiê evidencia como conflitos territoriais, práticas culturais, políticas de memória e disputas por direitos se materializam tanto em espaços urbanos quanto rurais, em documentos históricos, narrativas midiáticas, práticas artísticas e experiências cotidianas.

Abrindo o dossiê, o artigo *"Crise político-climática e Patrimônio Cultural"*, de Maryanne de Souza Tavares e Wanessa Pires Lott, propõe uma reflexão ampla sobre os impactos da crise

climática nos modelos tradicionais de preservação do patrimônio. Ao articular mudanças ambientais, colonialidade e justiça social, o texto evidencia os limites de políticas patrimoniais centradas na materialidade e aponta para a urgência de abordagens que reconheçam a centralidade dos territórios, das culturas vivas e das populações historicamente vulnerabilizadas. Em uma chave analítica que radicaliza a crítica às estruturas produtoras de vulnerabilidade, o artigo *"Enchentes de 2024: reflexões e inflexões para adiar fins de mundos outros"* de Fernanda Maiato Chagas desloca o olhar do "desastre natural" para os processos históricos de espoliação do capitalismo neoliberal e da colonialidade.

Com um aspecto distinto, porém complementar, que investiga as próprias bases culturais e simbólicas da construção da paisagem brasileira, o artigo de Gilberto Cézar de Noronha e Jakeline Fernandes Cunha*"As palmeiras e o arvoredo: contrastes de verticalidade e volúpias rasteiras na paisagem cultural brasileira"* propõe uma arqueologia das narrativas que forjaram nosso imaginário territorial. Ao analisar como a literatura, as artes e a arquitetura codificaram a paisagem na dialética entre a "linha reta, dura, inflexível" e a "curva livre e sensual", o texto revela como esses contrastes estéticos carregam, desde suas origens, projetos políticos e ideológicos de ordenamento territorial e construção nacional.

As disputas em torno da paisagem urbana aparecem de forma contundente no artigo *"Do desenvolvimento à segregação: o processo de urbanização em Triunfo – PE no séc. XX",* de Jefferson Allan da Silva que investiga o processo de urbanização em Triunfo-PE durante a primeira metade do século XX, problematizando como esse período, embora associado ao progresso, promoveu a segregação social, racial e espacial no bairro Alto da Boa Vista, espaço historicamente formado por negros, indígenas e trabalhadores pobres. No trabalho de Gabriel Luz de Oliveira intitulado *"Paisagem em disputa: Vila Aparecida, patrimonialização e a fabricação da 'desordem' em Ouro Preto"*, o autor analisa a localidade formada desde meados do século XX por concessões fundiárias, autoconstruções e fluxos migratórios. Argumenta que o bairro não é anomalia, mas produto histórico das contradições entre a reprodução da vida popular e a mercantilização da paisagem. Em *"O Palacete Fellet como paisagem em conflito: narrativas de preservação e resistência urbana em Juiz de Fora/MG"*, Maciel Antonio Silveira Fonseca demonstra como a ruína do palacete, transformada em símbolo da omissão pública e da pressão imobiliária, materializa na escala de um edifício os vastos processos de segregação, negligência e conflito de interesses analisados em outras escalas ao longo do dossiê. Em diálogo, *"A cidade em camadas: patrimônio, tempo e disputas de memória em Vitória da Conquista (BA)"*, de Gabriel Silva Santos e Washington Ramos dos Santos Junior, analisa como diferentes temporalidades se inscrevem na paisagem

urbana, revelando conflitos entre políticas de preservação, usos do espaço e apagamentos de referências culturais.

Ainda no campo das cidades e das desigualdades espaciais, *"Segregação socioespacial e direito à paisagem na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ)"*, de Tamiris Batista Diniz e Guilherme Preato Guimarães, evidencia como raça e classe estruturam a produção da paisagem urbana, revelando padrões persistentes de segregação legitimados pelo Estado. Já o artigo *"Traços de Rua: a apropriação da Praça Antônio Carlos sob o olhar do skate"*, de Vinícius Costa de Oliveira, desloca o foco mostrando como o skate atua como forma de ressignificação da paisagem urbana, produzindo memórias, sociabilidades e tensões frente às regulações institucionais.

As relações entre território, resistência e colonialidade ganham centralidade em *"Decolonizar o Patrimônio: Casa de Oração e Cemitério Quilombola do Castainho como Patrimônio Cultural de Pernambuco"*, de Pollyana Calado de Freitas. A partir do estudo de caso da Comunidade Quilombola do Castainho, o artigo problematiza os limites das políticas patrimoniais tradicionais e defende abordagens decoloniais baseadas na escuta, na justiça histórica e na gestão compartilhada dos bens culturais. A dimensão das narrativas, imagens e representações também ocupa lugar central no dossiê. *"Entre a imagem, o relato e a resistência: o conflito de Cajueiro no documentário 'Em Busca do Bem Viver'"* de Welliton Soares analisa o documentário de Murilo Santos como contraimagem aos discursos desenvolvimentistas, evidenciando o papel do audiovisual na denúncia de conflitos socioambientais e no fortalecimento das identidades locais. No campo da imprensa, *"Representações do jornal Alto Madeira sobre indígenas durante o ano de 1998: um olhar a partir de Rondônia"*, de Rodrigo dos Santos e Ivandrei Sabino dos Santos, revela como discursos de progresso moldam representações ambíguas dos povos indígenas, mesmo em um contexto de consolidação de direitos constitucionais. Por fim, *"'A cidade está cheia de flagelados': Montes Claros como entreposto da migração nordestina (1930–1940)"*, de Pedro Jardel Fonseca Pereira, analisa os deslocamentos forçados, os mecanismos de exclusão urbana e as representações dos migrantes nordestinos, evidenciando como a cidade se constituiu como espaço de controle, triagem e marginalização.

O dossiê também incorpora reflexões históricas que, embora situadas em outros recortes temporais, dialogam diretamente com as disputas por território, cidadania e reconhecimento. Nos artigos livres *"Entre a legalidade e a anarquia: o discurso de O Combatente e a oposição do Partido Republicano Rio-Grandense ao governo da dissidência republicana"*, de Eduardo Prates Bordinhão, analisa o papel da imprensa na construção de narrativas políticas durante a crise republicana no Rio Grande do Sul no final do século XIX. *"Dona Inácia Cletta de São José: entre a*

devoção e a rebeldia", de Sabrina Alves da Silva, evidencia estratégias de resistência feminina frente às estruturas patriarcais coloniais, enquanto *"A compra da liberdade: apontamentos paleográficos e históricos de uma carta de alforria"*, de Soélis Teixeira do Prado Mendes e Lucas de Melo Machado, expõe experiências de agência e negociação no contexto da escravidão nas Minas setecentistas. Para fechar esta edição o artigo *"Direitos humanos e cidadania: conexões entre a Constituição brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948"*, de Juliano Gualberto Ribeiro e Leandro Brunelo, revisita a Constituição de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, oferecendo um pano de fundo normativo para pensar as lutas por direitos, território e dignidade que atravessam os demais artigos do dossiê.

Fiel à proposta da *Faces de Clio*, este dossiê reafirma a História como prática crítica do presente, atenta às múltiplas temporalidades que atravessam os territórios e às disputas que neles se inscrevem. As paisagens aqui analisadas não são vestígios imóveis, mas processos vivos, tecidos por conflitos, silenciamentos e resistências que articulam passado, presente e futuro. Ao reunir documentos, imagens, narrativas, práticas culturais e experiências corporais, os artigos convocam o leitor a deslocar o olhar da paisagem como herança estabilizada para a paisagem como campo de luta, memória em movimento e direito em disputa. Que este dossiê seja lido como exercício historiográfico e político, um gesto de escuta e inquietação, capaz de ampliar perguntas, tensionar consensos e afirmar a História como ferramenta indispensável para imaginar e disputar outros modos de habitar o mundo.

Boa leitura!

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.49970

Crise político climática e Patrimônio Cultural

Political-Climate crisis and Cultural Heritage

Crisis político-climática y Patrimonio Cultural

Maryanne de Souza Tavares [*]
Wanessa Pires Lott [**]

[*] Graduada em Bacharelado em Desenvolvimento Rural (UFPA), mestranda em Ciências do Patrimônio Cultural (UFPA). E-mail: maryanne.abreu@ineaf.ufpa.br e maryanne.profissional2025@gmail.com.
[**] Graduada em História (UFMG) e Museologia (Claretiano), Mestre em Ciências Sociais (PUC/MG) e Antropologia (UFMG), Doutora em História (UFMG). Professora Adjunta da UFPA e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências do Patrimônio (PPGPATRI/UFPA). E-mail: wanessalott@ufpa.br

Resumo: O artigo investiga a relação entre a crise político-climática e o patrimônio cultural, analisando como as mudanças climáticas e as estruturas de colonialidade impactam na preservação da memória e da cultura. Para tal, será feita a abordagem qualitativa com base na revisão bibliográfica e na realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciam que a herança colonial continua a influenciar a forma como o patrimônio é compreendido e protegido, privilegiando a materialidade em detrimento das manifestações imateriais e dos bens naturais. Além disso, as mudanças climáticas intensificam os riscos para a preservação da memória coletiva, especialmente para povos que dependem de seus territórios para manter vivas suas tradições. Dessa forma, o estudo ressalta a necessidade de repensar os modelos de preservação do patrimônio, levando em consideração não apenas os impactos ambientais, mas também a justiça social e histórica.

Palavras-chave: Patrimônio. Mudanças climáticas. Decolonial.

Abstract: This article investigates the relationship between the political-climate crisis and cultural heritage, analyzing how climate change and colonial structures impact the preservation of memory and culture. To this end, a qualitative approach will be used, based on a literature review and semi-structured interviews. The results show that colonial heritage continues to influence the way heritage is understood and protected, privileging materiality over intangible manifestations and natural assets. Furthermore, climate change intensifies the risks to the preservation of collective memory, especially for people who depend on their territories to keep their traditions alive. Thus,

the study highlights the need to balance heritage preservation models, taking into account not only environmental impacts, but also social and historical justice.

Keywords: Heritage. Climate change. Decolonial.

Resumen: Este artículo investiga la relación entre la crisis político-climática y el patrimonio cultural, analizando cómo el cambio climático y las estructuras coloniales impactan la preservación de la memoria y la cultura. Se utiliza un enfoque cualitativo basado en una revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas. Los resultados demuestran que el patrimonio colonial continúa influyendo en la comprensión y protección del patrimonio, priorizando la materialidad sobre las manifestaciones intangibles y los recursos naturales. Además, el cambio climático intensifica los riesgos para la preservación de la memoria colectiva, especialmente para las personas que dependen de sus territorios para mantener vivas sus tradiciones. Por lo tanto, el estudio destaca la necesidad de repensar los modelos de preservación del patrimonio, considerando no solo los impactos ambientales, sino también la justicia social e histórica.

Palabras clave: Patrimonio. Cambio climático. Decolonial.

Introdução

A Organização das Nações Unidas, em julho de 2023, propagou uma das notícias mais alarmantes de todos os tempos: a de que o planeta estava não mais em aquecimento global, mas sim em ebulição global, sendo esse mais um de centenas, senão milhares, de sinais que a Terra deu de que a humanidade precisa rever suas decisões, e principalmente, sua relação com a natureza (ONU 2023).

No entanto, quando se fala em humanidade, é necessário esclarecer que há parcelas que precisam ser culpabilizadas em menor escala pelos problemas relacionados às mudanças climáticas. Por exemplo, os povos tradicionais demonstram não só um senso social mais apurado em relação às questões ambientais, como também em relação a conviver com o meio natural através de ações sustentáveis. Apesar de terem mais consciência de suas relações com a natureza, são a parte da sociedade que mais sofre com as consequências das crises político-climáticas, pois estes povos dependem de forma mais direta dos insumos da natureza.

Não obstante essa importante diferenciação em os grupos sociais, é inegável que a postura diante da natureza se mostra como um dos pontos principais para entender as mudanças climáticas, pois as escolhas das sociedades impactam de maneira direta no clima mundial. Estas escolhas são relacionadas ao fomento da economia e desde a época da Revolução Industrial, a natureza vem

perdendo a batalha contra o capital. Como exemplo mais atual, tem-se a falácia da Revolução Verde ocorrida no Brasil a partir dos anos 1960 e 1970. Foi um modelo de modernização agrícola que priorizou subsídios para a grande produção, o uso intensivo de insumos industriais e a agricultura de exportação. Contudo, os impactos técnicos, como poluição e perda de biodiversidade; as questões sociais, como concentração de riqueza e exclusão rural; e o fator econômicos, devido aos crescentes custos e dependência tecnológica criou um imenso problema. (Moreira 2000, Matos 2010).

A ação alterou as relações de trabalho e estruturas produtivas do setor agrário. Mesmo tornando realmente possível o aumento da quantidade de alimentos produzidos no mundo, causou diversos problemas relacionados aos transgênicos, agrotóxicos, desmatamento, poluição e à mecanização. Estes estão relacionados não só ao meio ambiente como também à economia e à saúde, no que tange o acesso a alimentos saudáveis. Os pequenos agricultores, que produzem sem agrotóxicos, não conseguem competir com os novos modelos de produção e muitos foram levados à falência e venderam suas terras, desencadeando também o aumento da concentração fundiária e o êxodo rural (Cianni 2021).

Neste cenário, o objetivo principal de extinção da fome não foi atingido, pois o acesso aos alimentos também depende do acesso à renda. O que ocorreu foi a marginalização da população do campo que mudou para as cidades, e aqueles que conseguiram se adaptar e resistir ao novo modelo de produção agrícola ficaram à mercê das grandes empresas e dos monopólios de mercado. Foram obrigados a usar sementes modificadas e venenos para conter pragas, além de várias outras consequências que afetaram o planeta sistemicamente.

Para além destas consequências, tem-se a mudança na relação dos grupos sociais com a natureza, principalmente no que tange às manifestações culturais. A natureza se faz como fundamental para uma dada comunidade, já que são lugares de memória – na concepção de Pierre Nora (1993) – e espaços de resistência enquanto indivíduos e coletividade. Nesses territórios, a história, o trabalho e a cultura não são esferas separadas. Ou seja, com a modificação excessiva da natureza, a cultura e a memória também se encontram em risco.

Este ponto até então colocado no texto, demonstra a fina relação entre a crise política climática e o Patrimônio Cultural. Ora, se as formas de lidar com a natureza são regidas por uma estrutura de exploração – e não de convívio – os elementos culturais que estão diretamente vinculados à natureza estão se perdendo. Ou seja, ao alterar significativamente o cenário que aporta as culturas, o Patrimônio Cultural também se encontra em risco.

Assim sendo, o texto fará um recorte e trabalhará com a Encantaria presente arquipélago do Marajó, especialmente em Soure, por se tratar de um elemento cultural que faz parte do Inventário

Nacional de Referências Culturais - INRC de Marajó elaborado em 2024 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SICG/IPHAN 2024). Conforme os estudos do IPHAN a Encantaria se destaca sua profunda conexão com a natureza, ancestralidade e saberes tradicionais. Entende-se que a preservação da Encantaria, enquanto um Patrimônio Cultural, pode ser uma relevante forma de mitigação, pois emerge como uma estratégia fundamental no enfrentamento dos desafios impostos pelas alterações climáticas.

O Patrimônio Cultural é um instrumento crucial para o estudo e a implementação de ações de mitigação, adaptação e resiliência, permitindo uma compreensão aprofundada dos riscos associados a eventos climáticos extremos. Como exemplo tem-se a preservação de aspectos paisagísticos em uma interface direta de conexão entre o Patrimônio Cultural e as alterações climáticas, onde a conservação do ambiente natural contribui de maneira incisiva para a mitigação desses efeitos. Essa abordagem sublinha a importância da interligação entre a conservação ambiental e a proteção do patrimônio cultural como mecanismos de redução dos impactos climáticos (Campos 2017).

Desta maneira a pesquisa justifica-se pela necessidade de debater como as mudanças climáticas impactam a Encantaria, alterando as práticas religiosas e a construção das memórias locais. Há de se destacar que não se trata apenas de uma análise desconectada do processo histórico brasileiro, as consequências históricas da colonização no Brasil serão levadas em conta, evidenciando como a exploração de recursos naturais, a escravidão e uma relação predatória com o meio ambiente moldaram a sociedade brasileira.

Argumenta-se que, mesmo após o fim da colonização formal, a "colonialidade" se perpetuou, normalizando práticas e valores que resultaram em problemas como o desmatamento, o apagamento de narrativas e o preconceito, tornando-se traços culturais arraigados. No âmbito da construção da memória e do Patrimônio Cultural, esse artigo argumentará a abordagem eurocêntrica e materialista do IPHAN, que valorizava monumentos e a cultura das elites, negligenciando a imaterialidade e a diversidade das expressões culturais, especialmente as ligadas a povos originários e afro-brasileiros.

A pesquisa propõe investigar a complexa intersecção entre essa colonialidade intrínseca à construção da memória e as transformações aceleradas impostas pelas mudanças climáticas globais. Desta maneira, a problematização central a ser investigada é como esses dois fatores – a colonialidade e as mudanças climáticas – se relacionam e impactam a formação da memória local. As hipóteses sugerem que a colonialidade tem contribuído para o silenciamento de manifestações culturais específicas nas políticas e ações de memória. Paralelamente, as mudanças climáticas

aceleram o potencial de perda de formas de construção de memória profundamente enraizadas na relação com a natureza, que são tradicionalmente associadas a povos indígenas e de matriz africana, como o caso emblemático da Encantaria. Dessa forma, o estudo busca lançar luz sobre as vulnerabilidades e os desafios enfrentados por essas manifestações culturais em um cenário de dupla pressão histórica e ambiental.

A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa. Esta vertente de pesquisa fundamenta-se na interpretação de fenômenos complexos, compreendendo crenças, fatos e experiências que não são passíveis de mensuração por métodos estatísticos (Minayo 2001). Os procedimentos metodológicos abrangeram inicialmente um levantamento bibliográfico, contemplando artigos científicos, livros, teses, documentos oficiais e material jornalístico e iconográfico. Em seguida, a etapa de campo envolverá a observação das manifestações da Encantaria no município de Soure. No que concerne às políticas públicas, a investigação voltou-se para o IPHAN, como uma fonte de dados relevante dada sua iniciativa de levantamento preliminar da Encantaria, o que incluiu a entrevista com um técnico do órgão preservacionista. Finalmente, os dados coletados serão compilados, sistematizados e analisados com o propósito de problematizar as questões centrais deste artigo.

Diante deste breve exposto, o artigo será dividido em três partes, para além dessa introdução. Em um primeiro momento a questão da decolonialidade será o foco, entendendo que a estrutura de colonialidade no Brasil fundamenta posturas em prol da valorização de uma narrativa exploratória e de desrespeito com a natureza. Em um segundo momento, a questão das mudanças climáticas será trabalhada, destacando as tentativas de minimização da crise, principalmente as utilizadas pelas agências de salvaguarda do Patrimônio. Em seguida, o tema será analisado com base nas políticas públicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por fim, uma consideração final identificará os pontos principais analisados durante o percurso textual.

O Patrimônio Decolonial

A partir deste ponto, o texto será divido em dois subtópicos. O primeiro trabalhará “O Giro Decolonial”, com destaque para a consolidação da colonialidade do poder, uma herança do imperialismo do século XV que resultou no atraso socioeconômico da América Latina e na imposição do eurocentrismo. Essa dominação será trabalhada no âmbito do Patrimônio no subtópico ‘Patrimônio Decolonial’, que argumentará como colonialidade moldou a visão do Patrimônio com um viés eurocêntrico, inicialmente reforçado por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e IPHAN. Contudo, a partir

da década de 1970, houve uma mudança para a valorização do Patrimônio Imaterial, adotando a salvaguarda como forma de proteção. Apesar desses avanços, o texto aponta para a persistência de narrativas dominantes que centralizam decisões, marginalizam o conhecimento cotidiano de comunidades tradicionais.

O Giro Decolonial

O termo "colônia" ganhou abrangência devido ao expansionismo realizado pelas grandes navegações no século XV dando início ao imperialismo, que dividia uma grande parcela do mundo entre exploradores e explorados, sendo esses manipulados na esfera econômica, política, cultural e religiosa (Andrade 2021). Com o inflamar da Revolução Francesa (1789) e a Revolução Americana (1775), as colônias começaram o movimento para a emancipação, porém esse fato não ocorreu em uma totalidade e linearidade. No Brasil a Independência política de 1822 não foi realizada por levantes populares. Ocorreu uma 'troca de poder' entre o rei português Dom João IV e o seu filho, também português, Dom Pedro I.

Consequentemente, diversos países latino-americanos herdaram um atraso socioeconômico significativo, cujos efeitos ainda são percebidos nos dias de hoje, enquanto as metrópoles se transformaram em poderosas potências globais. Essa realidade de submissão presente também em ex-colônias do Oriente, constitui-se como modelos de teatralização do poder (Canclini 1998). Na América Latina, esta manutenção da "designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades" (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6) recebeu a designação, na década de 1990, de colonialidade do poder. Desta maneira, "assentou a conformação das novas repúblicas, modelando suas instituições e reproduzindo nesse ato a dependência histórico-estrutural" (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6), tornando a Europa como marco planetário e subjugando tudo e todos aqueles que não faziam parte dela.

Após esse longo período de subserviência, grupos sociais da América Latina iniciaram processos de ruptura colonial por meio de quebras de paradigmas nos processos de elaboração e disseminação do conhecimento. Esse movimento de resistência intelectual tem como marco a constituição do grupo Modernidade/Colonialidade no final dos anos 1990, iniciando as conceituações em torno da decolonialidade. Os intelectuais buscaram romper as lógicas eurocêntricas e trouxeram à tona as problemáticas advindas dos grupos que majoritariamente constituem as sociedades da latino-americanas, como os indígenas, caboclos, escravizados, dentre outros.

> Esses grupos majoritários não tiveram acesso ao controle dos meios de produção e foram forçados a subordinar a produção de suas subjetividades à imitação dos modelos culturais europeus. Em outras palavras, a colonialidade do poder tornou historicamente impossível uma real democratização nessas nações. Por isso a história latino-americana se caracteriza pela parcialidade e precariedade dos Estados -nação, assim como pelo conflito inerente a suas sociedades (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6).

O grupo de estudiosos procurou, primeiramente, teorizar o contexto no qual os países da América Latina se colocam, resultando nos quatro conceitos principais, que, por sua vez, advêm da colonialidade do poder: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero. A colonialidade do saber se expressa através do conhecimento como forma de dominação, validando apenas o eurocentrismo e suas lógicas; a colonialidade do ser separa todos em hierarquização de raças, o que corrobora com justificativas de dominação e exploração, como a escravidão e a lógica de discursos eugenistas; a colonialidade da natureza a objetifica enquanto meio a ser explorado conforme as necessidades do capitalismo; e por fim, a colonialidade do gênero afasta homens/machos de mulheres/fêmeas, em lógica semelhante com a colonialidade do ser (Ballestrin 2013; Quintero, Figueira e Elizalde 2019).

No contexto do Patrimônio, essas colonialidades foram e são reproduzidas até a contemporaneidade, sendo percebida de diversas formas. O histórico de pensamento preservacionista iniciou com a materialidade dos edifícios monumentais, vinculados às memórias da elite europeia branca e da Igreja Católica. Estes eram privilegiados nas ações de conservação e restauro, construindo símbolos dogmáticos, onde "o campo do Patrimônio constituiu-se com base no conhecimento técnico especializado, montou uma rede de agências de formação e consagração desses profissionais" (Chuva 2020, 28).

Tal pensamento se vincula ao conceito que emerge após a Queda do Muro de Berlim em 1989 que se refere a categoria do tempo presente no Ocidente. Trata-se do "presentismo", que é caracterizado por um "presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade" (Hartog 2006, 270). É um estado onde o presente se torna tão dominante que "já passou antes de ter completamente chegado" (Hartog 2006, 270). No contexto do "presentismo", a sociedade se encontra em uma tensão constante, vivendo entre o esquecimento e o desejo de não esquecer de nada. A rápida extensão e a multiplicidade das manifestações do Patrimônio Cultural, bem como das outras formas de manutenção da memória são sinais do presentismo (Hartog 2006).

Desta maneira, como a materialidade se mostra mais contundente para a manutenção da memória no tempo presente, houve a hierarquização do Patrimônio Material. Por sua vez, há o detrimento da imaterialidade e os conhecimentos de experiência, que atualmente estão sendo

revogados através do descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos. Neste contexto, outra teoria é pertinente, como a Teoria do Controle Cultural (Batalla 2019). Essa diz respeito à relação cultural entre comunidades pertencentes ao contexto de colonização. Entende-se a assimetria de poder no contexto social, político e financeiro entre duas culturas dentro de suas dinâmicas enquanto processo social (Barboza e Mendonça 2024). Afinal, os processos de elaboração dos Patrimônios são uma ação política resultado de escolhas, sendo as práticas de preservação objeto de reflexão historiográfica (Chuva 2020). Essa questão do Patrimônio Cultural no contexto até aqui debatido será o ponto principal do tópico seguinte.

O Patrimônio Decolonial

A colonialidade como matriz da soberania também foi propagada através do Patrimônio Cultural, sendo esse resultado da construção visual e cênica da significação. Tal afirmativa pode ser observada pelos sistemas ideológicos, que estabeleceram pertencimentos universais de monumentalização, teatralização, sacralização e distanciamentos através de repertórios fixos, acontecimentos fundadores, objetos fetichizados e transformações das pessoas em mercadorias. (Canclini 1998). Por meio desse sistema, validaram-se os discursos sobre a "conformação de um sistema de exploração social global que articula todas as formas conhecidas e vigentes de controle do trabalho sob a hegemonia exclusiva do capital" (Quintero, Figueira e Elizalde 2019, 6).

Dentro dessa perspectiva, vários órgãos tiveram papel fundamental na consolidação do Patrimônio com viés colonialista, como é o caso da UNESCO, que anterior a década de 1970 contratou especialistas das várias partes do mundo para difundir a ideia de valor universal (Chuva 2020). No entanto, a partir da década de 1980 a UNESCO avançou em seus debates contribuiu para a ampliação do entendimento do Patrimônio Cultural por meio das convenções e das conferências sobre culturas tradicionais, como a 25º Conferência Geral da Unesco em Paris, em 1989.

A quebra de paradigmas e abertura para novos diálogos questionou as padronizações de autenticidade que antes se fazia como conceito primordial para o debate patrimonial. Ao fazer críticas e defender que o valor das edificações estava no caráter do conhecimento de experiência, ou seja, no saber fazer e não no monumento edificado, os conceitos e entendimentos foram aos poucos de alterando, resultando na Carta de Nara (1994). Alguns anos depois, após diversos debates, estipulou-se o entendimento do que seria o Patrimônio Imaterial como sendo:

> As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado

> pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO 2003, 4).

No âmbito dessas discussões, também foram questionadas as nomenclaturas utilizadas para se referir a imaterialidade, onde entendeu-se que os termos 'preservação', 'proteção', 'conservação' faziam alusão majoritariamente aos aspectos materiais. Então, decidiu-se pela utilização de 'salvaguarda' para abarcar o conceito intangível (Aikawa 2004 *apud* Barboza e Mendonça 2024).

Por outro lado, apesar do início dos anos 2000 ter sido marcado pelos esforços dos órgãos do Patrimônio na salvaguarda da imaterialidade, os séculos de legitimação das narrativas dominantes ainda permeiam o controle dos processos de patrimonialização e continuam com a subjugação. Sejam pela centralização da tomada de decisões sobre o bem cultural e/ou pela burocracia e/ou pela pressão do mercado capitalista e/ou pela marginalização de comunidades tradicionais (Ballestrin 2013; Chuva 2020; Barboza e Mendonça 2024).

Dessa maneira, a questão da imaterialidade no Patrimônio Cultural está em uma corda bamba, pois suas bases se encontram no discurso da materialidade como suporte dos diferentes valores (Fernandes, Bandeira e Carelli 2021) e na recém valorização da memória comunitária, na qual a "emoção e afeto são sentimentos essenciais para a experiência do Patrimônio" (De Souza, Almada e Rosado 2023, 3).

Nesse cabo de guerra há outro elemento que deve ser inserido. A memória das comunidades muitas vezes entra na lógica patrimonial pela cooptação dos poderes dominantes. Esses apropriam da imaterialidade de comunidades locais reestruturando os elementos, esvaziando as experiências e até mesmo uniformizando as culturas, tornando-a um objeto cultural a ser explorado em prol do capital. (Fabris e Corrêa 2019). Assim, é de suma importância que as próprias comunidades mantenham suas memórias vivas por seus próprios meios, sendo as práticas de salvaguarda um elemento externo a mais, que não deve interferir significativamente nas comunidades. Como destacado por Ailton Krenak[1] na entrevista concedida ao site *Memória Viva*, há de se lembrar que

> a memória é a consciência crítica. A ausência dessa memória deixa a gente refém de qualquer discurso manipulador, ao invés de você ouvir uma mensagem e analisar ela criticamente você adere a mensagem automaticamente com sentido afetivo emocional e tal você põe uma música de fundo bem boba e umas imagens bem assim carente e aí você já leva a enxurrada de otário atrás. É assim que fazem manipulação de memória também né... é terrível enxergar isso, dói, te faz ficar muito crítico e encurta muito a paciência (Memória Viva 2020).

[1] Ailton Krenak é natural do Córrego do Itabirinha, distrito de Itabira, no Vale do Rio Doce (Minas Gerais), e membro da etnia Krenak. É um ativista indígena dos direitos humanos e autor reconhecido por seus livros, textos e artigos, publicados em coletâneas tanto no Brasil quanto no exterior. Assumiu em 2023 a cadeira número 5 da Academia Brasileira de Letras (Academia Brasileira de Letras 2025).

Paralelamente a importância da ampliação do conceito e prática do Patrimônio Cultural para a imaterialidade, respeitando as formas de guarda de memória pelas comunidades, não se deve deixar à margem o pano de fundo da colonialidade que neste texto vem sendo trabalhado. Em uma metáfora pertinente trabalhada por Ferdinand (2022) do navio negreiro é fundamental para entender a colonialidade persistente e a crise ecológica. Esse espaço representa um microcosmo de violência e desumanização da escravidão, que não só fundou o sistema colonial-capitalista, mas também estabeleceu hierarquias raciais. Estendendo para a questão ambiental, o navio é como um ambiente de confinamento e controle total, onde a natureza (humana e não-humana) é subjugada. Isso conecta a exploração de corpos à exploração da terra, sugerindo que a crise ecológica tem como base a colonização do século XV e XVI, pois o "sofrimento dos racializados, dos pobres e das mulheres e prolonga o silêncio colonial" (Ferdinand 2022, 31). Apesar de representar opressão, o navio negreiro também simboliza resistência. Assim, a metáfora serve para enraizar a crise ambiental na violência histórica colonial, expor a interconexão entre exploração social e ambiental e inspirar novas ecologias baseadas nas experiências de povos colonizados.

Dessa forma, podemos também utilizar da ferramenta argumentativa de Ferdinand (2022) sobre os navios negreiros e explicitar através de um ponto de Preto Velho[2], que os escravizados tinham as forças da natureza como proteção e salvação dos tormentos que ainda estavam por vir, onde a morte em alto mar, ou Calunga Grande – como o mar é conhecido dentro dessas doutrinas – era a solução para os grandes tormentos que essas pessoas sofriam, sendo apenas uma das muitas formas de resistência exercidas na época, além das diversas utilizações do meio ambiente que destacam o conhecimento ancestral e a diferente forma de habitar o mundo, como é possível perceber no verso que se segue.

> Navio Negreiro no fundo do mar
> Correntes pesadas na areia a arrastar
> A negra escrava se pôs a cantar
> Saravá minha Mãe Iemanjá!
> Virou a caçamba de fundo do mar
> E quem me salvou foi Mãe Iemanjá!
> Saravá minha Mãe Iemanjá! (Carvalho, n.d.).

Portanto, é evidente que os debates acerca do tema precisam abranger além dos setores governamentais a comunidade geral, pois as consequências das mudanças climáticas no contexto do Patrimônio Cultural atingem não só os bens materiais e imateriais, como também o bem natural,

[2] Entidades espirituais cultuadas nas religiões afro-brasileiras, que antes de virarem entidades eram negros escravizados.

pois "impactam diretamente as comunidades tradicionais que dependem do meio ambiente, intrinsecamente ligado à identidade, à memória afetiva, aos valores e à reprodução cultural do grupo" (Costa e Silva 2021, 106). Nesse sentido, são necessários debates mais amplos envolvendo de maneira mais ampla as esferas da sociedade com o intuito de minimizar os desastres que a crise política-climática se impõe na atualidade. Dentre os pontos as esferas a serem analisadas, o recorte deste trabalho se volta para o IPHAN, por ser o órgão nacional responsável pela questão patrimonial no Brasil.

Crise Político Climática e o Patrimônio Cultural: uma análise com base no IPHAN

Nesta seção, o texto será dividido em dois momentos. No primeiro, a questão da crise político-climática e as ameaças o Patrimônio Cultural será destacado no âmbito das soluções propostas. O foco será nas conferências da ONU e da UNESCO até o conceito de desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que o impacto da referida crise vai além do físico, afetando sociedades e comunidades tradicionais, exigindo uma discussão mais profunda para garantir a vida e a cultura. Na sequência, o texto traz o IPHAN, tratando a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil. A atuação do IPHAN passou de uma fase inicial, durante a ditadura militar, centrada em bens materiais e na visão de especialistas que perpetuavam assimetrias de poder e exclusão de identidades populares, para uma abordagem mais flexível e ampliada após a Constituição de 1988, que incluiu o Patrimônio Imaterial.

Apesar dessa abertura, resquícios do olhar colonial persiste, controlando, por exemplo, os critérios de seleção. Contudo, a instituição tem progressivamente adotado uma postura mais participativa, valorizando os conhecimentos tradicionais das comunidades e reconhecendo os valores culturais da natureza. Atualmente, o IPHAN demonstra uma preocupação crescente com as mudanças climáticas, buscando integrar o tema em suas ações e promover um diálogo mais inclusivo para a conservação e preservação do Patrimônio, apesar de um atraso histórico em relação a padrões globais.

O Patrimônio Cultural perante as mudanças climáticas

A partir das problemáticas envoltas às mudanças climáticas, surgiram muitas tentativas de soluções discutidas em conferências de meio ambiente. Dentre elas, destaca-se as conferências de Estocolmo, a Rio 92 e futuramente a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - Conferência das Partes (COP 30) a ser realizada em Belém/PA em 2025. Dentro do contexto do Patrimônio Cultural, destaca-se a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano da ONU em julho

de 1972, que teve o objetivo de discutir princípios de proteção ambiental, onde as primeiras iniciativas para salvaguarda foram os relatórios da UNESCO e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse mesmo período, a UNESCO promoveu a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em Paris, que estabeleceu a lista de Patrimônios da Humanidade com os critérios para a salvaguarda de tais bens e os perigos acarretados pelas mudanças climáticas.

Apesar de significativas mudanças de paradigmas, ainda há uma carência de estudos acerca do Patrimônio Cultural relacionado a questões emergentes como as mudanças climáticas, pois são poucas as iniciativas que consideram a iminência do tema. Somente em 1972 que a UNESCO promove a 'Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural' em Paris, estabelecendo a lista de Patrimônios da Humanidade, os critérios para a salvaguarda de tais bens e os perigos envoltos a esta transformação de âmbito mundial.

> [Estipulou-se] a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, na qual constariam os bens cuja salvaguarda exigiria a intervenções da UNESCO. As razões para a perda de um bem foram pensadas em decorrência de fatores como a degradação acelerada, desenvolvimento urbano e turístico acelerados, destruição em função de mudanças de uso, alterações profundas por causas desconhecidas, abandono por qualquer motivo, conflito armado já iniciado ou latente, calamidades ou cataclismas, incêndios, terremotos, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas, modificação do nível das águas, inundações e maremotos (Zanirato 2008, 1).

Desse modo, para além de promulgar as preocupações discutidas acerca da salvaguarda dos bens, a lista também provocou o interesse dos Estados-parte em inserir seus bens no catálogo da UNESCO, devido a comoção que a organização promove. Como exemplo tem-se o incentivo turístico propagado aos bens patrimonializados, como é o caso de Veneza na Itália. A cidade vem atraindo cada vez mais de turistas com o discurso de conhecer a cidade antes que ela afunde. Essa ação reflete a já pontuada vinculação do Patrimônio Cultural com a corrida pelo capital em tópico anterior desse texto.

Para minimizar os problemas como esse exemplo, no decorrer da década de 1980, foi criada pela ONU a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O objetivo principal foi de aprofundar estudos que pudessem solucionar as duas maiores questões mundiais: a garantia do desenvolvimento econômico e a minimização dos impactos ambientais, de forma que fosse possível a execução de ambos simultaneamente. A crítica sob a referida comissão da ONU foi o privilégio de ações que visam o crescimento econômico dos locais, deixado em segundo plano as formas de minimizações de danos aos espaços. Assim, mais uma vez percebe-se que a corrida pelo capital sobrepõe as questões do meio ambiente, sendo a lógica capitalista como um dos principais motivos para os problemas que estão acontecendo no âmbito do Patrimônio Cultural.

Mesmo que o relatório *Nosso futuro comum*, apresentado em 1987 pela comissão, abordar a adoção do desenvolvimento sustentável como uma forma de sanar as questões emergentes, é importante destacar que o próprio termo "desenvolvimento sustentável" é oriundo da colonialidade. Ou seja, trata-se de um conceito que privilegia o dito "progresso" e faz analogia com os termos "des – envolver", separar, dividir. Esses são fundamentos e forma que visam a exploração comercial da terra. Não há uma preocupação em "envolver", em trazer à baila a relação de "com – vivio" com a natureza, respeitando os limites dessa. Essa crítica de Ferdinand (2022) de que o "des – envolvimento" é uma concepção colonial e exploratória da terra fundamenta a visão de Zanirato (2008) abaixo citada, que argumenta que a produção social de riquezas acarreta sistematicamente a produção de riscos ambientais, esgotando recursos e ameaçando a vida no planeta.

> A produção social de riquezas nessa sociedade é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, pois as tecnologias desenvolvidas têm acarretado o esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis e também são geradoras de substâncias nocivas e tóxicas que poluem o solo, a água, o ar, que contaminam os lençóis freáticos e põem em perigo a vida na Terra, em todas as suas manifestações (Zanirato 2008, 1).

A colonialidade utilizou da ciência para fundamentar a descaracterização da natureza enquanto um elemento independente e para torná-la um objeto para exploração, um meio para se chegar a um fim (Lenoble 1990; Pointing 1995; Foladori 2001 *apud* Zarinato 2008). Concomitantemente, estudos realizados pelo Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento apontam que os impactos não assolam somente as questões físicas, mas também no âmbito sistêmico, pois as "mudanças ao Patrimônio Cultural causadas pelas mudanças climáticas não podem ser dissociadas das mudanças na sociedade, na demografia, no comportamento pessoal, no impacto de valores sociais" (UNESCO 2003 *apud* Zarinato 2008). Por esse motivo, o Brasil vem alterando as suas ações em prol do reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural desde a década de 1930. No entanto, a grande virada do IPHAN se faz no final da década de 1970, ponto que será trabalhado no subitem seguinte.

Um olhar do IPHAN sobre a questão da crise político climática

Apesar dos esforços mundiais acerca da crise iniciarem na década de 1970, no Brasil, devido ao período ditatorial (1964-1985) a questão do Patrimônio Cultural estava vinculada à política centrada na preservação de identidades classistas marcadas pelas heranças autoritárias e excludentes (Fabris e Corrêa 2019). O processo de escolha dos bens a serem patrimonializados era fortalecido pelos especialistas sob o alicerce da gestão do conhecimento e da informação. Assim, instaurou a dominação e a subordinação através das assimetrias de poder pautadas na falsa neutralidade de

escolhas (Barboza e Mendonça 2024). Nesse contexto, houve um desprezo em relação à representação dos demais grupos que compõem a sociedade brasileira ao privilegiar o Patrimônio de 'pedra e cal', termo que remete à primeira fase do IPHAN – 1937 a 1979 – e reflete o grande número de bens edificados do período monárquico brasileiro (Miceli 1987).

Com o fim do regime civil-militar e o início da abertura política, o IPHAN, associado à gestão de Aloísio Magalhães (1979 e 1982), começaram as flexibilizações quanto aos critérios de seleção. Posteriormente foi ampliado o conceito de Patrimônio Cultural na Constituição de 1988, que passou a ser compreendido como o "conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Brasil 1988, art. 216).

Nesse contexto, começaram as discussões sobre a valorização das demais memórias que compunham o Brasil, principalmente no âmbito dos bens de natureza imaterial com a promulgação do decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial, sendo canalizado no Livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Contudo, apesar da grande abertura nas pautas patrimoniais, os critérios de seleção ainda estavam à mercê dos especialistas. Mesmo que as equipes de Patrimônio Imaterial são atualmente multidisciplinares, ainda há questões colonialistas de dominação, de cooptação e de apropriação dos bens tradicionais. Desta maneira, é perceptível que se mantém

> o olhar colonial de um erudito que, partindo do Norte, embarca levando na mala seus conceitos para fazer experiência num Caribe não erudito e retorna com os frutos de um novo saber, capaz, em contrapartida, de prescrever o caminho a seguir (Ferdinand 2022, 18).

Para além disso, também há a compreensão sobre laços que conectam pessoas, lugares e natureza. Esses ainda não se colocam como relevante a relação entre os significados culturais e os espirituais no âmbito da natureza. Mesmo que autores como Verschuuren e Brawn (2018) evidenciem tais laços como fortes impulsionadores e motivadores para a construção da memória e da identidade, elementos esses que envolvem conjuntamente a materialidade e a imaterialidade. Desta maneira é relevante destacar que os

> valores culturais da natureza envolvem significados simbólicos, vínculos históricos e ancestrais, bens, saberes, tradições e práticas de diferentes grupos sociais (antigos ou atuais) associados a paisagens, fenômenos ou elementos específicos da fauna, flora e geologia que contribuem diretamente ou indiretamente para a conservação (Pinto 2022).

No entanto, os órgãos preservacionistas brasileiros, encabeçados pelo IPHAN, continuam perpetuando os discursos de separação entre material e imaterial, e/ou debates eurocêntricos de silenciamento dos discursos locais (Barboza e Mendonça 2024). Ademais, é recorrente perceber que o Patrimônio Imaterial ainda é colocado como um bem relacionado exclusivamente aos subalternos

(Cocotle 2019). Por outro lado, o IPHAN vem trabalhando para ouvir mais as vozes das comunidades, tentado criar ações para dar mais autonomia às comunidades detentoras, por meio de processos de participação compartilhada (Barboza e Mendonça 2024). Conforme destacado pelo técnico do IPHAN, essa perceptiva já está em vigência, por meio de ações como a etnografia e muitas entrevistas. Além deste ponto,

> hoje em dia, o envolvimento também desses detentores porque há uma perspectiva do IPHAN que esses detentores sejam capazes de produzirem a pesquisa e o conhecimento próprio do INRC.... Então, eu acho que hoje em dia é uma metodologia participativa que a gente pode colocar assim, sabe? Que envolve detentores, aqueles para quais o patrimônio tem interesse, que eles possam também colocar no formato do INRC o conhecimento que eles possuem, para diminuir essa questão da interferência daquele intelectual que sempre vai lá e não então isso é o patrimônio... que eles possam estar contando, dizendo de fato, envolvido diretamente na pesquisa, na produção desse conhecimento. Não só como entrevistados. Acho que esse é um novo momento, inclusive, do INRC, esse envolvimento participativo a nível de pesquisa, de pesquisadores locais, do próprio bem que está sendo estudado (Andrade 2024).[3]

A partir dessa nova postura, firma-se, então, a percepção sobre o Patrimônio Natural enquanto essencial para a produção cultural, pois é nela que se encontram as fontes materiais e imateriais em que se perpetuam os bens patrimoniais. Mesmo que separados em categorias para fins de preservação, quando se fala em cotidiano, os elementos estão relacionados intrinsecamente em processos múltiplos e dinâmicos (Delphim 2004). Por exemplo, o tombamento de Ouro Preto, que para além da arquitetura, também possui os aspectos naturais e imateriais compreendidos nos materiais e nos saberes utilizados para a construção. Além desses elementos existem vários outros aspectos que abrangem a diversidade do bem como a própria história da cidade que é contada e representada no local. Desta maneira é importante destacar que

> a preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades e plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural (Delphim 2004, 4).

Este ponto do entendimento do Patrimônio Natural e a correlação indelével com a materialidade e a imaterialidade, poderia ter sido aproveitado na elaboração do INRC Marajó (2004-2006). Na época, segundo o técnico responsável pela educação patrimonial da instituição, não houve preocupação com as questões climáticas no decorrer do levantamento. Efetivamente, o diálogo sobre o tema ganha corpo em 2023 com o Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, uma parceria do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do IPHAN como o ICOMOS/Brasil firmada em 2019. Neste escopo, busca-se trazer para a conversa os

[3]Entrevista de pesquisa concedida em 04 de dezembro de 2024, na cidade de Belém-PA.

membros das comunidades afetadas, visando unir os conhecimentos tradicionais com a ciência e tentar reverter os processos de construção das políticas públicas para conservação, preservação e salvaguarda. Um dos produtos de grande importância dos debates foi construção da Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas.

O documento destaca a gravidade e urgência da mudança climática global, reconhecendo o Patrimônio Cultural como um pilar essencial para a construção de sociedades justas, resilientes e sustentáveis. A carta é o resultado de um processo colaborativo, iniciado em 2023 com oficinas nos biomas brasileiros – Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Amazônia e Pampa –, que reuniu mais de 300 representantes de povos e comunidades tradicionais, gestores públicos e pesquisadores. Lançada em 2025 com o apoio de diversas instituições como IPHAN e ICOMOS/Brasil. O documento aponta que as mudanças climáticas, por meio de eventos extremos como enchentes, secas e incêndios, afetam desproporcionalmente populações vulneráveis e comunidades tradicionais, que são guardiãs do patrimônio cultural e natural. Neste contexto, reafirma-se

> a necessidade de integrar justiça climática, inclusão, equidade territorial e diversidade cultural às ações de salvaguarda, valorizando os conhecimentos ancestrais e técnicas tradicionais como elementos centrais nas estratégias de adaptação e mitigação climática em diálogo com a ciência e tecnologia (ICOM 2025, 2).

A carta dialoga com marcos nacionais e internacionais, e busca contribuir para a implementação de estratégias de adaptação que protejam sítios patrimoniais e práticas culturais dos riscos climáticos. Entre os bens e práticas vulneráveis debatidos estão sítios arqueológicos, territórios tradicionais, paisagens culturais, saberes e fazeres, festas e manifestações culturais, conjuntos arquitetônicos, patrimônio linguístico e instituições museais. Ademias, há o detalhamento dos efeitos das mudanças climáticas incidem de forma desigual nos biomas e territórios culturais do Brasil, colocando em risco a sociobiodiversidade e os vínculos identitários de povos e comunidades. Para cada bioma e tipo de território, são descritos perigos específicos, vulnerabilidades e riscos associados. Para o artigo em questão, é importante destacar a Amazônia que apresenta com maiores perigos as seca e queimadas ocasionando nos seguintes nos riscos de "deslocamento forçado, colapso das práticas espirituais e saberes florestais, destruição de sítios arqueológicos e apagamento de memórias indígenas e ribeirinhas". Além desses pontos, a carta destaca as vulnerabilidades da região, a saber

> insuficiência de políticas públicas efetivas, falta de assistência técnica, biopirataria, grilagem de terras, perda de línguas e rituais, desmatamento acelerado, garimpo ilegal, contaminação por mercúrio, avanço da fronteira agrícola, pecuária e extrativista (ICOM 2025, 7).

O documento culmina com um apelo à ação coordenada, inclusiva e urgente, convocando governos, setor produtivo, instituições e a sociedade civil a se comprometerem com a preservação

do Patrimônio Cultural ameaçado. Demanda políticas públicas estruturadas, financiamento contínuo, capacitação e mecanismos institucionais que garantam a participação social e o protagonismo comunitário, reconhecendo o patrimônio como um agente transformador da sociedade e destacando a urgência de um fundo nacional para sua salvaguarda (ICOM 2025).

Considerações Finais

O presente artigo apresentou uma análise crítica e interdisciplinar da intrínseca relação entre a crise político-climática e a preservação do Patrimônio Cultural, explorando-a sob a lente persistente da colonialidade. Evidenciou-se que as paisagens se configuram como verdadeiros territórios de disputa, ressignificação e, crucialmente, de luta por justiça socioambiental em um mundo em acelerada transformação.

A premissa fundamental desenvolvida ao longo do estudo revelou como a herança colonial não apenas persiste, mas molda ativamente a compreensão e as práticas de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil, historicamente privilegiando a materialidade em detrimento das manifestações imateriais e dos bens naturais. Essa abordagem se manifesta na subordinação de saberes e vivências locais, culminando na significativa modificação da natureza que, por sua vez, coloca a cultura e a memória em risco. Constatou-se que esta lógica é um reflexo direto da erosão de vínculos comunitários e da mercantilização da natureza, impulsionada por um consumo desenfreado dos meios naturais e legitimada por uma falácia da preocupação com o planeta.

Outro ponto de atenção central trabalhado pelo artigo foi a dimensão da colonialidade como matriz estruturante para o entendimento da crise político-climática. Argumentou-se que a superação dessa realidade exige a construção de uma efetiva valorização das vivências locais e das imaterialidades inerentes ao patrimônio, alinhando-se aos paradigmas propostos pela Carta de Nara e pela Convenção da UNESCO de 2003. É neste ponto que o Patrimônio Cultural se aproxima efetivamente das narrativas ambientais, desvelando a necessidade de abordagens decoloniais. As tentativas de solução para as mudanças climáticas que se concentram meramente em mitigações, em vez de abordagens transformadoras, foram criticadas, especialmente quando o capitalismo é posto como aliado do meio ambiente, apesar de ser um dos principais motores dos problemas atuais.

O questionamento do termo ‘desenvolvimento sustentável’ como um conceito ‘oriundo da colonialidade da cultura ocidental’ e sinônimo de progresso, com uma lógica de exploração comercial da terra (Ferdinand 2022), oferece uma perspectiva crítica sobre as narrativas dominantes, promovendo uma reflexão profunda sobre a produção de paisagens sob a égide dessas concepções. A análise da metáfora dos “navios negreiros”, como protótipo da separação entre ser

humano e natureza (Ferdinand 2022), ilustra como as narrativas ambientais estão intrinsecamente ligadas à colonialidade e à produção de desigualdades nos territórios patrimonializados. Ademais, a percepção do Patrimônio Natural como essencial para a produção cultural, com seus elementos físicos e biológicos interligados às ações humanas e aos significados culturais e espirituais, reforça a ideia de que o entendimento ampliado do Patrimônio Cultural é fundamental para as sociedades. Finalmente, a discussão demonstrou-se que as escolhas sociais e econômicas impactam diretamente o clima global e, consequentemente, as relações dos grupos sociais com a natureza, moldando os bens patrimonializados. O artigo argumentou que a natureza é fundamental para uma dada comunidade, atuando como lugar de memória e espaço de resistência, o que indica que essa não é um pano de fundo passivo, mas um território de construção cultural e social.

No âmbito das políticas públicas, o artigo ressaltou que as mudanças do IPHAN para a inclusão do Patrimônio Imaterial em suas práticas, as novas posturas de dar autonomia às comunidades detentoras e as ampliações dos debates – demostrado, por exemplo, pela construção de documentos como a Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas – se mostram como um caminho em prol do Patrimônio Cultural Brasileiro. No entanto, há ainda a urgência de repensar os modelos de preservação e salvaguarda do Patrimônio, levando em consideração não apenas os impactos ambientais, mas também a imperatividade da justiça social e histórica. A abordagem decolonial é imprescindível para desvelar e minimizar as camadas históricas e políticas subjacentes à crise atual. Somente por meio de um entendimento ampliado será possível fortalecer a promoção da cidadania e da sustentabilidade em prol da autonomia e do bem-viver, pavimentando o caminho para a invenção de futuros possíveis para o Patrimônio Cultural em tempos de crise.

Referências Bibliográficas

Academia Brasileira de Letras. 2025. “Ailton Krenak”. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/ailton-krenak/biografia. Acesso em: 29 out. 2025.

Andrade, André Luís dos Santos. 2024. “Entrevista concedida a” [excluído para submissão]. Belém, 4 dez. 2024

Andrade, Marcelo. 2021. *Impérios coloniais*. São Paulo: Flos Carmeli Edições Eirelli.

Ballestrin, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 11 (2013): 89-117.

Barboza, Alice, e Elizabete Mendonça. “Patrimônio imaterial e musealização: teoria do controle cultural para a gestão compartilhada em museus”. *Sociedade e Cultura*, 27 (2024): 1-38.

Batalla, Guillermo Bonfil. "Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural". *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* 27, no. 103 (2019). Disponível em: http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/72329. Acesso em: 29 out. 2025.

Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

Brasil. 2000. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3551&ano=2000&ato=c86UTRE1kMNpWT739. Acesso em: 29 out. 2025.

Campos, Luana. “Alterações climáticas como risco ao Patrimônio Cultural no Brasil”. *Simpósio Científico Icomos Brasil,* 1 (2017). Disponível em https://www.academia.edu/download/58237908/artigo_ICOMOS.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Canclini, Néstor García. 1998. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp.

Carta de Nara sobre Autenticidade. Nara, Japão, 1994. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Carvalho, J. B. de. “Marinheiro Navio Negreiro”. Disponível em: https://www.letras.mus.br/umbanda/1380331/. Acesso em: 29 out. 2025.

Chuva, Márcia. “Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas”. *Seminários DEP/FLUP*, 1 (2020): 16-35.

Cianni, Bruna. 2021. *Revolução Verde*. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e4ABcrUWy3E. Acesso em: 29 out. 2025.

Cocotle, Brenda Caro. “Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea”. *MASP Afterall* (2019). Disponível em: https://masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Costa, Manuela, e Luciano Silva. “Mudanças climáticas e patrimônio cultural de povos indígenas e comunidades tradicionais no Pantanal”. *Memória e Patrimônio* 17, no. 2 (2021): 103-123. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1349/1262. Acesso em: 29 out. 2025.

De Souza, Maria Luiza Seixa, Márcia Almada, e Alessandra Rosado. “A relevância da comunicação interativa para a divulgação e a valorização dos bens patrimoniais”. *Museologia e*

Patrimônio 16, no. 2 (2023): 240-255. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/f1fe3454-c816-4202-adff-76e4755eb0ff. Acesso em: 29 out. 2025.

Delphim, Carlos Fernando de Moura. 2004. *O patrimônio natural do Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Fabris, Yasmin, e Ronaldo de Oliveira Corrêa. "(Re)encenando o popular: narrativas sobre a cultura brasileira em uma exposição". *Horizontes Antropológicos* 25, no. 53 (2019): 203-225.

Ferdinand, Malcom. 2022. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.

Fernandes, Rosane Patricia, Dione da Rocha Bandeira, e Mariluci Carelli. "Entre coisas colecionadas e coleções musealizadas: funções e valores da materialidade histórica". *Revista Estudios Históricos* 13, no. 26 (2021): 1-29.

Hartog, François. "Tempo e patrimônio". *Varia história* 22, no. 35 (2006): 261-273. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?lang=pt. Acesso em: 29 out. 2025.

ICOM – Conselho Internacional de Museus *Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas* Brasília, 7-8 de jul. 2025 Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Carta-Brasileira-de-Patrimo%CC%82nio-Cultural-e-Mudanc%CC%A7as-Clima%CC%81ticas.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Matos, Alan Kardec Veloso de. "Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas". *Cadernos da FUCAMP* 10, no. 12 (2010): 1-17. Disponível em https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/134 Acesso em: 29 out. 2025.

Memória Viva. 2020. "Vozes da floresta/Ailton Krenak". Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w&t=35s. Acesso em: 29 out. 2025.

Miceli, Sérgio. "SPHAN: refrigério da cultura oficial". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22 (1987): 44-47.

Minayo, Maria Cecília de Souza. 2001. "Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social". Em *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Maria Cecília de Souza Minayo (org.). 9-29. 18. Ed. Petrópolis: Vozes.

Moreira, Roberto José. 2000. "Críticas ambientalistas à revolução verde". *Estudos sociedade e agricultura*. Disponível em: https://mail.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176. Acesso em: 29 out. 2025.

Nora, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,* 10 (1993): 7-28. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763. Acesso em: 29 out. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. “Relatório da ONU revela aumento alarmante nos efeitos da mudança climática”. 21 abr. 2023. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813222. Acesso em 27 de out. 2025.

Pinto, Erika Fernandes. 2022. *Valores culturais da natureza*. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: https://www.escolavirtual.gov.br/curso/909. Acesso em: 29 out. 2025.

Quintero, Pablo. Patrícia Figueira, e Paz Concha Elizalde. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

SICG/IPHAN – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN. *Relatório complementar – Ação*. 2004. Disponível em: https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/76/. Acesso em 1 ago. 2024.

UNESCO. 2003. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/convention. Acesso em 29 out. 2025.

Verschuuren, Bas, e Steve Brown (ed.). 2018. *Significado cultural e espiritual da natureza em áreas protegidas: governança, gestão e política*. Oxfordshire: Routledge.

Zanirato, Silvia Helena. 2008. “Desafios para a conservação do patrimônio da humanidade diante das mudanças climáticas”. Em *Colóquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales*, *1999-2008.* Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/378.htm. Acesso em: 29 out. 2025.



doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.49930

Enchentes de 2024: reflexões e inflexões para adiar fins de mundos *outros*

Inundaciones de 2024: reflexiones e inflexiones para retrasar los fines de otros mundos

Floods of 2024: reflections and inflections to delay the ends of other worlds

Fernanda Maiato Chagas [*]

[*] Psicóloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP FIOCRUZ) e Mestranda em Psicologia Social e Institucional. E-mail: fernandamaiato.ch@gmail.com

Resumo: Este ensaio propõe uma análise crítica das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, articulando elementos socioambientais, raciais e políticos às estruturas do capitalismo neoliberal e da colonialidade. O texto problematiza a noção de "desastre natural", compreendendo-a como expressão de processos históricos de espoliação e desigualdade dos "*outros*" da humanidade. O trabalho reflete sobre o "capitaloceno", o "devir negro" e a produção dos outros da humanidade no "olho dos fins de mundo". O texto nasce de uma tessitura ensaística, que entrelaça análise crítica e sensibilidade da experiência, posicionando a escrita como ferramenta de resistência e disputa de modos de viver, narrar e produzir mundos *outros* frente às crises fabricadas pelo sistema capitalista-colonial.

Palavras-chave: Enchentes; Desastres Naturais; Capitalismo; Colonialismo; Psicologia Social.

Resumen: Este ensayo propone un análisis crítico de las inundaciones que afectaron a Río Grande del Sur en 2024, articulando elementos socioambientales, raciales y políticos con las estructuras del capitalismo neoliberal y la colonialidad. El texto problematiza la noción de "desastre natural", comprendiéndola como expresión de procesos históricos de expoliación y desigualdad de los "otros" de la humanidad. El trabajo reflexiona sobre el "capitaloceno", el "devenir negro" y la producción de los otros de la humanidad en el "ojo de los fines del mundo". El texto nace de una trama ensayística que entrelaza análisis crítico y sensibilidad de la experiencia, posicionando la escritura como herramienta de resistencia y disputa de modos de vivir, narrar y producir mundos otros frente a las crisis fabricadas por el sistema capitalista-colonial.

Palabras clave: Inundaciones; Desastres Naturales; Capitalismo; Colonialismo; Psicología Social.

Abstract: This theoretical essay proposes a critical analysis of the floods that hit Rio Grande do Sul in 2024, articulating socio-environmental, racial, and political elements with the structures of neoliberal capitalism and coloniality. The text problematizes the notion of "natural disaster," understanding it as an expression of historical processes of dispossession and inequality of the "others" of humanity. This work reflects on the "*capitalocene*," the "*becoming-black*," and the production of the others of humanity in the "eye of the ends of the world." The text arises from an essayistic texture that intertwines critical analysis and experiential sensitivity, positioning writing as a tool of resistance and dispute of ways of living, narrating, and producing other worlds in the face of crises manufactured by the capitalist-colonial system.

Keywords: Floods; Natural Disaster; Capitalism; Colonialism; Social Psychology.

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul: lama, memória e narrativa

Este ensaio propõe uma análise crítica das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, a partir das relações entre fenômenos naturais, processos sociais complexos, estruturas capitalistas e coloniais de poder. Diferentemente de abordagens que descartam as micro e macropolíticas nas "catástrofes naturais", este ensaio denuncia as lógicas de mercantilização da vida e os efeitos da racionalidade moderna sobre territórios e subjetividades.

Ao apontar para o dado subjetivo, social, colonial, racial e político desses eventos, o texto problematiza a construção dos *outros* da humanidade, refletindo como o capitalismo, o neoliberalismo e o colonialismo moldam a própria constituição da categoria humana, suas desigualdades e as formas de resistência diante da dita crise socioambiental.

Em abril e maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul, após dias seguidos de chuva intensa, passou pelo seu maior "desastre natural", superando a que era conhecida como maior enchente da história do estado, ocorrida em 1941. Em 2024, o nível do Lago Guaíba atingiu seu ponto máximo de 5,37m. A água, que vinha tanto do céu como das fronteiras intraestaduais, devastou o que havia no seu caminho.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA 2025), estima-se que, naquele momento, cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas em 478 municípios (de um total de 497), causando 183 mortes humanas confirmadas, 27 desaparecimentos de pessoas, 806 feridas e incontáveis mortes de seres não humanos.

As enchentes de 2024 afetaram drasticamente a vida no estado, sendo consideradas "um dos eventos hidrológicos extremos mais devastadores já registrados no Brasil, com chuvas de intensidade, duração e abrangência sem precedentes" (ANA 2025, 7). Municípios ficaram

desolados, submersos e com poucas pistas de como e por onde recomeçar. Destaca-se que a ocorrência desse desastre, que tende a ser cada vez mais frequente, "evidenciou as vulnerabilidades existentes no planejamento urbano, na gestão de recursos hídricos e na comunicação de riscos à população" (ANA 2025, 7).

Os rastros da lama marcaram e ainda marcam casas, prédios, muros e construções, afirmando uma memória que se quer esquecida, seja pela dor, seja pela negação em adotar outras formas de habitar o planeta, seja pela incompetência dos que detinham as condições e a atribuição de fiscalizar e monitorar a ocorrência e as precauções de tais eventos.

O estado composto por duas grandes bacias (a do Rio Uruguai e a da Lagoa dos Patos) já apresentava-se de maneira "suscetível a cheias rápidas e intensas" (ANA 2025, 9), sendo atingido anualmente em alguns pontos da sua extensão territorial. Além disso, é de conhecimento público que "as medidas preventivas ideais para a solução das enchentes são, principalmente, institucionais" (Poli 2013, 5).

> As novas edificações, o desmatamento, as canalizações dos cursos d'água, a poluição do ar, da água e a produção de calor acarretam diversos efeitos sobre os aspectos do ambiente. As alterações no meio ambiente causadas pelas atividades nas cidades são sentidas pelas populações, tais como o aumento da temperatura nos centros urbanos, o aumento das chuvas e, por fim, as enchentes. Essa última consequência da urbanização teve como principal causa a construção de edifícios, indústrias, ruas implantadas em áreas de várzeas ou margens dos rios e é, nos dias de hoje, um problema recorrente nos períodos chuvosos nas principais cidades do mundo. [...] Todos os canais de escoamento possuem essa área de várzea para receber o excesso de água, quando ela ultrapassa os limites dos canais. Contudo, com as interferências do homem sobre a natureza, as enchentes são intensificadas, devido às alterações no solo, como a urbanização, a impermeabilização, o desmatamento e o desnudamento (eliminação da vegetação) (Poli 2013, 2).

A chuva, legitimamente um "fenômeno natural", tornou-se inimiga do povo, justamente pela despolitização da "tragédia" e pela falta de consciência sobre outras formas de interação entre a natureza, as técnicas, a política e os modos de vida. Segundo Malcom Ferdinand (2022, 79), "o registro discursivo do monstruoso e da catástrofe obstrui um pensamento social e político crítico de seus ciclones e dos problemas ecológicos contemporâneos".

Abordando tais situações através do conceito de "ciclone colonial", o autor sinaliza que esses problemas "não são nem 'naturais' nem politicamente neutros, tanto em suas causas como em suas consequências" (Ferdinand 2022, 79). "As catástrofes ditas "naturais" são, sobretudo, resultado de certas maneiras de habitar a terra, de construções sociais, de modelos econômicos, de escolhas políticas que aumentam as desigualdades e exacerbam as relações de poder. Essas desigualdades são encontradas tanto nas causas como nos efeitos" (Ferdinand 2022, 79).

Em quase todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul, aspectos da vida social como saúde, moradia, emprego, educação, lazer e acesso à cidade foram temporariamente ou, em alguns casos, completamente suspensos, com os níveis de água permanecendo elevados por cerca

de 30 dias. Os efeitos desse evento extremo assolaram desde as condições socioambientais, materiais e de saúde mental de pessoas, famílias, comunidades e áreas inteiras.

O pesquisador André Augustin do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia analisou como as populações pobres e negras foram proporcionalmente mais atingidas do que as demais (Observatório das Metrópoles 2024). A pesquisa foi realizada com base no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010) e em mapas sobre a distribuição de renda e a autodeclaração racial das pessoas nas principais regiões atingidas. Segundo Augustin, na região metropolitana de Porto Alegre, nem todos os bairros mais pobres foram atingidos, mas todos os mais atingidos são pobres.

O Observatório das Metrópoles (2024) constatou que os eventos climáticos extremos, como as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, evidenciam uma desigualdade estrutural que se manifesta com força redobrada nos territórios mais vulnerabilizados. Ainda que o impacto tenha alcançado amplamente a população do estado, os efeitos mais destrutivos recaem sobre as camadas sociais empobrecidas, que historicamente são relegadas a moradias em áreas de risco e com menor infraestrutura urbana. A intersecção entre raça, classe e território revela que a população negra continua sendo proporcionalmente a mais afetada, não apenas em termos materiais, mas também em perdas simbólicas e laços comunitários, muitas vezes desfeitos pelas águas.

Ainda assim, em meio ao caos, viu-se a solidariedade do povo gaúcho, dos demais estados brasileiros e da ajuda internacional, junto às já instituídas políticas públicas de assistência social, saúde, educação, segurança e habitação, que ofereceram alguma esperança e possibilidade de reconstrução. Destaca-se, por óbvio, que políticas públicas e ações que desconsiderem os marcadores sociais da diferença não são apenas insuficientes, mas contribuem para a perpetuação da desigualdade já existente.

Todavia, com a marca do luto e da lama acima da capacidade que o povo era capaz de conceber, simbólica e fisicamente, quando as chuvas passaram, havia um caminho a seguir. Isso posto, aponta-se para a imprescindível tarefa, no campo de disputas teórico-conceituais e práticas, de abordar e reinvindicar a própria noção de solidariedade, social e horizontal, fora da moral cristã e assistencialista e perto do que Milton Santos (2000/2020) entende como “política da vizinhança” ou “de baixo para cima”.

A solidariedade aqui defendida refere-se a uma forma de organização territorial e social-local, em que as pessoas se articulam com base em relações próximas, cotidianas e solidárias. Sob essa perspectiva, contrapõe-se a reprodução impensada das relações de poder já existentes da extensão dos territórios, dos sujeitos e da vida como até então dada.

Para o autor, a vida urbana oferece a possibilidade de recriar redes de cooperação e resistência nos espaços localizados — como bairros, comunidades e vizinhanças. Trata-se de uma política territorial horizontal, em oposição à política imposta pelos de cima (Santos 2000/2020).

> Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa (Santos 2000/2020, 114).

Trazer essa noção neste ensaio sugere imaginá-la em ação, reivindicar para a cena essa proposição para tornar possível praticá-la. Seria na solidariedade e na alteridade onde "operam-se mudanças significativas no próprio modo de subjetivação: essa abertura para a alteridade enquanto caos e devir-outro que estaria se operando no contemporâneo implica certamente a conquista de uma abertura também na subjetividade" (Rolnik 1995, 145).

Dito isso, pois da Igreja ao Terreiro, ginásios a escolas, tanto públicos como privados, diversos locais das cidades gaúchas tornaram-se alojamentos para quem perdeu tudo o que tinha.

> A dimensão invisível da alteridade é o que extrapola nossa identidade - essa unidade provisória onde nos reconhecemos -, dimensão em que estamos dissolvidos nos fluxos e na qual se operam permanentemente novas composições que, a partir de um certo limiar, provocam turbulência e transformações irreversíveis no atual contorno de nossa subjetividade (Rolnik 1995, 144).

Prosseguindo, no que tange a "outros" (noção que será discorrida mais precisamente no decorrer do texto), quanto à morte de seres não humanos, as notícias enfatizavam, sobretudo, o risco à saúde pública, as perdas de "criadores" de animais e o prejuízo financeiro das safras perdidas. Em ambos os casos, priorizando a preocupação aos "produtores prejudicados" e os animais, como cachorros e gatos perdidos e mortos. Imenso foi o sofrimento de quem precisou abandonar seus animais e de quem recebia essas notícias. Sem deixar de se sensibilizar por essas doloridas situações, cabe antecipar que o presente texto pretende ampliar a noção de ser vivo a ser cuidado e considerado.

Embora o evento climático extremo que aqui aborda-se tenha sido causado (também) por chuvas com uma convergência de duração, magnitude, intensidade e abrangência espacial que jamais foi observada no Brasil (Collischonn et al. 2024), ele aponta para diversas questões sociais, políticas, econômicas, raciais, de produção subjetiva e de concepção de mundo. Uma vez que "as enchentes não resultam apenas do aumento das chuvas, mas, principalmente, do aumento da velocidade das águas de escoamento superficial, causado pela impermeabilização do solo" (Poli 2013, 2).

A suposta dicotomia entre natureza e humano: os *outros* da humanidade

O modo insustentável como estamos vivendo marca profundamente parte da humanidade. Já dizia Nego Bispo (Santos 2023) que, em tempo, precisamos mudar o discurso sobre preservar e cuidar do meio ambiente para a noção de nos relacionarmos com aquilo que entendemos como meio ambiente, estabelecendo uma relação e um vínculo, pois é ele quem cuida de nós, da nossa vida e subsistência. Segundo Achille Mbembe (2025, 11) "de alguma maneira, a desordem climática em curso está nos forçando a olhar mais de perto essa ecologia terrestre de nossa existência".

A humanidade moderno-colonial constantemente fabrica sua diferenciação em relação às demais vidas, assim como a fabricação dicotômica do gênero, da raça, da classe. Há um esforço quase que ininterrupto para forjar socialmente o "masculino" e o "feminino", e dizê-lo categorias exclusivamente biológicas ou naturais. Nesse apego pela dicotomia cartesiana — mente x corpo —, reside a lógica do tornar "outro" — ou seja, do "eu diferente do outro" ou o "outro como aquilo que não é e nem se parece comigo" —, a partir da qual a ideia de diferença é entendida como algo negativo, a ser negativado, inferiorizado, combatido.

Sendo assim, "o dualismo cartesiano é um problema não apenas porque é filosoficamente problemático, mas porque está praticamente conectado com uma forma de pensar o mundo — ontologicamente (o que é?) e epistemologicamente (como sabemos?) — forjada entre os séculos XV e XVIII" (Moore 2022, 138). Capitalismo e colonialismo seguem sendo por excelência duas faces da mesma moeda.

Ailton Krenak comparou a humanidade com um clube bastante exclusivo que, justamente por existir, produz os excluídos dele, a sub-humanidade, "toda vida que deliberadamente largamos às margens do caminho. E o caminho é o progresso" (2020, 10). Fora desse clube, estão as vidas menos ou nada humanas: o rio, o ar, a montanha, a vegetação, as bactérias, os fungos, o gado, o cardume, os ratos, os tatus, os grilos, os povos nativos e originários, sobretudo o negro e o indígena. Os outros dos humanos.

Nesse caminho, "não está em questão, portanto, apenas a dominação exercida sobre uma categoria fenotipicamente marcada, e sim sobre toda a humanidade, cuja inconsciência não lhe permite reconhecer-se em sua própria diversidade constitutiva" (Sodré 2017, 17). Por sua vez, esse poder autointitulado (narcísico), através da lógica branca ocidental de dominação colonial, "o fenótipo claro conota primazia existencial" (Sodré 2017, 17).

Com foco nas expressões da violência colonialista, de acordo com Frantz Fanon (2022), o colonialismo pode ser entendido como a negação sistemática do "outro", uma decisão persistente e furiosa de impedir ao outro qualquer atributo de humanidade, voltando-se ao

domínio-objetificação-aniquilação do que se entende pelo "outro", o avesso da humanidade. Com base nisso,

> [...] o capitalismo foi construído sobre a exclusão da maioria dos humanos da Humanidade, povos indígenas, africanos escravizados, quase todas as mulheres e até mesmo muitos homens de pele branca (eslavos, judeus, irlandeses). Da perspectiva dos administradores imperiais, mercadores, proprietários de terra e conquistadores, esses humanos não eram nada Humanos. Eram vistos como parte da Natureza, junto das árvores, solos e rios, e tratados como tal. Registrar a história sangrenta da dicotomia Humano/ Natureza é um protesto moral. É também um protesto analítico, pois o capitalismo não prospera apenas por sua violência e desigualdade. Ele é um sistema prodigiosamente criativo e produtivo - ao menos até recentemente. A violência simbólica, material e física dessa separação ousada Humanidade e Natureza desempenhou um tipo especial de "trabalho" para o mundo moderno. Apoiada pelo poder imperial e a racionalidade capitalista, ela mobilizou a energia e o trabalho não remunerado de humanos, sobretudo mulheres, especialmente as escravizadas - a serviço da transformação de paisagens com um único propósito: a acumulação infinita de capital (Moore 2022, 136).

Alternativo à ideia de antropoceno, a ideia de "*capitaloceno*" não remove "a desigualdade, a mercantilização, o imperialismo, o patriarcado e tantas outras coisas do problema da humanidade na natureza" (Moore 2022, 135). O "*capitaloceno"* também não promove um entendimento que favorece o "apagamento da especificidade histórica do capitalismo e a implicação de que suas contradições socioecológicas são responsabilidade de todos os humanos" (Moore 2022, 136).

Recordemos outro evento importante do nosso tempo: a Pandemia de COVID-19, que já se apresentava como "a expressão espetacular do impasse planetário em que a humanidade se encontra" (Mbembe 2020, 11). A despeito da preocupação, da incerteza e do contundente tensionamento social, político, econômico e científico que se instalava globalmente, o mundo ainda apostava na promessa de um "novo normal".

No que lhe diz respeito, a falta de ar instalada no mundo em 2020 compunha uma série de "injustiças respiratórias sistêmicas, todas elas inter-relacionadas: mudança climática, violência policial racista concentrada na figura do negro, do prisioneiro e do imigrante" (Mbembe 2025, 34-35). Os condenados da terra seguiam condenados, seja pela pandemia, pela violência sistêmica ou pelos ciclones coloniais.

Ainda sobre 2020, é importante lembrar que na suspensão de elementos que constituem a rotina de um suposto mundo "aceleradamente em desenvolvimento", baixaram-se os níveis de poluição no ar, o silêncio até então inalcançável — por causa das inúmeras máquinas presentes no cotidiano da vida humana contemporânea — tornou-se possível; animais de todos os portes tomaram as ruas, reivindicando essa Terra que também é sua.

Em 2024, no dia a dia gaúcho, frequentemente as pessoas confundiam, como um ato-falho, as palavras "enchente" e "pandemia", levantando uma série de hipóteses: trauma? origens e desdobramentos comuns? presença constante do luto, do medo, da incerteza? posições e proposições políticas negacionistas? suspensão da vida como até então era possível conduzi-la?

desejo por mudança? evidência e agravamento de desigualdades instaladas na ordem comum das coisas? necessidade de mudança? abertura para novos caminhos?

Em tempo de um "vírus" ser o suposto inimigo da humanidade — assim como a chuva no Rio Grande do Sul em 2024 —, insiste-se no que Mbembe (2020) perscrutara.

> Antes deste vírus, a humanidade já estava ameaçada de asfixia. Se houver guerra, portanto, ela não será contra um vírus em particular, mas contra tudo o que condena a maior parte da humanidade à cessação prematura da respiração, tudo o que ataca sobretudo as vias respiratórias, tudo que, durante a longa duração do capitalismo, terá reservado a segmentos de populações ou raças inteiras, submetidas a uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa. Para escapar disso, contudo, é preciso compreender a respiração para além de seus aspectos puramente biológicos, como algo que é comum a nós e que, por definição, escapa a todo cálculo. Estamos falando, portanto, de um direito universal à respiração (Mbembe 2020, 9).

As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024 revelam, de forma contundente, as consequências estruturais de um sistema marcado pela lógica capitalista e neoliberal, um modo de produção e relação com a natureza centrado na extração desenfreada, acumulação infinita e na mercantilização da vida. O capitalismo não trata apenas do dado econômico, como se esse pudesse existir isoladamente na teia social. É, sobretudo, uma ordem social institucionalizada, histórica e dinâmica. Éric Alliez e Maurizio Lazzarato (2021) afirmam que o capitalismo é ontologicamente antidemocrático.

Portanto, compreende-se que "entre os neoliberais, a democracia, por exemplo, não é pensada como uma finalidade e que ela precisa ter um limite" (Sant'Anna 2019, 163). O neoliberalismo perpassa as mais diversas dimensões dos governos, da política, da economia, das empresas e da ordem subjetiva. Nesse contexto, a "natureza barata" (Moore 2022) assume um papel central: territórios, seres não humanos e "humanos outros*"* são explorados, depreciados e tratados como recursos descartáveis, cuja exploração gera lucro constante, sem consideração pelos danos sociais, subjetivos e ambientais a longo prazo. Assim sendo, "humanos drenam a vitalidade de outros humanos, tornados corpos raciais e, no processo, causam danos à Terra" (Mbembe 2025, 22).

Por seu turno, a fusão entre colonialismo, capitalismo e neoliberalismo produz o que Mbembe (2018) denomina como devir-negro do mundo — isto é, a universalização das condições de precariedade, desumanização, exploração, mercatilização e expoliação que historicamente marcaram a experiência das pessoas colonizadas, sobretudo "nos Estados Unidos, Brasil e África do Sul, os três caldeirões do racismo da modernidade" (Mbembe 2025, 27).

O autor entende que o neoliberalismo promove a reintrodução global da relação colonial (Mbembe 2018a), a expressão de um *continuum* da colonialidade, onde demais vidas também são tratadas como descartáveis.

> [...]da espoliação organizada, quando, em proveito do tráfico atlântico (do século XV ao XIX), homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria

> e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, hostilmente predispostos contra eles, deixando assim de ter nome ou língua própria (Mbembe 2018a, 14).

Nesse sentido,

> A racialização das populações negras, portanto, é a característica que torna os sujeitos aptos, de um lado, à hiperexploração e à expropriação e, de outro, à aniquilação. Antes da era neoliberal, a ordem racial era sustentada pelo estado e as distinções raciais eram aplicadas por meio de códigos de lei, da segregação do Jim Crow e de outros arranjos formais. No contexto contemporâneo, embora o regime jurídico subjacente à ordem racial tenha sido desmantelado, a raça manteve seu caráter duplo, que consiste "não apenas em uma atribuição probabilística de valor econômico relativo, mas também em um indicador de vulnerabilidade diferencial à violência estatal (Wang 2022, 104-105).

Essa condição do negro que, como enchente, se alastra sobre outros povos e populações, é possível, pela relação contemporânea indissociável do colonialismo, do racismo, da razão capitalista e da lógica neoliberal. Por um lado, entende-se que:

> O capitalismo não é apenas a mais mortífera civilização da história, que introduziu em nós a "vergonha de sermos humanos". É também a civilização graças à qual o trabalho, a ciência e a técnica criaram - outro privilégio (absoluto) na história humana - a possibilidade da aniquilação (absoluta) de todas as espécies e do planeta que os abriga. [...] o Capitaloceno não envia o capitalismo à Lua (ele já esteve lá), ele põe em prática a mercantilização global do planeta. [...] A dita "crise ecológica" é não é resultado de uma modernidade ou de uma humanidade cegas para os efeitos negativos do desenvolvimento tecnológico, mas o "fruto da vontade" de certos homens de exercer uma dominação absoluta sobre outros, a partir de uma estratégia geopolítica mundial de exploração ilimitada de todos os recursos, humanos e não humanos (Alliez e Lazzarato 2021, 30).

A dinamicidade dessas lógicas, razões e sistemas que se articulam constantemente desdobram-se na formulação de que:

> Se nos períodos anteriores do capitalismo apenas os negros escravizados estavam expostos a certos riscos, o neoliberalismo "democratizou" tais riscos, estendendo a condição negra para toda a humanidade. A lógica colonial de captura, predação, ocupação e exploração tornou-se a forma de administração das sociedades contemporâneas, atravessadas pelas exigências objetivas e subjetivas da reprodução econômica da etapa neoliberal (Almeida 2021, 8).

A constatação de que a vida e o fazer morrer têm sido os principais modos de exercício do poder contemporâneo, seja pela biopolítica de Michel Foucault (2008), seja pela necropolítica de Achille Mbembe (2018b/2003), há de ser, e vem sendo, ampliada. Nesse sentido, na tensão do humano e do não humano, abre-se espaço para demais seres e vida terrestres, e este é regulado sobretudo pela política ocidental do racismo.

Em dado tempo, segundo Mbembe (2025, 15), "também começávamos a entender que o poder, por sua vez, estava se tornando a capacidade de controlar e redistribuir os meios de sobrevivência humana e sustentabilidade ecológica". A necropolítica dá-se, portanto, através de ações intencionais e deliberadas, produzindo desintegração, aniquilação e morte. Nesse sentido, morrer deixa de ser um processo biológico e torna-se a fabricação do desaparecimento de uma vida e toda sua capacidade criativa (Mbembe 2018b/2003, Mbembe 2025).

Caminhos inadiáveis: inflexões para adiar fins de mundos *outros*

Enquanto isso, Castiel Vitorino Brasileiro (2022) nos lembra que o reino mineral e a vegetal têm memória. Em vista disso, toda a destruição de biomas implica na dissimulação da memória para que o povo branco que se entende como legítimo humano nas suas razões de poder e dominação, possa garantir a sua suposta supremacia em detrimento dos demais seres ao longo do curso da história do mundo. Essa violência colonial, segundo Abdias Nascimento (2019), similarmente, é lançada à memória das populações negro-africanas sequestradas no período escravocrata, favorecendo o apagamento da sua história e a transformação do ser em objeto de exploração. Para ele, no período colonial: "caso o negro perdesse a memória do tráfico e da escravidão, ele se distanciaria cada vez mais da África e acabaria perdendo a lembrança do seu ponto de partida. E este ponto de partida é o ponto básico: quem não tem passado não tem presente e nem poderá ter futuro" (Nascimento 2019, 113).

A destruição da memória impede o acesso "a narrativas vegetais e às narrativas de pessoas não-brancas acerca das ecologias saqueadas e atingidas pela colonialidade" (Brasileiro 2022, 16), são "os arquivos sombrios do Ocidente" (Mbembe 2025, 26). Retomando Castiel, a autora questiona, ainda, "o que o petróleo, o pré-sal, as geleiras, as areias das praias, os ventos, as chuvas, as jabuticabeiras e as pitangueiras têm a nos contar sobre a história planetária?" (Brasileiro 2022, 17).

Quando atuei na Saúde Indígena do município de Porto Alegre, tive o privilégio do envolvimento, através da experiência com "outros" modos de viver, ser, saber, aprender e, acima de tudo, resistir aos fins de mundo impostos pela invasão, colonização e genocídio. Através dessa vivência com povos indígenas Kaingang, Mbyá-Guarani e Charrua, compreendi que as diversas etnias que sobreviveram ao genocídio indígena seguem inspirando velhas-novas forças que rasgam a paisagem moderno-colonial, bagunçam a lógica ocidental, expõem as contradições da ferida histórica, desafiam a lógica capitalista neoliberal e rasuram o mundo como nos ensinaram a conhecê-lo e tudo que nele cabe. São novas e velhas ao mesmo tempo, pois emergem no espaçar do tempo, mas são, sobretudo, ancestrais.

Os modos de vida dos povos indígenas, na sua mais diversas etnias e cosmovisões, não são românticos nem apavorantes; nem bom, nem mau selvagem; não há dicotomia ocidental. São vivos e viventes, complexos, pujantes, são pistas sagazes de como nos relacionarmos com esse mundo. Suspendem a queda do céu[1], adiam o fim do mundo[2], nos fazem viver-dançar-cantar como quem e

[1] Davi Kopenawa/Yanomami, 2019.
[2] Ailton Krenak 2019.

como o que somos, um banquete dos deuses[3], propõem resistência às monoculturas, fruto das cartesianas formas de pensar e viver[4], curam através da sofisticada sabedoria das belas palavras Mbyá-Guarani, envolvem em vez de, a qualquer custo, buscar desenvolver.

Assim como nos artesanatos indígenas, em que há um compromisso na escolha dos cipós que virão a ser balaios, nas narrativas de mundo há um compromisso com a escolha das palavras que virão a ser histórias. Da mesma maneira, há uma permissão que se pede para escrever com os povos indígenas, com os povos quilombolas, com as populações trans e travestis, com a população negra, com as "pessoas tornadas outras do humano", como quem reconhece o tanto que tantos escritos, além de outras armas, já lhes feriram, enclausuraram, rasgaram-lhe subjetiva e fisicamente.

Então, em tempo, peço permissão para levantar e compartilhar essas questões, assim como quem pede permissão à mata, à floresta, às águas e aos animais para pegar um pouco de cipó, erva ou até sua carne, ou como o povo de terreiro pede licença ao atravessar uma encruzilhada. Justamente, porque há uma tensão que evidencia que essa língua colonizada e colonizadora pode ser arapuca, armadilha onde ora nós — povos outros — caímos e ora fazemos cair.

Como Rejane Kaingang, colega de profissão e graduação, costumava lembrar, o trabalho da teia que as aranhas fazem empresta sua sabedoria às mulheres e aos homens indígenas que sobrevivem da venda de cestos e balaios. Troca, solidariedade e alteridade. Relação. O que me faz lembrar das tranças que as mulheres negras fazem nas cabeças crespas e cacheadas de seu povo, assim como as mulheres africanas faziam antes do sequestro e tráfico transatlântico de milhares de vidas. As tranças que já foram mapa, enigma, caminho e direção. As tranças que me fizeram e as que fiz.

Já que cada palavra pode conter e contar tantas histórias, e cada história pode conter (no sentido da contenção e do que constitui), contar, denunciar e fazer reviravolta em tantas outras, eu compartilho essas inquietações. Consoante a Édouard Glissant e Hans Ulrich Obrist (2023, 26), "na verdade, o mundo está em mim e eu estou no mundo. O mundo é uma mistura". Isto posto, conclui-se que, se por um lado há o capitalismo de desastres (Klein, 2008) — também observável nas Enchentes de 2024 —, por outro, pode haver, mediante algumas intervenções, a propulsão do que Milton Santos entendia como "a nova consciência de ser mundo", onde:

> Criam-se para todos, a certeza e, logo depois, a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e do vizinho, tanto pelas realizações

[3] Daniel Munduruku 2015.
[4] Geni Núñez/Guarani 2021.

> atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política. (Santos 2000/2020, 172-173).

Enquanto o trauma e a violência apagam a fala — asfixiam e naufragam a vida —, o testemunho resgata a memória e reivindica um novo olhar. A consciência de ser mundo de Milton Santos. O que Achille Mbembe denomina por inter-sujeito: descentralizado, poroso e responsável por suas ecologias, emaranhado múltiplo de seres que juntos são responsáveis pela manutenção da vida na Terra (2025).

Propõem-se, por ora, abrir frestas para arejar os modos instituídos de ser, viver e habitar a Terra, onde a divisão do ser em si abre espaço para a multiplicidade de vida fora do sujeito. Por seu turno, "trata-se da possibilidade de fazer aparecerem outras divisões do divisor — o que enseja a criação de outros planos subjetivos e existenciais: novas identidades, novas espacialidades e novos ritmos" (Mizoguchi e Passos 2021, 62).

A força vital de plantas, animais e humanos — elementos que compõem a biosfera — estão sendo expropriadas e inviabilizadas pelo "regime colonial-capitalístico" (conceito desenvolvido por Suely Rolnik), além desses elementos, "são também cafetinados os outros três planos que formam o ecossistema planetário, dos quais depende a composição e manutenção da vida: a crosta terrestre, o ar, as águas" (Rolnik 2018, 104). Para a autora, a condição de vivente, o saber-do-corpo e o corpo-vibrátil recobram a noção que encontros — seja com gente, coisas, paisagens, ideias, obras de arte, situações políticas — permitem a produção de mudanças na relação de forças dos regimes de poder vigente e, por conseguinte, produzem novos efeitos que agitam o corpo vital de um mundo, em constante variação (2018).

O que se coloca em questão é que "a relação da subjetividade com sua exterioridade — seja ela social, animal, vegetal, cósmica — que se encontra comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva. A alteridade tende a perder toda a aspereza" (Guattari 2012, 8). Há que se reflorestar vias e fluxos que tenham como horizonte ético a vida respirável e possível. O que me lembra a música Refazenda, de Gilberto Gil (1975) no retorno do exílio,

> Abacateiro
> Acataremos teu ato
> Nós também somos do mato
> Como o pato e o leão (...)
> Abacateiro
> Saiba que na refazenda
> Tu me ensina a fazer renda
> Que eu te ensino a namorar

> Refazendo tudo
> Refazenda
> Refazenda toda
> Guariroba (Gil
> 1975)

Em Glissant et al. (2021), destaca-se que antes da "barca aberta" existencial, que pretende outras formas de vida e de Relação, foram e são os abismos, sobretudo, do colonialismo que forçam o mundo, quebrado diante do dilaceramento de sujeitos tornados outros da humanidade, a viver o que ele conceituou de Poética da Relação. Em que pese, cabe ressaltar que essa Relação não pressupõe o apagamento do conflito e da violência racial explicitada neste e em tantas outras produções mundo afora. Melhor pensando, pode a luta contra o racismo, no seu contudente enfrentamento à supremacia branca e seu rastro de destruição, ser, por conseguinte, a luta por uma Terra respirável a todas as formas de vida (?).

> Para além de seu precipício, nós jogamos sobre o desconhecido. Tomamos o partido desse jogo do mundo, o das Índias renovadas, o qual interpelamos, o dessa Relação de tempestades e de calmarias profundas onde honramos nossas barcas. (...) Mesmo (...) se concebemos o sobressalto das políticas a serem concertadas, o horror de superar as fomes e as ignorâncias (...) está, à frente da proa doravante comum, esse rumor ainda (...). Nós nos conhecemos na multidão, no desconhecido que não aterroriza. Nós gritamos o grito da poesia. Nossas barcas estão abertas, nós as navegamos em nome de todos (Glissant et al. 2021, 29-30).

A filosofia africana Ubuntu ("o que é comum a todas as pessoas" ou "eu sou porque nós somos") através da síntese de Renato Noguera (2012), está presente nas culturas de origem Bantu e foi disseminada através da Diáspora Africana. Ela propõe uma compreensão da pessoa como alguém que só se constitui plenamente na relação com outras pessoas. A identidade do sujeito não se forma de maneira isolada, mas a partir da convivência, do cuidado mútuo e da inserção em uma comunidade. A negação da humanidade de outras pessoas — como ocorre em processos de violência sob a lógica ocidental — compromete também a nossa própria capacidade de nos reconhecermos como sujeitos.

Segundo o autor, são várias as comunidades africanas que compartilham a ideia de que a vida em sociedade envolve uma dimensão que atravessa gerações: ela inclui quem já viveu, quem está vivo e quem ainda vai nascer (Noguera 2012). Parece que pensar nas enchentes precisa, além de afirmar um luto ainda existente, ser, sobretudo, um modo de pensar saídas, a prevenção, aquilo que exala vida. Ubuntu, em vista disso, implica uma ética do cuidado que leva em conta não só o presente, mas também o passado e o futuro, reconhecendo que nossa existência está sempre atravessada por vínculos sociais (Noguera 2012).

> O que, em termos de princípio, remete a capacidade de criar, inventar e usar toda nossa capacidade para deixar tudo que herdamos de nossos ancestrais – a comunidade, os bens, o meio ambiente e toda a cultura – mais belas, belos, confortáveis e funcionando adequadamente para os que virão (Noguera

2012, 148-49).

Entre pistas e caminhos, de suma importância é o pensamento de Nêgo Bispo, desde falas, danças e escritos, no Quilombo, na cidade e na Favela. Aproximamos do aqui traçado a noção de que "as pessoas falam de racismo, mas discutem o racismo apenas dentro da espécie humana. Entretanto, a questão é muito mais ampla. Basta pensar na variedade de peixes que tínhamos naquele tempo e em quantas temos hoje" (Santos 2023, 81).

Reivindica-se o olhar para aqueles que o colonialismo tornou "outros do humano", a natureza barata, os de fora do clube. O genocídio do negro brasileiro, sobretudo em Abdias Nascimento (1978); o genocídio indígena, denunciado em diferentes vozes dos 305 povos que ainda vivem no Brasil; a brutal violência contra quilombos, aldeias e favelas. A destruição do ar, da água, do solo. Do peixe à pessoa negra, indígena, quilombola.

Nêgo Bispo perscruta complexamente os perigos coloniais do des(…)envolvimento nos modos de vida que preservam a vida em nosso planeta. O livro "A Terra dá, a Terra quer" (2023), cujo título por si só já enuncia um tanto, questiona as consequências da destruição das condições de existência de um ambiente e de sua gente (e vice versa). Reflete-se sobre o ambiente em que vivemos, aquilo que temos em comum, a superfície em que indiscriminadamente todos pisamos, nós "compartilhantes da Terra" como diria o Quilombola.

De fato, não é simples, e este texto não tem a pretensão de responder a toda e qualquer pergunta sobre o futuro no/do planeta. O que se deseja é provocar o diálogo, o que Nêgo Bispo chama de confluência de saberes para contracolonizar os modos de vida e semear palavras. O discorrido até aqui sugere-nos que as lógicas que alimentam as crises socioambientais, do eufemismo "mudança climática". São as mesmas lógicas que outrora rasgaram mares, saquearam e destruíram terras e pessoas — suas cosmogonias e seus modos de viver —, lhes condenando a uma vida de difícil respiração. Os condenados da terra. Os condenados da Terra (?). Os condenados junto à Terra. Há de considerar um desmatamento generalizado.

Avesso a uma ingenuidade infrutífera e despolitizada ou de uma simplificação esvaziada de um complexo problema social, racial, ecológico e político, este ensaio conflui junto à diferentes áreas do conhecimento e em diálogo com a vida vivida na extensão de lugares-mundos. As enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul aparecem como dispositivo para fazer ver as linhas de subjetivação acerca da(s) vida(s), humanas e não humanas, visto que toda pesquisa é uma intervenção nos campos de re-inventividade da vida, sobretudo quando:

> entendermos a ação de pesquisa como uma intervenção no rastro dos acontecimentos, nos movimentos criativos de novas formas de subjetivação, tanto quanto de produção de conhecimento, nós nos alinharemos às compreensões socioanalíticas quando afirmam a cientificidade da pesquisa justamente ali, na superação do maniqueísmo objetividade-subjetividade que por tanto tempo demarcou fronteiras entre o empírico e o científico (Paulon e Romagnoli 2023, 272).

Portanto, aponta-se para a problematização das formas de produzir conhecimento, pesquisa, técnica e narrativa; para o reconhecimento das linhas de forças presentes da trama social, seus discursos e efeitos; para o mapeamento dos dispositivos macro e micropolíticos; e para a análise dos processos de subjetivação frente às questões de nosso tempo. Onde "a imanência atravessa o campo de pesquisa, estabelecendo relações incessantes entre forças e formas, entre o instituído e o instituinte, entre o cosmos e o caos" (Paulon e Romagnoli 2023, 267). Num devir disputa, sempre! Rastreando caminhos entre a lama, a memória e o mundo que insiste em resistir. Sem tardar, a pergunta que fica é: qual o nosso projeto de transformação social frente às persistentes lógicas de *fins de mundos outros*?

Referências

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. 2025. *As enchentes no Rio Grande do Sul*: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente. Brasília: ANA.

Alliez, Éric, e Maurizio Lazzarato. 2021. *Guerras e capital*. São Paulo: Ubu Editora.

Almeida, Silvio Luiz de. 2021. *Necropolítica e neoliberalismo*. Salvador: Caderno CRH, vol. 34.

Brasileiro, Castiel Vitorino. 2022. *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude*. São Paulo: n-1 edições.

Collischonn, Walter et al. "O desastre hidrológico excepcional de abril-maio de 2024 no sul do Brasil". *Revista Brasileira de Recursos Hídricos RBRH* 30 (2024): 01-35. https://doi.org/10.1590/2318-0331.302520240119.

Fanon, Frantz. 2022. *Os condenados da terra* (1961). Rio de Janeiro: Zahar.

Ferdinand, Malcom. 2022. *Uma ecologia decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.

Foucault, Michel. 2008. *Segurança, território, população*: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

Glissant, Édouard, Eduardo Jorge, e Marcela Vieira. 2021. *Poética da relação.* São Paulo: Bazar do Tempo.

Glissant, Édouard, e Hans Ulrich Obrist. 2023. *Conversas do arquipélago*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.

Gil, Gilberto. 1975. *Refazenda*. Refazenda. Philips, LP.

Guattari, Félix. 2012. *As três ecologias.* Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 21ª ed. Campinas: Papirus.

Klein, Naomi. 2008. *A doutrina do choque*: a ascensão do capitalismo de desastre. Lisboa: SmartBook.

Kopenawa, Davi, e Albert, Bruce. 2019. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Nova ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, Ailton. 2020. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras.

Mbembe, Achille. 2018a. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.

Mbembe, Achille. 2018b. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições.

Mbembe, Achille. 2020. *O direito universal à respiração*. São Paulo: n-1 edições, vol. 20, 1–13.

Mbembe, Achille. 2025. *Democracia como comunidade de vida*. São Paulo: n-1 edições.

Mizoguchi, Danichi H., e Eduardo Passos. 2021. A clínica e suas transversais: a ética, a política e a estética. Em *Transversais da subjetividade*: arte, clínica e política. 57–70. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Moore, Jason W. 2022. "O surgimento da natureza barata". Em *Antropoceno ou capitaloceno*. Jason W. Moore (org.). São Paulo: Editora Elefante.

Munduruku, Daniel. 2015. *O banquete dos deuses*: conversa sobre a origem e a cultura brasileira. São Paulo: Global Editora.

Nascimento, Abdias do. 1978. *O Genocídio do Negro Brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Nascimento, Abdias. 2019. *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo/Rio de Janeiro: Perspectiva/Ipeafro.

Noguera, Renato. "Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva". *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)* 3, no. 6, (2012): 147-150.

Núñez, Geni. "Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do

imaginário". *Revista ClimaCom*: d*iante dos negacionismos* 8, (2021): 1-8.

Observatório das Metrópoles. 2024. *Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul*. 2024. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/. Acesso em 9 set. 2025.

Paulon, Simone Mainieri, e Roberta Romagnoli. 2023. "Da pesquisa-ação à pesquisa-intervenção: deslocamentos da análise de implicação". Em *Processos institucionais e a produção do pesquisar*. Louzada, Ana Paula Figueiredo, Rodrigues, Alexsandro, e Jésio Zamboni (orgs.). 252-279. Vitória: EDUFES.

Poli, Cláudia Maria Basso. 2013. *As causas e as formas de prevenção sustentáveis das enchentes urbanas*. II Seminário Nacional de Construções Sustentáveis.

Rolnik, Suely. 1995. "À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia". Em *Na sombra da cidade*. Maria Cristina Rios Magalhães (org.) 141-170. São Paulo: Editora Escuta.

Rolnik, Suely. 2018. *Esferas da insurreição*: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições.

Sant'Anna, Denise Bertuzzi de. 2019. "Hayek na praia". Em *Foucault e as práticas de liberdade I*: *o vivo e os seus limites*. A. Butturi Junior, C. Candioto, P. de Souza, e S. Caponi (orgs.). 161-171. Campinas: Pontes.

Santos, Antônio Bispo dos. 2023. *A terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA.

Santos, Milton. 2020. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.

Sodré, Muniz. 2017. *Pensar nagô*. Petrópolis: Editora Vozes.

Wang, Jackie. 2022. *Capitalismo carcerário*. São Paulo: Ingrá Kniga.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50212

As palmeiras e o arvoredo: contrastes de verticalidade e volúpias rasteiras na paisagem cultural brasileira

Palm Trees and the Woodland: Contrasts of Verticality and Low-Lying Voluptuousness in the Brazilian Cultural Landscape

Palmiers et bosquets: contrastes de verticalité et de voluptés rampantes dans le paysage culturel brésilien

Gilberto Cézar de Noronha[*]
Jakeline Fernandes Cunha [*]

[*] Doutor em História Social. Professor Associado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Email: noronha.gilberto@ufu.br
[*] Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada. FFLCH- USP. Professora no Colégio Monteiro Lobato. E-mail: jakelinecunha@yahoo.com.br

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar criticamente a construção narrativa da paisagem cultural brasileira através de dois elementos recorrentes em sua composição, as palmeiras e o arvoredo, tramada pela literatura, artes plásticas, arquitetura e história. Narrativas que insistem em apreender a paisagem geográfica, social e cultural brasileira pelos contrastes e ambivalências da "linha reta, dura, inflexível" e da "curva livre e sensual": contrastes que sugerem não apenas escolhas estéticas, mas projetos políticos e ideológicos de ordenamento territorial e construção identitária nacional. Para tanto, exploramos o universo simbólico de construção da paisagem: uma forma histórica que supõe processos de identificação, recortes, enquadramentos e (re)agrupamentos de elementos naturais e culturais enquanto campo de disputas narrativas e territoriais, onde se inscrevem memórias, esquecimentos, voluntários e involuntários, conivências e resistências

Palavras-chave: Paisagem Cultural do Brasil; Palmeira; Arvoredo.

Abstract: This text aims to critically analyze the narrative construction of Brazilian cultural landscape through two recurring elements in its composition, palm trees and groves, woven together by literature, visual arts, architecture, and history. These are narratives that insist on apprehending the Brazilian geographic, social, and cultural landscape through the contrasts and ambivalences of the "straight, hard, inflexible line" and the "free and sensual curve": contrasts that suggest not merely aesthetic choices, but political and ideological projects of territorial ordering and national identity construction. To this end, we explore the symbolic universe of landscape construction: a historical form that presupposes processes of identification, delimitation, framing, and (re)grouping

of natural and cultural elements as a field of narrative and territorial disputes, where memories, forgetting both voluntary and involuntary complicities and resistances are inscribed.

Keywords: Cultural Landscape of Brazil; Palm Tree; Grove.

Résumé: Ce texte vise à analyser de manière critique la construction narrative du paysage culturel brésilien à travers deux éléments récurrents dans sa composition, les palmiers et les arbres, tissés par la littérature, les arts plastiques, l'architecture et l'histoire. Des récits qui insistent pour saisir le paysage géographique, social et culturel brésilien à travers les contrastes et les ambivalences de la « ligne droite, dure, inflexible » et de la « courbe libre et sensuelle » : des contrastes qui suggèrent non seulement des choix esthétiques, mais aussi des projets politiques et idéologiques d'aménagement territorial et de construction identitaire nationale. Pour ce faire, nous explorons l'univers symbolique de la construction du paysage : une forme historique qui suppose des processus d'identification, de découpages, de cadrages et de (re)groupements d'éléments naturels et culturels en tant que champ de disputes narratives et territoriales, où s'inscrivent mémoires, oublis volontaires et involontaires, connivences et résistances..

Mots-clés : Paysage culturel du Brésil ; Palmier ; Bosquet.

Essa terra (também) tem palmeiras

> (...) Entre esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. Há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos.
> (Caminha [1500] 2003, 110).

POEMA DA CURVA
Não é o ângulo reto que me atrai,
Nem a linha reta, dura, inflexível criada pelo homem.
O que me atrai é a curva livre e sensual.
A curva que encontro no curso sinuoso dos nossos rios,
nas nuvens do céu,
no corpo da mulher preferida.
De curvas é feito todo o universo,
O universo curvo de Einstein.
(Niemeyer 2009, 73)

"Brasil, nome de vegetal", lembra-nos um verso noturno do modernista Mário de Andrade que, leitor de Rousseau, Goethe e Oswald Spengler, buscou restaurar as nossas raízes colonizadas. No entanto,, na *Carta de Achamento*, de 1500, nomes de plantas e animais da terra descoberta raramente são enumerados por Pero Vaz de Caminha. Sua preocupação mote está na descrição da

vivência do indígena (seus ornamentos, armas, hábitos, alimentos, habitações...). Como se sabe, os pormenores da flora e fauna tropicais serão explicados, posteriormente, por Duarte Barbosa, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, entre outros cronistas-viajantes[1]. Em sua certidão do país, Caminha enumera apenas plantas já conhecidas nas regiões tropicais por onde passou: o inhame, cabaças de água (*Lagenaria vulgaris),* botelhos ou rabos de asno... Mas diante de tanta folhagem verde, avistou ao longo da nossa costa litorânea algo que não era novidade à sua vista ou do seu interlocutor: as palmeiras já observadas na Índia, nas ilhas do atlântico, na costa da África e noutras zonas tropicais e subtropicais.

Os homens da caravela portuguesa ficaram estupefatos diante da colossal natureza brasileira composta de tão exuberantes formas estranhas ao seu entendimento como o próprio habitante da terra. Pero Vaz de Caminha se apercebeu logo que muitos homens nus que seguravam arcos e flechas[2] seguiam ao longo de um rio de "água doce" "entre umas moitas de palmas" (Caminha 2003, 95).[3] Neste mundo novo, desconhecido, é com certa facilidade que o Escrivão identifica[4] as "moitas de palmas", palmeiras nativas do Brasil, mas cultivada nas várias regiões tropicais e subtropicais. A planta que rodeia os córregos de "água doce" parecia tão familiar àqueles passageiros da nau portuguesa que o cronista assinala a prática de colher e comer o palmito: "Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muito deles" (Caminha 2003, 95).

O cronista assinala, porém, a diferença de tratamento entre o elemento (re)conhecido (a palmeira) e o desconhecido (o "arvoredo"):

> Foi o capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até um ribeiro grande, e de muita água, que ao nosso parecer é o mesmo que vem ter à praia, em que nós tomamos água. Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dele, entre esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. Há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos. (Caminha 2003, 110)

[1] Para uma análise detalhada dos termos referentes a plantas e a vegetação encontrados na Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manoel cf. (Filgueiras e Peixoto 2002)

[2] Candido Portinari em *O descobrimento do Brasil* (1956) reelabora o ver apático do colonizador para os indígenas que, na releitura do quadro, aparecem armados de arco e flecha e com postura inquieta de ataque.

[3] De acordo com o dicionário etimológico *Dictionary of Word Origins,* a palavra "palma" é de origem remota e é proveniente do latim contígua à forma do "conjunto de folhas" de palmeira, como os dedos de uma mão. "Na antiguidade, uma folha ou fronde da palmeira era carregada ou usada como símbolo de vitória ou triunfo, ou em dias festivos; daí o uso figurado de palm para 'vitória, triunfo'" (final do século XIV). (Harper s.d.)

[4] Evoquemos alguns dos sentidos do termo: ao se voltar para a *Palmae ou Palmaceae*, o escrivão português: a) determina a que "espécie e gênero, família" a planta pertence ou ainda, b) reconhece aquele exemplar nunca visto "como o mesmo que fora previamente mencionado, visto, conhecido, descrito." Palmas e palmitos são referidos cinco vezes na carta (linhas 246, 529, 530 e 797). Andrade-Lima (1984), considerando a região na qual aportou Cabral, atribuiu a referência a "moitas de palmas" (linha 246) a *Attalea funifera Mart*, a piassava, espécie freqüente nas proximidades das praias do sul-bahianas. O palmito é identificado pelo mesmo autor, com o que concordamos, como *Euterpe edulis Mart*., a conhecida juçara da Mata Atlântica. (Filgueiras e Peixoto 2002, 268)

O europeu de "olhos contaminados de pensamento de paisagem, utópica, paradisíaca" (Figueiredo 2010, 45), deslumbra-se com o "arvoredo", uma espécie de coletivo que aglomera todas as plantas desconhecidas. De um lado, as plantas ignotas tratadas com tom de grandeza e exuberância ("esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular"), impossível de se definir, no sentido de "delimitar sua extensão e seus limites" (Houaiss, Villar e Franco 2009, 926) ou de se identificar, reconhecer ou "considerar idêntico" àquilo que já se conhece. O arvoredo, no olhar do colonizador que com um golpe de vista constrói a paisagem[5], escapa às categorias conhecidas de classificação e descrição, denotando os limites da linguagem europeia que, diante da diversidade tropical, tem sua sensibilidade afetada. De outro lado, a conhecida palmeira é tratada com tom de trivialidade ("há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos"), pois automatizada na percepção do colonizador possibilitou o enquadramento do seu olhar – ao contrário do restante da natureza, como vimos, que não parecia separada ou junta porque "os arvoredos são muito numerosos e grandes – e de infinitas espécies" (Caminha 2003, 108), tamanhos e cores. Os "grandes arvoredos" (Caminha 2003, 115), portanto, são impossíveis de serem abarcados pelo olhar e até mesmo pela tinta de Caminha.

Paulo Prado cria em seu *Retrato do Brasil*, publicado em 1928, impressões semelhantes às de Caminha ao afirmar que nesse "esplendor tropical" "os sentidos imperfeitos do homem mal podem apanhar e fixar a desordem de galhos, frutos e flores que o envolve e submerge" (Prado 1997, 59). O "espaço florestal é, assim, demasiadamente povoado", sobressai nele uma "confusão" (Prado 1997, 59) de árvores, flores, galhos, cipós enlaçando nos troncos. Mário de Andrade, em sua arte útil marcada por preocupações psicológicas e sociais, irá *recriar* esse olhar inaugural diante da imensidão da natureza brasileira em *O Turista Aprendiz* – mais especificamente, no diário sobre o passeio na bacia do Rio Amazonas. Nele, como diz Telê Ancona Lopez (1996, p. 84), o autor modernista "cumprindo a tarefa do cronista do século XX que leu tudo [...] pôde se divertir glosando a linguagem do Escrivão da Armada e de outros viajantes". Esses, para o autor que se impusera como líder do movimento modernista, apresentam a nossa natureza de forma "entusiasmante", como "beleza imediata" e "falsa" porque não há "intensidade de existência": "Que

[5] Seguimos aqui as ideias de Georg Simmel em sua filosofia da paisagem, não muito distantes de como a define Milton Santos, pelo menos no que diz respeito ao papel do olho na delimitação da paisagem. "*Quand un paysage, c'est justement sa délimitation, sa saisie dans un rayon visuel momentané ou bien durable qui le définisse essentiellement*" Cf. (Simmel 2006, 232; Santos 2002, 103). Simmel parte de uma contradição fundamental em que a totalidade do tempo e do espaço não estão em nenhum momento e em nenhum lugar, mas para considerar os acontecimentos como históricos ou o espaço como lugares e paisagens é necessário que os retiremos da totalidade, singularizando-os. "Se não estou enganado, raramente nos damos conta de que ainda não há paisagem quanto este tipo de coisas se encontram instáveis, pois somente instáveis acabam se aproximando da palavra *Landschaft*" (Simmel 1996, 15).

intensidade! Que facilidade em ver as coisas que a gente está desejando enxergar! (...) o que me irrita é a escolha de elementos de grandeza" (Andrade 1976, 264).

Mário de Andrade, em diálogo com o autor de *O Retrato do Brasil*, ao invés de repor, reelabora a visão precipitada do colonizador para a mata. O personagem viajante, em *O Turista Aprendiz*, busca revelar a beleza desse objeto de modo que "não [lhe] *percebe logo* já que para ele "a beleza a gente descobre...depois... "(Andrade 2015, 276). Para alcançá-la elabora o quadro dessa paisagem depois, após a viagem, numa língua incorporada por "expressões artísticas" do povo (que "usa e abusa da fluidez de sentido das palavras")[6]. Afinal, objetiva revelar a ideia de uma natureza "brasileiramente humana e cotidiana" (2015, 276) que, preenchida pela imanência telúrica e traçada com cuidado, se revela contrária aos traços apressados e ao "pensamento lógico"[7] burguês do colonizador – repetidos pela tradição romântica e naturalista. Em sua criação, o narrador viajante se coloca, com ironia e humor, no mesmo espaço de onde o colonizador estava ao chegar na terra *brasilis*: é um tripulante ilustre do navio nomeado com sarcasmo *de Pedro* I. E utilizando o mesmo foco daquele, será da embarcação que ele irá, abismado, contemplar lentamente, por fora e por dentro, as ilhas do Amazonas. Em sua descrição, entre o real e o imaginado, entre a prosa e a poesia, o "pitoresco de encanto honesto" (1976, 263) das ilhas vai sendo descoberto através das sensações causadas pelo ambiente. Para além do sentido da visão, o arvoredo das ilhas, nomeado de "barafunda vegetal", será conhecido pela audição e o olfato – se manifesta no som canto dos pássaros e no cheiro "inebriante" que de tão sublimes são capazes de fazer o nosso viajante se isolar em si mesmo e não ouvir o som da campainha avisando o jantar.[8]

O tumulto florestal atrapalha o enquadramento pelo olhar, o *delimitar* de um horizonte, uma paisagem, nos termos de Georg Simmel. O Escrivão da armada (bem como os outros tripulantes), extasiado com o "arvoredo", passeia, vagueia pelas matas, "com os mais variados graus de atenções" nas "árvores, cursos de água, prados e searas, colinas [...] e outras mil alterações da luz e das nuvens – mas, lá por [atender] a um pormenor ou [ver] isto ou aquilo, ainda não [estaria]

[6] Ver ensaio de Mário de Andrade sobre Castro Alves, em *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 2002, p. 139.
[7] Idem, ibidem.
[8] "E vos juro que não tem nada no mundo mais sublime (...). A medida que a gente se aproximava as ilhas catalogavam sob as cortinas de garças e mauaris que o vento repuxava, todas as espécies vegetais e na barafunda fantástica dos jequitibás perobas, pinheiros plátanos assoberbada pelo vulto enorme do baobá a gente enxergava dominando a ramada as seringueiras sonhadas em cujas pontas mais audazes os colonos suspensos em cordas de couro cru apanhavam as frutinhas de borracha. O aroma do pau-rosa e da macacaporanga desprendido da resina de todos os troncos era tão inebriante que a gente oscilava com perigo de cair naquele mundo de águas brabas. Que eloqüência! Os pássaros cantavam no vôo e as bulhas das iererês dos flamingos das araras das aves-do-paraíso nem me deixou escutar a sineta de bordo chamando pro jantar. A Senhora me tocou no braço e assustei. Fui com os outros, deixando o pensamento chorado na magnificência daquela paisagem feita às pressas em cujo centro relumeavatalqualmente olho de vidro a rodela guaçu de Marajó inundada." (Andrade 2015, 66-67).

consciente de ver uma 'paisagem'". (Simmel 2009, 5). Esse tipo de visão generalizante, no entanto, não faz paisagem conforme as ideias do filósofo alemão para qual a representação de uma realidade alinhada à dinâmica mista da vida é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva.[9] O Escrivão teria avistado a natureza, o detalhe, tal como "as moitas de palmeiras" e "uma soma de objetos naturais" ou "o material infinitamente variado" (Simmel 2009, 8) do matagal inculto, porém não delineou, desenhou ou elaborou uma paisagem – como teria feito Mário de Andrade ao avistar a Foz do Amazonas (cf. Cunha 2016)[10].

Isto porque, como nos lembra Georg Simmel, em sua *Filosofia da paisagem*, a mera existência dos "elementos visíveis num local da terra" "não faz desse lugar uma paisagem", pois a elaboração da paisagem – que pode surgir da "ondeante" natureza [11] – demanda um "peculiar processo espiritual", um sentimento uno, unificador, já que esse fazer ("paisagem") imita a criação artística, mesmo que "de um modo mais chão, com menos princípio, mais incerto nos seus limites" (Simmel 2009, 5 e 10). O autor da *Carta*-crônica e certidão do país, Pero Vaz de Caminha, portanto, ainda que imbuído da "visão edênica de paraíso", conforme imagem de Sergio Buarque de Holanda (1969), descreveu o que via na terra descoberta, distinguiu e podemos até dizer que demarcou – mais precisamente, identificou – com os recursos que lhe eram possíveis ou que convinham – certos elementos naturais familiares, como as altas palmeiras, mas não renuncia à referencialidade.

Sua descrição com certo rigor documental apresenta pouca invenção e criação diante do objeto revelando, por isso, um sujeito que tinha *cimento na alma*. E não poderíamos esperar algo diferente de quem tinha como principal missão relatar tudo o que era possível identificar, objetivamente. O escrivão praticou em seu escrito o "conhecimento voluntário" não conseguindo se entregar ao conhecimento advindo de uma "uma lenta osmose inconsciente, de modo que no fim se

[9] O artigo *Filosofia da paisagem*, de Georg Simmel, publicado em 1913, é considerado inaugural por sistematizar o conceito de paisagem. O que antes era separado em dois campos distintos – de um lado, a natureza, e de outro, a percepção humana – tornou-se inseparáveis no fazer paisagem moderno, de acordo com o autor. Tendo como foco o modo de elaboração da obra de arte, o autor alemão analisa como o olhar contemplativo humano passou a transformar partes da natureza em paisagens, de modo que "a parte de um todo se torne um outro todo independente, que dele se emancipe" (Simmel, 2009, 7) com novos limites. O que possibilitou a demarcação da paisagem "como ressaindo da natureza" foi, portanto, uma transformação histórica da maneira de olhar em que se dá a "individualização das formas interiores e exteriores da existência, a dissolução dos liames, dos vínculos originais em entidades autônomas diferenciadas" (Simmel, 2009, 7).

[10] "Que posso falar dessa foz tão literária e que comove tanto quando assuntada no mapa?... A imensidão das águas é tão vasta, as ilhas imensas por demais ficam tão no longe fraco que a gente não encontra nada que encante. A foz do Amazonas é uma dessas grandezas tão grandiosas que ultrapassam as percepções fisiológicas do homem. Nós só podemos monumentalizá-las na inteligência." (Andrade 2015, 68).

[11] Para Georg Simmel (2009, 6) a "natureza e o seu conjunto" não tem partes; é "a unidade de um todo", "nexo infindo das coisas, [uma] ininterrupta parturição e aniquilação [ação de nascer e morrer] das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade espacial e temporal. (...). Com a demarcação moderna do olhar "algo se aparta" da natureza e, assim, "deixará inteiramente de ser natureza, porque ele só pode existir justamente no seio dessa unidade sem fronteira, só pode existir como uma onda da torrente conjunta que é" ela em si mesma. (Idem, ibidem).

fique pertencendo à paisagem, vice-versa" para usar as ideias do autor Mário Quintana em seu *Caderno H* (1977, 118). Mário de Andrade elege a cena emblemática descrita na Carta de Caminha e a recria em *O Turista Aprendiz* de modo que as árvores (das ilhas do Amazonas), *a priori* fotografadas e depois reelaboradas no gabinete, passa a ser existência entre àqueles dois tipos de conhecimento (de que diz Quintana, acima) ou entre dois mundos, conforme a perspectiva simmeliana de o artista *separar o ligado (da natureza) e religar o desligado*: ao "extrair (...) da infinidade caótica do mundo imediatamente dado um fragmento, aprendê-lo e formá-lo como uma unidade, que agora encontra em si mesma o seu sentido e intercepta os fios que a ligam ao universo e os reata de novo no ponto central que é peculiar." (Simmel 2009, 10).

Quando pensamos no "arvoredo" (que, segundo Caminha, "é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular") ou na "barafunda fantástica", nos termos de Mário de Andrade, como não nos lembrarmos das representações pictóricas de nossa natureza exuberante como o quadro de Jonhann Moritz Rugendas, "Paisagem na selva tropical brasileira" (1830)?

Figura 1: Paisagem na selva tropical brasileira



Fonte: (Rugendas 1830)

Não temos a representação iconográfica do "arvoredo" de Caminha, mas ele bem poderia ser aproximado da paisagem tropical de Rugendas. Essa criação artística de inclinações clássicas e

barrocas que levam ao pitoresco é uma paisagem que poderia nos dar uma vaga ideia do que seria o arvoredo que toma a descrição de Caminha, hoje apreendida em seus restos como Mata Atlântica. Tal como a descrição do Escrivão sobre a terra "cheia de grandes arvoredos" (Caminha 2003, 115), Rugendas delineou uma mata densa, profusa, em desordem que de tão preenchida por árvores, folhas, raízes, cipós, troncos, galhos pouco deixa respirar – talvez não tenha tanta potencialidade asfixiadora como a "trama vegetal" de Van Gogh, em "Raízes e troncos de árvores" (1890). Se a gravura "Paisagem tropical da selva brasileira" dá forma a uma paisagem que adéqua perspectiva e alívio, "Raízes e troncos de árvores" abarca um cenário sem perspectiva para o olhar humano "desdobrar um horizonte" – em que não há espaço, *extensão*, segundo os termos de Michel Collot (2010). Quem sabe a abundância, a "confusão" vegetal da floresta feito arte não nos permita imaginar a sensação de "enclausuramento" do Escrivão Pero Vaz de Caminha?

Figura 2: Raízes e troncos de árvores



Fonte: (Van Gogh 1890)

As cores fortes, as derradeiras pinceladas descompostas e os traços sinuosos do pintor holandês formam um emaranhado de raízes azuis, troncos retorcidos, folhagens escuras misturadas numa "ocre massa herbácea". Segundo Simon Schama, em *O poder da arte*:

> focalizados desde a perspectiva de um rato, a vegetação emaranhada, os troncos retorcidos, o verde sufocante criam, visualmente, tamanha sensação de enclausuramento que nos veda qualquer possibilidade de paisagem. Em termos espaciais e psicológicos, não há nenhum respiro, até porque as raízes - algumas semelhantes a garras e esqueléticas, outras metálicas e mecânicas - foram monstruosamente amplificadas, enquanto árvores miniaturizadas estão presas entre elas. Em cima é embaixo e embaixo é em cima; longe é perto e perto é longe. O que realmente vemos é, pois, uma

> imagem premeditada de desorientação, os gânglios do pintor precipitando-se pelo espaço (Schama 2010, 11).

Esse "tecido rústico" de insólita dimensão, fora da doxa habitual – vazio de céu anil, árvores de tamanho reduzido trançadas em raízes estreitas e dilatadas – paralisa o sentimento de paisagem. Seria esse sentimento que irrompe em nós, semelhante ao de Pero Vaz de Caminha diante das sinuosas e sufocantes formas do arvoredo?

Provavelmente, o cronista europeu diante da floresta tropical, ainda que arrebatado, não tenha podido olhar e sentir a sua irregularidade, desmesura incontrolável e ilógica. Se as forças lascivas dessa desafiavam os referenciais portugueses de paisagem, baseados em campos cultivados e florestas temperadas mais esparsas, foram as palmeiras que o atraíram, afinal, insinuavam o racional, o sistemático ou uma ordenação. O olhar artístico de Rugendas, por sua vez, como que pintando o contrário da impressão perdida de Caminha – que não havia ultrapassado as "percepções fisiológicas" a ponto de serem "monumentalizadas na inteligência." (Andrade 2015, 68) –, interceptou e ligou esses fios dissonantes do "arvoredo" com as retilíneas palmeiras, reatando a partir de uma seleta "parte", um "conjunto", algo novo. Na gravura do pintor alemão, as inúmeras palmeiras em vez de apartadas das demais árvores, estão espalhadas ou até diluídas por toda parte da floresta. Elas não são dominantes, não se prestam ao mesmo papel de seu lugar na descrição de Pero Vaz de Caminha.

Enfim, as "moitas de palmeiras" descritas na *Carta de achamento* não são captadas como paisagem, elas são um raro detalhe, por maior que tenha sido a sua importância na possibilidade de reconhecido da nova terra pelo Escrivão. E, por conseguinte, as palmeiras são isoladas do sufocante "arvoredo", do empilho de plantas nunca vistas. Duas representações distintas, duas significações recorrentes da construção da paisagem geográfica, social e cultural brasileira. Dois pontos de vista se diversificam, *não avança em sentido único*, para usar as expressões de Adorno. Os dois polos que tentaremos problematizar são, portanto: 1) o "arvoredo" (o acúmulo espantoso de plantas emaranhadas ou a vegetação tropical encantada, inventiva de descomedidas "formas", "com todas as suas metamorfoses e simbioses" tantas vezes associadas ao medo e à ansiedade)[12] que aponta para o conceito de labiríntico e curvilíneo e; 2) as palmeiras irremediavelmente compromissadas com a racionalidade de "linha reta, dura e inflexível criada pelo homem", no dizer de Oscar

[12]Alejo Carpentier, em o *Reino deste mundo* observa que "quando André Masson quis desenhar a selva da ilha da Martinica, com o incrível entrelaçamento de suas plantas e a obscena promiscuidade de suas frutas, a maravilhosa verdade do tema devorou o pintor, deixando-o pouco menos que impotente frente ao papel em branco. E foi preciso um pintor da América, o cubano WilfredoLam, para nos ensinar a magia da vegetação tropical, a desenfreada Criação de Formas da nossa natureza – com todas suas metamorfoses e simbioses – em quadros monumentais que ocupam hoje uma posição ímpar na pintura contemporânea.". (Carpentier 2009, 8)

Niemeyer.[13]

Flora vertical e horizontal

A imaginação do Senhor /Flutua sobre a baía.
As pitangas e os cajus/Descansam o dia inteiro.
(Murilo Mendes, poema *1500, 1994*).

Elemento familiar ao europeu, a guiar o seu olhar sobre a flora da nova terra, medida de nossa paisagem geográfica até tempos mais recentes[14], a palmeira não era, entretanto, ignorada pelo indígena. Para além de sua serventia prática, e talvez por isso mesmo, teve também uma função importante na denominação do lugar. Ou melhor, os ando-peruanos e populações indígenas pampianas dão a essa terra – que depois seria ao Brasil europeu – o nome de "Pindorama" (Houaiss, Villar, e Franco 2009, s.v. "palmeira", 2214). – em tupi-guarani "pindó-rama ou pindó-retama" significa "a região ou país das palmeiras" (Sampaio 1987, 144)[15]. A terra, antes de Pedro Álvares Cabral, era designada, portanto, "Pindorama", terra das palmeiras – "onde canta o sábia", conforme o saudosista verso de Gonçalves Dias. Porém, se desde Caminha a palmeira é a medida (equilíbrio ou cadência) de nossa flora, há outra planta que ricocheteia com mais potencialidade a "curva livre e sensual" da nossa selvagem paisagem: o cajueiro. Como contraponto das retilíneas palmeiras, essa árvore é de estrutura labiríntica, os seus "ramos de múltipla dispersão pendem como braços compridos e tortuosos" (Mota 1982, 47).

[13]A "função da forma" para Niemeyer está na "beleza" tortuosa da natureza e não na "linha reta" feita "pelo homem": (Niemeyer 2009, 73)

[14] Remeto o leitor à descrição que Rocha Pombo faz da flora brasileira, em seu livro didático História do Brasil. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961, quando ele divide o território do Brasil em duas grandes zonas gerais: a tropical e a subtropical – sendo a última, mais bem delimitada, "o domínio da araucária" e a primeira a "zona das palmeiras", mais difusa e com variações: para o sul, por exemplo, "as espécies vão mudando, e entre elas já não figuram as grandes palmeiras do norte. Espécies há (como, por exemplo, o coqueiro a que se deu o nome de da Bahia) que não passam dos 18 graus [de latitude]. A carnaubeira ainda se limita mais na zona equatorial" (Pombo 1961, 47- 48). Flora cuja observação "se vê melhor, sobretudo, na família das palmeiras. A buriti é a mais profusa e é também a mais mesquinha. Mesmo a dos capões não dá ideia da palmeira gigantesca do Amazonas. O ticum, a brejaúva, o guariri e outras dão frutos aproveitáveis" (Pombo 1961, 49). Enfim, desde Caminha, a palmeira é a medida de nossa flora.

[15] Teodoro Sampaio observava, em seu "O tupi na geografia nacional" que "quando o português se tornou a língua principal, conservaram-se do tupi ainda os nomes de instrumentos, de plantas, de animais, de localidades etc., mas já bastante polidos e mais adaptados ao português. As denominações geográficas refletem, por assim dizer, o caráter de uma região, se montanhosa ou plana, se coberta de palmeiras ou de araucárias (Curitiba)". (Sampaio 1987, 58); "A região das matas diz-se, no tupi, Caáretama ou Caárama; a região dos campos, Nhuretama; a região das palmeiras, Pindoretama e, por contração, Pindorama [...] Pindorama pode ser mais agradável ao ouvido do que pindôretama; tupi é que nunca foi. [...]. "Couto de Magalhães refere ter ouvido, entre os indivíduos de uma tribo tupi do interior, o nome Pindorama (Pindo-retama), região das palmeiras, como indicativo das terras do litoral brasileiro, e podendo-se aplicar ao país todo. Couto de Magalhães talvez tenha ouvido alguém dizer pindó-rama por país de palmeiras, mas esse alguém, com certeza, não foi índio, pois o relativo retama nunca se transforma em rama. Devia ser algum gaiato inteligente e bom conhecedor do português, onde sabia existirem formações homófonas como: courama, dinheirama, burrama. Para esse, pindorama seria grande número de palmeiras e não país das palmeiras. (Sampaio 1987, 144)

O pé de cajueiro – planta nativa, cuja fruta em tupi-guarani (açâ-yú ou aka'yu) significa *pomo amarelo* – abarca no seu gosto travoso, na sua forma horizontal e cor tropicália as "curvas" de nossa paisagem. A fruta marcou a vivência do indígena que por vê-lo como dádiva, diz o cronista, protegia-o a ponto de fazer "guerras de caju" (Simão Vasconcelos apud Mota 1982, 36). Segundo Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, era à sombra dos cajueiros (e araçazeiros) que o europeu colonizador, sobretudo os portugueses e franceses, "acabavam muitas das vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio da mulher fácil" (Freyre 1995, 49). No dizer de Alejo Carpentier, certas frutas da América suscitam "obscena promiscuidade" (Carpentier 2009, 4): o caju apresenta contorno irregular (ora mais fálico ora mais esférico); cheiro afrodisíaco e cor de sol que matiza prazer com o vermelho e o verde. (Lembremos que no livro *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, o personagem português Jerônimo desejava ardentemente possuir, devorar "num hausto de luxúria" a mulata Rita Baiana, ela "era a castanha de caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo"; ele queria "trincá-la como um caju") (Azevedo 1974, 89, 94). Os negros, por sua vez, tinham o caju como remédio. De acordo com Renato Braga, debilitados pela "longa travessia oceânica", os negros eram internados nos "cajuais praieiros, de onde dois ou três meses regressavam curados" (Cascudo 1967, 221). *Macunaíma*, o herói de corpo preguiçoso e luxurioso[16], de Mário de Andrade, por unificar a história da terra, suas tradições e costumes, termina os seus tristes dias no mato deitado na rede amarrada em "dois cajueiros frondejando e não saiu mais dela por muitos dias dormindo caceteado e comendo cajus" (Andrade 1997, 158). Solitário e doente, os cajueiros além de servi-lo como morada, eram-lhe alimento e remédio assim como foi para o índio, o europeu e o negro (Cunha 2022, 75-76).

A tensão que cerca o "gosto caju" (pois "ele morde a boca da gente, vai nos devorando por dentro") (Andrade 2015, 285) – é doce e amargo, suculento e acre –, aliás tão degustado pelo "herói sem nenhum caráter", forma antinomias que podem se associadas à matéria histórica do Brasil impregnado de dualidades travosas: local e universal, tradição e moderno, fertilidade e pobreza. O país, intui Manuel Bandeira, "de corpo moreno/Deve ter o gosto/De fruta de praia,/Deve ter o travo,/Deve ter a cica/Dos cajus da praia" (Bandeira 1998). No dizer de Gilberto Freyre, o Brasil nasceu cheirando mais caju do que pitanga:

> O Brasil não nasceu apenas cheirando a pitanga: ibirapitanga ou pau-brasil. Nasceu com portugueses de 1500 defrontando-se com índias morenamente nuas à sombra de cajueiros; com a Primeira Missa sendo rezada sob o verde dessa sombra, no tempo de safra, salpicado de amarelo ou de vermelho; sob

[16] O herói de corpo e alma ambíguos satiriza o comportamento luxuriante do colonizador e, ao mesmo tempo, repõe o olhar europeu que estigmatizou ou fixou valores negativos em nosso homem e ambiente.

> o signo do caju tanto quanto o da pitanga que lhe deu o nome sem ter se tornado parte tão íntima do seu ser nacional e até transnacional. (Freyre 1977, 1)

O caju na tradição brasileira "seria uma presença mais envolvente que a da pitanga [...]. Na vida, na economia, na cultura" (Freyre 1977, 1). Mário de Andrade consciente do papel importante dessa fruta na vida brasileira "reviveu" a história do caju no comportamento de Macunaíma. O caju, afinal, foi um "acontecimento", uma das marcas do Brasil recém-descoberto. Por isso, nas palavras de Freyre: "pode-se, assim, falar de uma quase simbiose, vária e complexa, Caju-Brasil; e partindo dessa espécie de simbiose, de uma significativa associação do caju com o homem, desde a descoberta do Brasil" (Freyre 1977, 2).

Como se vê, enquanto o nativo cajueiro é *pathos* especificador do Brasil (cabralino), a palmeira é *marca* do país pré-cabralino, mas também remoto símbolo da civilização ocidental. A palmeira e o cajueiro formam "contrastes de verticalidade" e de "volúpias rasteiras", conforme escreveu Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009, 146-147) sobre a paisagem regional nordestina nas críticas de arte, de Gilberto Freyre. De um lado, as retilíneas palmeiras associadas à razão, às colunatas clássicas gregas [17] e, de outro, os curvilíneos cajueiros que para João Cabral de Melo Neto, "são anarquistas, /nenhuma lei rege os seus galhos/(o de Pirangi, em Natal, é horizontal, cresceu deitado)" (Melo Neto 1985). Mais do que as palmeiras, os cajueiros oferecem gosto, "cor e fragrância do mato", diz o verso drummondiano (2017, 79).

Incrustados em nossa paisagem barro e primitiva, os cajueiros mais do que as palmeiras, parecem captar com maior força as singularidades da realidade do país. Tanto que a fundação mítica da nação brasileira, no Epílogo de *Macunaíma*, se dá na cúpula não da palmeira (como se narrou no Romantismo), mas dos cajueiros enraizados que se tornam (também) lugar de onde (o pássaro falador acomadrado do colonizador e o cantador popular rapsodo telúrico) se conta e canta a vida do "herói da nossa gente" – que, sublimado no céu, tem sua experiência de vida disseminada por um narrador oral que voa para Lisboa e pelo outro que, ponteia sua violinha e de improviso, "tira" da memória o canto novo, a *fala impura* da história que constitui a rapsódia (Cunha 2022, 85).

[17] Uma "palmeira à frente de uma propriedade, parece retomar às incontáveis 'reencarnações' das colunas gregas e romanas através dos tempos, aspergida e assimilada através de basicamente toda a superfície definitivamente geoidal da Terra" (Oliveira 2022, 53). "Uma coluna independente, de grande dimensão, geralmente da ordem toscana, em um pedestal, com o propósito de servir como monumento que celebra um indivíduo e eventos associados a este. A Coluna Triunfal parece ter sua inspiração nos enormes obeliscos egípcios, que também traziam inscrições de cunho religioso e de exaltação dos faraós. Ela também foi utilizada como marco ou organizador de espaços devido às suas proporções e disposições nos sítios" (Calovi 2009, 48). "Além da ressignificação do espaço, existe ainda a questão da condução do olhar através do ritmo e espaçamento entre os objetos dispostos em colunatas. Por isso, foi inevitável perceber a estas distorções na paisagem urbana, como ilhas de emulações da cultura helênica enxertadas em nossas cidades, não com colunas de mármore, mas por meio da inserção de milhares de enormes plantas 'colunares'" (Oliveira 2022, 51).

Colunatas vegetais

No Romantismo, o resgate da natureza local é recurso primordial para o projeto de idealização nacional. A palmeira, "fidalga do mundo vegetal" (Amaral 1920, 89), é símbolo que preenche esse projeto. Nos versos de José Bonifácio, o "patriarca da independência do Brasil", a altiva palmeira sobrepuja e olha de cima a "floresta espessa", o Brasil profuso:

> Qual a palmeira que domina ufana
> Os altos topes da floresta espessa.
> Tal bem presto há de ser no mundo novo
> O Brasil bem fadado (Silva 1946, 38).

A palmeira não uma árvore como as outras, mas "fica tão bem entre as árvores, pela sua estatura, pelo seu caule erecto, pela sua ramada" (Amaral 1920, 89): A majestosa palmeira – de porte delgado, perfil retílineo, semelhante às colunatas gregas que tornou "modelo de sofisticação para toda a civilização ocidental" (Calovi 2009, 48) – ganha realce no Império de D. Pedro II, incorporado ao modelo arquitetônico neoclássico. Em 1883, o rei foi fotografado (por Joaquim Insley Pacheco) em seu trono emoldurado por plantas tropicais, especialmente por palmeiras (Martins 2007, 104)[18]. As palmeiras da espécie imperial ao reforçar, portanto, "valores como a ordem, a monumentalidade e a direcionalidade" (Calovi 2009, 3) foram dispostas de modo sistemático nos espaços públicos do Império. Em 1842, enfileiradas na entrada do *Jardim Botânico*, do Rio de Janeiro (IPJBRJ 2008, 82), as palmeiras imperiais dão ao panorama "singular regularidade na altura e conformação" (Taunay 1991, 15). "Como são belas aquelas palmeiras!", não apenas as imperiais, mas aquelas que existem nos sertões do fatalista sertanejo que, segundo a imagem negativa popularizada, traz o olhar carregado de sono, a contrastar com o estípite liso das palmeiras, "pardacento, sem manchas mais que pontuadas estrias, sustenta denso feixe de pecíolos longos e canulados, em que assentam flabelas abertas como um leque, cujas pontas se acurvam flexíveis e tremulantes" (Taunay 1991, 16).

[18]Mário Barata (1983, 390), relata que Debret propôs uma pintura para D. Pedro I com seu trono representado entre palmeiras. José Bonifácio por considerar a imagem muito "selvagem" rejeitou a ideia do pintor. Mas D. Pedro II, posteriormente, adotou a imagem primitiva como moldura de sua foto. D. Pedro certamente optou pela palmeira, planta representação da racionalidade. Ele colocou o que há de mais racional de nossa paisagem, as retilineas palmeiras. Cf. também (Schwarcz 1998, cap.2)

A aristocrata palmeira[19] pode ser vista como componente exótico, ou mais do que isso: é planta familiar – "estão entre as espécies vegetais mais antigas do planeta, com vestígios de mais de 120 milhões de anos" (Calovi 2009, 16) –, suas uniformes copas garantem "unidade nas terminações de conjuntos de palmeira, tal como um capitel de coluna" (Calovi 2009, 22), seu porte esbelto de rigor geométrico é inspiração para as artes – na pintura demarca perspectivas, na arquitetura seus robustos troncos inspiraram as colunas de estilo clássico. Por motivar o distanciamento, a visão de um *horizonte* e, assim, uma *coesão do lugar* (Collot 2010), as palmeiras, possibilitam uma apreensão racional da floresta tropical quase impalpável tal o seu acumúlo. A palmeira, soberana no mato, oferece espaço (dá profundidade) para o desdobramento do olhar do observador (Collot 2010).

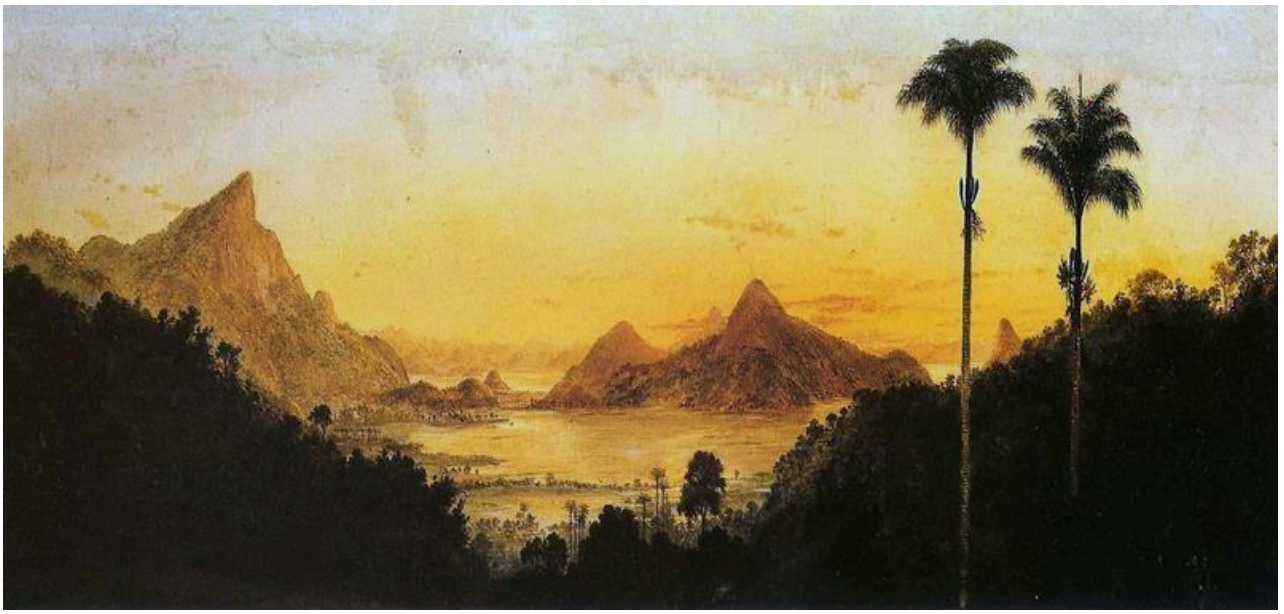
As palmeiras, ao favorecerem a representação de um país de futuro grandioso, tornaram símbolo vegetal do Império brasileiro, recorrente na pintura e na literatura incipiente do país. Victor Meirelles, em a "Primeira Missa do Brasil" (1860), pinta no horizonte e, sobretudo, entre a cena religiosa um cajueiro que faz sombra e algumas palmeiras. O curioso é que a ideia de inclusão de palmeiras nessa tela de Meireles foi de seu mestre Manuel Araújo de Porto-Alegre (um dos representantes do surgimento do movimento romântico no Brasil e que havia sido aluno de Debret).[20]

Nicola Antonio Facchinetti, em 1884, pinta a "Lagoa Rodrigo de Freitas" (1884) demarcada por ondulosos morros e, sobretudo, pelos majestosos coqueiros que alongam verticalmente a vista:

[19] Historicamente, a palmeira serviu como poderoso símbolo de nobreza e identidade em várias culturas, Seu significado está enraizado em conotações excepcionais, que evoluíram ao longo do tempo, particularmente durante o período medieval, quando foi associado ao divino e ao sobrenatural (Valtierra 2016). Esse simbolismo se estende à sua representação em moedas e outros artefatos, onde geralmente significa vitória, força e retidão (Vargas-Zamora & Gómez-Laurito 2015). Os indianos cantábricos, aqueles emigrantes que partiram do norte da Espanha para a América no século XIX e início do século XX em busca de fortuna, ao retornarem, esses ricos cantábricos construíram edifícios imponentes cujo símbolo era uma palmeira plantada em frente ao edifício. Tais edifícios perduram até hoje em cidades como Comillas, Arredondo, Anero, Santoña e Solares e a simbologia é atuante. "Si hay palmera, es casa indiana" (Fanjul 2020)

[20] Porto Alegre havia aconselhado Meirelles na composição da paisagem natural: "Não se esqueça de colocar algumas embaíbas que são formosas e enfeitam o bosque pelo caráter especial de suas folhas [...] Lembre-se bem das nossas árvores e troncos retos, carregados de plantas diversas, altas e com coqueiros e com palmitos pelo meio, pois estes crescem à sombra dos grandes madeiros. Pouco, mas caraterístico, genuinamente brasileiro". (Porto Alegre apud Coli, 1998, 120).

Figura 3: Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro



Fonte: (Facchinetti 1884)

Em um ambiente nacionalista e acadêmico (a Academia Imperial de Belas Artes era o centro da arte nacional), o pintor romântico ítalo brasileiro elabora uma paisagem dentro dos parâmetros realistas. Diante dos dois coqueiros alongados e imponentes, em primeiro plano, a vegetação dos morros tornou-se rasteira, longínqua. Até mesmo os descomunais morros ficaram acanhados perto deles. Eles (os coqueiros) parecem ser o "ponto de vista", os sujeitos que olham o horizonte crepuscular matizado com a luz do sol. O mesmo acontece em "Recanto da Praia de Icaraí" (1888), de Facchinetti, as palmeiras também ganham *status* de observadores da paisagem[21]. Elas estão em um lugar privilegiado, ultrapassam a altura do céu. Podemos dizer que se a hierarquia civilizacional vai do selvagem (bárbaro) ao civilizado, na gravura, o elemento que poderia ser relacionado ao último estágio, certamente é a palmeira. É da medida dela que fizeram as colunas egípcia, grega e romana (sociedades símbolos da civilização europeia).

[21] "Lília Moritz Schwarcz, falando a respeito da pintura de Taunay, afirma que a palmeira quase representa o Brasil. Encontramos a recorrência dessa espécie não somente em Taunay, mas em toda pintura de paisagem do século XIX. Esteja a palmeira em destaque de primeiro plano ou não, ela está presente em quase todas as paisagens de floresta ou ambiente rural. Vejamos um exemplo em que a palmeira salta aos nossos olhos em grande imponência. Em uma rua no Jardim botânico do Rio de Janeiro, o coqueiro em primeiro plano nos dá escala da profundidade e a senhora nobre ao fundo de guarda-sol desfruta civilizadamente do lindo e exótico ambiente tropical construído com as comumente chamadas de Palmeiras imperiais. Ao lado do corredor a densa vegetação, onde se destacam outras espécies de palmeiras nativas da mata atlântica." (Trivellato 2009, 7); Cf. (Schwarcz 2008)

As palmeiras, no quadro acima, estão em primeiro plano e dão a medida e a perspectiva para o olhar do observador. As altas palmeiras são o elemento "civilizador" da nossa labiríntica e primitiva paisagem. As duas palmeiras na pintura-paisagem, de Nicola Antonio Facchinetti, sugerem a reta (lembremos que esse traçado geométrico, essa "linha dura e inflexível" é um conceito matemático que não existe empiricamente) numa terra que tem na natureza a maior contribuição à civilização. Com isso, repetimos que a palmeira seria a régua – o compasso – da irregular natureza dos trópicos. Esse contraste de inspiração botânica invés de prejuízo é ganho crítico, pois diversifica de certo modo o sentido de catálogo de uma natureza que se impõe – "como naquela frase de Euclides da Cunha, em que o homem aparece como um pigmeu, indigno da majestade do cenário" (Proença 1990, 167). José de Alencar, em *O Guarani*, com intuito de integrar homem e natureza, selecionou para sequências chaves do enredo a retilínea palmeira. Muitas das vezes, a "bela palmeira" rege solitária a cena narrativa, ficando a indômita natureza (as folhagens, cipós, pássaros, bosque, frutas...) sem primazia, seus elementos parecem apenas ornamentar a ação principal em torno daquela.

Nos capítulos finais de *O Guarani*, de José de Alencar, a palmeira alça assim destaque em relação às demais árvores, tal como na Carta de Caminha. A palmeira em dualidade com o "arvoredo", para usar a metáfora do Escrivão, semelha-se ao brasão-resgate da natureza do passado indígena – afinal, o Brasil pré-cabraliano era chamado de "Pindorama", "terra das palmeiras". A palmeira, no romance de Alencar, funciona como uma espécie de receptáculo para a gênese do país novo, mãe acolhedora das duas culturas. A "simbiose luso-tupi" (Bosi 1992, 181) se dá sobre a uniforme copa da palmeira. Em meio a uma voraz tempestade, o flutuante e esguio tronco da palmeira, tal como uma pilastra, mantém intacta a vida de Peri e Cecília que escalam o "olho" dela, o seu "cimo", cujas folhas lembram "leques".

Lá em cima, no capitel, na "cúpula verde" era como se estivessem em uma cabana: "os cipós, as parasitas e os ramos das árvores vizinhas, desciam até o chão, formando grinaldas e cortinas de folhagem, que se prendiam às hastes da palmeira" (Alencar 2002, 322). A palmeira, além de refúgio, "dava frutos que o alimentavam". Dentro de uma "realidade maravilhosa" (Carpentier 2009), essa palmeira em meio ao torrencial, é arrancada do solo, mas logo "plantada no meio da várzea". No final, "árvore e homem, embalaram-se no seio das águas". A abóbada da palmeira corre rio abaixo "como um ninho de garças ou alguma ilha flutuante, formada pelas

vegetações aquáticas". Nesse balanço, Peri e Ceci, se beijam e a "palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia... E sumiu-se no horizonte..." (Alencar 2002, 319-324)[22].

A palmeira "de verdes folhas a cuja sombra dormia a formosa tabajara" de José de Alencar, a *Iracema*, nos versos do parnasiano Alberto de Oliveira, é símbolo de grandeza capaz de ver e sentir a natureza. Como uma rainha no trono, a palmeira, impera o acordar do dia no poema "Aspiração". O desejo do poeta de se unir à natureza, gozando-a profundamente, se dá em torno da perfeita e humanizada palmeira. Como a palmeira engendra no seu exato porte altivez e distanciamento, aspectos oportunos ao rigor estético do movimento, o poeta almeja ser a palmeira:

> Ser palmeira! Existir num píncaro azulado,
> Vendo as nuvens mais perto e as estrelas em bando;
> Dar ao sopro do mar o seio perfumado,
> Ora os leques abrindo, ora os leques fechando;
>
> Só do meu cimo, só do meu trono, os rumores
> Do dia ouvir, nascendo o primeiro arrebol
> E no azul dialogar com o espírito das flores,
> Que invisível ascende e vai falar ao sol;
>
> Sentir romper do vale e aos meus pés, rumorosas,
> Dilatar-se e cantar a alma sonora e quente.
> Das árvores, que em flor abre a manhã cheirosa,
> Dos rios, onde luz todo o esplendor do Oriente;
>
> E juntando a essa voz o glorioso murmúrio
> Da minha fronde, e abrindo ao largo espaço os véus,
> Ir com ela através do horizonte purpúreo
> E penetrar nos céus; (...) (Oliveira 1895, 201)

Nessas estrofes, a palmeira – eu-lírico do poema – conta os pormenores do seu "existir". "Ser palmeira" é reinar a paisagem (vive no alto, "num píncaro azulado") e como "ponto de vista" exercita a "dialética do próximo e do longínquo" (Collot 2006) (avista "as nuvens mais perto e as estrelas em bando"). Sua verde cúpula, imitando o capitel das colunas clássicas, ora é "seio perfumado" sentido pelo "sopro do mar", ora "leques abrindo e fechando". A palmeira se coloca como a rainha da natureza, só ela vê o esplendoroso raiar do dia: "só do meu cimo, só do meu trono" vejo a alvorada. Como vê tudo de cima, dirige o espetáculo: no céu conversa com "o espírito

[22]Em *Iracema,* a cabana da protagonista e de Martin foi feita de "troncos de carnaúba", sendo o teto e as paredes vestidos pelos "leques da palmeira". A filha de Araquém, longe do seu guerreiro, passeava no "bosque frondoso de muritis, que formavam no meio do tabuleiro uma grande ilha de formosas palmeiras". De lá ela colhia cocos e fazia a "bebida refrigerante" muito apreciada pelos guerreiros. A triste e saudosa índia, a beira do lago, "ergueu e viu entre as folhas da palmeira a sua linda jandaia". Martin quando retorna da mata, encontra a mulher moribunda e o filho recém-nascido. Apesar de a felicidade ter nascido para Martin no litoral nordestino, "na terra das palmeiras", ele perde Iracema, a sua índia de cabelos "mais negros que a asa de graúna e talhe de palmeira". O corpo dela é enterrado "ao pé de coqueiro, próximo ao rio". E "a jandaia pousada no olho da palmeira repetia tristemente: – Iracema!" (Alencar 1865, 23-24).

das flores" que "vai falar ao sol". Na terra, sente aos seus pés, a alma ("sonora e quente") "das árvores", "dos rios". A palmeira ouve a voz do mato e das águas: os "rumores" do nascer do dia, do acordar das árvores, dos rios. Ela combina "a essa voz" o seu "glorioso murmúrio": anima suas folhas "ao largo espaço", como "véus" (ou "leques") e segue com a voz do mato rumo ao avermelhado (quase roxo) horizonte, a adentrar "nos céus...".

Nesse poema de Alberto de Oliveira, as imagens visuais vinculadas ao tema da natureza e, sobretudo a ênfase na palmeira são aspectos seguidos do romantismo. No final do último verso que citamos, a palmeira (o poeta) em hino com o mato desaparece no horizonte, "e penetra nos céus ..." tal como Peri e Cecília que sobre a palmeira desceram corrente abaixo, "sumiu-se no horizonte...". Vale notar que enquanto o sujeito poético do poema e os protagonistas de *O Guarani* estão no alto da palmeira, assistindo o espetáculo da paisagem (respectivamente, a alvorada e a tempestade), *Iracema*, nos últimos capítulos, observa a paisagem sob a palmeira, debaixo dela habita, dá luz ao filho, morre e é sepultada. E do alto da palmeira a jandaia testemunha o drama da sua senhora.

Até aqui estamos seguindo um movimento analítico de aproximação entre um elemento primitivo (natureza desordenada associada a uma "barafunda vegetal" – o arvoredo) e, outro civilizado (as retilíneas palmeiras). Pero Vaz de Caminha, como vimos, separou bem esses dois elementos ao descrever as familiares "moitas de palmeiras" e o incógnito "arvoredo". A relação dual entre o primitivo e o civilizado foi destacada, ainda, na relação entre a palmeira que suscita o raciocínio da "linha reta" e o cajueiro que vai de encontro ao sinuoso e a sensualidade. Tanto no romantismo como no parnasianismo esse binarismo enredado no tema da natureza continua. A palmeira ao engendrar, no espaço, harmonia e regularidade – seja no paisagismo da pintura, dos jardins externos urbanos e da casa-grande, do ornamento do trono do rei, da literatura – parece conquistar preferência ou até autonomia em relação ao "arvoredo" saturado.[23]

[23]Lima Barreto, autor de *O triste fim de Policarpo Quaresma,* ao deslocar o tema da natureza para a realidade urbana, questiona "o lugar da paisagem na formação da identidade brasileira" cingida pelos mitos românticos. Com isso, a dualidade entre o primitivo e o civilizado, na narrativa, será estabelecida com maior ênfase no espaço urbano, no subúrbio carioca. A "barafunda", a desordem está na mistura de "casas pintadas de azul, de branco, de ocre, engastadas nas comas verde-negras das mangueiras". Entretanto, nesse desconcerto arquitetônico há, de "permeio, aqui e ali, um coqueiro ou uma palmeira, alta e soberba, [que] fazem a vista boa". De um lado, as mangueiras, cujas copas abauladas embutem as casas de todas as cores, concordando bem com aquela "confusão democrática", de outro, as rarefeitas palmeiras "erectas, firmes com os seus grandes penachos verdes, muito altos, alongados para o céu" (conforme outra citação do livro), concebendo regularidade e acomodação ao ambiente suburbano. (Barreto 1993)

Palmeiras revisitadas: Tarsila e Oswald

Os modernistas, empenhados em reler a história do país, revisitam o tema da natureza enfatizado na obra dos românticos e naturalistas. A relação entre o nacional e o estrangeiro – o primitivo e o civilizado – é desarticulada tendendo ora ao dualismo inusitado e chistoso que propõem um giro ao *marco zero*, ora ao dualismo tenso que fica "antes o campo aberto e nevoento de um debate" (Souza 2003, 85). Sobretudo, a partir de 1924, o projeto nacionalista amadurece, tendo por motivo a "viagem de descoberta do Brasil", no interior de Minas Gerais. A caravana paulista era composta, entre outros, por Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Paulo Prado, Blaise Cendrars. Depois desse passeio, cada um com sua arte conseguirá alcançar a abstração estética que faltava para o avanço da nossa tradição artística e ensaística, por meio da releitura das produções e imagens do passado nacional.

Os quadros de Tarsila do Amaral, imbuídos no balanço entre o civilizado e o primitivo, expõe uma paisagem que capta as particularidades da terra. A artista, a partir das técnicas apreendidas em países europeus, delineará um Brasil "profundo" que, aliás, é mais coerente com as propostas vanguardistas do que aqueles afastados de uma realidade barro e selvagem: ao contrário de lá "a arte primitiva, o folclore, a etnografia se misturam à vida cotidiana ou são reminiscências ainda vivas de um passado recente" (Candido 1965, 145). No processo de transformação da natureza real em arte, Tarsila, utiliza a "categoria do insólito" (assim como Mário de Andrade em sua elaboração paisagística). A "curva livre e sensual" da nossa paisagem – longe de ser "inexpressiva" – é bem destacada na iconografia pau-Brasil de Tarsila, que ao deformar o objeto, capta criticamente a paisagem brasileira.

As retilíneas palmeiras estão em vários de seus quadros – tais como, em "O vendedor de frutas" (1925), "Idílio" (1928), "O pescador" (1925a), "Palmeiras" (1925b), "A feira II" (1925),"O porto" (1953). Se os lírios de água são o símbolo lírico-paisagístico de Claude Monet; o pinheiro de Paul Cézanne; os ciprestes de Van Gogh..., as palmeiras são o emblema vegetal (talvez mais do que o cacto e as bananeiras) escolhido por Tarsila do Amaral para auxiliar na representação do Brasil "profundo", barro e primitivo. *A priori* essa escolha não seria contraditória? Já que a remota palmeira é símbolo de regularidade da pretensamente racional civilização ocidental e, por conseguinte, do Brasil de D. Pedro II, lastreado aos enleios da colonização. Todavia, como veremos, a pintora acomoda ou adequa, com maestria, às palmeiras ao projeto estético e ideológico do programa modernista.

Na esteira de otimismo de Oswald de Andrade, a pintora busca o mato-virgem, a "floresta, o "Brasil Caraíba. Montaigne. O homem natural. Rousseau.", "Pindorama", aforismos dos *Manifestos*

do autor nas quais, apesar de suas diferenças, são metáforas que convocam uma "reação da paisagem contra o tempo", do "nativo contra o importado" (*Revista Antropofágica*), ou seja, do nascer de um novo tempo para as artes e a sociedade brasileira. O autor do livro *Pau-Brasil* (1925) dá à palmeira um lugar de destaque em seus versos, elas participam das inesperadas combinações semânticas: em "Morro azul", "as antenas palmeiras escutam Buenos-Aires"; no anoitecer do "Sábado de Aleluia", o trio "Jardins/Palmeiras/Negros" são imagens que "do céu doirado e altíssimo" chamejam; em "Ocaso", "os profetas do Aleijadinho" "monumentalizam a paisagem", esculturam "os cocares revirados das palmeiras".

Na Carta de Caminha, as "moitas de palmeiras" são daquelas poucas plantas nomeadas pelo Escrivão que as separa do incógnito "arvoredo". No Romantismo de Alencar, a palmeira (no singular) é símbolo rígido de regularidade nomeado para acomodar o casal "luso-tupi". No poema de Alberto de Oliveira, a palmeira é brasão majestoso que observa a natureza do alto, tal como a lógica altivez do poeta parnasiano. Nos versos de Oswald de Andrade, entretanto, o significado de simetria e soberba dessa consagrada imagem paisagística é desarticulada: nos lacônicos versos, as cenas das palmeiras (no plural), ao concentrarem potencialidade paródica e carnavalizante ("as antenas palmeiras escutam Buenos-Aires"), passam a simbolizar o Brasil Pindorama, do "instinto Caraíba". De emblema alimentado de valores do civilizado, a palmeira, no modernismo, passa a alegoria do Brasil "profundo". Inversão canhestra, porque manipula o mesmo tópico, utiliza o mesmo símbolo para questionar a tradição, sobretudo a de raiz romântica.

Dentro do princípio cubista da geometrização das formas, Tarsila do Amaral, recria uma paisagem local com formas simples e sintéticas. O céu, os morros, as casinhas geométricas e as retilíneas palmeiras são aspectos que se repetem nas gravuras "Palmeiras" e "O pescador" (ambos de 1925). No primeiro quadro, a seguir, o encontro do tapete de relva, dos abaulados arbustos com a abundância de morros, quase que empilhados um sobre o outro, lembra peças de um quebra cabeça. A fazenda, em miniatura, é separada por um terreno cor de ocre, onde passa uma estrada de ferro. O pedaço verde escuro de relva, pedra e folhagem, no primeiro plano, confirma que depois dos trilhos a fazenda continua, ou quem sabe indício de uma natureza domesticada, reconstruída e ressignificada. Temos aí o equilíbrio inusitado do Brasil-Colônia e do Brasil burguês – "a carroça, o bonde e o poeta modernista", para lembrar o título do ensaio de Roberto Schwarz (1987).

Entretanto, o grupo de cinco palmeiras (a mesma quantidade dos morros) chama atenção. Estão no meio da paisagem e de tão compridas ultrapassam a altura dos morros. Esse "bando" de palmeiras alongadíssimas são os elementos pictóricos que mais dão, no quadro de Tarsila, distanciamento ou profundidade ao horizonte. Tal como no quadro de Nicola Antonio Facchinetti

(1884), as palmeiras olham tudo de cima, são "Torres coqueiros" (para lembrar um verso de Oswald de Andrade) e dão simetria na paisagem de "curva livre e sensual". Entretanto, a pintora modernista, estiliza palmeiras de altura díspares e, sobretudo, não as dispõem enfileiradas como no *Jardim Botânico* ou lado a lado, como no quadro de Facchinetti. A palmeira de menor estatura, localizada no terreno da fazenda, desfaz a linha reta, o arranjo da fileira das outras três palmeiras. E a palmeira mais alta, próxima da linha do trem, embaralha a série, amontoa-as gerando a sensação de conjunto. As palmeiras de Tarsila, portanto, geram harmonia no espaço, porém, o modo como a pintora elabora as palmeiras "perfura" essa linearidade que lhe é intrínseca: a distribuição delas não é em linha reta e a altura variada gera irregularidade. Essa laboração das "Palmeiras", de Tarsila, nos remete ao sucinto poema "Longo da linha", do livro *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade (1925): "Coqueiros/Aos dois/Aos três/Aos grupos/Altos/Baixos" (Andrade 1990, 132).

Figura 4: "Palmeiras", Tarsila do Amaral, 1925



Fonte: (Amaral 1925b)

Figura 5: O pescador" (1925), Tarsila do Amaral



Fonte: (Amaral 1925a)

O quadro luminoso e colorido "O pescador" (1925a), exibe com um azul sombreado um conglomerado misto de casas, céu, colinas e mar. Um volume cilíndrico verde escuro sugere ora a copa de árvores atrás das geométricas casas, ora morros gramados que boiam na água ou alicerçam uma pequena habitação. As pedras cor de terra, azuladas e roxeadas são volumosas e ajudam a compor a curvilínea paisagem. A bananeira colossal, entre árvores reduzidas a bojos, e ante uma

folhagem miniatura sobre a pedra, causa na paisagem um clima de *nonsense*. O pescador solitário absorto, não analisa que as palmeiras são o contraponto da paisagem "curvilínea". As palmeiras em arranjo irregular, desse quadro, são em maior número e, ainda, mais vivas e coloridas do que as do outro quadro ("Palmeiras") que de tão alongadas lembram mastros.

Mário de Andrade, para não concluir

Uma frase de Mário de Andrade, em 1925, nos permite comparar a gravura do Brasil colonial – a "Lagoa Rodrigo de Freitas" – com a arte modernista de Tarsila do Amaral. Assim diz o autor de *Macunaíma*, em relação ao quadro "O pescador" (1925a): "as palmeiras a meu ver quebram a força voluptuosa das formas". (Arquivo IEB-USP [s.d.]). Teria sido pela mesma razão que Pero Vaz de Caminha insistira em seu relato na referência às palmeiras das terras recém-descobertas? Uma estratégia, ou quem sabe, uma reação instintiva frente à exuberante, luxuriante e incontinente paisagem tropical? Apego às formas conhecidas – das retilíneas palmeiras, palmáceas monocotiledôneas de tronco sem galhos, estirpe e esguio, para quebrar as formas voluptuosas dos trópicos?

No tempo de Caminha, as características retilíneas das palmeiras, em contraponto à riqueza de formas e cores da floresta tropical possivelmente evocavam sentimentos muito diferentes daqueles experimentados por Mário de Andrade, modernista. Talvez o escrivão de Cabral estivesse mais próximo dos valores medievais expressados por Boaventura que reduzia as ciências à teologia, do que com a racionalidade moderna modernista. Talvez, como a filosofia moral de Boaventura provavelmente concebesse a retidão daquele elemento familiar na paisagem como um valor positivo, nos três sentidos em que Santo Alselmo concebia o termo: a) "chama-se reto aquilo cujo meio não excede os extremos"; b) ou a própria vida dos homens guiada por Deus" que se conforma com quem o dirige", sem desviar-se dos seus objetivos; c) ou ainda, aquilo "cujo topo se volta para o alto" (Boaventura 2005, 210-211), esguio.

Distante, ainda, talvez, do espírito de Milkau – personagem alemão de Canaã de Graça Aranha (1902) – impactado pela natureza brasileira:

> Aqui o espírito é esmagado pela estupenda majestade da natureza. Nós nos dissolvemos na contemplação. E, afinal, aquele que se perde na adoração é o escravo de uma hipnose: a personalidade se escapa, para difundir na alma do Todo. A floresta no Brasil é sombria e trágica. Ela tem em si o tédio das coisas eternas (Aranha 1959, 40).

Mas Caminha não se deixa hipnotizar. Ele toma como pontos de referência as palmeiras para seguir seu caminho reto, desviando-se das índias nuas com suas vergonhas descobertas, dos arvoredos coniventes com as formas e os sentimentos humanos, indescritíveis, totalizantes e

emudecedores.

Das palmeiras presentes nos rebeldes versos oswaldianos – que parecem gritar triunfantes "Contra as elites vegetais" – na pintura de *universo limpo e ordenado* de Tarsila do Amaral, e quem sabe daquelas retilíneas de Nicola Antonio Facchinetti, Mário de Andrade trouxe sua imagem refeita com o tom do questionamento – do esboço e do convite iminentemente de fundo pessimista – em vários momentos de sua prosa, fotografia e manuscritos. Nenhuma imagem trabalhada em seu fazer paisagem, de composição estruturada pelo viés do contraste e da ambivalência, se dissolve fácil na língua da memória. Em seus escritos busca subverter a visão dura, insensível ou simplificadora do colonizador em relação a natureza brasileira. Afinal, empenhado na atualização e nacionalização das artes nacionais, Mário elaborava seus textos tendo como foco dois aspectos: 1) o uso das "técnicas do inacabado" – que, por *natureza mais abertas permitem a mancha*; 2) o estudo comparativo das imagens e fatos do país para recriar criticamente a sua tradição, desde Caminha. As imagens colonizadas do país quando transformadas, por Mário de Andrade, em organismo ou obra de arte, recebem uma existência que, primeiro é inserida no movimento do espaço e tempo da vida e, logo, apresentada como uma configuração inteiramente realizada já subtraída das condições e vínculos da sua gênese colonial.

O conflito Brasil-vegetal, entre o arvoredo e a palmeira, no olhar de Mário de Andrade, se volta para a busca de uma paisagem ambígua, entre o primitivo e o civilizado, porém ele sublinha nela o seu verdadeiro sentido: mais *humano e cotidiano* em que *o pitoresco* apresenta *encanto honesto*. Em *Macunaíma*, as palmeiras estão mais para ausências presenças dos cajueiros particulares e bem marcados na obra. Dispostos numa relação entre o uno e o múltiplo, os cajueiros individualizados do mato, na rapsódia, compenetram o todo do país – as vivências do negro, do índio e do europeu, como já assinalamos – possuindo, por isso, aquela posição dupla do fazer paisagem da filosofia de Georg Simmel. Ao que parece, na obra do nosso autor modernista, o lugar dourado das palmeiras (nas obras de José de Alencar, por exemplo) ora é corrigido e ora fazem parte de um debate. Em *O Turista Aprendiz* a "barafunda vegetal" das ilhas amazônicas e os cajueiros nordestinos (ressaltado em sua dimensão gustativa) têm destaques, mas não é deixado de tracejar no relato das viagens o valor estético e social das palmeiras. Mário de Andrade consegue dar passo mais consciente em relação ao olhar duplo e desiquilibrado dos seus precursores para a paisagem brasileira, constituída entre o local e o europeu, o profano e o sagrado: em sua balança de *forma difícil* o peso "voluptuoso" das árvores é maior que o peso regulador das palmeiras.

Exercendo a sua vocação de organizador do pensamento nacional, mais especificamente da construção da narrativa da paisagem cultural brasileira, Mário de Andrade, irá apontar o esforço

construtivo de alguns autores do Romantismo que, ao invés da espontaneidade artística realmente tiveram vontade de dar um passo à frente, no sentido de começar a arrumar, sistematizar e tensionar a nacionalização artística da nova nação, como Gonçalves Dias, Debret e trazemos nesse bojo também o quadro ícone do Romantismo:

Figura 6: A primeira Missa no Brasil" de Victor Meirelles



Fonte: (Meirelles 1860)

Aparece nessa pintura o mesmo procedimento debretiano notado por Mário de Andrade: não deixar o olhar do europeu encobrir e subjugar o elemento nacional. [24] A pintura de Meirelles mesmo que alinhada ao modelo formal artístico ocidental – e, assim, ligado a razão colonial moderna e à consciência cristã medieval – permite que a brasilidade se desponte na disposição do Brasil vegetal. Na delimitação do seu olhar o arvoredo sobressaí em relação a imagem das palmeiras que perde o *status*, sofre rebaixamento: aparece camuflada entre os galhos enormes e irregulares do cajueiro colocado em primeiro plano e atrás do símbolo sagrado centralizado na tela. A palmeirinha convergente para o ponto de fuga da cruz de tamanho miúdo e tronco vergado, de um lado, e de outro, um arvoredo curvo e frondoso.

Se Meirelles com a sua arte fez releitura da visão empobrecida do escrivão Caminha na

[24] Observemos as duas descrições que Mário de Andrade escreveu na legenda da foto de Dulce, filha da Tarsila do Amaral, em pose diante do mato amazônico: "Dolur mostrando/ o tamanhão da /sumaumeira/vencedor" e "Dolur diante da palmeira" filhote e humilhada diante dos troncos exageradamente largos da árvore. CD-Room da edição do livro O Turista Aprendiz (Andrade 2015).

Carta-Certidão, a sensibilidade de Mário de Andrade que sonhou com o dia em que a humanidade seria enriquecida com a nossa paisagem de tradição cultural (“original e nacional”), certamente, com a sua língua travosa que não cuspia o fruto de gosto esquisito, tensionou ainda mais esse conflito de origem do Brasil-vegetal ajudando-nos a chegar mais perto daquela conquista.

Referências:

Fontes

Alencar, José de. 1865. *Iracema*. São Paulo: Martins.

Alencar, José de. 2002. *O guarani*. São Paulo: Paulus.

Amaral, Amadeu. 1920. *Letras floridas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo.

Amaral, Tarsila do. 1925a. *O pescador*. Óleo sobre tela, 66 × 75 cm. Museu Hermitage, São Petersburgo.

Amaral, Tarsila do. 1925b. *Palmeiras*. Óleo sobre tela, 86 × 73,5 cm. Coleção Particular. Reproduzido em Fundação Finambrás, *Tarsila do Amaral*, Projeto Cultural Artistas do Mercosul (Buenos Aires: Fundação Finambrás, [s.d.]), 46.

Andrade, Carlos Drummond de. 2017. *Boitempo: menino antigo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Andrade, Mário de. 1997. *Macunaíma*. Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopez. Coleção Archivos. Madrid; São Paulo: Allca; Scipione Cultural.

Andrade, Mário de. 2015. *O turista aprendiz*. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília: Iphan.

Andrade, Mário de. 1976. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Andrade, Oswald de. 1990. *Pau-Brasil*. Rio de Janeiro: Globo; Secretaria de Estado da Cultura.

Aranha, Graça. 1959. *Canaã*. Rio de Janeiro: F. Briguiet.

Arquivo IEB-USP. [s.d.]. Fundo Mário de Andrade. Série Fotografias.

Azevedo, Aluísio de. 1974. *O cortiço*. São Paulo: Martins.

Bandeira, Manuel. 1998. *Viver, aprender: educação de jovens e adultos 1, módulos 3 e 4*. São Paulo: Global.

Barata, Mário. 1983. "Século XIX: transição e início do século XX." Em *História geral da arte no Brasil*. Walter Zanini (org.).: 377-451. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles.

Barreto, Lima. (1915) 1993. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 17ª ed. Série Bom Livro. São Paulo: Ática.

Caminha, Pero Vaz de. 2003. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Organizado por Sílvio Castro. Porto Alegre: L&PM.

Meirelles, Victor. 1860. *A primeira missa no Brasil*. Óleo sobre tela, 268 × 356 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Melo Neto, João Cabral de. 1985. *Agrestes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Mendes, Murilo. 1994. *Poesia completa e prosa*. Organização, preparação do texto e notas de Luciana Stegagno Picchio. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Niemeyer, Oscar. 2000. *As Curvas do Tempo: As Memórias de Oscar Niemeyer*. Londres: Phaidon.

Niemeyer, Oscar. "Curva." *DF Letras: A Revista Cultural de Brasília* 6 (2009): 73.

Oliveira, Alberto de. 1895. *Versos e Rimas*. Rio de Janeiro: Typ. L'Étoile du Sud.

Prado, Paulo. 1997. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. Organizado por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras.

Quintana, Mário. 1977. *Caderno H*. Porto Alegre: Globo.

Rugendas, Johann Moritz. 1830. *Paisagem na selva tropical brasileira*. Óleo sobre tela, 62 x 49,5 cm. Acervo Staatliche Schlösser und Gärten, Potsdam. http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2988/paisagem-na-selva-tropical-brasileira.

Silva, José Bonifácio de Andrada e. 1946. *Poesias de Américo Elísio*. Vol. 1 de Obras de José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro: INL.

Taunay, Visconde de. 1991. *Inocência*. 19ª ed. São Paulo: Ática.

Van Gogh, Vincent. 1890. *Raízes e troncos de árvores*. Óleo sobre tela, 50 x 100 cm. F816, JH2113. Rijksmuseum Vincent Van Gogh Foundation, Amsterdã.

Bibliografia

Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. 2009. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Massangana; São Paulo: Cortez.

Boaventura [São Boaventura]. 2005. "Redução das ciências à teologia." Em *Filosofia medieval: textos*. Luis Alberto de Boni (org.). 210-211. 2ª ed. Porto Alegre: EdipucRS.

Bosi, Alfredo. 1992. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

Calovi, Ricardo. 2009. "Colunatas vegetais: palmeiras e a cenografia urbana em Porto Alegre." Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Candido, Antonio. 1965. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Carpentier, Alejo. 2009. *O reino deste mundo*. São Paulo: Martins Fontes.

Cascudo, Luís da Câmara. 1967. *História da alimentação no Brasil*. Vol. 1, *Cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Coli, Jorge. 1998. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Collot, Michel. "O Outro no Mesmo." *Alea: Estudos Neolatinos* 8, no. 1 (2006): 29–38. https://doi.org/10.1590/S1517-106X2006000100003.

Collot, Michel. 2010. "Do horizonte da paisagem ao horizonte dos poetas." Traduzido por Eva Nunes Chatel. Em *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Ida F. Alves e Marcia M. Feitosa (org.). 205-217. Niterói: Editora da UFF.

Cunha, Jakeline Fernandes. 2016. "Mário de Andrade, paisagista em O turista aprendiz." Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-09082016-095734/.

Cunha, Jakeline. "Os cajueiros: a paisagem-horizonte de Macunaíma." *Cerrados* 31, no. 60 (2022): 74-88. https://doi.org/10.26512/cerrados.v31i60.43210.

Facchinetti, Nicola Antonio. 1884. *Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro*. Óleo sobre madeira, 22,7 × 65 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Fanjul, Sergio C. 2020. "Si hay palmera, es casa indiana." *El Viajero*, 3 de novembro. https://elpais.com/elviajero/2020/10/29/actualidad/1603965636_187298.html.

Figueiredo, Carmem Lúcia Negreiros. 2010. “Paisagem em três lições.” Em *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Ida Alves Ferreira e Márcia M. M. Feitosa (orgs). 43-52. Niterói: Editora da UFF.

Filgueiras, Tarciso S., e Ariane Luna Peixoto**.** “Flora e Vegetação do Brasil na Carta de Caminha.” *Acta Botanica Brasilica* 16, no. 3 (julho de 2002): 263–72. https://doi.org/10.1590/S0102-33062002000300003.

Freyre, Gilberto. 1977. "O caju, o Brasil e o homem." Nota preliminar para o projeto "Estudo do Caju". Projeto História da Ciência e da Tecnologia no Brasil. Acervo CNRC, Arquivo Central do Iphan, seção Brasília, Recife.

Freyre, Gilberto. 1995. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Harper, Douglas. *“Palma.”* Online Etymology Dictionary. Acesso em 13 de setembro de 2025. https://www.etymonline.com/search?q=palma.

Holanda, Sérgio Buarque de. 1969. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. 2ª ed. rev. e amp. São Paulo: Nacional; Edusp.

Houaiss, Antonio, Mauro Villar, e Francisco Manoel de Mello Franco. 2009. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia.

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2008. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Lopez, Telê Ancona. 1996. *Mariodeandradiando*. São Paulo: Hucitec.

Mota, Mauro. 1982. *O cajueiro nordestino*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.

Oliveira, Thiago Trindade. "A palmeira como legitimadora de espaços: do colonialismo ao excesso imagético, da política até a frente da sua casa." 2022. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. , Porto Alegre, RS

Proença, M. Cavalcanti. 1990. "A bagaceira (ensaio)." Em *A bagaceira, de José Américo de Almeida*, x-xlix. São Paulo: Círculo do Livro.

Sampaio, Teodoro. 1987. *O tupi na geografia nacional*. Introdução e notas de Frederico G. Edelweiss. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL. Coleção Brasiliana, v. 380.

Santos, Milton. 2002. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

Schama, Simon. 2010. *O poder da arte*. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, Lilia Moritz. 1998. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras

Schwarcz, Lilia Moritz. 2008. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarz, Roberto. 1987. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras.

Simmel, Georg. 1996. "A filosofia da paisagem". *Política e Trabalho*, Universidade Federal da Paraíba, 12.

Simmel, Georg. 2006. *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Rivages Poche.

Simmel, Georg. 2009. "A Filosofia da Paisagem." Traduzido por Artur Morão. Textos Clássicos de Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Souza, Gilda de Melo e. 2003. *O Tupi e o Alaúde*: Uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34.

Trivellato, Fred Teixeira. "O Brasil das pinturas e fotografias de viajantes: geografias, narrativas e imagens do Brasil." *Revista História da Arte e Arqueologia*, no. 10 (2009): 7.

Valtierra Lacalle, Ana. "La palmera y la palma: adaptación medieval de una antigua iconografía." *Revista Digital de Iconografía Medieval* 9, no. 17 (2017): 105-124.

Vargas-Zamora, J. A., e J. Gómez-Laurito. "Palmeras, palmas y mirtos en monedas de Costa Rica (1825-1951)." *Lankesteriana International Journal on Orchidology* 6, no. 2 (2015): 65-71.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50236

Do desenvolvimento a segregação: O processo de urbanização em Triunfo – PE no séc. XX

From development to segregation: The urbanization process in Triunfo – PE in the 20th century

Del desarrollo a la segregación: El proceso de urbanización en Triunfo – PE en el siglo XX

Jefferson Allan da Silva [*]

[*] Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PGH) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em Licenciatura em História pela Autarquia Educacional de Serra Talhada (AESET). Bolsista com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: jeffersonallan27@gmail.com

Resumo: Este artigo investiga o processo de urbanização em Triunfo - PE durante a primeira metade do século XX, problematizando como esse período, embora associado ao progresso, promoveu segregação social, racial e espacial, no bairro Alto da Boa Vista, espaço formado a partir de negros, indígenas e trabalhadores pobres. O objetivo deste trabalho é analisar a segregação socioespacial e racial no processo de urbanização de Triunfo – PE, na primeira metade do século XX. A justificativa desse trabalho está na necessidade de revelar as práticas segregadoras na história do município a partir do processo de urbanização. A metodologia utilizada combina pesquisa documental, textos teóricos e entrevistas com moradores locais, buscando articular memória, experiência e materialidade do espaço. Parte-se da hipótese de que a urbanização em Triunfo, ao mesmo tempo que consolidou símbolos de modernidade, reforçou desigualdades históricas.

Palavras-chave: Urbanização; Segregação; Triunfo – PE.

Abstract: This article investigates the urbanization process in Triunfo - PE during the first half of the 20th century, problematizing how this period, promoted social and spatial segregation, especially in the Alto da Boa Vista neighborhood, inhabited mainly by descendants of formerly enslaved people. Its objective is to analyze the segregation of the Alto da Boa Vista neighborhood in the urbanization process of Triunfo – PE, in the first half of the 20th century. The justification for this work lies in the need to reveal the racist practices of exclusion in the municipality's history

through the lens of urbanization. The methodology combines documentary research, theoretical texts, and interviews with local residents, seeking to articulate memory, lived experience, and the materiality of space. The hypothesis is that urbanization in Triunfo, while consolidating symbols of modernity, reinforced historical inequalities.

Keywords: Urbanization; Segregation; Triunfo – PE.

Resumen: Este artículo investiga el proceso de urbanización en Triunfo - PE durante la primera mitad del siglo XX, problematizando cómo ese período, aunque asociado al progreso, promovió la segregación social y espacial, especialmente en el barrio Alto da Boa Vista, habitado mayoritariamente por descendientes de ex esclavizados. Tiene como objetivo analizar la segregación del barrio Alto da Boa Vista en el proceso de urbanización de Triunfo – PE, en la primera mitad del siglo XX. La justificación de este trabajo radica en la necesidad de revelar las prácticas racistas de exclusión en la historia del municipio a partir del proceso de urbanización. La metodología utilizada combina investigación documental, textos teóricos y entrevistas con residentes locales, buscando articular memoria, experiencia y materialidad del espacio. Se parte de la hipótesis de que la urbanización en Triunfo, al mismo tiempo que consolidó símbolos de modernidad, reforzó desigualdades históricas.

Palabras clave: Urbanización; segregación; Triunfo – PE.

Introdução

A urbanização das cidades, especialmente a partir do século XIX, foi marcada por uma profunda reconfiguração espacial orientada pelos ideais de progresso, ordem e modernidade burguesa. A nova cidade moderna passou a expressar fisicamente os valores das elites urbanas, com avenidas largas, praças geométricas e edifícios monumentais (Zucconi 2015), ao mesmo tempo em que relegava as classes populares a espaços periféricos, invisíveis e desvalorizados. Essa lógica de ordenamento urbano, embora frequentemente apresentada como neutra ou "necessária" ao desenvolvimento, carrega consigo marcas de exclusão, violência simbólica e hierarquização social.

Em Triunfo, Pernambuco, a adoção desses modelos de modernização urbana não se deu de forma isolada. Ao contrário, esteve profundamente conectada a uma tentativa de projetar a cidade como "civilizada" e alinhada a valores europeus, sobretudo com a construção de marcos arquitetônicos como o Cine Teatro Guarany e a Igreja Matriz. Porém, ao mesmo tempo em que consolidava símbolos de modernidade, Triunfo reproduzia dinâmicas de segregação, ignorando questões sanitárias e sociais a população negra, indígena e pobre que residia onde hoje é o bairro

Alto da Boa Vista[1], fixando em seu espaço de habitação um matadouro que deixava evidente qual era a forma que a elite triunfense olhava para os moradores do Alto.

É por esse motivo que a cidade deve ser entendida como um espaço de disputas de memória, poder e representações (Pesavento 2008). Esses espaços não são neutros: são moldados por decisões políticas que definem quem ocupa o centro, quem é visível e quem é silenciado. Nesse sentido, o caso do matadouro no Alto da Boa Vista exemplifica o que Moura (2019) conceitua o racismo presente na estrutura social como, a exclusão sistemática de determinados grupos do direito à cidade e à dignidade. Essa violência simbólica, traduzida em decisões aparentemente técnicas ou sanitárias, sustenta e legitima desigualdades históricas.

Mesmo a população do bairro Alto da Boa vista sendo tão importante para a construção e o desenvolvimento de Triunfo, seus moradores e o espaço que eles habitavam foram excluídos da sociedade triunfense. Por esse motivo, é necessário fazer os seguintes questionamentos. Por que o processo de urbanização de Triunfo foi utilizado como instrumento de segregação socioespacial e racial, impactando diretamente as populações que ocupavam os espaços menos valorizados da cidade? Como essa população marginalizada conseguiu subverter as relações sociais em meio ao racismo estrutural?

Buscando responder a esses questionamentos, gostaria de deixar claro que o objetivo deste trabalho não é falar de todos os prédios seculares da cidade, muito menos a importância dos seus idealizadores, o objetivo é analisar a segregação socioespacial e racial no processo de urbanização de Triunfo – PE, na primeira metade do século XX. Para isso será utilizado o método qualitativo, fazendo diálogos transdisciplinares entre ciências humanas, sociais e a oralidade da população do Alto[2].

Por esse motivo, a relevância deste trabalho está na necessidade de evidenciar as práticas segregadoras no processo de urbanização de Triunfo – PE, além de dar visibilidade às comunidades historicamente marginalizadas, contribuindo para o debate sobre direito à cidade (Lefebvre 2001), memória e as práticas discriminatórias na cidade de Triunfo – PE. Com isso, será possível compreender a relação entre urbanização e segregação em Triunfo – PE, ampliando o campo de estudos urbanos e históricos a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Parte-se, assim, da hipótese de que a urbanização em Triunfo ocorreu de forma articulada com a segregação,

[1] Durante o texto também será utilizado a expressão “O Alto” se referindo ao bairro, pois é assim que popularmente o espaço é conhecido.
[2] Para o desenvolvimento da pesquisa realizei entrevistas semiestruturadas com 5 moradores da população do bairro. Optei por preservar a identidade dos entrevistados, por isso, utilizei codinomes para identificar os entrevistados.

consolidando um modelo de cidade que não apenas organiza fisicamente o território, mas também naturaliza desigualdades e perpetua exclusões.

Da Europa a Triunfo – PE: o processo de urbanização

Ao analisar a formação das cidades modernas, é perceptível que o século XIX foi decisivo para transformar os espaços urbanos em estruturas cada vez mais complexas (Zucconi 2015). Esse processo esteve profundamente relacionado à ascensão da burguesia, classe que, desde os séculos anteriores, vinha revolucionando o Velho Continente e que, ao longo do oitocentos, consolidou-se como hegemônica nos campos econômico, político e cultural, moldando os rumos da modernidade europeia. No contexto urbano, essa classe impôs novos padrões de organização espacial baseados na funcionalidade, na higiene, na circulação e no controle social, redefinindo a cidade segundo seus interesses materiais e simbólicos.

A compreensão desse processo se aprofunda a partir da leitura marxista da cidade desenvolvida por geógrafo David Harvey. Em *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (2014), o autor afirma que: "O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização" (Harvey 2014, 30). Essa ligação é responsável pelo desenvolvimento da cidade moderna pensada pelo poder burguês, produzindo um novo ordenamento urbano que naturaliza desigualdades sociais em prol de um suposto "desenvolvimento" materializado concretamente em ruas largas, praças simétricas e edifícios imponentes. Assim, a urbanização não pode ser compreendida apenas como um processo técnico ou estético, mas como uma prática social profundamente marcada pelas relações de classe.

É importante destacar que esse processo de urbanização das cidades europeias não foi uniforme nem simultâneo, ocorrendo de formas distintas e em períodos variados. Guido Zucconi *na* obra *A cidade do século XIX (2015)* explica que a Inglaterra, palco da Primeira Revolução Industrial, foi o primeiro país a experimentar transformações urbanas aceleradas, impulsionadas pela industrialização e pelo intenso fluxo populacional em direção aos centros urbanos. Pouco tempo depois, França, Alemanha, Itália e outros países europeus passaram por processos semelhantes, cada qual com suas especificidades históricas e sociais. Nesse cenário, um dos modelos de urbanização que mais se destacou foi o parisiense, que, segundo Guido Zucconi (2015, 52), "representa o caso extremo de desenvolvimento promovido pelo sistema público no qual tudo, do desenho das plantas ao ciclo de investimentos, foi ativado pela ação do Estado".

O processo de reconfiguração urbana em Paris ficou marcado pelas reformas conduzidas por Georges-Eugène Haussmann, a partir da década de 1850 (Zucconi 2015, Harvey 2014). Essas intervenções atenderam diretamente aos interesses da elite parisiense e não tinham como objetivo apenas o embelezamento da cidade, mas também sua "pacificação", ao afastar as populações pobres das áreas centrais e dificultar insurreições populares, como aquelas que marcaram a Revolução de 1848. A remodelação urbana, nesse sentido, operou como uma estratégia de reorganização espacial do conflito social, utilizando o urbanismo como instrumento de controle e dominação.

Essa experiência tornou-se referência para diversos projetos de modernização urbana ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador passaram por reformas inspiradas diretamente nos princípios haussmannianos de "civilização" e "modernidade". Essa introdução do modelo de cidade moderna no território brasileiro ocorreu de forma articulada a profundas transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram o final do século XIX e o início do século XX.

A abolição da escravização, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, redefiniram o Estado brasileiro, mas não significaram a incorporação da população negra liberta à cidadania plena (Oliveira; Oliveira 2015). Diferentemente do contexto europeu, em que a urbanização esteve fundamentalmente vinculada à consolidação do capitalismo industrial e à luta de classes, no Brasil esse processo incorporou um elemento adicional e estruturante: a questão racial, que passa a organizar de maneira decisiva a produção do espaço urbano.

O sociólogo Clóvis Moura (2019) demonstra que a abolição ocorreu sem qualquer política de reparação ou integração social, lançando os ex-escravizados à marginalização estrutural. Privada de acesso à terra, ao trabalho e à moradia, a população negra foi excluída dos benefícios da modernização urbana desde seus primeiros momentos. Essa exclusão inicial repercutiu diretamente na organização das cidades, contribuindo para a formação de áreas segregadas e consolidando um padrão urbano marcado pela desigualdade racial e social.

Em diálogo com o pensamento de Clovis Moura, Reinaldo José de Oliveira e Regina Marques de Souza Oliveira (2015), afirmam que a segregação racial no Brasil tem origem direta nesse período pós-abolição, quando o Estado e as elites urbanas promoveram transformações espaciais que beneficiaram determinados grupos sociais em detrimento de outros. A população negra foi sistematicamente afastada dos espaços centrais modernizados e empurrada para áreas precárias, pouco valorizadas e carentes de infraestrutura, consolidando uma urbanização marcada por critérios raciais e sociais.

O geógrafo Milton Santos (1979) contribui para essa análise ao evidenciar que a urbanização brasileira se desenvolveu de maneira desigual e seletiva. Em *A urbanização brasileira (1979)*, o autor demonstra que o crescimento urbano, associado ao êxodo rural e às tentativas de industrialização, produziu cidades fragmentadas, nas quais centros bem equipados coexistem com periferias desprovidas de serviços básicos e investimentos públicos.

Essa leitura é aprofundada no campo da arquitetura e urbanismo com Ermínia Maricato (2000) e Raquel Rolnik (1997), que demonstram como o planejamento urbano no Brasil atuou historicamente como instrumento de ordenamento social e exclusão. A reorganização das cidades, materializada na construção de prédios modernos, na requalificação de áreas centrais e na redefinição da malha viária, foi acompanhada por políticas de remoção de cortiços, favelas e habitações populares.

Sob o discurso da modernidade, da salubridade e da ordem, essas intervenções contribuíram para afastar populações negras e pobres dos espaços valorizados, consolidando um padrão de segregação urbana que articula classe e raça. Assim, a cidade brasileira moderna se constitui como um espaço de contradições, no qual o desenvolvimento urbano caminha lado a lado com a produção e a reprodução das desigualdades sociais e raciais.

Esse debate crítico sobre o processo de urbanização e a segregação socioespacial e racial não fica apenas no campo de Geografia, Arquitetura e Urbanismo, História e Ciências Sociais, está presente em várias outras áreas. Na literatura, por exemplo, esse processo foi tematizado na obra "*O cortiço"*, onde Aluísio Azevedo (2019) descreve e critica o processo de transformação urbaniza do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, evidenciando a desigualdade social e as condições que os trabalhadores excluídos se submetiam.

Essa literatura, ao lado de autores como Walter Benjamin (1994) e Michel de Certeau (1998), contribui para compreender que a cidade moderna, apesar de prometer progresso, produziu um espaço fragmentado, onde o direito à cidade, conforme afirma Lefebvre (2001), foi restringido a determinados grupos sociais. A estética urbana, feita de praças e monumentos contrasta com os becos, os cortiços e os matadouros, lugares ocultos do projeto moderno, mas essenciais à sua engrenagem.

Ao refletir sobre isso, compreendo que os modelos de urbanização herdados do século XIX contribuíram e continuam a influenciar nossa forma de excluir grupos sociais inteiros das decisões sobre o espaço urbano. Pesavento (2008) ressalta que a cidade é um espaço social e político marcado por disputas de poder e construção de memória, evidenciando as tensões e exclusões

presentes no ambiente urbano. Essa visão dialoga com Le Goff (2011), para quem o espaço urbano é uma arena onde o poder político se manifesta e se reproduz, moldando as práticas sociais e as relações entre grupos sociais.

Caminhando para além do campo político, as cidades como afirmam autores como Calvino (1990) e Pesavento (2008), não se constituem apenas por ruas e edificações, mas por afetos, memórias e disputas simbólicas. Calvino (1990), em *As cidades invisíveis*, nos mostra que cada cidade tem uma alma múltipla e contraditória, que se revela nos desejos e nos medos de seus habitantes. Já Pesavento (2008) analisa como a memória urbana é construída a partir de seleções, que silenciam determinadas histórias e subjetividades.

Assim, concluo que o processo de urbanização no século XIX, embora carregado de promessas de progresso, incorporou e reforçou estruturas de exclusão. Ao estudar esse período, percebo que é fundamental escutar as vozes silenciadas pela modernidade urbana. É a partir dessas vozes que podemos repensar os sentidos de cidade, patrimônio e justiça urbana. Dentro dessa reflexão, Triunfo, no sertão pernambucano, apesar de se tratar de uma pequena cidade no interior do estado não se insere como uma exceção, pelo contrário, os resquícios da urbanização europeia como produto burguês comercial que ao mesmo tempo que busca o desenvolvimento do centro urbano, segrega e silencia os grupos marginalizados, está nitidamente presente no centro da cidade e nos bairros marginalizados.

A urbanização de Triunfo - PE no século XX

Ainda na primeira metade do século XX, as influências do urbanismo europeu passaram a marcar presença na cidade de Triunfo[3]. Conhecida por suas belezas naturais, clima ameno e pelo potencial turístico, a cidade começou a experimentar mudanças significativas em sua configuração espacial logo após sua emancipação política, ocorrida em 1884. Essas transformações refletiam não apenas uma tentativa de modernização e embelezamento urbano nos moldes europeus, mas também a adoção de valores excludentes, profundamente enraizados em projetos de higienização e controle social. Nesse contexto, os princípios eugenistas, fortemente disseminados entre as elites brasileiras da época, influenciaram diretamente as práticas de ordenamento do espaço, contribuindo para a marginalização das populações negras, pobres e descendentes de indígenas.

[3] Localizada na macrorregião do sertão pernambucano, mas especificamente na microrregião do Pajeú, o espaço recebeu seus primeiros habitantes no início do século XIX, com a chegada de indígenas sob liderança de uma missão católica. Com a morte do líder catequizador em 1824 os indígenas se dispersaram, facilitando a chegada de novos habitantes que foram atraídos pelo clima ameno e terra propicia para agricultura. Com a chegada de famílias influentes o local começou a se desenvolver, como consequência, em 1871 o espaço foi elevado à categoria de Villa do Triumpho e em 1884 conseguiu a emancipação política sendo elevado à categoria de cidade.

Em paralelo ao processo de desenvolvimento urbano de Triunfo surgiu o Alto da Boa Vista, devido à crescente demanda por mão de obra destinada aos trabalhos mais pesados e desvalorizados. Segundo (Jane 2025)[4] os primeiros habitantes do bairro são negros oriundos de regiões quilombolas do Livramento e das Águas Claras, que diante da distância em relação aos locais de trabalho, passaram a erguer casas de taipa em um morro situado nas proximidades das principais vias da cidade. Gradualmente, o espaço foi sendo ocupado por uma população majoritariamente composta por negros, indígenas e trabalhadores pobres, que encontraram naquele território a possibilidade de permanência urbana, ainda que à margem da cidade formal.

Desde sua formação, o Alto foi marcado por um processo de exclusão estrutural, isso ficou evidente nas cinco entrevistas realizadas. Embora sua população fosse fundamental para a materialização das influências urbanísticas e dos projetos de modernização idealizados pela elite local, o poder público ignorou sistematicamente suas demandas por infraestrutura, serviços básicos e reconhecimento institucional. Conforme analisam Oliveira; Oliveira (2015, 6), esse padrão de segregação racial e social não é episódico, mas constitutivo da urbanização brasileira, na qual grupos racializados são incorporados como força de trabalho, ao mesmo tempo em que são excluídos do direito pleno à cidade.

Nesse contraste entre o centro de Triunfo e o Alto, é fundamental considerar que, para além da questão racial, assim como ocorreu nas cidades europeias e nos grandes centros urbanos brasileiros as dimensões das classes sociais desempenhou papel central no processo de urbanização local, logo o urbanismo em Triunfo foi impulsionado sobretudo por comerciantes e setores economicamente privilegiados que "ironicamente" também estiveram presente na política local. Entre as figuras que se destacaram nesse processo estão os primos Manoel Siqueira Campos e Carolino Campos, ambos comerciantes que prosperaram economicamente e buscaram promover o desenvolvimento da cidade, contribuindo para que Triunfo fosse reconhecida como a "Corte do Sertão".

Segundo André Vasconcelos (2018), no ano de 1916, com apoio do governo do estado, os primos inauguraram a rodovia Rio Branco[5] que liga Triunfo a cidade de Flores – PE, trecho extremamente importante para desenvolvimento do comércio no município. Nilda Campos (2003) em sua obra enaltece o protagonismo de Manoel e Carolino que segunda ela, foram prefeitos de Triunfo nas primeiras décadas do século XX. Foi justamente nesse contexto que a cidade recebeu as

[4] Jane (41 anos, artesã, produtora cultural, dentre outras atividades no campo da cultura) foi a primeira entrevistada, moradora do Alto desde o nascimento, ela explicou durante a entrevista que tem descendência cariri e quilombola por parte de pai.
[5] Popularmente conhecido por Serra do Brocotó.

principais influências urbanísticas vindas da Europa que ajudaram a desenvolver o centro cidade, mas também a segregar ainda mais a população negra, indígena e trabalhadora, em especial a que residia no Alto.

Ao chegar no centro histórico de Triunfo nos dias atuais fica evidente a forte influência arquitetônica europeia do início do século XX. Entre os principais símbolos dessa urbanização planejada está o Cine Teatro Guarany[6], inaugurado em 1922, cuja arquitetura segue o estilo eclético, com predomínio de elementos neoclássicos. A estrutura em alvenaria de pedra e cal[7], combinada com detalhes decorativos, demonstra uma tentativa deliberada de inserir Triunfo em uma rede simbólica de cidades "civilizadas", em diálogo com os valores estéticos das elites culturais da época. Segundo Wanessa Campos (2023), escritora e parente de Manoel e Carolino, a planta do prédio foi encomendada a um arquiteto francês, que infelizmente não foi identificado, mas cuja influência francesa é perceptível na composição simétrica da fachada, nos ornamentos e nas proporções elegantes do edifício.

A localização do Cine Teatro Guarany no centro histórico reforça sua função de elemento estruturador da vida urbana, funcionando como ponto de convergência cultural e social. Além de abrigar apresentações teatrais e cinematográficas, o edifício participou ativamente do cotidiano da cidade, consolidando o espaço central como local de prestígio e sofisticação. O teatro, portanto, não era apenas um equipamento de lazer, mas um símbolo do projeto de modernização urbana que visava conferir identidade estética e cultural ao núcleo urbano, reforçando hierarquias entre centro e periferia.

Apesar da imponência e da beleza arquitetônica do Cine Teatro Guarany, seu espaço foi historicamente destinado à elite triunfense, funcionando como um símbolo de prestígio e sofisticação, inacessível para grande parte da população de bairros e comunidades como o Alto. Questões financeiras eram apenas uma das barreiras; como recorda uma das entrevistadas, "sempre que alguém daqui de cima ia para lá (Guarany) era insultado ou as pessoas ficavam olhando com cara de insatisfação, por isso passamos a ir para outros lugares menos preconceituosos" (Dona Maria, 2024)[8].

[6] Em alguns momentos utilizarei apenas Guarany, pois é assim que a população local se refere ao prédio. Segundo Nilda Campos (2003, 14) o nome do Cine e Theatro foi dado por Carolino Campos devido seu encanto pela "'Abertura' da ópera O GUARANY de Carlos Gomes".

[7] Alguns moradores e memorialistas afirmam que foi utilizado óleo de baleia na construção, mas não encontrei nada que comprove essa informação.

[8] Dona Maria foi a terceira entrevistada (62 anos, aposentada) de forma crítica analisou as transformações que o Alto passou na segunda metade do século XX.

Esse relato revela que a centralidade cultural do teatro não se estendia a todos, evidenciando a desigualdade no acesso aos bens simbólicos da cidade e reforçando o contraste entre o centro planejado e os bairros periféricos. Assim, enquanto o Guarany consolidava a ideia de Triunfo como cidade civilizada e moderna, o Alto da Boa Vista permanecia à margem dessa narrativa, reafirmando uma segregação urbana que atravessava tanto o espaço físico quanto as experiências cotidianas de seus moradores.

Figura 01. Registro do Cine Theatro Guarany de dezembro de 1966



Fonte: Blog Opinião de Triunfo, 2017. Disponível em: https://opiniaotriunfodigital.blogspot.com/2017/02/icone-da-historia-e-da-cultura.html.

Figura 02. Registro feito em fevereiro de 2023, meses após a reinauguração do cine teatro Guarany



Fonte: Registro de Felipe Souto Maior disponível no site da Folha PE. https://www.folhape.com.br/cultura/teatro-cinema-guarany-celebracao-de-101-anos-de-historia-tera-filmes/258792/

Assim como o Guarany, outro elemento fundamental na composição do centro histórico triunfense é a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, cuja construção foi iniciada em 1926[9] e finalizada em 1928 por Monsenhor Elizeu Diniz, ela é uma mistura de estilos arquitetônicos, como o neoclássico, barroco e o gótico. Marcada por uma torre central com frontão e cruz, além de portas e janelas em arco ogival, a igreja exerce um papel estruturador tanto no imaginário religioso quanto na organização espacial da cidade. Em seu entorno, surgem casarões com porões altos, janelas com molduras de madeira e balcões de ferro, que compõem um tecido urbano marcado pela simetria e pelo controle estético dos espaços centrais.

[9] No local da igreja existia uma capelinha que foi substituída pelo moderno e imponente projeto arquitetônico religioso.

A integração da Igreja Matriz à malha urbana do centro histórico reflete diretamente princípios de planejamento observados nas cidades europeias do século XIX, onde templos e praças funcionavam como núcleos organizadores do espaço urbano. Com uma praça a sua frente e cercada por casarões e casarios com fachadas harmoniosas, que seguem uma lógica de simetria e hierarquia visual que guia o olhar e a circulação. A Igreja Matriz da cidade segue essa configuração que cria um efeito de centralidade, destacando o templo como ponto focal e conferindo coesão ao tecido urbano, ao mesmo tempo em que estabelece referências claras para o posicionamento de comércio, serviços públicos e residências de famílias influentes. A prova de sua influência está também na feira livre que se instala nas ruas em sua volta durante os sábados e que antecede a emancipação da cidade.

Desse modo, a Igreja Matriz atua não apenas como marco religioso, mas como elemento estruturador da cidade, articulando a dimensão simbólica com a ordenação física do espaço. Esse conjunto de edificações forma o centro histórico, onde se localizavam os principais serviços públicos, o comércio e as residências das famílias influentes, estabelecendo uma clara diferenciação em relação aos bairros periféricos como é o caso do Alto. A estética urbana, portanto, funcionava como linguagem visual de poder, ao mesmo tempo em que ajudava a demarcar fronteiras sociais e raciais (Oliveira e Oliveira 2015).

Figura 03. Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores em 1943



Fonte: Blog Opinião de Triunfo 2018. Disponível em: https://opiniaotriunfodigital.blogspot.com/2018/12/registro-fotografico-igreja-matriz-de.html.

Figura 04. Registro feito em dezembro de 2024 após a igreja passar por uma reforma e revitalização



Fonte: Essa fotografia foi tirada pelo fotografo profissional triunfense Juan Feres

Além desses dois prédios simbólicos na cidade de Triunfo, podemos destacar inúmeros outros que ganham destaque na malha urbana da cidade no mesmo contexto (primeira metade do século XX), como por exemplo, o Colégio Stella Maris construído por irmãs da ordem Maristela que vieram da Alemanha na década de 1940, o Convento São Boa Ventura que foi construído na mesma década com finalidade ser uma escola apostólica. O planejamento e alargamentos das duas principais vias comerciais[10]. O prédio construído por Manoel Siqueira Campos, a princípio como residência, atualmente utilizado como Centro de Cultura Padre Ibiapina (CCPI), além de inúmeros outros casarios com suas fachadas estravagantes que estão presente no centro histórico da cidade.

Figura 05. Na imagem é possível ver o centro da cidade e o bairro Alto da Boa Vista[11]



Fonte: Captura de imagem do Google Earth em 14 de setembro de 2025.

Em oposição a esse núcleo simbólico e monumental, encontra-se o matadouro público construído no bairro Alto da Boa Vista, em 1927. Erguido em uma área elevada e afastada do centro, tradicionalmente habitada por populações negras e pobres, o equipamento público revela a faceta excludente da política urbana. A escolha desse local para o matadouro não foi neutra: além de afastar os maus odores do centro, reafirmava simbolicamente a posição marginalizada desses grupos no espaço urbano.

[10] Atualmente chamadas de Av. Getulio Vargas (Rua do Fiado) e Rua Manoel Pereira Lima (Rua Grande)

[11] Na imagem, observa-se o centro histórico da cidade e o bairro Alto da Boa Vista. As letras A e B indicam duas ruas que constituem as principais artérias urbanas, onde se concentra o comércio local. A letra C assinala o Arruado Padre Ibiapina, considerada a rua mais antiga da cidade, responsável por ligar o lago à Igreja Matriz. Já os números destacam pontos de referência relevantes: 1 – Cine Theatro Guarany; 2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores; 3 – Centro de Cultura Padre Ibiapina; 4 – Stella Maris (em localização mais afastada); 5 – prédio da antiga Cadeia, atualmente utilizado pelo Sesc como Fábrica de Criação Popular; e 6 – antigo matadouro, onde hoje funciona a Casa do Careta.

O prédio do matadouro, embora de construção mais simples em comparação com os outros citados, seguia padrões funcionais da época, com telhado de duas águas, estrutura em alvenaria e aberturas amplas para ventilação. Seu posicionamento urbano está diretamente ligado a questões raciais e socioespaciais em que decisões técnicas e administrativas são atravessadas por lógicas de exclusão racial e social. Assim, a urbanização triunfense, está longe de ser um processo exclusivamente técnico ou estético, foi também um mecanismo de reprodução das desigualdades históricas, estruturando a cidade de forma hierarquizada e racializada.

Figura 06. Podemos ver o matadouro a esquerda, se trata de um registro da segunda metade do século XX



Fonte: Registro do acervo pessoal de Iêdo Ferraz.

Figura 07. Se trata de uma fotografia feita em 2019 após o matadouro passar por reforma e se tornar a casa do careta, local destinado a história e desenvolvimento do personagem.



Fonte: Registro retirado do Blog Opinião de Triunfo. Acesso em: https://opiniaotriunfodigital.blogspot.com/2019/07/exposicao-na-casa-do-careta-conheca.html

O matadouro representou, durante décadas, um espaço central na dinâmica econômica e social de Triunfo. Com base nas falas dos entrevistados, o espaço era mais do que um local de abate, era o ponto de sustentação de inúmeras famílias que encontravam na "matança" uma forma de sobrevivência e organização comunitária. A transmissão do ofício de pais para filhos, que se tornavam marchantes, construiu uma tradição que unia gerações em torno do trabalho com o gado, conferindo ao bairro um papel fundamental na vida produtiva da cidade, como relatou Maria de Souza [12], "tudo que a gente conseguiu na nossa família foi através da matança" (Maria de Souza 2025), evidenciando o quanto a atividade se tornou base material e simbólica da vida no Alto.

Entretanto, o funcionamento do matadouro também deixou marcas profundas no espaço urbano e no cotidiano da comunidade. O cheiro forte, resultado das fezes, do sangue e dos restos de animais, era parte da rotina das famílias, que conviviam com uma paisagem impregnada pelos resíduos do abate. "Mal cheiro existia né? Porque era as fezes dos bois, era o sangue dos bois, de qualquer maneira ia ter mal cheiro, mesmo fazendo toda a limpeza" (Maria de Souza 2025), recorda a mesma entrevistada. Essa experiência cotidiana reforça como o bairro foi historicamente destinado às atividades vistas como "sujas", em oposição ao centro da cidade, valorizado pela estética e pela noção de progresso.

As falas de Maria de Souza e Jane dialogaram acerca das atividades no matadouro, segundo as entrevistadas o espaço era utilizado como açougue, matança dos animais e a venda da carne. Os dias de maior movimentação era a sexta quando os trabalhadores matavam os bichos e o sábado que era dia de feira na cidade e por isso a lateral do matadouro ficava repleta de cavalos e jumentos das pessoas que iam comprar a carne. Mestre Nino (2024)[13] explica que como na época não tinham reservatórios de resfriamento e congelamento (Freezer e Geladeiras), os trabalhadores utilizavam o sal para não perder a carne, por isso o prédio também era conhecido por salgadeira.

Esse uso constante de sal nas práticas de conservação da carne marcou definitivamente as casas do bairro: "hoje nossas casas é tudo cheia de salmoura, por causa da salgadeira. Até a igreja matriz se você passar a mão nos pilar e colocar na boca é sal puro" (Maria de Souza 2025). Essa memória evidencia como a atividade deixou marcas materiais no território e ao mesmo tempo reafirma a relação de pertencimento da comunidade com esse espaço.

[12] Maria de Souza (75 anos, aposentada), quarta entrevistada, viu toda sua familia presente nas atividades do Matadouro.
[13] Mestre Nino (54 anos, artesão, artista e servidor público) foi o segundo entrevistado. É considerado uma das maiores referências da cultura triunfense.

Percebi também nas falas dos entrevistados o valor sentimental que o prédio carrega para população do bairro, que é o que Pierre Nora (1993, 13) chama de lugares de memória. Pois apesar do impacto ambiental e social do matadouro, o prédio se tornou um símbolo (Chartier 2002)[14] do bairro, sendo utilizado para várias atividades culturais e sociais a partir da última década do século XX (Jane 2025). Mesmo diante do estigma e do preconceito, o matadouro simbolizou a capacidade do Alto da Boa Vista de transformar adversidades em identidade e produção cultural, tornando-se berço de blocos carnavalescos, tradições e artistas que moldaram a história de Triunfo.

Alto-Cultura: um espaço de resistência

Assim como a elite local escreve livros e fazem declarações enaltecendo o Cine – Teatro Guarany, a população do Alto traz consigo em suas memórias coletivas (Halbwachs 2006)[15] e experiências relatos sobre o prédio do Matadouro. Por isso, apesar do matadouro ter uma finalidade racista e segregador, um mecanismo de subordinação dos moradores a um ambiente insalubre. A narrativas dos moradores do bairro também revelam um espaço de resistência e de afirmação comunitária. O bairro consolidou práticas informais de sociabilidade e modos de produção cultural que desafiaram o impacto negativo do equipamento. Esse processo se assemelha ao que Pesavento (2008) chama de construção da memória urbana a partir das práticas cotidianas, onde até o matadouro, símbolo de exclusão, faz parte da história viva do lugar.

Todavia, é importante deixar claro que o preconceito não esteve apenas na implementação do prédio. A marginalização do bairro também se expressa em termos simbólicos e linguísticos. A população local, em especial os descendentes de negros escravizados, passaram a ser pejorativamente chamados de "os negos da Matança" como explica Mestre Nino em entrevista realizada em 2024:

> antigamente chamavam a gente de os negos da matança, no oitão de onde atualmente é a Casa do Careta, era o matadouro, era um açougue, chamada salgadeira. Não tinha energia elétrica aí tudo era conservado no sal, era a matança, porque matavam gado lá. E tinha esse preconceito: 'lá vem os negos da matança e tal'. Quando a gente passava com o berimbau para treinar, porque a gente não tinha lugar certo, eles diziam: 'lá vai os vagabundos' (Mestre Nino 2024).

Esse insulto racializado expressa não só a associação da negritude com a sujeira e a morte, mas também uma tentativa de desumanizar e inferiorizar os moradores da região. Tal alcunha carrega o peso de séculos de discriminação, sendo perpetuada no imaginário local como forma de

[14] Para Chartier (2002, 19) símbolo são todos "os signos, actos ou objectos, todas as figuras intelectuais ou representações colectivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural.
[15] Para Halbwachs em sua obra *Memória Coletiva (2006)* memória coletiva não é a soma de lembranças individuais, mas um processo social**,** construído e organizado pelos grupos aos quais o indivíduo pertence**.**

marcar a inferioridade social e étnica do bairro. O próprio nome "Matança", além de remeter à prática do abate, torna-se metonímia de exclusão e marginalidade. Como afirma Moura (2019), o racismo se inscreve não apenas nos discursos, mas nos espaços e nas materialidades. O matadouro, permanece como testemunho arquitetônico dessa violência histórica.

Para resistir a esse processo de marginalização o negro fez uso da cultura, podendo destacar nesse sentido os Caretas, figura folclórica que surgiu em Triunfo – PE por volta de 1917 e se desenvolveu nas décadas seguintes nos períodos de carnaval, com protagonismo da população do Alto. Utilizando roupas antigas e trecarias se fantasiavam, colocavam uma máscara, chapéu de palha personalizado e com o relho[16] nas mãos saiam brincando pelas ruas e chamando atenção da população. No final do século XX, Triunfo começou a se desenvolver como uma cidade polo do turismo no estado, aumentando a chegada de visitantes atraídos pelo clima e belezas naturais e históricas. É nesse contexto que as expressões culturais desenvolvidas no Alto começam a chamar atenção e passando a ser mais valorizada. Foi nesse contexto que

> O Careta transcendeu a figura carnavalesca e transformou-se em uma imagem com uma carga simbólica expressiva, estampada em fachadas de empresas, em embalagens de produtos locais. Nessa perspectiva, situamos a imagem do Careta também como uma fonte geradora de renda para o local. (Santos e Lucena Filho 2017, 237).

É nesse cenário que os produtores culturais do Alto passaram a ser integrados na sociedade triunfense, conseguindo com isso, subverter as relações raciais na cidade. Mas como afirma Mestre Nino em entrevista realizada "é um trabalho que vem sendo feito devagarzinho, é difícil, o preconceito não se acabou". Assim como Nino, na entrevista com Nice[17], ela afirma que o preconceito "ainda tem, mas não é como antes. Porque quando fala 'a tem uma casa na matança para alugar' o povo já responde 'ah, na matança eu não quero!'" (Nice 2024). Porém os avanços são perceptíveis e um excelente exemplo dessas transformações sociais está justamente na função do Matadouro.

O prédio que fica logo na entrada do bairro marginalizado foi desativado no início dos anos 1990 justamente por não atender as necessidades mínimas de higiene e limpeza. Em uma tentativa de apagar os atos racistas e de classe, principalmente pelo fato da cidade se tornar um polo do turismo do estado e o Alto ser o espaço que sustenta a cultura triunfense. A prefeitura passou a incentivar as atividades na comunidade, fazendo uma integração dos moradores a sociedade triunfense, um exemplo disso é que no ano de 2019 o prédio que foi construído como matadouro foi reformado, revitalizado e ressignificado, se tornando o Museu e Casa do Careta. Espaço utilizado

[16] Chicote, feito atualmente com corda industrial.
[17] Nice foi a quinta entrevistada (39 anos, merendeira escolar)

para disseminar a história do careta e incentivar as crianças a manter viva a tradição cultural do brincante.

Apesar de ficar evidente o interesse público na expansão do turismo e venda da cultura gerada no espaço, é necessário valorizar as conquistas da população negra que conseguiu subverter o racismo na cidade e conquistar condições de humanidade que praticamente não existiam há um século atrás. Ressalto também que a população do Alto tem consciência dos interesses do setor comercial e público e entendem que as conquistas não são frutos de uma benevolência da branquitude, mas sim de resistência, de luta. Dona Maria deixa isso claro durante a entrevista:

> Toda vida chamaram a gente de as negas da matança, hoje é que eles têm mais medo de chamar, mas toda vida nós foi conhecido na rua como nega da matança. Aqui até hoje o povo quer meter a língua na gente... Aqui a maioria do povo é Artesão, coisa que lá em baixo não tem né? Porque a cultura nossa aqui em cima é artesanato só que não somos reconhecidos direito por que? Porque nós mora no Alto. Isso daqui não tinha calçamento, tudo era só mato, pedra... hoje nós tem isso daqui, que por sinal tá servindo mais para os turistas do que para nós. Ai o povo não vê que o povo hoje ta correndo para o Alto. Enquanto nós somos matanceira (Dona Maria 2024).

Mesmo entrevistando os moradores em datas e espaços diferentes, suas falam dialogam, se encontram, e ao se encontrar, ecoam como o estralo do relho; gritam, como fazem as crianças nos jogos de futebol; se entrelaçam, como os corpos negros na roda de capoeira; se conectam, como os batuques das cambindas com suas baianas ao descer as ladeiras; essa conexão é o que faz do Alto, resistência. É o que faz do Alto Cultura.

Considerações finais

Após a análise desenvolvida ao longo deste trabalho, fica evidente que o processo de urbanização de Triunfo – PE não se resume ao avanço arquitetônico e funcional, ele se revela como um projeto carregado de intencionalidades políticas, sociais e simbólicas. A escolha de implantar o matadouro no Alto da Boa Vista, por exemplo, demonstra como certas intervenções urbanas podem reforçar desigualdades, marginalizar territórios e consolidar práticas de segregação socioespacial e racial.

Percebe-se que a lógica de modernização adotada, inspirada nas reformas urbanas europeias do século XIX, foi utilizada como ferramenta para hierarquizar espaços e populações, legitimando exclusões e invisibilizando histórias locais. A cidade, longe de ser neutra, torna-se palco de disputas pelo poder, pela memória e pelo direito de existir e resistir.

Dessa forma, a escrita deste trabalho evidencia que compreender o urbano vai além de observar ruas, praças e edifícios: é necessário enxergar os sujeitos que habitam esses espaços, suas lutas e suas estratégias de sobrevivência. Ao resgatar essas narrativas, reafirma-se a importância de

uma história social e cultural que dê voz aos sujeitos historicamente silenciados e questione as formas de exclusão ainda presentes no tecido urbano.

A análise também aponta para a necessidade de repensar o modo como se constrói a memória da cidade. Triunfo, ao longo de sua história, foi exaltada como "cidade que triunfou", uma narrativa que privilegia a elite local e oculta os conflitos sociais internos. O Alto da Boa Vista, com sua forte contribuição cultural e histórica, aparece muitas vezes apenas como apêndice, e não como protagonista. Resgatar essas memórias significa desafiar o mito da harmonia social e reconhecer os efeitos de uma urbanização seletiva.

Outro ponto importante é a forma como o racismo se materializa no espaço. O caso do matadouro, implantado em um bairro de população negra e pobre, não deve ser lido como um acaso, mas como parte de um processo mais amplo que associa determinadas comunidades à sujeira, ao cheiro e ao trabalho pesado. Essa associação, longe de ser apenas simbólica, tem efeitos concretos, como o estigma e o preconceito relatados pelos moradores do Alto, que enfrentaram barreiras no campo das relações sociais e afetivas dentro da própria cidade.

Assim, compreender o matadouro e a urbanização de Triunfo significa também compreender como se produzem práticas de racismo no interior do Brasil. Essa perspectiva amplia o olhar sobre o urbano, mostrando que não apenas as grandes capitais sofreram com políticas excludentes, mas também cidades interioranas, que reproduziram, em menor escala, modelos de segregação socioespacial e racial. Nesse sentido, o estudo contribui para uma leitura mais crítica do urbanismo brasileiro, que frequentemente ignorou as populações negras e pobres em nome do "progresso".

Além disso, a pesquisa reforça o papel da memória como elemento fundamental na reconstituição da história urbana. As entrevistas com moradores revelaram um patrimônio imaterial rico, que inclui narrativas sobre a infância no matadouro, o cotidiano marcado pela presença do sal e as práticas culturais originadas no bairro. Esses relatos são fundamentais porque desafiam a história oficial, inserindo novas vozes no debate e mostrando que a cidade é construída também pela experiência dos que resistem às margens.

Por fim, cabe destacar que este trabalho não se encerra em si mesmo, mas abre caminhos para novas pesquisas e reflexões. A relação entre urbanização e exclusão em Triunfo ainda pode ser explorada sob diversas perspectivas, como a questão do turismo, das políticas públicas atuais e da preservação da memória. Mais do que um exercício acadêmico, trata-se de um compromisso ético e político: dar visibilidade às histórias do Alto da Boa Vista e reconhecer sua centralidade na formação da cidade.

Em síntese, ao problematizar o processo de urbanização de Triunfo, evidencia-se que o verdadeiro triunfo da cidade não está apenas em seus casarões ou no seu centro histórico, mas na resistência de comunidades que, mesmo diante do estigma e da marginalização, criaram cultura, identidade e pertencimento. O Alto da Boa Vista, longe de ser periferia cultural, se afirma como coração pulsante de Triunfo.

Referências bibliográficas

Azevedo, Aluísio. 2019**.** *O Cortiço*. Jandira, SP: Principis.

Benjamin, Walter. 1994**.** *Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Brasiliense.

Calvino, Italo**.** 1990. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.

Campos, Nilda. 2003**.** *Cine–Teatro Guarany*. Recife: Edição do autor.

Campos, Wanessa. 2023**.** *Theatro Cinema Guarany: 100 anos*. Recife: Cepe.

Certeau, Michel de. 1998. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.

Chartier, Roger. 2002**.** *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

Halbwachs, Maurice. 2006**.** *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

Harvey, David. 2014**.** *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Boitempo.

Le Goff, Jacques. 2011**.** *Em busca do tempo sagrado: Jacques de Voragine e a Lenda Áurea*. Paris: Perrin.

Lefebvre, Henri. 2001**.** *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Maricato, Ermínia**.** 2000**.** "As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil." Em *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Otília Arantes, Carlos Vainer, e Ermínia Maricato (orgs). 121–192. Petrópolis: Vozes.

Moura, Clóvis. 2019**.** *Sociologia do negro brasileiro*. Vol. 4. São Paulo: Perspectiva.

Nora, Pierre. 1993. "Entre memória e história: a problemática dos lugares." *Projeto História* 10 (dezembro): 7–28.

Oliveira, Reinaldo José de, e Regina Marques de Souza Oliveira. 2015. Origens da segregação racial no Brasil. Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM, n. 29. Disponível em: https://doi.org/10.4000/alhim.5191. Acesso em: 16 dez. 2025.

Pesavento, Sandra Jatahy. "História, memória e centralidade urbana." *Mosaico* 1, no. 1 (2008): 3–12.

Rolnik, Raquel. 1997. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel.

Santos, Milton. 1979**.** *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Vera Lúcia Xavier, e Lucena Filho, Severino Alves. 2017. "Careta de Triunfo/PE, folkmarketing e desenvolvimento local". *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* 13, no. 24 (2017): 232–243. Disponível em: https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/252. Acesso em: 01 jul. 2025.

Vasconcelos, André. *Triunfo – PE: Uma análise da relação entre desenvolvimento, turismo e missão no Sertão do Nordeste*. 2018. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB.

Zucconi, Guido. 2015**.** *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva.

Entrevistas[18]

Dona Maria, 03 de outubro de 2024, Triunfo – PE.

Jane, em 03 de julho de 2024, Triunfo – PE.

Maria de Souza, em 14 de julho de 2025, Triunfo – PE.

Mestre Nino, em 01 de julho de 2024, Triunfo – PE.

Nice, em 28 de outubro de 2024, Triunfo – PE.

[18] Como já foi informado anteriormente, será utilizado codinomes para preservar a identidade dos entrevistados

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50202

Paisagem em disputa: Vila Aparecida, patrimonialização e a fabricação da ‘desordem’ em Ouro Preto

Landscape in dispute: Vila Aparecida, heritage-making and the fabrication of “disorder” in Ouro Preto

Paisaje en disputa: Vila Aparecida, patrimonialización y la fabricación del “desorden” en Ouro Preto

Gabriel Luz de Oliveira[*]

[*] Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, professor da educação básica na rede pública de Minas Gerais e autor de “Os veios profundos de Mariana” (2024). Dedica-se ao estudo das dinâmicas espaciais e das experiências urbanas em cidades-patrimônio. E-mail: luzgabriel@outlook.com.br

Resumo: Este artigo analisa a Vila Aparecida, em Ouro Preto, transformada em símbolo de “desordem” urbana a partir de sua interferência na paisagem do sítio histórico tombado. Formada desde meados do século XX por concessões fundiárias, autoconstruções e fluxos migratórios, a Vila ganhou centralidade política em 2011, quando uma perícia do Ministério Público Federal, ao inspecionar obras de expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), apontou incidentalmente suas casas como problema paisagístico. O episódio mostra como a noção de desordem funciona como gramática que naturaliza a exclusão: necessidades de moradia aparecem como ruído, enquanto se toma como ordem a preservação de um cenário que busca recompor a atmosfera do século XVIII – casario colonial emoldurado por encostas verdes. Em chave materialista-dialética, argumenta-se que o bairro não é anomalia, mas produto histórico das contradições entre a reprodução da vida popular e a mercantilização da paisagem. Documentos administrativos, laudos técnicos e registros fundiários permitem discutir como normas e planos não enfrentam essas contradições, limitando-se a administrá-las e reforçando hierarquias urbanas que a Vila torna visíveis.

Palavras-chave: Ouro Preto; Vila Aparecida; paisagem urbana.

Abstract: This article examines Vila Aparecida, in Ouro Preto, turned into a symbol of urban “disorder” due to its interference in the landscape of the listed historic site. Formed since the mid-20th century through land concessions, self-construction and migration flows, the neighborhood only became a political concern in 2011, when a Federal Prosecutor’s Office report, during the inspection of construction works at the Federal Institute of Education, Science and

Technology of Minas Gerais (IFMG), incidentally framed its houses as a landscape problem. The case illustrates how the notion of disorder operates as a grammar that naturalizes exclusion: housing needs are framed as noise, while order is associated with preserving an eighteenth-century atmosphere – colonial houses framed by surrounding green hills. From a dialectical materialist perspective, the neighborhood is not an anomaly but a historical product of the contradictions between the reproduction of popular life and the commodification of the landscape. Administrative documents, technical reports and land records show how legal norms and planning schemes do not confront these contradictions, but instead manage them, reinforcing urban hierarchies that the neighborhood makes visible.

Keywords: Ouro Preto; Vila Aparecida; urban landscape.

Resumen: Este artículo analiza la Vila Aparecida, en Ouro Preto, transformada en símbolo de "desorden" urbano a partir de su interferencia en el paisaje del sitio histórico declarado patrimonio. Formada desde mediados del siglo XX mediante concesiones de tierras, autoconstrucción y flujos migratorios, la Vila solo adquirió centralidad política en 2011, cuando una pericia del Ministerio Público Federal, al inspeccionar las obras de expansión del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Minas Gerais (IFMG), señaló incidentalmente sus casas como un problema paisajístico. El episodio muestra cómo la noción de desorden funciona como una gramática que naturaliza la exclusión: las necesidades de vivienda aparecen como ruido, mientras se toma como orden la preservación de un escenario que busca recomponer la atmósfera del siglo XVIII – casas coloniales enmarcadas por laderas verdes. En clave materialista-dialéctica, se sostiene que el barrio no es una anomalía, sino un producto histórico de las contradicciones entre la reproducción de la vida popular y la mercantilización del paisaje. Documentos administrativos, informes técnicos y registros de tierras permiten discutir cómo las normas y los planes no enfrentan estas contradicciones, sino que se limitan a administrarlas, reforzando jerarquías urbanas que la Vila hace visibles.

Palabras clave: Ouro Preto; Vila Aparecida; paisaje urbano.

Considerações iniciais: a descoberta incidental e a paisagem em disputa

Poucas histórias são tão didáticas quanto esta: a "ameaça" da Vila Aparecida à paisagem de Ouro Preto não foi identificada por um grande plano diretor nem por um inventário visionário, mas por acidente – um efeito colateral administrativo. Em 2011, durante a inspeção da expansão das instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), tudo estava regular no canteiro que interessava; a perícia, contudo, tropeçou em algo fora do roteiro: as casas na encosta vizinha "interferiam" na legibilidade do conjunto tombado (Ministério Público Federal 2012):

> A Vila Aparecida é a ocupação urbana que mais interfere na visada da moldura do sítio tombado inicialmente pensada para ser de vegetação. Isso porque essa ocupação territorial eliminou quase totalmente a massa vegetal do trecho da vertente. A Vila Aparecida continua em franca expansão no sentido de crescimento vertical de suas residências, o que contribui para a redução da ambiência setecentista no centro histórico de Ouro Preto. Não se sabe qual providência o poder público pretende tomar. Diante disso, ação política pode ser feita para motivar a proposição de controle urbanístico direcionado ao morro do Cruzeiro [...] (Ministério Público Federal 2012, 20).

Não é difícil antecipar quem se tornou o novo foco de preocupação: não foram transformações estruturais, mas o bairro popular que, existindo à margem e crescendo como pôde, acabou alçado à condição de protagonista incômodo. O acaso, às vezes, tem olhar seletivo. Para compreender a dimensão dessa cena, é preciso situar o leitor no espaço. A Vila Aparecida se espraia pela vertente do Morro do Cruzeiro em Ouro Preto, Minas Gerais, área evocada em relatórios e pareceres como o pano de fundo verde da cidade-patrimônio. Essa leitura idealizada – que talvez correspondesse, em certos momentos históricos, a uma realidade espacial concreta – sustentou a expectativa de que a encosta funcionasse como moldura paisagística contínua, contra a qual se projetaria o casario colonial. Ao longo do século XX, contudo, essa vertente foi ocupada por construções de alvenaria que se adensaram em altura e volume, desenhando outra paisagem, distante da cenarização setecentista desejada para o chamado centro histórico.

Figura 01. O passado e o presente se encontram no cotidiano; a Vila Aparecia, 2022. Ouro Preto (Minas Gerais).



Fonte: acervo do autor, s.d.

O contraste não é apenas técnico ou abstrato: ele se projeta na própria experiência do visitante. Quem se detém, por exemplo, na praça Tiradentes, diante do imponente prédio do Museu da Inconfidência, não precisa de muito esforço para perceber, ao fundo, a Vila Aparecida se

insinuando pela encosta. O bairro irrompe no horizonte das visadas turísticas, interferindo no enquadramento da cidade-patrimônio e introduzindo uma presença que desestabiliza a imagem de continuidade. De longe, a Vila interrompe a moldura; de perto, organiza-se como tecido vivo de ruas curvas, parcelamentos irregulares e casas erguidas no ritmo das urgências populares, fora dos cânones do urbanismo erudito. Essa leitura se apoia em um contraste seletivo. O que se considerava ordem é a imagem idealizada de igrejas e sobrados do século XVIII emoldurados por encostas verdes. O que se considera desordem é a presença popular na paisagem, materializada em casas autoconstruídas, ruas sinuosas e arranjos fundiários de difícil classificação. Este artigo parte justamente dessa descoberta "incidental" para deslocar o problema: em que medida a Vila Aparecida foi convertida em símbolo de "desordem" urbana, se sua formação se enraíza em processos de longa duração na história urbano-fundiária de Ouro Preto? Que gramática urbanística e do patrimônio transforma necessidades de moradia em ruído paisagístico? Até que ponto os instrumentos normativos são capazes de responder a esse "problema" e o que silenciam ao invocarem a desordem como categoria explicativa?

Essa perspectiva dialoga com a crítica de Henri Lefebvre (2006, 7), para quem "o espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio" e, enquanto produto social, "intervém na própria produção" ao se imbricar nas relações políticas e econômicas. Dialoga também com David Harvey (2012, 18), que observa que "a urbanização é um campo de acumulação de capital" e que, portanto, "temos de pensar a urbanização como um campo de luta de classes". Nessa mesma direção, Neil Brenner (2018, 43-44) propõe compreender a urbanização em múltiplas escalas, lembrando que "múltiplas escalas geográficas se interceptam de maneira potencial e altamente conflitante" e que "o local está inserido e sobreposto ao global", pois processos globais permeiam os aspectos relevantes do local.

No contexto brasileiro, Maria de Azevedo Brandão (1979) demonstra como a classificação de práticas populares como "ilegais" ou "desordeiras" funciona como mecanismo de restrição ao acesso à terra e de legitimação da concentração fundiária:

> [...] O estabelecimento dos pressupostos de um mercado imobiliário "normal" tem levado a uma constante recriação da necessidade de uma produção "atípica". Isso porque, pela exigência de uma base territorial como meio fundamental, a produção capitalista da habitação pressupõe unidade entre propriedade direta e domínio útil do solo, o que acaba, contraditoriamente, por expropriar os que beneficiam um solo de que não têm o domínio direto, e por elevar o patamar de acesso a esse tipo de domínio. [...] Como o "valor" do solo urbano como mercadoria é condicionado pela acessibilidade deste à rede de equipamentos e serviços, cada inversão em capital fixo contribui para reorganizar os possíveis usos que dele se façam expulsando ou suprimindo a ocupação residencial com menor densidade de valor. Assim, somam-se por dois lados as condições geradoras de uma produção que, além de "subnormal", é deslocada, ao nível ideológico, para o terreno da ilegitimidade (Brandão 1979, 126-127).

Na mesma direção, Lúcio Kowarick (1979) demonstra que a "aparente desordem" urbana – evidenciada por traçados irregulares, espaços desconexos, vazios e ocupações desordenadas – não é mero fruto de negligência ou de falhas de planejamento, mas faz parte de uma lógica da desordem que organiza a segregação socioespacial a serviço da acumulação capitalista. Como ele afirma:

> A aparência desordenada do crescimento metropolitano pode ser vista através de seu traçado irregular e o desconexo de seus espaços vazios e ocupados que já sugerem formas disparatadas de ocupação do solo (Kowarick 1979, 29).

Sob essa lógica, a carência ou precariedade de serviços públicos essenciais não configura apenas uma falha estatal, mas constitui um processo estruturado de "espoliação urbana": um conjunto de extorsões estruturais que produzem e reproduzem a exclusão social e a precarização da classe trabalhadora. Nesse sentido, Kowarick define:

> [...] esse processo pode ser nomeado de espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (Kowarick 1979, 59).

Assim, aquilo que muitas leituras convencionais qualificam como "desordem", "caos" ou "atraso" urbano revela-se como um mecanismo estrutural de produção de desigualdades: crescimento e pobreza não se opõem, mas se retroalimentam, configurando um modelo urbano que transforma o espaço em instrumento de espoliação. Esses referenciais permitem compreender que o caso da Vila Aparecida não deve ser lido como acidente na paisagem de Ouro Preto, mas como expressão concreta das contradições estruturais da urbanização capitalista, na qual a produção do espaço resulta de disputas sociais, seletividade estatal e mecanismos de espoliação que historicamente marginalizam determinados grupos. Em vez de uma ocorrência excepcional ou contingente, trata-se de um processo inscrito na dinâmica própria da cidade, cuja conformação territorial articula desigualdade, regulação restritiva e formas desiguais de acesso à terra.

Da urbe colonial à cidade republicana: entre a idealização e os conflitos sociais

O espaço urbano de Ouro Preto foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes em 1938, quando os ideólogos do recém-criado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) formularam uma narrativa que situava as velhas urbes mineiras como berço identitário e cultural do Brasil. José Reginaldo Gonçalves (1996) denominou essa operação como "retórica da perda": um discurso que opunha uma situação primordial de pureza e continuidade a um processo de impureza e desintegração, contra o qual o patrimônio deveria erguer-se como defesa. Assim, a nação era construída em contraste com sua própria destruição. Nesse enquadramento, cidades como Ouro Preto foram elevadas à condição de obras de arte excepcionais, reduzidas a expressões

estéticas autênticas, enquanto seus usos cotidianos eram expurgados em nome da preservação de uma imagem idealizada (Chuva 2017, Martins 2017, Motta 1987, Sant'Anna 2014). Daí emergiu a noção de "cidade-monumento", que, como assinala Márcia Sant'Anna (2014), resultou de uma abordagem historicista e estetizante, voltada à uniformidade visual e à cenarização do espaço, em detrimento de sua complexidade social

Esse projeto ganhou corpo no Estado Novo, quando o nacionalismo autoritário encontrou nos intelectuais modernistas um aliado para conciliar tradição e modernidade (Cunha 1992). Preservar Ouro Preto significava, ao mesmo tempo, "abrasileirar os brasileiros" e projetar o país como herdeiro legítimo da arte ocidental (Fenalon 1992). A cultura popular foi relegada a resíduo, enquanto se cristalizava um modelo seletivo de valoração centrado na monumentalidade e na excepcionalidade estética, incapaz de abarcar a diversidade urbana brasileira (Julião 2009, Veloso 2021).

É nesse horizonte de expectativas que se deve compreender a posterior construção da "desordem" como categoria aplicada à Vila Aparecida. É preciso, contudo, escapar dessa imagem idealizada de Ouro Preto. Amplamente difundida em discursos literários, patrimoniais e turísticos, a representação da cidade como espaço congelado no tempo sustentou a ideia de uma urbe marcada por práticas arcaicas e por um suposto imobilismo social, vinculando-a a um passado glorioso em decadência. Essa narrativa privilegiou a monumentalidade dos repertórios arquitetônicos e dos vestígios coloniais mais visíveis, enquanto silenciava a dimensão conflitiva da colonização, marcada pela violência das disputas entre conquistadores, povos originários e populações escravizadas.

A construção da cidade no século XVIII expressou o entrelaçamento de heranças e tensões. De um lado, práticas e formas do Antigo Regime português – a estamentalidade social, as relações de dependência pessoal e vocabulários arquitetônicos disciplinadores; de outro, elementos da modernidade em ascensão, como o capitalismo mercantil atlântico, a centralização monárquica e a circulação de técnicas construtivas e repertórios estéticos. O traçado sinuoso e a arquitetura de igrejas, casas e equipamentos públicos materializavam distinções hierárquicas, projetando valores de prestígio, cor, condição jurídica e poder econômico. Mas a urbe não pode ser lida apenas como reprodução direta de modelos metropolitanos: práticas locais, dinâmicas cotidianas e fluxos de pessoas e mercadorias faziam dela um espaço fluido, atravessado pelas hierarquias e constrangimentos de uma sociedade escravista e pela mobilidade própria de um núcleo urbano mercantil, no qual escravizados, ex-escravizados e mestiços também encontravam margens de

atuação e resistência (Fonseca 2011, Fonseca 2012, Vasconcellos 1956, Veloso 2018, Bastos 2013, Martins 2018, Silveira 1997).

No decorrer do século XIX, Ouro Preto passou a lidar com transformações mais amplas, ligadas à ascensão do liberalismo e à reorganização do território imperial. Essas mudanças não eliminaram as desigualdades herdadas da ordem colonial e escravista, mas as reconfiguraram. A escravidão permaneceu como estrutura fundamental da economia e da sociedade até as últimas décadas do século, quando se intensificaram os debates e pressões que levariam à abolição em 1888 (Andrade 2013). No início da República, Ouro Preto já havia perdido o título de capital, transferido para Belo Horizonte em 1897. Esse deslocamento político-administrativo aprofundou a sensação de esvaziamento da cidade, ao mesmo tempo em que reforçou sua associação a um passado monumentalizado (Lima 2015). A urbe carregava, então, marcas sobrepostas: de um lado, a materialidade construída no período colonial; de outro, as tensões do Império; e, por fim, a marginalização política que a República lhe impôs. É desse longo processo, em que permanências e rupturas se entrelaçam, que se deve partir para compreender os conflitos urbanos que mais tarde fariam de bairros como a Vila Aparecida alvos da gramática da "desordem".

Do ponto de vista urbanístico, contudo, a cidade não permaneceu imóvel. Ainda que o núcleo infraestruturado se tenha transformado pouco na primeira metade do século XX – mais de mil edifícios e equipamentos compunham o "conjunto arquitetônico e urbanístico" inscrito no Livro do Tombo – Ouro Preto incorporava novos modelos de organização espacial e repertórios arquitetônicos. Esses não se restringiam nem ao vocabulário setecentista celebrado pelos discursos patrimoniais, nem às preocupações higienistas e de embelezamento do Oitocentos, mas dialogavam com transformações sociais e técnicas mais amplas, que tensionavam a imagem de cidade intocada (Salgueiro 2020). O município, cuja população era majoritariamente rural, buscava reconstituir-se econômica e politicamente por diferentes caminhos. As narrativas do campo do patrimônio combinadas à consolidação da cidade como polo educacional, exerceram esse papel de reposicionamento. Contudo, foi a instalação do complexo industrial em Saramenha que se tornou o principal motor da reconfiguração urbana. A presença da fábrica não apenas impulsionou a economia local, mas também produziu novas lógicas de compartimentação do espaço.

Essa iniciativa teve origem em um contrato firmado em 1934 entre a Câmara Municipal e o empresário ítalo-brasileiro Américo Renné Giannetti, pelo qual foram concedidas terras para exploração mineral no Morro do Cruzeiro e em Saramenha, dando origem à Eletroquímica Brasileira (Elquisa). O empreendimento, inicialmente voltado à produção de ácidos inorgânicos, logo se voltaria à fabricação de alumínio, aproveitando a conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Longe de ser apenas fruto de iniciativas individuais, esse processo articulou investimentos públicos e privados em torno de uma lógica de superexploração da força de trabalho. Relatos de antigos operários registram a precariedade das condições fabris: uso de tamancos e chapéus em fornos eletrolíticos, ausência de proteção contra riscos e tarefas realizadas de forma improvisada. Com o bloqueio marítimo e a ação do truste internacional do alumínio, a produção brasileira enfrentou dificuldades. Apenas em 1945, já nos momentos finais da guerra, foi produzido o primeiro lingote. Poucos anos depois, o controle da usina passou à multinacional canadense *Aluminium Limited* (Alcan). Estima-se que os investimentos no complexo fabril e nas usinas hidrelétricas tenham alcançado 120 milhões de cruzeiros (Diniz 1981, Draibe 2004, Alcan Alumínio do Brasil Ltda. 2000, Marini 2022).

A adoção de elementos do planejamento urbano e da chamada racionalidade técnica – evidenciada pelo surgimento de vilas habitacionais que segregavam operários e técnicos em unidades de tipologias distintas – moldou uma nova geografia em contraste ainda mais evidente com a cidade tradicional. Contudo, o acesso às moradias planejadas era restrito, deixando a maior parte dos trabalhadores à margem, empurrada para estratégias de autoconstrução em áreas periféricas e de difícil ocupação. A pressão habitacional foi sentida precocemente: em 1947, o jornal *Tribuna de Ouro Preto* denunciava a carestia dos aluguéis, destacando que valores chegavam a quase dois salários-mínimos por moradias degradadas, ao mesmo tempo em que diversos imóveis eram mantidos fechados por seus proprietários, interessados apenas na especulação. O texto falava em "câmbio negro de locação de imóveis", revelando que a crise de habitação não se explicava apenas pela escassez, mas pela lógica de concentração fundiária e de mercantilização da moradia (Tribuna de Ouro Preto 1947).

Esse quadro evidencia como as relações entre a cidade e o polo industrial extrapolaram o espaço restrito das vilas operárias afastadas do chamado centro histórico. O crescimento populacional, a demanda por serviços urbanos e os fluxos econômicos impulsionados por Saramenha remodelaram de maneira profunda as dinâmicas de Ouro Preto, reconfigurando o território municipal, criando hierarquias e dissolvendo antigas estruturas. Foi uma dinâmica comparável ao que Odette Seabra (2004) identifica como a pressão do ideário do progresso material sobre os territórios: ao mesmo tempo em que persistiam continuidades históricas – hábitos, valores e práticas sociais –, a industrialização introduzia novas sensibilidades e experiências urbanas, próprias de uma cidade em transformação.

Nesse contexto, a imprensa local também contribuía para reforçar hierarquias simbólicas entre bairros. Outro pequeno artigo do jornal local buscava dissociar o Alto da Cruz do apelido

pejorativo de “morro da favela”, atribuído, na verdade, a uma área próxima, o Taquaral. Este último era descrito como lugar de turbulência e desordem, sobretudo após a criação da “rua da fumaça” ou “rua da cachaça”, tornando-se o “fundo do poço” na escala de estigmas. A tentativa de diferenciar o Alto da Cruz desse imaginário evidencia como a expansão urbana foi acompanhada por processos de marginalização e classificação social (Tribuna de Ouro Preto 1945).

A Vila Aparecida, relativamente próxima das instalações fabris de Saramenha, começou a se desenvolver de maneira articulada a esse processo, recebendo trabalhadores que buscavam proximidade com o polo industrial, mas que não encontraram espaço nas vilas planejadas. O controle territorial exercido pela empresa transcendia os limites da fábrica e suas adjacências, impactando todo o município, incluindo localidades como o distrito de Lavras Novas, onde mantinha uma extensa plantação de eucaliptos para abastecer seus fornos. Nesse distrito, os trabalhadores eram contratados de forma intermitente e submetidos a uma remuneração extremamente baixa, reforçando a precarização das condições de trabalho. A apropriação de grandes porções de terra para fins industriais contribuiu para a dissolução de formas tradicionais de ocupação e uso do solo, restringindo os vínculos comunitários e enfraquecendo práticas locais de reprodução da vida cotidiana.

Em 1963, o periódico *Novos Rumos* descrevia as condições de trabalho e vida dos operários em Saramenha: salários baixos, trabalho braçal não mecanizado, repressão sindical e instabilidade contratual. O artigo relatava a demissão em massa de quarenta trabalhadores que tentaram se sindicalizar e a existência de uma “polícia secreta” na fábrica para vigiar os operários. Também apontava que apenas uma minoria possuía moradia próxima, enquanto a maior parte residia em outras áreas da cidade, deslocando-se diariamente em condições precárias. Ao mesmo tempo em que exaltava a região como pioneira da indústria do alumínio no Brasil, o texto expunha a contradição entre a modernização industrial e a intensificação das desigualdades sociais (Abreu 1963).

A produção de vilas operárias, como mostram estudos sobre o Brasil urbano-industrial, não se restringia à provisão de habitação, mas tinha como objetivo central garantir o suprimento de força de trabalho, controlar salários e restringir a organização sindical e política dos trabalhadores. Esse uso estratégico da moradia – que Bonduki (2011) identifica como parte do padrão rentista e disciplinador das primeiras formas de habitação popular no país – implicava forte seletividade no acesso e instituía mecanismos sutis de cooptação: aqueles que conseguiam entrar nas vilas permaneciam sob vigilância cotidiana, dependentes da estabilidade no emprego e da obediência às normas empresariais, enquanto a maioria, excluída desse circuito regulado, recorria à

autoconstrução em terrenos periféricos. É justamente nesse ponto que Oliveira (2006) tensiona a leitura corrente da autoconstrução: longe de constituir um gesto voluntarista ou alternativa emancipatória, ela se articula à lógica de reprodução capitalista ao transferir para os próprios trabalhadores a responsabilidade por garantir sua moradia. Como observa Oliveira, a autoconstrução depende da existência de trabalhadores desempregados ou precarizados, utiliza seu "tempo de folga" como força de trabalho não remunerada e opera como forma de externalização dos custos de reprodução social. Assim, tanto a seletividade das vilas operárias descrita por Bonduki quanto a autoconstrução analisada por Oliveira convergem para um mesmo mecanismo estrutural: reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e organizar o espaço urbano de maneira funcional à acumulação capitalista (Bonduki 2011; Oliveira 2006). As casas autoconstruídas consolidaram periferias precárias, carentes de serviços básicos, mas que garantiam o mínimo de estabilidade às famílias.

Como apontam Oliveira (2006) e Kowarick (1979), esse arranjo revelava a contradição entre modernização industrial e permanência de práticas tidas como arcaicas: a autoconstrução era, simultaneamente, solução habitacional e engrenagem da urbanização desigual. Raquel Rolnik (2017) observa que essa capacidade coletiva – frequentemente acionada em mutirões ou redes de vizinhança – expressava formas de autonomia social, mas jamais foi reconhecida institucionalmente como um direito. Pelo contrário, práticas de produção popular do espaço foram historicamente classificadas como "ilegalidade" ou "irregularidade", o que reforçou a exclusão social e ampliou a vulnerabilidade desses moradores diante de remoções e estigmatizações. Como aponta Silke Kapp, reside aí um paradoxo: mesmo produzindo suas próprias casas e configurando territórios inteiros, esses grupos eram simultaneamente impedidos de participar do planejamento urbano e de reconhecer sua prática como parte legítima de uma cidade democrática (Grupo MOM, 2016).

A desordem como categoria de intervenção

O episódio de 2011 não se esgotou na constatação incidental da "interferência" da Vila Aparecida: dele derivou um inquérito civil público. As perícias realizadas a pedido do Ministério Público Federal convergiram em diagnósticos semelhantes: a presença da Vila seria "irreversível", mas ainda assim deveria ser controlada ou mitigada. Propunham-se medidas de revegetação, parâmetros de ocupação e pintura de fachadas, numa tentativa de suavizar o contraste entre o bairro popular e a moldura cenográfica do centro histórico. A linguagem desses documentos não descrevia apenas formas urbanas, mas projetava uma hierarquia: de um lado, o patrimônio reconhecido; de outro, a "expansão caótica", a "subnormalidade", o "ruído" a ser corrigido. Até um relato anônimo

de blog, enviado pela prefeitura ao MPF, foi mobilizado para reforçar a ideia de que a Vila teria surgido "de repente" (Brasil 2019), apagando sua gênese histórica em favor da narrativa da irregularidade:

> [...] Vila Aparecida é um dos muitos aglomerados de casas que foram sendo construídas informalmente nas montanhas que emolduram a "cidade histórica"; foi assim batizada justamente por ter aparecido, como que de repente, de um dia para o outro [...]". Ocupações ilegais? A primeira legislação municipal de uso e ocupação do solo data de 2006 e, por isso, as habitações construídas antes disso, como todas as da Vila Aparecida, não poderão ser consideradas ilegais. No entanto, por outro lado, também não poderão ser registadas como legais, uma vez que são ocupações não autorizadas – na verdade, antes de 2006, "oficialmente" essas casas nem existiam porque nunca tinham sido consideradas e foi essencialmente a partir daí que se cadastraram as ocupações e se determinou uma orientação de expansão [...]. A vila aparecida apareceu em Ouro Preto na década de 1980 e começou sem a capela inaugural, sem chafarizes nem pontes: foram as casas que organizaram o espaço, sem uma marcação dos percursos públicos (Viagem a Ouro Preto n. d.)

Figura 02. Registro de Viana de Lima. Na imagem o bairro Vila Aparecida está destacado de amarelo, n. d. Ouro Preto, (Minas Gerais).



Fonte: Viana de Lima, 1970.

Essa inquietação institucional, contudo, era anterior. Desde os anos 1960, relatórios técnicos já situavam a Vila como ameaça à "ambiência" de Ouro Preto. Em 1968, o arquiteto português Alfredo Viana de Lima, em missão da Unesco, desenhou mapas e fotografias em que a área aparecia como "expansão caótica" que deveria desaparecer para recompor a moldura verde da cidade. Poucos anos depois, o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, elaborado pela Fundação João Pinheiro, voltou a classificá-la como "subnormal", destacando precariedade de tráfego e ausência de infraestrutura. Tanto no diagnóstico internacional quanto no estadual, o bairro figurava como corpo estranho a ser eliminado ou disciplinado (Fundação João Pinheiro 1975, Machado 2014, Ramalho 2015, Viana de Lima 1970a, Viana de

Lima 1970b, Leal 2008, Pereira 2012, Bhering, Azevedo Junior e Cerqueira 2005, Teixeira e Moraes 2012, Teixeira e Moraes 2013).

Do ponto de vista fundiário, a gênese da Vila remonta ao regime enfitêutico, que estruturava a propriedade urbana desde o período colonial. Nesse arranjo, a prefeitura mantinha o domínio direto do solo, concedendo glebas a particulares mediante foro anual. Moradores eram donos das benfeitorias, mas não dos lotes, o que permitiu, durante décadas, a ocupação gradual de áreas periféricas e de encosta. Entre 1950 e 1960, mais de duzentas concessões foram registradas nos morros do Gambá e do Cruzeiro (Costa 2015). A ruptura decisiva ocorreu em 1971, quando a legislação municipal extinguiu o aforamento e consolidou a propriedade plena (Ouro Preto 1971), favorecendo grandes grupos econômicos como os ligados à indústria de Saramenha (Ouro Preto 1973). A mercantilização da terra elevou custos da moradia, expulsou famílias do centro e intensificou a ocupação popular das encostas.

Nesse contexto, a chamada "gramática da desordem" opera como lente ideológica. Nos planos e laudos técnicos, a paisagem é descrita em pares normativos – legal/ilegal, ordenado/caótico, patrimônio/ruído – que ocultam as condições sociais e políticas da ocupação. A leitura legalista, que atribuía o problema à "falta de leis", escamoteava que o ordenamento urbano sempre funcionou como estratégia de produção da escassez. Como apontam Maria de Azevedo Brandão e Lúcio Kowarick para outros contextos, classificar práticas populares como "ilegais" ou "espontâneas" cumpre a função de restringir o acesso à terra e legitimar a espoliação urbana (Brandão 1976, Kowarick 1979).

Em Ouro Preto, a extinção da enfiteuse, as leis de zoneamento e a lógica de valorização turística reforçaram essa exclusão. Assim, quando laudos descrevem a Vila como "subnormal" ou "caótica", não nomeiam um desvio natural, mas reafirmam um discurso que opõe ordem e desordem para justificar exclusões. A vida popular, inscrita em casas de alvenaria, telhas de zinco e ruas irregulares, é deslocada para o campo do "ruído", enquanto o capital imobiliário e turístico aparece como guardião da paisagem. A Vila Aparecida, em chave materialista-dialética, não é anomalia: é produto histórico das contradições entre avanço industrial e imobiliário, práticas de autoconstrução e pactos territoriais que legitimaram certos usos enquanto estigmatizavam outros.

O encaminhamento do inquérito tem se dado em moldes conciliatórios. A partir de 2022, a Prefeitura de Ouro Preto, o IPHAN, o Instituto Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Ouro Preto e secretarias estaduais foram instados a compor uma equipe multidisciplinar responsável por elaborar diagnóstico e propor ações de requalificação urbanística da Vila Aparecida. As medidas discutidas incluíam desde a regularização fundiária até intervenções paisagísticas que

buscassem mitigar o "impacto" do bairro sobre a paisagem tombada e a expectativa de que a revisão do Plano Diretor municipal pudesse integrar soluções de médio e longo prazo. O instrumento jurídico mobilizado foi a perspectiva de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entendido pelo Ministério Público Federal como alternativa à judicialização do caso (Iphan 2023).

No entanto, os ofícios trocados entre o Iphan e Procuradoria deixam entrever os limites desse arranjo. A autarquia reconheceu a impossibilidade prática de intensificar fiscalizações em razão da escassez de pessoal, admitindo que a Vila Aparecida coloca questões que extrapolam a instância do patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, reforçou sua disposição em colaborar com programas de requalificação e com iniciativas de educação patrimonial. O desfecho, portanto, acabou por deslocar a "solução" para a revisão do Plano Diretor de Ouro Preto, que surgiu em hora fortuita para as autoridades, sendo apresentado como oportunidade de integrar a questão da Vila a um processo participativo de maior abrangência (Iphan 2023).

A literatura demonstra, no entanto, que a promessa de participação nesses processos costuma esbarrar em fortes limitações. Pesquisas de Pupo e Bueno (2012) e Sousa (2016) indicam que a efetividade dos Planos Diretores Participativos tem sido reduzida por barreiras técnicas, jurídicas e políticas, que transformam a participação em ritual formal mais do que em espaço de decisão substantiva. Locatelli (2021) acrescenta que mesmo instrumentos como os TACs podem servir mais para regularizar situações de fato do que para democratizar efetivamente a produção do espaço. Nesse quadro, o associativismo local também se viu fragilizado. Lana e Santos (2016) apontam que, embora as associações de moradores de Ouro Preto tenham sido importantes em disputas por infraestrutura e reconhecimento, sua atuação foi progressivamente limitada pela dificuldade de articulação entre bairros e pela incorporação seletiva de suas demandas pelos órgãos oficiais. Carvalho e Santos (2020), analisando Salvador, mostram que conselhos e conferências se tornaram arenas de disputa simbólica, mas raramente de decisão substantiva. Em Ouro Preto, estudos como os de Rezende e Castriota (2019) indicam que o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, criado para aproximar moradores das políticas culturais, operou de forma restrita, reproduzindo assimetrias entre especialistas, gestores e população.

Esse padrão acompanha uma tendência nacional mais ampla, marcada pelo esvaziamento dos canais de participação social e pela retração de conselhos e fóruns públicos (Almeida Rosa 2022). O resultado é que práticas associativas como mutirões, redes de vizinhança e associações de bairro permanecem vivas, mas enfraquecidas. A criminalização da autoconstrução e a imposição de formatos burocráticos de participação contribuem para reduzir sua capacidade de incidir sobre a

produção do espaço. Como sintetiza Musse (2020), a participação popular no Brasil pós-democrático oscila entre o reconhecimento formal e a impossibilidade prática de influir nos núcleos reais de poder. A conjunção entre turismo, patrimonialização mercantilizada e esvaziamento da participação mostra que a "desordem" atribuída à Vila Aparecida não se resolve com ajustes estéticos ou normativos. O conflito é social e estrutural: envolve desigualdade fundiária, segregação socioespacial e a disputa entre formas distintas de habitar a cidade. Ao deslocar o debate para termos técnicos ou planos de participação formal, corre-se o risco de encobrir as contradições centrais da urbanização capitalista, que seguem inscrevendo, na paisagem de Ouro Preto, os traços de exclusão e resistência.

Esse cenário revela a persistência de uma contradição de fundo: mesmo quando institucionalmente se fala em participação ou em instrumentos de mediação, como o TAC ou os planos diretores reformulados, a gramática da "desordem" continua operando como chave de interpretação dominante. A promessa de inclusão convive com mecanismos que reiteram a distinção entre centro e periferia, ordem e ruído, patrimônio e vida popular. Em outras palavras, a cidade é apresentada como palco aberto à participação, mas os roteiros já estão escritos: cabe à comunidade apenas validar diretrizes previamente estabelecidas. Como advertiu Nelson Carlos Ferreira dos Santos (1981), planos e projetos urbanísticos só ganham sentido quando deixam de ser mapas e memoriais e se transformam em práticas cotidianas. Sem essa mediação, permanecem como abstrações técnicas que pouco dizem sobre a vida urbana. O que muitas vezes é classificado como "caos" pode, na verdade, expressar uma ordem subjacente, fundada em arranjos sociais que privilegiam determinados interesses e marginalizam outros.

Conclusão: desordem, normatividade e luta pelo espaço

O percurso analisado permite compreender que a urbanização de Ouro Preto não pode ser reduzida à oposição entre preservação e "desordem". Vilas operárias planejadas, autoconstruções populares e loteamentos especulativos compuseram um mosaico urbano marcado por contradições estruturais da urbanização capitalista. A paisagem resultante distanciou-se do ideário da "ambiência setecentista" que os relatórios oficiais buscavam preservar, revelando que o chamado "problema habitacional" não decorreu da falta de moradias, mas de um modelo de cidade que marginalizou práticas populares e reforçou desigualdades. Nesse sentido, a Vila Aparecida não é anomalia, mas expressão concreta de uma ordem urbana que combina clientelismo, mercantilização da terra e exclusão social, convertendo necessidades de habitação em "ruído" diante do patrimônio.

A gramática urbanística e patrimonial que traduz necessidades de moradia em "ruído paisagístico" opera como dispositivo ideológico. Ao classificar bairros populares como "subnormais" ou "expansões caóticas", naturaliza a concentração fundiária, silencia a historicidade das práticas de autoconstrução e legitima intervenções seletivas. O que está em jogo não é apenas a preservação de uma paisagem, mas a disputa sobre quem tem o poder de definir a identidade legítima da cidade e quais formas de vida podem ou não ser admitidas em seu interior.

Os instrumentos normativos – TACs, planos diretores, conselhos de patrimônio – mostraram-se insuficientes para enfrentar essas contradições. Em vez de deslocar o problema para o campo técnico, reafirmaram a centralidade das categorias oficiais de ordem e desordem. O TAC, ao encaminhar a questão para a reformulação do Plano Diretor, reforçou essa lógica: prometeu participação popular, mas nos limites da consulta institucionalizada, reproduzindo o esvaziamento do associativismo e a fragilização da mobilização comunitária. Ao invés de abrir espaço para a historicidade concreta das lutas por moradia, a solução formal serviu para reafirmar a autoridade das normas.

Responder às perguntas colocadas na introdução implica, portanto, reconhecer que a "desordem" da Vila Aparecida não é uma anomalia, mas produto de uma ordem social orientada pela mercantilização do espaço urbano. O bairro revela que o conflito fundamental não é entre tradição e modernidade, entre preservação e degradação, mas entre projetos antagônicos de cidade: de um lado, a cenarização patrimonial e turística, de outro, a reprodução cotidiana da vida popular. A análise conduz a uma constatação incômoda: nenhum plano, ajustamento ou norma será capaz de neutralizar essa contradição. A cidade não é organismo a ser corrigido, mas processo atravessado por disputas. Nesse sentido, a Vila Aparecida não é apenas ameaça à paisagem de Ouro Preto: é convite a repensar a própria crítica urbana e patrimonial. Reconhecer sua presença significa deslocar o debate da estética da ambiência setecentista para a historicidade da luta por moradia, compreendendo a cidade histórica não como relíquia, mas como espaço vivo, marcado por contradições, resistências e possibilidades.

Referências Bibliográficas

Alcan Alumínio do Brasil Ltda. 2000. *Memória viva: cinquenta anos da Alcan Alumínio do Brasil em Ouro Preto*. Ouro Preto: Alcan.

Almeida, M. F. L. de, e W. M. Rosa. "A erosão da participação social institucionalizada em tempos de crise da democracia liberal: a reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação". *Revista Direito, Estado e Sociedade*, no. 60 (2022).

Andrade, L. B. de. "Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto. c. 1822 – c. 1864". 2013. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Bastos, R. A. 2013. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais. 1711-1822*. São Paulo: EDUSP.

Bhering, I. G. de A., M. T. Azevedo Junior, e L. M. Cerqueira. 2005. "A gestão do patrimônio histórico: uma avaliação a partir do processo de elaboração da legislação urbanística de Ouro Preto". Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador.

Brandão, M. de A. 1979. "O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador". Em *Habitação em questão*, org. L. Valladares. 125-141. Rio de Janeiro: Zahar.

Brasil. 2019. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo eletrônico nº 01514.000061/2019-68*. Belo Horizonte: IPHAN.

Brasil. 1937. "Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", *Diário Oficial da União*, 6 de dezembro de 1937.

Brenner, Neil. 2018. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles.

Carvalho, I. M. M., e M. E. P. dos Santos. "Participação popular e gestão democrática – Salvador como metáfora". *Cadernos Metrópole* 22, no. 49 (2020): 1033–1058.

Chuva, M. 2017. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Costa, E. B. 2015. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

Cunha, M. C. P. 1992. "Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária". Em *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*, org. M. C. P. Cunha. 9–10. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico.

Diniz, Clélio Campolina.1981. "Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira". Dissertação de Mestrado em Economia, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

Draibe, S. 2004. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Fenalon, D. R. 1992. "Políticas culturais e patrimônio histórico". Em *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. M. C. P. Cunha, org. 29-33. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico.

Fonseca, C. D. 2011. *Arraiais e vilas D'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Tradução de M. J. G. Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Fonseca, C. D. "Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 20, no. 1 (2012): 77-108.

Fundação João Pinheiro. 1975. Centro de Desenvolvimento Urbano. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana: relatório síntese*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Gonçalves, J. R. S. 1996. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN.

Grupo MOM, org. 2016. *Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa MOM; Escola de Arquitetura da UFMG.

Harvey, David. "David Harvey na FAUUSP: a urbanização e as crises". *PosFAUUSP* 19, no. 32 (2012): 10-24.

Julião, L. "O Sphan e a cultura museológica no Brasil". *Estudos Históricos* 22, no. 43 (2009): 141-161.

Kowarick, L. 1979. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lana, A. L. S., e E. H. Santos. "Associações de moradores: desafios e perspectivas em Ouro Preto/Brasil". *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, out./dez. (2016).

Leal, C. F. B. (org.). 2008. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Tradução de R. M. L. Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC.

Lefebvre, Henri. 2006. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos.

Lima, K. T. de. "Ouro Preto: da cidade-memória à cidade monumento". 2015. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Locatelli, P. A. "Medidas para a efetividade do termo de compromisso de ajustamento de conduta relacionado à ordem urbanística". *Revista do CNMP*, no. 9 (2021): 115–134.

Machado, R. G. 2014. “O plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”. Em *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, org. n. p. E. R. Peixoto et al. Brasília: Editora FAU–UnB.

Marins, P. C. G. 2017. “O Brasil que a lista do patrimônio mundial revela (e eclipsa)”. Em *Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. M. T. D. Paes e M. A. Sotratti, org. 67-84. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Martins, R. B. 2018. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE.

Ministério Público Federal. 2012. Quarta Câmara de Coordenação e Revisão. *Parecer Técnico n.º 38/2012-4ª CCR*. Projeto de expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – campus Ouro Preto. Brasília, 19 de março de 2012. Processo SEI-IPHAN 01514.000061/2019-68.

Motta, L. “A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 22 (1987): 108–122.

Musse, M. “Desafios à participação popular no Brasil pós-democrático”. *Revista Justiça Eleitoral em Debate* 10, no. 2 (2020).

Oliveira, F. de. “O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”. *Novos estudos CEBRAP*, (2006): 67–85.

Ouro Preto. 1973. *Título de domínio, a favor da Alcan Alumínio do Brasil*. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 4 de janeiro de 1973. APMOP; fundo PMOP; série Desenvolvimento Urbano; subsérie Terras, Loteamentos e Desmembramentos.

Ouro Preto. 1971. “Lei nº 377, de 21 de janeiro de 1971. Dispõe sobre a extinção do regime foreiro do município de Ouro Preto”, *Prefeitura Municipal de Ouro Preto*, 21 de janeiro de 1971.

Pereira, C. R. 2012. “O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil”. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Recife, UFPE.

Pupo, S., e L. M. M. Bueno. “Entre avanços e retrocessos: as contradições ou armadilhas da participação no planejamento urbano participativo”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 14, no. 1 (2012): 135–153.

Ramalho, A. D. S. “Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”. 2015. Dissertação de Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, São Carlos, SP.

Rezende, E. F. de, e L. B. Castriotra. “Ouro Preto, a esfera municipal e o instrumento de aproximação na produção do espaço: o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural

e Natural". *Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável* 10, no. 2 (2019).

Rolnik, R. 2017. "O vínculo perverso: legislação urbana e mercados informais". Em *Territórios em conflito. São Paulo: espaço, história e política.* 207–244. São Paulo: Três Estrelas.

Salgueiro, H. 2020. A. *A casaca do arlequim: Belo Horizonte, uma capital eclética do século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Edusp.

Sant'Anna, M. 2014. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti.

Santos, M. 2010. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 3ª ed. São Paulo: EDUSP.

Seabra, O. C. de L. "Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão". 2003. Tese de Livre-docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Silveira, M. A. 1997. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735–1808)*. São Paulo: Hucitec.

Sousa, J. L. de. "Os limites da participação popular na elaboração do Plano Diretor Participativo de Russas–CE". *Geoingá* 8, no. 2 (2016): 81–104.

Teixeira, R. dos S., e F. B. de Moraes. 2012. "O plano Viana de Lima para Ouro Preto: a circulação das ideias na construção da cidade-patrimônio". 1-11. Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Porto Alegre.

Teixeira, R. dos S., e F. B. de Moraes. 2013. "O plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e suas inter-relações com a história do planejamento urbano e regional no Brasil". 1-18. Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR, Recife.

Vasconcellos, S. 1956. *Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências*. Rio de Janeiro: MEC; Instituto Nacional do Livro.

Veloso, M. 2021. "Modernismo e tradição: a gênese do patrimônio histórico e artístico no Brasil". Em *Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios*. M. Sant'Anna e H. Queiroz, org. 25-73. Vitória: Milfontes.

Veloso, T. V. "Terrenos urbanos: os aforamentos da sesmaria da Câmara de Vila Rica e a sociedade mineira setecentista (1711–1809)". 2018. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Viagem a Ouro Preto. 2025. “A Vila Aparecida”. https://touropreto.wordpress.com/a-vila-aparecida/.

Viana de Lima, A. 1970a. *Rénovation et mise en valeur d’Ouro Preto: Brésil – (mission) octobre–décembre 1968*. Paris: UNESCO.

Viana de Lima, A. 1970. *Rénovation et mise en valeur d’Ouro Preto: Brésil – (mission) second rapport, septembre–novembre 1970*. Paris: UNESCO.

Vogel, A., e C. N. F. dos Santos. 1981. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM.

doi.org10.34019/2359-4489.2025.v12.50080/

O Palacete Fellet como paisagem em conflito: narrativas de preservação e resistência urbana em Juiz de Fora/MG

The Palacete Fellet as a landscape in conflict: narratives of preservation and urban resistance in Juiz de Fora/MG

El Palacete Fellet como paisaje em conflito: narrativas de preservación y resistência urbana em Juiz de Fora/MG

Maciel Antonio Silveira Fonseca [*]

[*] Advogado e Museólogo. Bacharel em História (2016), Direito (2019) e Museologia (2023). Mestre (2017) e Doutor (2023) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFJF, com período sanduíche (2021/2022) na Universidade de Évora (Portugal). Doutor em Museologia e Patrimônio (2025) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Realizou pesquisa de pós-doutorado na UFJF (2023/2024) através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com foco na pesquisa em patrimônio cultural, pessoas em situação de mobilidade forçada e educação. Presidente da Comissão de Patrimônio Cultural da Ordem dos Advogados do Brasil – 4ª Subseção, e é membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Juiz de Fora – COMPPAC. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa as múltiplas interpretações do patrimônio cultural na paisagem urbana de Juiz de Fora/MG a partir do estudo de caso do Palacete Fellet. Ao discutir conceitos de autores como Choay, Ingold, Olender e Borges, a pesquisa evidencia a tensão entre preservação institucional, interesses particulares e percepção coletiva. Este trabalho incorpora pesquisa com transeuntes à produção bibliográfica acerca da proteção do patrimônio cultural, revelando a baixa aderência da população ao bem tombado. Conclui-se que o tombamento, mesmo em ruínas, tornou-se símbolo da disputa entre interesses preservacionistas e a especulação imobiliária, reafirmando os desafios da patrimonialização em contextos onde a omissão dos agentes públicos e privados se sobrepõe às diretrizes normativas da preservação e aos afetos inerentes à relação entre o bem cultural e a comunidade na qual está inserido.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Paisagem urbana; Ruína.

Abstract: This article analyzes the multiple interpretations of cultural heritage in the urban landscape of Juiz de Fora/MG through the case study of the Palacete Fellet. By discussing concepts from authors such as Choay, Ingold, Olender, and Borges, the research highlights the tension between institutional preservation, private interests, and collective perception. This work incorporates a field survey with passers-by into the bibliographic production on cultural heritage protection, revealing the population's low adherence to the listed property. It concludes that the listing, even in ruins, has become a symbol of the dispute between preservationist interests and real estate speculation, reaffirming the challenges of heritage-making in contexts where the omission of public and private agents overlaps with the normative guidelines of preservation and the affections inherent to the relationship between cultural assets and the community in which they are embedded.

Keywords: Cultural heritage; Urban landscape; Ruin.

Resumen: Este artículo analiza las múltiples interpretaciones del patrimonio cultural en el paisaje urbano de Juiz de Fora/MG a partir del estudio de caso del Palacete Fellet. Al discutir conceptos de autores como Choay, Ingold, Olender y Borges, la investigación evidencia la tensión entre preservación institucional, intereses particulares y percepción colectiva. Este trabajo incorpora una investigación de campo con transeúntes a la producción bibliográfica sobre la protección del patrimonio cultural, revelando la baja adhesión de la población al bien tombado. Se concluye que el tombamiento, incluso en ruinas, se convirtió en un símbolo de la disputa entre los intereses preservacionistas y la especulación inmobiliaria, reafirmando los desafíos de la patrimonialización en contextos donde la omisión de los agentes públicos y privados se sobrepone a las directrices normativas de la preservación y a los afectos inherentes a la relación entre el bien cultural y la comunidad en la cual está inserto.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Paisaje urbano; Ruina.

Introdução

O presente artigo analisa as percepções sociais sobre o "Palacete Fellet", imóvel tombado localizado no centro de Juiz de Fora/MG, buscando compreender como diferentes grupos significam e atribuem valor ao referido bem cultural. A pesquisa parte da constatação de que, embora formalmente reconhecido como patrimônio do município desde 2013, o imóvel encontra-se em estado avançado de ruína, o que suscita questionamentos sobre sua representatividade, seu uso social e seu lugar na paisagem urbana contemporânea. Nesse sentido, o objetivo central do estudo é investigar como tais percepções influenciam a aderência ou o distanciamento da população diante do patrimônio cultural local, interrogando, ao final, "patrimônio para quem?".

Para responder a esse questionamento, o trabalho articula análise documental, pesquisa bibliográfica e uma investigação empírica baseada na coleta de respostas de transeuntes, escolhidos de forma aleatória e que se prontificaram a responder, realizada entre 2023 e 2025. A aplicação de formulários semiestruturados possibilitou observar, de forma direta, como o bem é percebido no cotidiano e de que forma sua atual condição física, as disputas políticas e a ocupação urbana interferem nos vínculos que poderiam ser estabelecidos com os cidadãos. Assim, mais do que compreender o Palacete Fellet enquanto objeto de preservação institucional, buscou-se evidenciar as complexas relações entre patrimônio, memória, afetos, abandono e conflito urbano.

Os resultados demonstram que a percepção popular sobre o imóvel não acompanha o discurso técnico-legitimador sobre sua importância. Além disso, revelam que a ruína visível, o isolamento físico e o imaginário social construído em torno do espaço interferem significativamente na aderência da comunidade ao bem cultural. O estudo, portanto, contribui para discutir os limites das políticas de patrimonialização que não dialogam diretamente com a experiência cotidiana da população, apontando para a necessidade de abordagens participativas e de políticas públicas mais efetivas no campo da preservação cultural.

Buscando definir "Patrimônio Cultural"

A busca por uma definição para o termo "Patrimônio Cultural" é almejada pelos diversos campos do conhecimento: Antropologia, História, Direito, Museologia, Geografia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, dentre outros. Por exemplo, no campo do Direito brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, lançou as bases para o entendimento institucionalizado acerca do que seria o patrimônio cultural. Segundo o referido documento, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Brasil 1988).

Nos incisos seguintes, são tratados os diversos elementos passíveis de serem categorizados como "patrimônio cultural", dentre eles o inciso V, o qual dialoga com o objeto tomado como paradigma no estudo de caso para este trabalho – o "Palacete Fellet". O texto assevera que constituem patrimônio cultural "os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Por sua vez, a pesquisadora Diana Farjalla Correia Lima, ao desenvolver estudos acerca dos atributos simbólicos do Patrimônio, verificou que os diversos campos do conhecimento se movimentam no sentido de uma apropriação conceitual desse termo. Ainda, Lima verificou que "os

termos utilizados para as representações do Patrimônio, em verdade, servem para emprestar a marca de distinção (a diferença) e para delimitar as fronteiras dos domínios do exercício da competência profissional na gestão do tema." (Lima 2010, n. p.)

Ao longo da história, teóricos da restauração debateram o papel do tratamento que deveria ser dado aos bens, principalmente aqueles monumentalizados e que tivessem alguma representatividade para a sociedade de seu entorno. É o caso de John Ruskin que, na Inglaterra do século XIX, defendia a ideia de que um edifício somente encontrava a sua perfeição quando fosse elevado à categoria de monumento, uma vez que conseguiu resistir à transitoriedade do mundo, que está em constante e acelerado fluxo. Isso porque, nas palavras de Choay (2006, 26), "o monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo".

Nesse cenário de valoração sobre o que merece ser, ou não, elevado à categoria de patrimônio, Luiz Carlos Borges (2012, 114) parte da ideia de que o patrimônio é "valor-coisa" e não "coisa-valor". O autor complementa o seu pensamento, destacando que "a definição de patrimônio a partir da noção de coisa-valor é problemática, porque pressupõe uma situação cultural e teórica na qual seria possível conceber que coisa e valor possam existir separados e que valor é algo atribuído, a posteriori, à coisa" (Borges, 115).

Por sua vez, Tim Ingold na busca pela criação de uma ontologia que fornecesse "primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria" (2012, 26), observa o patrimônio não somente por aquilo que está materializado e consolidado em sua dimensão física, mas, principalmente, pelas malhas das múltiplas vivências e relações que se entrelaçaram naquele espaço ao longo do seu processo de formação.

Por fim, Otávio Costa (2003) se propôs a discutir o patrimônio cultural enquanto um conjunto de símbolos presentes na paisagem. Durante a construção do seu pensamento, Costa enfatizou a necessidade de dar protagonismo aos patrimônios que representam a memória do lugar e não somente focalizar no patrimônio institucionalizado, tomado como oficial por agentes legitimadores (2003, 01-02).

Deste modo, este trabalho tem por principais objetivos debater, através das múltiplas visões acerca do patrimônio cultural, os diferentes processos de significação dados pela população em relação aos bens tombados. Como paradigma, foi utilizado o estudo de caso do "Palacete Fellet", em Juiz de Fora, por se tratar de um elemento na paisagem urbana que suscita constantes controvérsias sobre a sua real representação.

Cumpre destacar que a escolha do Palacete Fellet como patrimônio cultural do município não se deu em um vazio social, mas encontra-se no campo de disputas simbólicas e na seletividade inerente aos processos de consagração adotados pelas instâncias de poder. O imóvel representava, sobretudo, a memória materializada de um grupo social específico: famílias de origem italiana que se destacaram economicamente na cidade, além de frações intelectualizadas da elite urbana. Assim, ainda que o tombamento contemporâneo tenha sido marcado pela ruína, sua justificativa remonta a valores socioculturais historicamente atribuídos à edificação. À luz da teoria do valor-coisa proposta por Borges (2012), torna-se evidente que a escolha pelo tombamento não decorre apenas das qualidades arquitetônicas, mas do modo como determinados grupos projetaram no bem uma representação identitária, mesmo que esta não tenha ressonância junto à maioria da população.

A paisagem edificada na "selva de pedra": contextualizando o "Palacete Fellet"

Tendo em vista que para esta pesquisa foi tomado como base o estudo de caso do "Palacete Fellet", é imprescindível discorrer um pouco sobre o imóvel, a fim de que seja contextualizada a sua realidade no espaço juiz-forano. Trata-se de um imóvel, localizado no ponto central da cidade, dotado de grande visibilidade por parte dos transeuntes, moradores vizinhos e trabalhadores nos diversos comércios espalhados no entorno.

Juiz de Fora é um município localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, criado pela Lei Provincial nº 472, de 31 de maio de 1850 sendo, até então, subordinado administrativamente ao município de Barbacena[1]. Até então denominado "Santo Antônio do Paraibuna", por meio da Lei Provincial nº 759, de 02 de maio de 1856, seu nome foi alterado para "Paraibuna" até que, por meio da Lei Provincial n 1.262, de 19 de dezembro de 1865, o município de Paraibuna passou a ser denominado Juiz de Fora[2].

Mantendo um estreito diálogo com o Rio de Janeiro, então capital brasileira, Juiz de Fora vislumbrou um intenso progresso social, cultural e econômico, advindo do intercâmbio estabelecido com as novidades que chegavam da efervescente capital. Embora o município mantivesse fortes traços de um conservadorismo provinciano, que inclusive reverbera nos dias atuais, o mesmo gozava do privilégio de possuir traços geográficos que favoreciam a produção massiva do café, o

[1] IBGE. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/juizdefora.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.
[2] *Ibidem.*

que tornou seu principal elemento econômico e que, inclusive, financiou os empreendimentos da modernidade na localidade[3].

Juiz de Fora concentrou um grande contingente de mão de obra escravizada que trabalhava principalmente nas inúmeras, e vastas, lavouras de café da cidade e da região. Tal produção permitiu o enriquecimento da cidade, que vivenciou um período de grande prosperidade, o que refletiu todo o aparato modernizador empregado em seu processo de urbanização (Guimarães 2006, 41-45).

Quando do processo de abolição da escravatura e o declínio da monarquia, Juiz de Fora, assim como as grandes cidades do país, incentivou a chegada da mão de obra de imigrantes europeus. O município, portanto, se tornou promissor para as diferentes nacionalidades, concentrando um grande contingente de imigrantes portugueses, alemães, sírios, libaneses, semitas e italianos. Outras nacionalidades também tiveram suas imigrações para a cidade, embora em menor escala.

A família Fellet, enfim, veio desse contexto de processo migratório, oriundos do norte da Itália, da região de Trevisco (Olender 2011b). Os primeiros membros foram Tereza Fellet, seu esposo e quatro filhos, que se instalaram em Juiz de Fora no ano de 1889. Um de seus filhos, João Batista Fellet, que atuava como ourives na cidade, encomendou um projeto de construção de uma casa à Companhia Pantaleone Arcuri, que também pertencia a imigrantes italianos[4].

O imóvel ficou com a família até o ano de 1993, quando do falecimento de Olinda Fellet, filha de João Batista Fellet. Seu herdeiro vendeu o imóvel para uma construtora, que no ano seguinte, em 1994, iniciou o processo de demolição, mesmo já existindo um estudo para o seu tombamento[5].

---

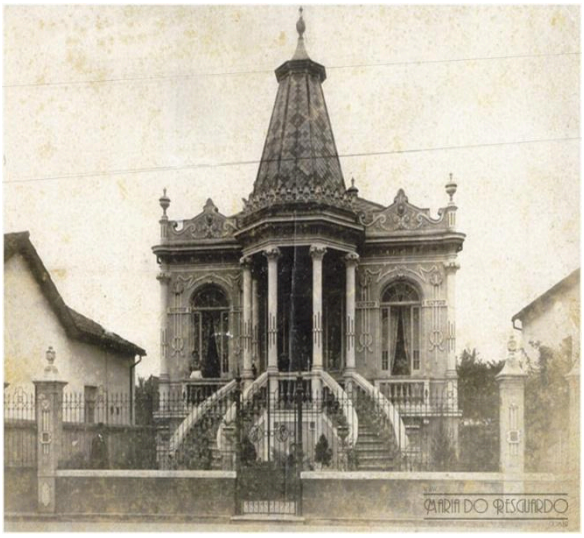
[3] O historiador Anderson Pires trabalha o processo econômico da exploração agroexportadora em sua obra, sobretudo relacionada ao café que, não somente manteve a sua importância econômica até as primeiras décadas do século XX, como também foi o responsável pela implementação das indústrias no município. Não somente as indústrias, mas grande parte do aparato de exploração econômica característico do capitalismo, como a incorporação da rede ferroviária, o desenvolvimento de sistemas de transporte urbano, os sistemas de saneamento, a criação do primeiro Banco de Minas Gerais, além, é claro, de financiar ações caritativas e filantrópicas de assistência aos necessitados. Ver: Pires, Anderson. 2009. *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889 - 1930*. Juiz de Fora: FUNALFA.

[4] A Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri foi fundada em Juiz de Fora, no ano de 1895. Foi a responsável pela construção dos principais imóveis do centro de Juiz de Fora, como o Paço Municipal, o Cine Theatro Central e muitos outros residenciais e comerciais. Construiu o imível que veio a ser conhecido como "Palacete Fellet". Para entender melhor as redes de sociabilidades da família Arcuri e a sua importância no contexto de urbanização de Juiz de Fora, ver: Olender, Marcos. 2011b. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

[5] Existe um estudo mais aprofundado acerca das ruínas do Palacete Fellet e a sua relação com a vida urbana de Juiz de Fora, utilizando como categoria analítica os campos da Arquitetura e Urbanismo, História, Memória e Patrimônio. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2017, elaborado pela pesquisadora e profissional do patrimônio, Ana Carolina Lewer Delage Lemos. Seu trabalho se aprofunda nas relações da família Fellet e oferece robusta documentação do

Após a intervenção do Ministério Público, o processo foi se arrastando pelas duas décadas seguintes até que, finalmente, em 2013, foi tombado, já em ruínas, como patrimônio cultural de Juiz de Fora (DMPAC 1994). Ao longo das duas décadas, o imóvel foi palco de diversas depredações: moradores em situação de rua e usuários de drogas ilícitas que lá se abrigavam, vez ou outra, provocavam incêndios no local; pessoas derrubavam fragmentos das paredes, colunas e ornamentos, na calada da noite, dentre outros inúmeros atos de vandalismo que eram praticados contra o imóvel.

Figura 01. Palacete Fellet. Imagem anterior à década de 1950.



Fonte: Blog “Maria do Resguardo”

Ou seja, seu tombamento tornou-se uma figura emblemática em Juiz de Fora devido à efervescência nos debates travados entre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – COMPPAC, os proprietários do imóvel e a população como um todo. O seu processo de tombamento foi aberto no ano de 1994, mas somente em 2013, dezenove anos depois, o imóvel recebeu a chancela das instâncias públicas como patrimônio cultural do município, por meio do Decreto nº 11.519/2013. Na ocasião, o palacete já se encontrava em avançado estado de deterioração, tendo perdido quase que completamente as suas referências estéticas e arquitetônicas

imóvel. Como este trabalho utiliza outras categorias analíticas, entendemos ser interessante a recomendação da leitura do trabalho da referida pesquisadora. Ver: Lemos, Ana Carolina Lewer Delage. 2017. *A ruína como ato de [r]existência: estudo e análise sobre o Palacete Fellet*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

que justificavam o seu tombamento, mantendo a sua característica de ruína, conforme asseverou Ana Carolina Lemos (2017, 84).

O COMPPAC atua como órgão de proteção do patrimônio cultural do município de Juiz de Fora, através daquilo que Diana Farjalla Correia Lima chama de "instância de consagração". A esse respeito, a pesquisadora afirma que:

> No contexto das instâncias de consagração há que lembrarmos do poder simbólico exercido pelos agentes especializados e competentes, instâncias consagratórias que selecionando e transmudando o *status* de determinadas coisas do mundo por meio de apropriações simbólicas de concessão de atributos de valor cultural, legitimam-se institucionalmente para a tutela conceitual e operacional dos bens, e outorgam-se para a tarefa como entidades socialmente qualificadas (Lima 2016, 19).

Entendido, portanto, como uma instância de consagração, o COMPPAC reforçou a ideia de tombamento do imóvel arruinado como uma forma de ressaltar as lacunas e as reais necessidades de se repensar as políticas de preservação ao patrimônio cultural, entendidas naquela ocasião como insuficientes para acolher os bens da cidade. O tombamento do "Palacete Fellet", portanto, não necessariamente significou a valorização dos interesses dos cidadãos, mas representou as duas faces de uma moeda em meio a uma acirrada disputa de poderes: de um lado, o COMPPAC, se valendo do poder a ele investido por meio da Lei municipal 10.777/2004, que define as políticas de preservação do patrimônio cultural na cidade; do outro lado, os proprietários do imóvel, que se viram lesados pelo tombamento da sombra distorcida daquilo que havia sido o imóvel.

Tal imbróglio diz muito sobre a realidade na qual vivemos, sobretudo no contexto do século XXI. Isso porque, segundo aponta o pesquisador Marcos Olender: vivemos numa época [...] na qual a casa não é mais um templo, construído com carinho para durar mais que uma geração, para marcar a vida e a história de uma família [...], mas onde ela passa a ser vista simplesmente como mercadoria, assim como a terra onde foi erguida" (2017, 328). Neste sentido, a resistência dos proprietários em manter o imóvel caracterizado tal como esteve quando foi realizado o pedido de tombamento, aponta para total desconhecimento (ou desconsideração) do respeito à coletividade e, no mesmo sentido, à própria legislação que busca assegurar que a população possa fruir o patrimônio cultural.

Figura 02. **Situação do imóvel após a primeira tentativa de demolição. 1994.**



Fonte: Ribeiro, Viana e Colchete Filho 2016, 325.

Tim Ingold (2012) sugere que "o problema da agência nasce da tentativa de reanimar um mundo de coisas já morto ou tornado inerte pela interrupção dos fluxos de substâncias que lhe dão vida" (2012, 33). Nessa mesma lógica, o caso do "Palacete Fellet" se mostra a materialização da fala de Ingold, tendo em vista que as vinculações estéticas do imóvel já havia se perdido quando da sua depredação e ruína; seus elementos afetivos estavam fragilizados pela ausência de ressonância, já que os próprios membros da família Fellet não estavam associados à vida funcional do bem; por fim, a população em geral, manifestada por meio das redes sociais, dos veículos de comunicação, das interações informais do dia a dia, não esboçavam vínculos para com o imóvel, demonstrando que aquele mundo presente no universo do palacete estava arruinado.

A fim de evitar a morte desse "mundo de coisas" e valorizar a constante necessidade da lida com o bem, Ingold sugere o imperativo de tratar com zelo esses bens, de modo a manter a sua integridade uma vez que tudo está suscetível de ser dissolvido ou ter a forma alterada. Caso contrário, os materiais tendem a se deteriorar, perdendo a sua forma. Isso porque:

> Deixados ao léu, os materiais fogem do controle. Potes se quebram, corpos desintegram. Esforço e vigilância são necessários para manter as coisas intactas, sejam elas potes ou pessoas. O mesmo vale para o jardineiro, que deve estar sempre vigilante para impedir que o jardim se transforme numa mata (Ingold 2012, 36).

Seguindo a fala de Ingold, a imagem abaixo (figura 3) se mostra bastante representativa, sobre o estado em que chegou o bem:

Figura 03. Situação atual do "Palacete Fellet", já em ruínas.



Fonte: Google Earth – Street View. Acesso: 10 dez. 2022.

Concluímos este subitem da pesquisa, então, com asserção de Françoise Choay, em sua emblemática obra "A alegoria do patrimônio": "A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares (Choay 1999, 179)". Neste sentido, e somente para aguçar a nossa curiosidade, fica a questão: não teria sido a transição do Palacete Fellet para ruínas necessária para o debate acerca da proteção do patrimônio cultural em Juiz de Fora? Embora não tenhamos a pretensão de dar conta de responder a essa questão, é possível levarmos em consideração que a própria elaboração deste trabalho, assim como do trabalho de Ribeiro, Viana e Colchete Filho (2016) bem como o da pesquisadora Ana Carolina Lemos (2017) sobre o Palacete Fellet, embora com distintas abordagens, indica ser o objeto de pesquisa ainda alvo de muitas incertezas e inconclusões para as diferentes apropriações do patrimônio cultural, ainda que somente no âmbito da intelectualidade.

Fundamentos da pesquisa e o seu debate: patrimônio para quem?

Neste subitem da pesquisa, por fim, serão trabalhados os dados colhidos sobre o nosso objeto, a saber, o Palacete Fellet. Para além do debate bibliográfico realizado por meio de sua breve revisão, foi incorporado na pesquisa um formulário contendo a opinião de transeuntes que frequentam o entorno do imóvel, ou que tenham/já tiveram alguma experiência naquela região. O objetivo foi o de auferir um nível de sensação de pertencimento do Palacete Fellet enquanto patrimônio cultural de Juiz de Fora. O levantamento não teve por objetivo esgotar os estudos na

área, mas, na ausência de qualquer outro tipo de levantamento neste sentido, mostrou-se relevante a metodologia do trabalho.

Diante das ponderações acerca da seletividade da memória e da ausência de ressonância popular, torna-se imprescindível incorporar ao debate os pareceres técnicos, justificativas oficiais e notas jornalísticas produzidos ao longo do processo de tombamento (1994–2013). Os documentos do COMPPAC, bem como matérias publicadas na imprensa local, revelam que o reconhecimento do Palacete Fellet como patrimônio esteve fortemente vinculado à valorização da produção arquitetônica italiana, aos vínculos entre a família Fellet e a história urbana da cidade e ao simbolismo social atribuído ao imóvel por setores específicos, como a comunidade acadêmica e agentes culturais. Assim, a análise dos documentos institucionais permite compreender que o tombamento não apenas conferiu valor ao bem, mas reafirmou a lógica de patrimonialização orientada pela voz de grupos especializados, reforçando a dimensão político-simbólica da categoria patrimônio.

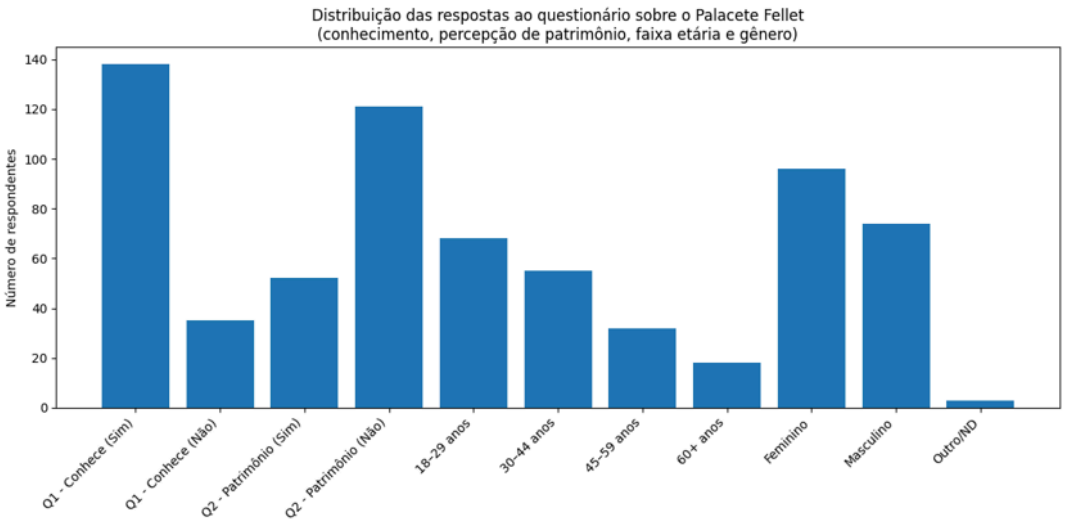
Foi adotado um formulário semiestruturado, apenas com três questões que poderiam ser respondidas com maior ou menor desenvolvimento. Os questionários foram aplicados em diferentes datas e horários entre os meses de setembro de 2023 a março de 2025. O recorte temporal, apesar de parecer grande, se deu pelo fato do alto índice de recusa de serem respondidas as questões. Foram selecionados transeuntes, pessoas trabalhadoras do entorno e alguns moradores que se dispuseram a responder às questões. Ao fim do recorte temporal, foram levantadas as respostas de 173 pessoas.

O levantamento empírico realizado no entorno do Palacete Fellet adotou uma amostragem por conveniência, característica comum em pesquisas exploratórias de percepção urbana. Os participantes foram abordados aleatoriamente entre transeuntes, trabalhadores e residentes habituais da região central de Juiz de Fora, privilegiando a diversidade de perfis socioculturais. Ainda que não se trate de uma amostra probabilística, o número alcançado (173) possibilita captar tendências gerais de reconhecimento, pertencimento e percepção social do bem cultural, especialmente porque a região apresenta grande circulação diária de pessoas de variadas faixas etárias e ocupações.

Para ampliar a transparência da pesquisa, foram coletados dados demográficos básicos, incluindo faixa etária e gênero. A amostra foi composta majoritariamente por adultos jovens de 18 a 29 anos (39,3%), seguidos por adultos de 30 a 44 anos (31,7%), adultos maduros entre 45 e 59 anos (18,5%) e idosos (10,4%). Quanto ao gênero, 55,5% se identificaram como mulheres, 42,8% como homens e 1,7% preferiram não declarar. Esses dados contribuem para contextualizar o imaginário coletivo e ajudam a interpretar a ausência de vínculos afetivos ou simbólicos com o Palacete Fellet, sobretudo entre as gerações que já conheceram o imóvel exclusivamente em estado de ruína.

Com vistas a qualificar a análise e considerando a importância dos aspectos sociodemográficos na percepção de pertencimento cultural, optou-se por sistematizar os dados obtidos no formulário em um gráfico síntese, contemplando variáveis como gênero, faixa etária e conhecimento prévio sobre o Palacete Fellet. A distribuição etária dos entrevistados revelou uma predominância de jovens adultos entre 18 e 35 anos, segmento populacional cuja relação com o imóvel já se consolidou no período em que o palacete se encontrava em ruínas. Tal recorte temporal é fundamental para compreender as baixas taxas de reconhecimento do bem como patrimônio cultural, uma vez que parcela significativa da população de Juiz de Fora possui memória exclusivamente da sua fase de deterioração. A inclusão desses dados permite calibrar a análise e reforça a necessidade de políticas educativas que levem em conta as distintas gerações e seus modos de recepção da paisagem histórica.

Gráfico 1. Distribuição das respostas ao questionário aplicado no entorno do Palacete Fellet: conhecimento do imóvel (Q1), percepção como patrimônio cultural (Q2), faixa etária e gênero dos 173 respondentes.



Fonte: Dados elaborados pelo autor (2025).

A análise quantitativa apresentada no gráfico evidencia que, embora a maioria dos entrevistados (138 pessoas) declare conhecer o Palacete Fellet, esse reconhecimento não se converte, necessariamente, em atribuição de valor patrimonial, já que apenas 52 respondentes afirmaram considerá-lo um patrimônio da cidade. A distribuição etária demonstra que grande parte dos participantes tem entre 18 e 44 anos, faixa etária que cresceu em Juiz de Fora já durante o período de degradação do imóvel, fato que ajuda a explicar a baixa ressonância afetiva: para muitos, o Fellet não existiu como edifício íntegro, mas como ruína. A divisão por gênero, relativamente equilibrada, reforça que se trata de uma percepção transversal a diferentes grupos sociais. Esses dados confirmam a hipótese central de que o distanciamento entre o bem cultural e a coletividade não decorre apenas da falta de informação técnica, mas da própria experiência histórica e sensorial que cada geração teve (ou não teve) com o imóvel.

A ideia de empregar este método surgiu a partir da inquietação provocada pelos dois principais polos interessados no imóvel: de um lado os construtores, afoitos por uma brecha para extinguir as ruínas do palacete e transformar o local em algum tipo de empreendimento; do outro lado, o COMPPAC, embora não por unanimidade, representando o grupo preservacionista. O referido conselho atua com a pretensa justificativa de valorizar um patrimônio cultural da cidade, embora não assuma postura mais propositiva ou efetiva para que haja de fato a preservação do imóvel, que está cada dia mais fragmentado. Por isso, o título desta seção do trabalho traz uma provocação: o “Palacete Fellet” é um patrimônio para quem?

Isso porque, através das respostas dadas nos 173 formulários respondidos, ficou claro que os usuários do espaço, que convivem diariamente naquele entorno, sequer compreendem o local como um bem tombado. Embora grande parte dos entrevistados não reconheça o Palacete Fellet como um bem tombado, esse desconhecimento não invalida, necessariamente, a existência de vínculos afetivos, memórias individuais ou percepções positivas sobre o lugar. É preciso considerar que expressões como “patrimônio cultural”, “tombamento” ou “bem protegido” pertencem ao vocabulário técnico da preservação, e podem não fazer sentido imediato para quem não atua nesse campo. Assim, a ausência de familiaridade com tais termos não implica ausência de valor, mas evidencia a distância entre as linguagens institucionais e as formas cotidianas de compreender a cidade. Alguns vão além: acham desnecessário, que atrapalha a estética da região e, até mesmo, que

o espaço é um reduto para "moradores de rua e usuários de drogas ilícitas"[6]. O formulário foi balizado pelas seguintes perguntas:

1 - Você conhece o Palacete Fellet?

2 – Você o considera um patrimônio cultural de Juiz de Fora?

3 – Se você tivesse o poder de decisão, o que faria com esse bem?

Para tentar entender o valor dado ao patrimônio, o professor Luís Borges (2012) buscou refletir sobre as flutuações semânticas da relação/definição entre valor e patrimônio, tendo em vista a noção de que patrimônio é entendido como objeto de herança coletiva (2012, 113-114). Para o autor, ao partir do pressuposto de que patrimônio é valor, são assumidas quatro premissas como consequência: a primeira diz respeito àquilo que a coisa representa, o que permite falar em patrimonialidade. A segunda implica na relação simbólico-afetiva estabelecida entre a comunidade e os bens culturais. A terceira consiste em propor uma forma-patrimônio, apresentada em duas modalidades: patrimônio constitutivo da sociedade (patrimônio em-si) e o patrimônio mostrado (patrimônio para-si), que envolve os objetos/bens possíveis e alienáveis. A quarta consiste no fato de que para que um bem cultural seja considerado patrimônio, é necessário haver um traço cultural, representado pela ressonância, no eixo horizonte, e pela aderência, no eixo vertical (Borges 2012, 116).

Assim, Borges sustenta que a distância cultural do objeto/bem em relação ao sujeito/observador, implica diretamente na aderência dada pelos indivíduos ao patrimônio. Ou seja, quanto maior for a distância cultural entre o objeto, menor será a aderência da população (Borges 2012, 119). Para o caso do Palacete Fellet, é justificada a baixa aderência da população em função da quase, se não total, ausência de pertencimento cultural. Nas palavras do autor:

[6] Esses termos foram utilizados na maioria dos questionários e revelam diversas camadas do descaso para com o patrimônio cultural do município: o imóvel, que se encontra em estado de aparente abandono, constantemente é alvo de fiscalização da Prefeitura de Juiz de Fora em função do acúmulo de resíduos e de alta vegetação, o que representa um risco para a população do entorno em função da possibilidade da proliferação de larvas e mosquitos transmissores da dengue, ou de animais peçonhentos, como escorpiões, cobras e aranhas. Além disso, é notório para quem passar no entorno a presença de pessoas em situação de rua, que constantemente vandalizam as muretas de proteção com o objetivo de acessar o imóvel. Outra informação relevante, e que corrobora para o uso e ocupação ilícita do local, é que no dia 06 de abril de 2025 foi noticiado que uma mulher de 36 anos foi encontrada morta, com os abraços amarrados, deitada em um colchão em meio às ruínas, onde geralmente se encontram as pessoas usuárias de entorpecentes, segundo moradores do entorno e transeuntes. Tal situação mobilizou a cidade, que retomou o debate acerca do imóvel e reforçou que a postura omissiva dos proprietários do imóvel e da administração pública podem impactar em outros fatores sociais, como moradia, segurança e acesso à saúde. Para ver mais sobre o incidente, que ainda está inconcluso, é possível acompanhar a reportagem no link a seguir: < https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2025/04/06/mulher-e-encontrada-morta-e-com-maos-amarradas-em-imovel-em-ruinas-no-centro-de-juiz-de-fora.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025. É possível encontrar mais informações sobre o caso, inclusive com relatos de moradores, na rede mundial de computadores, bastando digitar no campo de busca algo semelhante a "mulher é encontrada morta no Palacete Fellet".

> A afirmação de que patrimônio não se define como coisa, nem como propriedade ou herança (patrimônio instituído ou formalizado), mas como valor (patrimônio instituinte ou constitutivo), e que valor significa, precipuamente, a relação com uma dada formação histórica e cultural, implica que não basta um ato legal ou uma decisão de um segmento social para que, efetivamente, um bem cultural seja amplamente reconhecido como patrimônio (Borges 2012, 119).

Ingold (2012), por sua vez, entende "coisa" como sendo um agregado de fios vitais, ou seja, é "um lugar onde vários aconteceres se entrelaçam". Diferentemente do objeto, que "coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas" (2012, 29). Por seu turno, e não de forma antagônica, Borges utiliza da perspectiva marxista acerca da teoria do valor, na qual entende ser o valor de uso algo intrínseco à coisa, se relacionando às necessidades humanas, sendo o produto do trabalho humano. Sendo assim, existe o valor de troca, que pressupõe uma relação de permuta, de uma coisa por outra (2012, 116-117).

Se levarmos em consideração a fala de Ingold, no sentido de que "a coisa existe na sua coisificação", é possível dizer que as ruínas do Palacete Fellet representam a própria existência das estruturas de um imóvel que foram danificadas tanto pela ação do tempo quanto por depredação humana e, por isso, se resolve na forma de uma coisa (2012, 33). Ainda, se seguirmos para um sentido mais amplo, observamos que a paisagem cultural estabelece fortes relações com uma suposta memória afetiva.

É o que nos mostra o professor Eduardo Costa (2003). Dentro da perspectiva da chamada Geografia Cultural, Costa debateu a relação entre paisagem e memória. Nesse sentido, segundo o autor, "a paisagem revela ainda a realidade do espaço em um determinado momento do processo" (2003, 03). Isso porque:

> A relação entre paisagem e memória, está assentada na geografia da percepção, na existência de um conjunto de signos que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito e refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividade a partir da informação emitida por seu entorno (Costa 2003, 04).

Ingold nos convida a fazer um exercício mental sobre um prédio: não aquele em estrutura fixa, dotada de materiais e compostos minerais, mas "o prédio real, repousando sobre suas fundações dentro da terra, fustigado pelo clima, e suscetível de receber visitas de pássaros, roedores e fungos" (2012, 30). Tais condições se assemelham ao estado atual do Palacete Fellet: em ruínas, disputando o espaço com a crescente vegetação que mostra o seu triunfo sobre o bem edificado, além da pequena fauna de artrópodes, pessoas em situação de vulnerabilidade social e elementos da fauna que convivem naquele espaço, formando um pequeno ecossistema, que passa a compor a paisagem daquele local. Para Costa (2003), "o simbólico da paisagem permite também um êxodo conceitual, onde buscamos uma exegese à luz de outras disciplinas, muito embora a semiologia já tenha afirmado não haver maneira de ler os símbolos" (2003, 02).

Arturo Escobar (2005) aponta que a defesa do lugar pode ser vinculada às ações de grupos de indivíduos, por motivações diversas (2005, 77). Talvez, seguindo a lógica de Escobar, os grupos que lutam pela preservação do espaço encontram motivações no enfrentamento da agressiva especulação imobiliária que se intensificou em Juiz de Fora a partir da década de 1980 e ainda hoje têm os seus impactos, sobretudo na região central da cidade. Desta forma, mesmo que não seja pela relevância arquitetônica do desfigurado palacete em estilo *art noveau* no coração da cidade, o seu tombamento e reconhecimento enquanto patrimônio cultural pode ter sido uma manobra para que as ruínas seja um eterno lembrete aos empresários da construção civil de que a depredação de um imóvel com diversos predicados para fundamentar um tombamento, é severamente coibido.

Dando continuidade à sua linha de pensamento, Escobar, ao se aprofundar no debate acerca do "lugar", seja na condição de lugar-experiência, ou enquanto lugar-espaço físico, salienta a sua importância na vida das pessoas, tendo em vista as suas representações simbólicas e subjetivas no processo de vivência das pessoas (2005, 69). Observando os processos e a vivências, inevitavelmente, surgem inúmeras demandas que fogem do controle da ordem instituída pela sociedade.

Na fala de Ingold (2012), a sociedade humana tem tentado construir um mundo que controle ao máximo o caos, utilizando cada vez mais as inovações tecnológicas do campo da engenharia para ordenar os objetos, de forma discreta e que atendam às suas expectativas. Entretanto, existe a constante frustração da premissa humana de uma ordem ao caos, em função da dificuldade para conter a vida, isso porquê a vida depende da troca contínua de materiais, o que é obstaculizado quando bloqueamos essas trocas por muros e paredes que encerram/encarceram (2012, 36-37). O Palacete Fellet não fugiu dessa premissa, pois

> mesmo o mais resistente dos materiais não pode resistir para sempre aos efeitos da erosão e desgaste. A superfície asfaltada, atacada por raízes por baixo e pela ação do vento, chuva e geadas por cima, eventualmente racha e se despedaça, permitindo às plantas crescerem através dela para se misturarem e se ligarem novamente à luz, ao ar e à umidade da atmosfera. Onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los (Ingold 2012, 36).

Utilizando o termo "malha" em seu arcabouço conceitual, Ingold nos mostra que é possível observar as trilhas deixadas pelos indivíduos em sua existência, através das suas relações com a cidade, com o lar e com todos os demais locais por onde tenham passado ao longo das suas trajetórias. Assim, "capturado nesses múltiplos emaranhados, cada monumento ou prédio é mais 'arqui-textural' que arquitetônico" (2012, 39).

O autor aponta para a distinção entre as linhas de fluxo da malha e as linhas de conexão da rede, como uma forma de descrever as interações entre as pessoas e os objetivos de sua lida

quotidiana. Assim como as redes delineadas pela teia de aranha são entendidas como extensões do próprio ser daquele animal, Ingold chama a atenção para as condições de possibilidades dessas teias. Portanto, as relações não se limitam ao "entre", mas se estendem "ao longo de", no caso das pessoas, ao longo de múltiplas linhas, deixando muitas pontas em suas regiões periféricas (2012, 40-41).

A partir das falas coletadas, torna-se evidente que a definição de patrimônio não se sustenta apenas na chancela institucional, mas na capacidade do bem cultural de dialogar com as vivências, memórias e expectativas da população. Quando o objeto está completamente interditado, degradado e distante do uso cotidiano, sua significação tende a se esvaziar. O questionamento "patrimônio para quem?" emerge, portanto, não como provocação abstrata, mas como resultado concreto das percepções levantadas no entorno do Palacete Fellet que, por sua vez, reflete uma realidade mais ampla e sintomática.

Considerações Finais

Percebemos que a análise do caso do Palacete Fellet evidencia que o patrimônio cultural não se sustenta apenas em atos normativos ou na chancela de instâncias de consagração, mas depende da construção de vínculos efetivos e afetivos com a coletividade (Olender 2017, 329). No caso que analisamos o tombamento, realizado quando o imóvel já se encontrava em ruínas, revelou-se mais um gesto político do que um ato de preservação em si, funcionando como símbolo de resistência frente à especulação imobiliária e à omissão do poder público. Contudo, a pesquisa demonstrou que a população do entorno não reconhece o bem como patrimônio, o que reforça a distância entre discursos institucionais e experiências cotidianas. Assim, o caso do Palacete Fellet não é apenas um episódio isolado da realidade juiz-forana, mas um alerta para os limites da política de patrimonialização no Brasil: quando desprovida de participação social, ela tende a se transformar em disputa de poder, em vez de instrumento de memória e de identidade coletiva.

É importante ressaltar, no entanto, que o uso de questionários aplicados de forma aleatória ao público transeunte apresenta limitações quando o objeto de estudo envolve valores culturais e afetivos. Em temáticas sensíveis, como a percepção do patrimônio, as respostas tendem a refletir, em grande medida, o senso comum, e não necessariamente a complexidade das relações simbólicas que determinados grupos mantêm com o bem. Tal ponderação é necessária para qualificar a análise e delimitar o alcance da metodologia utilizada.

A proposta deste trabalho foi a de entender de que forma os bens chancelados como "patrimônio cultural", independente de qual esfera seja, possuem de fato valor/significado para a coletividade, não somente para os agentes institucionais responsáveis por assim conferir tal reconhecimento. Para isso, foi realizada uma pesquisa com estudo de caso tendo por objeto um imóvel localizado no centro urbano de Juiz de Fora/MG e que, portanto, está em voga no cotidiano dos mais variados grupos culturais que transitam na região central todos os dias e ao longo dos anos.

Os formulários se pautaram em três perguntas, dando a possibilidade de a pessoa participar de forma mais livre e abrangente, discorrendo sobre as suas percepções acerca do Palacete Fellet e a sua função enquanto patrimônio cultural da cidade. A participação dessas pessoas aponta para a falta de aderência à ideia de que o imóvel represente, de fato, uma cultura da coletividade. Na verdade, trata-se inquestionavelmente de um elemento ruidoso na paisagem urbana, que para uns representa um reduto de marginalidade, enquanto para outros o local é um símbolo vivo da resistência e da luta pela preservação do patrimônio cultural no município.

É importante destacar que a baixa aderência observada nas respostas também se relaciona às condições físicas atuais do imóvel. O Palacete Fellet encontra-se completamente em ruínas, cercado por tapumes e inacessível à visualização plena, o que impede qualquer forma de relação cotidiana mais profunda. A ausência de interação fragiliza os vínculos simbólicos e afetivos que poderiam ser estabelecidos com o bem. Nesse sentido, o estado de deterioração não é apenas resultado da falta de pertencimento, mas também um fator que dificulta sua própria construção. Isso suscitou uma pergunta que balizou a pesquisa: sendo assim, se a população que lida todos os dias com o bem, não o vê como elemento cultural representativo da cidade, é patrimônio cultural para quem?

Com o suporte bibliográfico oferecido pelos autores citados no trabalho, foi possível perceber que a conturbada relação do Palacete Fellet e a necessidade de tombá-lo teve um significado de representatividade aos grupos preservacionistas que, mesmo com o imóvel já em ruínas, optaram por reforçar o pedido de tombamento, para que o espaço se tornasse um símbolo da luta pela preservação. Embora tenha sido muito positiva a preservação das ruínas do Palacete Fellet – e aqui, sem dúvidas, entendemos ter sido um ato de extrema necessidade naquele contexto – não podemos deixar de levar em consideração a necessidade de que sejam desenvolvidos mecanismos mais eficientes com foco nas abordagens participativas e centradas nas pessoas, com metodologias de desenvolvimento comunitário atreladas às diferentes pedagogias críticas, valorizando os múltiplos saberes que não estejam centrados exclusivamente na dicotômica, e conturbada, relação

entre especialistas e agentes da especulação imobiliária, como é o caso do contexto sobre o qual trabalhamos.

Referências bibliográficas

Borges, Luiz Carlos, e M. D'Olne Campos. 2012. "Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência." Em *Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, intelectualidade e patrimônio integral*, organizado por Teresa C. M. Scheiner, Marcus Granato, Maria Amélia G. de Souza Reis e Gladis Barrios Ambrocy. 1ª ed. Rio de Janeiro: MAST/UNIRIO: 112-123.

Brasil. [1988] 2020. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 1 jul. 2025.

Choay, François. 2006. *A alegoria do patrimônio*. 5ª ed. São Paulo: Editora UNESP.

Costa, Otávio José Lemos. "Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares." *Espaço e Cultura (UERJ)* 15, (2003): 33-40.

DMPAC (Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, Prefeitura de Juiz de Fora). 1994. *Processo nº 1104/1994. Proposta de tombamento do imóvel situado à rua Espírito Santo, 764*.

Escobar, Arturo. 2005. "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?" Em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, (2005) 63-79.

Guimarães, Elione Silva. 2006. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2024. *População de Juiz de Fora*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/juizdefora.pdf. Acesso em 18 dez. 2024.

Ingold, Tim. "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais." *Horizontes Antropológicos* 18, no. 37 (2012): 25-44. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002. Acesso em 20 jul. 2025

Juiz de Fora. 2013. *Decreto nº 11.519, de 25 de março de 2013. Dispõe sobre o tombamento do bem imóvel que menciona: Palacete Fellet*. Diário Oficial Eletrônico do Município de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos.php. Acesso em 1 dez. 2024.

Juiz de Fora. 2004. *Lei nº 10.777, de 15 de julho de 2004. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de Juiz de Fora e dá outras providências*. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2004/1077/10777/lei-ordinaria-n-10777-2004-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-juiz-de-fora-e-da-outras-providencias. Acesso em 1 dez. 2025

Lemos, Ana Carolina Lewer Delage. "A ruína como ato de [r]existência: estudo e análise sobre o Palacete Fellet". 2017. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

Lima, Diana Farjalla Correia. 2010. "Atributos simbólicos do Patrimônio: Museologia/ 'Patrimoniologia' e informação em contexto da linguagem de especialidade." 21-40. Em *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação*. Rio de Janeiro: IBICT; ANCIB.

Lima, Diana Farjalla Correia. "Patrimonialização-Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial." *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação* 9 (2016): 1–23.

Olender, Marcos. 2011a. "Juiz de Fora e seu patrimônio arquitetônico." Em *Vivendo a história: novas pesquisas*, organizado por Mônica Ribeiro Oliveira e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Rio de Janeiro: Editora FGV, (2011): 57-66.

Olender, Marcos. 2011b. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

Olender, Marcos. "O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 35 (2017): 321–41.

Palacete Fellet. 2013. *Blog Maria do Resguardo. Imagens antigas de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 27 de março. Disponível em: https://www.mariadoresguardo.com.br/search?q=Fellet. Acesso em 10 dez. 2024.

Pires, Anderson. 2009. *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889–1930*. Juiz de Fora: FUNALFA.

Ribeiro, N. P., F. T. Viana, e A. F. Colchete Filho. 2016. "Patrimônio e esquecimento: As ruínas do palacete Fellet em Juiz de Fora (MG)." Em *3º CATS – Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade*. Cataguases

G1 Zona da Mata. 2025. "Mulher é encontrada morta e com mãos amarradas em imóvel em ruínas no Centro de Juiz de Fora." TV Integração*, G1 Zona da Mata*, Juiz de Fora, 6 de abril. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2025/04/06/mulher-e-encontrada-morta-e-com-maos-amarradas-em-imovel-em-ruinas-no-centro-de-juiz-de-fora.ghtml. Acesso em 10 abr. 2025.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50056

A cidade em camadas: patrimônio, tempo e disputas de memória em Vitória da Conquista (BA)

The City in Layers: Heritage, Time, and Memory Disputes in Vitória da Conquista (BA)

La ciudad en capas: patrimonio, tiempo y disputas de memoria en Vitória da Conquista (BA)

Gabriel Silva Santos [*]
Washington Ramos dos Santos Junior [**]

[*] Graduando em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: gabriel.geo.santos@gmail.com.
[**] Dr. em Psicologia Social e Dr. em Geografia Humana, professor efetivo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa a cidade de Vitória da Conquista (BA) a partir da noção de "camadas de memória", e evidencia como a paisagem urbana expressa disputas entre preservação e uso do espaço. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e registros fotográficos. O estudo concentrou-se em dois eixos: a arquitetura histórica do centro e a Lagoa das Bateias. No primeiro, a ausência de políticas de preservação favorece a substituição de casas antigas por prédios, com consequente apagamento de referências culturais. No segundo, verificou-se que, apesar das revitalizações recentes, a lagoa permanece marcada por problemas ambientais relacionados ao saneamento e à pressão urbana. Conclui-se que Vitória da Conquista exemplifica como cidades médias brasileiras reúnem diferentes temporalidades em sua configuração espacial e confirma que a preservação do patrimônio constitui processo em permanente disputa.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Paisagem urbana.

Abstract: This article analyzes the city of Vitória da Conquista (BA) through the notion of "layers of memory" and highlights how the urban landscape expresses disputes between preservation and spatial use. The research was based on bibliographic review, documentary analysis, and photographic records. The study focused on two axes: the historic architecture of the city center and the Lagoa das Bateias. In the first, the absence of preservation policies has favored the replacement of old houses with buildings, resulting in the erasure of cultural references. In the second, it was

observed that, despite recent revitalizations, the lagoon remains affected by environmental problems related to sanitation and urban pressure. The study concludes that Vitória da Conquista exemplifies how medium-sized Brazilian cities bring together different temporalities in their spatial configuration and confirms that heritage preservation is a process in permanent dispute.

Keywords: Heritage; Memory; Urban landscape.

Resumen: Este artículo analiza la ciudad de Vitória da Conquista (BA) a partir de la noción de "capas de memoria" y muestra cómo el paisaje urbano expresa disputas entre preservación y uso del espacio. La investigación se basó en revisión bibliográfica, análisis documental y registros fotográficos. El estudio se centró en dos ejes: la arquitectura histórica del centro y la Lagoa das Bateias. En el primero, la ausencia de políticas de preservación favorece la sustitución de casas antiguas por edificios, con el consecuente borramiento de referencias culturales. En el segundo, se constató que, a pesar de las recientes revitalizaciones, la laguna sigue marcada por problemas ambientales vinculados al saneamiento y a la presión urbana. Se concluye que Vitória da Conquista ejemplifica cómo las ciudades intermedias brasileñas reúnen diferentes temporalidades en su configuración espacial y confirma que la preservación del patrimonio constituye un proceso en permanente disputa.

Palabras clave: Patrimonio; Memoria; Paisaje urbano

Introdução

A cidade contemporânea se apresenta como um espaço atravessado por múltiplas temporalidades, onde permanências, rupturas e reinvenções se sobrepõem em constante tensão. Em municípios de porte médio, como Vitória da Conquista (BA), essa condição é particularmente visível. A expansão urbana, orientada por lógicas técnico-mercantis, convive com a persistência de espaços simbólicos e práticas sociais que configuram camadas vivas da memória coletiva. Nesse cenário, praças, edifícios antigos e lugares de sociabilidade não apenas compõem a paisagem material, mas se consolidam como depositários de narrativas e identidades que resistem ou são tensionadas pela modernização. Assim, analisar a cidade requer interpretá-la como território de disputa, no qual se cruzam histórias, silenciamentos e reinvenções.

Fundada no século XVIII, Vitória da Conquista consolidou-se como um entreposto sertanejo nas rotas comerciais que ligavam o litoral ao interior da Bahia. Seu crescimento ocorreu de modo progressivo e esteve ligado ao fortalecimento das atividades econômicas e dos serviços públicos regionais. A partir da década de 1940, com a abertura de estradas e a criação de instituições de

ensino e administração, o núcleo urbano transformou-se em polo regional de influência (Rocha 2005, Rocha 2018). Essa trajetória histórica resultou em uma paisagem que combina permanências do traçado antigo com novas formas de ocupação, o que revela diferentes temporalidades e dinâmicas de ocupação do espaço conquistense.

A configuração urbana de Vitória da Conquista expressa a sobreposição de tempos e interesses que marcaram sua formação. O antigo núcleo central, estruturado em torno da Praça Tancredo Neves, transformou-se em polo comercial e de serviços, enquanto as áreas periféricas foram incorporadas de modo desigual. A incorporação desigual das áreas periféricas ocorreu durante as etapas de expansão urbana. Essa dinâmica produziu contrastes territoriais e novos vetores de valorização do solo, impulsionados por intervenções públicas e pela especulação imobiliária. Como observa Rocha (2018, 86), o território conquistense "se reconfigura de acordo com as forças políticas e econômicas que o sustentam", e revelou um espaço em constante disputa e ressignificação.

A discussão sobre patrimônio no Brasil acompanhou esse movimento de complexificação. Nas últimas décadas, o conceito deslocou-se de uma perspectiva monumentalista, centrada em bens de valor artístico e excepcionalidade, para uma compreensão mais processual, que valoriza as práticas sociais, os significados coletivos e a diversidade cultural (Fonseca 2005, Choay 2001). Esse alargamento permite compreender o patrimônio como fenômeno vivo, atravessado por disputas de reconhecimento e estratégias de legitimação. Contudo, a urbanização contemporânea introduz pressões inéditas sobre os espaços de memória ao promover transformações que, muitas vezes, enfraquecem vínculos de pertencimento e identidade. É nesse cruzamento entre memória social e lógica do capital que se insere a problemática dessa pesquisa.

A reflexão teórica sobre memória fornece importantes ferramentas para compreender esse quadro. Halbwachs (1990) propôs a noção de memória coletiva ao afirmar que recordar não é um ato individual, mas um processo social sustentado por quadros de referência compartilhados. Nora (1993), ao propor os lugares de memória, evidenciou que a aceleração do tempo moderno e o enfraquecimento das tradições transformaram certos espaços em depositários de lembranças, numa tentativa de compensar a perda do vivido. Tais conceitos ajudam a perceber a cidade como palimpsesto, na qual se sobrepõem camadas de permanência e apagamento, o que revela a densidade simbólica inscrita em seus espaços.

A leitura crítica do patrimônio urbano também exige considerar o território como espaço vivido. Para Santos (2000), o território não se reduz à materialidade física, mas constitui-se como

instância ativa da vida social, onde se entrelaçam relações de poder, identidade e pertencimento. Na mesma direção, Tuan (1983) diferencia espaço e lugar ao enfatizar que o último é resultado da experiência vivida e dos vínculos afetivos que nele se estabelecem. Esses aportes teóricos são fundamentais para pensar Vitória da Conquista não apenas como aglomerado urbano, mas como cidade produzida por narrativas, práticas e memórias que conferem sentido aos seus espaços.

No campo da crítica urbana, autores como Abreu (1998), Harvey (2005) e Rolnik (1997) demonstram que a cidade é sempre uma construção histórica, atravessada por escolhas políticas, econômicas e culturais que tendem a privilegiar interesses do capital. Para Harvey (2005, 121), "a urbanização do capital cria ambientes construídos que tendem a ser efêmeros, constantemente remodelados para atender às novas exigências do mercado". Tal leitura revela que os processos de transformação urbana não ocorrem apenas por razões demográficas ou funcionais, mas refletem pressões estruturais que frequentemente colidem com a preservação da memória. A tensão entre a expansão imobiliária e a permanência de referências simbólicas torna-se evidente em cidades médias, onde a especulação imobiliária reconfigura centralidades e redefine usos do solo.

Nesse contexto, pensar o patrimônio em Vitória da Conquista significa compreender como diferentes grupos sociais disputam a legitimidade de suas memórias, narrativas e práticas. A arquitetura histórica, com casas construídas no início do século XX, e a Lagoa das Bateias, espaço natural e simbólico, são exemplos de camadas que persistem, se transformam ou são invisibilizadas diante do avanço urbano. Esses casos revelam que o patrimônio não é um dado fixo, mas um processo social e político permeado por escolhas que definem o que será lembrado e o que será silenciado. A cidade emerge como campo de negociações e conflitos, no qual a memória se afirma em meio a ameaças de descaracterização.

Diante desse quadro, a proposta deste artigo é analisar como o patrimônio cultural urbano de Vitória da Conquista pode ser interpretado como espaço de memória social e disputa temporal. Para isso, articula-se a análise empírica centrada na arquitetura histórica e na Lagoa das Bateias aos referenciais teóricos sobre memória, patrimônio e urbanização. O objetivo é discutir a necessidade de políticas culturais e urbanísticas que considerem as múltiplas temporalidades da cidade ao reconhecer o patrimônio como dimensão viva do território. Ao problematizar o urbano como campo de disputa, busca-se contribuir para o debate sobre paisagem, memória e poder em contextos de crise, por articular a realidade conquistense às discussões contemporâneas sobre justiça espacial e preservação patrimonial.

A cidade em camadas: patrimônio, memória e disputas de tempo em Vitória da Conquista (BA)

A reflexão sobre memória ocupa um lugar central nas Ciências Humanas, sobretudo quando se busca compreender a cidade como espaço de permanências e rupturas. Halbwachs (1990) introduziu a noção de memória coletiva ao destacar que as lembranças não se constituem de forma isolada, mas por quadros sociais que lhes conferem sentido. Como afirma o autor, "a memória individual é apenas um ponto de vista sobre a memória coletiva" (Halbwachs 1990, 51). Essa perspectiva evidencia que recordar não é um ato neutro, mas uma construção social atravessada por disputas de significados. Aplicada ao contexto urbano, tal concepção permite reconhecer que os espaços da cidade são suportes privilegiados da memória, que podem servir de referência para identidades e narrativas compartilhadas.

Nora (1993), ao propor o conceito de lugares de memória, aprofunda esse debate ao relacionar memória e história no mundo contemporâneo. Para o autor, a aceleração do tempo moderno e o enfraquecimento das tradições transformaram certos espaços e objetos em depositários da memória social, numa tentativa de compensar a perda do vivido. Como afirma o autor: "A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente eterno" (Nora 1993, 9).

A partir dessa concepção, a cidade pode ser compreendida como um vasto campo de lugares de memória, onde os espaços urbanos ganham sentido não apenas por sua materialidade, mas pela densidade simbólica que carregam. Tal leitura é fundamental para analisar como Vitória da Conquista reúne temporalidades distintas em sua paisagem, ao tensionar o passado, o presente e os projetos de futuro.

Além disso, o diálogo entre Halbwachs e Nora contribui para compreender que a memória social se manifesta em múltiplos níveis, desde práticas cotidianas até a institucionalização de patrimônios culturais. Ao mesmo tempo, revela que a disputa pelo reconhecimento de determinadas lembranças envolve relações de poder, na medida em que alguns grupos têm maior capacidade de impor sua narrativa sobre a cidade. Assim, pensar o patrimônio em Vitória da Conquista requer situá-lo como expressão de temporalidades em conflito, onde certos espaços são preservados, enquanto outros são invisibilizados ou transformados pelas lógicas urbanas.

O conceito de patrimônio passou por uma profunda transformação ao longo do século XX, por se deslocar de uma perspectiva centrada nos monumentos e nas artes consagradas para uma abordagem mais ampla, que inclui práticas sociais, manifestações culturais e saberes coletivos. Como destaca Choay (2001, 98) “o patrimônio não é apenas um objeto herdado, mas também uma produção simbólica que reflete as escolhas de uma sociedade". A noção moderna de patrimônio emerge vinculada a uma memória monumentalista, preocupada em preservar obras de arte e edificações excepcionais. No entanto, a ampliação desse conceito tornou possível compreender o patrimônio como uma construção social, sujeita a disputas de sentido e ao reconhecimento de diferentes grupos.

No contexto brasileiro, Fonseca (2005) contribui decisivamente para a compreensão do patrimônio como processo ao enfatizar que ele não deve ser entendido apenas como herança a ser preservada, mas como um fenômeno social e político em constante transformação. Sua obra evidencia que a noção de patrimônio é atravessada por disputas de poder, na medida em que certos bens, práticas e memórias são reconhecidos e valorizados, enquanto outros permanecem invisibilizados. A autora chama atenção para o fato de que as políticas públicas de preservação frequentemente refletem interesses específicos e revelam que a escolha do que preservar nunca é neutra, mas situada em contextos históricos e sociais concretos.

> O patrimônio cultural é menos um conjunto de objetos e mais um campo de disputas, no qual diferentes atores sociais buscam afirmar identidades, memórias e direitos. Ao mesmo tempo em que preserva, a política patrimonial seleciona, hierarquiza e exclui, definindo quais expressões culturais merecem ser transmitidas às gerações futuras e quais podem ser relegadas ao esquecimento (Fonseca 2005, 58-59).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender a patrimonialização como um processo dinâmico, no qual se negociam sentidos e pertencimentos. Mais do que proteger monumentos ou objetos, trata-se de reconhecer que o patrimônio se constrói em meio a tensões entre tradição e modernidade, memória e esquecimento, permanência e transformação. Essa abordagem abre espaço para uma leitura crítica do caso de Vitória da Conquista, onde o crescimento urbano e as disputas sociais influenciam diretamente o que é lembrado e o que é apagado da paisagem urbana.

Canclini (1994) amplia ainda mais esse debate ao propor o conceito de culturas híbridas e destacar que as expressões culturais se formam em contextos de interpenetração entre o tradicional e o moderno. No campo do patrimônio, essa ideia é especialmente relevante para pensar as cidades latino-americanas, em que convivem formas culturais populares, práticas cotidianas e intervenções institucionais de preservação. Para Canclini (1994, 149), “as políticas culturais devem reconhecer a

diversidade e a heterogeneidade como elementos constitutivos das identidades contemporâneas". Assim, o patrimônio deixa de ser apenas herança cristalizada e se afirma como território de negociações simbólicas, atravessado por tensões entre memória, modernidade e globalização.

A análise do patrimônio urbano não pode prescindir da compreensão do território como dimensão simbólica e vivida. Para Santos (2000), o território não se reduz à sua materialidade física, mas constitui-se como espaço apropriado pelas práticas sociais, onde se entrelaçam relações de poder, identidade e pertencimento. Nas palavras do autor, "o território não é apenas o resultado de uma acumulação de objetos no espaço, mas uma instância ativa da vida social, pois carrega a marca das ações humanas" (Santos 2000, 107). Essa concepção amplia a leitura do patrimônio e permite compreendê-lo como parte de processos mais amplos de produção e uso do espaço urbano.

Tuan (1983), ao diferenciar espaço e lugar, reforça essa perspectiva destacando que o lugar é constituído pela experiência vivida e pelos vínculos afetivos que nele se estabelecem. Para o autor, "o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor". Essa ideia é fundamental para pensar o patrimônio urbano como resultado da relação entre as pessoas e o espaço, uma vez que os lugares de memória só existem porque carregam significados compartilhados, que são construídos na prática cotidiana.

No caso específico das cidades brasileiras, Abreu (1998) chama atenção para o caráter histórico do espaço urbano. Ele observa que a cidade deve ser entendida como uma construção social ao longo do tempo, resultado do acúmulo histórico de escolhas políticas, econômicas e culturais. Segundo o autor, "a cidade é sempre uma construção histórica" (Abreu 1998, 9), o que significa dizer que sua configuração atual não é fruto do acaso, mas de processos acumulativos e conflituosos. Essa perspectiva permite enxergar a paisagem urbana como um palimpsesto, em que se sobrepõem camadas de permanência, apagamento e reconstrução simbólica da paisagem urbana, além de evidenciar as disputas em torno da memória e do patrimônio.

A urbanização contemporânea é marcada por ritmo acelerado e lógicas orientadas pelo capital, as quais frequentemente entram em choque com as dimensões simbólicas e históricas da cidade. Harvey (2005) observa que o processo urbano está intrinsecamente ligado à reprodução do capital, ao produzir espaços voltados mais para a acumulação econômica do que para o bem-estar social. Para o autor, "a urbanização do capital cria ambientes construídos que tendem a ser efêmeros, constantemente remodelados para atender às novas exigências do mercado" (Harvey 2005, 121). Essa leitura permite compreender que a cidade não se transforma apenas por razões

demográficas ou funcionais, mas também como resultado de pressões econômicas que afetam diretamente a preservação do patrimônio.

Santos (2000) reforça essa crítica ao apontar que o espaço urbano não é neutro, mas resultado de relações sociais mediadas por interesses desiguais. Para ele, a urbanização no Brasil tem produzido uma cidade fragmentada, em que os usos do território refletem hierarquias de poder. Nesse contexto, a preservação patrimonial muitas vezes é secundarizada diante da valorização imobiliária e da expansão do tecido urbano. Como afirma o autor, "a cidade corporativa organiza o espaço em função das necessidades do capital, e não das necessidades da sociedade" (Santos 2000, 158). Essa contradição se expressa de modo particular nas cidades médias que, sofrem intensamente as pressões do crescimento desordenado.

No caso brasileiro, Abreu (1998) advertia que o crescimento urbano tende a produzir apagamentos seletivos da memória, pois determinadas áreas são transformadas para abrir espaço a novos usos, enquanto outras são preservadas conforme critérios de interesse político ou econômico. A cidade é palco de disputas constantes entre permanência e destruição, memória e esquecimento. Entender a urbanização como campo de conflitos patrimoniais é fundamental para analisar realidades como a de Vitória da Conquista, onde a expansão territorial se sobrepõe a referências culturais e naturais, o que evidencia as tensões entre planejamento urbano, interesses de mercado e preservação da memória coletiva.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, voltada para compreender o patrimônio cultural urbano enquanto expressão da memória social em disputa. O recorte empírico privilegiou áreas centrais de Vitória da Conquista, edifícios históricos e espaços de sociabilidade coletiva, entendidos como camadas significativas da paisagem urbana. Essa escolha metodológica decorre do objetivo de analisar a cidade como campo de tensões entre permanências e transformações, o que evidencia como diferentes temporalidades se manifestam no espaço.

Com esse objetivo, foram mobilizadas duas estratégias principais: a observação de campo —realizada em 2025, com registros fotográficos e anotações sobre o uso e a transformação dos espaços — e a análise documental, que incluiu matérias publicadas no site oficial da Prefeitura (PMVC), legislações urbanísticas e materiais de órgãos de preservação, como IPHAN e UNESCO. A articulação dessas fontes possibilitou interpretar o patrimônio não como conjunto estático de

bens, mas como processo social em constante negociação, revelando os embates entre urbanização, memória e políticas de preservação no contexto conquistense.

Resultados e Discussões

A paisagem urbana de Vitória da Conquista expressa uma sobreposição de tempos históricos que confere à cidade o caráter de espaço em camadas. Entre edifícios modernos e novas centralidades comerciais, persistem construções erguidas nas primeiras décadas do século XX (figura 1), marcadas por fachadas ornamentadas, platibandas, balcões em ferro e esquadrias de madeira. Essas casas materializam modos de morar, práticas sociais e formas de organização territorial vinculadas a um período de consolidação da cidade como polo regional. Como lembra Nora (1993, 9), os lugares de memória existem "porque há neles uma vontade de memória", e é precisamente essa vontade que ainda confere sentido às antigas edificações, mesmo quando ameaçadas de ruína.

Figura 01. Edificações históricas no centro de Vitória da Conquista (BA)



Fonte: Acervo Pessoal do autor, 2025.

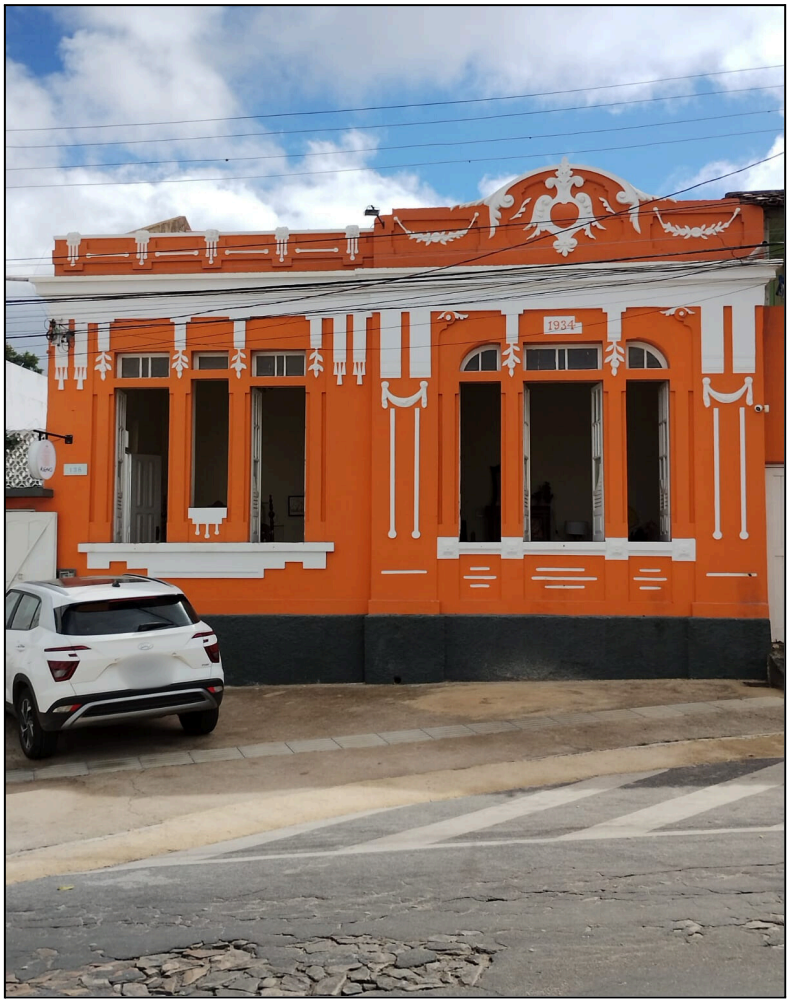
O contraste entre permanência e descaracterização revela que o espaço urbano não é apenas suporte físico, mas também campo de disputas simbólicas. A pressão do mercado imobiliário, sobretudo nas áreas centrais, tem conduzido à substituição de casas antigas por construções verticais, o que apaga vestígios da memória coletiva. Esse processo é discutido por Harvey (2005). Para o autor, a urbanização do capital produz ambientes construídos que são constantemente remodelados de acordo com exigências de acumulação econômica. Em Vitória da Conquista, a verticalização crescente transforma a paisagem e fragiliza vínculos comunitários, por impor as narrativas do capital sobre as da memória.

Rolnik (1997, 49) alerta que "o espaço urbano é também um espaço de disputa de narrativas". Na cidade, essa disputa se expressa em diferentes escalas, entre edifícios preservados e ruínas, entre restaurações pontuais e abandonos generalizados, entre políticas ausentes e interesses

privados que conduzem a descaracterizações. Como resultado, a memória urbana se torna seletiva ao reconhecer apenas parte de seu patrimônio, enquanto outros imóveis são invisibilizados ou destruídos. A ausência de um inventário atualizado e de instrumentos de proteção agrava o risco de apagamento e reforça desigualdades na valorização de determinados espaços em detrimento de outros.

Ainda que predominem riscos de descaracterização, algumas iniciativas mostram caminhos alternativos. Projetos privados de restauração adaptam antigas casas a novas funções como espaços culturais, restaurantes e consultórios e preservam elementos arquitetônicos originais (figura 2). Essas experiências sugerem a possibilidade de conciliar preservação e uso contemporâneo. Canclini (1994) aponta que é preciso "repensar o urbano como espaço onde circulam e se confrontam temporalidades distintas". Ao integrar o passado ao presente, tais iniciativas permitem que a população reconheça sua história como parte viva do cotidiano, em vez de mero resquício de outro tempo.

Figura 02. Edifício antigo que faz parte da rede de cafeterias Rigno.



Fonte: Acervo Pessoal do autor, 2025.

A análise da arquitetura histórica de Vitória da Conquista permite compreender que a cidade não pode ser lida apenas como cenário estético, mas também como território de disputas em que se decide o que será lembrado e o que será esquecido. Nesse processo, como enfatiza Fonseca (2005), o patrimônio deve ser entendido como resultado de escolhas sociais e políticas, em constante negociação. Preservar os imóveis antigos não significa congelar o espaço urbano, mas reconhecer que a cidade é também espaço de identidades e memórias coletivas que não podem ser reduzidas à lógica da valorização imobiliária.

No campo ambiental, a Lagoa das Bateias constitui um exemplo emblemático das tensões entre preservação e transformação urbana. Localizada na zona oeste de Vitória da Conquista, com área de aproximadamente 53 hectares, a lagoa exerce funções ecológicas essenciais, como recarga de aquíferos, regulação microclimática e manutenção da biodiversidade. Mais do que isso, representa um espaço de memória coletiva, no qual práticas de lazer, manifestações culturais e

vínculos afetivos transformam a paisagem em território de pertencimento (figura 3). Como observa Halbwachs (1990), recordar não é ato isolado, mas processo social sustentado por quadros coletivos. A lagoa se inscreve exatamente nesses quadros pelo fato de ser continuamente reinterpretada pela comunidade que a frequenta.

Figura 03. Lagoa das Bateias: paisagem ambiental e usos comunitários em Vitória da Conquista (BA)



Fonte: (PMVC 2017; 2023).

A partir de 2007, quando foi instituída como Unidade de Conservação, a Lagoa das Bateias passou a ser objeto de políticas de preservação. Nos anos seguintes, ações de requalificação promoveram a instalação de pistas de caminhada, drenagem e obras paisagísticas. Em 2023, a Prefeitura anunciou novas etapas de revitalização e a abertura de trechos voltados ao lazer e esporte comunitário (PMVC, 2023). No entanto, apesar dessas iniciativas, persistem problemas ambientais, como o lançamento irregular de esgoto (figura 04) e o acúmulo de resíduos, que comprometem a qualidade da água e a vitalidade do ecossistema (Almeida, Moura e Vieira 2015; Rodrigues 2015).

Figura 04. Retirada de lixo da Lagoa das Bateias



Fonte: (PMVC, 2023).

Essa contradição revela o caráter fragmentado da política ambiental urbana. Como enfatiza Santos (2000), o território é instância ativa da vida social e reflete desigualdades e disputas de poder. No caso da Lagoa das Bateias, a ausência de articulação efetiva entre órgãos gestores e comunidade enfraquece a proteção e torna o espaço vulnerável a interesses imediatistas. A degradação ambiental não afeta todos igualmente; os impactos recaem sobretudo sobre os moradores do entorno, em bairros que sofrem com a falta de saneamento básico, o que reforça desigualdades ambientais e sociais.

Mais do que espaço natural, a Lagoa das Bateias configura-se como lugar de memória e resistência simbólica. A apropriação do espaço para lazer, práticas esportivas e atividades de sensibilização ambiental é evidenciada por políticas públicas recentes, como os programas de revitalização e uso comunitário promovidos pelo município (PMVC 2023), além de estudos que destacam seu potencial pedagógico em projetos de educação ambiental (Passos, Melo e Silva 2009). Essa dimensão afetiva aproxima-se da concepção de Tuan (1983), para quem o lugar é constituído por experiências vividas e valores atribuídos coletivamente. A lagoa é mais do que paisagem, é território de identidade e reconhecimento simbólico.

Em Vitória da Conquista, a valorização do patrimônio depende sobretudo da atuação do poder público e de instâncias culturais. O Conselho Municipal de Cultura tem papel central nas deliberações sobre tombamentos e acompanhamento das ações de preservação realizadas pela Secretaria de Cultura. No caso da Lagoa das Bateias, o espaço é utilizado cotidianamente por

moradores da zona oeste, que o frequentam para lazer e atividades esportivas. Embora sem organização formal, esses usos mantêm o parque ativo e socialmente reconhecido, além de demonstrar que a preservação resulta também da presença constante da população.

Nos últimos anos, o Parque Municipal da Lagoa das Bateias tornou-se foco de ações voltadas à recuperação ambiental e ao lazer urbano. Reconhecida como Unidade de Conservação desde 2012, a área reúne lagoas e ecossistemas relevantes para a drenagem e a biodiversidade locais (PMVC, 2023). Entre 2024 e 2025, a Prefeitura promoveu novas intervenções e incluiu a revitalização da Vila Esportiva e obras de drenagem e paisagismo (PMVC, 2025). Embora representem avanços, essas ações ainda enfrentam limitações de continuidade e de integração entre conservação e valorização simbólica da paisagem.

Lima destaca que (2016, 87) "a ausência de articulação entre os órgãos gestores e a comunidade fragiliza a consolidação do parque como um espaço público de preservação permanente". Ao permanecer dependente de intervenções descontínuas, o espaço corre o risco de ser reduzido a instrumento de gestão técnica, sem integrar as dimensões sociais e culturais que lhe conferem sentido. A leitura de Rolnik (1997) sobre a disputa de narrativas no espaço urbano ajuda a compreender a situação da Lagoa das Bateias, onde a memória comunitária e a lógica de exploração urbana se enfrentam. O destino da lagoa será definido por essa correlação de forças. Isso revela que a paisagem não é neutra, mas produto de escolhas políticas e sociais.

A Lagoa das Bateias evidencia que a paisagem natural também é atravessada pelas pressões da urbanização. As recentes obras de requalificação promovidas pela Prefeitura representaram avanços na valorização do parque, mas problemas como o esgoto irregular e a precariedade do saneamento nos bairros vizinhos revelam contradições na gestão ambiental. Esses desafios mostram que a preservação não pode se limitar a intervenções estéticas, mas deve se consistir também em políticas consistentes e da participação comunitária para garantir sua função ecológica e social em um contexto de crise climática e expansão urbana.

A análise da arquitetura histórica e da Lagoa das Bateias demonstra que, em Vitória da Conquista, tanto os edifícios quanto os espaços naturais funcionam como camadas de memória em permanente disputa. As casas antigas revelam as tensões entre permanência e descaracterização diante da pressão imobiliária, enquanto a lagoa evidencia os limites das políticas ambientais frente à expansão urbana. Em ambos os casos, a paisagem urbana se mostra como território de negociação, no qual se confrontam interesses de preservação, uso social e exploração econômica. Essa leitura confirma que a cidade não pode ser entendida apenas como cenário material, mas como espaço de

poder e de escolhas, no qual diferentes narrativas competem para definir o que será lembrado e o que será esquecido.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender Vitória da Conquista como uma cidade constituída por camadas de memória, em que diferentes temporalidades se sobrepõem e disputam a permanência. A noção de patrimônio, mais do que herança estática, revela-se como processo social atravessado por escolhas políticas, tensões econômicas e significados coletivos. Nesse sentido, tanto a arquitetura histórica quanto a Lagoa das Bateias ilustram como a paisagem urbana expressa simultaneamente permanências e rupturas, ao mostrar que a cidade é sempre resultado de negociações entre tradição, modernidade e projetos de futuro.

Na arquitetura, as casas antigas ainda presentes em áreas centrais materializam modos de vida e práticas urbanas que resistem à pressão do capital imobiliário. Entretanto, a ausência de políticas efetivas de preservação tem contribuído para o apagamento de parte significativa dessa memória. A substituição por edificações verticais evidencia a força do mercado na produção da paisagem e confirma que o espaço urbano é também campo de poder e disputa de narrativas. Ao mesmo tempo, as experiências pontuais de restauração revelam que é possível integrar passado e presente, ao reafirmar o patrimônio como dimensão viva da cidade.

No campo ambiental, a Lagoa das Bateias se destaca como patrimônio natural e espaço simbólico, por reunir funções ecológicas e significados sociais. As políticas de revitalização recentes representam avanços, mas persistem fragilidades na gestão e falhas de articulação com a comunidade, além da precariedade do saneamento nos bairros do entorno. Essas contradições demonstram que a preservação não pode se restringir a intervenções estéticas ou pontuais. Mais que isso, deve incorporar a participação popular e garantir o direito coletivo ao território em um contexto de crise climática e expansão urbana.

Por fim, compreender Vitória da Conquista como cidade em camadas é reconhecer que sua paisagem não é neutra, mas território de disputas no qual se decide quem e o que merece ser lembrado. A valorização do patrimônio, seja ele construído, natural ou simbólico, requer políticas públicas consistentes e sensíveis às múltiplas temporalidades que compõem a vida urbana. Apenas assim será possível assegurar que a memória coletiva se mantenha, longe de ser apagada pelo avanço do capital, como fundamento da identidade e do pertencimento social.

Referências

Abreu, Maurício de Almeida. 1998. *A cidade é sempre uma construção histórica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Almeida, Antônio, José Moura, e Carlos Vieira. 2015. *Problemas ambientais em áreas urbanas de Vitória da Conquista*. Salvador: EDUFBA.

Canclini, Néstor García. 1994. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.

Choay, Françoise. 2001. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade.

Fonseca, Maria Cecília Londres. 2005. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.

Halbwachs, Maurice. 1990. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice.

Harvey, David. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

Lima, Thiago. 2016. *Política ambiental e gestão participativa:* desafios da conservação urbana. Belo Horizonte: Autêntica.

Nora, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*, São Paulo, no. 10 (1993): 7–28.

Passos, Maria, João Melo, e Roberto Silva. "Educação ambiental e pertencimento: experiências em Vitória da Conquista". *Revista Educação em Debate*, Fortaleza 31, no. 2 (2009): 45-60.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2023. *Com recursos próprios, Prefeitura revitaliza Lagoa das Bateias para iniciar obras de infraestrutura no parque*. Vitória da Conquista. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/com-recursos-proprios-prefeitura-revitaliza-lagoa-das-bateias-para-iniciar-obras-de-infraestrutura-no-parque/. Acesso em: 31 ago. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2023. *Lagoa das Bateias: trecho será reservado à prática de lazer e esportes aos domingos*. Vitória da Conquista. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/lagoa-das-bateias-trecho-sera-reservado-a-pratica-de-lazer-e-esportes-aos-domingos/. Acesso em: 31 ago. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2012. *Parque Municipal da Lagoa das Bateias*. Vitória da Conquista: PMVC (atualizado 28 jun. 2023). Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/parque-municipal-da-lagoa-das-bateias/. Acesso em: 29 out. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2025. *Conselho Municipal de Cultura aprova tombamento de cinco imóveis históricos de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: PMVC, 29 out. 2025. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/conselho-municipal-de-cultura-aprova-tombamento-de-cinco-imoveis-historicos-de-vitoria-da-conquista. Acesso em: 29 out. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2025. *Parque Municipal da Lagoa das Bateias vai receber nova etapa de intervenção*. Vitória da Conquista: PMVC, 23 set. 2025. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/parque-municipal-da-lagoa-das-bateias-vai-receber-nova-etapa-de-intervencao/. Acesso em: 29 out. 2025.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 2025. *Lagoa das Bateias*: principal opção de lazer da Zona Oeste, Vila Esportiva completa um ano de revitalização. Vitória da Conquista: PMVC, 2 jul. 2025. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/lagoa-das-bateias-principal-opcao-de-lazer-da-zona-oeste-vila-esportiva-completa-um-ano-de-revitalizacao/. Acesso em: 29 out. 2025.

Rocha, Altemar Amaral, e Ferraz, Ana Emília de Quadros. 2005. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (BA). Em *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: USP.

Rocha, Altemar Amaral. O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano – séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista. *Revista Geopauta* 2, no. 3, (2018): 83–91.

Rolnik, Raquel. 1997. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel.

Santos, Milton. 2000. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp.

Tuan, Yi-Fu. 1983. *Espaço e Lugar*: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: Difel.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50251

Segregação Socioespacial e Direito à Paisagem na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ)

Socio-spatial Segregation and the Right to the Landscape in the South Zone of Rio de Janeiro (RJ)

Segregación Socioespacial y el Derecho al Paisaje en la Zona Sur de Río de Janeiro (RJ)

Tamiris Batista Diniz [*]
Guilherme Preato Guimarães [**]

[*] Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: tamirisbdiniz@hotmail.com.
[**] Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Geografia e Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ-FEBF). E-mail: preato.profgeo.uerj@gmail.com.

Resumo: Este trabalho busca analisar como as interseções étnico-raciais e de classe estruturam a produção da paisagem da Zona Sul do Rio de Janeiro, resultando e sendo resultado do processo de segregação socioespacial legitimado pelo Estado. A pesquisa tem como abordagem a perspectiva quali-quantitativa e adotou como instrumentos metodológicos a revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários do Instituto Pereira Passos e do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, trabalho de campo e elaboração de mapas temáticos. Os resultados indicam um padrão de segregação que combina alta concentração de população preta e parda e baixos rendimentos nas áreas de favela, em contraste com os bairros, que apresentam predominância de população branca e faixas de renda superiores a dez salários mínimos.

Palavras-chave: Direito à paisagem; Segregação socioespacial; Zona Sul do Rio de Janeiro.

Abstract: This study seeks to analyze how ethnic-racial and class intersections structure the production of the landscape in Rio de Janeiro's South Zone, both resulting from and reinforcing the process of socio-spatial segregation legitimized by the State. The research adopts a quali-quantitative approach and employed methodological instruments such as a literature review, secondary data collection from the Pereira Passos Institute and the 2022 Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, fieldwork, and the development of thematic maps. The results indicate a segregation pattern characterized by a high concentration of black and brown populations and low incomes in favela areas, in contrast with the formal neighborhoods, which present a predominance of white residents and income levels above ten minimum wages.

Keywords: Right to the Landscape; Socio-spatial segregation; South Zone of Rio de Janeiro.

Resumen: Este trabajo busca analizar cómo las intersecciones étnico-raciales y de clase estructuran la producción del paisaje en la Zona Sur de Río de Janeiro, resultando y siendo resultado del proceso de segregación socioespacial legitimado por el Estado. La investigación adopta un enfoque cuali-cuantitativo y utilizó como instrumentos metodológicos la revisión bibliográfica, el levantamiento de datos secundarios del Instituto Pereira Passos y del Censo Demográfico de 2022 del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, el trabajo de campo y la elaboración de mapas temáticos. Los resultados indican un patrón de segregación que combina una alta concentración de población negra y parda y bajos ingresos en las áreas de favela, en contraste con los barrios, que presentan predominio de población blanca y niveles de renta superiores a diez salarios mínimos.

Palabras clave: Derecho al paisaje; Segregación socioespacial; Zona Sur de Río de Janeiro.

Introdução

As transformações na paisagem da cidade do Rio de Janeiro possuem relações estritas com diversos acontecimentos históricos, indo desde a chegada da família Real no período do Império, até as mais recentes para a recepção de megaeventos. Neste sentido, a paisagem está para além de um recurso representacional e técnico na medida em que compreende a ação política dos sujeitos que a constituem e a transformam de acordo com suas perspectivas sociais. O resultado dessas ações expressa-se em paisagens mais ou menos democráticas. Dessa forma, corroboramos Cosgrove ao explicitar que:

> A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, como a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. A paisagem, de fato, é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", uma unidade visual. A palavra surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seus ambientes (Cosgrove 1985, 223).

Por seu turno, ao abordar a noção de política da paisagem, (Ribeiro 2018, 155) a percebe como o "conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, que visam regular sujeitos e territórios, com diferentes objetivos, que se desenvolvem a partir de diferentes práticas e formas de conhecimento". Neste sentido, concebe-se o direito à paisagem a partir da perspectiva das disputas políticas na busca por estabelecer e reestabelecer as relações entre o espaço e a sociedade, de modo a garantir o acesso a elementos que caracterizam a cultura, a identidade e o patrimônio histórico da população.

Essa concepção dialoga com a noção de marcadores sociais da diferença, apresentada por (Brandão e Alzuguir 2022), uma vez que os processos de regulação do território também definem quem pode usufruir da paisagem e de que forma. Os referidos autores explicam que essas ferramentas teóricas e políticas que nos classificam em relação aos demais, impondo barreiras estruturais para o acesso a recursos, como educação, saúde, previdência, assistência social, arte, cultura, entre outros, são designadas como marcadores sociais da diferença. As dimensões da sexualidade, do gênero, da classe social, da raça ou etnia que distingue nossos corpos, assim como a presença ou ausência de deficiências físicas ou intelectuais, devem ser levadas em conta para conceber formas de promover a acessibilidade com o intuito de corrigir tais disparidades sociais. De acordo com os autores,

> Embora muitos considerem naturais tais marcas de distinção social - nascemos assim -, o modo como são valoradas, ou seja, os valores atribuídos a tais classificações produzem uma hierarquia, uma escala com polos positivo e negativo, na qual as pessoas são distribuídas em diferentes posições conforme as marcas de pertencimento social (Brandão e Alzuguir 2022, 75).

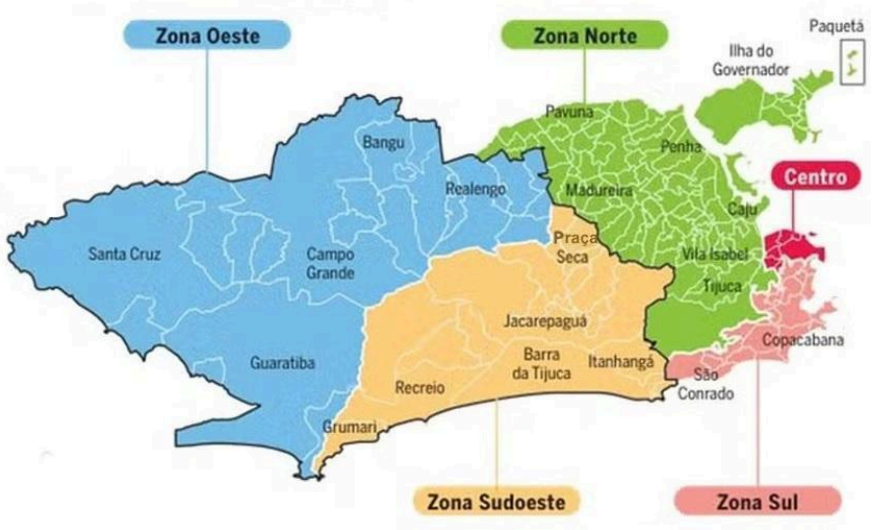
Nesta perspectiva, Collins e Bilge (2020) apontam que a interseccionalidade investiga como as relações de poder influenciam as relações sociais, considerando que categorias como raça, classe, gênero, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A análise aqui desenvolvida parte do entendimento de que as relações de poder que envolvem raça e classe não se manifestam como entidades distintas, mas se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Reconhecer essa dinâmica é essencial para compreender a noção de disputa pelo direito à paisagem como uma relação assimétrica de poder, nas quais mecanismos estatais e de mercado frequentemente sobrepõem-se às demandas por usufruto e pertencimento das comunidades.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar como as interseções étnico-raciais e de classe estruturam a produção da paisagem da Zona Sul do Rio de Janeiro. O texto tem por estrutura essa parte introdutória; área de estudo, em que são apresentadas as principais características territoriais da Zona Sul e seu histórico de ocupação; a metodologia adotada para alcançar os objetivos da pesquisa; o desenvolvimento, no qual se aborda os principais conceitos que embasam a escrita; o tópico resultados e discussões que busca realizar a análise do real à luz da teoria; e as considerações finais que tecem as análises elaboradas.

Área de estudo

Uma das formas de divisão da cidade do Rio de Janeiro é feita por cinco regiões geográficas comumente conhecidas como: Centro, Zona Norte, Zona Sul e Zona Sudoeste e Zona Oeste, conforme demonstra a Figura 01.

Figura 01. Localização das cinco regiões geográficas da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

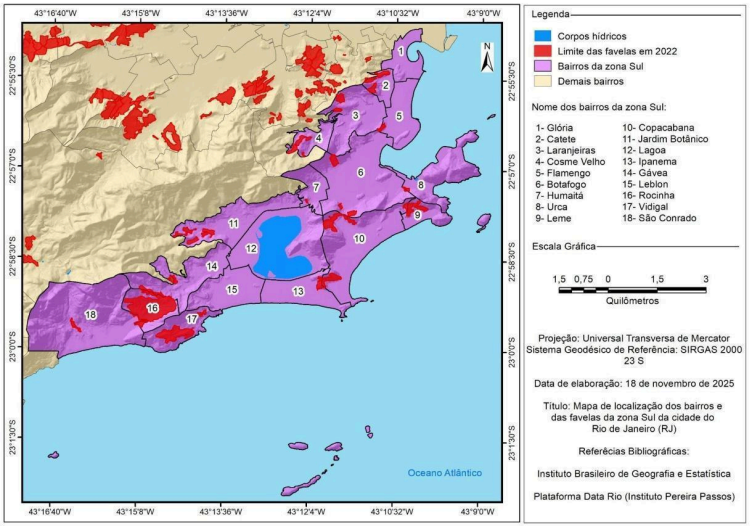


Fonte: Magalhães e Gama 2025.

A Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (Zona Sul) abrange uma área de 45,23 km², distribuída em 18 bairros: Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Gávea, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, Leme, Rocinha, São Conrado, Urca e Vidigal. Segundo o (IBGE 2025), bairros são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas por meio de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito.

Desses 45,23 km², 2,41 km² correspondem a áreas de favela, situadas principalmente em encostas íngremes e talvegues (Figura 02). A atual nomenclatura técnica utilizada pelo IBGE para favelas e comunidades urbanas se refere a locais em que há: Domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos, como iluminação, água, esgoto, drenagem e coleta de lixo por parte de quem deveria fornecer esses serviços; Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura geralmente feitos pela própria comunidade, seguindo parâmetros diferentes dos definidos pelos órgãos públicos; Localização em áreas com restrição à ocupação, como áreas de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou de risco (Nicoceli e Croquer 2024).

Figura 02. Mapa de localização dos bairros e das favelas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: Os autores 2025.

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, apenas os bairros Leblon e Glória não possuem áreas de favelas, e os bairros Rocinha e Vidigal possuem as maiores favelas da Zona Sul. O Quadro 01 apresenta as 28 favelas da Zona Sul e os bairros onde estão localizadas.

Quadro 01. Favelas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Favelas da Zona Sul		Localização
1	Babilônia	Copacabana, Leme e Botafogo
2	Chácara do Céu	Vidigal
3	Chapéu Mangueira	Leme
4	Cosme Velho	Cosme Velho
5	Do Horto	Jardim Botânico
6	Fazenda Catete	Catete
7	Guararapes	Cosme Velho
8	Humaitá	Humaitá
9	Júlio Otoni	Laranjeiras
10	Ladeira dos Tabajaras	Copacabana e Botafogo
11	Mangueira (RA - Botafogo)	Botafogo
12	Matinha (RA - Rocinha)	Rocinha e São Conrado
13	Morro Azul	Flamengo, Laranjeiras e Botafogo
14	Morro do Cantagalo	Copacabana e Ipanema
15	Morro dos Cabritos	Copacabana e Lagoa
16	Morro Santa Marta	Laranjeiras e Botafogo
17	Pavão-Pavãozinho	Copacabana
18	Rocinha	Gávea, São Conrado e Rocinha
19	Tavares Bastos	Catete e Laranjeiras
20	Vidigal	Vidigal

21	Vila Benjamim Constant	Urca e Botafogo
22	Vila Cândido	Cosme Velho
23	Vila Canoas	São Conrado
24	Vila da Imaculada Conceição	Cosme Velho
25	Vila Parque da Cidade	Gávea
26	Vila Pedra Bonita	São Conrado
27	Vila Pereira da Silva	Laranjeiras
28	Vila Santo Amaro	Catete

Fonte: IBGE, 2022, Censo Demográfico. Adaptado pelos autores 2025.

Para compreender a presença e a localização das favelas listadas no Quadro 01, bem como a formação da paisagem contrastante da Zona Sul, é fundamental recorrer ao contexto histórico dual de sua ocupação. Enquanto a região se consolidava como área de elite através de investimentos estatais e valorização imobiliária, desenvolvia-se paralelamente um intenso processo de favelização que remonta ao período pós-abolição.

O processo de expansão das favelas no Rio de Janeiro ocorreu de forma mais intensa em alguns períodos, e em outros de forma mais desacelerada (Carvalho 2015). Segundo (Maiolino 2008), desde os anos 70 do século XIX, o déficit de moradias na cidade se tornara expressivo, com a chegada de muitas pessoas escravizadas que foram libertas das fazendas de café decadente. Com isso, a população que habitava os cortiços aumentou de 21.929 (de um total de 191.002 habitantes) para 46.680 entre 1861 e 1888. Vale ressaltar que, de acordo com o (IBGE 2011), em 1872 havia 48.939 pessoas escravizadas no município, representando 17,8% da população total (que era de 274.972 habitantes). Em 1888, a Lei Áurea encerrou o regime escravocrata do Brasil e os negros libertos acabaram habitando os espaços mais precários e afastados dos bairros centrais, refletindo até hoje na condição social da cidade que se mostra bastante desigual.

Oficialmente, a primeira ocupação com essas características no Brasil foi o Morro da Favella no centro do Rio de Janeiro que teve início em 1897 e existe até hoje, porém atualmente é conhecida como “Morro da Providência” (Diaferia e Navarro 2024). A primeira grande disseminação das favelas ocorreu entre os anos de 1910 e 1930, quando a denominação “favela” foi frequentemente utilizada para designar aglomerados de casebres que ocupavam as Zonas Norte, Sul e Central da cidade do Rio (Silva 2005). No entanto, segundo (Costa 2011), somente a partir de 1930, as favelas passam a se constituir a principal alternativa habitacional para a população com baixo poder aquisitivo e os migrantes.

Enquanto esse processo de favelização se consolidava, a ocupação formal da Zona Sul seguia um caminho distinto, marcado pela valorização imobiliária. A atual paisagem da Zona Sul

carioca, com a presença de favelas com alta densidade populacional, é resultado do processo de ocupação dessa região do Rio de Janeiro, que foi marcado pelo histórico de valorização do espaço, influenciado por fatores geográficos, econômicos e sociais. Inicialmente, a região era composta por arrabaldes desertos, como a área que hoje corresponde a São Conrado, integrando a antiga freguesia da Gávea, que se estendia até a Lagoa Rodrigo de Freitas (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2019; Freitas 2020). A ocupação efetiva começou a ganhar impulso a partir do século XIX, com a construção de casas de veraneio em antigas fazendas, como a São José da Lagoinha da Gávea, de propriedade de Salvador Correia de Sá e Benavides (Freitas 2020).

O acesso à região era inicialmente feito por via marítima ou por estradas precárias, como a Estrada da Gávea, conhecida como "Trampolim do Diabo" devido às suas curvas sinuosas (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2019). A situação mudou com a abertura da Avenida Niemeyer em 1918, obra iniciada por Charles Armstrong e concluída pelo Comendador Conrado Niemeyer, que permitiu a ligação terrestre entre o Leblon e a Praia da Gávea, atual São Conrado (Freitas 2020). Essa via (Figura 03) foi fundamental para a valorização da região e para o surgimento de loteamentos residenciais destinados às classes média e alta.

Figura 03. Avenida Niemeyer na década de 1920.



Fonte: Arquivo Nacional *apud* Freitas 2020.

A consolidação da Zona Sul como reduto das elites coincidiu com a expansão e visibilização das favelas na região. A partir da década de 1920, a Zona Sul tornou-se preferência das elites cariocas, atraídas pela beleza natural, pelo microclima amenizado pela proximidade com o mar, além dos investimentos do Estado em infraestrutura, como a construção de túneis, aterros e novas

vias (Villaça 1998). Bairros como Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema e Leblon consolidaram-se como áreas nobres, com intensa verticalização e oferta de serviços (Bernardes 1990).

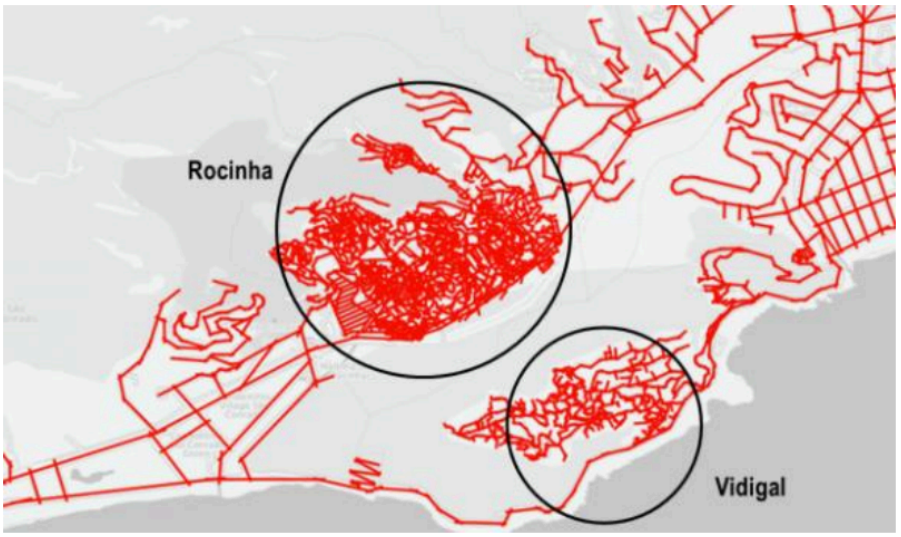
Nesse mesmo período, as favelas da Zona Sul ganhavam nova dimensão. Na década de 1940, as favelas se distribuíam pelos distritos mais urbanizados do Centro, pelos distritos industrializados da Zona Sul (Botafogo), Zona Norte (Tijuca e São Cristóvão), e algumas poucas favelas na periferia urbana (Madureira, Méier e Penha). Segundo o levantamento realizado pelo Serviço Nacional da Febre Amarela, em 1940 havia 63.317 casebres nas favelas cariocas, e 89.635 em 1949 (Silva 2005).

> Até o final da década de 1940, a segunda grande expansão dos aglomerados revela modificações importantes. Além da intensificação do crescimento para o norte suburbano, que envolveu tanto favelas antigas quanto o surgimento de novos assentamentos, há uma mudança substantiva nas favelas da valorizada zona sul: à grande visibilidade ideológica que possuíam através da divulgação da imprensa, passou a corresponder a sua visibilidade física (Silva 2005, 193).

O processo de modernização da Zona Sul nas décadas seguintes acentuou ainda mais os contrastes. A inauguração do Túnel Dois Irmãos (atual Zuzu Angel) em 1971, que liga a Gávea a São Conrado, e da Autoestrada Lagoa-Barra em 1981, reforçaram a acessibilidade e impulsionaram o adensamento populacional e imobiliário, especialmente em São Conrado. Dessa forma, o Estado contribuiu para promover a expansão em direção ao bairro, cuja parte plana foi sendo ocupada por edifícios com mais de 20 pavimentos ao longo da autoestrada. Em 1982, foi inaugurado o Shopping São Conrado Fashion Mall, focado em artigos de luxo e, nesse mesmo ano, foi lançado o Condomínio Praia Guinle, um dos mais nobres da cidade, refletindo a classe média alta que habitava aquela região (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2019; Freitas 2020).

Paralelamente, as áreas de encosta foram ocupadas por populações de baixa renda, formando favelas que cresceram de forma orgânica, como a Rocinha e o Vidigal (Figura 04), e sem o planejamento adequado, muitas vezes em terrenos desvalorizados pelo mercado formal. Essas ocupações consolidaram-se como parte da paisagem da Zona Sul, evidenciando a segregação socioespacial típica do Rio de Janeiro, onde áreas de alta renda coexistem com territórios marcados pela precariedade de infraestrutura urbana (Sant'anna 2012). Essa polarização das áreas de favela e de bairros advém da necessidade dos segmentos mais excluídos do mercado de trabalho morarem próximos da fonte de concentração de renda, ou seja, a proximidade física dos habitantes das favelas com o mercado de trabalho (Maiolino 2008).

Figura 04. Padrão orgânico das favelas Rocinha e Vidigal, com vias de acesso por becos e travessas e de circulação a pé/bicicleta.



Fonte: Medeiros 2020, 99.

A partir da década de 1950, as favelas constituíram um local de acolhimento de migrantes vindos das zonas rurais. Esta população frequentemente se voltava à prestação de serviços na construção civil, comércio e no trabalho doméstico (Maiolino 2008). O aumento da migração para a cidade impulsionou a expansão dessa forma de ocupação, que só foi limitada a partir de meados da década de 1960, quando o Estado adotou a política de erradicação de alguns aglomerados e posterior remoção. No entanto, na década de 1980, essas áreas voltam a crescer devido à maior tolerância (período mais democrático) e interesse do poder público no reconhecimento das favelas existentes, além da crise econômica desencadeada no período, conhecida como a década perdida (Costa 2011).

Ao longo do século XX, essa dinâmica de segregação não apenas se manteve, como se intensificou. A falta de políticas habitacionais adequadas e a especulação imobiliária contribuem para a manutenção das desigualdades e para a expansão vertical das favelas. Perlman explica que:

> Despite all eff orts to discourage the growth of new favelas and contain the growth of existing ones, Rio's favelas have grown considerably faster than the rest of the city, in every decade from 1950 to 2000. An addition to the formation of new favelas, the older ones have expanded vertically and horizontally as new migrants arrive, families grow and rental units are added on. The volcanic upward thrust of vertical expansion (...) reflects the high demand for space in the South Zone favelas especially, and the total freedom from zoning regulations or construction codes. Favelas also expand horizontally, gradually growing up into the hillsides and out into forested areas (Perlman (2010, 28).[1]

[1] Apesar de todos os esforços para desencorajar o crescimento de novas favelas e conter o aumento da ocupação das já existentes, as favelas do Rio cresceram consideravelmente mais rápido do que o resto da cidade, em todas as décadas de 1950 a 2000. Além da formação de novas favelas, as já existentes vêm crescendo vertical e horizontalmente à medida que novos migrantes chegam, e com isso as famílias aumentam e as unidades de aluguel são adicionadas. A expressiva

Nas cidades ocorrem três tipos de crescimento: populacional, horizontal e vertical. O crescimento populacional refere-se ao aumento do número de habitantes; o crescimento horizontal está associado à expansão do perímetro urbano, que se amplia com a criação de novos loteamentos e a consequente incorporação de áreas rurais ao tecido urbano; já o crescimento vertical ocorre por meio da construção de edifícios residenciais ou de serviços, adensando o espaço sem ampliar sua área física (Sposito 2008).

As Figuras 05 e 06 mostram o padrão das construções das favelas de grande extensão Rocinha e Vidigal que é mais verticalizado, com alta ocorrência de domicílios de dois ou mais pavimentos. Isso ocorre devido às dificuldades impostas pela geomorfologia, que faz com que a verticalização das áreas já ocupadas seja muito mais intensa do que a expansão territorial horizontal, o que define esta alta densidade.

Figuras 05 e 06. Favelas Rocinha, à esquerda, e Vidigal, à direita, com predomínio de construções com dois ou mais pavimentos.



Fonte: Gazeta do Pantanal, 2013. E os autores 2021.

Assim, a ocupação da Zona Sul do Rio de Janeiro é resultado de um processo histórico de valorização imobiliária, investimentos em infraestrutura urbana, principalmente pelo poder público, e dinâmicas socioespaciais excludentes, que conformam um território de contrastes, onde ocorrem disputas políticas permanentes pelo direito à paisagem.

expansão vertical (...) reflete a alta demanda por espaço, especialmente nas favelas da Zona Sul, e a falta de comprometimento com os regulamentos de zoneamento ou com as normas da construção civil. As favelas também se expandem horizontalmente, ocupando gradativamente as encostas e as áreas de floresta (Tradução livre).

Metodologia

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, estruturada em etapas integradas que permitiram compreender a produção da paisagem e os contrastes socioespaciais na Zona Sul do Rio de Janeiro. O estudo iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de espaço, paisagem e direito à paisagem, bem como sobre o processo histórico de ocupação da região. Em seguida, foi realizada a coleta de dados secundários em órgãos públicos, utilizando os resultados finais do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e bases cartográficas do Instituto Pereira Passos (IPP) sobre os limites oficiais de bairros e a rede de corpos hídricos.

Para espacializar e analisar as interseções entre questões étnico-raciais e de classe, os mapas temáticos foram elaborados por meio de técnicas de geoprocessamento. Utilizou-se o *plugin* Censo IBGE no *software* QGIS 3.22 para extrair dados sobre distribuição da população preta ou parda e rendimento médio mensal dos(as) responsáveis pelos domicílios na escala 1:25.000. No *software* ArcGis 10.8, esses dados foram trabalhados incluindo outras camadas vetoriais (*layers*) extraídas da plataforma Data Rio dentro do Armazém de Dados do IPP na escala 1:10.000, e o *layout* dos mapas foram realizados. Utilizou-se também o *Excel,* onde foram feitos cálculos de áreas e do total de população, além do gráfico de população da Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ) por cor.

Para uma compreensão qualitativa dos contrastes socioespaciais que são apresentados nos mapas, foi realizado um trabalho de campo no dia 28 de abril de 2021 nos bairros do Leblon e do Vidigal. Assumiu-se para este trabalho de campo a perspectiva exploratória, por esta ser "desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato", conforme nos aponta (Gil 1999, 43). Ainda segundo referido o autor, a pesquisa exploratória tem por finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, a partir das quais torna-se possível a formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis, de modo que ao final do processo tem-se um problema mais esclarecido e passível de sistematização (Gil 1999).

A atividade empregou a técnica de observação sistemática da paisagem, em que o percurso foi definido com o objetivo de analisar a transição entre a malha urbana formal dos bairros Leblon e Vidigal e a área da favela do Vidigal, entendendo as dinâmicas de segregação socioespacial dessa região. Durante o campo, foram identificados aspectos como a materialidade das construções e da infraestrutura urbana, os usos e apropriações do espaço público e os processos de verticalização na favela. A etapa final consistiu na análise integrada dos dados, articulando o referencial teórico com

as evidências cartográficas, censitárias e de campo, o que possibilitou a apresentação dos resultados da pesquisa.

Desenvolvimento

Em um contexto de crises socioambientais e transformações aceleradas, a paisagem se afirma como o locus privilegiado de disputas pelo poder de definir, apropriar e (res)significar o território. Para decifrar essas dinâmicas que moldam a paisagem, é fundamental compreender o espaço em sua totalidade contraditória. Como explica (Santos 1978), o espaço deve ser entendido como um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual, um conjunto de formas que materializam relações sociais de dominação e resistência, herdadas do passado e atualizadas no presente.

> O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (Raffestin 1993, 144).

Essa lógica fica explícita no ambiente urbano, onde o espaço evidencia sua dupla face: é simultaneamente produto e instrumento de poder. Conforme (Corrêa 2002), o espaço urbano é fragmentado e articulado por fluxos de capital, decisões de investimento e pela prática da ideologia. Ele é um reflexo de ações passadas e presentes que cristalizam hierarquias e exclusões. Dessa forma, "[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia" (Santos 1978, 145).

É nesse território em disputa que a paisagem emerge como a dimensão visível do conflito. Ela é a porção do espaço apreendida pelo olhar, mas também é um artefato carregado de intencionalidade. Para (Santos 1996, 66), "a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza". Enquanto artefato, é a materialização de escolhas políticas, econômicas e culturais, revelando não apenas a estrutura produtiva, mas também o imaginário social hegemônico e as resistências que lhe são opostas. A paisagem, portanto, narra, através de suas formas, a história daqueles que tiveram o poder de moldá-la e daqueles que foram por ela apagados.

A própria origem do conceito, como relembra (Tuan 1980, 188), atesta essa tensão.

> A palavra *landschap*, originaria do holandês, designava alguns lugares comuns como "um conjunto de fazendas ou campos cercados, às vezes uma pequena propriedade ou uma unidade administrativa". Somente quando foi transplantada para a Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu

> suas raízes terrenas e adquiriu significado valioso a arte. Paisagem chegou a significar um panorama visto de um determinado ponto. Depois, foi a representação artística desse panorama. Paisagem também foi o pano de fundo de retratos oficiais; o "cenário" de uma "pose". Com tal significado, a palavra integrou-se inteiramente no mundo de faz de conta.

A palavra holandesa *landschap* designava uma unidade territorial tangível, concreta, comunitária. Sua transformação em representação artística e "cenário" integrou-a a um "mundo de faz de conta", frequentemente ao serviço de uma narrativa de poder e dominação. Retomar a origem terrena da paisagem é, assim, um ato de resistência, pois é insistir que ela pertence ao mundo real das lutas materiais e simbólicas, e não ao domínio etéreo da contemplação descomprometida. Dessa forma, a paisagem configura-se como uma categoria semântica e política em crise permanente. Analisá-la de forma crítica é desvendar as tensões entre memória e apagamento, entre projeto hegemônico e insurgência, entre a mercantilização da natureza e a defesa de modos de vida comunitários. É percebê-la, em última instância, como a expressão concreta da luta pelo poder de definir quem tem o direito de habitar o presente e de moldar o futuro.

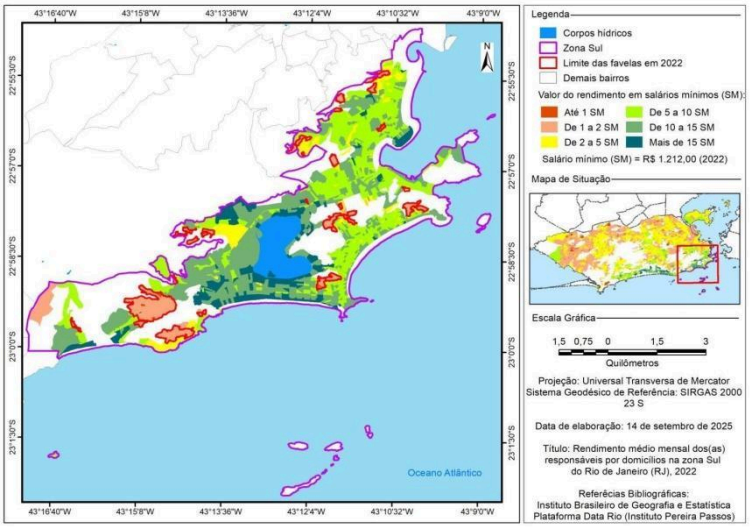
Nesse sentido, compreende-se a paisagem como a expressão material - forma - das relações dialéticas entre a sociedade e o espaço. Ao tratarmos o espaço como um campo de forças que resulta em/de relações sociais de dominação e de resistência, compreendemos que a própria produção do espaço resulta dessa disputa. Isso significa que sua materialidade, ou seja, a paisagem, também se expressa como resultado dessas disputas. Não obstante, ao lançarmos o olhar para a paisagem da Zona Sul, fica nítida a distinção entre a produção da paisagem elaborada pela especulação imobiliária e pela produção da paisagem elaborada por aqueles que estão à margem dessa especulação.

Resultados e discussões

A paisagem da Zona Sul do Rio de Janeiro materializa o que Milton Santos (1978) identificou como um "verdadeiro campo de forças", onde se expressam relações sociais, econômicas e ambientais desiguais. A Figura 07 apresenta a distribuição do rendimento médio mensal, em salários mínimos, dos(as) responsáveis pelos domicílios na Zona Sul do Rio de Janeiro em 2022, que varia de R$ 1.074,29 em Laranjeiras, a R$ 54.926,08 na Lagoa, sendo que a média dessa renda na região é de R$ 10.127,31. Porém, a região revela um padrão de forte contraste socioeconômico na produção do espaço: enquanto a maior parte dos bairros é ocupada pelas classes de maior rendimento (com predominância de faixas entre 5 e 15 salários mínimos e, em alguns setores, mais de 15), observa-se que os residentes das áreas de favelas apresentam rendimentos

muito mais baixos, concentrando-se nas faixas de até 1 salário mínimo ou entre 1 e 2 salários mínimos.

Figura 07. Rendimento médio mensal dos(as) responsáveis por domicílios na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ), 2022.

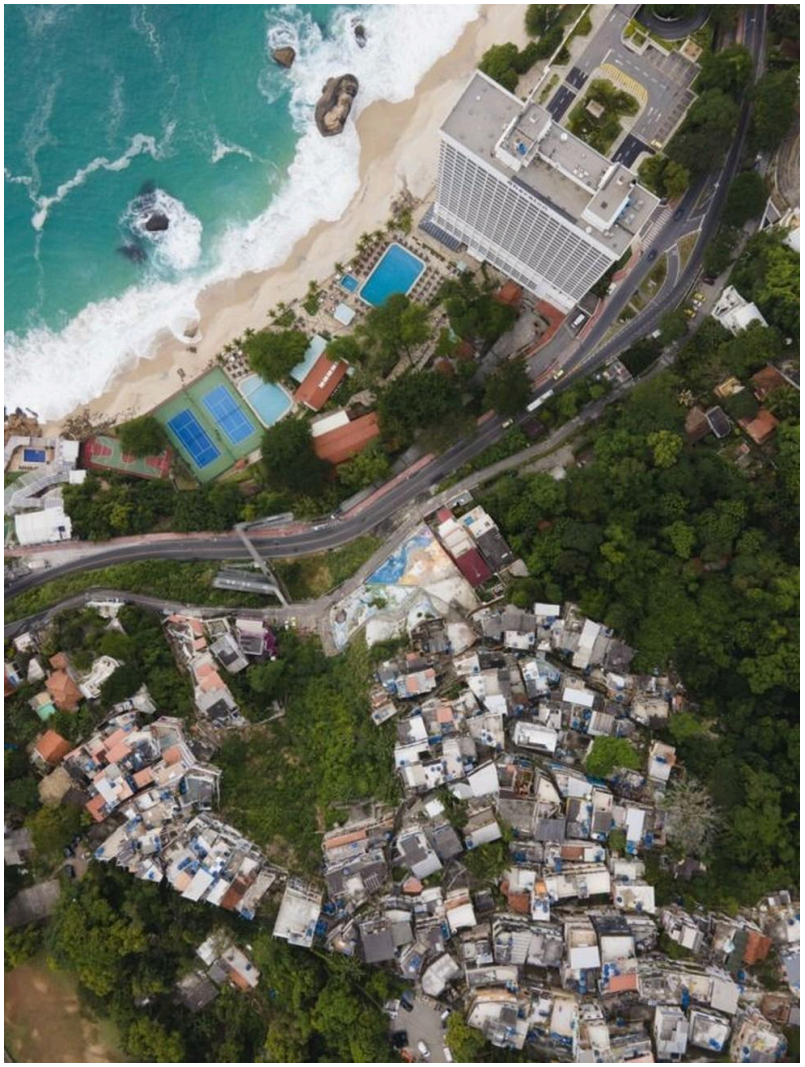


Fonte: Os autores 2025.

Esse padrão reforça a fragmentação (Carlos 2003) característica da geografia social do Rio de Janeiro: moradores de alta renda e moradores de baixa renda coexistem em áreas vizinhas, mas com condições de vida, infraestrutura e acesso a oportunidades desiguais. Tal configuração é consequência de um processo histórico de ocupação urbana marcado pela valorização do solo e pela segregação socioespacial, em que populações de menor renda ocuparam encostas e áreas periféricas aos bairros nobres.

No bairro Vidigal é nítido a desigualdade social existente, a Figura 08 mostra que a favela Chácara do Céu se situa em meio a uma área valorizada pelo setor imobiliário, onde se encontra o tradicional hotel de luxo Sheraton, que possui piscinas, quadras de esporte, diversos restaurantes e acesso à praia, atraindo muitos turistas nacionais e internacionais. Temos, portanto que, "o processo de produção da sociedade se, de um lado, cria um espaço homogêneo, de outro, produz sua fragmentação que se concretiza de modo diferenciado" (Carlos 2003, 195).

Figura 08. Favela Chácara do Céu e o entorno.



Fonte: Carrança 2020.

Essa imagem aérea sintetiza a dimensão política do direito à paisagem na Zona Sul do Rio de Janeiro. O Hotel Sheraton transforma a paisagem litorânea em recurso econômico e estético, reforçando sua valorização simbólica e turística, enquanto os moradores da Chácara do Céu enfrentam acesso desigual a esses mesmos atributos. Embora espacialmente próximas, as duas áreas não compartilham as mesmas possibilidades de usufruto, evidenciando que a paisagem é produzida e distribuída segundo lógicas seletivas orientadas por interesses imobiliários e de mercado. A favela integra a paisagem, mas permanece excluída do direito a ela, entendido como o direito de ver, ser visto, permanecer e participar das decisões que moldam o ambiente. O cenário evidencia, assim, os efeitos de processos históricos de urbanização desigual, nos quais as comunidades de baixa renda

são confinadas a áreas de menor interesse econômico, ainda que funcionalmente próximas o suficiente para sustentar serviços e demandas da população de maior renda.

Esse padrão de justaposição entre territórios formais e informais repete-se em outros pontos da Zona Sul, como demonstra a Figura 09, que apresenta a favela Pavão-Pavãozinho em Copacabana, vista a partir da malha urbana regular do bairro. A imagem evidencia uma fronteira nítida: na base, edifícios alinhados e homogêneos, com ruas asfaltadas e infraestrutura consolidada; ao fundo, a favela se projeta verticalmente pela encosta, marcada por construções densas e irregulares. Entre essas duas realidades, o túnel atua como eixo de circulação, mas também como barreira simbólica, reforçando a separação entre os espaços. Apesar da proximidade física, a distância material e simbólica permanece acentuada, revelando a paisagem como expressão das hierarquias sociais e espaciais. Assim como no Vidigal, a presença da favela é inegável na composição visual, mas seu direito à paisagem segue restrito e negado.

Figura 09. Justaposição espacial em Copacabana.

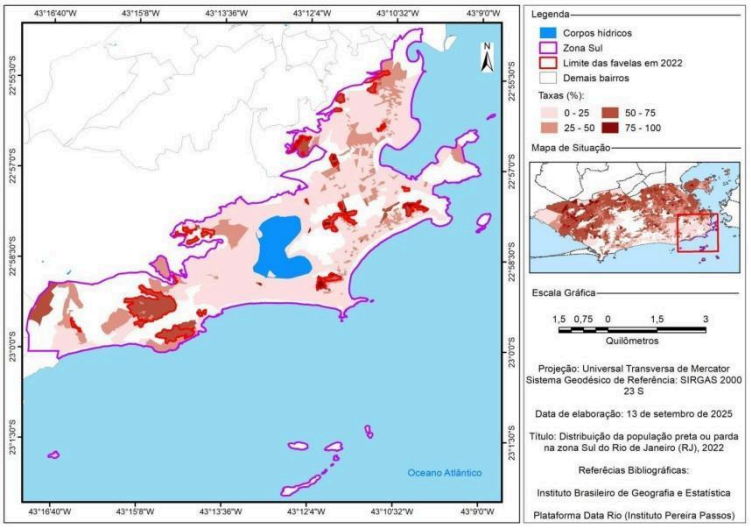


Fonte: Rossi 2014.

A Figura 10 apresenta a distribuição da população preta ou parda na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ) em 2022. A análise espacial mostra um padrão bastante evidente de concentração populacional, em que as áreas com maiores proporções de população preta ou parda coincidem em grande medida com os limites das favelas. Isso revela um cenário de segregação socioespacial, no qual a população preta ou parda e em situação de pobreza se encontra majoritariamente nas áreas de favela, enquanto os bairros da Zona Sul, que são regiões de alto valor imobiliário, possuem maior concentração de pessoas autodeclaradas da cor branca e com alto poder aquisitivo. Além disso,

nota-se que há algumas áreas fora das favelas com concentração intermediária, mas elas são minoritárias.

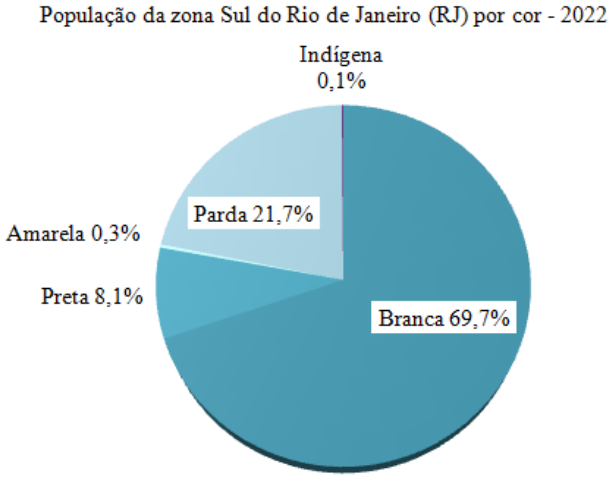
Figura 10. Distribuição da população preta ou parda na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ), 2022.



Fonte: Os autores 2025.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a Zona Sul da cidade possui 582.768 residentes, sendo que 406.411 (69,7%) são autodeclarados brancos, 47.366 (8,1%) pretos, 1.891 (0,3%) amarelos, 126.716 (21,7%) pardos e 384 (0,1%) indígenas. A Figura 11, que apresenta a composição racial da Zona Sul, revela um importante dado quando comparada com a Figura 10: enquanto a região como um todo é majoritariamente branca (69,7%), as favelas, que compõem parte deste mesmo território, concentram uma população predominantemente preta e parda. Esse contraste evidencia que a segregação urbana não se limita à dimensão socioeconômica, mas está profundamente estruturada por marcadores raciais, reforçando desigualdades históricas na ocupação do espaço.

Figura 11. População da Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ) por cor, 2022.



Fonte: IBGE 2022. Adaptado pelos autores 2025.

Essa análise evidencia que a Zona Sul do Rio de Janeiro, embora seja uma das regiões mais valorizadas da cidade, reproduz de forma nítida a estrutura de desigualdade racial e socioeconômica que marca a paisagem urbana carioca. A alta presença de população preta ou parda nas favelas em situação de pobreza, somada à predominância de pessoas da cor branca nos bairros nobres, revela que os efeitos da segregação histórica permanecem atuais, que continuam a limitar o acesso equitativo à infraestrutura urbana. Essa segregação não é acidental, mas expressão concreta do que (Raffestin 1993) define como espaço "dado como matéria-prima" que é apropriado de forma desigual pelos diferentes atores sociais.

Assim, compreende-se como a cidade expressa, em seu território, a desigualdade estrutural: um espaço fragmentado, onde a valorização imobiliária, a lógica de mercado e a herança de processos excludentes de urbanização determinam quem pode ou não ocupar determinados ambientes, bem como transformar a paisagem. Essa configuração coloca desafios para o planejamento urbano e para a formulação de políticas públicas que busquem reduzir a segregação socioespacial e promover o direito à paisagem de forma mais equitativa.

Considerações finais

Os processos de transformação da Zona Sul carioca são resultado da dialética entre a sociedade e o espaço, influenciados pelos marcadores sociais da diferença, ao passo em que geram paisagens marcadas pelas desigualdades socioeconômicas, onde por um lado temos bairros nobres

ocupados pela elite e por outro, favelas em que o poder público não fornece infraestrutura urbana adequada. Essas territorialidades coexistem na mesma paisagem, contudo demonstram uma grande segregação nas suas características sociais, econômicas e ambientais.

Os dados demográficos e de renda revelam que a população preta ou parda está concentrada nas áreas de favela, com rendimentos médios inferiores aos observados nos bairros nobres, majoritariamente ocupados por população da cor branca de alta renda. Nesse contexto, o direito à paisagem assume papel central como instrumento para pensar uma cidade mais justa. Reconhecer a paisagem como bem coletivo e como expressão da memória e da identidade de diferentes grupos sociais é passo fundamental para romper com lógicas hegemônicas de mercantilização do espaço. Políticas públicas integradas que contemplem urbanização de favelas, acesso a moradia digna, transporte, cultura e lazer são essenciais para democratizar o uso e o significado da paisagem urbana.

Portanto, a paisagem da Zona Sul deve ser compreendida não apenas como cenário turístico ou patrimônio estético, mas como território de disputa política. Sua análise crítica permite desvelar os conflitos, resistências e disparidades que moldam a cidade, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a construção de um espaço urbano mais equitativo, no qual diferentes sujeitos tenham direito não apenas de habitá-lo, mas também de vivê-lo em sua plenitude.

Referências Bibliográficas

Bernardes, Lysia Maria Cavalcanti. 1990. *A cidade do Rio de Janeiro: estudos de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE.

Brandão, Elaine Reis, e Fernanda de Carvalho Vecchi Alzuguir. 2022. *Gênero e Saúde: uma articulação necessária*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Carlos, Ana Fani Alessandri. 1996. “A natureza do espaço fragmentado”. Em *Território: globalização e fragmentação*. Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira (orgs.). 191–97. São Paulo: Hucitec/ANPUR.

Carrança, Vanessa. 2020. “A desigualdade brasileira vista do alto em imagens impressionantes.” *BBC News Brasil*, 16 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-55327609.

Carvalho, Janaina. 2015. “Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos”, *O Globo*, 12 de janeiro de 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html.

Collins, Patricia Hill, e Sirma Bilge. 2020. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf.

Corrêa, Roberto Lobato. 2002. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

Cosgrove, Denis. 1985. *Social Formation and Symbolic Landscape*. London: Croom Helm.

Costa, Valéria Grace. "Traços e tendências recentes da expansão das favelas no município do Rio de Janeiro". *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, no. 5 (2011): 161–80.

Diaferia, Mauro, e Rodrigo Navarro. 2024. "Qual cidade brasileira tem mais favelas?" *Super Interessante*, 22 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-cidade-brasileira-tem-mais-favelas/.

Freitas, Renata. 2020. *História dos bairros: São Conrado e Vidigal*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Freitas, Rosana. 2020. "A natureza e a arquitetura de São Conrado." *MultiRio*, 27 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15430-a-natureza-e-a-arquitetura-de-s%C3%A3o-conrado.

Gazeta do Pantanal. "Favelas cariocas viram opção de hospedagem durante a Copa, diz NY Times", Gazeta do Pantanal, 2013. Disponível em: https://www.gazetadopantanal.com/2013/12/favelas-cariocas-viram-opcao-de-hospedagem-durante-a-copa-diz-ny-times/.

Gil, Antônio Carlos. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

IBGE. 2025. "*Notas metodológicas"*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0.

IBGE. 2022. "*Censo Demográfico"*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html.

IBGE. 2011. *Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872–2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

Magalhães, Luiz Ernesto, e Madson Gama. 2025. "Você é da Zona Oeste 'raiz' ou da Zona Sudoeste? Entenda projeto que cria nova região no Rio, separando Barra de bairros mais afastados." *O Globo*, 15 de agosto de 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/08/15/voce-e-da-zona-oeste-raiz-ou-da-zona-sudoeste-entenda-projeto-que-cria-nova-regiao-no-rio-separando-barra-de-bairros-mais-afastados.ghtml.

Maiolino, Ana Lucia Gonçalves. 2008. *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad Editora.

Medeiros, Juliane Porto Cruz de. *Ler a cidade: o Rio de Janeiro na obra de Lima Barreto*. 2020. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/38931.

Nicoceli, Amanda, e Gustavo Croquer. 2024. "Após 50 anos, IBGE volta a usar o termo favela no Censo." *O Globo*, 23 de janeiro de 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/23/ibge-favela.ghtml.

Perlman, Janice. 2010. *Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*. Oxford: Oxford University Press.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2019. *História dos bairros: São Conrado*. Rio de Janeiro.

Raffestin, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

Ribeiro, Rafael Winter. 2018. "A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife." Em *Anais do I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem*, Sintra.

Rossi, Fabio. 2014. "Os problemas de infraestrutura no Pavão-Pavãozinho: cinco anos depois de inauguração de UPP, comunidade sofre com esgoto a céu aberto e obras inacabadas." *O Globo*, 25 de abril de 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/os-problemas-de-infraestrutura-no-pavao-pavaozinho-12302053.

Sant'Anna, Maria José. 2012. *Segregação socioespacial e dinâmicas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Santos, Milton. 1996. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Milton. 1978. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec.

Silva, Maria Lais Pereira da. 2005. "Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928–1964)." Em *Rio de Janeiro. Formas, Movimentos, Representações. Estudos de Geografia Histórica Carioca.* 176–201. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação.

Sposito, Eliseu Savério. 2008. *Redes e cidades*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp.

Tuan, Yi-Fu. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

Villaça, Flávio. 1998. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50220

Traços de Rua: A apropriação da Praça Antônio Carlos Sob o Olhar do Skate

Street Traces: The Appropriation of Antônio Carlos Square Under the Eye of Skateboarding

Trazas de la calle: La apropiación de la Plaza Antônio Carlos bajo la mirada del skateboarding

Vinícius Costa de Oliveira [*]

[*] Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), com bolsa CAPES. Possui licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: viniciuscosta.oliveira@estudante.ufjf.br

Resumo: Este trabalho investiga a Praça Antônio Carlos, em Juiz de Fora (MG), como território de apropriação e ressignificação através do skate. Analisa-se o papel da Associação Juizforana de Skate (AJS) na construção da primeira pista da cidade, evidenciando o deslocamento semântico entre skate como prática cultural e esportiva. Embora a institucionalização tenha possibilitado conquistas materiais, ela também tensiona a dimensão lúdica e transgressiva da prática. Com base em registros audiovisuais, documentais e narrativas orais, o estudo mostra que a natureza elástica do skate permitiu a apropriação de diferentes elementos da praça, produzindo memórias coletivas e novas formas de sociabilidade urbana. Conclui-se que o skate atua como instrumento de ressignificação da Praça Antônio Carlos, revelando o potencial criativo e contestatório da prática frente às regulações e projetos urbanos

Palavras-chave: Skate; Espaço Público; Juiz de Fora.

Abstract: This study investigates Praça Antônio Carlos in Juiz de Fora (MG, Brazil) as a site of appropriation and redefinition through skateboarding. It examines the role of the Juizforana Skateboarding Association (AJS) in the construction of the city's first skatepark, highlighting the semantic shift between skateboarding as a cultural practice and as a sport. While institutionalization enabled material gains, it also constrained the playful and transgressive aspects of the practice. Based on audiovisual records, documents, and oral narratives, the study shows that the elastic

nature of skateboarding allowed the appropriation of various elements of the square, producing collective memories and new forms of urban sociability. Skateboarding is thus understood as a tool for re-signifying Praça Antônio Carlos, revealing the creative and subversive potential of the practice in the urban context.

Keywords: Skateboarding; Public Space; Juiz de Fora.

Resumen: Este estudio investiga la Praça Antônio Carlos en Juiz de Fora (MG, Brasil) como un espacio de apropiación y resignificación a través del skate. Se analiza el papel de la Asociación Juizforana de Skate (AJS) en la construcción del primer skatepark de la ciudad, destacando el desplazamiento semántico entre el skate como práctica cultural y como deporte. Aunque la institucionalización permitió logros materiales, también tensionó los aspectos lúdicos y transgresores de la práctica. A partir de registros audiovisuales, documentos y narrativas orales, se muestra que la naturaleza elástica del skate permitió la apropiación de diversos elementos de la plaza, generando memorias colectivas y nuevas formas de sociabilidad urbana. El skate se entiende así como herramienta de resignificación de la Praça Antônio Carlos, revelando su potencial creativo y subversivo en el contexto urbano.

Palabras clave: Skateboarding; Espacio Público; Juiz de Fora.

Introdução

A presença dos/das skatistas nas ruas da cidade de Juiz de Fora (MG) constitui em uma experiência marcada por constantes negociações, conflitos e intervenções no espaço público. O skate, em suas diversas modalidades - *park*, *bowl*, *freestyle*, *downhill* e *street* - não se restringe apenas ao esporte, mas configura-se como uma prática capaz de ocupar, apropriar e ressignificar elementos da cidade, subvertendo criativamente sua função e usos originalmente planejados. O skate de rua (*street*), foco deste estudo, destaca-se por sua capacidade de transformar elementos cotidianos, como bancos, escadas e corrimões, em obstáculos para a realização de manobras e constituição de sociabilidades.

Por essa razão, a prática do skate em ruas, praças e calçadas frequentemente assume um caráter marginal e/ou clandestino, tornando-se alvo de vigilância e repressão. Uma de suas características fundamentais, e que o define enquanto uma prática cultural urbana, é o uso compartilhado do espaço urbano com diferentes tipos de usuários. Como observa Raphaël Zarka (2011)

> O skate compartilha seu espaço de jogo com aqueles que não o praticam, isto é, com aqueles que não jogam. Essa é uma de suas características mais salientes. Isso não ocorre sem um impacto em nossa

> vida cotidiana e, frequentemente, o skate é reprovado justamente por essa permeabilidade (Zarka 2011, 118 - tradução nossa).

Essa experiência fugaz e ziguezagueante pelas superfícies do urbano (Machado 2021) se manifesta na medida em que *picos*[1] são descobertos, explorados e (re)interpretados. Nesse processo, os/as skatistas desenvolvem um olhar particular sobre o tecido urbano, filtrando e ressignificando, por meio do "*olhar skatista"*[2], elementos cotidianos a partir de sua prática. Entretanto, se por um lado essa atitude é valorizada e acolhida entre certos/as praticantes, por outro, a prática do skate de rua pode gerar incômodos e tensões entre os demais usuários do espaço público. Giancarlo Machado (2021) enfatiza que

> [...] a prática do skate de rua é intrusiva, produz barulho, traz danos a propriedades e, não obstante, põe em risco a integridade física de pedestres. Malgrado esses aspectos que a associam a algo marginal, os skatistas – homens, jovens, oriundos de classes populares e médias em sua maioria –, quando em ação também colocam em xeque determinados ordenamentos esperados por planejadores urbanos. (Machado 2021, 2)

A circulação e a presença dos/as skatistas no espaço público representam uma interferência que participa na reconfiguração dos usos e sentidos da cidade contemporânea (Caldeira 2012). Ao disputar o espaço urbano, esses/as sujeitos/as, frequentemente classificados/as como indesejáveis, não apenas inserem novos modos de habitar e experimentar a cidade, mas também colocam em evidência os conflitos que atravessam o espaço público. De acordo com Sandra Pesavento (2004)

> A cidade personifica a lei, a regra, o Estado, a vontade geral, a esfera do público, a submissão do indivíduo diante do poder que representa, simbolicamente, o interesse coletivo. A vida em comum impõe suas regras e a transgressão deve ser punida de forma exemplar para ter o efeito do acatamento à ordem. (Pesavento 2004, 167)

No âmago destas disputas, revelam-se processos de enobrecimento, higienização, controle e mercantilização dos centros urbanos, nos quais determinadas práticas são incentivadas e valorizadas, enquanto outras são marginalizadas e /ou criminalizadas. O skate, nesse contexto, explicita uma fronteira elástica, pois quando praticado nas ruas é frequentemente reprovado e alvo de repressão, tanto por órgãos institucionais, quanto por outros/as transeuntes, enquanto, quando

[1] Pico é uma categoria nativa do skate e é utilizado para descrever os locais ou equipamentos da cidade que são utilizados de maneira transgressiva tanto para realizar manobras, quanto para socialização. Machado (2017) explica que "a fim de categorizar não apenas um equipamento isolado, mas espaços que contemplam inúmeros deles, além de propiciarem a prática em seu âmbito, também favorecem a formação, ampliação e manutenção de redes de sociabilidades entre os usuários que compartilham de gostos e experiências parecidas." (Machado 2017, 65)

[2] O "*olhar skatista*", de acordo com Giancarlo Machado (2011) pode ser compreendido como uma verdadeiro referencial de leitura da cidade, que orienta as práticas dos/das skatistas e redefine o sentido, e o uso, atribuído aos espaços e equipamentos urbanos. Sob essa perspectiva, elementos arquitetônicos cotidianos ganham novas funções: um corrimão, que convencionalmente serviria apenas como apoio para quem utiliza uma escada, transforma-se em uma superfície para realizar manobras; da mesma forma, a escada deixa de ser apenas um meio de transição entre níveis diferentes e passa a constituir-se em um obstáculo a ser desafiado e superado sobre o skate.

confinado a áreas reservadas e "adequadas", como em pistas de skate, tende a ser legitimado e incentivado pelo poder público.

É nesse cenário entre tensões e permissões que se insere a Praça Antônio Carlos, no centro da cidade de Juiz de Fora. Criada em 1934 como parte de um projeto de modernização e embelezamento urbano idealizado pela elite industrial, a praça passou por quatro grandes transformações ao longo de sua história, cada uma delas refletindo concepções distintas de espaço público e cidade.

A reforma de 2002 representou um momento significativo para o skate em Juiz de Fora, ao introduzir a primeira pista de skate da cidade em um de seus espaços mais centrais. No entanto, a construção da *miniramp da PAC* - como ficou popularmente conhecida entre os/as skatistas - não significou o reconhecimento da potência criativa do skate de rua, mas sim a cooptação da prática pelo poder público, ao confiná-la a um espaço delimitado e, portanto, passível ao controle e ordenamento.

Conforme observa Lefebvre (2006), o espaço urbano produzido pelo Estado e pelo capital é estruturado por uma ordem e por uma racionalidade funcional, que reduz a cidade a um sistema de controle e disciplina. Essa racionalidade, contudo, nunca se apresenta de forma absoluta, pois persistem dimensões do vivido e do uso que escapam à tentativa de homogeneização total. Nesse contexto, a resistência à tentativa de domesticação/homogeneização dos corpos e da prática do skate, manifesta-se quando os/as skatistas extrapolam os limites impostos pela *miniramp* e apropriam-se de outros elementos da praça - como bancos, canteiros, palco e monumentos históricos - para praticar, subvertendo o uso do espaço planejado.

A praça passou por uma nova reforma, em 2022, sob a justificativa de uma "requalificação do espaço" - termo que, no âmbito das políticas públicas, frequentemente opera como um eufemismo para processos de higienização social e mercantilização de áreas centrais - que resultou na demolição da pista de skate. No entanto, a retirada da pista não implicou a eliminação dos/as skatistas do espaço. Ao contrário, a permanência dessa prática no novo espaço da Praça Antônio Carlos apenas reafirmou o skate de rua enquanto um gesto de resistência e instrumento político de disputas materiais, e simbólicas, pelo espaço público, evidenciando que a cidade não se restringe apenas aos projetos formais de planejamento urbano, mas é continuamente (re)interpretada pelas vivências e (re)apropriações de seus habitantes.

Assim, a Praça Antônio Carlos configura-se como um território de tensões, no qual se confrontam, de um lado, iniciativas e projetos de ordenamento e disciplinarização do espaço - e dos corpos que o habitam - e, de outro, práticas que exercem o uso cotidiano do espaço público em sua

diversidade, inventividade e insurgência. O objetivo deste artigo é, portanto, analisar como o skate, enquanto uma prática cultural urbana, atua na ressignificação da Praça Antônio Carlos e evidência as disputas entre projetos oficiais de cidade e os usos insurgentes que emergem de sua apropriação cotidiana, assim como processos de segregação, higienização e mercantilização do espaço público.

Antecedentes históricos e transformações

Atualmente, a Praça Antônio Carlos configura-se como um dos principais polos culturais de Juiz de Fora, tanto pela sua localização estratégica quanto pela diversidade de usos que abriga. Essa centralidade, entretanto, é fruto de um longo processo de transformações históricas, no qual diferentes projetos urbanísticos, interesses políticos e práticas sociais se cruzam. Desde sua concepção, vinculada ao processo de modernização da cidade, a praça foi convertendo-se em um espaço de representação de poder, a partir de práticas de higienização e embelezamento, e da memória de um seleto grupo da elite juizforana, mas também, posteriormente, transformou-se em palco de apropriações cotidianas que, em certa medida, questionam essa centralidade elitista ao inscreverem memórias e práticas de grupos socialmente excluídos no centro deste espaço.

O núcleo histórico do Largo da Alfândega, onde atualmente encontra-se a Praça Antônio Carlos, teve sua conformação iniciada por volta de em 1893, em decorrência da construção do prédio da Alfândega Ferroviária do Estado, sendo o último espaço a se consolidar no centro urbano de Juiz de Fora[3]. De acordo com os registros do antigo IPPLAN (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora), os elementos que delimitam a área do antigo Largo da Alfândega correspondem a antiga fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas (atual Centro Cultural Bernardo Mascarenhas), ao edifício da antiga Alfândega Ferroviária (atual 4° Departamento de Suprimentos do Exército), ao prédio da antiga construtora Pantaleone Arcuri (atual Associação Municipal de Apoio Comunitário), à antiga Companhia Mineira de Eletricidade (atual CEMIG) e ao prédio da Escola Normal (Duque 2019).

A conformação do Largo da Alfândega esteve vinculado tanto ao processo de industrialização, resultado direto da inversão do capital agrário para setores urbano-industriais ainda no final do século XIX (Barros 2008), quanto ao processo de modernização de Juiz de Fora a partir de políticas públicas, cujo objetivo era organizar e embelezar o centro da cidade para “o bem viver

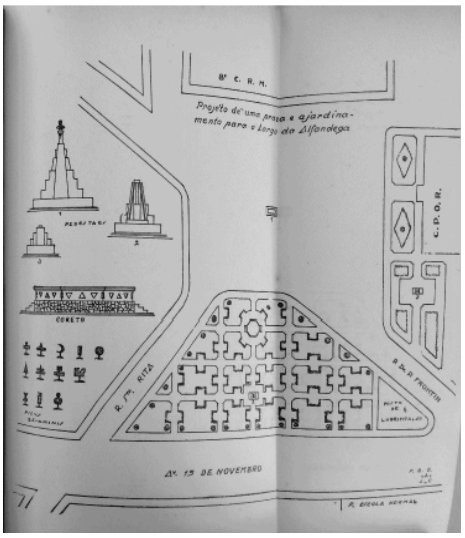
[3] A Prefeitura de Juiz de Fora, por meio do Decreto n° 17.025, de 23 de janeiro de 2025, estabeleceu oficialmente a delimitação do Centro Histórico da cidade. O texto integral encontra-se disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=126353#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2017.025%2C%20de%2023,novembro%20de%201937%2C%20no%20inc.

de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança." (Goodwin Jr. 1997, 126).

O processo de embelezamento do centro de Juiz de Fora revela lógicas da produção capitalista de produção do espaço urbano, onde a cidade é concebida e qualificada como uma mercadoria (Vainer 2002). Ao imprimir à cidade uma imagem de modernidade, inspirada nos moldes europeus do século XIX, executa-se a produção de um *espaço concebido* (Lefebvre 2006). Trata-se, portanto, de um espaço pensado e planejado pelas elites, estruturado a partir de estratégias apresentadas como neutras e apolíticas, mas que asseguram a reprodução do capital, a manutenção e aprofundamento da desigualdade social, assim como, o ordenamento e o controle social.

As intervenções realizadas durante a gestão de Menelick de Carvalho (1933 - 1936), em especial as obras de canalização do Córrego Independência e calçamento das vias que compunham o espaço, viabilizaram a construção de uma praça pública no centro do antigo largo. A transformação do local foi celebrada pelo poder público como um marco de modernização urbana, conforme registra o Relatório da Prefeitura de Juiz de Fora de 1934, que descrevia a execução de um projeto de "magnífica transformação", com a instalação de pedestais ornamentais, bancos de pedra plástica e do "ajardinamento de uma grande área (...)" com objetivo de "querer-se metamorfosear por completo o aspecto daquele local" (PJF 1934, 37 apud Teixeira 2017, 146).

Figura 1. Projeto de construção de uma praça e ajardinamento no Largo da Alfândega em 1933.



Fonte: Duque 2019, 190.

Na análise de Gravagnuolo (1998),

> A lógica dos embelezamentos, voltada para intervenções específicas de requalificação do tecido urbano, e a estratégia de serviço, fundada na disseminação equilibrada de instituições públicas, são

> substituídas pela ideia moderna de metrópole, entendida como uma máquina urbana na qual a rede de infraestrutura (de ruas e equipamentos) assume uma preeminência hierárquica sem precedentes. A arquitetura é firmemente subordinada à predominância do traçado viário; os monumentos do passado, escolhidos como pontos focais para perspectivas, são, em última análise, reduzidos à condição de trágicos isolados, reciclados como signos visuais em uma paisagem metropolitana radicalmente renovada. (Gravagnuolo 1998, 38)

A praça tornou-se, então, a expressão da cidade moderna, edificada através da linearidade do traçado de suas ruas, da higienização de seu espaço e da circulação racionalizada de mercadorias e pessoas. Portanto, Entre 1934 e 1968, a praça manteve seu traçado e função original, sofrendo apenas intervenções pontuais de manutenção em seus jardins (Teixeira 2017).

Figura 2. Obra de construção da Praça Antônio Carlos em 1933



Fonte: Prefeitura De Juiz De Fora, *Juiz de Fora e sua administração em 1933*, 36. Em Teixeira 2017, 147.

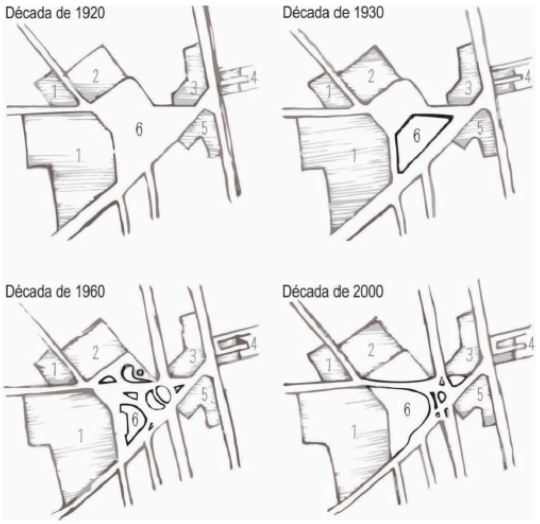
Figura 3. Praça Antônio Carlos em 1939



Fonte: Maurício Resgatando o Passado. Praça Antônio Carlos e Escola Normal. Foto nº 170, s.d. https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search/label/Pra%C3%A7a%20Ant%C3%B4nio%20Carlos%20e%20Escola%20Normal

Em 1968, entretanto, durante a gestão de Itamar Franco (1967-1970), obras para abertura da avenida Independência (atual avenida Itamar Franco) modificaram radicalmente o traçado e a função da praça, convertendo-a em um *carrefour*[4] destinado à circulação de automóveis. A mídia local destacou a obra como marco do progresso do plano de "remoçar Juiz de Fora" (A NOVA JF, maio 1968, 39).

Figura 4. Transformações do espaço da Praça Antônio Carlos ao longo do tempo[5]



Fonte: Duque 2019, 112.

Com a implementação das novas demandas de circulação viária, a praça foi radicalmente alterada para que o fluxo contínuo de veículos pudesse ser atendido, sendo reduzida a um espaço de passagem, meramente cenográfico. Essa intervenção evidencia a consolidação de um projeto urbano centrado na circulação automobilística, no qual os espaços públicos são progressivamente subordinados à malha viária. Nesse contexto, Caldeira (2007) observa procedimentos de esvaziamento das praças, cujas características tradicionais são perdidas diante da implementação de planos viários e da construção de grandes estruturas de circulação, como viadutos, passarelas e eixos rodoviários, sendo a praça reduzida a um espaço cenográfico de composição estética.

[4] Segundo Júnia Marques Caldeira (2007), "O elemento da praça é utilizado como um importante recurso funcional. Inserida nos cruzamentos de vias e ruas, a praça representa um elemento de composição estética: lugar de passagem denominado *carrefour*. É espaço importante, na medida em que articula o sistema viário e nele se integra, porém, não pensada como lugar de convivialidade. Não desempenha função social, representa apenas um entroncamento importante do sistema viário: um elemento estético e funcional de articulação de ruas e avenidas da cidade tradicional." (Caldeira 2007, 241)

[5] De acordo com a figura acima, os números correspondem aos seguintes edifícios: 1) Fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas; 2) Alfândega Ferroviária do Estado; 3) Construtora Pantaleone Arcuri; 4) Companhia Mineira de Eletricidade; 5) Escola Normal; 6) Praça Antônio Carlos

Dessa forma, ruas e praças passam a assumir funções distintas das observadas no século XIX: as ruas tornam-se predominantemente locais de circulação e deslocamento, enquanto as praças são reconfiguradas como elementos de articulação do sistema viário, desprovidas de função social.

Figura 5. Praça Antônio Carlos em 1969



Fonte: Maurício Resgatando o Passado. *Praça Antônio Carlos* – 1ª foto. Foto nº 168, 2016. https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/07/praca-antonio-carlos-1-foto.html

Durante mais de três décadas, a Praça Antônio Carlos permaneceu como um espaço de passagem, desprovida de funções sociais significativas, servindo prioritariamente como uma rotatória. Contudo, a partir do início dos anos 2000, mudanças expressivas no campo das políticas patrimoniais de Juiz de Fora (Almeida 2012) possibilitaram a reconfiguração de seu espaço. Nesse contexto, a transformação da antiga Fábrica de Tecidos em Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (CCBM)[6] se constituiu em um marco, articulando-se tanto ao movimento de patrimonialização e preservação do patrimônio histórico quanto à mobilização social do grupo "Mascarenhas, Meu Amor"[7], que permitiram a reestruturação da Praça Antônio Carlos em um polo cultural. Em 31 de maio de 2000, o Espaço Mascarenhas foi oficialmente convertido em centro cultural, e, juntamente com a Praça Antônio Carlos, tornou-se um "local de cultura na cidade" (Almeida 2012, 198).

[6] O Centro Cultural Bernardo Mascarenhas reaberto em 2000 abriga o Espaço Mascarenhas, local destinado a produções culturais, exposições e eventos, a Biblioteca Municipal Murilo Mendes e o Mercado Municipal.

[7] Para mais informações, ver: Fabiana Aparecida Almeida, *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012), Programa de Pós-Graduação em História, Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1619

Figura 6. Projeto de revitalização da Praça Antônio Carlos em 2002



Fonte: Leite 2008, 177.

Posteriormente, em 17 de julho de 2002, a praça foi inaugurada com o traçado modificado, mantendo a rotatória fora de seu perímetro. No local, foram instalados pisos de alta resistência, um palco, banheiros públicos, um posto policial e, o que mais importa para este trabalho, uma pista de skate. O projeto de revitalização da praça, documentado pelo jornal Tribuna de Minas em 2001 (Leite 2008), evidencia a intenção da PJF era transformar o antigo espaço de passagem em um lugar de permanência, sociabilidade e integração cultural no centro da cidade de Juiz de Fora.

A revitalização da Praça Antônio Carlos permite observar a reversão de processos de esvaziamento e instrumentalização do espaço público, observados desde a intervenção de 1968, a qual refletia práticas urbanísticas alinhadas à lógica da ditadura civil-empresarial-militar, voltadas para o controle social e a limitação à encontros públicos.

Entretanto, essa revitalização não ocorre sem contradições e tensionamentos. Observa-se o entrelaçamento da Praça Antônio Carlos em dinâmicas mais amplas de desvalorização-revalorização de espaços públicos já consolidados, características dos atuais modelos de planejamento e gestão de cidades. Nesse processo, práticas de revitalização atuam como mecanismos de aproveitamento do espaço público, não apenas para fins de sociabilidade, mas sobretudo para a produção de eventos orientados ao consumo, espetacularização e à atração de fluxos econômicos. Como aponta Ana Fani Carlos (1999 *apud* Santos 2020, 25)

> A cidade passa possuir objetos e lugares (monumentos, vias, parques, fragmentos revitalizados etc.), que servem quase que exclusivamente para atrair outros valores (investimentos privados, turismo etc.) ao seu entorno, evidenciando também o fato de que as atividades de turismo e lazer, em sua contínua criação de lugares visuais e atraentes, criam novas centralidades, redimensionam os fluxos de pessoas, em um movimento orientado pela informação e pelo marketing que completa a mercadificação do espaço (Carlos 1999 *apud* Santos 2020, 25)

Assim, ao mesmo tempo em que promove-se a centralidade cultural da praça, reforça-se uma lógica de fragmentação do espaço urbano, em que a convivência é reconfigurada segundo parâmetros de controle e mercantilização. A criação de um polo cultural na Praça Antônio Carlos, portanto, ilustra um tensionamento entre um espaço de sociabilidade e práticas sociais e sua subordinação às lógicas de consumo e controle. É nesse contexto de disputas que se insere a atuação dos/as skatistas, cuja presença na praça através da criação da pista de skate configuram uma intervenção/ocupação capaz de ressignificar o espaço e tensionar as formas de ocupação oficialmente planejadas.

Associação Juizforana de Skate e a *miniramp* da "PAC"

Nos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, o skate em Juiz de Fora experimentava um crescimento vertiginoso, e sua prática nas ruas tornou-se tanto uma resposta à ausência de espaços "apropriados"[8] quanto uma maneira de ocupar e ressignificar a cidade. Os/as praticantes apropriaram-se das ruas e de seus equipamentos - como bancos, escadas, canteiros, corrimãos, etc - para realizar manobras e encontros cotidianos, frequentemente gerando conflitos com forças policiais e transeuntes, sobretudo nas áreas centrais, historicamente reguladas por normas de uso consideradas adequadas.

Os *rolês* de skate pelo centro da cidade constituíam-se em verdadeiras peregrinações em busca de *picos*. Para esses/essas skatistas, a cidade configura-se em um território de "mobilidade, experimentação, lazer e risco" (Caldeira 2012, 59), no qual elementos arquitetônicos - como bancos, corrimãos e escadarias - são deslocados de sua utilidade planificada e reinterpretados em uma lógica de uso orientada pela experimentação corporal e para realização de manobras.

Apesar de circularem por diferentes pontos da cidade, alguns *picos* tornaram-se recorrentes no cotidiano dos/as skatistas, devido às possibilidades de apropriação, como a escadaria do Cine Theatro Central, a praça cívica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, em especial, o espaço em frente à Escola Normal - situado entre a rua Espírito Santo e a avenida Getúlio Vargas. Este último destacou-se devido a presença de asfalto liso e equipamentos urbanos como meio-fio, quebra-mola e tampas de bueiros, que, ao serem apropriados e ressignificados, converteram-se em obstáculos para a realização de manobras. Progressivamente, caixotes, rampas e corrimões foram

[8] O termo "apropriado" aparece entre aspas para indicar que, na época, não existiam locais formalmente destinados à prática do skate em Juiz de Fora, como pistas de skate. A ideia de espaço "apropriado" refere-se à perspectiva institucionalizada da prática, ou seja, locais projetados e reconhecidos oficialmente pelo Estado e/ou Prefeitura para a prática do skate.

construídos de forma independente pelos/as skatistas, ampliando as possibilidades de prática e consolidando o *pico* do "Normal" como um espaço do skate e de sociabilidade.

Figura 7. Skatistas no *pico* do "Normal"

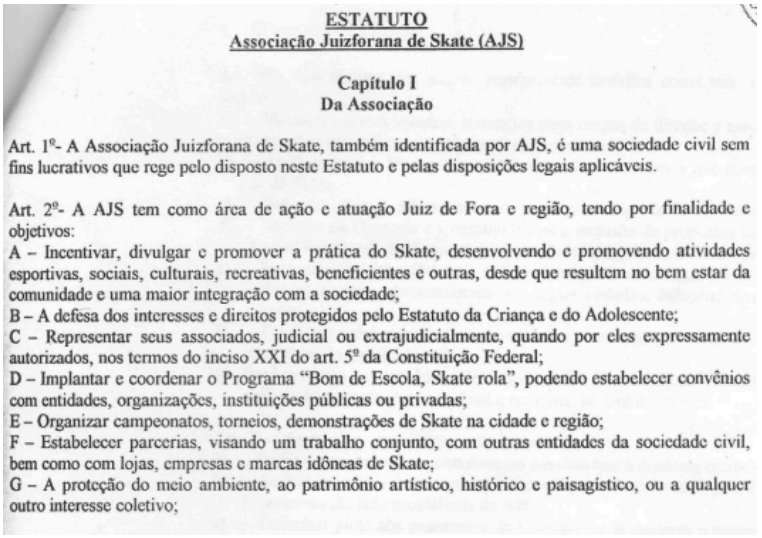


Fonte: Associação Juizforana de Skate. *Fluid Sessions*. YouTube video, 2015. https://www.youtube.com/watch?v=1togOR92xyc

O processo de apropriação do *pico* do "Normal" evidencia a constituição de vínculos afetivos e sensibilidades que ultrapassam a mera funcionalidade do espaço urbano, revelando o papel dos/as skatistas enquanto agentes ativos na disputa, intervenção e ressignificação do espaço público (Machado 2017).

Apesar da consolidação do *pico* do "Normal" como um espaço de referência para o skate em Juiz de Fora, sua apropriação foi marcada por sucessivas repressões e apreensões de obstáculos e skates pela polícia. Nesse contexto, no início de 1999, a partir da conexão dos skatistas e do vereador Gabriel Rocha (PT) foi criada a Associação Juizforana de Skate (AJS), com o objetivo de assegurar os direitos destes skatistas e conquistar melhorias para a prática na cidade.

Figura 8. Estatuto da Associação Juizforana de Skate (1999)



ESTATUTO
Associação Juizforana de Skate (AJS)

Capítulo I
Da Associação

Art. 1º- A Associação Juizforana de Skate, também identificada por AJS, é uma sociedade civil sem fins lucrativos que rege pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º- A AJS tem como área de ação e atuação Juiz de Fora e região, tendo por finalidade e objetivos:
A – Incentivar, divulgar e promover a prática do Skate, desenvolvendo e promovendo atividades esportivas, sociais, culturais, recreativas, beneficientes e outras, desde que resultem no bem estar da comunidade e uma maior integração com a sociedade;
B – A defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
C – Representar seus associados, judicial ou extrajudicialmente, quando por eles expressamente autorizados, nos termos do inciso XXI do art. 5º da Constituição Federal;
D – Implantar e coordenar o Programa "Bom de Escola, Skate rola", podendo estabelecer convênios com entidades, organizações, instituições públicas ou privadas;
E – Organizar campeonatos, torneios, demonstrações de Skate na cidade e região;
F – Estabelecer parcerias, visando um trabalho conjunto, com outras entidades da sociedade civil, bem como com lojas, empresas e marcas idôneas de Skate;
G – A proteção do meio ambiente, ao patrimônio artístico, histórico e paisagístico, ou a qualquer outro interesse coletivo;

Fonte: Acervo Associação Juizforana de Skate

A fundação da AJS representa a institucionalização e esportivização de uma prática cultural que historicamente operava na clandestinidade, e na ocupação informal do espaço urbano, na tentativa de conquistar direitos e espaços "apropriados" para a prática, a fim de minimizar a repressão que o skate vinha sofrendo por parte da polícia. No entanto, a criação da associação também inaugurou uma zona ambígua entre resistência e transgressão, entre autorização e insurgência. Como salientado por Giancarlo Machado (2017), a prática do skate está sujeita tanto a criminalização quanto a intervenções institucionais que buscam controlar apropriações realizadas pelos/as praticantes. Embora reconhecidas as potencialidades do skate, tais ações tendem a enfatizar apenas seu caráter esportivo, obliterando dimensões consideradas incômodas e tornando a prática mais assimilável a políticas públicas e investimentos.

Nesse contexto, a resistência que expressava-se nas ruas de Juiz de Fora - marcada pela ocupação clandestina dos *picos* - passou a operar agora em um território mediado, regulado e legitimado pelo poder público. Surge, portanto, um ponto cego: até que ponto a institucionalização do skate de rua compromete ou transforma sua natureza insurgente na cidade? A AJS, ao intermediar relações entre skatistas e poder público, transforma o skate em um instrumento de negociação e mediação, deslocando sua insurgência para espaços controlados, ao mesmo tempo em que possibilita a conquista de pistas. Essa ambivalência revela a complexidade de uma prática, no qual coexistem dimensões culturais, esportivas e políticas, configurando um campo de tensão entre a liberdade de apropriação urbana e a normatização institucional.

A primeira conquista da AJS, em termos de espaço, foi a construção da *miniramp* da Praça Antônio Carlos, marco que evidencia seu papel na mediação entre os/as skatistas e o poder público,

articulando reivindicações históricas pela construção de pistas de skate na cidade. Contudo, essa estratégia baseou-se em um deslocamento semântico, enquadrando o skate como uma prática esportiva. Embora tal redefinição tenha possibilitado conquistas materiais e ampliado o acesso a espaços "adequados", também implica na adaptação de códigos e valores que enfraquecem o caráter lúdico e transgressivo do skate. Esse movimento reduz a potência cultural do skate de rua, característica da prática em Juiz de Fora, inserindo-o em uma racionalidade disciplinar e em um projeto de cidade moderna, no qual determinadas práticas só podem existir quando circunscritas a lugares planejados e controlados.

Figura 09. *Miniramp* da Praça Antônio Carlos



Fonte: Associação Juizforana de Skate. Pista de skate em Juiz de Fora. Foto 07, 2009. https://ajsjuizdefora.wiki.zoho.com/Foto-07-1.html

Nesse contexto, a existência de um espaço formal para a prática representou não apenas uma conquista material, mas também uma mudança significativa nas condições do skate na cidade. Entretanto, apesar da tentativa de esportivização como estratégia do poder público para conter usos considerados inadequados do espaço público, a prática do skate não se limitou às regras reunidas pela *miniramp* sendo a apropriação da Praça Antônio Carlos muito mais ampla e diversa do que aquela formalmente estabelecida.

Nesse sentido, Chiu e Giamarino (2019) asseveram que

> O skate é visto como uma subcultura subversiva, digna de regulamentações excludentes, pois os skatistas utilizam predominantemente objetos, materiais e espaços para seus valores de uso. Esse uso nega a lógica da cidade empreendedora como existindo preeminentemente para servir aos fluxos globais de informação e capital (Lefebvre, 1996). Portanto, as cidades respondem ao skate fechando espaços subutilizados que os skatistas historicamente frequentaram, substituindo esses fechamentos por pistas de skate inadequadamente projetadas, porém efetivamente controladas. As cidades oferecem pistas de skate como espaços de recreação contidos, criativos, legais e espetaculares para reposicionar o skate como uma forma aceita de lazer e como um esporte compatível com imagens

> urbanas remodeladas e comercializáveis (Chiu, 2009; Giamarino, 2017). Apesar dessas barreiras espaciais, os skatistas contestam e transgridem continuamente as regulamentações excludentes e as barreiras de design para se apropriarem de objetos urbanos e realizarem manobras sobre eles. (Chiu e Giamarino 2019, 3-4)

Figura 10. Skatista realizando manobra no muro de contenção da pista de skate



Fonte: Pegasus. *Vídeo Número 1*. YouTube video, 2018. https://youtube.com/watch?v=uwJKAhyH5sw

Apesar da existência da *miniramp*, como dito anteriormente, o skate, por sua natureza elástica e transgressiva, não se limitou à utilização da pista e apropriou-se de diversos outros elementos arquitetônicos, como canteiros e o palco, da Praça Antônio Carlos para a realização de manobras, encontros e registros. Essa capacidade de apropriação e ressignificação estende-se à produção de memórias e registros na praça. Os registros impressos e audiovisuais constituem-se em potentes fontes para a análise historiográfica, na medida em que não apenas documentam a prática cotidiana do skate em Juiz de Fora, mas também tornam visíveis os modos como essa prática se inscrevem e interferem nas dinâmicas do espaço urbano. No caso da Praça Antônio Carlos, tais registros evidenciam uma permanência singular: ainda que a praça tenha permanecido inalterada por mais de duas décadas - limitada a intervenções pontuais como a pintura do palco ou a manutenção da vegetação -, ela foi continuadamente reconfigurada pela presença ativa dos/as skatistas.

Embora as condições materiais e arquitetônicas da Praça Antônio Carlos não tenham sido originalmente projetadas para a prática do skate, o espaço foi continuamente ocupado pelos/as praticantes de Juiz de Fora ao longo dos anos. Essa ocupação foi registrada em produções

audiovisuais, como os vídeos *Pégasos Vídeo Número 1*[9] (2007), produzido pela Pégasos *skateshop* e *Singular*[10] (2012), do coletivo *Azimagi*, no qual os equipamentos urbanos da praça transformaram-se em *picos* para o skate. Ainda que a praça não fosse à primeira opção para prática e registros de skate, sua recorrência nos registros evidencia que o espaço foi progressivamente convertido em território de experimentação para os/as skatistas.

Nos registros posteriores, como o *DV.Rip*[11] (2017), de João Victor Fouraux, e as produções do coletivo *Inconsistência*[12] (2017 - 2022), a ocupação da praça foi novamente evidenciada, sendo o palco, as bordas e o monumento em homenagem à Bernardo Mascarenhas os elementos mais utilizados entre os praticantes. Para os/as skatistas, esses equipamentos urbanos deixam de cumprir as funções originalmente planejadas pelos/as urbanistas, sendo transformados em extensão de seus corpos e constituindo ferramentas de criação e expressão. Nesse sentido, Jeudy e Jacques (2006) asseveram que

> As intervenções contemporâneas sobre os territórios culturais, as que são planejadas (ao contrário das ruses e apropriações inesperadas do espaço urbano) parecem cada vez mais desprovidas de corporalidade ou sem consistência. Obedecem a um ritmo de produção de exibicionismo cultural promovido pelas cidades. Como se transformam então as relações entre urbanismo e corpo, entre imagem e corpo, e entre o corpo urbano e o corpo do cidadão? A experiência corporal da cidade é o exato oposto da imagem urbana fixada por um logotipo publicitário. Pois uma experiência corporal singular não se deixaria reduzir a uma simples imagem de marca. Essa experiência da cidade feita pelo cidadão lhe dá um corpo, às vezes imaginário, um outro corpo "urbano" que se move de maneira enigmática conforme a superabundância dos cenários (Jeudy e Jacques 2006, 9).

[9] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uwJKAhyH5sw&list=RDuwJKAhyH5sw&start_radio=1&t=587s&ab_channel=DimasStephan
[10] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mEMJdNh5yVs&list=RDmEMJdNh5yVs&start_radio=1&t=239s&ab_channel=Azimagi
[11] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q9eYh4WsHZw&ab_channel=Jo%C3%A3ovictorFouraux
[12] Disponível em: https://www.youtube.com/@inconsistenciaskateboard7757

Figura 11. Skatista utilizando o palco da Praça Antônio Carlos para realização de uma manobra



Fonte: Acervo Associação Juizforana de Skate

Dessa forma, as apropriações realizadas pelos/as skatistas na Praça Antônio Carlos exemplificam a produção de um corpo urbano ativo e sensível, capaz de transformar elementos da cidade em ferramentas de expressão para a prática do skate. A tensão entre estes usos espontâneos e controlados evidencia as diferentes formas de apropriação e habitação do espaço urbano, estabelecendo um contexto em que as transformações futuras, como a remoção da *miniramp* e a requalificação do espaço da Praça Antônio Carlos, suscitam questões latentes a presença dos/as skatistas neste espaço.

Requalificação da Praça Antônio Carlos (2022 - 2023)

Apesar de a Praça Antônio Carlos - assim como a pista de skate nela construída - ter permanecido por anos sem reformas ou manutenção adequadas, o espaço já se encontrava consolidado, desde 2002, como referência na memória coletiva e na prática do skate em Juiz de Fora - assim como foi o *pico* do "Normal" na década de 1990.

Em 2020, entretanto, a Prefeitura de Juiz de Fora instituiu um concurso público nacional destinado à seleção do melhor projeto arquitetônico e urbanístico para a chamada "requalificação do Espaço Mascarenhas" (Juiz de Fora 2020, 1), abrangendo a reforma da Praça Antônio Carlos, Mercado Municipal e Biblioteca Murilo Mendes. O edital reconhece a relevância da multifuncionalidade da praça no cotidiano da cidade, enfatizando o seu papel como

> (...) equipamento fundamental para a promoção de políticas culturais, da economia criativa e da agricultura familiar. A praça abriga diversos eventos que fazem parte do calendário oficial do

> Município, sendo os principais: o Rainbow Fest (Orgulho Gay), Carnaval, com apresentação de blocos e shows e a Semana da Consciência Negra. A praça abriga também a feira itinerante noturna de produtos agrícolas, realizada toda quarta-feira, com a disposição de 144 barracas, para atuação de mais de 50 feirantes. (Juiz de Fora 2020, 29)

O documento apresenta a praça como um espaço estratégico para a "economia criativa" e para promoção de políticas culturais, voltado ao consumo, turismo e à realização de grandes eventos. Tal enquadramento reafirma sua centralidade dentro da dinâmica urbana de Juiz de Fora, ao mesmo tempo em que evidencia como as políticas de requalificação operam sob lógicas que privilegiam a mercantilização do espaço público em detrimento aos seus usos cotidianos. A própria denominação de transformar o "Espaço Mascarenhas" em um polo cultural atua como mecanismo de obscurecimento ou secundarização de significados e usos que divergem da narrativa hegemônica - dinâmica análoga à identificada por Daniela Palma (2010)[13] no caso da reforma da Praça Roosevelt, em São Paulo, e por Giancarlo Machado (2021)[14], no caso do "Beco do Valadão", também em São Paulo.

Nesse horizonte, a proposta de requalificação declara como objetivo

> [...] estruturar e potencializar esse espaço e seus usos, de modo a comportar novas formas de apropriação, criando múltiplas possibilidades. A intervenção na praça deve promover a adequação do desenho urbano, harmonizando-a com as preexistências e preparando a praça para eventos, shows, espetáculos de caráter esporádicos e outros tipos de permanência cotidiana (Juiz de Fora 2020, 29)

Apesar do discurso de pluralidade, o texto explicita uma concepção de uso que privilegia apropriações associadas ao consumo e à circulação de grandes públicos, relegando em segundo plano - ou a plano nenhum - práticas e grupos que sustentaram a vitalidade da praça nas últimas décadas. De acordo com o documento,

> A pista de skate deve ser mantida no programa, podendo ter sua localização revista. Por ser a primeira pista de skate instalada na cidade, a partir da movimentação de praticantes do esporte, é de grande importância cultural e social mantê-la dentro daquele perímetro (Juiz de Fora 2020, 30)

A formulação, à primeira vista, reconhece a relevância histórica e cultural da pista de skate, associada à mobilização dos/as próprios/as skatistas para a sua construção. Todavia, ao condicionar a sua preservação à possibilidade de realocação, o texto reflete uma incerteza quanto à efetiva permanência da pista na praça. A ausência de especificações sobre o local para o qual a pista poderia ser realocada ou mesmo o prazo para sua implementação revela que o reconhecimento atribuído ao skate é, em grande medida, retórico.

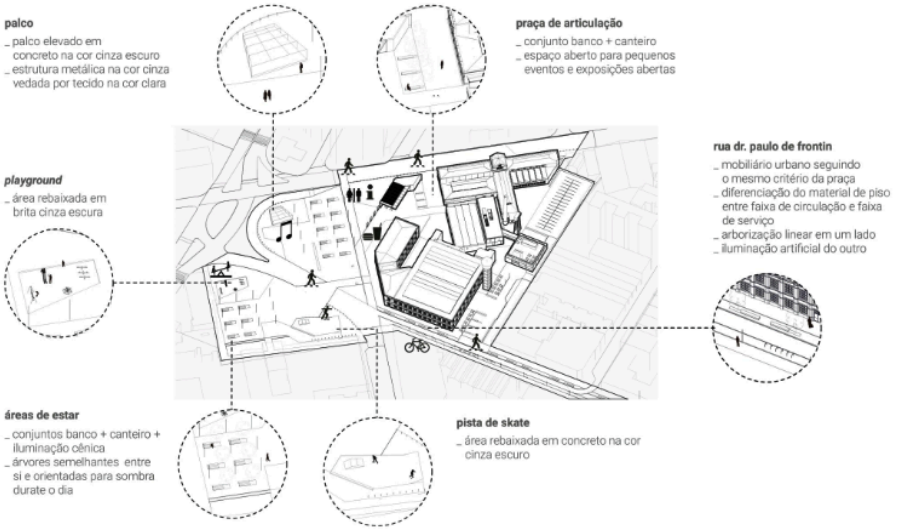
---

[13] Para mais informações, acessar: Palma, Daniela. 2010. *A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço urbano*. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. https://doi.org/10.11606/T.27.2010.tde-05112010-110435.

[14] Para mais informações, acessar: Machado, Giancarlo Marques Carraro. 2021. "Os Enquadramentos Da Citadinidade: Sobre Os Impactos Da prática Do Skate De Rua Na Cidade De São Paulo". *Revista De Antropologia* 64 (3): e189652. https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189652.

Nesse sentido, reforça-se a análise de Leonardo Brandão (2014), que alerta para o risco de reduzir o skate à categoria de esporte, sem uma reflexão crítica, pois isso implica desconsiderar "outras formas de concepção dessa atividade, as tensões sociais que seu uso no espaço urbano gerou, os processos de estigmatização e as muitas lutas que existiram em seu interior." (204).

Figura 12. Projeto do Austral Studio com a possível localização da pista de skate na Praça Antônio Carlos.



Fonte: Austral Studio. *Fábrica Mascarenhas - Projeto premiado em 1º lugar*. 2020. https://australstudio.com/fabrica-mascarenhas/

Resta, portanto, uma reflexão crítica: de que maneira práticas culturais historicamente enraizadas, como o skate, podem sobreviver frente a projetos de requalificação pautados por interesses econômicos e turísticos? Como se dá a tensão entre memória coletiva e planejamento urbano formal quando se tratam de usos culturais não regulamentados? Até que ponto o valor simbólico de uma prática cultural é reconhecido ou ignorado nos processos de reconfiguração do espaço público?

Em 25 de novembro de 2020 o projeto vencedor[15] foi oficialmente homologado pela Prefeitura de Juiz de Fora, com autoria de Henrique Wosiack Zulian. Em 16 de dezembro do mesmo ano, o contrato de prestação de serviços[16] foi formalizado. No site do Austral Studio - escritório de arquitetura fundado e dirigido por Zulian -, registra-se que, conforme concebido pelo arquiteto e sua equipe, a pista de skate seria transferida para uma área adjacente à Praça Antônio Carlos, conhecida

[15] Parte do projeto pode ser consultada no site: https://concursosdeprojeto.org/2020/12/01/premiados-concurso-fabrica-mascarenhas-juiz-de-fora-mg/. Vale destacar que, após a divulgação do vencedor, o site oficial do concurso da Prefeitura de Juiz de Fora deixou de estar acessível.
[16] Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/contratos/integra/2021/abril/adm_direta/pdf/01.2020.201.pdf

como “Praça do Canhão”. Entretanto, por tratar-se de um terreno sob administração do Exército Brasileiro, vinculado ao prédio do 4° Depósito de Suprimentos (4° DUSP), sob administração militar desde 1931, o uso do local para a construção da pista mostrou-se inviável.

Entre o final de 2021 e início de 2022, a AJS - desativada que ao momento encontrava-se desativada - retomou suas atividades com um desafio imediato: a iminente demolição da pista de skate da Praça Antônio Carlos. A incerteza quanto ao futuro da *miniramp* mobilizou antigos e novos membros da associação, que se manifestaram publicamente acerca do impasse com a Prefeitura de Juiz de Fora. Tal impasse não se restringia à permanência ou não da *miniramp* na Praça Antônio Carlos, mas revela um processo mais amplo de exclusão do skate no espaço da praça.

Durante mais de duas décadas, a prática do skate havia sido parte cotidiana do local, mas, com a reforma, permanecia em aberto a questão, se a praça continuaria a configurar-se como um ambiente assegurado para essa e outras manifestações culturais. Em entrevista concedida ao jornal *Tribuna de Minas*[17], Brunner, membro do Conselho Fiscal da Associação Juizforana de Skate, expressou sua indignação diante da exclusão da *miniramp* do projeto de reforma da praça:

> A gente esperava que teria outra ‘miniramp’ no projeto, mas não. A Prefeitura está sinalizando que retirou a rampa do projeto. Não vai ter nem mais na Praça do Canhão. É um absurdo. Um projeto de milhões, não tem R$20 mil para manter um miniramp histórico no Centro? O governo sinaliza que vai fazer uma pista sabe-se lá quando, não temos nenhuma garantia. (Tribuna de Minas 2022)

A insatisfação também foi reiterada por Nicole Costa Faria, presidenta da AJS à época, que denunciou a negligência do poder público em relação à comunidade de skatistas da cidade:

> Nos diálogos com a PJF, estamos ainda na fase de pensar possibilidades, o que também é preocupante, tendo em vista a iminência das reformas. Reafirmamos que a miniramp da Praça Antônio Carlos é um marco pro skate juiz-forano, e lamentamos a demolição. É um absurdo que o projeto de reforma da praça tenha desconsiderado em absoluto várias atividades que ali acontecem, não somente o skate, mas atividades culturais, de maneira geral. Parece que a Praça Antônio foi entendida como um lugar vazio, ignorando-se a presença de atividades e grupos diversos (Tribuna de Minas 2022)

Nesse contexto, as primeiras interlocuções estabelecidas entre a AJS e a PJF orientaram-se pela tentativa de reformulação do projeto, com o intuito de evitar a eliminação da pista de skate e de reafirmar a relevância histórica do espaço para a cultura do skate em Juiz de Fora.

Henrique Zulian, arquiteto responsável pelo projeto de requalificação, afirmou, em entrevista ao *Tribuna de Minas*[18], que a inviabilidade de realocar a pista para a “Praça do Canhão” somente lhe foi comunicada após a assinatura do contrato:

[17] Disponível em: https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/14-04-2022/revitalizacao-da-praca-antonio-carlos-preve-retirada-da-pista-de-skate.html#goog_rewarded

[18] Disponível em: https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/24-06-2022/primeira-pista-de-skate-de-jf-sera-demolida-pela-prefeitura.html

> No edital, eles pediam para liberar a Praça Antônio Carlos para eventos, shows, feiras, por isso, realizei essa realocação da pista de skate para Praça do Canhão. Agora, na parte de execução do projeto, esse segundo espaço não foi previsto. Eu apresentei o projeto, ele venceu o edital, mas até a execução, ele é podado, reformulado, pelos órgãos responsáveis da Prefeitura. (Tribuna de Minas 2022)

A declaração de Zulian revela uma inflexão significativa na compreensão da Praça Antônio Carlos, concebida prioritariamente como palco para grandes eventos, enquanto sua dimensão como espaço público cotidiana é subvertida em favor de usos orientados ao consumo e ao espetáculo. Sob a perspectiva de Harvey (2014), esse projeto de requalificação faz parte de uma lógica em que o capital e planejamento urbano subordinam espaços públicos às demandas mercantis, restringindo práticas culturais e impondo modos de circulação que priorizam fluxos econômicos. Nesse cenário, apropriações históricas, simbólicas e afetivas - como a do skate - tornam-se marginais, deslocadas para além do projeto oficial, evidenciando a tensão entre o espaço da cidade pensado como palco de consumo e a cidade vivida pelos cidadãos, cujas práticas e experiências resistem à mercantilização e desafiam à imposição do planejamento urbano.

Assim, diante da inviabilidade de transferir a pista de skate para a "Praça do Canhão", a notícia foi recebida, tanto pela diretoria da AJS, quanto pela a comunidade de skatistas da cidade, não apenas como uma confirmação da destruição da pista de skate, mas como a perda de um patrimônio histórico do skate juizforano. Sobre o processo de negociação com a PFJ, Nicole Costa Faria declarou que:

> Antes da aprovação do projeto executivo nós já demandamos a Prefeitura sobre a permanência da pista. Eles criaram um grupo de trabalho para discutir o desenho arquitetônico. Dava tempo de mudar, mas eles não quiseram. Da nossa parte, nós tentamos tudo o que foi possível, mas já não há mais espaço para discussão. A pista vai ser demolida e ponto. O que temos avaliado agora é a promessa da construção de uma nova rampa, também na região central da cidade. (Tribuna de Minas 2022)

Com o objetivo de impedir a destruição da pista de skate, foi criado, por um grupo de skatistas de Juiz de Fora, o movimento "*Salve a PAC*". Para tanto, foram desenvolvidas algumas estratégias de mobilização, incluindo uma página no *Instagram*[19], destinada à divulgação de notícias sobre a destruição e registros fotográficos que reforçassem a centralidade e importância da pista para a cultura do skate juizforano. Adicionalmente, foi lançada uma petição *online*[20], que reuniu mais de mil assinaturas, como forma de protesto e tentativas de encaminhamento da demanda junto ao poder público. Contudo, apesar das ações de resistência pela comunidade do skate da cidade, em 22 de julho de 2022, a pista de skate da Praça Antônio Carlos foi demolida, sem garantia de ser

[19] Disponível em: https://www.instagram.com/salveapac/
[20] Disponível em: https://peticaopublica.com.br/?pi=BR124264&fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAadfocfWSqG36rnWvtj4ChVUJBkIIxhutQY-Izw6umX2k_E3JJmfd_uMUEvD_A_aem_lQNH8jkGmDc5Jra8whPAeQ

reconstruída. Assim, de um dia para o outro, mais de duas décadas de história do skate foram transformadas em escombros.

E agora, onde é o *rolê*?

No dia 17 de julho de 2023, cerca de um ano após o início das obras, a Praça Antônio Carlos foi reinaugurada em um evento promovido pela PJF. Na ocasião a prefeita Margarida Salomão (PT) destacou a intenção de revitalização do espaço:

> Aqui vamos ter uma rica vida cultural, lugar de grandes manifestações políticas, da feira noturna. Mas para quem gostou da feira na Praça da Estação, também a teremos lá nas sextas-feiras. Assim que nós queremos nossa cidade, fervendo, cheia de alegria, cheia de vida. (Tribuna de Minas, 2023)

A requalificação da Praça Antônio Carlos insere-se em um processo de gentrificação, compreendido como a implementação de melhorias físicas e materiais, bem como transformações imateriais - econômicas, sociais e culturais - que elevam o *status* de centros urbanos (Bataller 2000). Este fenômeno é frequentemente caracterizado pela ocupação do centro da cidade por segmentos de classe média de maior renda, implicando o deslocamento ou marginalização de populações historicamente residentes e de menor poder aquisitivo (Bataller 2000). Conforme assinala Rogério Proença Leite (2007)

> [...] embora o argumento fundamental que justifica as atuais políticas de gentrificação continue se baseando na idéia de tradição, pressupõe uma retomada de patrimônio nacional acrescida de uma concepção mercadológica. Implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais no sentido de possibilitarem uma rentabilidade dos investimentos aplicados acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar. (Leite 2007, 65)

Consequentemente, políticas de valorização de áreas historicamente dotadas de patrimônio cultural - ditas “revitalizações” e “requalificações” - tendem a gerar impactos adversos sobre a cultural imaterial local, ao excluir pessoas, práticas e grupos que não estão subordinados às demandas do capital.

Figura 13. Requalificação da Praça Antônio Carlos (2022 - 2024)



Fonte: Imagens extraídas do software *Google Maps*

A requalificação da Praça Antônio Carlos, produziu um espaço urbanístico orientado prioritariamente para grandes eventos e para práticas de consumo, direcionando o público a circular e consumir nesse local. Essa configuração evidencia a lógica de valorização econômica típica de processos de gentrificação, em que a estrutura e os equipamentos são pensados sobretudo para atrair o público e consolidar usos comerciais, distanciando o uso cotidiano da praça como um espaço de sociabilidade. De acordo com Machado (2019), materiais como mármore, metal e concreto armado que são favoráveis ao skate são, ao mesmo tempo, expressões daquilo que Sharon Zukin (2000), denominou de "paisagens de poder"[21].

Mesmo inseridos/as nesse contexto de mercantilização, os/as skatistas continuaram a habitar o espaço cotidianamente, ressignificando bancos, paredes e outros elementos arquitetônicos da praça, mantendo o espaço como ponto de prática, encontro e sociabilidade. Essa tensão evidencia que a praça não se reduz apenas a uma vitrine a céu aberto, mas constituiu-se em um campo de disputas, em que interesses econômicos, culturais e sociais se sobrepõem e se confrontam. A marginalização do skate de rua pode ser compreendida a partir de suas não conformidades às lógicas produtivas dominantes, e, de acordo com Iain Borden (2001), práticas desvinculadas do mercado tendem a ser deslocadas. Entretanto, quando configurado pela ordenação de esporte, o skate é incorporado a dispositivos institucionais que lhe conferem legitimidade social, visibilidade midiática, evidenciando, assim, uma tensão estrutural entre sua dimensão cultural, marcada pela

[21] Zukin (2000) sugere que as paisagens de poder incorporam uma estética que reflete interesses econômicos e políticos específicos, revelando as limitações e as relações de força presentes na organização das cidades.

apropriação insurgente do espaço urbano, e sua dimensão esportiva, ajustada às normativas de regulação e consumo.

Figura 14. Skatista na Praça Antônio Carlos em 2023



Fonte: Acervo Associação Juizforana de Skate

Mesmo sem a presença de uma pista destinada especificamente à prática do skate, como anteriormente, a Praça Antônio Carlos, após a reforma, mostrou-se propícia à sua incorporação dos/as skatistas no seu espaço. O piso de concreto liso, os bancos de concreto e outros elementos arquitetônicos foram apropriados pelos/as skatistas, que ressignificam o uso e a função do espaço por meio da prática cotidiana. Como enfatizado por Manu Lira em entrevista para o *Tribuna de Minas*[22]

> Tomara que a gente possa ter a liberdade de praticar aqui. Porque ficou maravilhoso, está no padrão da 'gringa'. O chão, lisinho assim, só tinha no Rio de Janeiro, São Paulo e também em outros países. E também é um lugar que vai atrair skatistas de outros lugares. (Tribuna de Minas, 2023)

Além disso, Samuel Pires, também em reportagem ao *Tribuna de Minas* enfatiza que

> A reforma da praça, pra gente, foi muito boa. Primeiro, porque amplia o acesso à cultura. Para nós jovens, isso acaba sendo muito limitado. Eu também sou artista aqui em Juiz de Fora e estou vendo que vamos poder fazer as batalhas de rima no palco novo. E, como skatista, a 'pista' está perfeita. Antes existia a mini ramp, que tinha um valor emocional e tudo, mas ficava em um espaço limitado, agora a gente tem toda a praça pra praticar. (Tribuna de Minas, 2023)

Constata-se, portanto, que, ainda que o projeto arquitetônico da praça não tivesse como objetivo a constituição de um espaço para o skate, condições criadas pela escolha dos materiais - como o concreto armado - que permitiram a continuidade da prática no local, assemelhando-se a

[22] Disponível em: https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/23-06-2023/mesmo-apos-inauguracao-praca-antonio-carlos-tem-obras-por-fazer.html#:~:text=Dentre%20as%20obras%20inacabadas%20est%C3%A3o,pra%C3%A7a%20ultrapassou%20o%20tempo%20previsto.

equipamentos subvertidos pela prática do skate na rua, trazendo um traço dessa prática urbana para um contexto de uma praça.

Figura 15. Skatista realizando manobra na Praça Antônio Carlos em 2025



Fonte: Instagram. *Matéria na nova @deccsmagazine com a @nicolsfaria falando um pouco sobre suas realizações e planos*. 2025. https://www.instagram.com/p/DGN1KDPxXyQ/?img_index=1

Entretanto, embora as possibilidades de uso tenham sido ampliadas pela reforma, a apropriação inicial dos/as skatistas no espaço não se deu sem conflitos e tensões. Nas primeiras semanas após a inauguração, a Guarda Municipal de Juiz de Fora, chegou a registrar os/as praticantes em vídeo sob a justificativa de prevenir contra depredações. Tais ações revelam que o espaço público não deve ser concebido como instância neutra, mas como um "espaço de hibridação e excentramento" (Joseph 2005, 119), permanentemente atravessado por interesses múltiplos e disputas de poder.

Apesar das tensões iniciais, a permanência dos/as skatistas pôde ser constatada a partir de registros audiovisuais produzidos após sua requalificação. Produções como "*Bateção*"[23] de Gabriel Vieira, "*Ágoras*"[24], do coletivo *Flanantes*, e "*Ecoa*"[25], do primeiro coletivo de skate feminino de Juiz de Fora, *VitaMinas Skate Crew*, evidenciam a retomada da centralidade da praça para a prática do skate na cidade. Mesmo sem a pista formal, os/as skatistas ressignificam os elementos arquitetônicos da praça, transformando-os em suporte para manobras e encontros cotidianos. Essa apropriação evidencia que, embora o projeto tenha sido orientado por lógicas de gentrificação,

[23] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IlkNE3Df-qk&ab_channel=CanaldoVav%C3%A1
[24] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kiv5JnhyE6Q&t=1460s&ab_channel=BlackMediaSkate
[25] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YMVsp4Fe7Gg&list=RDYMVsp4Fe7Gg&start_radio=1&ab_channel=VitaminasColetivodeSkate

ordenamento e consumismo, o uso social e criativo do espaço pelos/as skatistas reafirma a resistência deste grupo frente a projetos de exclusão.

Além disso, eventos como "*Go Skate Day*", duas edições do "*Corpo Urbano*" e "*Festicidi*" organizados e/ou apoiados pela AJS[26] revelam que a apropriação do espaço não se limita ao uso individual, mas se expande para práticas coletivas que reafirmam a centralidade da praça na vida urbana de Juiz de Fora. Esse conjunto de apropriações e usos evidencia que o espaço público não pode ser reduzido a um território controlado exclusivamente por lógicas econômicas e urbanísticas, mas se apresenta como um campo de disputa em que interesses mercadológicos, culturais e sociais se articulam e se tensionam. O skate, enquanto prática e manifestação cultural, torna-se um potente mecanismo de contestação e reapropriação do espaço público, subvertendo o cotidiano, assim como aponta Machado (2021)

> À vista disso é possível considerar que as suas manobras, bem como as suas circulações, *repolitizam o cotidiano de uma cidade muitas vezes caracterizada pela sua mercantilização*: elas testam a vigilância de seus espaços, dão visibilidade a diferentes formas de segregação, subvertem normas de acessibilidade, esquivam-se de aparatos de controle, deixam, pois, em suspensão as fronteiras entre os centros e as periferias. (Machado 2021, 2 - grifos meus)

Essa ambivalência, entretanto, não se restringe ao plano simbólico ou político, mas manifesta-se também na relação entre temporalidade e espacialidade. Conforme Borden (2001),

> O capitalismo é uma mistura de produção e especulação, sacrificando alternadamente benefícios sociais de longo prazo em favor de lucros de curto prazo ou necessidades sociais de curto prazo em favor de cronogramas de investimento programados. O tempo de skate, em contraste, é imediato, não mais do que um segundo (movimento único), minuto (corrida), semanas e meses (visitas repetidas) ou alguns anos (atividade individual de um skatista). O tempo de skate também é descontínuo, composto de alguns minutos aqui e ali, espalhados pelo espaço e entre as atividades socialmente programadas de produção e troca. Trata-se de um ritmo alternado dentro do ritmo cíclico regular da cidade. Por exemplo, a longa temporalidade da propriedade, a média temporalidade dos contratos de locação ou a curta temporalidade do parquímetro são todas evitadas pelos skatistas. Enquanto "o espaço econômico subordina o tempo a si mesmo" e "o espaço político o expulsa como ameaçador e perigoso", o skate promove uma recuperação apropriativa do tempo, bem como do espaço. *O skate reafirma o aqui e o agora da arquitetura*. (Borden 2001, 236 - grifos nossos)

No caso da Praça Antônio Carlos, especialmente após a requalificação de 2022-2023, essa tensão se manifesta de maneira mais concreta. O redesenho da praça procurou restituir sua função como espaço de circulação e convívio regulado - sinais de gentrificação -, reforçando lógicas urbanísticas que privilegiam o ordenamento temporal e espacial da vida pública. Contudo, ao ser (re)inscrita no cotidiano dos/as skatistas, a praça passou a ser submetida a um regime temporal alternativo, tal como descrito por Borden (2001). O skate, estruturado em fragmentos de tempo descontínuo e improvisado, desafia a lógica da temporalidade cíclica da cidade - expressa, por

[26] Mais informações podem ser encontradas em: https://www.instagram.com/ajsjuizdefora/

exemplo, nos contratos de locação comercial, no controle do trânsito ou na regulamentação do estacionamento pago.

Portanto, enquanto o espaço econômico busca subordinar o tempo e o espaço político expulsa-o como elemento ameaçador, o skate, ao se reapropriar da Praça Antônio Carlos, instaura uma experiência do presente que não se ajusta às lógicas institucionais da reforma. A prática reafirma o "aqui e agora" (Borden 2001, 236) da arquitetura da praça, fazendo de seus equipamentos suportes para experimentação estética e corporal. Dessa forma, a apropriação do espaço pelos/as skatistas reconfigura os sentidos da reforma, desestabilizando a temporalidade planejada e instaurando usos que escapam à racionalidade político-econômica que orientou a requalificação de seu espaço.

Considerações finais

A trajetória do skate em Juiz de Fora, particularmente no caso da Praça Antônio Carlos, evidência como essa prática cultural, e urbana, ultrapassa a dimensão esportiva, configurando-se como um dispositivo de intervenção, apropriação e ressignificação do espaço público. Ao longo das últimas décadas, os/as skatistas transformaram ruas, escadarias, bancos e monumentos em territórios de experimentação, sociabilidade e criação estética, imprimindo sobre a cidade uma memória coletiva que escapa às narrativas oficiais e às regulamentações institucionais. A fundação da Associação Juizforana de Skate (AJS) e a consequente construção da pista de skate na Praça Antônio Carlos simbolizam, ao mesmo tempo, conquistas materiais e reconfigurações simbólicas: parte da insurgência característica do skate de rua é deslocada para espaços regulados, mediando relações entre liberdade e normatização, entre criatividade e disciplina.

No entanto, a resistência permanece na exploração contínua dos elementos arquitetônicos da praça, demonstrando que a prática não se limita à lógica esportiva e mantendo vivos os princípios de transgressão, improviso e reinvenção que sempre definiram o skate de rua. As produções audiovisuais e registros impressos não apenas documentam essas trajetórias, mas também evidenciam como o skate atua como instrumento de leitura e intervenção urbana, permitindo compreender a cidade como um espaço plural, em constante disputa e negociação, onde sentidos, memórias e experiências coexistem.

Dessa forma, o skate em Juiz de Fora revela-se um agente que tensiona os limites entre o planejamento urbano e a ocupação criativa, entre regras institucionais e práticas insurgentes, evidenciando que a vida urbana se vive tanto nos traçados regulamentados quanto nas apropriações

inesperadas. Nesse movimento, a própria cidade passa a funcionar como um verdadeiro ateliê experimental de práticas urbanas, em que cada deslocamento esboça novos modos de convivência, estética e política, lembrando-nos que os espaços públicos não são apenas cenários, mas territórios vivos, moldados pelos corpos que os percorrem e pelas histórias que os atravessam.

Referências Bibliográficas

Austral Studio Arquitetura. 2020. "Fábrica Mascarenhas". https://australstudio.com/fabrica-mascarenhas/.

Almeida, Fabiana Aparecida. *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980*. 2012. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1619

Barros, Cleyton Souza. 2008. "Eletricidade como elemento de modernização em Juiz de Fora (1889–1915)." *HEERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* 3, no. 5 (jul.–dez.). Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26586

Brandão, Leonardo. 2014. *Para além do esporte: uma história do skate no Brasil*. Blumenau: Edifurb.

Bataller, A. S. "El Estudio de la Gentrificación." *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, no. 228 (2000). Universidad de Barcelona.

Borden, Iain. 2001. *Skateboarding, Space and the City: Architecture and the Body*. Oxford: Berg.

Caldeira, Junia Marques. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. 2007. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1605900.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. "Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo." *Novos Estudos CEBRAP* 94 (2012): 31–67. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002

Chiu, Chihsin, and Christopher Giamarino. "Creativity, Conviviality, and Civil Society in Neoliberalizing Public Space: Changing Politics and Discourses in Skateboarder Activism from New York City to Los Angeles." *Journal of Sport & Social Issues* 43, no. 6 (2019): 491–516. Disponível em: https://doi.org/10.1177/019372351984221.

Floriano, Mariana. "Primeira pista de skate de JF será demolida pela Prefeitura: edital de requalificação da Praça Antônio Carlos prezava permanência da pista; PJF promete nova rampa até o final do ano", *Tribuna de Minas*, 23 de junho de 2023, Cidade.

Goodwin Jr., James William. "A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1850–1888)." *Locus: Revista de História* 3, no. 1 (1997): 116–131. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20444/10863.

Gravagnuolo, Benedetto. 1998. *Historia del urbanismo en Europa 1750–1960*. Trad. Juan Calatrava. Madrid: Akal.

Harvey, David. 2014. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Traduzido por Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins.

Joseph, Isaac. 2005. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago." Em *A Escola de Chicago: impacto e tradição no Brasil e na França*, organizado por Lícia do Prado Valladares, 93–128. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ.

Jeudy, Henri-Pierre, e Paola Berenstein Jacques. 2006. "Introdução." Em *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*, organizado por Henri-Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques, 11–18. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA.

Leite, Aline Gouvêa. *História, sociedade, planejamento urbano e suas configurações e vivências na espacialidade pública de Juiz de Fora*. 2008. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, MG.

Leite, Rogério Proença. 2007. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas/São Cristóvão: UNICAMP/UFS.

Lefebvre, Henri. 2006. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora da UFMG.

Machado, Giancarlo Marques Carraro. *De "carrinho" pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: http://www.teses.usbr/teses/disponiveis/8/8134/tde-05062012-160404/.

_____. 2017. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da citadinidade*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-26032018-122700.

_____. "Os enquadramentos da citadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo". *Revista De Antropologia* 64, no. 3 (2021): e189652. https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189652.

Palma, Daniela. 2010. *A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço urbano*. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Pesavento, Sandra Jatahy. 2004. “A vitória de Antígona sob o signo de Babel, a cidade brasileira dessacralizada.” Em *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*, organizado por Sandra Jatahy Pesavento, 167. Bauru, SP: EDUSC.

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. 2020. *Edital nº 01/2020 – SEDETA. Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para seleção da melhor proposta para o Projeto Arquitetônico e Urbanístico da Requalificação do Espaço Mascarenhas – Concurso Fábrica Mascarenhas*. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/anexos/sedeta_184546.pdf.

Salles, Renato. 2022. “Revitalização da Praça Antônio Carlos prevê retirada da pista de skate: Edital para selecionar empresa responsável pela obra, estimada em R$ 5,6 milhões, foi lançado esta semana pela PJF; entre as mudanças estão o reposicionamento do palco, a construção de banheiros públicos, maior área verde e exposições de artistas.” *Tribuna de Minas*, 14 de abril de 2022. Disponível em: https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/14-04-2022/revitalizacao-da-praca-antonio-carlos-preve-retirada-da-pista-de-skate.html.

Santos, Otávio Augusto Alves dos. 2020. *A fragmentação do espaço no Recife*. 1. ed. Recife: EDUFRPE.

Vainer, Carlos B. 2000. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.” Em *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 75-104. Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, orgs. Petrópolis, RJ: Vozes.

Zarka, Raphaël. 2011. *On a day with no waves: a chronicle of skateboarding 1779-2009*. Paris: Éditions B42.

Zukin, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.” Em *O espaço da diferença* 80-103. Antonio Arantes, org. Campinas: Papirus, 2000.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50231

Decolonizar o Patrimônio: Casa de Oração e Cemitério Quilombola do Castainho como Patrimônio Cultural de Pernambuco

Decolonizing Heritage: Prayer House and Quilombola Cemetery of Castainho as Cultural Heritage of Pernambuco

Descolonizar el Patrimonio: Casa de Oración y Cementerio Quilombola de Castainho como Patrimonio Cultural de Pernambuco

Pollyana Calado de Freitas [*]

[*] Doutora (Museu Nacional-UFRJ) e mestra (UFPE) em Arqueologia, graduada em História (UFRPE). Atua como Consultora do Patrimônio Cultural. Está coordenadora de Projetos Estratégicos na Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). E-mail: pollycalado03@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a colonialidade do patrimônio cultural no Brasil, entendida como a persistência de estruturas coloniais nos processos de seleção, valorização e preservação de bens culturais. A partir dos eixos memória, narrativas e justiça histórica, discute-se o patrimônio cultural como campo de disputa e instrumento político, destacando os limites e possibilidades das políticas de preservação frente às demandas de grupos historicamente subalternizados. O estudo de caso do Sítio Histórico e Arqueológico da Cruz das Almas, localizado na Comunidade Quilombola do Castainho (Garanhuns, PE), é analisado como exemplo de luta por reconhecimento patrimonial e territorial. Conclui-se que uma abordagem decolonial é fundamental para promover novas narrativas e futuros possíveis, baseados na horizontalidade dos saberes, na escuta ativa e na gestão compartilhada dos bens culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Decolonialidade; Patrimônio Quilombola.

Abstract: This article proposes a critical reflection on the coloniality of cultural heritage in Brazil, understood as the persistence of colonial structures in the processes of selection, valuation, and preservation of cultural assets. Based on the axes of memory, narratives, and historical justice, cultural heritage is discussed as a field of dispute and a political instrument, highlighting the limitations and possibilities of preservation policies in response to the demands of historically marginalized groups. The case study of the Historical and Archaeological Site of Cruz das Almas, located in the Quilombola Community of Castainho (Garanhuns, PE), is analyzed as an example of the struggle for heritage and territorial recognition. It is concluded that a decolonial approach is

essential to promote new narratives and possible futures, grounded in the horizontality of knowledge, active listening, and shared management of cultural assets.

Keywords: Cultural Heritage; Decoloniality; Quilombola Heritage.

Resumen: Este artículo propone una reflexión crítica sobre la colonialidad del patrimonio cultural en Brasil, entendida como la persistencia de estructuras coloniales en los procesos de selección, valoración y preservación de los bienes culturales. A partir de los ejes memoria, narrativas y justicia histórica, se analiza el patrimonio cultural como un campo de disputa y un instrumento político, destacando los límites y posibilidades de las políticas de preservación frente a las demandas de grupos históricamente subordinados. El estudio de caso del Sitio Histórico y Arqueológico de Cruz das Almas, ubicado en la Comunidad Quilombola de Castainho (Garanhuns, PE), se examina como ejemplo de lucha por el reconocimiento patrimonial y territorial. Se concluye que un enfoque decolonial es fundamental para promover nuevas narrativas y futuros posibles, basados en la horizontalidad de los saberes, la escucha activa y la gestión compartida de los bienes culturales.

Palabras clave: Patrimonio Cultural; Decolonialidad; Patrimonio Quilombola

Introdução

O patrimônio cultural brasileiro foi historicamente construído a partir de parâmetros eurocêntricos, reproduzindo hierarquias sociais e culturais que reforçam uma determinada construção de nacionalidade e privilegiam certos grupos, enquanto invisibilizam outros, seguindo lógicas colonialistas. Mesmo diante de avanços legais e conceituais, como o reconhecimento dos direitos culturais de todos os grupos formadores da sociedade brasileira na Constituição Federal de 1988, os processos de patrimonialização ainda representam essas lógicas coloniais, perceptíveis na seleção dos bens valorizados, nas narrativas legitimadas e nas práticas de preservação, que frequentemente se mostram excludentes no tocante aos saberes das comunidades relacionadas aos bens protegidos.

Diante desse contexto, emerge uma questão central: em nome de quem advogamos quando falamos de patrimônio? Para enfrentar esse desafio, o presente artigo propõe uma reflexão estruturada em três eixos: memória, narrativas e justiça histórica; tendo como objeto de análise o processo de tombamento do Sítio Histórico e Arqueológico da Cruz das Almas, localizado na Comunidade Quilombola do Castainho (PE). Esse espaço, composto pela Casa de Oração, pelo cruzeiro central e pelo antigo cemitério quilombola, constitui-se como um caso paradigmático para

refletir sobre os limites e as possibilidades de construção de novos sentidos de patrimônio, em diálogo com a memória, a identidade e a territorialidade da comunidade.

A chamada memória social, alimentada pelas representações coletivas, pode ser compreendida, a partir da obra de Nego Bispo (Santos, 2023), como confluência e transmissão enraizada na ancestralidade. No contexto da proteção aos bens culturais, coloca-se a indagação quem tem direito à preservação da memória? Quem decide o que deve ser lembrado e o que será relegado ao esquecimento? Reconhecer esse direito implica enfrentar silenciamentos e ampliar os espaços de escuta e valorização das vozes historicamente marginalizadas. Afinal, nem todos os grupos têm suas histórias reconhecidas ou preservadas. O direito à memória, portanto, envolve o acesso à valorização de experiências, símbolos, tradições e lutas que compõem a diversidade social.

No Brasil, as narrativas históricas hegemônicas foram, em grande medida, elaboradas por grupos detentores de poder político, econômico e cultural, produzindo o apagamento ou a distorção do protagonismo de povos indígenas, populações negras, mulheres e comunidades periféricas. Nesse cenário, a construção de contranarrativas emerge como estratégia de resistência, propondo-se a recuperar memórias silenciadas, reinterpretar documentos, valorizar tradições orais, criar linguagens de expressão e disputar, simultaneamente, o território e o imaginário coletivo. O desafio, contudo, está em transformar contranarrativas em narrativas socialmente reconhecidas.

A justiça histórica ultrapassa o simples reconhecimento das desigualdades do passado: exige ações concretas no presente. Inclui reparações materiais e simbólicas, políticas públicas de inclusão, preservação de patrimônios culturais, reescrita das histórias oficiais e a garantia de que as vozes antes silenciadas possam, enfim, ser ouvidas. Esse processo, entretanto, é atravessado por disputas de poder, interesses econômicos e resistências institucionais. Promover justiça histórica implica persistência, articulação comunitária e um compromisso ético com a equidade e com a pluralidade das memórias.

Assim, defende-se a patrimonialização como instrumento político, ressignificado a partir de perspectivas comunitárias e decoloniais, poder atuar como ferramenta de resistência, afirmação identitária e transformação social.

O Patrimônio Cultural como direito

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 23, 215 e 216, consolidou o patrimônio cultural como um direito fundamental, ao reconhecer tanto a diversidade cultural brasileira quanto a responsabilidade do Estado em sua preservação e promoção. Esse marco normativo nacional

articula-se a instrumentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura a todas as pessoas o direito de participar livremente da vida cultural, reafirmando a cultura como dimensão fundamental da dignidade humana.

No caso específico das comunidades tradicionais, ganha destaque a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho[1] (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, que estabelece a obrigatoriedade da consulta prévia, livre e informada em todas as decisões estatais que possam afetar os povos indígenas e as populações tradicionais. Esse dispositivo deve fortalecer a centralidade da participação comunitária nos processos de reconhecimento e gestão do patrimônio.

Apesar desses avanços, o acesso ao patrimônio permanece desigual. Ulpiano Meneses (2012) propõe a noção de "matriz de valor", apontando o deslocamento da atribuição de valor do Estado para a sociedade. Contudo, esse deslocamento não se concretizou de forma plena, uma vez que os mecanismos de preservação continuam sendo majoritariamente instituídos e legitimados por instâncias oficiais. Ainda que a sociedade se aproprie dos conceitos e da linguagem do patrimônio para expressar reconhecimentos e pertencimentos, o processo de institucionalização mantém-se fortemente centralizado.

Compreendido enquanto direito, o processo de patrimonialização deve ser assumido como ação sociopolítica, capaz de questionar quais memórias são preservadas; garantir o direito à memória de grupos marginalizados e subalternizados; fortalecer a diversidade cultural como elemento de justiça histórica. Ao refletirmos sobre o direito à memória e à cidade, reconhecemos que os centros urbanos devem ser espaços de efetivação dos direitos humanos, assegurando dignidade econômica, social e cultural.

Diante da chamada "inflação do patrimônio", em que estudiosos das ciências sociais têm problematizado os usos do passado e do patrimônio (Lacarrieu, 1999), torna-se necessário analisar os processos de patrimonialização a partir de um recorte sociopolítico que contemple a diversidade da sociedade brasileira. Tal perspectiva dialoga diretamente com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que estabelece: *"*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira***"* (Brasil 1988, art. 216, grifo nosso). Uma análise preliminar da natureza dos bens já reconhecidos e

[1] Trata-se de uma convenção internacional voltada à proteção dos direitos dos povos indígenas e tribais, cuja aplicação também tem sido estendida às comunidades tradicionais em diversos contextos jurídicos. Adotada em 1989, sua incorporação ao ordenamento brasileiro ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002, aprovado em 20 de junho de 2002.

protegidos, sobretudo os materiais, amparados pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, revela, contudo, a predominância da representação de um mesmo grupo social, em detrimento da pluralidade de experiências que compõem o país. Ou seja, na atualidade pode até existir uma inflação de bens reconhecidos como patrimônios, porém concentrados entre grupos privilegiados.

Vale destacar que, na perspectiva aqui adotada, compreender o patrimônio cultural como direito significa romper com a ideia de um mero fetiche simbólico e afirmá-lo como um campo de disputa política pela permanência, pelo território e pelo reconhecimento das memórias silenciadas e por vezes apagadas. Esse entendimento ecoa também em arenas internacionais. A meta 11.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável[2] (ODS), estabelecida pela ONU, propõe "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo", integrando-o à construção de cidades sustentáveis. Para tanto, a preservação deve ser concebida de forma colaborativa, envolvendo diferentes agentes e orientando-se pelo tripé da sustentabilidade social, econômico e ambiental, reconhecendo igualmente o patrimônio material e o imaterial.

Patrimônio Cultural como invenção

O debate sobre a "colonialidade do patrimônio" busca compreender como a lógica colonial se reproduz nas estruturas de poder que definem o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural. Essa perspectiva questiona a ideia de que o patrimônio é neutro ou objetivo, ressaltando que ele é socialmente construído e representa relações de poder.

Nesse contexto, a memória social configura-se como um campo de disputa, e o patrimônio, enquanto sua expressão material e simbólica, também se torna objeto de negociação. Sua definição e preservação estão sujeitas a interesses políticos, econômicos e sociais, revelando que aquilo que é considerado digno de preservação é, muitas vezes, resultado de processos de exclusão e hierarquização cultural.

> A noção corrente, que entende o patrimônio como uma herança que nos foi legada pelo passado, tem sido contraditada por autores, a exemplo de Dominique Poulot (2009), que afirmam ser o patrimônio uma construção edificada num momento histórico que precisa ser analisado, pois a emergência do patrimônio, ou sua instituição, só pode ser compreendida no respectivo contexto cultural, político e ideológico. A "invenção" patrimonial se inscreve em um campo político em que memórias são disputadas, a depender dos projetos políticos em pauta, num processo que necessita ser pensado, para que a própria noção de patrimônio possa então ser desnaturalizada (Guillen 2014, 638).

[2] Os ODS constituem um conjunto de 17 objetivos e 169 metas que integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Formulados em 2015, após negociações envolvendo 193 Estados-membros, estabelecem diretrizes globais para a erradicação da pobreza, a proteção ambiental e a promoção da paz e do bem-estar até 2030.

A tradição preservacionista brasileira historicamente privilegiou bens associados à monumentalidade arquitetônica, relegando a um plano secundário práticas culturais, territórios comunitários e memórias subalternizadas. A crítica decolonial busca desnaturalizar essa lógica, compreendendo o patrimônio como invenção social e como campo de disputa simbólica. Nesse horizonte, ganham destaque categorias alternativas, como patrimônios dolorosos, sensíveis e periféricos, que tensionam a noção de herança cultural homogênea e evidenciam a urgência de incluir narrativas plurais nos processos de preservação.

É nesse sentido que Ulpiano Meneses adverte: "Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?" (2012, p. 33). A reflexão do autor ressalta a centralidade de identificar os sujeitos e instituições que conferem sentido e legitimidade ao patrimônio, uma vez que, nos processos de preservação, são justamente essas atribuições que definem quais memórias serão reconhecidas e quais permanecerão silenciadas. As contranarrativas, nesse contexto, surgem para desestabilizar noções já consolidadas de valor patrimonial e reivindicar a identificação e o reconhecimento de outros bens como referências culturais legítimas, que demandam preservação.

Lógicas coloniais no campo da preservação e da valorização do patrimônio cultural

No campo do patrimônio cultural, ainda prevalecem lógicas coloniais que determinam quais bens devem ser reconhecidos, quais valores são considerados legítimos e quais metodologias orientam a preservação. A colonialidade se manifesta em diferentes dimensões:

- Definição do que é patrimônio: marcada por critérios eurocêntricos, como a exigência de "singularidade arquitetônica", que invisibiliza outras formas de expressão cultural;
- Definição de como preservar: com métodos que nem sempre dialogam com os modos de fazer e de transmitir conhecimento das comunidades;
- Narrativas da patrimonialização: construídas a partir de perspectivas dominantes, reforçando silenciamentos e apagamentos;
- Participação social: muitas vezes limitada, restrita a consultas protocolares, sem que os detentores dos bens tenham poder decisório real.

Essas lógicas coloniais também atravessam a formação acadêmica, cujo currículo tradicionalmente eurocentrado não apenas ensina modelos de conservação, mas constrói o próprio "gosto estético" a partir do qual se reconhece – ou não – o que é patrimônio. Isso implica questionar: por que uma manifestação religiosa em uma comunidade quilombola é frequentemente reduzida a "lenda", enquanto em um contexto católico é legitimada como "tradição"? Por que os

produtos acadêmicos são entendidos como conhecimento, enquanto os produzidos em comunidades tradicionais são classificados como “saberes”?

Superar essas lógicas exige repensar o patrimônio a partir de perspectivas anticoloniais e contracoloniais, como defende Nego Bispo (Santos, 2023), construindo processos baseados em três pilares: a horizontalidade do conhecimento, reconhecendo diferentes formas de saber sem hierarquias; a revisão dos teóricos e dos conceitos, sobretudo ampliando referenciais além do cânone eurocêntrico e a escuta ativa, entendida não como concessão de voz, mas como exercício de ouvir e agir a partir do que é dito.

Neste sentido, é importante pontuar que a inserção de mestres e mestras da cultura na produção de conhecimento desloca-os do lugar de objeto de estudo para o de sujeitos que produzem conhecimento. Como lembra Paulo Freire, na célebre obra Pedagogia do Oprimido (1987), quando afirma que o aprendizado deve ser dialógico e horizontal, reconhecendo que não há quem saiba mais ou menos, mas saberes diferentes construídos a partir do diálogo. Reconhecer essa pluralidade é condição para que a preservação deixe de reproduzir a colonialidade e se torne efetivamente um campo de justiça histórica, de afirmação da diversidade cultural e de luta pelo direito à memória.

O processo de tombamento do Sítio Histórico e Arqueológico da Cruz das Almas

Como estudo de caso, analisamos o processo de tombamento estadual do Sítio Histórico e Arqueológico da Cruz das Almas (Fundarpe, 2025), localizado na comunidade quilombola de Castainho, em Garanhuns (PE). O pedido de tombamento foi formalizado pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC), identificado como Processo Secult nº 10/2020, que nomeou o bem como Capela Cruz das Almas.

O encaminhamento do pedido foi reforçado por dois ofícios anexados: um do Instituto Histórico, Geográfico e Cultural de Garanhuns e outro da Academia de Letras de Garanhuns, instituições representativas da elite intelectual local. Ainda que o processo reconheça a origem quilombola do bem, chama atenção o fato de que nenhum documento comprova a participação direta da comunidade na formulação ou legitimação do pedido.

Essa ausência evidencia uma contradição recorrente no campo da preservação, o reconhecimento oficial de bens ligados a comunidades tradicionais sem a realização da consulta prévia, livre e informada, princípio assegurado pela já mencionada Convenção nº 169 da OIT. Tal prática revela como as lógicas coloniais ainda permeiam os processos de patrimonialização, quando

vozes externas se sobrepõem às daquelas que vivenciam e atribuem significados ao patrimônio em questão.

O município de Garanhuns localiza-se a aproximadamente 230 km de Recife, no agreste meridional de Pernambuco. Em sua zona rural está situada a comunidade de Castainho, reconhecida como remanescente de quilombo do século XVIII. Atualmente, o município conta com seis comunidades quilombolas certificadas: Castainho, Timbó, Estivas, Tigre, Estrela e Caluete, além de outras duas já identificadas: Cabeleiras e Sapo.

Figura 1. Destaque de Garanhuns no Mapa de Pernambuco



Fonte: WIKIPÉDIA, Wellber Drayton 2010, Garanhuns. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Garanhuns.png

Com uma população quilombola estimada em 5.938 pessoas, Garanhuns figura entre os municípios com maior número de quilombolas em Pernambuco, ficando atrás apenas de Custódia (7.744) e Bom Conselho (6.473). Considerando que a população total de Garanhuns é de 142.506 habitantes, os quilombolas representam uma parcela significativa da sua composição social e cultural.

A comunidade de Castainho é formada por cerca de 350 famílias. Em 14 de julho de 2000, recebeu da União Federal o título de reconhecimento de domínio coletivo de seu território, registrado em cartório em 6 de março de 2001, abrangendo uma área de 183 hectares. Posteriormente, em 2013, essa área foi reconhecida como de interesse social pelo governo federal, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esse reconhecimento territorial reforça a importância histórica e cultural de Castainho, não apenas como herdeira de uma luta ancestral contra a escravidão e o racismo estrutural, mas também como protagonista contemporânea na defesa do direito à terra, à memória e à preservação de seus modos de vida.

O processo de tombamento estadual do Sítio Histórico e Arqueológico da Cruz das Almas (Fundarpe 2025), foi conduzido a partir de uma legislação robusta e de metodologias participativas,

assegurando maior simetria no tratamento do bem e protagonismo à comunidade detentora. O exame técnico que fundamentou o processo foi elaborado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), sendo posteriormente encaminhado ao CEPPC para os trâmites finais.

Figura 2. Edificação da Cruz das Almas



Fonte: Eduardo Cunha 2024.

No âmbito federal, destacam-se o Decreto-Lei nº 25/1937, que institui o regime de tombamento do patrimônio histórico no Brasil, e a Lei nº 3.924/1961, responsável pela proteção e cadastro dos sítios arqueológicos. Esses dispositivos se articulam com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que reconhecem o direito de todos à cultura e a responsabilidade do Estado na proteção e valorização do patrimônio cultural.

No plano estadual, o exame técnico considerou o Decreto nº 6.239/1980 e a Lei nº 7.970/1979, que regulamentam os procedimentos de tombamento em Pernambuco, bem como a Lei nº 14.852/2012, que trata especificamente da preservação de bens culturais de matriz africana no estado. Mais recentemente, a Lei nº 18.202/2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial de Pernambuco, reforça o compromisso com a valorização das heranças afrodescendentes e quilombolas.

No campo internacional, a Convenção nº 169 da OIT estabelece o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas e comunidades tradicionais em todas as decisões que afetem seus territórios e bens culturais. Esse princípio tem sido cada vez mais incorporado às práticas

patrimoniais, orientando ações que buscam corrigir assimetrias históricas nos processos de reconhecimento oficial.

Além desses dispositivos, foram também consideradas normativas mais recentes, como a Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº 135/2023, que regulamenta o tombamento de documentos e sítios vinculados a comunidades quilombolas, e a recomendação da Ordem dos Advogados de Pernambuco (OAB/PE) 2023, que defende a participação efetiva das comunidades tradicionais nos processos de patrimonialização.

Dessa forma, o exame técnico não apenas se fundamenta em um arcabouço jurídico sólido, mas também aponta para uma prática preservacionista orientada pela justiça histórica, pela reparação simbólica e pela centralidade da comunidade na gestão de seu patrimônio. Para além disso, o documento foi conduzido em diálogo direto com a comunidade de Castainho, de forma participativa, respeitando os saberes locais e os princípios da oralidade e da escuta ativa, conforme estabelece a já mencionada Portaria nº 135/2023. Esse procedimento reconheceu como referências teóricas e intelectuais tanto as lideranças comunitárias, a exemplo de José Carlos Lopes, presidente da Associação dos Moradores de Castainho, e da Mestra Zeza do Coco, guardiã da tradição oral e da memória afetiva do território, quanto de pensadores quilombolas de alcance nacional, com destaque para Nego Bispo e sua obra *A terra dá, a terra quer* (Santos, 2023), tomada como central no processo reflexivo.

Entre as ações participativas realizadas, destacam-se: *Oficina de conservação preventiva do sítio*, voltada para a transmissão de técnicas e o fortalecimento da autonomia comunitária na proteção do bem; *Escutas comunitárias e registros de memória oral*, assegurando que as narrativas locais orientassem a interpretação do patrimônio; *Elaboração de mapas afetivos do território*, revelando a dimensão simbólica e identitária dos espaços; *Observação das práticas educativas*, nas quais crianças, jovens, adultos e idosos foram reconhecidos como sujeitos ativos na preservação e transmissão da memória territorial. E o *Replantio da Flor de Açucena no Cemitério Quilombola*, a flor era responsável por sinalizar as covas do cemitério.

Figura 3. Crianças que participaram das oficinas



Figura 4. Oficina de Conservação Preventiva



Figura 5. José Carlos Lopes, participando da oficina de Conservação Preventiva



Figura 6. Registro da escuta de Dona Marinete, umas das lideranças de Castainho



Fotos: Acervo da Fundarpe 2023.

Esses instrumentos metodológicos permitiram que a própria comunidade articulasse seu conhecimento sobre a Cruz das Almas e redefinisse a compreensão oficial sobre o bem. O processo revelou, por exemplo, que não se tratava de uma capela (como constava no pedido inicial), mas sim de uma casa de oração vinculada a um antigo cemitério quilombola, espaço sagrado central para os rituais e práticas de penitência. Essa reinterpretação, construída a partir da escuta da comunidade, alterou significativamente a forma como o bem foi reconhecido pelo órgão de preservação, orientando novas diretrizes que respeitam sua função espiritual, histórica e social.

O exame mobilizou conceitos fundamentais para a compreensão do patrimônio quilombola, articulando dimensões culturais, históricas e simbólicas próprias da comunidade. O conceito de

aquilombamento, proposto por Abdias Nascimento (2002), foi central para entender o quilombo não apenas como um espaço físico, mas como um espaço de reunião fraterna, solidariedade e comunhão existencial. Essa perspectiva abrange também as dimensões religiosas, incluindo práticas do Afrocatolicismo (Thornton 2004), que estruturam rituais e experiências comunitárias.

O dispositivo metodológico da Espiral do Tempo (Arcenio e Azevedo 2021) permitiu representar o passado, o presente e o futuro de forma circular, refletindo a cosmologia própria da comunidade e a maneira como esta organiza e narra sua história. Essa abordagem rompe com a linearidade temporal tradicional, valorizando a continuidade das memórias e experiências vividas.

Além disso, foram incorporadas referências da Comissão Pastoral da Terra, que enfatizam a valorização da história de luta pelo território, por meio da documentação produzida pelos próprios membros da comunidade (CPT, 2013). Tal abordagem reforça a centralidade do conhecimento local e o protagonismo da comunidade na preservação de seu patrimônio, reconhecendo-o como ativo social, cultural e político. Dessa forma, o exame técnico integrou saberes acadêmicos e comunitários, criando uma leitura do patrimônio quilombola que respeita sua dimensão simbólica, histórica e territorial.

A cosmologia e a narrativa histórica da comunidade de Castainho

A cosmologia do território de Castainho é marcada por elementos e figuras centrais que estruturam sua compreensão do mundo e orientam as práticas culturais: a Serpente, o Fogo Corredor, o Carro de Boi e as Almas. Esses símbolos não são apenas elementos de tradição, mas atuam como referências estruturantes da memória coletiva, da organização social e das práticas espirituais da comunidade.

A partir do trabalho de participação social e da metodologia baseada na circularidade do tempo proposta por Nego Bispo – "*começo, meio e começo*" (Santos 2023) – o histórico da comunidade foi apresentado em três momentos, articulando passado, presente e futuro:

1° O Começo – A Origem de Castainho: A narrativa de origem da comunidade refuta a versão oficial que busca referir Garanhuns como "a Suíça pernambucana", reinterpretando o território a partir de contranarrativas quilombolas. Segundo a comunidade, o espaço foi ocupado por migrantes vindos do Quilombo dos Palmares, seguindo o curso do Rio Mundaú. Essa perspectiva se sustenta geograficamente pelo percurso do rio e pela formação geológica da região, ao mesmo tempo que enfrenta uma negação histórica e racista que tenta reduzir a narrativa quilombola a uma lenda.

Figura 7. Distância entre Garanhuns e União dos Palmares.



Observa-se a bacia hidrográfica do Rio Mundaú.

Fonte: Wikipédia, Frag15, Rio Mundaú entre Alagoas e Pernambuco 2016. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Munda%C3%BA_%28Alagoas%29

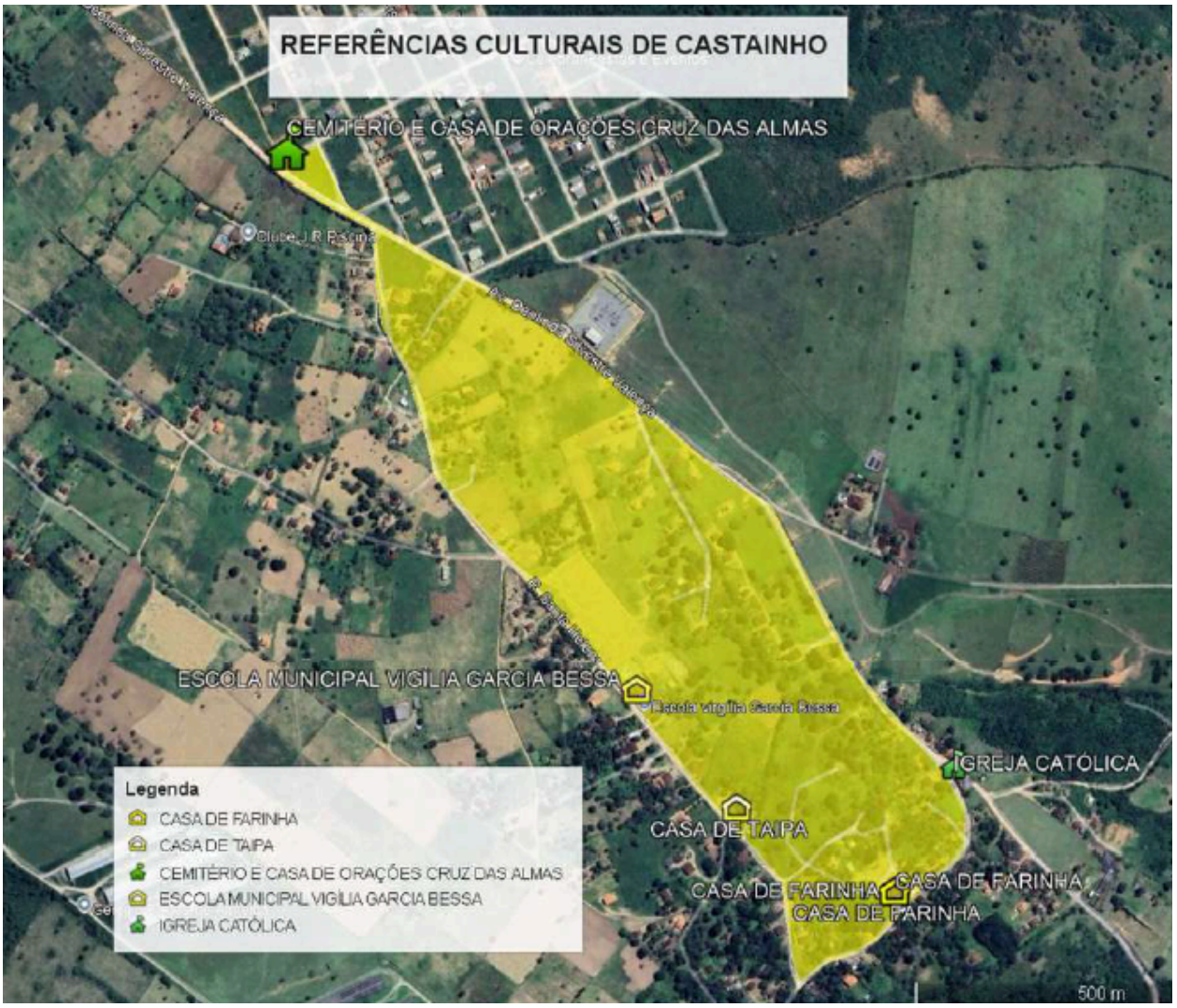
2° O Meio – Referências culturais e identidade: O segundo momento evidencia as referências culturais que estruturam a identidade do Castainho, reforçando a circularidade entre passado, presente e futuro. Nesse contexto, a Cruz das Almas emerge como elemento de centralidade simbólica e territorial, composta pela casa de oração, pelo cruzeiro e pelo antigo cemitério, consolidando-se como território sagrado. Nas palavras de Cícero Piaba (2024), "A Cruz das Almas é um símbolo dos meus avôs, de todo mundo, né? É uma lembrança que a gente tem dos parentes da gente, a gente sabe que os pais da gente não foram enterrados lá, mas foram os avôs, os bisavôs ... tudo foi lá. É um cemitério!". Essa centralidade se manifesta não apenas nas práticas espirituais, mas também no cotidiano da comunidade, integrando memória, identidade e territorialidade em uma experiência contínua e vivida.

Figura 8. Área interna da Casa de Oração Cruz das Almas



Fonte: Fundarpe 2023.

Figura 9. Edificações que são Referências Culturais do Território Quilombola



Fonte: Edificações no polígono: Casa de Farinha; Casa de Taipa; Igreja Católica e Casa de Orações e Cemitério da Cruz das Almas. Fonte: Fundarpe 2024.

3° O Começo – História de luta e resistência: O terceiro momento retoma o ciclo inicial para apresentar a história contemporânea de resistência da comunidade, destacando a luta pela permanência no território frente à especulação imobiliária. Castainho tornou-se referência nacional por suas estratégias de proteção do território, especialmente considerando que a Cruz das Almas ficou fora da demarcação oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A proteção patrimonial do sítio não apenas reconhece seu valor histórico e cultural, mas fortalece a luta por direitos territoriais, memória e identidade, consolidando a autonomia da comunidade na gestão de seu patrimônio.

Figura 10. Dia da retomada das terras pela comunidade, maio de 2004



Fonte: Comissão Pastoral da Terra 2013.

Assim, a narrativa de Castainho, articulando elementos simbólicos, históricos e territoriais, evidencia como memória, espiritualidade e resistência se entrelaçam, reforçando que a patrimonialização deve ser entendida não apenas como proteção física, mas como reconhecimento da agência da comunidade, de sua cosmologia e de sua contínua luta por permanência e visibilidade.

O parecer do exame técnico concluiu que a Cruz das Almas é patrimônio indiscutível da comunidade quilombola de Castainho, com forte conteúdo simbólico que reforça a identidade e resistência do grupo. No entanto, o bem não estava incluído na demarcação oficial das terras pelo INCRA, evidenciando a necessidade de reconhecer sua territorialidade como parte integrante do patrimônio quilombola.

> De acordo com a Lei Estadual N° 14.852/2012, que regulamenta o tombamento e o registro do Patrimônio Cultural de Origem Africana em Pernambuco, e com base na Portaria Federal N° 375/2018, que reconhece a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural, consideramos a Cruz das Almas, a Casa de Oração e antigo cemitério quilombola como um marco da identidade e da memória dos quilombos de Pernambuco. A edificação, com seu uso ritualístico e religioso, possui valores históricos, paisagísticos, arqueológicos e culturais intrinsecamente ligados às formas de expressão e ao modo de fazer e viver emaranhados nas referências culturais da Comunidade Quilombola do Castainho. (Fundarpe 2025).

Entre as principais recomendações resultantes do exame técnico, destacam-se:

- Criação de um Plano de Gestão participativo, elaborado em parceria com a comunidade, assegurando o protagonismo local na definição de diretrizes;

- Elaboração de um Inventário Participativo das Referências Culturais de Castainho, de modo a registrar e valorizar práticas, memórias e bens associados ao território;
- Inclusão da gestão compartilhada do bem no Plano Diretor Municipal, garantindo respaldo legal e integração às políticas urbanas;
- Preservação da ambiência e da visibilidade do sítio, reconhecendo a paisagem como parte indissociável de sua significação cultural;
- Reconhecimento e proteção contra intervenções externas, prevenindo impactos que possam descaracterizar ou fragilizar o espaço sagrado;
- Garantia de que toda extroversão do patrimônio, seja por meio do turismo ou de ações culturais, seja conduzida sob a liderança da própria comunidade.

O exame técnico do tombamento da Cruz das Almas (Fundarpe 2025) evidencia que, quando fundamentado na participação social e no reconhecimento dos saberes locais, o processo de patrimonialização ultrapassa o caráter meramente normativo. Ele se converte em um instrumento de justiça histórica e de fortalecimento da identidade quilombola, articulando memória, território e direitos culturais de maneira concreta, viva e transformadora.

Considerações Finais

A compreensão de referências culturais diversas como construtoras de valores patrimoniais amplia o olhar para além da monumentalidade e da herança arquitetônica, historicamente privilegiadas. Nesse sentido, a desnaturalização do patrimônio cultural implica confrontar a lógica de um pseudo-patrimônio "universal", que se apresenta como representativo de todos, mas que, na prática, reproduz filtros excludentes e a supremacia de matrizes coloniais.

O patrimônio deve ser entendido como um campo de disputa, onde se decide quais memórias terão lugar no presente e no futuro, e quais permanecerão invisibilizadas ou silenciadas. Uma abordagem decolonial reconhece essa dimensão política e propõe a construção de novas narrativas, capazes de fortalecer comunidades historicamente marginalizadas e de afirmar memórias plurais.

Diante desse quadro, torna-se indispensável perguntar: qual é o nosso compromisso, enquanto profissionais do patrimônio cultural, com as múltiplas formas de existir? Esse compromisso implica:

- Reconhecer a patrimonialização como ação sociopolítica e instrumento político;

- Questionar quais memórias, práticas e experiências são legitimadas e quais permanecem excluídas;
- Orientar narrativas futuras em direção a perspectivas engajadas, emancipatórias e reparatórias;
- Garantir o direito à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, a partir do conhecimento e da aplicação da legislação vigente;
- Assumir uma postura de aprendizado contínuo e de valorização dos saberes plurais, respeitando a centralidade das comunidades em seus próprios processos de preservação da memória.

O caso da Cruz das Almas, em Castainho, evidencia que a patrimonialização pode ser um caminho de emancipação quando construída de forma participativa e fundamentada na valorização dos saberes locais. Nesse processo, memória e território se entrelaçam, e a preservação deixa de ser uma prática impositiva para se tornar exercício de reconhecimento e justiça.

Assim, permanece o desafio ético e político: em nome de quem falamos quando falamos de patrimônio? Tomar o patrimônio como instrumento de transformação social exige um compromisso com a diversidade, com a justiça histórica e com a construção de futuros mais equitativos e plurais.

Referências Bibliográficas

Comissão Pastoral da Terra. 2013. *Castainho: contando sua história*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Disponível em: https://www.cptne2.org.br/images/cartilhas/castainho_contando_a_historia.pdf

Freire, Paulo. 1987. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundarpe. 2025. *Exame técnico para o tombamento do Sítio Histórico da Cruz das Almas da Comunidade de Castainho*. Processo Administrativo Secult n° 010/2020.

Guillen, Isabel Cristina Martins. "Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador." *Diálogos (Maringá, Online)* 18, no. 2 (2014): 637–60. Disponível em: https://doceru.com/doc/xn0c8e0e.

Lacarrieu, Monique. "Os dilemas sociais do patrimônio e as identidades: usos, ‘inflação’ ou ‘hiperinflação’ de história?" *História Oral* 2 (1999): 135–51.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma re-visão de premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Anais Volume 1 Brasília, DF, Iphan.

(2012): 25-39. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf

Nascimento, Abdias. 2002. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 2ª ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor.

Santos, Antônio Bispo dos. 2023. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8748486/mod_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf.

Thornton, John. 2004. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400–1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Amparo Legal

Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal.

Brasil. 2004. Organização Internacional do Trabalho. *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra, 1989. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Brasil. 2018. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018*. Estabelece procedimentos para o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília: IPHAN.

Brasil. 2023. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria nº 135, de 20 de novembro de 2023*. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para proteção do patrimônio cultural. Brasília: IPHAN.

OAB/PE. 2023. Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco. *Requerimento da Comissão Especial sobre a Verdade da Escravidão Negra e Indígena*. Recife.

ONU. 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ONU. 2015. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Pernambuco. 1979. *Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979*. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado. Recife.

Pernambuco. 2012. *Lei nº 14.852, de 29 de novembro de 2012*. Estabelece instrumentos de proteção ao patrimônio cultural afro-brasileiro. Recife.

Pernambuco. 2023. *Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco. Recife.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50243

Entre a Imagem, o Relato e a Resistência: O conflito de Cajueiro no documentário Em Busca do Bem Viver

Between Image, Narrative and Resistance: The Cajueiro conflict in the documentary Em Busca do Bem Viver

Entre la Imagen, el Relato Y la Resistencia: El conflicto de Cajueiro en el documental Em Busca do Bem Viver

Welliton Fernando Pereira Soares [*]

[*] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA), na linha de pesquisa Memórias e Saberes históricos. Graduado em História (Licenciatura) pela UEMA. E-mail: welliton.soares@discente.ufma.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o documentário Em busca do Bem Viver (2017), do cineasta maranhense Murilo Santos, enquanto documento histórico e instrumento de denúncia do conflito socioambiental da comunidade do Cajueiro, localizada em São Luís (MA). A partir da História Oral e da História Ambiental, procura-se investigar as representações construídas pelo cineasta, com foco especial no relato de dois moradores. Dessa forma, o objetivo é compreender como as imagens e vozes acionadas na película funcionam como meios de resistência, fortalecimento das identidades locais e, sobretudo, como instrumento de denúncia contra a tentativa de instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP) no Cajueiro. Nesse sentido, argumenta-se que o documentário opera como contra imagem do discurso desenvolvimentista e dos modelos hegemônicos de "progresso", ao dar enfoque e visibilidade a vozes silenciadas e a territorialidades ameaçadas.

Palavras-chave: Cinema; Territorialidades; Resistência; Cajueiro; História Oral.

Abstract: This article aims to analyze the documentary 'In Search of Well-Being' (2017), by the Maranhão filmmaker Murilo Santos, as a historical document and a tool for denouncing the socio-environmental conflict of the Cajueiro community, located in São Luís (MA). Thus, based on Oral History and Environmental History, it seeks to investigate the representations constructed by the filmmaker, with a special focus on the account of two residents. In this way, it aims to understand how the images and voices activated in the film function as means of resistance, strengthening local identities, and, above all, as a means of denouncing the attempt to install a Private Use Terminal (TUP) in Cajueiro. In this sense, it is argued that the documentary operates as

a counter-image to the developmental discourse and the hegemonic models of 'progress,' by focusing on and giving visibility to silenced voices and threatened territorialities.

Keywords: Cinema; Territorialities; Resistance; Cashew Tree; Oral History**.**

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el documental En busca del Bien Vivir (2017), del cineasta maranense Murilo Santos, como documento histórico y herramienta de denuncia del conflicto socioambiental de la comunidad de Cajueiro, ubicada en São Luís (MA). Así, a partir de la Historia Oral y de la Historia Ambiental, se busca investigar las representaciones construidas por el cineasta, con un enfoque especial en el relato de dos habitantes. De esta manera, se pretende comprender cómo las imágenes y voces activadas en la película funcionan como medios de resistencia, fortalecimiento de las identidades locales y, sobre todo, como medio de denuncia contra la tentativa de instalación de un Terminal de Uso Privado (TUP) en Cajueiro. En este sentido, se argumenta que el documental opera como una contra-imagen del discurso desarrollista y de los modelos hegemónicos de 'progreso', al dar enfoque y visibilidad a voces silenciadas y a territorialidades amenazadas.

Palabras clave: Cine; Territorialidades; Resistencia; Cajueiro; Historia Oral**.**

Considerações iniciais

Criado no final do século XIX, o cinema, atualmente, comporta o fascínio de milhares de pessoas, seja como entretenimento, bem cultural ou documento. Elaborado no bojo de um conjunto de invenções daquela centúria, o cinematógrafo dos irmãos Lumiére revolucionou as relações entre o real e o fictício. Mesmo tendo sido criado há anos, os filmes foram por longos períodos negligenciados pelos historiadores, isto é, foi negada a condição de fonte histórica.

Somente no contexto da abertura histórica iniciada pelos *Annales*, em 1929, que os filmes alcançaram o status de documento histórico. A partir dos trabalhos pioneiros de Marc Ferro, em 1974, e do seu questionamento "Seria o filme uma contra análise da sociedade?", que as produções fílmicas galgaram a posição de fonte de pesquisa. Neste questionamento, o historiador em tela chamou a atenção para as potencialidades do emprego do cinema enquanto documento profícuo para entender outras realidades e outros sujeitos, que, por muitos anos, foram esquecidos pelas fontes oficiais, escritas e institucionais, de forma que "o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é história" (Ferro 1995, 203).

As produções fílmicas, pois, podem ser, sim, uma contra análise da sociedade. Nesse sentido, o presente texto adota como fonte o documentário Em Busca do Bem Viver[1] (2017), roteirizado e dirigido pelo cineasta maranhense Murilo Santos. Para tanto, em meio às diferentes disputas representadas na produção, adotar-se-á como foco de análise o caso da Comunidade do Cajueiro, localizada em São Luís-MA. O conflito ambiental em questão foi pensado a partir dos contributos teóricos da História Ambiental, sobretudo dos diferentes usos do território (Santos e Silveira 2001) e da metodologia da História Oral.

É oportuno pontuar que a tipificação do caso do Cajueiro como conflito ambiental é fruto de escolhas teóricas alinhadas com os contributos de Acselrad (2004). Ele, ao discorrer sobre essas disputas, explica que um conflito ambiental se materializa nos casos em que estão envolvidos grupos sociais com modos diferentes de apropriação, usos e significações sobre um mesmo território. Nesse sentido, o conflito é gestado quando pelo menos um desses grupos têm as formas de sobrevivência ameaçadas, decorrentes de ações e práticas de outro(s) grupo(s). No caso do cajueiro, por exemplo, é possível notar que os donos do porto privado (o grupo externo), ameaçam as sociabilidades internas da comunidade.

Sendo assim, o documentário de Murilo Santos é lido como contra imagem do discurso desenvolvimentista, ao articular oralidade, memória e imagem que denunciam e dão visibilidade a sujeitos historicamente silenciados: os homens e mulheres do campo, indígenas, ribeirinhos, praieiros, quilombolas, etc. A obra cinematográfica é compreendida a partir da trajetória histórica do cineasta, vinculada à educação popular, ao cinema engajado, a produções fílmicas como meios de resistência e como instrumento de denúncia social.

Ao longo do seu percurso dentro da cinematografia, o diretor tem priorizado obras[2] que abordam conflitos ambientais, migrações, disputas por terra, experiências de resistência, mobilização, organização, dentre outras. Assim, as películas do diretor se aproximam do cinema

[1] O documentário realiza um mapeamento das principais formas de conflitos por terra e socioambientais no Maranhão Contemporâneo, à época da posse do governador Flávio Dino, 2015. Sob as lentes do diretor, são expostos conflitos, mobilizações, atos de resistência de homens e mulheres do campo e das cidades, em face do direito de permanecer em suas terras e, sobretudo, na luta pelo direito de existir. Ao longo da produção, Murilo Santos explora elementos da cultura visual que destacam as novas facetas das disputas pela terra e pelos recursos ambientais na atualidade. Trata-se de uma produção financiada e encomendada por entidades ligadas à defesa e democratização do acesso à terra, sendo elas: Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MA), Cáritas-MA, Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA), Pastoral da Criança do Maranhão, Comunidades Eclesiais de Base do Maranhão (CEBs-MA) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

[2] Além deste documentário, Murilo Santos também assina: Bandeiras Verdes (1998), Quem Matou Elias Zi? (1986), A peleja do povo contra o dragão de ferro (2014), As quebradeiras de Dom Pedro (2016), O massacre de Alto Alegre (2005) e Terras de Quilombo (2005).

engajado maranhense (Oliveira 2015; Frazão 2018), ao destacar os abusos políticos de usos das territorialidades, as mazelas sociais e as injustiças contra a posse de terra no contexto do estado.

Para tanto, o problema de investigação que orienta as reflexões deste texto é: em que medida o documentário Em Busca do Bem Viver pode ser lido enquanto uma representação da resistência da comunidade do Cajueiro diante da tentativa de instalação de um porto privado em seu território? Além disso, procura-se entender como a película pode ser compreendida enquanto uma contra imagem do discurso desenvolvimentista ao articular memória, oralidade e territorialidade da luta do Cajueiro.

O presente texto está organizado em duas seções, além desta introdução. No primeiro momento, apresentar-se-á o conflito do Cajueiro, destacando o histórico da disputa, os movimentos de resistência e mobilização da comunidade em meio à tentativa de instalação de um porto privado na região. Na seção seguinte, empreende-se um esforço teórico-metodológico de análise dos relatos de dois moradores do Cajueiro representados no documentário. Para tal, a base de análise serão os contributos da História Oral, em autores como Portelli (2010) e Alberti (2004). Além disso, com vistas a subsidiar o debate, apresento neste momento questões relativas à cultura visual, especificamente, as representações feitas pelo diretor sobre esses sujeitos e o território.

Comunidade do Cajueiro e a resistência: entre o "desenvolvimento" e o tradicional

A ilha de Upaon-açu[3], segundo Lima Neto (2021) foi se constituindo ao longo dos anos, como região de intenso e profícua área de expansão portuária, sobretudo em decorrência de sua posição geográfica estratégica próxima dos principais centros comerciais da Europa, Ásia e EUA. Assim, a região passou a ser cobiçada enquanto espaço privilegiado para a instalação de empreendimentos portuários, sobretudo pela rica presença de recursos naturais e pela existência de uma malha ferroviária densa, a exemplo da ferrovia Norte-Nordeste. Esse fator *sui generis* colocou a ilha como a joia da coroa do estado. Assim, como apontam Moreira, Castro e Sousa dos Santos (2018), a "necessidade" de escoar vem sempre interligada com a "necessidade" de pilhar e usar o território, acarretando na exploração das regiões cobiçadas.

Esse contexto de inserção da cidade nas ve(i)as abertas do desenvolvimentismo têm como consequência a ampliação da "[..] demanda por territórios tradicionalmente ocupados por povos e grupos sociais locais, ampliando também os conflitos em torno de territórios e ambientes" (Sant'Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin 2018, 10). Para compreender o conflito do Cajueiro é

[3] Composta por quatro municípios, sendo eles: São Luís, capital do estado do Maranhão, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

notório, diante do exposto, perceber como os discursos de "desenvolvimento" e "progresso" moldam o *lobby* político e empresarial sobre as terras tradicionalmente ocupadas. A esse respeito, Nobre, Oliveira e Sbrana (2018, 188) são enfáticos ao explicar que:

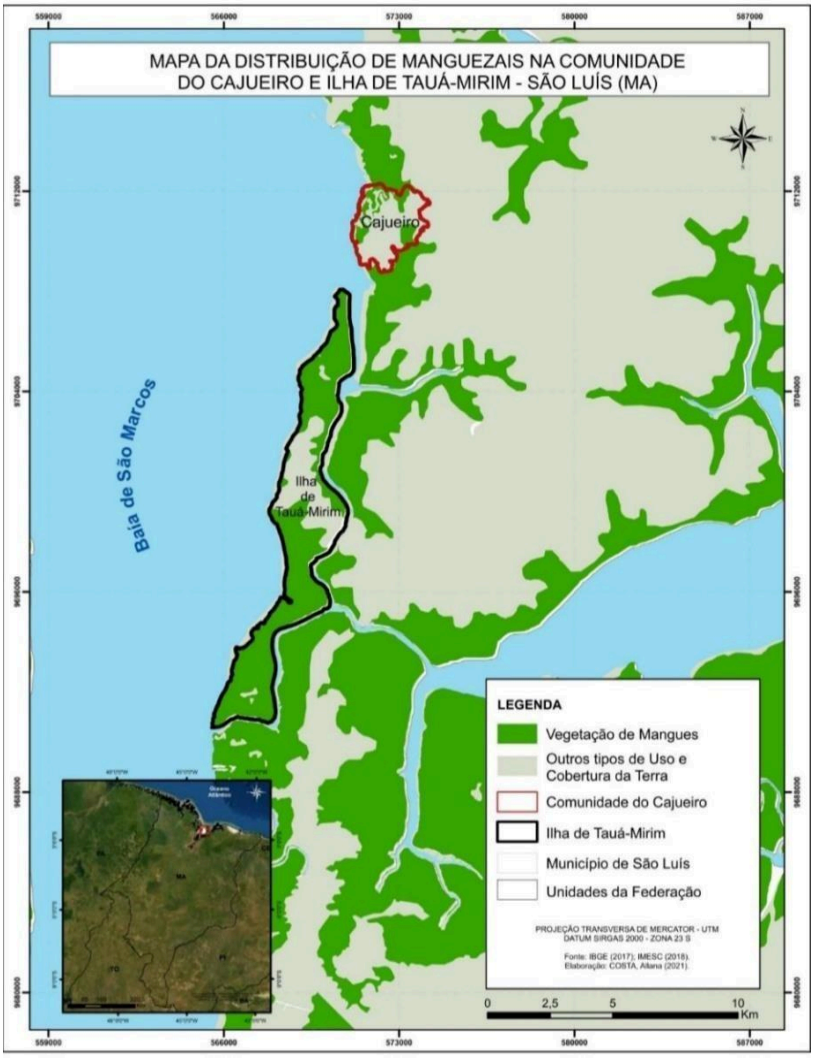
> [...] entender o desenvolvimento enquanto componente do imaginário contemporâneo que condiciona ações concretas é buscar compreender sua utilização como discurso de poder na realidade maranhense sobretudo, a ludovicense, legitimando ações governamentais e empresariais em detrimento da continuidade de modos de vida tradicionais (Nobre, Oliveira e Sbrana 2018, 188).

Além disso, buscando interligar o estado ao cenário do capital nacional e internacional, os governos federal, estadual e municipal empreenderam esforços de interligar a ilha ao mercado internacional. Não mediram esforços para atrair investimentos e não raramente às custas de violação de Direitos Humanos de comunidades que ocupam as áreas cobiçadas. Sendo assim, é importante destacar que "não se tratam de injustiças só de natureza socioeconómica, mas também 'epistêmica', no sentido em que negam o reconhecimento de formas 'alternativas' de construir a própria relação com o mundo que não sejam definidas apenas em termos de propriedade e utilidade econômica" (Santos 2007 *apud* Silva 2020, 29).

Em meio às negativas de reconhecimento de formas alternativas de vida, a comunidade tradicional de Cajueiro, localizada na zona Rural II de São Luís, conhece exatamente o que significa estar em fogo cruzado com grandes projetos portuários. Composta por famílias de agricultores, pescadores e extrativistas, os moradores do Cajueiro vivem da pesca, da pequena produção, da comercialização de alimentos, sobrevivem, pois, dos recursos que o meio ambiente oferece. Nesse sentido, no caso do Cajueiro, as relações assimétricas de poder (Reis 2022), mediados pelos distintos interesses de sujeitos de posições diferentes, conformam a disputa pelo território e pelas territorialidades.

Com uma área total de 610 ha, Cajueiro está inserida na rota de colisão com a possibilidade de instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP) às margens da comunidade.

Figura 01. Localização da comunidade de Cajueiro



Fonte: Lima Neto 2021, 99.

Na imagem, é possível perceber que a região engloba uma vasta extensão de manguezais e de frente para o litoral, sendo estes fatores que conformam a composição da comunidade enquanto marcadamente de pescadores e pequenos agricultores. A respeito do povoamento do Cajueiro, Arcangeli (2018), utilizando como fonte entrevistas dos moradores mais antigos da comunidade, sinaliza para o ano de 1937, como início da instalação dos primeiros moradores na região. Segundo o pesquisador, Dona Aiá, foi uma das precursoras do local, chegou à região na data supracitada aos 10 anos de idade.

Ao entrevistá-la Arcangeli (2018) vai tecendo a reconstrução do povoamento de Cajueiro, que teria iniciado também com o pai da narradora, Boaventura Paulo Araújo, considerado como

o primeiro morador da comunidade, que teria recebido as terras de Joaquim Maia, o guardador da região, que as entregou e depois teria desaparecido da localidade. Nesse sentido, adotando como marco a chegada desses primeiros moradores, a ocupação de Cajueiro remonta à primeira metade do século XX. Contudo, ao considerar a existência e ocupação do Terreiro do Egito, parte do Morro do Egito e que compõe o território do Cajueiro, Pedro (2017) sinaliza para uma ocupação bem mais antiga, considerando que no terreiro, há a presença humana, de, no mínimo, o início do século XIX.

Ao adotar somente os marcos institucionais de posse de terras, é possível delimitar a formalização da ocupação ao de 1996, quando, segundo Pedro (2017), a então governadora Roseana Sarney, em meio a campanha para reeleição no governo do Estado, prometeu a concessão de um título de propriedade condominial às famílias das glebas de Tibiri-Pedrinhas e Itaqui-Bacanga (bairros de São Luís), que corresponde a região do Cajueiro. Dois anos depois, em 1998, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) entregou o título às famílias das citadas glebas, sendo o assentamento rural do Cajueiro formalizado em 2001 e registrado no 2º Cartório de Registros Imóveis de São Luís.

Essa rápida contextualização do povoamento do Cajueiro, revela-nos que o processo de ocupação e construção das territorialidades da região são seculares. Contudo, mesmo diante da presença da comunidade há séculos, a localidade enfrentou os interesses do capital internacional e nacional, personificado na forma de grandes projetos "desenvolvimentistas", tendo em vista que não região do Cajueiro existe a intenção e o projeto de instalação de um Terminal de Uso Privado.

Nesse sentido, como apontam Sant'Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin (2018, 10) "o conflito entre agentes da expansão capitalista, estatais ou privados, e povos e grupos sociais locais, tem sido uma marca permanente da implantação de projetos de desenvolvimento em toda a América Latina" (Sant'Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin 2018, 10). Sendo assim, o projeto do porto em Cajueiro é lido para além de um embate por território físico, mas, ao fim e ao cabo, enquanto disputa por pertencimento, identificação e ancestralidade com o espaço.

Ao analisar a ocupação histórica do Cajueiro, o estudo de Camargo e Basílio (2025) é seminal para apontar que quanto mais forte é o sentimento de pertencimento de um grupo com a região em que vive, maiores são os índices de resiliência diante das ameaças ambientais e estruturais. Esse cenário é perceptível no caso do Cajueiro, tendo em vista a presença histórica dos moradores e, consequentemente, existe um vínculo e identificação da comunidade com o território de forma substancial.

As primeiras tratativas de construção do porto, como aponta Moreira (2015), iniciaram em 18 de junho de 2013, durante o governo de Roseana Sarney, sob a direção das empresas WTorre Engenharia e Construção S/A e WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA, sendo, pois, um empreendimento inicialmente com 100% de capital nacional. No entanto, em abril de 2017, a partir de um acordo de cooperação entre a WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, ligada ao Grupo Empresarial Wtorre, foi feito um acordo com a construtora China Communications Construction Company (CCCC)[4]. A partir desse negócio, a empresa chinesa passou a ser detentora de 51% do empreendimento e, portanto, internacionalizando os investimentos e a própria atuação do porto[5].

A área onde se pretende construir o porto foi adquirida em 2014, pela empresa BC3 HUB - MULTIMODAL LTDA, a "proprietária" de Bom Jesus do Cajueiro, região, pois, da comunidade do Cajueiro, Zona Industrial 3 (ZI-3). Na mesma área, como aponta Silva (2018), estão instalados os portos do Itaqui, que iniciou as operações em 1974, o porto da Alumar (1983) e mais recente o porto da Ponta da Madeira (1986), de propriedade da Vale S/A. Os três juntos conformam o complexo portuário do Itaqui, o segundo mais profundo do mundo e um dos mais estratégicos geograficamente para a exportação e importação de produtos dos principais mercados internacionais. A ilha de Upaon-Açu, pois, vem há anos sofrendo com a instalação de empreendimentos portuários. A esse respeito, o diretor, Murilo Santos, tenta representar, por meio das imagens, a presença do porto do Itaqui no cenário geográfico da ilha:

[4] A CCCC é uma das maiores empresas do ramo de construção de infraestruturas chinesa e tem especial interesse no porto pelas vantagens econômicas e logísticas para escoamento de soja, uma das principais commodities exportadas para a China.

[5] Como aponta Silva (2018) o aporte financeiro investido, oscila na ordem de 500 milhões de reais a um bilhão e meio de reais. Esse aporte, inclusive, é empregado para legitimar e angariar apoio público para a construção do porto. Essa estratégia de chamar atenção para as cifras milionárias de investimentos é uma saída para escamotear as críticas sofridas pelos subterfúgios usados durante o processo de licenciamento ambiental. Além disso, busca-se também camuflar os prejuízos ambientais que certamente ocorreriam com a construção do porto na região do Cajueiro e nas comunidades adjacentes.

Figura 02. Complexo do porto do Itaqui em São Luís (MA)



Fonte: Santos 2017, 4:53

O porto privado, como aponta Silva (2020) apresentava no seu projeto de construção a instalação de terminais de exportações de minérios, grãos e farelos de soja, bem como para importações de granéis líquidos, fertilizantes, contêineres, dentre outros produtos. O projeto básico também previa a dragagem da baía de São Marcos, o que, na prática, colocaria em risco a vegetação natural da região. O empreendimento determinava o desmatamento de 20 hectares de manguezais, a destruição de importantes mananciais de água, além da poluição do ar, ampliando, pois, os impactos ambientais da região, já calejados pelos malefícios do porto do Itaqui.

Para Costa (2024), o interesse pela região do Cajueiro não iniciou com a empresa WPR Gestão de Portos. Em tempos pretéritos, mais especificamente em 2012, a empresa Suzano Papel e Celulose buscou instalar um porto na comunidade de Bom Jesus do Cajueiro e Mãe Chica. O novo porto iria exportar a celulose que a empresa produzia na cidade maranhense de Imperatriz. O empreendimento malogrou.

A construção do porto em São Luís está inserida em uma rede maior de investimentos e aceleração do escoamento de produtos agrícolas, sobretudo do MATOPIBA[6], bem como a inserção

[6] Acrônimo usado para definir a nova fronteira agrícola formada por parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A expansão para essas regiões, anteriormente com poucos investimentos, foi acentuada, sobretudo a partir da década de 1970, "a partir de programas e decisões planejadas e realizadas por meio de projetos e programas governamentais elaborados e executados para serem instrumentos de políticas públicas que viabilizassem e impulsionassem o desenvolvimento econômico desses espaços com a transformação da agricultura e agropecuária ali praticadas." (Santos, 2018, 578). Conforme explica Pinto e Silva (2025), nas regiões que correspondem ao MATOPIBA,

do empreendimento no corredor logístico Centro-Norte, formado por malha de ferrovias, portos e terminais, Silva (2020). Mesmo diante do poder e das alianças estabelecidas pela empresa com o governo do Maranhão, os moradores não permaneceram inertes diante do risco de serem desterritorializados. Nesse sentido, realizaram reuniões, assembleias e mobilizações que contaram com figuras políticas favoráveis, entidades sindicais, religiosas, pesquisadores das universidades e órgãos do estado que lutam em defesa das comunidades tradicionais.

Para Furtado e Alves (2021), havia uma grande pressão por parte da empresa para que os moradores vendessem suas casas e, dessa forma, uma estratégia para enfraquecer o movimento internamente. Além disso, utilizaram de práticas comuns, como a contratação de jagunços para intimidar e realizar a "segurança" da comunidade, a proibição, para os moradores, de realizar intervenções nas moradias, além de derrubarem, de forma ilegal, várias casas dos moradores.

As lutas travadas pelos moradores do Cajueiro em prol de permanecer no lugar, em última análise, é a mobilização contra a periferização, a violência, as desigualdades sociais, isto é, a luta contra a ampliação da miséria e da poluição. Sendo assim, a resistência do Cajueiro é contra a opressão do capitalismo e do neoliberalismo.

Como aponta Arcangeli (2018), na luta contra o capital e os processos de desterritorialização, os moradores de Cajueiro acionam diversos mecanismos de mobilização e de resistência: no primeiro momento, a identificação enquanto comunidade tradicional; os processos de reconhecimento de patrimônio imaterial cultural do terreiro do Egito e, dessa forma, como sítio arqueológico; a escritura pública do Instituto de Colonização e terras do Maranhão (ITERMA) de 1998; a tentativa de criar a reserva do Tauá-Mirim**;** as intervenções jurídicas de mediação/solução do problema e, por fim, as mobilizações dos moradores contra a desterritorialização ensejada caso a construção do porto seja efetivada.

Tais estratégias podem ser vistas, segundo Camargo e Basílio (2025), como *identidades de lugar*. Os autores destacam que o sentimento de pertencimento territorial funciona como meio articulador para as ações coletivas e, sobretudo, para as percepções de risco. No caso do Cajueiro, a identificação com o espaço transplanta o aspecto legal/material, posto que ele é sentido, vivido e, sobretudo, articulado com a ancestralidade e a historicidade da ocupação, o que é elemento estruturante para a resistência dos moradores.

houve o crescimento de práticas de grilagem, expulsão de camponeses e, sobretudo o aumento dos números da violência contra os homens do campo, tendo em vista que a terra foi transformada em ativa financeiro e passou a ser disputadas por grandes corporações nacionais e internacionais. Contudo, é importante salientar que embora a nova fronteira esteja em franco processo de expansão, ao mesmo tempo sofre com a carência de estruturas logísticas de escoamento (estradas e ferrovias) e de malhas energéticas, representando um gargalo para o projeto expansionista do MATOPIBA.

No Cajueiro fica o terreiro do Egito[7], local sagrado para diversas religiões de matrizes africanas. Para Freire (2018), os instrumentos de reafirmação territorial são mecanismos de *territorialidade de resistência.* O autor aciona esse conceito ao analisar as práticas religiosas do Terecô em Bacabal e como são empregadas enquanto mecanismos de enfrentamento ao racismo religioso e os silenciamentos políticos. Assim, no caso do Cajueiro, ao mobilizar o terreiro do Egito, a comunidade aciona laços e saberes ancestrais, ritualísticos e práticas espirituais como meios de enraizamento e reafirmação religiosa do lugar e, portanto, impossibilitando a construção do porto.

Outra estratégia de resistência[8] é a tentativa de reconhecimento do Cajueiro enquanto sítio arqueológico, o que impediria a construção do porto privado. Embora os achados arqueológicos tenham localizado "machados de pedra e blocos líticos com marcas de uso, a ocorrência dispersa de fragmentos cerâmicos escuros, geralmente associados a restos de ocupação de grupos pré-coloniais" (Arcangeli 2018, 33), os laudos arqueológicos foram ignorados pela empresa.

Dessa maneira, é possível perceber uma aparente contradição nas noções de usos dos espaços em que, de um lado, estão o capital internacional e o Estado, interessados em "desenvolver" as regiões e, nesse processo, empregam todo instrumento de exploração dos recursos naturais, e, de outro, as comunidades que ocupam as áreas cobiçadas, que, em meio às inúmeras violências, resistem para permanecer em suas terras e a viver de forma simbiótica com a natureza, não medindo esforços e meios de resiliência para existir e permanecer.

Memória em Imagem: Cinema e oralidade no conflito de Cajueiro

"Eu não sei explicar [...], só sei sentir. Eu sinto!! eu sinto!!". A frase aqui descrita está presente no documentário *Em Busca do Bem Viver*. A fala enaltecida é de Lucilene Raimunda Costa, moradora do Cajueiro. Este breve destaque, que será melhor analisado em um momento oportuno, serve para sinalizar o caráter de identificação e coletividade dos moradores da comunidade com o meio ambiente.

[7] Não há um terreiro propriamente dito, feito de alvenaria com barracões, portas, etc. Trata-se de uma região sagrada e que é usada como espaço para celebração de rituais religiosos e como um lugar de identificação com as religiões de matrizes africanas.

[8] Lima Neto (2021) explica que no campo jurídico há uma miríade de atores envolvidos no caso do Cajueiro, sendo eles, a Defensoria Pública da União, Defensoria do Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Maranhão e Justiça Federal do Maranhão. Nessa esfera, como explica Arcangeli (2018), mesmo sendo uma possibilidade, trata-se de uma ferramenta auxiliar, pois não é um campo dominado pelos interesses do capital e dessa forma é o dos trabalhadores. Mesmo assim, muitos creditam à justiça a possibilidade de desfecho do contencioso pela esfera jurídica.

Sendo assim, o documentário não será lido somente como um recurso audiovisual, mas enquanto um meio de denúncia, escuta ativa das vozes silenciadas, de (entre)vistas entre os moradores e o documentarista e, em especial, como um documento histórico que inscreve, a partir das imagens e dos relatos, construções coletivas de mobilização e sensibilização do público contra a construção do porto privado em Cajueiro.

Para Verena Alberti (2004) e Alessandro Portelli (2012), ouvir, sobretudo nas (entre)vistas em História Oral, é, antes de tudo, um ato político. Para eles, sentar, parar e ouvir atentamente o que os entrevistados dizem, seus gestos, anseios e construções coletivas ou individuais da memória são partes basilares na arte da escuta. Nesse ínterim, o ato de rememorar o passado – seus silêncios, ditos e não-ditos - é uma arte da escuta e uma forma de resistência, frente aos silenciamentos imputados aos corpos subalternizados.

A partir dessas colocações, pretendo, neste tópico, empreender um exercício de análise das falas dos moradores do Cajueiro presentes no documentário *Em Busca do Bem Viver*, como vozes subalternas que, a partir da produção, puderam ser ouvidas, vistas e lembradas. Sendo assim, pretende-se articular História Oral, Cinema e História Ambiental[9] em um exercício de reflexão que parte do documentário e como ele (re)constrói e tece o conflito por meio de linhas, sons, imagens e relatos.

Importante destacar que a História Oral é um campo de investigação com metodologias de pesquisa específicas, conceitos, modos de ouvir e contar, que a fazem uma área própria de estudo. Esse adendo é basilar para destacar que as (entre)vistas feitas por Murilo Santos não foram pensadas e realizadas sob as bases teórico-metodológicas da História Oral. Foram captadas por um documentarista que não visava à construção de uma pesquisa, que passa primordialmente por fases de investigação sistemática, acompanhada de um exercício conceitual.

Esse apontamento é crucial para destacar ao leitor que faço esta análise não sem desconhecer essas particularidades, o que implica em dizer que, este esforço de crítica e compreensão dos relatos já chegam no presente momento recortados. O primeiro, é dos próprios entrevistados, que ao rememorar, organizar e sistematizar a fala, já empreendem (re)cortes na própria concepção sobre o

[9] Parto da compreensão sobre a qual a História Ambiental "se torna assim o caminho para entender que a natureza deve ser compreendida não apenas como um território ambiental que detêm matérias que serão transformadas em recursos pelas mãos humanas, mas que ela se preocupa com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado para analisar no presente a conexão: Estado, Poder e Natureza (Almeida, 2020, p. 43). Nesse sentido, dialogo com Pádua (2010), ao entender que o aspecto *sui generis* da História Ambiental não é o enfoque proferido ao meio ambiental, posto que as pesquisas em História sempre o fizeram. O elemento diferenciador é a centralização dada à capacidade humana em degradar, modificar, transformar, preservar e se identificar com os recursos naturais e com o território.

conflito. O segundo é do diretor, que funciona como intermediador. Certamente as entrevistas foram mais longas, mas Murilo Santos teve que editar, cortar e extrair dos dois entrevistados aquilo que, naquele momento, lhe era mais significativo para a produção do documentário. Portanto, compreendo que as entrevistadas chegam eivadas de cortes, o que não elimina as potencialidades das falas dos entrevistados.

Cajueiro será analisado para além de uma comunidade pesqueira, ribeirinha ou tradicional. Trata-se de um território em disputa, um espaço vivido, construído coletivamente, sentido socialmente, uma territorialidade, pois, de disputa, memória e resistência. Os moradores do Cajueiro não resistem apenas pelo direito de permanecer, mas de existir, o direito à identidade, à religiosidade e à memória de um espaço em (re)construção.

Diante do silêncio institucional e dos interesses dos empresários donos do projeto do porto privado, os moradores não hesitam em reivindicar a força que vem da ancestralidade e das raízes dos mangues, rios e florestas que compõem a territorialidade do Cajueiro. Diante de um silêncio imposto, emergem as falas dos entrevistados, firmes, sensíveis, afetivas e vivas. O subalterno pode falar, mesmo que suas vozes sejam silenciadas.

Nesse cenário, emerge o documentário de Murilo Santos, que, para além de filmar e representar a comunidade, tece uma narrativa que destaca as vozes silenciadas. São esses relatos, especialmente de dois moradores de Cajueiro, que serão lidos enquanto potencialidades para compreender as subjetividades (Portelli 2016) que orientam as ações, mobilizações e perspectivas dos locais diante das investidas dos agentes do capitalismo sobre a territorialidade da comunidade.

Como bem lembrado por Portelli (2016), narrar um acontecimento vai além de rememorá-lo, mas passa preliminarmente pela (re)construção de sentidos do momento experienciado. Nessa premissa, destaca-se a fala de Clóvis Amorim da Silva, morador de Cajueiro e pescador. Para ele, a significação da possibilidade de construção do porto é:

> Já há muito tempo a gente vem sofrendo ameaças de ser expulsos das nossas comunidades e do nosso território de pesca, né?! E isso tem impactado muito as pessoas dessa região aqui. Tanto da comunidade mesmo, quanto das comunidades que estão no entorno da proposta do Tauá-Mirim, das comunidades da Resex-Tauá Mirim. A comunidade Cajueiro embora ela não é só de pescador, nem todo mundo é pescador, mas todo mundo pesca, né?! E isso tem muitas outras pessoas da ilha de São Luís que vem pescar na comunidade de Cajueiro, então ela [a construção do porto] vai causar perdas imensas para a ilha de São Luís. Além da perca de produção de pescados e da perca ambiental, a perca da produção de agricultura, tem esse impacto também que é muito agressivo da empresa. Vim querer expulsar de uma forma muito cruel. (Santos 2017, 2:49).

A passagem perspectivada por Clóvis Silva não se limita a denunciar as arbitrariedades do projeto econômico para o Cajueiro, mas também enuncia as ameaças ambientais decorrentes da construção do TUP, ou seja, a desterritorialização. Nesse sentido, é uma experiência de dor em

curso, ao chamar atenção para a coletividade, e o uso de termos como “nós” e “a gente”, enaltece esse elemento partilhado da dor. O entrevistado é, além de testemunha do ocorrido, um analista das consequências do projeto, ao destacar que “Já há muito tempo a gente vem sofrendo ameaças de ser expulsos das nossas comunidades e do nosso território de pesca (...) isso tem impactado muito as pessoas dessa região aqui” (Santos 2017, 2:38)

Nesse sentido, o relato de Clóvis Silva congrega oralidade, memória, espaço e um senso de coletividade que marca os processos de mobilização do Cajueiro. Assim, a (entre)vista dele se furta de uma perspectiva popular sobre a qual a oralidade é apenas desabafo, uma vez que o relato é potente e suplanta um mero inconformismo. No caso de Clovis da Silva, é notório destacar que ele fora uma das principais lideranças da comunidade e, dessa forma é conhecedor do *modus operandi* do conflito e das estratégias dos agentes envolvidos na disputa, o que se reflete na sua fala. A esse respeito, Portelli (2016), as entrevistas em História Oral não devem ficar amarradas à precisão factual dos depoimentos. O historiador, assim, precisa ficar atento e buscar compreender as (re)construções subjetivas dos acontecimentos. Dessa forma, o relato de Clóvis Silva destaca que o que está em jogo não é apenas a perda material do território e de produção (pescados, agricultura, etc.), mas, ao fim e ao cabo, a fragmentação do *ser* e *estar* no mundo da comunidade.

Na sequência em que Clóvis nomeia o significado da construção do porto, o diretor aciona uma sequência de planos que destaca a riqueza de peixes, a presença dos manguezais e a pesca artesanal. Assim, o documentário cria uma relação intrínseca entre o gesto narrado (a oralidade) e a linguagem audiovisual, criando uma simbiose entre o dito e o visto.

Figura 03. Meio ambiente de Cajueiro



Fonte: Santos, 2017, 2:53

Na composição da sequência, explorando a luz natural, filmada em planos abertos e com enquadramentos não intervencionistas, a câmera funciona como um grande observador que não "interfere" no cotidiano da comunidade, criando um cenário que busca reforçar a estreita relação entre os moradores de Cajueiro e o território em que vivem e reivindicam. Portanto, a imagem não funciona apenas como ilustração do narrado, mas enquanto meio para expandir o *sentir* dos relatos.

Em alusão a Funes (2015), leio o território como um arquivo de memória ecológica. O pesquisador, ao analisar a formação de comunidades mocambeiras do rio Trombetas no baixo amazonas, destaca que o espaço carrega as experiências dos sujeitos que ali viveram e (re)construíram o território, enquanto lugar (re)feito pelas práticas cotidianas de vida.

Clovis narra além do *sentir* da possibilidade de instalação do porto e da perda do território, mas analisa a reificação do território como uma construção de identidades. O ato de pescar, na fala do entrevistado, vai além de um meio de trabalho, mas personifica a edificação de símbolos coletivos. Quando ele afirma que, embora nem todo mundo seja pescador, todo mundo pesca. A sua fala demarca os usos múltiplos do território e, sobretudo, a centralidade do espaço e da natureza na organização da comunidade.

A forma como Clóvis Silva compreende o *modus operandi* da empresa, demarcando que "vim querer expulsar de uma forma muito cruel" (Santos 2017, 3:08), aponta a atuação arbitrária,

violenta e, sobretudo, desumanizadora do conflito em lide. Dessa forma, no caso do Cajueiro "sacrificam-se direitos fundamentais de populações inteiras, cometem-se inúmeras violações de direitos humanos e civis" (Pedro e Sant'Ana Júnior 2018, 122). Ao adjetivar como "cruel", o entrevistado desloca a discussão do conflito de um plano legal/institucional, para a esfera da violência emocional, física, ética e política. Neste momento, emerge a seguinte sequência de planos:

Figura 04. Casas destruídas do Cajueiro



Fonte: Santos, 2017, 3:18

Nestes planos, é possível notar várias casas destruídas, ruínas de lares que outrora eram compartilhados, espaços em que foram construídas identidades e forjados sujeitos. No entanto, pela atuação da empresa, são lugares de um tempo de outrora, momentos que, a partir da derrubada das casas, não podem ser reconstruídos. Essa sequência forma o que Grada Kilomba (2019) conceitua como contra-imagem do progresso, ou seja, a imagem do desenvolvimento, pintado por seus

defensores como necessária, positiva e benéfica é marcadamente excludente, violenta e relega aos corpos subalternizados à periferização e a violência e, por consequência, a exclusão. Assim, o documentário, neste caso, funciona como ferramenta de denúncia visual e sinaliza para os efeitos do progresso e da colonialidade ainda em curso.

Nesse contexto, aludindo a Kilomba (2019), o projeto de apagamento das vozes negras, envolve, segundo a autora, o silenciamento do corpo preto, configurado como um obstáculo ao "progresso". Neste momento, o documentário de Murilo Santos vai de encontro ao projeto capitalista, ao passo que, para além de ouvir, permite-nos ver essas vozes silenciadas. Sendo assim, rompe com um apagamento estrutural desses sujeitos e funciona, parafraseando Marc Ferro (1995), um meio de contrapoder, ao avesso da sociedade eurocêntrica.

O segundo depoimento é de Lucilene Raimunda Costa. A fala da entrevistada carrega uma carga emocional difícil de ser explicada e uma sensibilidade complicada para ser materializada na escrita. Para ela, a projeto de construção do porto é:

> Que eu fico assim me perguntando pra onde eu vou quando sair daqui? pra onde eu vou levar a minha mãe? Ela tem 82 anos e optou em viver aqui. Eu não sei explicar (faz gestos com as mãos de inconformismo e incerteza) o significado dessa perca, eu só sei sentir. Eu sinto, eu sinto! Eles (os donos do empreendimento e o estado) falam em progresso, em desenvolvimento, mas eles não falam dos nossos sentimentos (Santos 2017, 4:37).

O testemunho de Lucilene Costa não é somente verbal, mas também gestual, corporal e afetivo. Coloco-me, portanto, diante de um esforço analítico que procura superar a simples análise estrutural do discurso. A esse respeito, Verena Alberti (2004) destaca que as entrevistas em História Oral são encontros entre sujeitos, ou seja, entre o pesquisador e o entrevistado. São intersubjetividades construídas nos relatos, pois, ao mesmo tempo em que o pesquisador analisa as falas e os gestos de quem fala, o entrevistado também lê o entrevistador. A escuta, como destaca a autora supracitada, deve ser atenta e sensível para os gestos e falas de quem diz.

A dificuldade em externalizar em palavras o significado da perda e a repetição "eu só sei sentir. Eu sinto! Eu sinto!" não revela uma ausência de discurso ou falta de entendimento sobre as consequências da desterritorialização. Como destacado por Pollak (1989), o silêncio é uma maneira de narrativa, pois carrega consigo o que foi vivido, mas não pode ser externalizado em palavras. Ao afirmar que sente e não sabe explicar, não significa uma falta de vocabulário, mas sim paradoxalmente um grito (os gestos, o olhar, a expressão) denunciam a violência sistemática a qual estão expostos. Assim, ao rememorar a interlocutora quebra o sistema de silenciamento imposto aos corpos subalternizados e *pari passu* deixa evidente a falta de escuta pública.

Conforme Portelli (2012), os gestos, as hesitações e os não-ditos são formas de dizer. A fala de Lucilene Costa mostra-nos que ela se coloca em evidente oposição ao empreendimento da construção do porto, revela que o espaço do Cajueiro é vivido, compartilhado socialmente, lugar de ancestralidade e afetividade. Lucilene Costa, portanto, habita no Cajueiro com o corpo, o tempo, o espaço e o lugar de quem partilha experiências e reconstrói o ambiente a partir da corporeidade.

Para Grada Kilomba (2019), o projeto colonial ainda estrutura as relações de poder, saber e ser no mundo contemporâneo. Assim, os arquétipos de Lucilene Costa, mulher, negra, periférica e cuidadora da mãe, está marcada pela logística colonialista ainda presente, a subalternidade, relegada ao silêncio, símbolo de corpos que não pertencem ao tempo do capitalismo e não cabem na lógica econômica pensada na construção do TUP.

Nesse sentido, Kilomba (2019) destaca que falar é um ato político, um meio de resistência e um instrumento de luta contra a marginalização e a opressão. Neste cenário, Lucilene Costa sente, gesticula e fala, mesmo que esta fala esteja nas bordas do dizível e Murilo Santos representa visualmente e expande o dizível da moradora. A sequência a seguir é elucidativa.

Figura 04. Lucilene e o sentir da perda



Fonte: Santos, 2017, 4:37

Durante a fala de Lucilene, a câmera permanece fixa, sem movimentação, enquadrada no rosto da moradora, mas permite que os gestos das mãos sejam vistos. Aliado a isso, a repetição constante de “eu sinto! Eu sinto”, em consonância com os gestos hesitantes e permeados de expressividade, constrói uma cena permeada de carga emocional, em que os momentos de silêncio

entre uma frase e outra, a ausência (por alguns segundos) de cortes, conforma um momento de reflexão e forte teor emocional.

> Para Alberti (2004), ficar atento aos gestos e "escutar" o corpo é tão importante quanto ouvir os relatos. A entrevista e as imagens de Lucilene Costa revelam como a dor, a identificação com o território e as experiências compartilhadas se manifestam no corpo da moradora. E essas marcas são respeitadas por Murilo Santos que procura ao máximo preservar as temporalidades dos entrevistados.

Considerações finais

Em meio à imersão de imagens e telas na contemporaneidade, o cinema alcançou status de fonte e objeto de estudo para a História. Nesse sentido, ao longo dos anos, as produções cinematográficas passaram a ser vistas como ferramentas profícuas para o estudo e discussões das representações de sujeitos negligenciados pela Historiografia: os subalternos. Sendo assim, a partir do documentário *Em Busca do Bem Viver*, procurei discutir como a comunidade do Cajueiro, em meio à tentativa de instalação de um porto privado no seu território, se viu diante da possibilidade de ser expulsa e como ela acionou diversos meios de resistência e mobilização pelo direito de existir, à medida que empreendi análises dos relatos de moradores representados na película.

Mesmo ocupando a região secularmente, os moradores do Cajueiro foram forçados a lutar para permanecer no seu território diante dos objetivos da empresa CCCC, que busca construir um porto privado na comunidade, em meio à ampliação e intensificação da inserção da ilha de Upaon-Açu nas rotas marítimas. Esse episódio explicitou que para os agentes do capitalismo, viver em cooperação com o meio ambiente não é compatível com o "desenvolvimento". Nesse caso, o que se verificou em Cajueiro foi um aparente desrespeito aos direitos de existir da comunidade, ocasionando o conflito ambiental em questão, sobretudo pelas distintas visões sobre os usos dos territórios.

Referências Bibliográficas

Audiovisual

Santos, Murilo. 2016. *As quebradeiras de Dom Pedro*. (Documentário). Produtora: Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LoPuTQAbtEI

Santos, Murilo. 1988. *Bandeiras Verdes*. (Documentário). Produtora: Aida Marques.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OIu2Wk-pm2E&t=80s

Santos, Murilo. 2016. *Em Busca do Bem Viver*. (Documentário). Produtora: Comissão Pastoral da terra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TKMWvupNitI&t=382s

Santos, Murilo. 2009. *Fronteiras de imagem*. (Documentário). Produtora: Aida Marques. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7L92UxFNWCM

Santos, Murilo. 1986. *Quem matou Elias Zí*? (Animação). Produtora: Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FOKhFqmigsQ

Bibliografia

Alberti, Verena. 2004. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV.

Acselrad, Henri. 2004. "As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais". *Em* Acselrad, Henri. (Orgs.) *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Boll.

Arcangeli, Saulo Costa. *A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui – Bacanga*: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014. 2018. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

Almeida, Fabrício Viana. *Aprendizagem histórica ambiental*: a relação entre história local e o território ambiental do rio lontra como estratégia de ensino de história no colégio estadual Rui Barbosa - Araguaína-TO. 2020. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade federal do Tocantins, Araguaína, TO.

Camargo, A. F., e Basílio, R. S. "Resilience and Place Identity in the Context of the Global Climate Emergency: A Comparative Study in Brazil and Portugal". *Sociedade & Natureza* 37, no. 1 (2025): 1-12.

Costa, Luis Eduardo da Silva. "Somos raízes, seguiremos na luta": comunidade tradicional do Cajueiro contra a tentativa de instalação de um porto privado em São Luis/Maranhão. *Revista Contraponto*, no. 11 (2024): 1-17.

Funes, Eurípedes Antônio. 2015. "Comunidades mocambeiras". Em *Entre Águas Bravas e Mansas. Índios e quilombolas em Oriximiná*. Grupión, Denise Fajado, e Lúcia Mendonça Morato de Andrade (orgs). 16-61. São Paulo: CPI - Comissão Pró-Índio de São Paulo / IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Ferro, Marc**.** 1995. "O filme: uma contra-análise da sociedade". Em Le Goff, Jacques;

Nora, Pierre (orgs.) *História*: novos objetos. 199-215. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Freire, Fladney Francisco da Silva. 2018, "Terecô: entre memórias, territórios e conflitos". *Outros Tempos* 15 (25): 153-169.

Furtado, Marivania Leonor Souza, e Rayssa Cristina Silva Alves. 2021 "Conflitos territoriais e racismo ambiental na ilha do maranhão: o caso da comunidade cajueiro". *Ciência Geográfica*, Bauru, 25: 1254-1265.

Kilomba, Grada. 2019. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Copogó.

Lima Neto, Alexandre Moura. *Memória, cultura e territorialidade no contexto da judicialização de conflitos*: um olhar sobre a comunidade rural do Cajueiro, frente à expansão da cidade de São Luís/MA. 2021. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Nobre, Ana Kely de Lina, Josemiro Ferreira Oliveira, e Tayanná Santos de Jesus Sbrana. 2018. "Imaginário, imposição e resistência: o desenvolvimentismo no meio rural de São Luís, Maranhão". Em *Desenvolvimento em questão*: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. Santa'ana Júnior, Horácio Antunes, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin (orgs.). 187-213, São Luís: EDUFMA.

Nóvoa, Cristiane. 2006. "Narrativas históricas e cinematográficas". Em *Cinematógrafo*: um olhar sobre a história. Nóvoa, Jorge, e Soleni Biscouto Fressato (org.). 133-147. Salvador: Edufba.

Moreira, Jadeylson Ferreira, Maria Ecy Lopes Castro, e Neuziane Sousa dos Santos. 2018. "Desenvolvimento, repertório de ação e mobilizações políticas: notas sobre o conflito do cajueiro". Em Santa'ana Júnior; Horácio Antunes; Teisserenc, Maria José da Silva Aquino; Brustolin, Cíndia (Orgs.). *Desenvolvimento em questão*: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. 155-187. São Luís: EDUFMA.

Moreira, Jadeylson Ferreira. *Arenas, repertórios e ações*: O processo de tentativa de implantação do terminal portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. 2015. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Portelli, Alessandro. 2016. *História Oral como arte da escuta*. Rio de Janeiro: Letra e Voz.

Pádua, José Augusto. 2010. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos avançados*, 24: 81-101.

Pollak, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* 2, no. 3 (1989): 138-164.

Pedro, Viviane Vazzi, e Horácio Antunes Sant'ana Júnior. 2018. "'Na lei ou na marra, nós vamos ganhar': a judicialização como estratégia de confronto político pela defesa do Cajueiro e seu território étnico". Em Sant'ana Júnior, Horácio Antunes de, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin (orgs). *Desenvolvimento em questão*: projetos desenvolvimentistas e conflitos socioambientais. 115-117. São Luís: EDUFMA.

Pinto, Maria Lígia Cassol; Leite, Simmoní Elias Furtado. "A escalada da transformação da funcionalidade da terra em ativo financeiro na região do MATOPIBA/Brasil - 1970 -2022". *Revista Sítio Novo*, 9 (2025): 1-21.

Pedro, Viviane Vazzi. "'Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro': necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís -MA. 2017. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Reis, Ariana Romão dos. *A construção discursiva da comunidade do Cajueiro, em São Luís- MA*: a disputa pelo espaço e seus direitos fundamentais da mídia local. 2022. Dissertação de Mestrando em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Silva, Silvana dos Reis Gonçalves de Araújo e. *Histórias locais, projetos globais*: as tramas jurídicas e o processo ambiental do Porto São Luís em Cajueiro. 2020. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

Sant'ana Júnior, Horácio Antunes de, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin. 2018. "Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução". Em Sant'ana Júnior, Horácio Antunes de, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, e Cíndia Brustolin (Orgs.). *Desenvolvimento em questão*: projetos desenvolvimentistas e conflitos socioambientais. 5-21. São Luís: EDUFMA.

Santos, José Murilo Moraes dos. *Cinema engajado no Maranhão*: interfaces com a educação popular. 2017. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Santos, Clóvis Caribé Menezes dos. "MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de 'cerrados'*?". Cadernos do Ceas*, no. 245 (2018): 570-600.

Santos, Milton; Silveira, M. L. 2001. *O Brasil:* território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50108

Representações do jornal Alto Madeira sobre indígenas durante o ano de 1998: um olhar a partir de Rondônia[1]

Representations of Indigenous people in the Alto Madeira during 1998: a look from Rondônia.

Representaciones de los pueblos indígenas en el periódico Alto Madeira durante 1998: una mirada desde Rondônia.

Rodrigo dos Santos [*]

Ivandrei Sabino dos Santos [**]

[*] Doutor em História pelo Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus Rolim de Moura. E-mail: rodrigo.santos@unir.br.
[**] Graduando em História pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), campus Rolim de Moura. E-mail: ivansa1931@outlook.com

Resumo: O presente texto tem como objetivo discutir as representações do jornal Alto Madeira sobre os indígenas de Rondônia durante o ano de 1998. O referido periódico é relevante, tendo em vista sua duração de cem anos. Já a escolha pelo ano de 1998 é simbólica, uma vez que foi nele que se rememorou os dez anos da constituição de 1988, considerada cidadã, garantindo os direitos dos povos indígenas. Para atingir tal objetivo, utilizamos as edições disponibilizadas pelo Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense, discussões relacionadas aos Estudos Culturais e teóricos relacionados à temática. Como resultados, percebemos representações múltiplas dos povos indígenas, contudo, marcadas por um discurso de progresso.

Palavras-chave: História Local e Regional; Indígenas; Imprensa de Rondônia.

Abstract: The aim of this text is to discuss the representations of the Alto Madeira newspaper about the indigenous people of Rondônia in 1998. This newspaper is relevant because it was one of the longest-running in the state, lasting a hundred years. The choice of the year 1998 is symbolic, since it was the year when the ten years of the 1988 constitution were commemorated, which was considered to be a citizens' constitution, guaranteeing the rights of the indigenous people. To achieve this goal, we used the editions made available by the Zona da Mata Rondoniense Documentation Center and drew on discussions related to Cultural Studies and theorists related to the subject. The results show multiple representations of indigenous people.

[1] O texto contou com apoio da Propesq/Unir (EDITAL 004/2024/DPESQ/PROPESQ/UNIR). Agradecemos a leitura atenta da professora Marlene Schulz.

Keywords: Local and Regional History; Indigenous; Rondônia.

Resumen: El objetivo de este texto es discutir las representaciones del periódico Alto Madeira sobre los indígenas de Rondônia en 1998. Este periódico es relevante porque fue uno de los más longevos del estado, con cien años de existencia. La elección del año 1998 es simbólica, ya que fue el año en que se conmemoraron los diez años de la constitución de 1988, considerada una constitución ciudadana, que garantizaba los derechos de los indígenas. Para alcanzar este objetivo, utilizamos las ediciones puestas a disposición por el Centro de Documentación de la Zona da Mata Rondoniense y nos basamos en discusiones relacionadas con los Estudios Culturales y los teóricos del tema. Como resultado, nos dimos cuenta de las múltiples representaciones de los indígenas.

Palabras clave: Historia local y regional; Pueblos indígenas; Rondônia.

Introdução

O artigo tem como objetivo discutir as representações sobre os indígenas de Rondônia no periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO durante o ano de 1998. Buscamos responder às seguintes questões: Como os indígenas são representados pela imprensa rondoniense, em especial no periódico Alto Madeira? O jornal apresenta a diversidade de sujeitos indígenas que estão presentes em Rondônia? Quais são as temáticas desenvolvidas? O que os dez anos da Constituição cidadã trouxe para a população indígena de Rondônia?

O periódico Alto Madeira, oriundo de Porto Velho, é relevante, tendo em vista, principalmente a sua duração, ele circulou por cem anos, mesmo passando por diversas fases, nossa análise se concentra no início da sua última fase. Com a ausência de recursos e com o crescimento da imprensa digital, ele não conseguiu se reinventar e fechou as portas com a edição de seu centenário[2]. Para atingir nosso objetivo, usamos as fontes que estão disponibilizadas no Centro de Documentação da Zona da Mata Rondoniense (CDR/RM) da Universidade Federal de Rondônia, campus de Rolim de Moura[3]. Foram realizadas as seguintes etapas de pesquisa para a construção do texto: análise de bibliografia sobre o tema e o uso da fonte, discussão dos conceitos, seleção dos materiais e a produção escrita.

[2] A última edição do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO foi publicada em 1º de outubro de 2017.

[3] Algumas edições do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO são disponibilizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/) e no site do Núcleo de Documentação Digital e Informação Histórica da Amazônia (http://nimpi.ifro.edu.br/). Elas não foram objetos de nossa análise, tendo em vista que optamos pelas disponibilizadas pelo CDR.

A seleção foi realizada observando as matérias do Alto Madeira do ano de 1998 disponibilizadas pelo Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense que possui a temática indígena (categoria de análise), sendo uma das ações do Projeto de Pesquisa institucionalizado[4]: "Deslocamentos humanos: mapeamento e representações sobre (i) migrações em jornais do século XX e o Ensino de História" com o plano de trabalho "Mapeamento e representações sobre os deslocamentos de povos originários em jornais do século XX na Amazônia Ocidental".

Utilizamos metodologicamente os estudos culturais, precisamente as pesquisas desenvolvidas por Hall (2016), pensando a representação como uma atribuição de sentido e significado e construindo um padrão a partir do que está presente no Alto Madeira. Além disso, dialogamos com outros pesquisadores que têm como foco a temática em questão e o estudo da imprensa periódica, promovendo a interdisciplinaridade como na atualidade a ciência histórica propõe.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, articulamos o conceito de representação, a fonte analisada e o periódico Alto Madeira. O segundo momento, é efetivamente a análise da fonte periódica, o Alto Madeira de Porto Velho-RO, durante o ano de 1998. Separamos dez matérias para a análise e como elas representam a questão indígena dos diversos grupos que compõem a Amazônia Ocidental.

As representações, os jornais e o Alto Madeira

> Sendo parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. [...] Representar algo é descrevê-lo ou retratá-lo, trazer à tona por meio da descrição, modelo ou imaginação[...] (Hall 2016, 31-32).

Em primeiro momento, assim como a citação, o estudo das representações aborda a forma como as ideias, imagens, símbolos e os discursos são usados para construir significados sobre o mundo. Essa linha de pensamento perpassa desde a filosofia até a psicanálise, cirandando a sociologia e a antropologia. Os sujeitos dessa representatividade são os grupos sociais, eventos e as identidades, enquanto identificações. Na nossa sociedade, quase tudo pode ser analisado como representações, criações de padrões e normas que se transformam em práticas sociais.

As representações não são reflexos e muito menos, posições neutras da realidade. Até porque nada pode ser envolto por si mesmo, precisamente nos estudos culturais, elas se refletem e moldam os sentidos por meio da linguagem. São a partir delas que se criam padrões e códigos, onde

[4] O projeto de pesquisa foi institucionalizado pela portaria nº 60/2024/PROPESQ/UNIR.

há o signo e o significante. Utilizamos neste trabalho, o conceito de representações desenvolvido por Hall (2016). As suas reflexões auxiliam na compreensão de como as imagens, signos e significados à nossa volta podem ajudar a entender o mundo e as transformações, criando práticas sociais.

As representações são elementos do circuito da cultura, aqui entendida na sua pluralidade (Woodward 2014). Desta forma, ele está relacionado com a noção de identidade (identificações) e diferença, igualmente na sua forma plural. Elas são criadas e representadas a partir dos grupos hegemônicos e eurocêntricos. Aqui, esses grupos criam as suas representações de forma inferiorizada e marcadas pela estereotipagem, o negro como pessoa escravizada, o indígena na América, a classe trabalhadora. Hall (2016) usa a profundidade do seu trabalho para afirmar que não há uma cultura puramente nacional, pois essas estão atravessadas por divisões e diferenças entre si. Elas não são estáveis e muito menos estáticas.

Utilizamos o conceito de representações para pensar a imprensa periódica e como ela cria padrões ao mesmo tempo em que está se configurando, representa e é representada. A imprensa periódica foi elaborada para divulgar acontecimentos locais, nacionais e internacionais. O termo "jornal" foi definido para caracterizar as publicações diárias, não possuindo, inicialmente, uma importância como fonte para o estudo de história, sendo reconhecida de acordo com Calonga (2012) apenas na terceira geração do movimento *Annales*[5].

Conforme Luca (2008) demorou a se efetivar os estudos que utilizavam a imprensa periódica como fonte para a História no Brasil. Em 1970, ainda era pequeno o número de trabalhos que se utilizavam de jornais e revistas. Apesar de já existir uma ampla bibliografia sobre a utilização de fontes históricas, a justificativa se concentrava no registro fragmentado sobre o cotidiano, o qual deveria ser marcado pela objetividade, neutralidade e credibilidade, além da fonte estar distanciada do seu próprio tempo. Nesse contexto, os jornais não eram considerados adequados para a reconstrução do passado, fornecendo informações parciais e subjetivas, o que causava desconfiança documental, isso relacionado à falta de independência e exatidão do conteúdo editorial. Nos dias atuais, a escrita da história reconhece que toda fonte é parcial, inclusive os periódicos e isso não é uma fragilidade para as pesquisas.

Capelato (1988) corrobora com isso, apontando que os historiadores, principalmente os brasileiros, tinham duas posições até meados do século XX sobre a utilização da imprensa. A

[5] O movimento dos *Annales s*urgiu na França em 1929 em torno de uma revista. Ele propunha uma concepção de história que valoriza a aproximação dela com outras ciências humanas, além de um alargamento de fontes (Silva e Silva 2009).

primeira que eles a desprezavam por considerá-la suspeita e sem objetividade. Já a segunda concentrava naqueles que a assumiram como verdade absoluta, sem nenhum questionamento sobre sua abordagem. A pesquisadora enfatiza que essas duas posturas precisam ser contestadas pelos pesquisadores, pois a imprensa não é imparcial e muito menos neutra, contudo, não deve ser desprezada como uma fonte para a história, até porque os estudos históricos atualmente pensam de forma fecunda a sua escrita.

Segundo Luca (2008, 111-112): "Não era nova a preocupação de se escrever a história da imprensa, mas relutava-se em mobilizar para a escrita da história por meio da imprensa, visava o peso da tradição, a ideia da busca pela verdade dos fatos, o historiador munia-se de métodos e críticas textuais[...]". A análise da imprensa periódica precisa assegurar a veracidade daquilo que se pretende demonstrar com a pesquisa jornalística.

Posto isso, entre os encontros e desencontros das narrativas históricas, os vestígios e testemunhos do passado humano, a pesquisadora menciona o momento temporal que os jornais passaram a ter uma importância histórica a partir de técnicas utilizadas por pesquisadores em seu contato com os arquivos. Nesse sentido, ela aponta que os periódicos não devem ser a única fonte investigada, mas a necessidade de confrontar com outros tipos como: depoimentos, imagens, dados estatísticos, entre outros, além de outros periódicos.

Os jornais como fontes históricas percorreram o caminho que vai da desconsideração a sua valorização na produção do conhecimento histórico. Isso de alguma forma, implica a renovação dos temas, problemáticas e procedimentos metodológicos. O historiador enquanto pesquisador precisa se atentar à construção de uma história imediata, voltada para o tempo presente, e os jornais desempenharam esse papel a partir de seu reconhecimento como fonte para reconstruir o passado. Como aponta Luca (2008) é necessário caracterizar o periódico, conhecer o seu grupo responsável e com isso também perceber como ele se insere nas discussões propostas pela pesquisa.

O jornal Alto Madeira foi fundado em 15 de abril de 1917, em Porto Velho, passando pela posse e direção de Joaquim Augusto Tanajura. Em 1940, conforme Nogueira (2019) pertenceu ao diário dos associados de Assis Chateaubriand. Em 1960 a sua posse passou a família Tourinho, findando em 2017. O jornal Alto Madeira circulava nas principais cidades do estado, incluindo, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal e Rolim de Moura.

Além disso, ainda de acordo com Nogueira (2019) o jornal Alto Madeira, mesmo que sediado em Porto Velho, fez parte da história da imprensa brasileira, com merecido destaque, principalmente por sua trajetória centenária. Os seus exemplares estão, nos dias de hoje, entre os

dez mais antigos do país. Ele foi testemunha do nascimento do Território Federal do Guaporé e do Território Federal de Rondônia e finalmente do estado de Rondônia em 1981.

O jornal recebeu aclamação de outros veículos de informação que enfatizam sua história e a sua duração, também fez menção às personalidades envolvidas, como os criadores, coordenadores e proprietários. Exemplo disso, o portal de notícias G1, vinculado ao grupo Globo, rememorou a história de Euro Tourinho, falecido em 25 de novembro de 2019 com 97 anos. Ele foi sócio e proprietário do jornal Alto Madeira em sua última fase. Acompanhamos um trecho da matéria: "Considerado um dos jornalistas em atividade mais antigos do Brasil, Euro Tourinho morreu na noite desta segunda-feira (25), em Porto Velho, aos 97 anos. Uma das netas do comunicador, Euma Tourinho, confirmou a morte do avô em uma publicação no seu perfil pessoal no Facebook" (G1 RONDÔNIA 2019). A reportagem demonstra a relevância do seu proprietário e do jornal Alto Madeira para a sociedade rondoniense, nortista e ainda para o jornalismo brasileiro. Ela ainda incluiu depoimentos de colegas e familiares, ressaltando a histórica ligação com o jornal.

Com relação a temática de pesquisa, encontramos no Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense dez matérias do periódico Alto Madeira de Porto Velho-RO que mencionam os indígenas do Estado de Rondônia no ano de 1998. Para o texto, escolhemos aquelas que possuem uma quantidade significativa de dados. Compreendemos nelas os seguintes fatores: sua caracterização, a relação com o outro, o seu natural e o peculiar. Apontamos também a ausência de informações, a falta de registros documentais, à invisibilidade de narrativas pelo viés daquele que foi relatado.

As representações dos indígenas de Rondônia no Alto Madeira durante o ano de 1998

> Os invasores de uma área de terra próxima ao Alphaville vivem momentos de tensão. Ontem, espalhou-se a notícia de que policiais militares voltaram ao local para retirarem todas as pessoas que estão ocupando o terreno que se encontra em processo judicial para determinar a quem pertence realmente. Até o meio dia, os PMs não tinham aparecido, mas um helicóptero particular, sobrevoou o local por algum tempo, e segundo os invasores, alguém filmou todo o movimento no local (Alto Madeira, 05/02/1998).[6]

A primeira matéria analisada é referente à edição do Alto Madeira (05/02/1998) intitulada: "Invasores se dividem e lutam para ficar na área". Noticiando o conflito gerado pela ocupação de terra, em um espaço que ficava localizado próximo ao Alphaville, loteamento de Porto Velho-RO. Os noticiados eram pessoas que se declararam sem terra e famílias que ocupavam o local. A reportagem informa que essas pessoas viveram momentos de tensão, com a notícia de que a polícia

[6] Na citação das fontes optamos pela grafia original.

voltaria ao local para retirar quem ainda estivesse por lá, chamando-os de invasores. Até o meio-dia a polícia não havia chegado ao local. Um helicóptero particular que o jornal não deixa explícito a quem pertencia, sobrevoava e monitorava o local, também não deixando evidente se essas pessoas lutavam ou não pelo possível direito à terra.

Ele ressalta que o local sempre esteve ocupado por novas famílias, a única providência tomada de imediato foi o de fazer o cadastramento de todas as pessoas que moravam na área ocupada. O jornal faz questão de frisar que as famílias estavam sob o comando do ex-deputado "Índio", líder do movimento Sem Teto em Rondônia. Isso fica evidente na legenda em uma fotografia que afirma "os invasores eram liderados pelo ex-deputado índio".

Há estereotipação de uma população sem teto que está sendo conduzida por um ex-deputado, intitulado índio. Como aponta Hall (2016) há diversas construções sociais presentes em discursos jornalísticos. Nesse caso, não há outras matérias em edições seguintes sobre o desfecho do episódio. Isso demonstra que essa matéria foi citada de forma isolada com a intenção de causar medo e com a finalidade de criar entre a população uma representação de aversão ao indígena, pois foi demarcado em local de destaque que o líder desse movimento possui uma descendência indígena. A narrativa de representação da população é objetificada como obstáculo, de estar atrapalhando, o exponencial crescimento de uma área destinada à compra de terrenos. Em qual lugar essas pessoas viviam anteriormente, elas já tinham um espaço para chamar de seu?

Isso também é evidenciado por Porto-Gonçalves (2017), ele aponta as contradições do discurso regional transformado em suas representações e que eles inflamavam os conflitos entre interesses econômicos e ambientais no país, corroborando para o desmatamento e a segregação das populações indígenas em seu ambiente natural. Isso coloca os indígenas como obstáculos aos avanços urbanos e rurais, principalmente diante da oposição ao processo de expansão agrícola.

O termo "índio" também é mencionado em outras matérias como em uma das edições duplas do Alto Madeira (19-20/03/1998) com o título: "Sobrevivente revela descaso das autoridades". Na reportagem há a demonstração da denúncia de que um indígena sofreu descaso por parte do poder público durante um incêndio no barco durante uma refeição. Na matéria: "O índio Francisco Rosse Romarice, um dos tripulantes do barco 'Almirante Moreira III', que foi incendiado durante a viagem que fazia de Manaus a Porto Velho, reclama que até hoje não recebeu nenhuma indenização pelas perdas de seus pertences pessoais e seus documentos" (Alto Madeira 19-20/03/1998). Ele denuncia a falta de assistência e fiscalização do barco por parte da marinha brasileira. Ainda afirma que teve os pertences queimados e reclama da falta de socorro que implicou

em queimaduras, sem assistência social se viu sem roupas e com fome e não havia registros ou lista de passageiros que possibilitasse uma indenização dos sobreviventes.

A situação se agravou com a tentativa de outro passageiro de apagar o incêndio, realizando confusão ao jogar um líquido inflamável em cima do fogo, pensando que fosse água. A alternativa mais razoável deveria ser abafar o fogo para cessar sua combustão.

> Na versão de Romarice, o incêndio começou por volta das nove horas da manhã, quando um dos tripulantes estava assando uma lingüiça e o fogo começou a se espalhar, mas a coisa ficou pior, quando outro passageiro foi tentar apagar o incêndio jogando um balde de gasolina no fogão, pensando que fosse água (Alto Madeira 19-20/03/1998).

A reportagem pode representar a inviabilização de sujeitos subalternizados e a violação do estado brasileiro com o indígena. Podemos indagar que se não fosse indígena receberia o mesmo tratamento? Nesse sentido, Hall (2016) dialoga fortemente com a situação da representação dos grupos subjugados e da naturalização das desigualdades. Ele aponta a maneira como o discurso dominante se constrói, perdura e exclui aqueles que estão fora dele, no caso de nossa análise à população indígena.

Em relação à perda do ambiente natural, segundo Gomes Neto (2025, 25): "A reatualização do discurso da floresta selvagem a ser domada e o projeto de uma historiografia rondoniense calcada no bandeirantismo, sobre as égides do desbravamento e do pioneirismo [...]''. A informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INEP/PRODES 1998), revela que a cobertura florestal original de Rondônia era de aproximadamente 208.000 km, cerca de 87% da área do estado, principalmente nas áreas de maior produtividade, não por acaso, onde muitas delas se encontravam em aldeias, na qual a disputa por territorialidades se instaura nas ambiguidades retratada no Alto Madeira.

Conforme o Relatório de atividade da superintendência Regional de Rondônia (1991), o projeto de construção civil desenvolvido durante os anos de 1980 e 1990 previa a abertura de lotes em áreas de florestas, distribuição de terras sem estudos fundiários prévios, A atuação do Instituto nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra), esteve profundamente ligada ao projeto de "ocupação" da Amazônia (uma terra já ocupada) e isso se representa na diminuição da população indígena no Estado.

Conforme Becker (2005) instauraram-se programas de incentivos à colonização em Rondônia e na Amazônia como parte de uma estratégia de ocupação territorial. A autora destaca que a colonização concentrou populações ao longo das rodovias, criando um arco de desmatamento, provocando a fragmentação social e ambiental sem considerar os limites ecológicos da Amazônia e muito menos a população que já a habitava. A criação do Programa de Integração Nacional (PIN)

em 1970, representou a estratégia do governo militar no fortalecimento da segurança nacional por meio da expansão pioneira, com o slogan "ocupar para não entregar" e que tinha como um de seus interesses consolidar a rodovia BR-364, ligando o centro sul à Amazônia Ocidental. A liberação de financiamentos de créditos rurais para a produção fazia parte da política de incentivo de ocupação das áreas de preparo rural. Na década de 1990, o Incra massificava a distribuição de terras (INCRA 1991). Muitas delas em áreas reivindicadas por povos indígenas, gerando inúmeros conflitos até a luta pelo reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

Nesse sentido, segundo Oliveira (2016), os relatórios como os da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) criticaram fortemente o papel do Incra em contribuir para acirrar conflitos fundiários, a exemplo da terra indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, invadidas por colonos nos anos de 1980. A constituição cidadã de 1988 estabelecia que todas as terras indígenas deveriam estar demarcadas até 1993, mas o estado brasileiro não cumpriu o prazo.

A terra indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau foi mencionada em uma matéria do Alto Madeira. A matéria intitulada: "Ambientalistas constatam invasões na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau" aponta como se desenvolveram os conflitos.

> Representantes da Associação de Defesa Etno-Ambiental Kaniné, juntamente com um técnico da Funai e um policial da Polícia Federal, realizaram no mês de maio um sobrevôo na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau e Parque Nacional do Pacáas Novos com o objetivo de checar denúncias e verificar focos de furto de madeira, garimpo e invasão por grileiros, para auxiliar a fiscalização por terra (Alto Madeira 01/07/1998).

A reportagem reúne vários aspectos que chamam a atenção do leitor. O primeiro deles é o motivo das invasões, sendo o furto de madeira, o garimpo ilegal e invasões por grileiros, ressaltando que a região possui uma vasta extensão de reserva e em razão disso a necessidade de uma vigilância constante na área. Isso evitaria a exploração ilegal dos recursos minerais, gerando maior proteção ambiental e segurança aos indígenas. É perceptível que as terras indígenas sempre foram focos de conflitos entre os grupos que ocupam suas terras.

Outro fator que chama a atenção é a certeza de impunidade dos infratores ao realizar esses atos, ele completa dizendo que "após os flagrantes de delitos feitos aos madeireiros e a instauração de dezenas de inquéritos policiais, os próprios infratores foram colocados como fiéis depositários dos maquinários e equipamentos utilizados nos crimes ambientais e nenhum infrator foi punido ou indenizou os moradores da reserva" (Alto Madeira 01/07/1998).

A matéria finaliza apontando que umas das poucas pessoas que trabalhava em prol da comunidade indígena, sendo funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai)[7], foi demitido sem nenhuma justificativa após fazer parte das denúncias na reserva indígena. Os conflitos se configuram a partir da submissão das terras, do avanço territorial e da falta de punição. Os indígenas eram os primeiros a serem afetados pelo marco da ocupação de terra, a exemplo disso, em Rondônia, temos não apenas os Uru-Eu-Wau-Wau", mas o caso dos Pacaás novos em Guajará Mirim que apesar de terem o seu território reconhecido, muitas áreas foram invadidas por seringueiros e posseiros, diminuindo o seu território.

De acordo com Girão (2004) em vários casos, o Incra promoveu assentamentos em áreas sobrepostas a territórios indígenas ou em zonas adjacentes, intensificando os conflitos e a opressão sobre essas populações. A atuação do órgão ignorava ou relativiza a presença tradicional indígena, favorecendo a lógica da ocupação forçada, fazendo com que fazendeiros, grileiros e parlamentares ruralistas tornassem forte a pressão contra a regularização fundiária nas terras indígenas. Muitas áreas permaneceram invadidas ou foram disputadas judicialmente por anos, gerando tensões e confrontos. Registros alarmantes da violência contra os indígenas se faziam presentes, como o assassinato de lideranças, a expulsão de territórios e a destruição das aldeias. A realidade se enfatiza na problematização da promessa versus a realidade em relação à demarcação territorial (CIMI 2021).

Na matéria do Alto Madeira (20/03/1998) "Sesau treinará agentes indígenas para prevenir aids nas tribos". O enunciado informa que a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) irá pôr em prática um projeto de prevenção em 38 comunidades indígenas do estado de Rondônia, "não vamos impor nada a eles". A ação partiria de Porto Velho, Guajará Mirim e Ji-Paraná, estendendo-se conforme a capacitação dos agentes para as demais populações do estado, chamados de "agentes multiplicadores". A Sesau informa que um dos motivos que levou à mobilização, foi o constante contato do "índio" com o homem branco, em virtude de recorrentes casos de contaminação.

> De acordo com a coordenadora dos trabalhos , psicóloga, Maria Regina, uma equipe de técnicos será deslocada até as tribos dos municípios de Porto Velho, Guajará- Mirim e Ji- Paraná, para capacitar líderes de diversas etnias como agente multiplicador.[...] O treinamento será feito nas aldeias por técnicos da coordenadoria estadual do DST,[...] Após o treinamento nas tribos, de acordo com Maria Regina, os agentes indígenas irão confeccionar cartilhas bilíngues que serão distribuídas à comunidade (Alto Madeira 20/03/1998)[8].

[7] A Fundação Nacional do Índio (Funai) mudou de nome em 2023 e passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas para abranger a diversidades dos povos originários que compõem o Brasil.

[8] Atualmente, as ciências humanas e sociais não utilizam o conceito tribo e o conceito de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), mas infecções sexualmente transmissíveis (IST).

No tocante à saúde indígena, as doenças atingiram em concentração maior as comunidades na região Amazônica e foi a partir do aumento do número da epidemia de HIV/AIDS que o Estado voltou à atenção para o surto, intensificando campanhas preventivas. Alguns deles partilharam seus próprios saberes, traduzindo o conhecimento técnico para a comunidade em seus próprios idiomas. De Castro (2021) explica que esse acometimento atingiu em larga escala a saúde dos povos indígenas americanos e que em primeiro momento a diversidade entre idiomas, costumes e crenças teria impossibilitado a criação de critérios e intervenções comuns. Enfatizamos que a situação da saúde indígena no Brasil é caracterizada pelas alterações que englobam desde eventos epidêmicos até a reestruturação do sistema de saúde e que ainda hoje revela a carência de políticas específicas na atenção à saúde das consideradas minorias sociais.

O conceito de desigualdade refere-se à relação entre desenvolvimento e justiça social. A falta de assistência às comunidades indígenas nada mais é do que a obstrução a o acesso de recursos, oportunidades e direitos às garantias presentes na Constituição Federal. Hall (2016) aponta que os atos da fragilização pública de grupos sociais pelas classes dominantes com um discurso de proteção, nada mais é que uma forma de legitimar práticas de dominação. Não necessariamente o fato de intervenção e prevenção de doenças de modo geral, mas "o discurso civilizador" aliado a real intenção e interesse comercial, nos recursos naturais e territoriais dessas populações.

Outro serviço fornecido, durante o ano de 1998, que também foi destinado à população indígena, nesse caso os Karitianas, foi à criação do Registro Geral (RG). Em matéria do Alto Madeira (12/05/1998), essa população é informada que terá acesso a carteira de identidade. O trabalho foi realizado em conjunto com o instituto de identificação: "Pizzano disse que a secretaria tem se esforçado para tornar o "índio" um membro atuante da sociedade e participantes das decisões que interessam ao país" (Alto Madeira 12/05/1998). O trecho deixa evidente a tentativa de uma civilização, não reconhecendo e respeitando outras culturas, mas uma tentativa de incorporação. O direito a cultura é um direito humano. O surgimento das lutas e movimentos que defendiam os direitos individuais de pessoas às margens da sociedade corroborou para a defesa dos direitos dos grupos minoritários, fazendo com que se pensasse com mais afinco nas potencialidades de garantir os direitos humanos (Hall 2016).

O grupo cultural Karitiana foi representado também a partir de uma demanda eleitoral: "Líder Indígena pretende ser deputado estatal" (Alto Madeira 03/09/1998): "A campanha eleitoral deste ano conta com a representação indigena, os direitos violados e as invasões nas reservas são os principais temas explorados" (Alto Madeira 03/09/1998). Informando que um dos pretendentes da vaga de deputado é Antonio Karitiana, tendo candidatando-se a deputado estadual pelo Partido dos

Trabalhadores (PT), na luta pela defesa da Amazônia, do meio ambiente e dos povos indígenas de Rondônia. Além disso, a estatística do jornal é que naquela época havia sete mil indígenas em Rondônia e a quantidade de votos para sua eleição era de quatro mil votantes.

A notória preocupação dos indígenas em ter um representante na Assembleia Legislativa era principalmente para lutar pela assistência médica não apenas dos Karitiana, mas de etnias que viviam na Amazônia. Ele ainda buscava: proteção das áreas indígenas e preservação da cultura. Os descasos perpassam em torno das problemáticas que sempre foram enfrentadas pelas comunidades indígenas, afirmando a continuidade dos descasos, a faltosa e tardia proteção e a realidade da exclusão. Conforme afirma Oliveira (2016, 79): "[...] Ainda que constitucionalmente garantidas. As ações do estado foram marcadas por omissão, lentidão e, muitas vezes, cumplicidade com os interesses do capital".

Outra matéria que se refere aos povos indígenas aponta a etnia Suruí. Observamos um trecho da matéria intitulada: "Emater inicia trabalho junto aos índios 'Suruis'":

> Associação de assistência técnica e Extensão, Emater, está atendendo a comunidade indígena dos Suruí através do projeto de apoio às atividades produtivas agropecuárias em terras indígenas, que servirão de base física para o diálogo nas reuniões para discussões tecnológicas e do "ensinar fazendo". Traz o notório interesse da rápida difusão de tecnologias em terras indígenas, informa a culminância de doenças, a morte de 193 indígenas, e a área de sobrevivência contabilizada em 24.164 hectares de terra, segundo o jornal o intuito é apenas de levar novas formas de tecnologia para as comunidades associada às práticas agropecuárias (Alto Madeira 26/05/1998).

Analisando alguns aspectos da reportagem, percebemos a intencionalidade de promover uma rápida difusão tecnológica em terras indígenas e que as unidades instaladas servirão de exemplo para que todas as outras comunidades possam visitar o modelo sugestivo e também adotar os novos conhecimentos. Isso pode ser caracterizado como uma forma de internalizar e reproduzir esses padrões como se fossem os únicos possíveis e corretos. Além do que, substituir os saberes alimentares e medicinais da própria comunidade, além de ser uma forma sutil de propagar as práticas do agronegócio dentro da própria comunidade. Ele historicamente oprimiu e segregou muitas comunidades indígenas pelo interesse em suas terras, caracterizando suas ações como se elas fossem de total interesse dos indígenas, afirmando que eles buscam autonomia através da estruturação e fortalecimento de suas próprias associações.

De acordo com a notícia, pensando esses aspectos e os discursos protecionistas como o "ensinar fazendo" e novas formas de tecnologias associadas às práticas agropecuárias, são ações utilizadas como vertentes desse processo de ocupação territorial pelas quais marcaram o avanço de conhecida marcha progressista para a região Norte. Conforme Franco (2019), a mídia orquestrou um papel extremamente importante para o desenvolvimento econômico de Rondônia. Ela utilizou

veículos de comunicação para convencer as pessoas a migrarem para a região. Dentre essas mídias se encontravam os anúncios em rádios e televisão, sempre colocando os interesses econômicos acima dos direitos locais, das culturas, sobretudo dos indígenas.

Os projetos culminaram na abertura de estradas, a construção de hidroelétricas e a expansão da agropecuária desde a chamada integração da região amazônica. As primeiras demarcações de terras indígenas no estado de Rondônia, ocorreram no início do século XX, impulsionadas pela ação de Marechal Cândido Rondon e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre os atuais municípios de São Francisco do Guaporé e Seringueiras. Outros problemas eram iminentes desde a construção da rodovia BR-364 envolvendo indígenas e homens brancos (Oliveira 2016).

Em outra matéria do Alto Madeira (21/09/1998): "Índios repudiam declarações de candidatos a governador", afirma que se um candidato for eleito ele irá propor a redução das terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, nos limites dos quais possui uma fazenda, onde nos anos de 1960 tentou os primeiros contatos com essa etnia. O político declarou na imprensa da capital, que Rondônia não pode ficar com quase 75% de seus territórios como reserva e que não há como atingir o desenvolvimento do estado com esses números. Mais uma vez há um discurso de apropriação de terras daqueles que sempre foram a favor da diminuição das terras indígenas. Essa redução em reservas ambientais vai acontecendo de maneira gradual e impactante. Como aponta Gomes Neto (2025) discursos políticos que defendem a ocupação de novos territórios em nome do progresso, como estas aparecem em diversas pautas locais nacionais. Isso se materializa por meio de abertura de rodovias e avanço da fronteira agrícola, entre outras questões que promovem a natureza preservada, a produtividade e reforçam o paradigma da terra vazia. Essas ações não apenas visam ocupar o vazio, mas negligenciam a existência de povos indígenas, ribeirinhos e a função ecológica das florestas.

Outra pergunta poderá ser feita: Por que "hoje" não é o dia do "índio"? Perpassando a alusão das datas em que se defende a luta dos povos da Amazônia, esse "dia" ainda não chegou, porque mesmo com significativos avanços, há o latifúndio e os garimpos que expulsam as ditas minorias. Nesse sentido, acreditamos que a perda do território, da língua e dos aspectos culturais são uma das experiências mais profundas e traumáticas vividas por povos submetidos à colonização. De forma invisível, apaga o valor das culturas dominadas impondo, conforme Bourdieu (2011), a legitimidade da cultura dominante.

Conforme o periódico Alto Madeira (06/11/1998) em duas matérias: "Índios Aripuanã estão sem assistência" e "Índios denunciam falta de apoio e Funai rebate críticas" retratam o descaso em relação à falta de assistência aos indígenas que estavam distantes da aldeia e de seu estado,

Lábrea/AM. Os indígenas relatam a falta de recursos financeiros para se alimentarem, serem medicados e também pela falta de iniciativa da Funai para transportá-los à aldeia de origem. Já os representantes da fundação rebatem as críticas e alegam que eles não estão recebendo assistência por não estarem na aldeia. A matéria possui ainda três fotografias sobre a situação, mostrando um embate de queixas dos indígenas e as justificativas dos representantes da Funai.

Na matéria ainda se informa que a casa do índio em Porto Velho que está acolhendo os indígenas, não possui aporte financeiro para suprir mais do que o necessário, referente à alimentação e a compra de medicamentos já existentes no orçamento. Conforme Oliveira (2016) a falta de verbas deve-se às medidas de contenção criadas pelo governo em 1998, que levou à proibição de gastos da Funai, paralisando as casas do índio e outros serviços de apoio.

A matéria do Alto Madeira denominada "Abandono e a falta de recursos, revoltas indígenas em Rondônia" (Alto Madeira 20/12/1998) aponta que os "Índios em Rondônia não tem motivos para comemorar hoje, no dia dedicado a eles" (Alto Madeira 20/12/1998). Nas áreas indígenas o abandono é considerado pela matéria como geral e que muitas datas comemorativas foram criadas para dar notoriedade ao marco simbólico e não como resultado de políticas reparatórias.

O periódico segue afirmando que "A falta de educação e saúde, além de fiscalização nos limites das reservas, o único órgão de apoio ao índio, A Funai, não tem recursos para desenvolver suas atividades, o orçamento deste ano em todo o Brasil era inicialmente de 35 milhões e ainda foi cortado pela metade" (Alto Madeira 20/12/1998). Ao decorrer da matéria é esboçada a problemática da falta de recursos e finaliza "relatando que a casa do índio está caindo aos pedaços com cortes públicos, a falta de infraestrutura, sem janelas, não tem alimentação para receber os doentes, faltam cama e colchões" (Alto Madeira 20/12/1998). Infelizmente, as lutas indígenas não foram reconhecidas em termos concretos, o que existe é uma política de aparência, que valoriza o símbolo, mas ignora esses sujeitos. Segundo Pierre Bourdieu (2011), a negligência sistemática naturaliza o abandono, perpetuando o ciclo da marginalização sem uso da força direta, mas com instrumentos simbólicos de dominação cultural e institucional.

Entre a sistemática dos conflitos territoriais, a tutela governamental e as lutas em prol da própria comunidade, construiu-se o imaginário do sujeito indígena no periódico Alto Madeira. Acompanhando a questão do progresso, historicamente vinculado à expansão territorial, ao crescimento econômico e à modernização tecnológica. Eles foram amplamente instrumentalizados como justificativa para intervenções em territórios pertencentes às populações indígenas no Brasil, A violência física e simbólica veste uma roupagem "normalizada" partindo do discurso que as populações consideradas nativas eram empecilho ao processo nas práticas de urbanização,

atrasando Rondônia a integração nacional, as demandas do capital. Essas práticas propiciaram o escanteio da população originária e a submissão a modernidade/modernização.

A mídia jornalística tinha o interesse de tornar popular esse "boom" dos avanços progressistas em Rondônia e não se preocupava com os sujeitos que ocupavam, inicialmente, as terras. Desta forma, isso não estava distante do que se pensava em todo o país durante os anos de 1990, especialmente 1998. Conforme Capelato (1988, 34) já apontava dez anos antes do nosso período estudado: "A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época". O Brasil passou a criar postos de proteção e assumir o papel da "tutela" das comunidades indígenas, especialmente com a criação do serviço de proteção aos Índios (SPI), sob os cuidados nacionais, e na prática como "terra de ninguém" inevitavelmente acompanhou o processo de consolidação territorial e modernização republicana.

Os jornais fazem parte de uma cultura material e simbólica, que ensina a lidar com as fontes históricas, dialogando com seus aspectos nacionais, políticos, humanos, interagindo e moldando a forma de discutir a imagem daquele que é representado (Luca 2008). Desempenhando um papel fundamental da memória social, não apenas como fontes de informações, mas também como instrumentos simbólicos que ajudam a moldar a percepção coletiva sobre os fatos históricos e os sujeitos envolvidos.

Essa função vai além das simples narrativas dos fatos, os jornais dialogam com valores sociais, ideológicos políticos e relações do poder, influenciam diretamente a imagem dos indivíduos e grupos que representam. Essa perspectiva é especialmente relevante quando se observa grupos sociais como, indígenas, homens e mulheres negros, pobres e outros que são considerados as minorias e por isso são silenciados na mídia. A escolha do que vira notícia, de quem dá voz e como se estrutura a matéria revela muito sobre o conceito social e político de cada período. Por isso, ao moldar a imagem de quem é representado, os jornais podem tanto reforçar estigmas e preconceitos, como contribuir para a visibilidade de injustiça e resistências sociais.

Apesar do estado brasileiro afirmar que promoveu a proteção dos povos indígenas, o motivo principal envolve premissas políticas, econômicas e porque não dizer ideológicas que contradizem o cuidado e respeito, marcadas pelo paternalismo. O estado facilmente restringia a autonomia e os direitos dos povos originários, servindo para controlar territórios, frear as resistências e integrar ao modelo nacional de desenvolvimento. Podemos enfatizar que em prática o sistema de apoio aos indígenas, possuía inúmeras deficiências, razões políticas e interesses na proteção. O Estado utiliza discursos de assistência social como ferramentas de dominação simbólica e fragilização das

comunidades indígenas por todo o país. O poder não se impõe não pela força, mas pelo meio da aparente benevolência e naturalização das hierarquias (Bourdieu 2011).

Apesar disso, a justificativa da integração nacional motivou o aumento das reportagens noticiando os povos indígenas. Os jornais também se tornaram um recurso para denunciar as precariedades nas suas comunidades, mesmo que de forma enviesada, traz à tona as situações de violência, abandono governamental, disputas latifundiárias e crises sanitárias. Muitas reportagens ajudaram a expor as crises ignoradas por autoridades públicas.

Considerações finais

O Brasil repetiu as ações de vários países visando à permanência econômica no mercado mundial através do desenvolvimento sustentável e liberdade econômica, incluindo a defesa dos direitos humanos para os povos indígenas que foi um processo relativamente recente no país e no âmbito internacional. A partir desses fatores podemos afirmar que Rondônia foi um dos projetos mais acabados da Ditadura Militar, o que não abandonou os conflitos existentes, pelo contrário, houve um afloramento.

A nossa intenção foi explicar como o jornal representou a imagem do indígena, dentro desse processo caracterizado como "boom" da região norte e período de redemocratização brasileira. Umas partes desses acontecimentos estiveram presentes nos aportes das representações que apontamos no periódico Alto Madeira. A forma como os indígenas são descritos no periódico é resultante de uma construção de identidade através do impacto da mídia sobre a população. O periódico retratava os indígenas como indivíduos marginalizados, selvagens e hostis, acompanhando a narrativa de obstáculo ao progresso, narrativa que vai se transformando conforme há um discurso de aceitação dos mesmos diante do processo de colonização do estado. A estereotipagem passa a ser remodelada pelo periódico, dessa vez com uma roupagem não tão agressiva do indígena.

O indígena é fortemente associado à defesa da Amazônia, da biodiversidade e dos direitos territoriais. Essa experiência em longo prazo colaborou para o preconceito que em muitos casos ainda é alimentado, como a ideia de um povo que não possui uma trajetória própria, reproduzindo a omissão do processo de identidade, que carregava uma herança histórica desde o império até a atualidade. Os indígenas foram representados por uma construção marcada pelas relações de poder, dos conflitos regionais, das práticas cotidianas das representações construídas sobre os grupos sociais, também reflete as vertentes ideológicas de seus criadores.

Em relação às informações populacionais, o jornal apresenta a diversidade de sujeitos indígenas presentes em Rondônia, principalmente associada à bacia do rio Madeira, que é um dos maiores afluentes do rio Amazonas. A região é marcada historicamente por migrações, a presença de seringueiros, migrantes e militares na região. As etnias mencionadas estão localizadas entre os municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e arredores.

Os dez anos da Constituição cidadã trouxe para a população indígena de Rondônia a representação de um momento de ruptura simbólica e legal com o regime autoritário e com o modelo tutelar ao qual marcou a relação do estado com os povos indígenas. O governo colocou em discurso as mudanças constitucionais, mas na prática as estruturas mantiveram o legado arcaico sobre as decisões indígenas. Os direitos das populações indígenas foram duramente confrontados por políticas desiguais, a usurpação dos recursos naturais e omissões em Rondônia.

A partir disso, concluímos que o jornal agradava a elite do Estado com seu discurso. A questão indígena foi tratada com parcialidade, a agenda orientada pelas relevâncias sociais e a preocupação em expor os acontecimentos políticos e sociais serviram como estratégia de ocupação da Amazônia. Ele construiu/reproduziu padrões e práticas culturais como são comumente nos ideários de uma representação ou mais representações (Hall 2016). Há uma tentativa de homogeneização de sujeitos e fatos, mesmo que apresente a diversidade entre os povos e etnias.

Esperamos que essas discussões possam ampliar os debates que envolvem os personagens e culturas indígenas, e que o tema possa alcançar a sua importância no diálogo nacional e local. Durante décadas, as narrativas que ocupavam a centralidade dos discursos excluem-a e marginalizam os povos originários proporcionando ambiguidade na garantia de seus direitos. As políticas governamentais acessaram essa comunidade, sublinharam os descasos, mas não avançaram. As ações governamentais devem arcar com seu comprometimento constitucional, moral e ético buscando a equidade e reparação justa aos povos indígenas.

Referências

Fontes

Alto Madeira, 05/02/1998; 19-20/03/1998; 20/03/1998; 12/05/1998; 26/05/1998; 01/07/1998; 21/09/1998; 06/11/1998; 19-20/12/1998. Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense – CDR - Universidade Federal de Rondônia, Campus Rolim de Moura.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. 2021. *Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil*: dados de 2020. Brasília: CIMI.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1991. *Relatório de atividades da superintendência Regional de Rondônia -SR (25). Porto Velho.*

INEP/PRODES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 1998. *Estudo sobre os povos indígenas do Alto Madeira*.

G1 RONDÔNIA. 2019. Morte de Euro Tourinho: veja a repercussão, G1. 26 de nov. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/11/26/morte-de-euro-tourinho-veja-a-repercussao.ghtml. Acesso em: 14 de abril de 2025.

Bibliografia

Becker, Bertha K. 2005. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bourdieu, Pierre. 2011. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Calonga, Maurilio Dantielly. "O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?". *Comunicação & Mercado* 1, no. 2 (2012): 79-87.

Capelato, Maria Helena Rolim. 1988. *A imprensa na história do Brasil.* São Paulo: Contexto/EDUSP.

De castro, Roberta Francisca Martins. "Atenção à saúde do Indígena no Estado de Rondônia, Brasil: Revisão das Políticas Públicas de Saúde". *Saber Científico (1982-792X)* 1, no. 1 (2021): 209–23.

Franco, Gilmara Yoshihara. "A construção do 'Brasil potência' a propaganda de estímulo à migração para o Norte do Brasil – um estudo a partir do caso de Rondônia" (1968-1981). *História Unisinos* 23, no. 1 (2019): 96-109.

Gomes Neto, João Maurício. 2025. *Contar trajetórias, historiar memoriais*: *narrativas de colonização e progresso em Rondônia (séc XX).* Porto Velho: Edufro.

Girão, Sidney. 2015. *Dinâmicas territoriais em Rondônia*: *conflitos fundiários em torno do Projeto Integrado de Colonização. (1970-2004).* Porto Alegre.

Hall, Stuart. 2016. *Cultura e representação.* Rio de Janeiro: Editora Apicuri.

Luca, Tania Regina de. 2008. "História dos, nos e por meio dos periódicos". Em *Fontes Históricas, org.* Carla Bassanezi Pinsky. 111-153. São Paulo: Contexto.

Nogueira, Mara Genecy Centeno. 2019. “Temperando palavras e degustando leitura, o jornal em sala de aula”. Em *Narrativas sobre a cidade: Revisitando o Jornal Alto Madeira*, org. Mara Genecy Centeno Nogueira, e Elis da Silva Oliveira, 13-34. Porto Velho: Temática Editora.

Oliveira, João Pacheco de. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.* Rio de Janeiro: Contra Capa.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. 2017. *Amazônia: Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais.* Rio de Janeiro: Consequência.

Silva, Kalina Vanderlei, e Maciel Henrique Silva. 2009. *Dicionário de Conceitos Históricos.* São Paulo: Contexto.

Woodward, Kathryn. 2014. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. Em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Tomaz Tadeu da Silva (org.). 7-72. Petrópolis, RJ: Vozes.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50281

"A CIDADE ESTÁ CHEIA DE FLAGELADOS": Montes Claros como entreposto da migração nordestina e seus desdobramentos, 1930 - 1940[1]

"THE CITY IS FULL OF SCOURGES": Montes Claros as a hub for migration from the Northeast and its consequences, 1930 -1940

"LA CIUDAD ESTÁ LLENA DE FLAGAS": Montes Claros como centro migratorio del Nordeste y sus consecuencias, 1930-1940

Pedro Jardel Fonseca Pereira [*]

[*] Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros e graduado em História pela mesma Universidade. Integra o Grupo de Pesquisa "Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos" (UERJ/CNPq). E-mail: pedrojardelpereira@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a passagem dos migrantes nordestinos por Montes Claros, sob a ótica do *Gazeta do Norte*. A cidade norte - mineira era entreposto dos "flagelados da seca", cujo intuito era embarcar na Estação Ferroviária para São Paulo, no entanto, antes eram submetidos à triagem médica. Na fundamentação teórica, utilizamos as seguintes categorias de análises: *reprodução social das famílias nordestinas* de Paulo Fontes e *estabelecidos e os outsiders* de Norbert Elias e John L. Scotson. As informações obtidas a partir da imprensa foram analisadas sob a perspectiva metodológica da Análise do Discurso. O que nos permitiu constatar que os migrantes, além de serem indesejados, foram alvos de ações que visavam excluí-los da urbe.

Palavras-chave: Migrantes nordestinos; Montes Claros; controle da mobilidade.

Abstract: The objective of this article is to analyze the passage of migrants from the Northeast through Montes Claros, from the optics of the discourses of Gazeta do Norte. The city in northern Minas Gerais was a depot for the "scourged by the drought", whose intention was to board the train station to São Paulo and who had to undergo medical screening that rejected the sick. In the theoretical basis, we used the following categories of analysis: social reproduction by Paulo Fontes and established and Outsiders by Norbert Elias and John L. Scotson. The information obtained from the press was analyzed from the methodological perspective of Discourse Analysis. This allowed us

[1] Este artigo foi desmembrado da tese de doutorado produzida pelo autor.

to determine that the migrants, in addition to being unwanted, were targets of actions that aimed to exclude them from the city.

Keywords: Migrants from the Northeast; Montes Claros; mobility control.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el paso de migrantes nordestinos por Montes Claros, desde la perspectiva de Gazeta do Norte. Esta ciudad del norte de Minas Gerais fue un punto de acogida para los "azotados por la sequía", cuya intención era abordar la estación de tren con destino a São Paulo. Sin embargo, primero fueron sometidos a un examen médico. En nuestro marco teórico, utilizamos las siguientes categorías de análisis: la reproducción social de las familias nordestinas, según la descripción de Paulo Fontes, y las familias establecidas, y los forasteros, según la descripción de Norbert Elias y John L. Scotson. La información obtenida de la prensa se analizó desde la perspectiva metodológica del Análisis del Discurso. Esto nos permitió determinar que los migrantes, además de ser indeseados, fueron objeto de acciones destinadas a excluirlos de la ciudad.

Palabras clave: Migrantes del Nordeste; Montes Claros; control de movilidad.

Introdução e fundamentação teórica

A partir da chegada da Ferrovia Central do Brasil, no ano de 1926, a cidade de Montes Claros, localizada no Norte de Minas Gerais, passou a receber diariamente uma quantidade extraordinária de migrantes provenientes do Nordeste e Norte de Minas. No entanto, nem todos os que chegavam conseguiam seguir seu destino previsto. O que contribuiu para que o contingente de pessoas retidas na cidade superasse, em algumas épocas, o número de habitantes locais. Dois fatores colaboraram para que a urbe se tornasse entreposto dos nordestinos e norte-mineiros em deslocamento para o Estado de São Paulo. Como o recrutamento de mão de obra para atender à demanda dos agricultores paulistas.[2] O segundo fator foi a chegada da Ferrovia, em meados da década de 1920, ao norte de Minas, especificamente em Montes Claros. Devido aos problemas econômicos relacionados à Crise de 1929 e à Primeira e Segunda Guerra Mundial, o prolongamento da ferrovia foi interrompido por alguns anos e a cidade permaneceu como ponta de trilhos por quase duas décadas. Para os migrantes, a chegada da ferrovia em Montes Claros agilizava o tempo da

[2] No governo de Getúlio Vargas a imigração estrangeira sofreu restrições e os trabalhadores nacionais teriam o papel de atender a demanda de mão de obra interna. Ver em Koifman 2012, Lessa 1993.

viagem até São Paulo, antes realizada diretamente em caminhão pau de arara,[3] por isso, passaram a se deslocar para essa cidade. Nesse mesmo ínterim, os agenciadores de mão de obra também estabeleceram na urbe seus escritórios; dessa maneira, não era mais necessário o deslocamento até os estados do Nordeste para recrutar trabalhadores.

Montes Claros, entretanto, não dispunha de uma infraestrutura para atender à demanda e os recrutadores de mão de obra estavam interessados apenas nos trabalhadores sadios; para isso era realizado um exame médico, e aqueles considerados doentes eram rejeitados. Os trabalhadores em condições precárias permaneciam acampados ao lado da Estação Ferroviária, na praça pública, sob as sombras das árvores e nos beirais das casas. Uma das alternativas encontradas para sobreviver foi recorrer à população no intuito de angariar algum alimento ou mesmo alguns "trocados" [dinheiro] para saciar a fome. O que foi categorizado pela imprensa como *mendicância.*

Para a elite local, o grande número de mendigos circulando e esmolando pelas ruas da cidade representava um grande problema social, sanitário, estético e de violência. Do ponto de vista das autoridades, políticos, comerciantes, profissionais liberais, Igreja Católica, imprensa, dentre outros, devido à sua localização privilegiada, a cidade figurava como a metrópole norte-mineira. No entanto, existia o lado negativo, ou seja, o fato de ela ser centro de convergência de migrantes contribuía para atrair um enorme contingente de pobres.

Por meio dessa investigação questionamos qual era a real intenção, sobretudo da imprensa local, ao difundir as informações sobre os migrantes rejeitados em Montes Claros? As indicações das fontes e a análise realizada viabilizaram a hipótese de que os grupos da elite local[4] estavam preocupados com a higiene e o desenvolvimento da cidade. Os migrantes retidos representavam um aspecto negativo diante do ideal de "modernização" da urbe. Inclusive, foram articuladas diversas estratégias de caráter higiênico e de segregação no intuito de limpar a cidade. Como também utilizar a imprensa para propagar um discurso negativo sobre os "retirantes". Em relação aos termos retirantes e flagelados, Frederico Castro Neves (2000) observa que existe uma diferença em suas acepções. O termo "retirante", por exemplo, era atribuído àquele que, em tempos de seca, retirava-se do seu local de moradia, podendo retornar com o fim desse período. O historiador ressalta: "Aliás, percebê-lo como 'retirante' já é uma objetivação, uma definição do saber que se generaliza como se fosse da natureza das coisas" (Neves 1995, 94).

[3] "Pau de arara" é um caminhão adaptação para o transporte de passageiros, comum em regiões rurais, sobretudo no passado, pois este tipo de transporte é irregular. Ele é caracterizado por uma carroceria aberta com tábuas de madeira como assentos, muitas vezes cobertos por uma lona encerada.
[4] Composto por fazendeiros, políticos, delegado de polícia, grandes comerciantes, médicos, advogados e Igreja Católica.

A partir da seca de 1915, esses sujeitos passam a ser denominados “flagelados”, termo que indicava uma condição de vítima de um flagelo – algo exterior a todos, indistinto, pertencente ao domínio do imponderável. Para os novos saberes, esse homem que se retira era visto, segundo o historiador, como um objeto inanimado, condicionado a não fazer escolhas, condenado à resignação diante daquilo que era imposto pelo divino.

A presente pesquisa se mostra relevante por lançar luz sobre um aspecto da migração de nordestinos ainda pouco visível, que diz respeito ao que ocorria com os migrantes durante a viagem. Como, por exemplo, uma triagem médica realizada no meio da travessia e como reflexo desse processo, a precariedade enfrentada pelos deslocados. Além disso, evidenciamos o papel dos trabalhadores enquanto mão de obra nesse período.

Num primeiro momento identificamos no jornal local, o *Gazeta do Norte*, a passagem e a permanência temporária dos migrantes por Montes Claros. Assim como os reflexos da triagem médica realizada pelo serviço de migração, na trajetória desses sujeitos e para a própria cidade.[5] A *Revista do Conselho de Imigração e Colonização* também abordou o assunto, mas as informações dizem respeito aos auxílios prestados pelo Conselho aos nordestinos rejeitados em Montes Claros. Ou, como se referiu à imprensa na época, os flagelados da seca, ou retirantes, pois o termo migrante era geralmente utilizado para nomear, na maioria das vezes, os estrangeiros que chegavam ao Brasil (Paiva 2004). A Revista *O Observador Econômico e Financeiro,* com sede no Rio de Janeiro, também noticiou o que vinha ocorrendo com os migrantes nordestinos retidos na cidade.

As historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) chamam atenção para os mais variados aspectos da vida social e política, que podem ser extraídos da imprensa. Nesse sentido, afirmam: “Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz e Peixoto 2007, 256).

Como suporte social, segundo as pesquisadoras, a imprensa se comunica de um lugar específico de fala, tempo e intencionalidades. Para isso, deve-se considerá-la “como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal" (Cruz e Peixoto 2007, 258). É necessário identificar como a cada momento são estabelecidas as relações entre imprensa e sociedade e como essa relação propõe movimentos de constituição e instituição do social. Contudo, a interpretação desse tipo de

[5] Esse se encontra em arquivo físico no *Centro de Pesquisa e Documentação Regional* (CEPEDOR), da *Universidade Estadual de Montes Claros* (Unimontes).

informação requer também um suporte conceitual, já que a imprensa é constituída de discursos e representações. O historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) orienta que, ao lidar com o discurso, devemos levar em conta o seu contexto de produção no passado: "Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte [...] devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais" (Albuquerque Júnior 2011, 235).

Ainda, para o autor, independentemente do documento, ele é uma forma de discurso. Para que a análise seja mais profícua, ela deve ser realizada em dois momentos: primeiro, fazer uma análise externa – nessa etapa, o pesquisador deve se informar sobre datação, localização espacial e as autorias, assim como também identificar o momento histórico em que ele foi proferido, os pretextos e seus objetivos; esclarecer as relações de poder e de saber em quais o responsável pelo discurso está envolvido. A etapa seguinte é da análise interna, quando se identifica o "acontecimento" e interroga e, para isso, ele cita o exemplo de que o discurso não tem a mesma transparência de uma lente de vidro: "tem uma espessura própria, tem regras de constituição e produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada" (Albuquerque Júnior 2011, 237).

Na fundamentação teórica recorremos ao conceito de reprodução social das famílias nordestinas. Essa categoria de análise vem sendo empregada pelos historiadores, desde a década de 1970. Uma das pioneiras no seu uso foi Marilda Aparecida de Menezes em, *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho* de 1985. A historiadora utilizou esse conceito para refutar a interpretação baseada nos fatores de expulsão e atração, em voga nas décadas anteriores, sendo Paul Singer um dos seus expoentes.[6] Conforme Menezes (2012), os deslocamentos não tinham caráter definitivo, ou seja, a maioria dos operários retornava para suas localidades, após uma temporada, como empregados em outros estados. Ou seja, após reunir alguns recursos financeiros.

A estratégia de migrar para obter recursos e depois retornar para suas regiões de origem também foi realçada por Paulo Fontes. O historiador analisou na perspectiva da reprodução social os deslocamentos de trabalhadores nordestinos para São Miguel Paulista, na região da zona leste de São Paulo, capital, no período de 1945 a 1966.[7] A partir da análise da movimentação da estrada Rio-Bahia, Fontes (2002), constatou que os índices de retornos dos nordestinos eram altos na

[6] *Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo* (1973). O estudo foi incluído no livro Singer, Paul. 1973. *Economia Política da Urbanização.* São Paulo: Brasiliense.
[7] Fontes 1996; 2002.

década de 1950. Somente no primeiro semestre de 1953, por exemplo, os dados apontaram uma taxa de retorno de 39%. Conjecturou-se que a metade dos migrantes nordestinos retornava para suas de origem, no final da citada década.

A mesma constatação feita por Menezes (2012) e Fontes (2002), nós a confirmamos por meio do O Observador. Segundo a fonte, 64,86% dos migrantes no ano de 1939 já tinham estado em São Paulo pelo menos uma vez, isto é: "Já é mesmo commum encontrar-se grande número de trabalhadores que vão a São Paulo para a colheita do algodão e voltam até a colheita seguinte" (O Observador Econômico e Financeiro 1939, 63). Consoante o Observador, a intenção da maioria dos trabalhadores era "fazer o seu pecúlio e regressar à terra natal" (O Observador Econômico e Financeiro 1939, 64). O que nos permite questionar a ideia generalizada de que os nordestinos, por meio dos deslocamentos, abandonavam o Nordeste, fugindo da seca e da fome. Além de evidenciar as constantes e reiteradas travessias realizadas pelos trabalhadores.

Outra categoria que foi fundamental na interpretação e compreensão do objeto em análise foi formulada por Norbert Elias e John L. Scotson. Os autores analisaram as relações de poder, *status* e tensões, a partir da realidade social de uma comunidade periférica da Inglaterra (Winston Parva - nome fictício). Sob a ótica dos *estabelecidos e os outsiders*, os recém-chegados eram estigmatizados pelos moradores antigos. Elias e Scotson (2000, 19) afirmam nesse sentido que: "O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior - o carisma grupal distintivo - que o grupo dominante atribuía a si mesmo". Isto é, os estabelecidos se reconheciam como uma "boa sociedade" que ocupava um lugar de prestígio e poder, modelo moral para os outros. Enquanto "os de fora" eram concebidos como anômicos e não limpos, por isso: "Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles, juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de espécie inferior" (Elias e Scotson 2000, 19). Ressalvando-se as devidas especificidades de cada época e contextos, nos baseamos na interpretação desses autores para compreendermos a conjuntura dos migrantes retidos em Montes Claros. Nesse sentido, o fato de os migrantes nordestinos serem vistos como "os de fora", implicou num olhar subalternizante, o que contribuiu para agravar as condições precárias enfrentadas por esses sujeitos.

É fundamental neste contexto também compreendermos o significado de cidade, a partir de duas interpretações na definição de Benevolo (1984, 13), "uma indicando uma organização da sociedade concentrada e integrada" e a outra "para indicar a situação física da sociedade". De

acordo com aquela primeira, a cidade é vista como um "corpo social", organizada a partir das dimensões culturais e sociais. Consoante a segunda, a cidade é pensada como "um cenário físico da vida humana". O foco dessa última é nas intervenções humanas em determinado espaço natural, desde as alterações mínimas às mais complexas realizadas no ambiente, a exemplo das edificações que carregam as características da sociedade que as executa. Especificamente, em relação a Montes Claros, é importante levarmos em consideração também a observação feita por Silva (2012, 109), conforme o autor: "A modernização da sociedade incluía um redimensionamento, uma nova organização do espaço público. Para isso, era inevitável o lidar com uma população de marginalizados que crescia vertiginosamente". Diante dessa conjuntura, a presença dos migrantes passou a representar um problema social, mas sobretudo estético, que interferia negativamente nesse processo de modernização.

A política de controle da mobilidade e a triagem médica em Montes Claros

Para Odair Paiva: "A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período" (Paiva 2004, 105). No entanto, antes da reformulação da política migratória pelo governo de Getúlio Vargas, as empresas privadas[8] recrutavam mão de obra nos estados do Nordeste, faziam a triagem médica nos pontos de embarque e autorizavam os trabalhadores a seguir para São Paulo. Ao passo que: "À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e o destino dos mesmos" (Paiva 2004, 123).

A partir da reformulação, o governo decretou que: "A direção dessa migração de trabalhadores nacionais é atribuição legal deste Departamento [Departamento de Terra e Immigração e Colonização] por força dos decretos ns. 19.482, de 12-12-930, 3.010, de 20-8-938, 1.023-A, de 31-12-0938" (Revista de Imigração e Colonização, 1942, n. 2, p. 112). Nesse sentido, para agilizar os serviços, foi criada a Inspetoria do Trabalhador Migrante (I.T.M.), a qual "reorganizou a dinâmica dos pedidos de trabalhadores vigentes no período 1935-39" (Paiva 2004, 117). A sede dessa instituição ficava em São Paulo e um de seus postos avançados em Montes Claros.

A história de Montes Claros foi iniciada com a fundação da Fazenda homônima, concedida pelo alvará de 12-04-1707, ao bandeirante Antônio Gonçalves Figueira. Após cento e vinte e quatro

[8] Ver: Tessari e Costa (2019, 527).

anos, o então arraial de Nossa Senhora de Conceição e São José de Formigas foi desmembrado da Comarca de Serro Frio, em 1831, e tornou-se vila de Montes Claros de Formigas. Em 1857, a Vila foi elevada à categoria de cidade, sem a nomenclatura Formiga (Vianna 2007).

Até o ano de 1930, a população urbana do município era de 8.360 habitantes; após esse período, inicia-se uma nova configuração demográfica, enquanto, no primeiro momento, a cidade se desenvolveu em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José. O segundo momento de expansão, conforme Iara Soares França (2007), ocorreu em torno da Estação Ferroviária, inaugurada em 1926. Conforme Marcos Esdras Leite (2011), foi nessa época que surgiu a primeira favela de Montes Claros, localizada no Morro Dona Germana, ao fundo da Estação Ferroviária. Conforme constatamos, a maioria dos moradores dessa área suburbana, o bairro Morrinhos, eram trabalhadores migrantes provenientes dos estados do Nordeste e Norte de Minas.

Montes Claros, no entanto, figurava como polo econômico, político-administrativo e cultural desde a época do Império. A chegada da ferrovia na década de 1920 contribuiu para intensificar seu papel de destaque, em face às demais cidades norte-mineiras e do Sul da Bahia. Como referência centrípeta desse amplo território, convergiam para seu espaço urbano produtos e pessoas em mobilidade, em ambas direções, no eixo nordeste-sudeste (Lessa 1993, Cardoso Junior 2008). Nesse sentido, Luciano Pereira Silva (2012) ressalta que: "À medida que crescia, Montes Claros se afirmava como um local de atração para migrantes de várias regiões que buscavam melhores condições de vida. Somados aos pobres que já viviam na cidade, formavam um conjunto de indivíduos que também eram símbolos da nova realidade do núcleo urbano" (Silva 2012, 194).

Na segunda metade da década de 1930, em razão do aumento da chegada dos migrantes, a dinâmica urbana foi novamente alterada com a instalação do Posto Avançado da Inspetoria do Trabalhador Migrante, cujo objetivo era recrutar mão de obra para São Paulo (Observador 1939). No Posto de Triagem, no entanto, "a orientação era que se deveria recrutar apenas elementos válidos e efetivamente desejosos de trabalhar, braços ordeiros, sadios e operosos, de elementos úteis à coletividade" (Revista de Imigração e Colonização 1943, n.º 1, 30). O propósito era que também funcionasse na cidade uma hospedaria do migrante para acolher os trabalhadores que passassem pelo exame médico, além da hospedagem, deveriam receber alimentação e os farnéis.[9] Em alguns períodos os migrantes também eram imunizados com vacinas e precisavam aguardar uma espécie de "quarentena" de pelo menos oito dias na cidade, antes de viajar. No entanto, apenas sadios eram

[9] A refeição que os migrantes recebiam para ser consumida durante a viagem (Observador Econômico e Financeiro 1939).

autorizados a seguir viagem; os doentes eram recusados na cidade, em condições precárias, como veremos adiante.

"Herança indesejável que a seca nordestina legou à cidade": migrantes em condições precárias e o controle da mendicância

A partir da década de 1930, conforme o registro da imprensa, "aumenta diariamente, num número crescendo assustador, o número de flagelados, que do Sul da baia e extremo norte do Estado [Minas Gerais], chegavam a essa cidade, acampados na catedral em construção e nos arredores sob as árvores" (Gazeta do Norte 1939, 11).[10] Foi aludido também o principal meio de transporte utilizado pelos migrantes, o caminhão pau de arara, além de mencionar a triagem: "**Depois desse exame [médico] os que prestam são mandados pra São Paulo e outros estados onde encontrem trabalho"** (Gazeta do Norte 1939, 10) (grifo do autor). Foi realçado ainda que: **"**Em São Paulo, porém, não se desejam incapazes e nem aquelles que sofrem qualquer moléstia suscetível de contágio" (Gazeta do Norte 1935, 13). O que representou um problema para a cidade e para os próprios migrantes.

Para garantir uma triagem rigorosa, conforme o informado, "se acha o médico da empreza de imigração a examinar os candidatos à passagem e o auxílio para o êxodo e, além delle fiscais do povoamento estadual a verificar se a selecção por parte da empresa de emigração está sendo feita com o rigor exigido" (Gazeta do Norte 1935, 13). O excerto seguinte também evidencia quem eram os rejeitados na triagem médica: "O exame do candidato a emigrante rejeita os incapazes de qualquer gênero - os aleijados e os que são portadores de moléstias contagiosas [...] sendo refugados os que não preencham as condições exigidas pelo serviço de aliciamento" (Gazeta do Norte 1935, 13). No ano seguinte, os dados demonstram que a situação não tinha alterado, em relação à seleção de trabalhadores: "Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os

[10] "A massa humana, ora em conta-gottas, ora em caudal, mas ininterruptamente, desde Urandy, vem gente de Umburanas, Monte Alto, Guananby e Caitité, de Caitité por seu turno, já vem gente de Macahubas, Riacho de Sant'Anna, Contendas, Paramirim, Minas do Rio das Contas, Dr. Seabras. Vem também creaturas de Caculé, onde vão parar vinda de Bom Jesus dos Meiras, Palmeiras e Ituassu. Em Candeúba forma outro ponto de Sub-concentração de onde deflue para Montes Claros os migrantes de Conquista, Jequié, São João do Alípio e Pocões (O Observador Econômico e Financeiro, 1939, p. 54). Embora os registros também indiquem que migravam para Montes Claros pessoas de outros Estados como: Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí e Pernambuco. De acordo com o levantamento realizado pela fonte, a maioria dos migrantes que chegavam à Hospedaria do Imigrante, em São Paulo, eram do estado da Bahia, em um total de 48.474, ou seja, 68%, já os mineiros ocupavam o segundo lugar, com 17.620 (25%)(O Observador 1939, 56).

aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados" (Gazeta do Norte 1936, 12). O contexto não poderia ser mais propício para gerar um quadro de condições precárias e insegurança sanitária, devido à retenção de pessoas doentes, numa cidade sem infraestrutura hospitalar que pudesse atendê-las.

As informações seguintes elucidam os migrantes já em condições precárias, como foi informado, "sem casa, sem abrigo, sem pão" (Gazeta do Norte 1936, 15). Os dados de outra fonte confirmam essa conjuntura ao fazer menção ao quantitativo de migrantes retidos na cidade, em meados da década de 1930, a documentação da Estrada de Ferro Central Brasileira (Ferrovia Central do Brasil 1935), por exemplo, cita que eram 10.101. No ano seguinte, embora tenha ocorrido uma redução, o Jornal local mencionou cerca de quatro a cinco mil "retirantes" (Gazeta do Norte, 26/06/1936). Nomeados pelo periódico de "Legião dos rejeitados". Outra imprensa, essa com sede no Rio de Janeiro, informou, com base no relatório do próprio CIC, que:

> Ao chegarmos à primeira cidade [Montes Claros] pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados. As pensões de classe inferiores, super-lotadas; pelos arredores da cidade, todas as taperas tomadas; vê se até mesmo debaixo das frondosas árvores e no pateo da estação, gente procurando se abrigar. [...] Assistimos a um triste espetáculo: dezenas de familias abrigadas em baixo das mangueiras, aguardam famintas, as providencias do governo a fim de poderem seguir para São Paulo. Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morrerem de fome, apresentam um quadro verdadeiramente doloroso (O Observador 1939, 56).

As condições precárias em que se encontravam os migrantes também passaram a incomodar os grupos da elite local, preocupados com os reflexos negativos para Montes Claros: "Para nós a peor consequência é a seleção que faz as agências de aliciamento. Os agenciadores trazem gente de toda a espécie e aqui, após um exame médico, grande parte é recusada" (Gazeta do Norte 1937, 09). O que conflitava com as ideias de "progresso", idealizadas após a chegada da ferrovia, como evidencia o excerto seguinte:

> A cidade, o município e o próprio Estado é que não poderão arcar com os ônus e o verdadeiro perigo infecioso que representa essa legião de incapazes aleijados e doentes, a espalhar o vírus da descrença e de todas as moléstias, numa cidade cheia de energias num fluxo magnificente de trabalho e progresso (Gazeta do Norte 1935, 09).

Outro problema apontado pelas autoridades locais foi que os migrantes rejeitados na triagem não recebiam nenhum tipo de assistência do governo, como foi ressaltado: "É um abuso inqualificável deixar sem auxílio, abandonando-as por aí, para viverem em contato com a população, centenas de pessoas atacadas de tracoma, terríveis moléstias dos olhos. De todos os males é este último o mais grave" (Gazeta do Norte 1939, 21). O relato a seguir demonstra que além

de serem desamparados, após a rejeição nos exames médicos, existiam outros critérios de impedimentos, sobretudo em relação às migrantes, mulheres que não estavam acompanhadas de um homem. Como foi exposto:

> Ainda em dia dessa semana, em nossa redação estiveram três pobres mulheres que vieram nos explicar suas situações de penúria e pedir um auxílio, pois que foram jogadas na rua, não podendo nem ao menos ficar no casarão imundo, fétido e insuportável, onde estão alojados os demais flagelados. [...] As duas outras não recebem comida porque vieram sozinhas sem um homem que as acompanhassem. Por isso, foi lhes negado também o passe para São Paulo (Gazeta do Norte 1939, 09).

As migrantes em evidência eram: Rosa Lima da Silva, natural da cidade de Bom Jesus da Lapa - Bahia, estava doente de tracoma e tinha o rosto marcado por uma queimadura. Herminia Ferreira dos Santos e Durvalina Ferreira de Souza, de Riacho dos Machados - Minas Gerais. Um dado relevante dessa informação é que, na maioria das vezes, no processo migratório, é evidenciada apenas a presença e o papel dos homens; mesmo quando se deslocavam com suas famílias, as mulheres são citadas apenas como esposas ou filhas. Entretanto, percebemos que elas também migravam sem estar acompanhadas de um homem, seja ele o marido ou algum familiar. No caso das citadas migrantes, as evidências apontam que era um grupo composto apenas por mulheres.

Diante da indesejada presença dos migrantes na cidade, o discurso das autoridades locais era convergente; pois, para o prefeito, eles representavam uma "praga social"; para o médico sanitarista, esses ofereciam risco à saúde da população, pois eram portadores de moléstias contagiosas. À polícia coube a criminalização desses sujeitos, e o bispo Dom Luiz Victor Sartori os enxergava pelo prisma da degradação "física e moral"; a imprensa, por meio do *Gazeta do Norte,* reforçava em suas publicações todos esses olhares. No entanto, passou a incomodar os grupos da elite local, também que os migrantes recorriam à população como uma alternativa de sobrevivência. Nesse sentido, a mendicância, devido ao aumento no número de migrantes nos últimos anos, foi categorizada como uma "**verdadeira praga social**", a qual precisa ser combatida (Gazeta do Norte 1935, 12). Nos anos seguintes o cenário, segundo a imprensa, não tinha alterado, ao contrário, o número daqueles que expunham suas "misérias" nas ruas para tentar ganhar um "tostão" era "assombroso" (Gazeta do Norte 1937, 08). O que coloca a população sob risco de contrair doenças, como mostra o próximo fragmento,

> [...] tal o número enorme de pedintes que perambulam pelas suas ruas, o número enorme de loucos que põem em sobressalto a família montesclarense, os tracomatosos que constitui um seríssimo perigo para a população. Os passeios da cidade vivem cheios desses infelizes. Aqui ***um preto maluco***, num momento de fúria, despe-se completamente. Ali **um outro doido atira uma pedra em uma vidraça** e **outro tenta agredir uma criança**. Mais adiante um doente expõe às vistas dos transeuntes as suas

> chagas, suas dores e suas misérias, como um cartão de apresentação para receber uma esmola. A porta de um café uma pobre mulher enferma pede um pão para matar a fome (Gazeta do Norte 1939, 12).

Outra questão que chama atenção foi que a imprensa evidenciou que o sujeito desordeiro era "preto". Considerando que não foi enfatizada nenhuma outra cor de indivíduos nesse contexto, notamos o caráter racista do Jornal ao chamar atenção para a questão racial do sujeito transgressor. Para Almeida (2018), o fato de encontrarmos pessoas negras em condições subalternas, ora por meio de violência estrutural, ora por meio de violência cultural, comprova que a própria estrutura social é racista.[11] Em relação à mulher que se encontrava à porta do café, ela estava também doente de tracoma e, por isso, lhe fora negado o cartão necessário para receber a alimentação e o bilhete de passagem no trem fornecido aos "retirantes" (Gazeta do Norte 1939, 14).

Foi sugerido também pela imprensa que as autoridades locais encontrassem a solução para o problema: "E ahi se faz necessário a intervenção dos poderes competentes, que no caso, são a Prefeitura, a saúde pública e a polícia" (Gazeta do Norte 1935, 25). Uma das medidas adotadas pelo delegado de polícia foi fazer uma lista com alguns nomes e dados sobre os "mendigos", de alguma maneira, essa notícia tinha como objetivo informar que a situação estava sob controle.

Uma das maneiras de a imprensa se referir aos migrantes foi por meio da categoria de falsos mendigos, isso porque, segundo o Gazeta do Norte, muitos deles levavam consigo algum dinheiro. No entanto, percebemos que o fato de os migrantes recorrerem à população como uma alternativa para conseguir algum alimento não os tornava nem vagabundos, muito menos incapazes de trabalhar. As condições precárias vivenciadas, na realidade, foram geradas pelas medidas de controle da migração e até pela falta de infraestrutura ferroviária, já que a quantidade de trens disponíveis na época também contribuía para atrasar as viagens.[12] A percepção da sociedade local lançada sobre os migrantes nos remete a Elias e Scotson (2000), conforme os autores: "Afixar o rotulo de 'valor humano inferior' a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social" (Elias e Scotson 2000, 26).

[11] Repetidas vezes o Gazeta do Norte fez referências aos aspectos negativos dos negros, assim como da própria África. Quando os criadores de animais resistiam em obedecer ao novo Código de Posturas Municipal, por exemplo, o Jornal afirmou que não seria tolerado os hábitos daqueles que insistiam em transformar o espaço urbano em uma Aldeia Africana (Gazeta do Norte 1937, 18). Ao mencionar a população negra da região da Jaíba, próximo a Montes Claros, foi afirmado que não se tratava do "negro de feiçoes grosseiras, comum em algumas raças africanas, como os gabões, bantos, etc.", embora "levam uma vida quasi primitiva" (Gazeta do Norte 1946, 12).

[12] O CIC avaliou na época que "Os transportes, terrestres ou marítimos, apresentam desde 1930 a 1945 um quadro desolador. Não houve praticamente crescimento das linhas ferroviárias em tráfego: em 15 anos o aumento ficou abaixo de 8%" (RCIC, n.º 2, 20, 1946).

Na sócia dinâmica da estigmatização, segundo Elias e Scotson (2000), sempre se recorre aos fatos concretos para provar que um grupo é "bom" e outro é "ruim". Nesse sentido, em Montes Claros, os migrantes, tidos como mendigos e delinquentes, ficaram a cargo da jurisprudência da polícia. Como podemos constatar a seguir: "Examinando essa situação, o ilustre senhor tenente-coronel, Manoel Neves da Silva, delegado militar deste município vae promover os meios de regulamentar o exercício da mendicância" (Gazeta do Norte 1935, 17). A ação da autoridade policial começaria com um levantamento estatístico dos doentes, aleijados, cegos, idosos, os que não poderiam trabalhar, os malandros; a cada um deveria ser dado um destino, os doentes, os loucos seriam hospitalizados em Belo Horizonte e Barbacena. É importante ressaltar que o embarque de pessoas supostamente "doentes" e "loucas", um diagnóstico que não era realizado na época por um médico, mas pelo delegado de polícia, constituiu uma das maiores "ações de higiene pública" realizadas na cidade. Como é exemplificado a seguir: "Os loucos vão ser, finalmente, mandados para hospitais: as reclamações da "Gazeta" e as providências da polícia" (Gazeta do Norte 1939, 16). Essa mesma constatação também foi realizada por Celestino (2011), ou seja, os migrantes aglomerados no espaço urbano também faziam parte do grupo daqueles que eram alvos dessas medidas:

> O envio sistemático de loucos para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB fez parte da história de Montes Claros até meados da década de 80. Seguiam "às levas" loucos indigentes, loucos migrantes, loucos trazidos especialmente para serem embarcados, cidadãos de "boas famílias" da cidade, que enlouqueciam (Celestino 2011, 84).[13]

Segundo o delegado, o objetivo era eliminar de vez o ato de esmolar na cidade, "e como medida moral vou providenciar para que todos os mendigos sejam apresentados a delegacia de polícia, a fim de que seja examinado suas condições, recebendo um certificado que os habilitarão a ser socorridos" (Gazeta do Norte1935, 14). Isto é, passou a ser exigido também que os mendigos, que se tratam dos migrantes, autorizados a esmolar pela autoridade policial, deveriam usar a placa da municipalidade. Uma espécie de "crachá" que lhes concedia a permissão para praticar a mendicância na cidade. Novamente identificamos outra medida que visava separar em lados opostos os indivíduos "de fora" da sociedade local, a partir da perspectiva de Elias e Scotson (2000).

Foram estabelecidas também estratégias de segregação dos mendigos do contato diário com a população. Na interpretação de Elias e Scotson (2000), essas ações são importantes para os grupos

[13] Ver Mattos 1999; Machado; Caleiro 2009.

no poder como medida de proteção do seu próprio lugar na sociedade. O que é concretizado quando são definidas regras claras em relação aos papéis desempenhados, ou seja, "esses membros podem ficar sob suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo outsider" (Elias e Scotson 2000, 26). Nesse intuito, a caridade na cidade deixou de ser algo pessoal e passou a ser conduzida pelas entidades assistenciais, a exemplo da Associação São Vicente de Paula, os Vicentinos, um grupo ligado à Igreja Católica. Para isso foi criada a *Casa do Pobre* dessa maneira, foi determinado pela Prefeitura Municipal e pelo Juiz de Direito que: "Os membros da sociedade são proibidos de atender o pobre com esmolas em suas portas". O objetivo principal ficou evidente no excerto seguinte: "Segregados do público os mendigos, o povo deixará de dar-lhes, diretamente, as esmolas semanais, passando a dal-as diretamente ao Dispensário[14] que for organizado" (Gazeta do Norte 1935, 18). Isto é, a segregação também foi uma alternativa utilizada pela elite local em relação à presença dos migrantes retidos na cidade pelo controle da migração.

Para Elias e Scotson (2000), os grupos dominantes no poder formados por indivíduos e famílias procuravam proteger suas identidades por meio da afirmação da sua superioridade de força e coletividade atribuída a si. Outro exemplo que vai de encontro a essa compreensão foi o trabalho de assistência desempenhado pela Associação das Damas da Caridade. A instituição ligada à Igreja Católica já desempenhava ações de assistência aos pobres desde a sua fundação no ano de 1923. As Damas também foram incumbidas de assistir aos migrantes:

> Deante da situação angustiosa dessa gente, a Associação das Damas da Caridade tendo a frente seu diretor revmo, Cônego Marco Van in, resolveu apelar para o sentimento do povo de Montes Claros, a fim de serem distribuídos viveres a esses retirantes que se encontram em extrema penúria e são atualmente cerca de quatro mil (Gazeta do Norte 1938, 15).

Entretanto, a instituição também atuou no intuito de excluir os migrantes dos espaços públicos, como foi evidenciado: "A Associação das Damas da Caridade desta cidade vai tomar para si a altruísta tarefa de retirar os mendigos das ruas da cidade [...]. Essa bela iniciativa que vai nos livrar do espetáculo deprimente da legião de aleijados e do apelo de numerosas creanças a esmolarem pela rua" (Gazeta do Norte 1938, 13). Os recursos financeiros da instituição eram oriundos de diversas fontes, como a renda proveniente das casas alugadas, as quais a associação

[14] Esta Instituição não era uma exclusividade de Montes Claros, outros registros realizados por Neves (2000, 89) demonstram que ela existia também no estado do Ceará, com uma de funcionamento semelhante: "Destes, somente 1.100 eram diretamente atendidos pelo Dispensário dos Pobres, "instituição apreciável do Sr. Arcebispo - grande amigo dos pobres - e dirigida pelas senhoras de caridade, verdadeiras heroínas do amor ao próximo", construída pela Liga das Senhoras Catholicas e "que tão bons serviços vem prestando aos desfavorecidos da fortuna".

possuía no centro da cidade. Por meio da realização de eventos, doações de particulares e até mesmo com o dinheiro público subsidiado pela prefeitura municipal, como foi mencionado: "Essa comissão ficou igualmente de se entender com o prefeito Dr. Antônio Teixeira, para conseguir um auxílio da prefeitura a essa obra de grande alcance para essa cidade" (Gazeta do Norte 1938, 12).

Chamam atenção os números dos migrantes despachados para outros estados no final da década de 1930, o que ratifica os efeitos práticos da mobilização: **"Cerca de doze mil** desses infelizes tiveram a situação resolvida, partindo para São Paulo, Baixada Fluminense, e Paraná. Quatro a cinco mil, no entanto, estão ahi escoradas nas pontas dos trilhos, aumentando dia a dia por novas levas que batem as estradas, a maioria" (Gazeta do Norte 1939, 11). Na prática, as ações de exclusão, "no combate à desgraça dos flagelados", ocorreram em conjunto com o Centro de Saúde, a Prefeitura Municipal, a Igreja Católica e o delegado de polícia.

Outro problema acarretado pelo serviço de recrutamento de trabalhadores ocorreu, em 1938, quando as atividades do serviço de migração foram suspensas, como informou a imprensa, "em virtude de certas dúvidas surgidas quanto à sua legalidade" (O Observador 1939, 55). Segundo o Gazeta do Norte (1939), somente em fevereiro de 1939, foram esclarecidas as dúvidas em relação ao transporte de trabalhadores, o qual passaria a ser função da Inspetoria do Trabalhador Migrante.

Entretanto, conforme o Observador (1939, 55): "A suspensão do fornecimento de passagem, como é óbvio, agravou a situação", e o grande contingente de migrantes retidos ainda teria outro desdobramento: "O acúmulo de trabalhadores, ainda mais afetados por condições desfavoráveis de saúde, causava em São Paulo a perspectiva de um desequilíbrio na colocação de trabalhadores [...]. "A dysenteria começava a lavrar na região de Montes Claros" (O Observador 1939, 56). Isso num período em que, segundo a própria fonte, chegavam diariamente cerca de 500 pessoas na cidade. O desdobramento desse fato foi que o Estado de São Paulo suspendeu totalmente o recrutamento e o embarque dos trabalhadores.

A situação agravada pelo surto de cólera e pela suspensão total dos embarques exigiu a vinda do vice-presidente do CIC, o major Aristides de Lima Camara, à cidade. Uma das providências tomadas pela autoridade foi a retomada dos embarques para São Paulo, no entanto, o Estado se propôs a receber apenas 240 pessoas diariamente, desde que inspecionadas, vacinadas e que ficassem em observação por pelo menos oito dias em Montes Claros (O Observador 1939, 56). No entanto, as medidas adotadas temporariamente resolveram em parte o problema, com serviços

médicos hospitalares, alojamento e distribuição de alimentos (O Observador 1939, 56). Para isso o CIC enviou recursos financeiros:

> Tendo em vista o Decreto-Lei n.º 1.301, 29 de maio de 1939, poz à sua disposição o crédito especial 200.000$000, para atender as despesas de socorro aos retirantes nordestinos; [...] I - Designa seu segundo vice-presidente, Major Aristides de Lima Camara para chefiar a missão que irá a Montes Claros e Pirapora com o encargo de prestar auxílio aos retirantes do Nordeste (Revista de Imigração e Colonização 1940, n.º 3, 164).

Entretanto, percebemos que as providências tomadas pelo CIC, não alteraram a situação de insegurança: "Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados, como se também não fossem brasileiros, como se também não fossem necessitados" (Gazeta do Norte 1939, 13). Ficou evidente também, como alegou a imprensa, que a assistência prestada não era para todos, "como se também não tivesse direito ao auxílio e ao socorro que estão recebendo os demais flagelados" (Gazeta do Norte 1939, 15). Inclusive, o Jornal manteve a sua principal preocupação, que era com os habitantes locais, "aqui estão abandonados constituindo um seríssimo perigo para a população", o fragmento seguinte também reforça essa ideia: "É um abuso inqualificável deixar sem auxílio, abandonando-as por aí, para viverem em contato com a população, centenas de pessoas atacadas de tracoma, terríveis moléstias dos olhos. De todos os males é este último o mais grave" (Gazeta do Norte 1939, 13).

Como a situação dos migrantes retidos não tinha sido resolvida, a Gazeta do Norte fez alguns questionamentos: "Por que, então, não socorre também os doentes, si eles como os outros, também vieram de longe, das zonas martirizadas pelas secas?" (Gazeta do Norte 1939, 13). E seguem as indagações: "Por que são doentes? Não é essa a razão que o auxílio deve ser prestado a todos [...] devem também ser socorridos, mandando-os para hospitais, onde possam ser convenientemente tratados" (Gazeta do Norte 1939, 14). A resposta para estas interrogativas era evidente, ou seja, o serviço de migração estava interessado apenas no migrante sadio. Na realidade, as soluções implementadas por Aristides de Lima Camara tinham um único objetivo continuar fornecendo mão de obra sadia para o estado paulista, a qual era garantida com o agenciamento de trabalhadores nordestinos. Após o surto de cólera, a assistência que vinha sendo prestada foi interrompida, como foi informado: "Até há pouco tempo eram distribuídas as refeições aos flagelados, por conta do Conselho de Imigração e Colonização. Essas distribuições acabaram, mas os caminhões abarrotados de retirantes estão chegando diariamente" (Gazeta do Norte 1940, 15). A conjuntura de insegurança também continuava sem alterações: "E a cidade está cheia de flagelados,

muitos deles portadores de moléstias terríveis e contagiosas como, por exemplo, o tracoma" (Gazeta do Norte 1940, 16).

Retomando a perspectiva de Elias e Scotson (2000) é possível também uma análise nesse sentido. Como os migrantes chegavam de diversos lugares do nordeste e do norte de Minas, chegavam todos juntos, e se não fossem barrados pelas autoridades, a exemplo do exame médico, ao qual eram submetidos, teriam Montes Claros apenas como lugar de passagem, não tinham condições suficientes para criar o "carisma grupal" e se protegerem. Ficavam expostos aos comentários, definições e críticas de um grupo que já estava há muito consolidado: os estabelecidos, a população local.

Em 1940, no referido artigo: *O eterno problema dos flagelados: herança indesejável que a seca nordestina legou à cidade*, a imprensa expressou toda a sua insatisfação com o fato de Montes Claros continuar sendo local de convergência de nordestinos. Embora fosse do interesse da cidade, a solução do problema, que já vinha sendo tratado há anos, continuava sem solução. Nesse sentido, foi descrito o cenário urbano daquele início da década de 1940, "o número enorme de flagelados que perambula pelas ruas da cidade, pedindo, pelo amor de Deus, um pedaço de pão para matar a fome" [...] E eles são aos milhares (Gazeta do Norte 1940, 15). Segundo as informações, num processo contínuo chegavam à urbe Norte mineira "milhares desses infelizes". Após passarem vários dias de privação na cidade, alguns deles foram enviados para outras regiões onde pudessem encontrar trabalho. Porém, esses trabalhadores chegavam à cidade sem nenhum "tostão", o que os levava a recorrer à caridade pública.

Um casarão antigo, onde funcionou um grupo escolar, tinha sido improvisado no final da década de 1930 como hospedaria. No entanto, como o CIC tinha suspendido a assistência aos migrantes que chegavam à cidade, como a distribuição de alimentos, nem mesmo os sadios que eram recrutados como mão de obra para outras regiões e estados recebiam qualquer tipo de auxílio. Nesse sentido, a insegurança voltou a se intensificar no início do ano de 1940; os migrantes então se viram obrigados a buscar alternativas de sobrevivência, como é descrito a seguir:

> Em suas imediações [hospedaria], na rua, aqui e acolá a gente vê as cinzas e brasas de uma fogueira, um monte de lixo e uma família faminta. E, o mais triste e desolador, é que, cada casal de flagelados traz um punhado de filhos. Crianças de todas as idades, naquele antro terrível, imundo, fétido, insuportável. Já não se pode mais passar nas proximidades do "depósito de retirantes" porque o mau cheiro que dali exala é intolerável. E naquela promiscuidade incrível, homens, mulheres, velhos e crianças há, como dissemos doenças as mais diversas (Gazeta do Norte 1940, 15).

O fragmento evidencia as condições precárias enfrentadas pelos migrantes na cidade. No entanto, a notícia foi veiculada pela imprensa com o propósito de enfatizar que os "flagelados" representavam um risco para os moradores, "constituindo um seríssimo perigo para a população indefesa". Em seguida foi feito o apelo direto ao governador do Estado, "que ordene medidas enérgicas no sentido de socorrer aos flagelados que vem de longe para esta cidade evitando que sejam propagadas moléstias que muitos são portadores" (Gazeta do Norte 1940, 12). No entanto, não foi feita nenhuma referência aos motivos que levaram os migrantes a serem retidos na cidade, como a seleção médica e a indisponibilidade de carros de segunda classe na Central do Brasil.

As reportagens do Gazeta do Norte, pelo menos até o ano de 1943, ainda enfatizavam os reflexos negativos da presença dos migrantes, como foi noticiado: "Causa péssima impressão a todos o avultado número de mendigos, aleijados ou vagabundos que vivem estendendo a mão à caridade pública" (Gazeta do Norte 1943, 13). A narrativa seguinte também não se distancia da interpretação de Elias e Scotson (2000, 26), sobretudo quando os autores fazem referência aos "grandes mal lavados" [the great unwashed], artesão magricela e pouco limpo", além da infecção anômica, a qual os "de fora" eram portadores. Segundo a imprensa, os hotéis, bares, casas comerciais, dentre outros, eram frequentemente invadidos, segundo a imprensa, "por maltrapilhos, mendigos, portadores de úlcera que exalam pútridas emanações o característico de suinismo a que se entregam para impressionar o esmoler" (Gazeta do Norte 1943, 16). Em diversas reportagens, os migrantes foram acusados de serem "sujos e inimigos do asseio" (Gazeta do Norte 1940, 15), como no excerto anterior, em que seus hábitos são comparados a um determinado animal, nesse caso o porco. No entanto, não é levado em consideração o fato de os migrantes viajarem durante dias, semanas e até meses. Além disso, permaneciam retidos em Montes Claros, sem uma estrutura adequada que os acolhesse. O que dificultava a manutenção dos hábitos de higiene. Inclusive, quando chegavam em Montes Claros, não existia uma estrutura adequada para acolhê-los; a maioria não conseguia sequer um teto para se abrigar, além das sombras das árvores. Inclusive, o próprio serviço de abastecimento de água na cidade, na época, era limitado a um chafariz localizado na Praça Dr. Chaves, para abastecer toda a população urbana. A água encanada só se tornaria uma realidade nos anos seguintes.

A história dos migrantes que passavam por Montes Claros e permaneciam mesmo que temporariamente teve vários desdobramentos nos anos seguintes, pelo menos até a década de 1960, que não aprofundaremos neste artigo. Embora os "mendigos" continuassem a chegar à cidade, o

discurso da imprensa mudou, a partir de meados da década de 1940. Baseado no fato de a cidade ser entreposto para os migrantes e do Norte de Minas sofrer com constantes secas, a elite local adotou um novo posicionamento. Isto é, passaram a reivindicar recursos públicos para serem investidos na cidade.[15] Solicitaram, por exemplo, que a região fosse incluída no Polígono da Seca, que abrangia os estados do Nordeste do Brasil, o que de fato ocorreu no final da década de 1940, Montes Claros foi escolhida para ser sede de um *Escritório das Obras Contra a Seca*.[16]

Os migrantes tiveram um papel fundamental como executores das obras públicas, iniciadas com recursos do governo federal, como a construção de açudes, pontes e estradas. A própria área urbana foi beneficiada com calçamentos de ruas, a construção de rede de água encanada, rede de esgoto, edificações de prédios públicos e casas populares. Foi retomado nesse período as obras da continuação da ferrovia que ligaria Montes Claros com o Sul da Bahia, e os migrantes também foram os responsáveis pela força de trabalho. Pois o Norte de Minas na época sofria com a escassez de mão de obra, devido à migração dos norte-mineiros para São Paulo. Foi então que os retirantes nordestinos passaram a ser agenciados para trabalhar nos novos canteiros de obras. Aqueles sujeitos que antes eram vistos como um problema social, um entrave no caminho do progresso, foram fundamentais nesse processo. Embora em nenhum momento a Gazeta do Norte explicitamente expressou esse reconhecimento.

Conclusão

Em síntese, o deslocamento de trabalhadores foi intensificado no período em que o Estado de São Paulo procurava resolver a escassez de mão de obra. Milhares de nordestinos, incluindo homens, mulheres e crianças, viram nessa oportunidade a possibilidade de buscar melhores condições de vida, o que foi compreendido neste estudo como um processo de reprodução social das famílias. Nem todos os nordestinos pretendiam permanecer em São Paulo, o "ir e vir" dos migrantes era constante, após cumprir uma temporada de trabalho no Sul. O próprio CIC ratifica essa compreensão: "Não pudemos chegar à conclusão se os recém-chegados trabalhadores para a lavoura paulista são empreitados para a época do plantio, da colheita, da derrubada, ou se, apenas, para o tratamento de uma safra (Revista de Imigração e Colonização 1952, n.º 2, 89 - 90). Entretanto, o principal desafio desses migrantes era realizar a travessia, pois, mesmo que sua mão de obra fosse fundamental, eles enfrentavam as condições precárias, sobretudo, em Montes Claros,

[15] Cardoso Júnior (2008) faz alguns breves apontamentos nesse sentido.
[16] Ver em Pereira 2007, 48.

que era preposto das migrações. Ao selecionar apenas os sadios, a triagem médica contribuiu para gerar um excedente de pessoas subalternizadas na cidade.

Os migrantes também se depararam com as estigmatizações por parte da sociedade local, a qual os enxergava sob a ótica da inferioridade. Os grupos liderados pela Igreja Católica, autoridades políticas e policiais articularam diversas ações no intuito de isolar os migrantes do contato com os moradores locais. Contudo, os mesmos migrantes que foram vistos como problema num primeiro momento, contribuíram posteriormente de maneira fundamental para o processo de desenvolvimento regional.

Referências bibliográficas e fontes

Fontes

Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/DPDOR – Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. DPDOR/APMC/caixa 25/pacote 101/doc. 003.532/1935. Dados sobre o embarque de retirantes na cidade colhidos na EFCB.

Jornal Gazeta do Norte. Gazeta do Norte. Anos: 1930 a 1943.

O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939ª, p. 54. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=6220. Acesso em: 22 mar. 2020.

Revista de Imigração e Colonização. Ano de 1940, nº 3, 1943, n°1, 1942, nº2, 1946, nº 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930. Acesso em 22 de Jan. 2023.

Vianna, Urbino de Sousa. 2007. *Montes Claros:* breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Em Coleção Sesquicentenária/coordenadora Marta Veronica. - Montes Claros: Unimontes.

Bibliografias

Almeida, Silvio Luiz de. 2018. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.

Albuquerque Jr., Durval Muniz de. 2011. *A Invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo: Cortez.

Albuquerque Júnior, Durval Muniz. 2009. “A dimensão retórica da historiografia.” Em *O historiador e suas fontes.* Carla Pinsky, e Tania Regina de Luca (ed.). 223-249. São Paulo: Editora Contexto.

Benevolo, L. 1984. *A cidade e o arquiteto:* método e história na arquitetura, traduzido por Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva.

Cardoso Júnior, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão:* “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. 2008. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Celestino, Késia Tavares. *Entre Calíope e Clio: a loucura sob a pena da Literatura e da História*. 2011. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG.

Cruz, Heloisa de Faria, e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. “Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, no. 35 (2007): 253-270. Disponível em: https://encurtador.com.br/aqr49. Acesso em: 13 dez. 2021.

Elias, Norbert e, John. L. Scotson. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders:* sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade, traduzido por Vera Ribeiro e Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Fontes, Paulo R. R. *Trabalhadores da Nitro Química: A Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50*. 1996. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Fontes, Paulo Roberto Ribeiro**.** *Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais:* São Miguel Paulista (1945 – 1966). 2002. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

França, Iara Soares de. *A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais*. 2007. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

Koifman, Fábio. 2012. *Imigrante Ideal*: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiro no Brasil (1941 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Leite, Marcos Esdras. *Geotecnologias aplicadas ao mapeamento de uso do solo urbano e da dinâmica de favelas em cidades médias**:** o caso de Montes Claros/MG.* 2011. Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. Disponível em: https://goo.gl/kFxQjB. Acesso em: 12 dez. 2017.

Lessa, Simone Narciso. *Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. 1993. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Mattos, Virgílio Antônio Cunha de. 1999. *Trem de doido*: o direito penal & a psiquiatria de mãos dadas. Belo Horizonte: Editora Uma.

Machado, Jaqueline Simone de Almeida, e Regina Célia Lima Caleiro. 2009. "Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos 'loucos improdutivos'". Em *Desenvolvimento social em perspectiva* editado por Xavier, Elton Dias e Santos, Gilmar dos. Belo Horizonte: Sografe

Menezes, Marilda Aparecida de. 2012. "Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos". Em *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.* Paulo Eduardo Teixeira, Antonio M. da Costa Braga e Rosana Baeninger (ed.). 21-40. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Neves, Frederico de Castro. 2000. *A Multidão e a História*. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará. Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto.

Paiva, Oldair da Cruz. 2004. *Caminhos cruzados***:** migração e construção do Brasil moderno. Bauru, SP: EDSC.

Pereira, Laurindo Mekie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 2007. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Silva, Luciano Pereira da. *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*. 2012. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS-92XNEC. Acesso em 22 de mar. 2023.

Tessari, Cláudia Alessandra e Costa, Julio Cesar Zorzenon. "Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951)". *Economia e Sociedade*, Campinas 28, no. 2 (66) (2019): 513-540.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.47596

Entre a legalidade e a anarquia: o discurso de *O Combatente* e a oposição do Partido Republicano Rio-Grandense ao governo da dissidência republicana

Between legality and anarchy: the discourse of O Combatente and the Rio-Grandense Republican Party's opposition to the republican dissidence government

Entre la legalidad y la anarquía: el discurso de O Combatente y la oposición del Partido Republicano Rio-Grandense al gobierno disidente republicano

Eduardo Prates Bordinhão [*]

[*] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com bolsa CAPES/DS. Licenciado e bacharel em História pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa "História Platina: sociedade, poder e instituições". E-mail: eduardopratesbordinhao@gmail.com.

Resumo: Este artigo analisa as representações políticas elaboradas pelo jornal *O Combatente*, de Santa Maria, RS, durante o governo da dissidência republicana (1891-1892), pejorativamente chamado de *governicho* por seus opositores. O estudo foca na cobertura jornalística dos eventos políticos que se seguiram à Revolução de Novembro de 1891, que depôs Júlio de Castilhos do governo do estado. Como fontes, utilizam-se as edições do jornal publicadas entre janeiro e junho de 1892 (23 números). O estudo baseia-se nas noções de imaginários sociais, representações e encenação do drama político, articuladas à problematização entre a narração dos acontecimentos, o acontecimento e a historiografia. A análise revela que o jornal construiu uma narrativa que negava a legitimidade do governo dissidente, caracterizando-o como ilegal e anárquico, enquanto defendia a legalidade do governo de Castilhos e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Palavras-chave: O Combatente; Santa Maria; PRR.

Abstract: This article analyzes the political representations produced by the newspaper *O Combatente*, from Santa Maria, RS, during the republican dissident government (1891-1892), pejoratively called *governicho* by its opponents. The study focuses on the newspaper's coverage of the political events that followed the November Revolution of 1891, which ousted Júlio de Castilhos from the state government. The sources used are the editions of the newspaper published

between January and June 1892 (23 issues). The study is based on the notions of social imaginaries, representations and the staging of political drama, linked to the problematization between the narration of events, the event and historiography. The analysis reveals that the newspaper constructed a narrative that denied the legitimacy of the dissident government, characterizing it as illegal and anarchic, while defending the legality of the Castilhos government and the Rio-Grandense Republican Party (PRR).

Keywords: O Combatente; Santa Maria; PRR.

Resumen: Este artículo analiza las representaciones políticas producidas por el periódico *O Combatente*, de Santa Maria, RS, durante el gobierno disidente republicano (1891-1892), peyorativamente llamado *governicho* por sus opositores. El estudio se centra en la cobertura periodística de los acontecimientos políticos que siguieron a la Revolución de Noviembre de 1891, que expulsó a Júlio de Castilhos del gobierno del estado. Las fuentes utilizadas son las ediciones del periódico publicadas entre enero y junio de 1892 (23 números). El estudio se basa en las nociones de imaginarios sociales, representaciones y puesta en escena del drama político, vinculadas a la problematización entre la narración de los hechos, el acontecimiento y la historiografía. El análisis revela que el periódico construyó una narrativa que negaba la legitimidad del gobierno disidente, caracterizándolo de ilegal y anárquico, mientras defendía la legalidad del gobierno de Castilhos y del Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Palabras clave: O Combatente; Santa Maria; PRR.

Introdução

Neste artigo, serão analisadas as representações elaboradas pelo jornal *O Combatente*, de Santa Maria, RS, sobre os eventos políticos ocorridos durante o governo da dissidência republicana — chamado pejorativamente de *governicho* por seus opositores —, cujo início se deu com a Revolução de Novembro (1891). Define-se "Governo da dissidência republicana" como o governo estabelecido no estado do Rio Grande do Sul (RS) em novembro de 1891, que perdurou até junho de 1892, período marcado pela anulação da constituição estadual de 1891 e sua posterior reformulação, além da perseguição sistemática promovida pelo governo contra seus opositores. A contextualização desse período, que, conforme a cronologia proposta por Gustavo Figueira Andrade (2021) integra o conflito da guerra civil conhecida como Revolução Federalista, será desenvolvida a seguir.

Com a implementação do sistema de governo republicano no Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ascendeu ao poder no Rio Grande do Sul, permitindo que os republicanos históricos vinculados ao partido definissem os rumos do governo estadual. Nesse contexto, foi imposta uma série de substituições em cargos estratégicos, como na Guarda Nacional e nas câmaras municipais. Paralelamente, observou-se o afastamento progressivo de antigos liberais, cujos espaços foram ocupados por membros do PRR (Flores e Flores 1999). Em 1891, Júlio de Castilhos foi eleito indiretamente para a presidência do Rio Grande do Sul. No mesmo período, a Constituição do Estado foi aprovada, elaborada sob a influência direta de Castilhos. Essa Carta Constitucional caracterizou-se por seu teor centralista, pela criação de mecanismos de controle da máquina eleitoral, pelo estabelecimento de instrumentos coercitivos, pela limitação das atribuições do Poder Legislativo e pela possibilidade de perpetuação do presidente no governo do estado (Andrade 2021, 78).

No âmbito político nacional, o Presidente da República, Deodoro da Fonseca, diante de constantes desentendimentos com o Congresso Nacional, decidiu por seu fechamento. Segundo Moacyr Flores e Hilda Flores, essa medida contou com o apoio de Júlio de Castilhos (Flores e Flores 1999, 34), algo contestado pelo jornal *O Combatente*, de Santa Maria, como será discutido ao longo deste artigo.

Nesse contexto, considerando os primeiros anos da República, a Revolução de Novembro, denominação atribuída ao movimento durante o desenrolar de seus eventos, ocorreu no ano de 1891, culminando na deposição de Júlio de Castilhos do cargo de chefe do Executivo do estado do Rio Grande do Sul, em meio a intensos conflitos políticos. O governo de Júlio de Castilhos, que dispensou apoio ao governo de Deodoro da Fonseca, foi impactado pelo caráter autoritário deste último, cujas atitudes geraram insatisfação e abriram espaço para que a oposição pegasse em armas com o objetivo de forçar a renúncia de Castilhos. Esse desfecho concretizou-se em 12 de novembro de 1891, data frequentemente destacada pelos opositores do PRR como o marco inicial da Revolução de Novembro. O governo instaurado após essa deposição é denominado, neste artigo, como governo da dissidência republicana. Pelos opositores da época, foi referenciado como *governicho* (Franco 2013).

No âmbito da oposição ao PRR, o Partido Federalista (PF) foi fundado durante o Congresso de Bagé, em 31 de março de 1892, tendo Gaspar Silveira Martins como líder político. O programa do partido incluía a defesa do parlamentarismo, a garantia da liberdade de imprensa, a

implementação do voto secreto e a instituição de um mandato de quatro anos para o presidente estadual, sem possibilidade de reeleição (Flores e Flores 1999, 36). A figura de Silveira Martins deve ser ressaltada por ser um líder político que se opôs ao PRR e, por isso, recebeu críticas do jornal *O Combatente*, que se referia aos seus apoiadores como uma "facção gasparista" (*O Combatente*, 13 mar. 1892, n. 11, 1). Nascido em 1835 no Uruguai, foi considerado tanto uruguaio quanto brasileiro, já que seu pai possuía nacionalidade brasileira, embora estivesse domiciliado em país estrangeiro. Teve atuação política no Império do Brasil, defendia um projeto de organização de um Estado Liberal moderno para o Brasil, centrado no indivíduo e em seus direitos. Suas propostas incluíam a garantia das liberdades individuais, a adoção do parlamentarismo, a descentralização administrativa, a autonomia dos municípios, a laicidade do Estado, a promoção da imigração e da colonização, a expansão das estradas de ferro e a não interferência do governo central na vida política das províncias (Rossato e Padoin 2016, 143-144).

Ao final do período imperial, foi decretado seu desterro para a Europa, sob a justificativa de que sua permanência no país poderia representar um risco à paz pública e potencialmente desencadear um conflito civil. Após retornar ao Brasil em 1892, atuou na fundação do Partido Federalista, dedicando-se à articulação de forças em defesa de um projeto político oposto ao então vigente: defendeu o sistema parlamentarista, criticou a influência do positivismo na Constituição Rio-grandense e opôs-se ao centralismo político personificado na figura do presidente do estado (Rossato e Padoin 2016). Percebe-se, portanto, ao comparar suas propostas políticas com a Constituição Estadual (1891), que suas ideias pouco convergem com a Carta estadual, sendo, em muitos aspectos, diametralmente opostas.

Instável, o governo surgido da Revolução de Novembro enfrentou dificuldades, ao passo em que os castilhistas organizavam sua volta ao poder do estado. Nesse período que antecede o contragolpe do PRR, em 1892, os castilhistas assumiram a posição de revolucionários contra o governo estabelecido em novembro de 1891, articulando forças na região fronteiriça adjacente ao Rio Grande do Sul, abrangendo os departamentos orientais de Cerro Largo até Artigas. A partir dessas localidades, planejavam deslocar-se para a província argentina de Corrientes, onde também contavam com aliados e apoio logístico (Andrade 2021, 88).

O conflito que teve início com a deposição de Castilhos, manteve o estado em um cenário de instabilidade e confronto contínuo até 1896. Nesse contexto, a perspectiva adotada pelos atores envolvidos é fundamental para a compreensão dos eventos: enquanto o PRR interpretava a

retomada do poder como o restabelecimento da legalidade, a oposição, por sua vez, via na Revolução de Novembro a defesa da ordem constitucional, uma vez que o apoio de Castilhos a Deodoro da Fonseca representava uma ameaça à Constituição, especialmente diante do ato de Deodoro de fechar o Congresso Nacional, que configurava um claro desrespeito ao ordenamento jurídico vigente. Andrade (2021) destaca:

> Os revolucionários rio-grandenses prezavam pela legalidade e pela defesa da Constituição, cuja legitimidade estava embasada em princípios liberais, parte da cultura política da época. Portanto, **consideravam-se dentro da lei.** Desse modo, o governo que se seguia, em Porto Alegre, **observava a ordem legal**, confrontando a visão de um "governicho", ou de um golpe da oposição, uma vez que as disposições do governo de Deodoro haviam sido revogadas após sua deposição, as mesmas que haviam convocado as eleições que elegeram Castilhos e aprovado a Constituição sul-rio-grandense de 1891 (Andrade 2021, 102, grifo nosso).

Nesse sentido, contrariando a historiografia que caracteriza os castilhistas como defensores da legalidade, na perspectiva dos federalistas, a contrarrevolução liderada por Castilhos em junho de 1892 e que pôs fim ao governo da dissidência republicana, foi interpretada como um movimento de forças rebeldes, enquanto o governo estabelecido pela Revolução de Novembro de 1891 foi considerado legítimo. No que se refere à invasão federalista de 1893, esta foi vista por seus idealizadores como um movimento que teve por objetivo restaurar um governo considerado legal.

Com relação ao Jornal *O Combatente*, fonte e objeto desta pesquisa, este foi fundado em 1886, como jornal do Clube Caixeiral, clube social da cidade criado no mesmo ano. Em 1889 foi adquirido por Adolpho Otto Brinckmann, período em que passou a adotar um conteúdo voltado à propaganda política republicana. No entanto, no final de 1892, sob a direção de Cândido Brinckmann, irmão de Adolpho Otto Brinckmann, o jornal assumiu uma postura mais alinhada a uma dissidência republicana (Nicoloso 2011, 42). Possuía caráter semanal, quase sempre lançado aos domingos.

Para o período analisado, observou-se que a estrutura do jornal se manteve consistente: cada edição era composta por quatro páginas, sendo que nas três primeiras o texto era distribuído em quatro colunas, sem a presença de ilustrações. A quarta página era integralmente dedicada à veiculação de anúncios.

Para esta pesquisa, torna-se imprescindível definir o conceito de *representação*. Assim, adotamos a proposta de Roger Chartier (2002) em relação e esse conceito. Nesse sentido, o autor salienta a natureza das representações do mundo social, destacando que, embora essas representações busquem se apresentar como universais e fundamentadas na razão, elas são, na realidade, moldadas pelos interesses dos grupos que as produzem. Isso implica que as

representações não são objetivas ou neutras, mas sim influenciadas pela posição e pelos objetivos daqueles que as elaboram. O autor enfatiza a necessidade de relacionar os discursos sobre o social com o contexto e a posição de quem os emite, uma vez que essas percepções estão intrinsecamente ligadas a estratégias e práticas que visam impor certas autoridades, marginalizar outras, legitimar projetos reformistas ou justificar escolhas e comportamentos individuais (Chartier 2002, 17).

Chartier (2002) argumenta que as representações do social estão sempre inseridas em um campo de disputas e competições, em que os conflitos se expressam em termos de poder e dominação. Desse modo, as representações não são meras descrições do mundo, mas instrumentos que refletem e reforçam relações de poder, servindo para legitimar ou contestar determinadas ordens sociais. Portanto, ao investigar as representações, é essencial compreendê-las como produtos de um contexto marcado por tensões e interesses conflitantes, em que diferentes grupos buscam impor suas visões e influenciar as dinâmicas sociais (Chartier 2002, 17).

Alinhado a característica de tensões e interesses conflitantes das representações, está a noção de imaginário social, compreendida a partir das elaborações de Bronislaw Baczko (1999). Segundo o autor, os imaginários sociais consistem na maneira como uma coletividade define sua identidade por meio de uma representação de si mesma, demarcando, assim, seu território e suas fronteiras. Esse processo estabelece a oposição entre amigos e inimigos, entre o "nós" e o "outro", além de buscar ajustar as memórias do passado e projetar no futuro seus temores e esperanças. Ademais, o imaginário social atua como um mecanismo de controle da vida coletiva, por meio do exercício de poder, o qual se fundamenta em uma legitimidade construída a partir desse mesmo imaginário. Nesse universo simbólico, participam tanto instituições sociais quanto políticas, que buscam consolidar sua legitimidade de poder, ao mesmo tempo em que combatem aqueles que a contestam (Baczko 1999, 28-29).

A produção de imaginários sociais competidores é intensificada em períodos de crise de um poder. Nesse contexto, as representações de uma nova legitimidade e de um futuro distinto proliferam, ampliando-se tanto em difusão quanto em agressividade. Quando uma coletividade se percebe ameaçada por forças externas, um conjunto de dispositivos de imaginários sociais é acionado, com o objetivo de mobilizar as energias de seus membros, congregá-los e orientar suas ações (Baczko 1999, 29).

Além disso, o imaginário social intervém em vários níveis da vida coletiva, atuando em meio a uma rede de significados relacionados a elementos de oposição, tais como:

legitimar/invalidar, justificar/acusar, assegurar/não assegurar, incluir e excluir, entre outros (Baczko 1999, 30).

Ou seja, o imaginário social desempenha um papel fundamental na construção da identidade, na medida em que estabelece uma representação de si mesmo e permite a identificação do "outro", criando, assim, uma identidade por meio da oposição entre aliados e adversários. Esse imaginário possui a capacidade de regular a vida coletiva, sendo assim, há uma busca pelo controle do imaginário social, sendo ele, então, um lugar e objeto dos conflitos sociais (Baczko 1985, 309-310).

Além disso, outra noção a ser explicitada é a de encenação do drama político, cujas características foram identificadas durante a análise das fontes. Segundo Patrick Charaudeau (2016), trata-se de uma estratégia discursiva orientada à influência e à manipulação da opinião pública. Esse processo opera por meio de um *modus operandi* organizado em três etapas: 1) a caracterização de uma desordem social, 2) a elaboração de uma explicação causal para tal desordem e 3) a proposição de uma solução salvadora, apresentada como resposta ao problema previamente estabelecido (Charaudeau 2016).

Para análise, destaca-se dois temas recorrentes nas páginas dos jornais considerados importantes para o estudo da representação. São eles: 1) questão da legalidade e legitimidade do governo do Rio Grande do Sul, e 2) a construção de uma identidade de si por meio da oposição aos adversários. Cada um desses temas será examinado detalhadamente nos dois tópicos subsequentes. Para tal, considera-se, em concordância com Tânia Regina de Luca (2008, 139), que a imprensa periódica seleciona aquilo que julga digno de ser divulgado ao público, organizando, estruturando e narrando os conteúdos apresentados. Assim, problematizou-se a narração dos acontecimentos com o próprio acontecimento e com a historiografia.

Legalidade e legitimidade do governo do Estado

Passa-se agora à análise da questão da legalidade, que se revela particularmente relevante, uma vez que, como discutido anteriormente, os responsáveis pela Revolução de Novembro de 1891 se viam como estando em conformidade com a lei. No entanto, uma perspectiva distinta sobre essa legalidade é apresentada no jornal *O Combatente* ao longo dos primeiros meses de 1892. Nesse sentido, é possível contrastar a visão do jornal com a visão daqueles que viam legalidade no governo que se constituiu em novembro de 1891. Na primeira página do segundo número do jornal

de 1892, é publicado o artigo intitulado *Anarquia*. O texto se inicia com a afirmação de que "desde o dia 12 de novembro do ano que findou, foi implantado no nosso amado Rio Grande o regime da anarquia, da tirania e da discórdia. **Não temos governo legalmente constituído**" (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 1, grifo nosso). Aqui percebe-se claramente a intenção de negar a legitimidade do governo resultante dos eventos de novembro de 1891. Ao desenvolver suas críticas, o artigo prossegue articulando:

> Não se iludam os verdadeiros patriotas, não creiam os bons cidadãos no **governicho ilegal** que se apresentou aos olhos deste heroico povo com rótulo de — concórdia e fraternidade. Nada disso existe. Tudo não passa de impostura e hipocrisia sem nome. Foi acobertado com as santas palavras — concórdia e fraternidade, — palavras que sintetizam para a humanidade um sentimento altamente dignificador que constituiu o governicho que desgraçadamente está em ação [1] (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 1, grifo nosso).

É recorrente o uso do termo *governicho* em diversos artigos do jornal, invariavelmente apresentado com uma conotação pejorativa, visando atacar as ações do Executivo. De maneira similar, o título do artigo *Anarquia* é um termo que designa a ausência de governo, frequentemente empregado para sugerir que a administração pública age de forma desorganizada e caótica.

No terceiro exemplar de *O Combatente*, lançado no dia 17 de janeiro de 1892, logo em sua primeira página é apresentado o artigo *Caos*. O texto é uma acusação veemente ao governo, considerado ilegítimo e corrupto. A ideia de caos é abordada dentro de uma narrativa dramática, com o intuito de incutir temor nas possíveis consequências dessa desordem. O ponto central do artigo está na associação dessa desorganização aos eventos subsequentes à Revolução de Novembro, a qual o texto ironicamente descreve como "triunfante e gloriosa":

> Após o dia 12 de novembro, isto é, depois da *triunfante* e *gloriosa* revolução que tanto alarde tem feito essa camarilha que nada respeita, que tudo destrói e corrompe, daquela data a este tempo, repetimos, que teve por objetivo único a deposição do primeiro magistrado que legalmente foi eleito pela soberania do povo Rio-Grandense, tem-se visto o que com toda certeza ninguém imaginara! (*O Combatente*, 17 jan. 1892, n. 3, 1, grifo do autor).

O emprego da ironia neste contexto serve para acentuar as contradições que o texto visa revelar. É relevante notar, ainda, o apoio a Júlio de Castilhos, apresentado como o legalmente eleito, e, portanto, retratado, nesta narrativa, como vítima de um golpe. O artigo prossegue da seguinte maneira:

> As maiores tropelias, as mais revoltantes arbitrariedades cometidas pelas celebérrimas "juntas revolucionárias" foram, como é sabido por todos, sancionadas e aprovadas pelo governo espúrio que

[1] Neste artigo, optou-se por atualizar a grafia dos textos transcritos de acordo com as normas ortográficas vigentes da língua portuguesa.

> desgraçadamente e **sem o menor cunho de legitimidade** nos "governa"! (*O Combatente*, 17 jan. 1892, n. 3, 1, grifo nosso).

Nesse trecho, reforça-se a ideia de um governo ilegítimo. Percebe-se, no artigo em questão, a descrição das causas da desordem social, que, conforme Charaudeau (2016, 93-94), pode recorrer ao uso da ironia como estratégia de desqualificação do adversário. No contexto dessa narrativa, evidencia-se que as causas da desordem mencionadas no texto estão associadas aos executores da Revolução de Novembro e a seu grupo de apoiadores. Posteriormente, o texto afirma: "Não há a menor dúvida: o abismo insolúvel que se apresenta aos nossos olhos, é medonho. A pátria Rio-Grandense, tão querida e amada pelos seus filhos, marcha para um verdadeiro caos" (*O Combatente*, 17 jan. 1892, n. 3, 1). A narração dramática, artifício característico da primeira fase da encenação do drama político (Charadeau 2016, 91-92), manifesta-se no artigo com o intuito de incutir medo ao projetar um futuro desolador e destacar a iminência de uma ameaça que ultrapassa a simples desorganização: o caos absoluto. O chamamento ao povo é apresentado ao longo do texto:

> Praticando todas as tropelias, anarquizando, comprometendo cada vez mais os negócios públicos, assim vai o governo provisório e antipatriótico seguindo a sua tortuosa carreira, adequada aos homens que atualmente governam, até que um dia o povo, cansado de tanto embuste e mentira, levantar-se-á heroicamente fazendo cessar os abusos imorais que se estão dando, abafando para sempre esta anarquia vergonhosa que nos avilta. Sim; mais uma vez o povo Rio-Grandense levantar-se-á como tigre indômito, protestando energicamente contra tanta calamidade, reclamando seus direitos postergados, sua liberdade tolhida, e o seu progresso aniquilado (*O Combatente*, 17 jan. 1892, n. 3, 1).

Nesse trecho, além da acusação de ilegalidade do governo, o apelo ao povo está presente, acompanhado da estigmatização do inimigo. Torna-se claro que o povo é incitado a se rebelar contra a situação da organização do estado. O que se observa, não apenas nesse trecho, mas ao longo de todo o artigo, insere-se no que Charaudeau (2016, 93) descreve como a segunda etapa da encenação do drama político, que envolve a explicitação das causas da desordem política. Neste caso, a estigmatização do inimigo é central, sendo realizada por meio de uma palavra política denunciante e acusatória, na qual o inimigo é caracterizado como alguém que busca a produção daquilo que é negativo. Nesse sentido, a palavra de denúncia "constrói uma imagem de combatente que procura galvanizar suas tropas" (Charaudeau 2016, 93). Ao galvanizar suas tropas, o discurso reforça o sentimento de "nós" em oposição ao "outro", ao inimigo a ser combatido. A estigmatização do outro é uma constante nas páginas do jornal, visível em vários de seus artigos que denunciam as ações do governo.

No número 4, de 24 de janeiro de 1892, em suas páginas 2 e 3, é apresentado o artigo intitulado *Qual é a lei que tem o Rio Grande?* Nele é possível ler:

> A liberdade individual e a de pensamento, são a cada instante violadas com atos que repugnam e são impróprias do nosso século. Cidadãos honestos, chefes de famílias respeitadores são deportados atrozmente para fora dos municípios onde residem e outros ameaçados a cada instante nas suas vidas e interesses. O que se está passando em S. Sebastião do Caí, Cachoeira e principalmente em Santa Vitória do Palmar, Itaqui e Uruguaiana, não passa desapercebido aos olhos do povo que um dia cansará de sofrer. Neste último lugar até empregados vitalícios, consta que abandonaram seus empregos, receosos de caírem vitimados por vinganças e ódios; da 3ª destas localidades embarcou quase a marche-marche, um regimento e o juiz de direito da comarca por não consentirem que Saraiva e suas tropas ocupassem a vila alarmada com a sua presença! Entretanto o governo que se instalou com intuitos tão elevados segundo prometeu, fecha os olhos e os ouvidos a tudo isto que se chama um caos, uma verdadeira calamidade pública! **Capciosamente substituem-se autoridades eleitas pelo povo e outras de nomeação que não podem ser demitidas sem os casos previstos pela lei, com grave infração da Constituição Federal**, pela guarda da qual se levantou e aderiu o Rio Grande em peso, sem distinção de cores políticas (*O Combatente*, 24 jan. 1892, n. 4, 3, grifo nosso).

Aqui observa-se a denúncia das demissões que ocorrem em diversos municípios do Rio Grande do Sul. As temáticas referentes a perseguições e exonerações são recorrentes nesse período no jornal, sendo constantemente caracterizadas como ilegais, o que converge com o discurso de ilegalidade apresentado em outros momentos, reforçando essa perspectiva.

No número 9, de 28 de fevereiro de 1892, em sua primeira página, é apresentado o artigo *Os demolidores*. No artigo lê-se:

> Esquecidos do dia de amanhã, ávidos de vinganças, os homens do governicho vão esfacelando ao peso de suas enormes guantes, o que há de mais sublime — a liberdade, a lei. Neste oceano de misérias, tentam formar com o esbulhamento de todos os direitos, sirtes capazes de quebrar a onda republicana que se agita e cresce (*O Combatente*, 28 fev. 1892, n. 9, 1).

Nesse trecho menciona-se o esfacelamento da lei e, mais adiante, o texto caracteriza o governo como anárquico e despótico.

No número 10, de 6 de março de 1892, na primeira página, é publicado o artigo intitulado *Novos sintomas*. O título faz referência aos sinais de fraqueza do governo, os quais são discutidos no texto. Nele, as destituições e perseguições são novamente abordadas, sendo classificadas como ações à margem da lei:

> As correrias e vinganças praticadas em quase todos os municípios do estado; os assassinatos e roubos; o desrespeito às leis; a anarquia, enfim, com que o governicho nos tem infelicitado, bem depressa vai apresentando o resultado que previmos. [...] E tudo quanto de bom havia e que podia entorpecer lhe a odienta perseguição, iam destruindo na sua desastrada passagem. [...] **Na capital, os mais provectos magistrados eram destituídos de seus elevados cargos, porque não fugiam da lei para sancionar os disparates do governicho. Ficou, pois, a lei sem exercício.** Daí as mais repugnantes perseguições. Por toda a parte os cárceres eram cheios por conspícuos cidadãos sem outro crime que não o de reprovarem as correrias que tomavam proporções enormes. Por toda parte eram presos sem motivos, denodados servidores da república, que um acaso qualquer evitava-os de ser morto (*O Combatente*, 6 mar. 1892, n.10, 1, grifo nosso).

No número 11, de 13 de março de 1892, acerca do governo, no artigo *Destruindo* lê-se:

> Ainda com as armas na mão, a facção Gasparista vacilante da sua popularidade fraquíssima, vai dando prova inconcursa da sua imprestabilidade. […] Mutila a constituição, em nome da qual se levantou hipocritamente, e atassalha a liberdade sob o peso esmagador das suas arbitrariedades; assalta os cofres públicos, que o estado espontaneamente não lhe confiaria, e esbanja com frívolos pretextos centenares de contos (*O Combatente*, 13 mar. 1892, n. 11, 1).

No número 12, de 20 de março de 1892, no artigo *Desacreditado*, na primeira página lê-se:

> Nos arrombos de um entusiasmo feroz, já lobrigando o extermínio de tudo quanto de bom nos dava de novel governo republicano, para retrogradar a seu contento, centralizar de novo, aproximar-se quanto possível da velha marcha rotineira. Para isso era preciso dar curso à anarquia, desrespeitar a lei, mutilar todas as instituições que nos garantia a paz e a tranquilidade, e que era, também, o nosso decoro. E tudo foi invadido (*O Combatente*, 20 mar. 1892, n. 12, 1).

Aqui, o desrespeito às leis é retratado como um plano deliberado para aproximar-se da velha política, que é vista como contrária ao progresso. Esse discurso é fundamental para a nossa análise, pois a associação das ações do governo a políticas retrógradas aparece de forma recorrente, com o objetivo de desqualificar o adversário e evidenciar a ameaça que ele representa. Isso poderá ser observado posteriormente na análise do artigo *Sebastianismo vive* (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 2).

No número 13, de 27 de março de 1892, na primeira página, é publicado o artigo intitulado *A nossa missão*, que visa delinear os passos do PRR para recuperar a liberdade perdida, restaurar a paz e o progresso, abandonando vinganças sórdidas. A temática da legalidade é abordada da seguinte forma:

> Assaltada a Liberdade, desonrada a República, que é síntese do progresso, morta a lei, que é garantia de nossos concidadãos, ele, impávido, como o atleta que ansioso aguarda o momento de digladiar-se na arena, contempla dolorosamente a queda de tudo quanto a sua abnegação e sacrifícios havia feito para o bem-estar da república, que é a nossa pátria. [...] Apenas os seus atos, tresandando ódios à República, fizeram sentir os seus maléficos efeitos, atassalhando as sábias leis que nos rege, desrespeitando todos os princípios de Direito e de Moral, foi pouco a pouco faltando-lhes o apoio, e hoje sente-se fraco, quase abandonado, prestes a cair coberto de opróbrios e vergonha, enquanto que o partido republicano sente-se fortalecido e prepara-se para a restauração da Liberdade (*O Combatente*, 27 mar. 1892, n. 13, 1).

Além dos casos previamente apresentados, a temática da legalidade e da violação das leis surge com menor ênfase em outros artigos. Um exemplo disso é o artigo *Avante*, do número 5, que expõe uma narrativa em que o povo reivindica a legalidade constitucional (*O Combatente,* 31 jan. 1892, n. 5, 1-2). No artigo *Alerta*, do número 6, o texto convoca os republicanos a se levantarem contra a tirania do governo, apresentado como decadente, e faz um apelo à ação para pôr fim aos danos causados pelo governo, que gradualmente extingue a liberdade e a legalidade (*O Combatente*, 7 fev. 1892, n. 6, 1). No artigo *Chamados à polícia*, do número 7, o governo é descrito como

ilegítimo e despótico (*O Combatente*, 14 fev. 1892, n. 7, 1). No número 14, o governo é novamente referido como "déspota e sem lei" (*O Combatente*, 3 abr. 1892, n. 14, 2).

Portanto, a análise dos exemplares deste período revela que os ataques ao governo, em sua maioria, baseiam-se na alegação de sua ilegitimidade desde sua instauração com a Revolução de Novembro de 1891. Esses ataques são veiculados por meio de uma narração dramática, utilizando uma linguagem acusatória. Os artigos do jornal consideram Júlio de Castilhos como líder legítimo, enquanto a estigmatização do adversário surge como um elemento constante no discurso, que também visa mobilizar a população, descrevendo um cenário de caos e desespero, e clamando por uma reação popular para restaurar a legalidade e a ordem, que estariam comprometidas.

Os textos publicados reiteradamente qualificam o novo regime como ilegítimo, acusando-o de instaurar um estado de anarquia e desordem, com violações aos princípios legais e constitucionais. Por meio de uma linguagem marcada por críticas e ironias, os artigos acusam o governo de perseguir cidadãos, desrespeitar incessantemente e deliberadamente a lei e promover um cenário de caos generalizado. Essa postura busca deslegitimar o governo e também mobilizar a opinião pública em defesa daquilo que considera dentro da legalidade e da ordem, valores associados ao PRR, enfatizando a necessidade de restabelecer um governo que considera legítimo e constitucional.

Esse discurso está inserido nas disputas acerca do imaginário social, uma vez que ao apresentar o estado de caos do governo, também é apresentado o caminho a ser seguido. De acordo com Baczko (1999), é em períodos de crise de um poder que a produção de imaginários sociais competidores é intensificada:

> As representações de uma nova legitimidade e de um futuro distinto proliferam, ganham tanto em difusão como em agressividade. [...] Quando uma coletividade se sente agredida desde seu exterior, põe-se em movimento todo um dispositivo de imaginários sociais a fim de mobilizar as energias dos seus membros, de reunir e guiar suas ações[2] (Baczko 1999, 29, tradução nossa).

Assim, a defesa da legalidade constitui um dos pilares narrativos de *O Combatente* para o período analisado, evidenciando a busca pelo estabelecimento da legitimidade do partido que defende, em contraste com a administração que esteve vigente, a qual, nas disputas pelo imaginário social, é caracterizada como anárquica e ilegítima.

[2] No texto consultado em espanhol: "las representaciones de una nueva legitimidad y de un futuro distinto proliferan, ganan tanto en difusión como en agresividad. [...] Cuando una colectividad se siente agredida desde el exterior, pone en movimiento todo un dispositivo de imaginarios sociales con el fin de movilizar las energías de sus miembros, de reunir y guiar sus acciones (Baczko 1999, 29)".

Criação de identidade por meio da oposição

Além da temática da legalidade, observa-se, em diversos artigos (alguns já mencionados anteriormente), a tentativa de construção da categoria "verdadeiros patriotas", promovendo uma exaltação do sentimento identitário. Os "verdadeiros patriotas" são caracterizados como aqueles que se opõem ao governo vigente, representando um "nós", uma espécie de alma coletiva. Esse exemplo ilustra a tentativa de criação de identidade por meio da oposição, tema que será discutido neste tópico.

No artigo *Anarquia*, percebe-se esse fenômeno, apresentado por meio de uma narração dramática:

> Não há, nem poderá haver um só filho deste amado torrão, que sendo verdadeiramente patriota, não sinta o coração confrangido ante os fatos que diariamente vemos com dor na alma desencadear-se ante nossas vistas. [...] Não há patriota que não sinta com pesar o estado desolador deste querido torrão da América do Sul, tão vilipendiado, escarnecido mesmo, pela horda que vemos só ambicionando a posse do poder, qual ave de rapina esvoaçando e procurando a carniça para ceifar a fome! [...] Por todos os lados vê-se o ultraje, o desrespeito às leis, rasgada a nossa carta constitucional. E parece incrível: tudo isto se faz em nome da — concórdia e da fraternidade! (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 1).

A temática da oposição torna-se evidente quando o autor tenta incutir a ideia de que os verdadeiros patriotas estão decepcionados, influindo que aqueles satisfeitos com a condição do Rio Grande do Sul devem ser, portanto, falsos patriotas.

Ainda na primeira página deste mesmo número, o artigo *Devolução* trata da devolução de três exemplares do jornal, feita de forma acintosa, em resposta ao desagrado com as críticas dirigidas a Joaquim Francisco de Assis Brasil[3] no exemplar anterior, especificamente no artigo *Para onde vamos?* (*O Combatente*, 1 jan. 1892, n. 1, 2). No artigo *Devolução*, lê-se:

> Defensores de uma ideia, o nosso esforço tem sido no sentido de tornar uma realidade tudo quanto essa ideia reúne de aproveitável para a nossa pátria, sem vacilações nem falsos escrúpulos. [...] É uma questão de temperamento e educação! [...] Repetimos: criticamos e condenamos o Dr. Assis Brasil porque o seu procedimento foi incorreto e desleal para com os seus amigos e companheiros de todos os tempos. Seria mais correto da parte dos que nos devolveram o jornal por esse motivo, em vez de tomarem uma vingança ridícula, viessem a imprensa rebater os nossos argumentos e asserções para provar que realmente éramos injustos nas nossas apreciações (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 1).

O texto do artigo em questão aborda o caso de forma a contrastar a postura de quem devolveu os exemplares com a educação daqueles que expressam suas ideias no jornal, reiterando as críticas a Assis Brasil e assinalando sua deslealdade com os “companheiros de todos os tempos”

[3] Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu no ano de 1857 e ingressou na vida política a partir de 1878, defendendo a ideia de república e se opondo a escravidão. Em 1891, descontente com os rumos que tomava a República no Rio Grande do Sul, rompeu com Castilhos e com o PRR. Em seguida participou da junta governativa instituída com a Revolução de Novembro, exonerando-se dias depois e deixando o governo para o General Barreto Leite, que revogou a constituição estadual de 1891 (Flores e Flores 1999, 35).

(referindo-se ao passado do político, ligado ao PRR). Percebe-se a tentativa de criação de uma identidade positiva em contraste ao outro. A identidade de si apresentada no artigo *Devolução* é caracterizada pela educação e pela busca pelo progresso por meio do diálogo, além de ressaltar que seus ideais são irrevogáveis, sem hesitações. Em contrapartida, aqueles que devolveram os exemplares são retratados como mal-educados, que se deixam levar a cometer vinganças ridículas (a devolução acintosa do jornal) e incapazes de refutar os argumentos apresentados contra Assis Brasil. Considerando que os jornais selecionam e moldam o conteúdo que apresentam conforme seus próprios interesses e necessidades, observa-se que, ao contar essa história, o jornal busca construir sua identidade com características positivas por meio da oposição, que adquire conotações negativas.

Na página seguinte do mesmo exemplar, é reproduzido um texto do jornal *A Federação*[4] intitulado *Sebastianismo Vive*. Ao fim do texto, apenas é mencionada a fonte como "D'a Federação", sem expor mais detalhes como a data de publicação do texto original. Ao realizar a busca desse texto na Hemeroteca Digital, constata-se que ele foi publicado na edição 293, de 19 de dezembro de 1891 (*A Federação*, 19 dez. 1891, n. 293, 2), ou seja, aproximadamente um mês antes de sua republicação em *O Combatente*. Ao utilizar jornais como fonte de pesquisa, é necessário reconhecer que a imprensa periódica seleciona aquilo que considera digno de ser divulgado ao público, organizando, estruturando e narrando o conteúdo apresentado (Luca 2008, 139). Sendo assim, é possível questionar as razões que levaram *O Combatente* a publicar esse artigo na referida data. Aparentemente, a intenção por trás dessa escolha está relacionada às representações que o jornal estava buscando construir. Sebastianismo é uma palavra usada para descrever um sentimento de restauração de um momento passado, nesse caso, o sebastianismo significaria a busca pela restauração da monarquia, um sentimento que, de acordo com o artigo apresentado em *A Federação,* e reproduzido em *O Combatente*, está vivo:

> Todo o mundo, depois da gloriosa instalação da república federal, habituou-se a rir do fantasma restaurador, e a possibilidade da monarquia, quando aventada e discutida entre justos receios, era para logo repelida como absurda hipótese, pelos singelos e inexpertos observadores da política brasileira.

[4] Órgão oficial do PRR, com influência direta de Castilhos, cujo envolvimento com o jornal é significativo. Em 1882, Castilhos participou da fundação do PRR e foi escolhido para integrar a comissão de imprensa partidária. Foi nessa comissão que surgiu o projeto de *A Federação*, que começou a ser publicado no início de 1884 (Franco 2013, 30). Em 1883, Castilhos foi eleito redator do futuro jornal. Sua atuação caracterizou-se por um tom incisivo, vigoroso e contundente no tratamento de seus adversários (Franco 2013, 34). Durante o período entre sua deposição (1891) e seu retorno ao cargo de presidente do estado (1893), Castilhos utilizou-se amplamente do jornal *A Federação* para atacar de forma veemente seus adversários políticos, bem como para atribuir ao governo vigente características de ilegalidade e ilegitimidade (Franco 2013).

> Agora, porém, que os sintomas de restauração vão mais nitidamente urgindo, começam nobremente a inquietar-se os sinceros espíritos republicanos. Não há negar que o monarquismo está vivo e nutrido de fagueiras esperanças... (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 2-3).

Este primeiro trecho abre o artigo para dizer que o monarquismo é uma ameaça real, associando-o, em seguida, ao governo:

> Varridos das ameias do poder desde 15 de novembro de 1889, uns do monarquismo embuçaram-se nas hipocrisias de uma adesão, que as circunstâncias e o cálculo pérfido lhes arrancaram, outros, aparentemente refugiados na vida privada, ou jornadeando pelo estrangeiro, guardaram tesouro das velhas opiniões, e todos, num momento dado, quando a República se enfraquecer pela anarquia, hão de mancomunar-se fraternamente, sob a mesma bandeira, para a campanha de restauração (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 2-3).

Ou seja, o discurso apresentado é de que o monarquismo está alerta e tem chance de se proliferar em meio a anarquia que promove o governo. Nesse caso, o governo teria o potencial de intensificar o caos por meio de algo que é sempre apresentado como adverso ao progresso: a restauração monárquica. Trata-se de uma estratégia de desqualificação do adversário, que consiste em rejeitar suas ideias e ações ao evocar a ameaça que ele representa, combinada a um efeito de angústia, o qual apresenta um perigo (nesse caso, a monarquia) e posiciona o receptor da informação como uma vítima em potencial (Charaudeau 2016, 92-94). O ataque prossegue ao afirmar que "os mais farisaicos e trêfegos fingiram umas adesões [...]" (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 2). A denúncia aqui consiste na acusação de que os integrantes do governo apenas simularam sua adesão à causa republicana, mantendo, na realidade, as antigas práticas associadas à monarquia. O texto expõe:

> Repelindo sempre o qualificativo de monarquistas alapardados e afetando amores ardentíssimos pelo progresso da forma republicana, conservam eles em todos os estados, máxime no nosso, zelosamente, as velhas ideias, os antigos processos de combate, o mundo das suas tradições a espera de uma oportunidade, que lhes permitisse rasgar o véu tenuíssimo da conversão democrática para se apresentarem ao povo no seu primitivo e verdadeiro caráter (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 2).

Ou seja, trata-se de uma denúncia da hipocrisia apresentada, uma acusação recorrente que também aparece no artigo *Anarquia*, abordado anteriormente, e que se encontra no mesmo número do jornal. Esse elemento está vinculado à estratégia de desqualificação do adversário, que consiste em evidenciar as contradições apresentadas por ele (Charaudeau 2016, 94). Ao retomar o artigo *Anarquia*, pode-se perceber esse mesmo fenômeno. Nele é possível ler:

> Nunca em tempo algum presenciamos tanta miséria, tanto embuste, **tanta hipocrisia!** [...] Por todos os lados vê-se o ultraje, o desrespeito às leis, rasgada a nossa carta constitucional. E parece incrível: **tudo isto se faz em nome da — concórdia e da fraternidade!** Quanta calamidade! Quanta Miséria! (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 1, grifo nosso).

A contradição é revelada ao expor o discurso de concórdia e fraternidade, contrastando-o com as ações ilegais levadas a cabo pelo governo, evidenciando uma incoerência entre o discurso e a prática.

Ao retomar o artigo *Sebastianismo Vive*, identifica-se o seguinte trecho: "Os mais ferrenhos intratáveis arredaram-se dela para poderem facilmente iludi-la, procurando, no remanso de uma aparente obscuridade inativa, ajuntar os elementos de força, para a hora suprema da vingança." (*O Combatente*, 10 jan. 1892, n. 2, 2). Aqui, observa-se uma narrativa dramática, cujo intuito é provocar temor por meio da projeção de um futuro incerto. Utiliza-se, novamente, do efeito de angústia, que está relacionado à incerteza de um evento por vir (Charaudeau 2016, 92).

É relevante observar que não é comum para o jornal *O Combatente* reproduzir integralmente textos de outros periódicos. Dessa forma, surge a questão sobre os motivos que levaram o jornal a optar pela reprodução do artigo *Sebastianismo Vive*. Considerando o tom e o conteúdo do texto, parece que a intenção foi construir uma identidade por meio da oposição, delineando uma linha divisória entre amigos e inimigos, a fim de legitimar o exercício do poder pelo PRR. De acordo com Baczko (1999, 30), o imaginário social intervém em vários níveis da vida coletiva, atuando em meio a uma rede de significados relacionados a elementos de oposição, tais como: legitimar/invalidar, justificar/acusar, assegurar/não assegurar, incluir e excluir, entre outros. Isso se reflete no artigo reproduzido por *O Combatente*, em que há uma tentativa de invalidar o adversário por meio da associação entre ele e o monarquismo, visto como retrógrado em um esquema que põe "os sinceros republicanos" e o progresso que representa a república em oposição aos monarquistas disfarçados de republicanos, que buscam a retomada de velhas práticas características de políticas monárquicas.

O artigo *Caos*, já mencionado anteriormente, é encerrado da seguinte maneira:

> Há porém, uma esperança: dos abnegados patriotas que tanto se tem sacrificado pela república, à custa de seus próprios esforços, dos desnodados e intemeratos republicanos que tanto se têm batido em prol da sacrossanta imagem da liberdade, muito temos ainda que esperar. Tenhamos fé nos verdadeiros patriotas que não se deixam corromper por sugestões de terceiros, e não estará longe o dia em que havemos de ver o Rio Grande do Sul independente e livre (*O Combatente*, 17 jan. 1892, n. 3, 1).

Mais uma vez a narrativa coloca em contraste as ações do governo e os ideais dos "verdadeiros patriotas", em uma construção do imaginário social feita por meio da oposição. Isso ilustra a terceira fase da encenação do drama político (Charaudeau 2016, 95): a formulação de um discurso voltado à reparação do mal existente, o qual pode incluir um apelo ao impulso coletivo e à exaltação do sentimento de "nós", por meio de evocações do orgulho de si, especificamente, neste caso, mediante a exaltação do orgulho de ser um "verdadeiro patriota". A esperança em relação ao

futuro é apresentada recorrendo a possível conquista da liberdade por meio da ação dos verdadeiros patriotas que, como vimos, são sempre apresentados pelo jornal como sendo aqueles que estão a favor do PRR.

No quarto exemplar de *O Combatente*, lançado em 24 de janeiro de 1892, a primeira página traz o artigo *O grande dia*. Neste texto, o jornal critica o governo, retratando o povo do Rio Grande do Sul como vítima de uma facção que promove a anarquia:

> Por entre as insondáveis dobras do futuro, o povo Rio-Grandense tem um dia assinalado para jogar de seu solo, as incertezas e a anarquia administrativa em que veio lançá-lo uma facção que, aproveitando-se dum ato irrefletido do primeiro magistrado do país, infelizmente subvertendo as intenções, satisfez aquilo que há muito planejado à socapa! As evidentes provas do que levamos dito, estão diariamente aparecendo. Raro é o momento dado em que não surja um protesto veemente todo aquele que unicamente tinha em vista derrocar a ditadura, protestar contra a dissolução do Congresso. E quem jamais patrocinou o ato inconstitucional? Como poderá, portanto, consentir este povo glorioso do Rio Grande, o leão do Sul, como já o disse alguém, que em seu nome violem sem motivo algum a lei que o rege? Que motivo ocasionou essa violação? Não será um ato igual ao do general Deodoro? (*O Combatente*, 24 jan. 1892, n. 4, 1).

Mais uma vez, são apresentadas as dualidades entre legalidade e ilegalidade, bem como legitimidade e ilegitimidade. Aqui busca-se evidenciar a contradição inerente à deposição de Júlio de Castilhos, fundamentada em seu apoio ao golpe liderado por Deodoro da Fonseca, o qual resultou na dissolução do Congresso Nacional. Tal episódio desencadeou, no Rio Grande do Sul, a organização da oposição ao governo estadual, culminando na eclosão da Revolução de Novembro. A retirada de Castilhos do poder estadual ocorreu em razão de seu apoio a uma medida considerada ilegal, configurando-se, assim, uma contradição na anulação da constituição estadual em novembro de 1891. Conforme o trecho transcrito de *O Combatente*, a facção governante viola as leis de maneira hipócrita, visto que desrespeita a constituição estadual que, em outro momento, afirmou lutar para defender.

Nos artigos apresentados até aqui, nenhum possui autoria divulgada. Contudo, nos números 9, 10, 11 e 12 de *O Combatente*, do ano de 1892, é apresentado o artigo *Confabulando*, escrito por Cândido Brinckmann e dividido em quatro partes, o qual trata de responder ao jornal *Patriota* da cidade de Rio Pardo, RS. Trata-se de um jornal de cunho republicano, fundado em 1887 por Heráclito Americano de Oliveira (Vogt e Romero 2010). Destaca-se, aqui, a defesa por parte de Brinckmann em relação às ações levadas a cabo por Júlio de Castilhos, especialmente no que tange à solicitação de apoio ao governo central na época do golpe de Deodoro da Fonseca contra o Congresso Nacional, baseando sua defesa na situação que o estado presenciava naquele momento: situação de ordem alterada. Ao responder as acusações, o artigo afirma:

> [...] o ilustre colega afirma "que o Dr. Castilhos, a pretexto de garantir a ordem interior do estado, disse que reclamara forças do governo ditatorial. Não exprime lealdade em seu conceito o Sr. Heráclito, quando quer fazer passar a reclamação do Dr. Castilhos, como um "pretexto" de garantir a ordem já tão alterada no estado naquela emergência. Desvirtuando assim tão claramente os fatos, não é nada difícil "criar-se situações graves".... Ninguém ignora, e cremos que o próprio Sr. Americano, que a ordem estava de há muito alterada, desde que aos cochichos, é certo, muito se falava na revolução que os Srs. Federalistas pretendiam iniciar contra a administração superior do estado. (*O Combatente*, 6 mar. 1892, n. 10, 1).

Trata-se de uma resposta direcionada a Heráclito Americano, deputado republicano à Assembleia Legislativa e opositor à dissolução do Congresso Nacional (Moritz 2005, 206), autor de críticas publicadas no jornal *Patriota* contra *O Combatente*. Nesse contexto, o autor do texto, Brinckmann, opõe-se à ideia de que Castilhos tenha solicitado apoio a um governo ditatorial, considerando tal afirmação uma distorção dos fatos. Brinckmann argumenta que a ordem vigente estava efetivamente comprometida devido às movimentações de grupos federalistas que conspiravam para realizar um golpe, negando a noção de que a situação fosse um mero pretexto utilizado por Castilhos, conforme alegado por Heráclito. O artigo prossegue:

> Dado o fato da "convulsão", (que era o plano dos Srs. "federais", pois não havia motivo para tal, a não ser a ambição pelo poder, como acima deixamos dito) para quem apelar? Naturalmente que para o governo central, segundo reza a constituição do estado. Estivesse Deodoro ou Floriano com as rédeas do governo, as forças seriam pedidas, fossem ditadores ou não. O telegrama de 11 não quer dizer que o Dr. Castilhos estivesse "solidário com o ato que dissolveu o "Congresso Nacional" Onde? Como? Porque pedia recursos a um governo que já não apoiava? Embora, pois era o que dirigia os destinos da Pátria. O confrade, "ingenuamente" nos interroga, bem como a "garotada irresponsável" de quem assumiu espontaneamente a defesa: — "para que queria o presidente do estado aquelas forças?" Para sufocar a rebelião que contra ele manifestava-se, como bem diz o telegrama e nós acima deixamos dito, e não para bater "os revoltosos contra a ditadura", pois que o Dr. Castilhos também pronunciou-se contra ela. A força que pedia não era armar-se traiçoeiramente contra a ditadura, nem para bater-se por ela — era nada mais que para manter a ordem e fazer prevalecer a autonomia da autoridade constituída. Ficam por esta forma respondida as interrogações e demais períodos do 2º artigo do nosso colega do "Patriota" (*O Combatente*, 6 mar. 1892, n. 10, 2).

De acordo com o trecho, percebe-se que as respostas às críticas feitas no jornal *Patriota* baseiam-se na afirmação de que Júlio de Castilhos não necessariamente apoiou o golpe de Deodoro da Fonseca contra o Congresso Nacional ao pedir apoio ao governo central. O artigo afirma ser algo natural a busca por recursos perante a iminência de um ataque da oposição, ainda que para angariar esses recursos fosse necessário a ajuda de um governo ditatorial como o de Deodoro, tudo isso tendo em vista um benefício simples: a manutenção da ordem e a autonomia da autoridade constituída. Nota-se que o artigo busca isentar Castilhos do apoio ao golpe de Deodoro, apoiando-se em um discurso de defesa da autoridade constituída, pressupondo-se sua legalidade. O apoio de Castilhos a Deodoro ocorreu por meio de um telegrama. Segundo Gustavo Moritz (2005), o apoio de Castilhos foi expresso de maneira concisa. No telegrama em que respondia a Deodoro da

Fonseca acerca do fechamento do Congresso Nacional, constava o seguinte: "Porto Alegre, 4 — Ordem pública será plenamente mantida aqui. Júlio de Castilhos" (Moritz 2005, 206). Ou seja, Castilhos lhe afirmou garantir a ordem, sem protestar.

Ao contrastar o telegrama com a resposta de *O Combatente* ao *Patriota*, observa-se uma tentativa de distanciar a figura de Castilhos do golpe, apresentando um discurso que busca isentá-lo de qualquer apoio explícito ao fechamento do Congresso. A argumentação é de que ele recorreu ao governo central apenas para tomar providências contra a iminência de um ataque dos federais. Em relação àqueles que assumiram o poder no governo do estado em novembro de 1891, Brinckmann afirma:

> Chegando o momento propício, e ainda mais, aliada àqueles que "traíram o seu partido", os insignes "revolucionários da coligação", fizeram triunfar a sua aspiração — tomaram conta do governo — único móvel que os fazia empunhar armas contra a ditadura Deodoriana e "chorar sobre a constituição da Pátria"! E a ordem pública não estava alterada? (*O Combatente*, 6 mar. 1892, n. 10, 2).

A narrativa aqui apresentada opõe-se à perspectiva dos executores da Revolução de Novembro. Ao passo em que o pedido de apoio ao governo central é visto por Heráclito Americano como um ato que indica anuência com suas ações (e consequentemente anuência com a dissolução do Congresso Nacional), para Cândido Brinckmann, esse mesmo pedido de apoio significa seguir o que determina a constituição do estado em caso de alteração da ordem pública. O que se observa, portanto, no discurso apresentado por esse artigo, é mais uma vez a associação entre as ações do PRR e a ordem constituída em bases legais, estabelecendo uma dicotomia que também se manifesta por meio de críticas aos rivais, considerados traidores.

No dia 7 de fevereiro de 1892, é lançado o sexto número do jornal para aquele ano. Em sua primeira página, apresenta-se o artigo intitulado *Alerta*, que traz críticas ao governo do estado, então presidido por Barreto Leite, retratado como moribundo, desmoralizado e sem o apoio do povo:

> A anarquia desenfreada preside, ante os absurdos nunca visto sancionados pela camarilha que na atualidade dirige o infeliz Rio Grande do Sul! O telégrafo em Pelotas é trancado à oposição! Enfim, nunca presenciamos tão desbragado esfacelamento em tudo aquilo que depende da sanção do Sr. Barreto Leite! (*O Combatente*, 7 fev. 1892, n. 6, 1).

Apresenta ainda um apelo para que o povo se revolte, destacando o PRR como inabalável em sua busca pela legalidade, sendo seus membros considerados sinceros patriotas:

> Parece, no entanto, estar se aproximando o dia gigantesco em que o povo fará prevalecer a sua autonomia, cansado já de suportar o infamante jugo em que se acha infelizmente! O partido republicano na vanguarda da brilhante oposição a isso que se chama o governo do Rio Grande, está unificado e inabalável quanto ao alvitre único que resolutamente tomou! E ao lado dele, do partido

> que trabalha pela legalidade da pátria rio-grandense estão todos os sinceros patriotas [...] O aviltamento sem nome com que está diariamente infamando o valoroso Rio Grande do Sul, não pode perdurar! [...] Preciso é por consequência que o partido republicano, como imperioso dever seu, arranque o povo rio-grandense da ignominiosa opressão com que o rebaixamento monstruoso do partido dominante angustia! [...] Sabemos não ser alvissareiro o nosso incitamento, porém o nosso dever na qualidade de representantes da imprensa, obriga-nos a dirigir este apelo que estamos certo de há muito encontrou eco em seus arraiais patrióticos. Situação mais desesperadora, cheia de imprevistos e estremecimentos, jamais assistiu a nossa pátria! Compete tão somente ao nosso partido alçar bem alto, se a isso as circunstâncias o exigir, a bandeira altissonante da revolta! (*O Combatente*, 7 fev. 1892, n. 6, 1).

Aqui, percebe-se mais uma vez o discurso que busca atribuir a si mesmo a imagem de combatente galvanizando suas tropas, que, nesse caso, seriam compostas pelos verdadeiros republicanos.

Conclusão

Por meio da análise das representações políticas elaboradas pelo jornal *O Combatente* para o período estudado, constata-se que o periódico construiu narrativas que deslegitimaram o governo surgido da Revolução de Novembro, caracterizando-o como ilegal e anárquico, enquanto defendia de forma enfática a legalidade do governo de Júlio de Castilhos e do PRR.

Assim, percebe-se que *O Combatente* desempenhou um papel fundamental na tentativa de moldagem da percepção pública sobre o governo dissidente. Por meio de uma retórica carregada de ironia e dramatização, o jornal criticou as ações do novo governo e apresentou narrativas que enfatizavam o caos e a desorganização resultantes do que seus editores consideravam uma ruptura da ordem legal. Esses relatos foram moldados por uma narrativa em que o governo de Castilhos foi reafirmado como possuidor da legitimidade para o exercício do cargo de Presidente do Estado. O emprego de estratégias retóricas, como a dramatização e a utilização de uma linguagem acusatória, foram cruciais na tentativa de incutir um senso de urgência e mobilização entre os apoiadores do PRR, chamados pela narrativa de “verdadeiros patriotas”.

Mediante a análise das temáticas da legalidade e da criação de identidade por meio da oposição, observou-se como os discursos presentes no jornal foram articulados e inseridos nas disputas dentro do imaginário social. Observa-se que essas duas temáticas se repetem em diversos artigos, o que permite relacionar essa insistência na repetição dos mesmos temas a uma tentativa de provocar no leitor o efeito de angústia, que está associado à evocação de uma ameaça que coloca o

receptor da informação na posição de vítima em potencial. Nesse contexto, a narração dramática pode usar as estratégias de simplificação e repetição:

> simplificação através do emprego de fórmulas, de imagens, de slogans que tem o efeito de "essencializar" os julgamentos, transformá-los em estereótipos e torná-los suporte de identificação ou de apropriação; sendo que a repetição dessas fórmulas e slogans vai da inoculação difusa à exaustão (Charaudeau 2016, 92).

Ou seja, o afinco a essas temáticas funciona como um mecanismo que transforma os julgamentos em estereótipos. No caso do discurso de *O Combatente*, isso se manifesta na categorização da oposição ao PRR em termos simplificados e estigmatizados, como "monarquistas" ou promotores da anarquia. Dessa forma, o efeito de angústia é articulado para destacar a desordem social e o perigo em potencial representado por elementos como a restauração monárquica, a ruína da República, o fim do progresso e a supressão das liberdades.

No que concerne à questão da legalidade do governo de Júlio de Castilhos e à ilegalidade do governo instaurado pela Revolução de Novembro, percebe-se que, ao contrastar com a tese de Gustavo Andrade (2021), a perspectiva dos acontecimentos proposta por *O Combatente* é a mesma que foi incorporada pela historiografia tradicional. Após a queda de Castilhos, inicia-se um período de governos oposicionistas, em relação aos quais o próprio líder, ao ser questionado sobre a quem deixaria o governo, teria afirmado: "A ninguém... À anarquia!" (Franco 2013, 132). Essa afirmação reflete o preconceito e a visão unilateral que passaram a predominar na historiografia do Rio Grande do Sul, reproduzindo tal discurso para interpretar o contexto, com base em documentos e memórias oficiais. Essa perspectiva pejorativa evidencia-se pela naturalização do termo *governicho* para designar os governos que sucederam a saída do PRR (Andrade 2021, 82). Contudo, essa visão de que o governo da dissidência republicana atuava com base na ilegalidade considera apenas a perspectiva do PRR. Nesse sentido, observa-se que o jornal *O Combatente* está alinhado à historiografia tradicional e buscou estabelecer sua identidade nos embates do imaginário social.

Referências Bibliográficas

Andrade, Gustavo Figueira. 2021."Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina". Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Baczko, Bronislaw. 1985. "Imaginação social." Em *Enciclopédia Einaudi. Anthropos — Homem.* Ruggiero Romano, 296-332. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

Baczko, Bronislaw. 1999. *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Charaudeau, Patrick. 2016. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.* São Paulo: Contexto.

Chartier, Roger. 2002. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Algés: DIFEL.

Flores, Moacyr e Flores, Hilda Agnes Hübner. 1999. *Aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro.

Franco, Sérgio da Costa. 2013. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Renascença, Edigal.

Luca, Tânia Regina de. 2008. "História dos, nos e por meio dos periódicos." Em *Fontes Históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky, 111-153. São Paulo: Contexto.

Moritz, Gustavo. 2005. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: parte I e II,* Org. Gunter Axt *et al*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça.

Nicoloso, Fabrício Rigo. 2011. *Clientelismo, coronelismo e relações de poder na primeira república (1889-1900): Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos*. Monografia de especialização, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Rossato, Monica e Padoin, Maria Medianeira. 2016. "A trajetória de Gaspar Silveira Martins: relações de poder entre a região fronteiriça platina e a Europa". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* 151 (2016): 139-159.

Vogt, Olgário Paulo e Romero, Maria Rosilane Zoch, org. 2010. *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz.

Fontes

A Federação, 19 dez. 1891, n. 293, 2. Hemeroteca Digital. https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/388653/per388653_1891_00293.pdf.

O Combatente, 1 jan. 1892, n. 1. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 10 jan. 1892, n. 2. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 17 jan. 1892, n. 3. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 24 jan. 1892, n. 4. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 31 jan. 1892, n. 5. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 7 fev. 1892, n. 6. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 14 fev. 1892, n. 7. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 28 fev. 1892, n. 9. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 6 mar. 1892, n. 10. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 13 mar. 1892, n. 11. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 20 mar. 1892, n. 12. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 27 mar. 1892, n. 13. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O Combatente, 3 abr. 1892, n. 14. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.49287

Dona Inácia Cletta de São José: entre a devoção e a rebeldia

Dona Inácia Cletta de São José: between devotion and rebellion

Doña Inácia Cletta de San José: entre la devoción y la rebeldía

Sabrina Alves da Silva [*]

[*] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Franca/SP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: sabrina.alves-silva@unesp.br

Resumo: Este artigo almeja analisar a trajetória de Dona Inácia Cletta de São José, única herdeira de uma família abastada, cuja vida foi marcada por resistência ao enclausuramento no Recolhimento de Macaúbas, para onde foi enviada ainda jovem. A análise baseia-se na documentação inquisitorial relativa ao crime de solicitação - especificamente a denúncia que a própria Inácia moveu contra um confessor - e pelos registros das internas da instituição. Através dessas fontes, reconstitui-se sua trajetória de enfrentamento à reclusão. Embora tenha mobilizado diversos recursos para obter a liberdade, Inácia veio a falecer no Recolhimento aos 44 anos. O percurso de Inácia evidencia estratégias de resistência feminina face às estruturas coloniais patriarcais, mapeando os limites e possibilidades de sua agência.

Palavras-chave: Resistência feminina; Solicitação; Recolhimento.

Abstract: This article aims to analyze the trajectory of Dona Inácia Cletta de São José, the only heiress of a wealthy family, whose life was marked by resistance to seclusion in the Macaúbas Recollection, where she was sent as a young woman. The analysis is based on inquisitorial documentation relating to solicitation crime - specifically the complaint that Inácia herself moved against a confessor - and by the records of the internal institution. Through these sources, we reconstitute his trajectory of coping with seclusion. Although she mobilized several resources to obtain freedom, Inácia died in the Recollection at age 44. The course of Inácia highlights strategies of female resistance to colonial patriarchal structures, mapping the limits and possibilities of its agency.

Keywords: Female resistance; Solicitation; Recollection.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria de Dona Inácia Cletta de San José, única heredera de una familia adinerada, cuya vida fue marcada por la resistencia al encierro en el Recogimiento de Macaúbas, donde fue enviada aún joven. El análisis se basa en la documentación inquisitorial relativa al crimen de solicitud - específicamente la denuncia que la propia Inacia movió contra un confesor - y por los registros de las internas de la institución. A través de estas fuentes, se reconstruye su trayectoria de enfrentar la reclusión. Aunque movilizó varios recursos para obtener la libertad, Inácia murió en el Retiro a los 44 años. El recorrido de Inácia evidencia estrategias de resistencia femenina frente a las estructuras coloniales patriarcales, mapeando los límites y posibilidades de su agencia.

Palabras clave: Resistencia femenina; Solicitud; Recogimiento.

Introdução

A análise das fontes referentes ao delito inquisitorial de solicitação[1] teve como base o método micro-histórico. Esse método, que se baseia na redução da escala de observação, tem sempre se centralizado na busca por uma descrição mais realista do comportamento humano, "empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua relativa liberdade, além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritos e opressivos" (Levi 1992, 135).

A História das Mulheres considera a existência de múltiplas identidades de mulheres: "as especificidades reveladas pelo estudo histórico desses segmentos demonstravam que o sujeito da história não era uma figura universal" (Soihet 1997, 402). Dessa maneira, ressalta-se a importância de abordagens que permitam superar a dicotomia entre a vitimização e os sucessos femininos, visando compreender a complexidade de suas atuações. Como afirmou (Scott 2021, 180) as categorias "homem" e "mulher" possuem significados variáveis conforme o contexto histórico e cultural, sendo que "as normas regulatórias de comportamento sexual foram criadas e impostas; como questões de poder e direitos representaram definições de masculinidade e feminilidade". Nessa perspectiva, "gênero" pode se referir às formas como as relações entre homens e mulheres são construídas. No Brasil do século XVIII, essas diferenças rigidamente demarcadas, sustentadas por estruturas misóginas, obrigaram muitas mulheres a criar maneiras, abrir "frestas no muro" dessas imposições. Examinando a documentação sobre delito inquisitorial de solicitação, ficou comprovado que não é possível encaixar as mulheres setecentistas em um só papel. Elas viviam

[1] Disponíveis no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (https://digitarq.arquivos.pt/).

debaixo de uma mentalidade que as oprimia, de uma sociedade que as dividia em "qualidades" e de uma religião que as enxergavam como malignas. Algumas mulheres, como Dona Inácia Cletta de São José, por causa de um "revés do destino" foram parar nos papéis da Inquisição lisboeta, que chegaram, felizmente, aos nossos dias. Muitas vezes o desejo "rebentava o grilhão das convenções e das imposições, e aí mesmo, no momento da transgressão, é que o historiador pode aproximar-se do sentimento que, em peças incriminatórias, sobreviveu" (Araújo 1997, 73).

Concordamos com a afirmação elaborada por Lima (2022), a qual destaca que:

> [...] desconstruir essas representações de gênero, e revelar como influíram no cotidiano das mulheres no período colonial, bem como mostrar como muitas resistiram e se rebelaram contra a dominação masculina e a misoginia de sua época, representam uma forma de contribuir para a realização de um projeto feminista de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres (Lima 2022, 15).

De acordo com Algranti (1992), ficará frustrado quem buscar por muitos exemplos, nos estudos recentes, de mulheres passivas, reclusas e submissas. Porém, "romper com esse estereótipo da reclusão das mulheres pode significar excluir da História as menos ousadas" (Algranti 1992, 66).

Em busca de outro perfil da mulher brasileira, historiadores e antropólogos vasculharam os arquivos e não só comprovaram a participação da mulher na História, mas localizaram múltiplos exemplos da combatividade feminina e de sua resistência à dominação masculina. Entretanto, muitas outras mulheres, humildes ou da elite viveram reclusas, foram enviadas para a clausura e submeteram-se à dominação masculina silenciosamente, sem provocar grande burburinho, distantes dos registros cartoriais e policiais (Algranti 1992, 66).

O delito inquisitorial de solicitação ocorria quando um padre confessor tentava seduzir sexual e/ou amorosamente penitentes, aproveitando do momento íntimo e secreto da confissão e de sua autoridade para submeter, homens e mulheres, a galanteios, chantagens e até mesmo violência sexual. O Santo Ofício presumia haver na solicitação não apenas uma má conduta sexual dos padres confessores ou a quebra do voto de castidade, mas desprezo pelo sagrado sacramento da penitência, assimilando suas condutas à heresia.

No Brasil setecentista, a figura feminina foi ora diabolizada, ora santificada, mas sempre submetida a controle e domesticação. "Aconselhava-se à mulher que, para se salvar, deveria se submeter a um conjunto de comportamentos, responsabilidades e sentimentos na ordem privada/pública" (Anchieta 2014, 245). Muitas transgrediram, por necessidade, vontade ou imposição social, o estereótipo de recato e submissão: "o ideal do adestramento completo, definitivo, perfeito, jamais foi alcançado por inteiro" (Araújo 1997, 53).

Segundo Almeida (1992, 124), "num mundo hierarquizado, em que a noção geral de igualdade natural entre os homens não estava ainda inscrita, seria difícil pensar na defesa

consistente da igualdade entre os sexos, para além das rebeldias individuais". Dessa forma, acreditamos que várias mulheres, por diversos meios e em contextos sociais diferentes, se rebelaram, mesmo que minimamente, ao que lhe era imposto. Não obstante a religiosidade e mentalidade misógina propagada aos quatro cantos romperam em partes ou completamente com a clausura, com o recolhimento, com a castidade e com a fidelidade conjugal.

Portanto, é preciso estar sempre atento à diversidade dos comportamentos femininos. Segundo Priore (1995, 20), o território do feminino "sempre esteve longe de ser um quadro de serenidade e mesmice" e esteve, no período colonial, "borbulhante de conflitos, diferenças e complementaridades".

Dona Inácia Cletta de São José, recolhida de Macaúbas, herdeira única de seu pai e avô, "um 4º" de parda, foi uma das mulheres mais emblemáticas a denunciar um solicitante, o Pe. Luciano Pinto Nogueira de Souza. Ela é uma personagem marcante quanto a rebeldia captada pelas fontes inquisitoriais. Inácia tentou resistir às agruras de ter sido, contra a sua vontade, colocada em um Recolhimento, tentou de todas as formas e meios se livrar da instituição, porém, tragicamente, acabou morrendo nela. É um significativo caso de não conformismo e também da pesada misoginia[2] e do controle masculino que as mulheres estavam submetidas.

O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas

A Coroa portuguesa desencorajou a fundação de conventos no Brasil, "receosa de que isso emperrasse ainda mais a multiplicação dos matrimônios entre os 'principais da terra'" (Vainfas 2010, 172). Os primeiros sinais de vida religiosa feminina só aparecem nas últimas décadas do século XVII e início do XVIII. Porém, para muitos colonos, os conventos representavam uma das únicas saídas para as filhas desonrosas que não serviam para o casamento e, além disso, poderia ser o único meio pelo qual conseguiriam educar e proteger adequadamente a honra de suas filhas. Entretanto, os conventos só aceitavam quem provasse pureza de sangue, o que tornou os recolhimentos uma alternativa para negras, filhas ilegítimas, índias e mestiças (Silva 2005).

A monarquia sempre deu preferência, no entanto, à fundação de recolhimentos, em vez de conventos, no mundo ultramarino [...]. Evita-se, com isso, a multiplicação de celibatárias – tão avessa ao povoamento da terra -, criando-se, por outro lado, as condições para um perfeito

[2] "Deriva do grego o verbete formado dos vocábulos *miso*, que significa ódio de, e *giné*, mulher. Diz-se da aversão, repulsa mórbida, ódio ou desprezo por mulheres", mas não é algo inato e sim uma construção que se dá nas experiências pessoais e da cultura (Tedeschi e Colling 2019, 515).

adestramento das mulheres coloniais. E das mulheres da elite, convém frisar, pois a maioria dos conventos ou recolhimentos dedicava-se a receber moças de famílias abastadas (Vainfas 2010, 173).

Segundo Algranti (1992), o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, era o que havia de mais próximo de um convento em Minas Gerais, foi fundado em 1716 por Félix da Costa, localizava-se na freguesia de Santo Antônio da Roça Grande, hoje cidade de Santa Luzia. Foi uma importante instituição na história da educação feminina na colônia, era composto por recolhidas, pensionistas e educandas, e era um lugar para mulheres da elite, porque era fixado um dote[3]. Havia diferenças entre um recolhimento e um convento: naquele, prevalecia a ausência de votos solenes, sendo sua fundação mais fácil por requerer apenas licença episcopal, enquanto que o convento, para ser fundado, precisava da concessão direta da Santa Sé. Os recolhimentos também não eram atingidos pelas leis civis relativas à vida religiosa, porque não estavam subordinados a nenhuma ordem ou congregação (Faria 1987).

O fundador do Recolhimento de Macaúbas foi o ermitão Félix da Costa, natural de Pernambuco. Segundo a tradição, em uma viagem de Pernambuco para Minas Gerais, Félix teria tido uma visão de um frade às margens do rio São Francisco. Ele interpretou a aparição como um chamado divino e, em 1712 conseguiu obter licença para o uso do hábito e agenciamento de esmolas, a fim de construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Pouco tempo depois, obteria licença para a fundação de um recolhimento e outra para suas irmãs e sobrinhas usarem o hábito da Ordem da Conceição.

Com os recursos obtidos por Félix da Costa, em 1716, a capela foi benta pelo vigário da Roça Grande, e as recolhidas para lá se transferiram. O Recolhimento logo se expandiu com a admissão de novas recolhidas, com o enriquecimento do patrimônio, com a doação de sesmaria e com a iniciativa, em 1723, de mineração nas terras do Recolhimento. Com tamanha prosperidade, em 1727, o bispo do Rio de Janeiro, autorizou a construção de um novo prédio e adotou medidas para colocar o Recolhimento sob sua subordinação, designando, a partir de então, o capelão e proibindo a entrada de recolhidas sem dotes e sem sua licença. As recolhidas se vestiam com o hábito da Conceição e estavam ali para se educar, orar e aprender a realizar trabalhos manuais. Viviam afastadas do mundo e, não podiam nem mesmo ser vistas das janelas, que eram recobertas por treliças.

[3] Para ilustrar a questão do dote e da aceitação de moças não brancas no Recolhimento, podemos citar as filhas de Inácio Correia Pamplona, morador na freguesia de Prados, importante proprietário de terras, que se casou com uma negra e com ela teve seis filhos, cinco mulheres; destas, quatro foram recolhidas no Recolhimento de Macaúbas em 1771, e levaram também uma prima. Em seu testamento, em 1810, Pamplona disse ter recolhido suas filhas mais a prima com seus dotes, mais despesas diárias e que somavam até o momento do testamento 14:936$103 (Pinto 2010, 55).

Às margens do Rio das Velhas, na freguesia da Roça Grande, distrito de Sabará na capitania de Minas Gerais, no Recolhimento de Nossa Senhora de Macaúbas, no início do século XVIII, as irmãs do ermitão Félix da Costa viveram como freiras, embora não professas. Com o passar dos anos, Macaúbas – como a casa ficou conhecida – passou a aceitar mulheres casadas, filhas ilegítimas, esposas em litígio com seus maridos, viúvas e meninas para serem educadas. "Atrás dos muros das clausuras coloniais encontraremos, além de mulheres impelidas por questões de honra ou devoção, meninas colocadas em depósito, com o objetivo específico de serem educadas" (Algranti 1993, 22).

Apenas o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas aceitava mulheres leigas que não fossem educandas. Acolhiam-se ainda mulheres de várias regiões, e a maioria das recolhidas ia para a instituição com suas irmãs e primas. Pais e maridos solicitavam uma vaga no Recolhimento, a maior parte porque ou estavam descontentes com as filhas e esposas, por concubinato, adultério, prostituição, ou para resguardar as donzelas, depósito para mulheres casadas durante a ausência do marido, retiro espiritual para viúvas e local de correção (Algranti 1993).

De acordo com Rocha (2008), a história do Recolhimento de Macaúbas se divide em quatro fases: de 1716 a 1789, fase mista, conjugando casa religiosa e educandário; segunda fase, de 1789 a 1846, foi instituído o educandário pelo ato da Rainha Dona Maria I; terceira fase, 1846 e 1933, colégio feminino; quarta fase, de 1933 até os dias de hoje, é marcada pela clausura conventual. O colégio foi extinto e a casa transformada em convento sob a regra da ordem das Concepcionistas, voltada para o culto a Deus e o rompimento do contato maior com a sociedade civil.

A documentação inquisitorial revela que dez padres foram denunciados por recolhidas do Recolhimento de Macaúbas por solicitação, dois deles foram processados (Silva 2025). Não só os clérigos tinham iniciativas "ilícitas", como também as recolhidas. As fontes revelam que as iniciativas amorosas e/ou sexuais na confissão partiam também das recolhidas. Muitas estavam no Recolhimento a contragosto, sem vocação. Na clausura do Recolhimento, onde nenhum outro homem poderia entrar, o confessor passou a ser, em muitos casos, mais que um guia espiritual. O confessor tornava-se não apenas figura de autoridade espiritual, mas também objeto de afeto e desejo.

A primeira impressão sugere que em um Recolhimento feminino do século XVIII existia uma vida reclusa, comedida, casta e silenciosa. Porém, o Recolhimento das Macaúbas, já bastante estudado, demonstra que não era bem assim. Filhas ilegítimas, órfãs, filhas desobedientes, mulheres casadas na ausência do marido, viúvas, mestiças eram ali colocadas, algumas buscavam escolaridade mínima, outras viviam ali escondidas e porque não, esquecidas, enquanto seus

familiares viveriam sossegados quanto a sua honra. Muitas mulheres romperam esse cerco familiar e institucional: "Clausura doméstica, celibato perpétuo ou recolhimento provisório, nenhum desses mecanismos era suficiente para salvaguardar os valores da família, a fidelidade da esposa e a honra dos maridos" (Vainfas 2010, 174)

Dona Inácia Cletta de São José

Antes de adentrarmos a análise do caso, é fundamental apresentar o Pe. Luciano Pinto Nogueira - que foi denunciado por Dona Inácia -, ele era vigário encomendado da Freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande, comarca de Sabará, bispado de Mariana. Foi acusado por ter solicitado três mulheres: a primeira, nossa principal personagem, foi Dona Inácia Cletta de São José, recolhida do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, ela mesmo escreveu uma denúncia em 1750 denunciando ao Tribunal do Santo Ofício o Pe. Luciano, por solicitá-la no confessionário, mas não em ato de confissão (ANTT, IL, C.S. 767, m0112). No mesmo ano de 1750, o bispo do Maranhão remeteu ao Tribunal Inquisitorial algumas denúncias que ele afirmou que o Pe. Luciano Pinto foi denunciado por Dona Perpétua Gomes, a quem o confessor lhe enviou recados torpes[4] por uma escrava (ANTT, IL, C.S. 767, m0400).

Em outubro de 1753, o Pe. Luciano Pinto Nogueira de Souza se apresentou ao comissário Félix Simões confessando que, em 1741, ouvindo confissões na Capela da Santíssima Trindade que era filial da igreja de Santo Antônio da Roça Grande, confessou uma mulher chamada Quitéria "de tal", que na época era solteira mas já estava casada com João Francisco, depois que acabou a confissão, ainda no confessionário, disse a ela "algumas palavras amatórias e que depois lhe falasse porque queria falar-lhe em um casamento". Nas denúncias de solicitação é comum encontrar relatos em que os confessores ofereciam prendas, ajudas financeiras e até prometiam ajudar as solteiras a encontrar um marido, geralmente com a finalidade de forçar uma aproximação com a penitente e assim conseguir satisfazer seus intentos amorosos e na maioria das vezes sexuais. Também confessou que estando ele ouvindo confissão no Recolhimento de Macaúbas, no confessionário, disse a recolhida Inácia Cletta de São José "algumas palavras amatórias", e que algumas vezes com pretexto de ouvir confissão "falavam entre ambos palavras amatórias" e que havia "sinais de ósculos[5] e amplexos[6]" (ANTT, IL, C.S. 770, m0441).

[4] Desonesto, impudico, indecoroso, infame (Silva 1789, tomo II, 21).
[5] Beijos (Silva 1789, tomo II, 140).
[6] Abraços (Michaelis On-Line).

No dia 21 de junho de 1754 a Mesa Inquisitorial aceitou o que requereu o promotor, que se fizessem inquirição das testemunhas e juntamente sumário do crédito que merecessem, assim o Tribunal iniciava sua averiguação sobre o delito do Pe. Luciano Pinto Nogueira e Souza, e sobre a qualificação das denunciantes, se eram dignas de crédito e verdade. Obedecendo ao Tribunal, em 20 de dezembro de 1754, o comissário Lourenço José de Queirós Coimbra começou a diligência no Arraial e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Raposos, na sacristia da mesma igreja matriz. Pode-se imaginar que a presença de um comissário mandando chamar testemunhas não passaria ileso pelos burburinhos do arraial, mesmo que o Santo Ofício tivesse a premissa do segredo era possível que murmúrios temerosos e curiosos se espalhassem pelas ruas (ANTT, IL, C.S. 770, m0441).

A primeira testemunha ouvida foi Dona Inácia Cletta de São José, que relatou que tinha sido recolhida do Recolhimento das Macaúbas de onde havia saído havia alguns meses, estava casada e tinha 25 anos. Ela disse que morou no recolhimento desde dez ou doze anos de idade e que em certa ocasião indo-se confessar com o Pe. Luciano "e acabando de confessar em um dos três confessionários que há na igreja do recolhimento no que está na capela mor perto do comungatório", depois que ela confessou "certos amores como culpas em que tinha caído, logo depois de absolvida o dito confessor lhe disse que tinha muito que conversar com ela". Ela então, curiosa sobre o assunto em que o confessor queria tratar com ela o procurou em outra ocasião, mas no mesmo confessionário, e ele "disse claramente que queria ter uns amores com ela e principiaram a tratar como amantes falando-lhe o dito de amores e no mesmo lugar e confessionário lhe tornava a falar a tratar de amores mais vezes" e assim continuaram por quatro ou cinco meses. Dona Inácia também relatou que no confessionário eles fingiam confissão, "trataram ambos de amores desonestos e provocantes atos torpes e desonestos levantando uma cortina que cobre o ralo do confessionário por donde um e outro ponham suas boquinhas ou ósculos", e acrescentou que algumas vezes o confessor "pedia a ela testemunha que descobrisse os seus peitos" (ANTT, IL, C.S. 770, m0451).

Quando Inácia saiu do local do depoimento, como de costume, foram perguntados aos padres presentes, chamados ratificantes, se ela parecia "digna de crédito e verdade", e um deles disse que "fazia conceito da testemunha menos verdadeira". Começava aqui a desqualificação que muitas mulheres sofreram nos sumários imensos contra solicitantes e que pode ser apontada como o grande motivo para o pequeno número de padres processados por esse delito[7]. Assim, o comissário Lourenço Coimbra escreveu que Inácia saiu do Recolhimento e foi para a casa do seu avô materno

[7] Para mais informações sobre a desqualificação das mulheres solicitadas: Silva 2025.

João Alves Maciel e daí poucos meses se casou com José Bernardo da Silveira Frade e residia junto de seu avô. O comissário também declarou que Inácia era filha única e herdeira dos bens do pai e do avô, "sempre cuidou em sair do dito recolhimento e casar", mas o seu pai nunca aceitou e "ela por diligências que ela e seu avô fizeram por sair para fora, como seu pai repugnava e também as mesmas recolhidas por se [veilicarem] do seu dote em alguns anos", também estava contra sua saída do recolhimento o "prelado dessas minas", provavelmente a fortuna de Inácia faria falta para os cofres da instituição. O comissário também afirmou que Inácia chegou a escrever propondo casamento a vários sujeitos e também se desentendeu de propósito com algumas recolhidas pensando que "por aquele meio a obrigarem como se queria a sair para fora". Inácia também teria caído doente e as suas queixas "pediam o estado de casada", e havia saído há um ano e meio e estava casada. O comissário termina dizendo que tinha Inácia como "um pouco louca e desvanecida" além de "mentirosa e falsa de crédito" (ANTT, IL, C.S. 770, m0455).

A diligência inquisitorial passa para a parte de ouvir pessoas "fidedignas" sobre o crédito de Inácia. Era de praxe que as denunciantes passassem por uma investigação de suas condutas, fama e demais "qualidades". Dessa maneira, pessoas de alta relevância social eram chamadas a testemunhar sobre o "procedimento e costumes" das denunciantes. Foram, então, ouvidas quatro recolhidas do Recolhimento de Macaúbas sobre o crédito de Inácia. A primeira delas foi Dona Anna Caetana do Coração de Jesus, vigária do recolhimento, ela relatou que Inácia sempre foi uma pessoa de bom procedimento, reputação e verdade e que somente dois anos antes de sair para a casa de seu avô teve algumas histórias com várias recolhidas procurando desgostar-se com elas, isso porque ela queria sair "para fora pela repugnância que sempre achou deste recolhimento". Segundo Dona Ana, ela escreveu e mandou escritos para várias pessoas de fora e que "esta mácula se pode pôr no seu procedimento e reputação, porém que seus testemunhos podem e devem merecer inteiro crédito" (ANTT, IL, C.S. 770, m0459).

A segunda a testemunhar foi Rosa Maria do Coração de Jesus, ela afirmou que Inácia "pelos quatorze ou quinze anos em que ela esteve no recolhimento e que nunca soube causa algumas contra o seu procedimento e lhe parece que aos seus testemunhos pode dar crédito". O terceiro depoimento foi de Micaela Arcângela da Conceição, relatou que nunca julgou bem o procedimento de Inácia "por ver e ouvir algumas leviandades da mesma" e quanto ao crédito que se deve dar aos seus testemunhos ela "nunca fez bom conceito da verdade da dita" porque via Inácia como "pouco fácil e leviana". A quarta e última recolhida que depôs sobre o crédito de Inácia chamava-se Dosacramento Discreta, e disse que Inácia, antes de querer sair do Recolhimento "a teve sempre por bem procedida", porém depois que "entrou em querer sair do recolhimento com o sentido de tomar

outro estado deu sinais de algumas leviandades", mas que devia-se dar crédito aos seus testemunhos (ANTT, IL, C.S. 770, m0459).

O comissário do Santo Ofício, escreveu em janeiro de 1755 mais uma vez dando suas considerações sobre os envolvidos. Afirmou que o Pe. Luciano não tinha 28 anos quando "caiu naquela tentação" e que o denunciado tinha "mais de ignorante do que de medianamente estudante", que ele não tinha nada de bem procedido, mas que não era escandaloso e que era "pancho por alheios merecimentos" e que o Recolhimento estava composto "de várias mulatas, algumas pardas de que a denunciante ainda tem um 4º e poucas mulheres brancas". Dessa forma, o comissário destacou o caráter "pancho" (tranquilo, não-ameaçador) do acusado em contrapartida da desqualificação de Inácia, mulher parda em uma instituição repleta de mulatas, o que automaticamente invalidava a sua denúncia. Contudo, segundo o comissário, as recolhidas viviam com muita união e observavam seus estatutos, rezavam todas as horas com muita perfeição. No Recolhimento não havia "grades particulares, nem ralos, há somente uma portaria pública com sua roela tapada de uma parte e da outra, uma grade que não chega nenhuma recolhida, não há mirante, nem mais janelas para o exterior". Também afirmou que a igreja do Recolhimento estava sempre deserta "por não haver ali vizinhança" e que nela havia um coro muito escuro "que só com luzes se poderá ver o rosto de alguma recolhida", além disso na dita igreja havia três confessionários, dois que ficavam ao lado do coro "sumamente escuro" e um outro perto da sacristia que parecia mais público. Ele também disse que dava conta de tudo isso porque esses eram os lugares que ouviam as confissões e por se poderem "tratar outras matérias", como afirmava o testemunho da denunciante. Era "certo e inegável que o denunciado logo que foi provido naquela igreja" frequentou tanto o dito recolhimento em companhia de gente mal procedida e "acostumadas a freiriar". E que houve muita "murmuração não só do seu crédito e do mesmo recolhimento, mas da própria honra da denunciante, havendo quem afirmasse que por ele escalara o muro da cerca" (ANTT, IL, C.S. 770, m0469).

Dona Inácia, apesar de recolhida e herdeira - características geralmente vistas como de mulheres "qualificadas" - foi desqualificada por algumas de suas companheiras de recolhimento e pelo comissário, por seu "mau procedimento" durante a época que tentou obstinadamente sair do Recolhimento, além disso tinha 1/4 de parda, o que era também um fator que contou como desqualificador.

Três anos depois, em 1758, a diligência recomeçou, mas desta vez no Bispado do Maranhão, na capela de Nossa Senhora da Conceição, distrito da freguesia de Santo Antônio da Gurguéia, hoje cidade de Jerumenha no Piauí. Os responsáveis pela diligência foram o Frei José da

Natividade e o Vigário Geral da Vara na Capitania do Piauí, Reverendo André da Silva. Dessa maneira, inquiriram Perpétua Gomes que havia denunciado o Pe. Luciano Pinto e mais dois padres no ano de 1749 (ANTT, IL, C.S. 767, m. 402). Nessa denúncia, Perpétua relatou que o Pe. Luciano lhe disse na confissão que mandasse a casa dele uma escrava porque lhe queria mandar cartas, ela mandou a escrava e nas cartas estavam "recados torpes com que a solicitava ad turpia". Na inquirição de 1758 Dona Perpétua, mulher branca casada com Capitão João do Rego Castelo Branco, moradora em sua fazenda de São Francisco de 30 anos de idade, contou a mesma história de 1749 sobre o Pe. Luciano ainda acrescentou que ele também lhe enviou, juntamente com os recados torpes, um Rosário. Denunciou também os outros dois: Pe. Frei Eusébio dos Prazeres, que durante a confissão, "lhe quisera dar alguns abraços e ósculos e pegar-lhe em suas partes pudentas" e Pe. Inácio Mourinho Garro, que no ato da confissão, lhe deu uma carta que continha causas torpes e desonestas solicitando-a para atos desonestos (ANTT, IL, C.S. 770, m0475).

Como de costume perguntaram aos padres ratificantes "se lhes parecia que falava a verdade e merecia crédito", um deles chamado Vigário Alexandre de Souza Ventura disse que "lhe parecia merecer menos crédito o dito da testemunha por ser acostumada a gabar-se de semelhantes matérias". Seguindo o rumo esperado em uma diligência inquisitorial, foram inquiridas algumas pessoas "fidedignas", respeitadas na localidade, para qualificarem Dona Perpétua. Todos os que testemunharam disseram que Perpétua era "pessoa de bom crédito e reputação e que a seus ditos se pode e deve dar inteiro crédito" (ANTT, IL, C.S. 770, m0483). Já o Vigário Geral da Vara na Capitania do Piauí, Reverendo André da Silva escreveu a Mesa em três de julho de 1758, dizendo que ele tinha largo conhecimento sobre Perpétua, desde menina, porque morou dois anos na casa dos pais dela, e julgou o testemunho dela com pouco crédito e fé porque ela era "muito faladeira" (ANTT, IL, C.S. 770, m0499). Apesar de bem qualificada pelos fregueses que testemunharam, os reverendos encarregados pela diligência desqualificaram Dona Perpétua. Uma mulher faladeira e que "gabava-se" era o contrário do que era entendido naquele contexto como uma mulher honrada e qualificada, que seria uma mulher recolhida, com um olhar baixo, de poucas palavras, muitas orações e obediências.

Uma condição fundamental para a instauração de processos pelo delito de solicitação era a existência na Mesa Inquisitorial de mais de uma denúncia contra o mesmo acusado. Segundo o Regimento de 1640 (Franco e Assunção 2004, Livro II, Título IV, 299), os inquisidores só poderiam decretar prisão com uma "prova que razoavelmente pareça bastante para se proceder por ela alguma condenação. E não bastará um só testemunha para ser presa a pessoa denunciada [...]", isto é, o clérigo deveria ter sido denunciado por pelo menos duas pessoas. Porém, o crédito que se devia dar

ou não às denunciantes solicitadas dependia de um inquérito que se fazia sobre seu comportamento: "os critérios que mobilizavam a sua apreciação eram puramente misóginos, o que resultava na desacreditação das delatoras e arquivamento das suas denúncias" (Gouveia 2015, 142). Assim se encerrou a diligência contra o Pe. Luciano, afinal tanto Dona Inácia quanto Dona Perpétua não foram qualificadas como verdadeiras, dignas de crédito. Assim, desqualificando as denunciantes o caso era arquivado por falta de provas válidas. Gouveia (2015) declarou que:

> De acordo com a radiografia que se traçasse da vítima/cúmplice e do delato, as denúncias tanto poderiam ser inviabilizadas como despoletar a instrução de um processo inquisitorial. As aludidas sessões destinavam-se a fornecer detalhadas informações sobre delatante e delatado, tidas como imprescindíveis para os inquisidores ajuizarem o seu crédito [...].
>
> Os critérios que mobilizavam na sua apreciação são clarividentes quanto à vinculação do crédito das mulheres não apenas à sua posição no escalonamento social, como ainda à filiação étnico-religiosa, à tutela masculina, seja à figura do pai, do marido ou do irmão e a determinados comportamentos do quotidiano (Gouveia 2015, 386-388).

Honradas ou desonradas, assim eram qualificadas as mulheres que viviam no Brasil setecentistas e por todo período colonial. Em uma sociedade onde brancas e negras, livres e cativas desempenharam papéis distintos e usufruíam de condições que não eram equivalentes (Algranti 1992, 121).

Passemos, portanto, ao exame da trajetória de Dona Inácia Cleto de São José no registro das internas do Recolhimento de Macaúbas[8]. Ela esteve pela primeira vez no Recolhimento quando tinha por volta de dez anos, no momento de seu depoimento ao Tribunal ela disse que tinha 25 anos e havia saído a pouco mais de um ano da instituição. Assim, podemos concluir que ela ficou lá por pelo menos 15 anos. Inácia era órfã de mãe, única herdeira, e seu pai parecia muito interessado em mantê-la na instituição. Para sair do Recolhimento, contou com a ajuda do avô materno, escreveu cartas para pretendentes ao marido, se desentendeu com a madre e com algumas recolhidas, adoeceu com queixas que "pediam o estado de casada". Assim, conseguiu sair, foi para a casa do avô e se casou.

Apesar de seus grandes esforços para deixar a instituição onde esteve desde a infância, Inácia acabou sendo tragicamente vítima de uma inesperada reviravolta do destino. Voltou em junho de 1761 ao Recolhimento das Macaúbas, seu marido, Capitão José Bernardes da Silveira a colocou lá afirmando a necessidade de fazer uma viagem ao Rio de Janeiro. Alguns meses depois, em janeiro de 1762, Inácia fez uma "súplica" ao Bispo Dom Frei Manuel da Cruz, para voltar para casa,

[8] Registro das internas no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas - Todas as informações sobre a estadia de Dona Inácia no Recolhimento das Macaúbas foram gentilmente cedidas pela Dra. Mônica Eustáquio Fonseca, responsável pela organização do arquivo de Macaúbas.

que a atendeu. Então, ela foi conduzida pelo padre Estanislau até o Arraial dos Raposos e entregue ao vigário Rodrigo Peixoto de Faria.

Segundo Silva (2007), existia uma distinção entre a reclusão social e a reclusão punitiva. Na colônia, assim como na metrópole, o confinamento das moças em conventos e recolhimentos resultava de uma motivação social, enquanto o das casadas constituía uma forma de punição por parte de maridos que se sentissem traídos ou incomodados pelo comportamento das esposas. Para os pais de moças donzelas a reclusão poderia significar "evitar um casamento abaixo de sua condição social, com um plebeu, quando não havia dote que atraísse um genro de igual estatuto nobre" (Silva 2007, 12). Já a reclusão punitiva geralmente acontecia quando um marido se queixava às autoridades do mau comportamento de sua esposa e pedia que ela fosse obrigada a entrar para um recolhimento, ou mesmo um convento, isso se as posses do marido permitissem: "Isto porque a reclusa tinha de ser sustentada pelo cônjuge na instituição escolhida durante o período em que permanecesse enclausurada, que por vezes era bem longo, quando não até à morte" (Silva 2007, 12-13).

A honra da mulher casada tinha de ser mantida a todo o custo, mesmo que para isso se recorresse à perda de sua liberdade, pois só assim o marido não ficava desonrado e, quanto mais elevada fosse sua posição social e maior sua riqueza, com tanto maior rigor era tratada a esposa mal comportada. A prolongada perda da liberdade podia ser acatada com submissão pela mulher nas instituições de reclusão, ou pelo contrário, [...], combatida com as escassas armas à disposição, como petições, tentativas de divórcio, ajuda de poderosos e mesmo um comportamento francamente transgressor (Silva 2007, 30).

Em julho de 1772, dez anos depois, Dona Inácia retornou ao Recolhimento, levada novamente por seu marido, dessa vez levando consigo uma escrava, e permaneceu na instituição até sua morte em março de 1776. Quando faleceu, Inácia tinha aproximadamente 44 anos, após uma vida marcada pela resistência e pela submissão forçada ao domínio masculino.

De acordo com Silva (2017), muitas vezes os maridos diante de uma suspeita de mau comportamento feminino, preferiam a reclusão punitiva de suas esposas em recolhimentos ou conventos, ao invés de ir a público revelar sua desonra: "O ingresso em um recolhimento constituía uma solução parcialmente satisfatória porque não implicava uma reclusão definitiva" (Silva 2017, 123).

Nos claustros coloniais, coexistiram múltiplas experiências femininas. Essas instituições recebiam mulheres que eram produtos de representações do imaginário patriarcal[9]: santas, anjos, Marias, feiticeiras, Evas, etc. Os motivos que levavam uma jovem a ingressar num recolhimento variavam consideravelmente: algumas eram enviadas por não conseguirem um casamento vantajoso, já que a condição de solteira poderia representar uma desonra familiar; outras, porque pais relutantes em fragmentar seus patrimônios fundiários, especialmente quando tinhas muitas filhas; havia ainda aquelas colocadas nessas instituições como medida corretiva por condutas consideradas desonrosas, que maculariam a honra paterna. Havia, também, o motivo educacional, porque a educação feminina às vezes só era possível por meio dos recolhimentos. Além desses motivos, outras razões explicam a reclusão feminina nos Recolhimentos coloniais: muitas mulheres buscavam essas instituições como forma de resistência, esconderijo para filhas ilegítimas, depósito para garantir a honra e a educação de filhas. Ainda, algumas mulheres casadas eram colocadas pelos maridos que precisavam viajar ou por outros motivos. Afinal, a honra do homem estava na castidade das filhas e na fidelidade da esposa. A ida para o recolhimento contra a vontade da moça e a longa estadia na instituição são comprovadas com a análise dos testemunhos de algumas recolhidas no decorrer das inquirições sobre os padres solicitantes (Silva 2025).

A honra feminina configurava, no imaginário colonial, a sexualidade da mulher, ou seja, o controle dos desejos, sendo a mulher honrada necessariamente casta, pura e fiel. Para a solteira, a honra estava na castidade e, para a casada, na fidelidade ao marido. No Brasil colônia, honra e virtude eram equivalentes quando se tratava de mulheres: "expressam o comportamento das mulheres em relação à conduta social" (Algranti 1992, 111). Já para os homens, a virtude era atribuída geralmente ao cívico, e a honra a um valor moral. "O cidadão virtuoso jamais teria sido um homem casto, mas, sim, um homem forte" (Algranti 1992, 111). Dessa forma, a preservação da honra feminina não era só assunto que dizia respeito às mulheres, mas configurava-se como um bem de família.

> Por sua vez, a valorização da honra feminina nas sociedades ibéricas do século XVIII tem origens tanto religiosas como culturais. A associação entre pecado e sexo sem fins de procriação, assumida pelo cristianismo, é uma das razões para essa valorização da virtude [...]. Confinado ao matrimônio desde que se tornou 'remédio' para a sexualidade tanto dos homens como das mulheres, o sexo, antes condenado, passou a ser permitido segundo normas críticas e apenas para o cumprimento da ordem divina da multiplicação da espécie (Algranti 1992, 115).

A trajetória de Dona Inácia ilustra como algumas mulheres desafiaram as estruturas patriarcais e religiosas que as confinavam a vidas de insatisfação e submissão. Em meio a

[9] Segundo Lerner (2019), o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2500 anos para ser concluído. É a dominância masculina sobre as mulheres. Homens e mulheres são biologicamente diferentes, mas os valores e as implicações baseados nessa diferença resultam da cultura.

imposições sociais, elas buscavam autonomia por meio de iniciativas amorosas e sexuais, articulando estratégias — às vezes discretas, outras vezes ousadas — para redirecionar seus próprios destinos. Inácia, por exemplo, recorreu a vários subterfúgios para sair do Recolhimento: fingia que se confessava para encontrar-se com o sacerdote, trocando palavras amorosas e carícias, escrevia cartas a pretendentes, se desentendia com outras recolhidas. Mesmo após ser enclausurada à força no Recolhimento pela segunda vez pelo seu marido, não se resignou: apelou ao bispo, desafiou a autoridade do marido e sacudiu as correntes simbólicas que a prendiam. No entanto, seu esforço individual não foi suficiente para romper com um sistema secular e opressivo. Inácia morreu jovem, ainda trancafiada na mesma instituição da qual sempre tentou fugir.

Considerações finais

O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, que se situava na freguesia de Santo Antônio da Roça Grande, atual cidade de Santa Luzia, Minas Gerais, foi uma relevante instituição tanto no âmbito da educação feminina colonial quanto na história do delito inquisitorial de solicitação. Foi nesse local que figuras emblemáticas como Dona Inácia Cletta de São José viveram parte de suas vidas em clausura involuntária.

Como bem demonstra Lima (2019), a documentação inquisitorial sobre a solicitação oferece um registro detalhado de diferentes situações vividas pelas mulheres na colônia, revelando suas representações e a sua sexualidade, isso tudo no contexto de uma sociedade extremamente marcada pela misoginia e pelo patriarcalismo. Neste contexto de extrema opressão, a trajetória de Inácia destaca-se como uma figura representativa: ao desafiar as estruturas religiosas e patriarcais, ela sacudiu os grilhões do confinamento compulsório, ainda que às custas de sua honra e reputação social.

Embora seus esforços não tenham alcançado o resultado desejado, sua resistência ilustra de maneira eloquente que nem todas as mulheres coloniais se resignaram passivamente ao sistema opressor. A ousadia de Inácia representa, assim, uma das múltiplas formas de agência feminina possíveis dentro dos estreitos limites impostos pela sociedade colonial.

Referências

Algranti, Leila Mezan. 1992. “Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822”. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.

Algranti, Leila Mezan. 1993. *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição Feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. São Paulo: J. Olympio.

Almeida, Ângela Mendes de. 1992. *O gosto do Pecado. Casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco.

Anchieta, Isabelle de Melo. 2014. *Imagens da mulher no Ocidente Moderno*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Araújo, Emanuel. 1997. "A Colônia pecadora". Em *O teatro dos vícios: transgressões e transigência na sociedade urbana colonial*. 191-276. Rio de Janeiro: José Olympio.

Faria, Maria Juscelina de. "Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas*:* um recolhimento mineiro do século XVIII". *Anál. & Conj.* 2, no. 1 (1987): 125-144.

Franco, José Eduardo e Assunção, Paulo de. 2004. *Metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquisição portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio.

Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira. 2015. *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Lisboa: Chiado.

Lerner, Gerda. 2019. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix.

Levi, Geovanni. 1992. "Sobre a Micro-história". Em *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, org. Peter Burke, 134-161. São Paulo: UNESP.

Lima, Lana Lage da Gama. "Relações cotidianas entre o clero e as mulheres no Brasil setecentista". Em *Estudos Inquisitoriais: História e Historiografia*. Marco A. Nunes da Silva e Suzana M. S. Santos Severs (orgs). 237-262. Bahia: UFRB, 2019.

Lima, Lana Lage da Gama. 2022. *A confissão pelo avesso: sacramento da penitência e assédio sexual a mulheres no Brasil setecentista*. Rio de Janeiro: Proprietas.

Michaelis. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis On-line.* Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/palavra/dvze/amplexo/. Acesso em: 30 de junho de 2025.

Pinto, Francisco Eduardo. 2010. "Potencias e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes". Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

Priore, Mary Del. 1995. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Rocha, Aldair José dos Santos. 2008. *A Educação Feminina nos Séculos XVIII e XIX. Intenções dos Bispos para O Recolhimento de Nossa Senhora de Macaúbas.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Scott, Joan Wallach. “Gênero: ainda é uma categoria útil de análise?”, Tradução de Graziela Schneider Urso. *Albuquerque: revista de história* 13, no. 26 (2021): 177- 186.

Silva, Antônio de Moraes, 1755-1824. 1789. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau. Reformado e acrescentado por Antônio Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. 2017. *Donas mineiras do período colonial.* São Paulo: UNESP.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Punida e insubmissa: escândalo no convento da Lapa em Salvador”. *Clio: Revista de pesquisa histórica*, no. 25-1 (2007): 11- 30.

Silva, Sabrina Alves da. 2025. *“Execrados ministros do demônio”. O delito de solicitação em Minas Gerais (1700-1821)*. São Paulo: Dialética.

Silva, Simone Santos de Almeida. “Religião e Condição feminina no início do século XIX: Controvérsias em torno da Irmã Germana”. *Anais do I Colóquio do LAHES*, Juiz de Fora, Brasil, junho de 2005.

Soihet, Raquel. 1997. “História das Mulheres”. Em: *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs). 399 - 429. Rio de Janeiro: Campus.

Tedeschi, Losandro Antônio, e Ana Maria Colling, (org). 2019. *Dicionário crítico de gênero.* Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados.

Vainfas, Ronaldo. 2010. *Trópico dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). *Inquisição de Lisboa.* Cadernos dos Solicitantes, livros: 770 e 767.

ARQUIVO DO MOSTEIRO DE MACAÚBAS. *Registro das Internas no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas* **(**Todas as informações foram gentilmente cedidas pela historiadora Mônica Eustáquio Fonseca).

doi.org10.34019/2359-4489.2025.v12.50244/

A compra da liberdade: apontamentos paleográficos e históricos de uma carta de alforria nas Minas setecentistas.

The purchase of freedom: paleographic and historical notes from a letter of manumission in eighteenth-century Minas Gerais.

La compra de la libertad: apuntes paleográficos e históricos de una carta de libertad en las Minas setecentistas.

Soélis Teixeira do Prado Mendes [*]
Lucas de Melo Machado [**]

[*] Professora de Linguística e de Língua Portuguesa na graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG e licenciada em Letras, habilitação língua portuguesa e suas literaturas, pela mesma Universidade. Os dados aqui apresentados fazem parte da pesquisa *A edição de manuscritos de Minas Colônia e a elaboração de um álbum de paleografia* – desenvolvida com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Processo 310008/2022 – (bolsista de produtividade PQ2). E-mail: soelis@ufop.edu.br
[**] Bacharel em História pela UFOP, graduando em Licenciatura em História pela mesma Instituição. E-mail: lucas.machado1@aluno.ufop.edu.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar duas edições de uma *Carta de Liberdade* ou de *Alforria* por meio da qual Maria Florinda liberta sua escrava Joanna de nação courana; tal documento foi produzido no ano de 1740, na então Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, em Minas Gerais. Para além de apresentar essas edições, a fac-similar e a diplomática, também pretendemos fazer comentários paleográficos e históricos sobre aspectos da vida privada e da vida judicial do período. Como procedimentos metodológicos para edição do manuscrito, propusemos: normas de transcrição e a elaboração do alfabeto de punho do escrivão que exarou esse documento.

Palavras-chave: carta de alforria; edição diplomática; século xviii.

Abstract: This paper presents two editions of a Letter of Freedom or Manumission through which Maria Florinda frees her slave Joanna, from Courana nation. This document was produced in 1740 in Vila de Nossa Senhora do Carmo, which is currently the town of Mariana, Minas Gerais. In addition to presenting those editions, the facsimile and the diplomatic, we also intend to make paleographic and historical comments on aspects of private and judicial life during that period. As for methodological procedures on editing the manuscript, we proposed: transcription norms and the creation of the alphabet used by the scribe who set this document in writing.

Keywords: letter of manumission; diplomatic edition; eighteenth century.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar dos ediciones de una Carta de Libertad o de Alforría mediante la cual Maria Florinda concede la libertad a su esclava Joanna, de nación courana. El documento fue elaborado en el año 1740, en la entonces Villa de Nossa Senhora do Carmo, actual Mariana, en Minas Gerais. Además de ofrecer las ediciones facsimilar y diplomática, se incluyen comentarios paleográficos e históricos sobre aspectos de la vida privada y judicial del período. Como procedimientos metodológicos para la edición del manuscrito, se establecieron normas de transcripción y se elaboró el alfabeto manuscrito del escribano que redactó el documento.

Palabras clave: carta de libertad; edición diplomática; siglo XVIII

Considerações iniciais

O assunto a ser discutido neste artigo é parte constituinte do projeto "*A edição de manuscritos de Minas colônia e a elaboração de um álbum de paleografia*", CNPq (Processo 310008/2022 - bolsista de produtividade PQ), desenvolvido pela autora. Nosso objetivo aqui é apresentar uma edição fac-similar e a respectiva diplomática de uma *Carta de Liberdade*, exarada no ano de 1740, na então Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, em Minas Gerais; além disso, pretendemos fazer alguns apontamentos paleográficos e históricos relativos a esse manuscrito.

O referido documento, que pertence ao acervo da *Casa Setecentista de Mariana* e se refere ao cartório de 1º. Ofício, foi digitalizado por meio da câmera EIS R100, lente RF-S 18-45mm, da Canon. Para realização da edição, foi necessário (i) propor as normas de transcrição, com base em Mendes (2008) e Cambraia *et al* (2001) e (ii) estabelecer o alfabeto do punho do escrivão Antonio Fagundes da Costa (Fachin 2009), sobre o qual discorremos adiante. Para a montagem do quadro de alfabetos foi necessário, após leituras atentas do testemunho, pinçar cada grafema de A a Z, em caracteres maiúsculo e minúsculo, esses últimos recortados de diferentes posições na sílaba do vocábulo – início, meio e fim – apesar de nem todos terem sido localizados. Uma vez "pinçado" o grafema do documento digitalizado, a imagem foi "melhorada" com a ajuda da ferramenta *Auto Photo Cut*, que corta o grafema, remove o fundo, permitindo colá-lo no quadro. Após isso, procedemos à transcrição e edição do manuscrito sob análise.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, além de apresentarmos as edições, faremos breves discussões sobre dados paleográficos referente ao manuscrito; numa segunda parte, são apresentados breves apontamentos históricos que a Carta de Liberdade nos levou a elaborar.

Apresentação do manuscrito e sua edição

O manuscrito sob análise é uma *Carta de Alforria*, conforme será discutido no próximo tópico, por meio da qual Maria Florinda liberta sua escrava Joanna da nação courana. O termo "alforria" é de origem árabe al + horria = libertar (Fontinha 1956, 97), e seu emprego é bastante antigo o que indica a ancianidade desse procedimento. Isso porque da escravidão antiga, "passando pela escravidão de cristãos entre os muçulmanos do norte da África e pela escravidão que existiu na África subsaariana, antes mesmo da chegada dos primeiros europeus nessa região", alguns tipos de libertação de escravos surgiram e foram praticados (Paiva 2003, 21). A escravidão moderna, embora tivesse formação e funcionamento bastante diversos e complexos, "fomentou algumas dessas antigas práticas de manumissão (termo de origem latina que também significa libertação), além de ter inventado outros tipos (Paiva 2003, 21).

Com relação à edição do manuscrito, faremos uma breve discussão sobre os diferentes tipos de edição existentes e qual delas se refere a que nos propusemos a fazer aqui. Em seguida, apresentaremos: (i) as normas utilizadas para a edição proposta, (ii) o alfabeto do punho sob análise e, finalmente, (iii) um breve comentário paleográfico. Entretanto, antes de avançarmos, convém apresentarmos a diferença entre transcrição e edição de documento. Enquanto a primeira se refere à ação de copiar um texto, seja de áudio ou de um manuscrito, para um novo suporte; a edição é um procedimento complexo que abrange não só a reprodução de um documento para que ele se torne mais claro e adequado ao leitor, bem como o próprio ato da transcrição. Vale acrescentar também que, na transcrição de um documento pretérito, o tipo de escrita, em geral a manuscrita, se altera para caracteres modernos.

Tipos de edição

A edição de textos antigos tem um papel histórico-cultural diretamente ligado à propagação da memória de certos grupos entre distintos públicos – dos mais leigos aos mais versados – a depender da modalidade de edição adotada. O processo de edição assume também o papel de perpetuação, contribuindo para a preservação do suporte material que contém o texto manuscrito. Em outras palavras, à medida que a circulação do texto editado se dá de forma mais abrangente e

acessível, pode-se abrir mão da consulta ao original. Por isso, a necessidade de se fazer um trabalho reto e embasado em normas claras que sejam seguidas fielmente, que é o que pretendemos fazer.

Segundo Spina (1977), existem diversas maneiras de se editar um texto: a edição *fac-similar* ou mecânica, a diplomática ou conservadora, a semidiplomática ou paleográfica e a edição crítica. A opção por uma ou mais de uma dessas depende do público-alvo. Isso porque, como bem afirma Cambraia (2005), dificilmente uma mesma edição pode ser adequada a um público indistintamente. No presente artigo, vamos apresentar, parcialmente, a edição *fac-similar* e a respectiva edição diplomática do manuscrito sob análise. No primeiro tipo, ou seja, fac-similar ou mecânica, há um grau zero de mediação, já que apenas ocorre a reprodução de um testemunho através de meios mecânicos, fotografia, xerografia, escaneamento, digitalização etc. Já o segundo tipo de edição, a diplomática, tem por objetivo principal transcrever em caracteres da imprensa moderna as escritas antigas, procurando interferir o mínimo possível no documento. Esse tipo possui baixo grau de mediação, e a transcrição é rigorosamente conservadora justamente porque são mantidos os sinais abreviativos, de pontuação, paragrafação, translineação, além de não serem desfeitas as fronteiras de palavras.

No entanto, não se pode perder de vista que, não obstante todo o cuidado por parte do editor, "uma edição diplomática já constitui uma interpretação subjetiva, pois deriva da leitura que um especialista faz do modelo" (Cambraia 2005, 94). Já a semidiplomática ou diplomático-interpretativa (Spina 1977) sofre algum tipo de intervenção por parte do editor que desfaz as abreviaturas do testemunho e estabelece as fronteiras entre palavras. E, finalmente, a edição crítica que se caracteriza pelo confronto de mais de um testemunho no processo de estabelecimento do texto, que pode ser autógrafo ou apógrafo. O objetivo desse tipo de edição é reconstruir a última forma que seu autor lhe havia dado. Todas as intervenções do editor devem ser registradas no aparato crítico. Para o presente artigo, nossa proposta é apresentar uma edição diplomática, visto que nosso objetivo é apresentar ao público a *Carta de Alforria* tal como ela se apresenta à época, em que pese nossa leitura ser uma interpretação, como já mencionado.

Normas de transcrição e a edição do manuscrito

Para elaboração de qualquer tipo de edição, é necessário que sejam adotados critérios bem elaborados para o reconhecimento e identificação de caracteres, de forma que o texto original seja respeitado, e para que as características linguísticas dos documentos sejam preservadas. Com relação a esse tipo de preservação, gostaríamos de salientar que, para o pesquisador da Linguística Histórica, que investiga por que a língua muda (ou por que não muda) com o passar do tempo, é

importante manter as estruturas linguísticas, sua morfologia e sua sintaxe, manifestas no documento. Isso porque aquele uso pode ser representativo da norma do período em que o testemunho foi exarado, daí a necessidade de a transcrição e edição fazerem uso de critérios fidedignos.

Embora as normas tenham os propósitos mencionados, não há como eximir o editor de cometer alguns equívocos, já que "Tanto quem copia um manuscrito, quanto quem edita, está sujeito a algum tipo de lapso, mesmo até os mais atentos" (Fachin 2009, 255).

Tendo em isso em conta, para esse labor, elaboramos um conjunto de princípios para a realização da transcrição do manuscrito ora analisado, o qual teve como base o modelo adotado por Mendes (2008) e por Cambraia *et al* (2001), senão vejamos:

a) A transcrição procurará ser fiel ao texto original;

b) Não serão desdobradas as abreviaturas[1];

c) Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver; Ex: "eesCrauidaõ"; "dadita";

d) Serão mantidas a pontuação e acentuação originais;

e) Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original: "Testemunha**S**easignou"

f) Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, a sua transcrição será feita entre parênteses: ();

g) São transcritos na sua forma original os numerais, tanto indo-arábicos como romanos;

h) Serão apontadas antes da transcrição as intervenções de terceiros no documento original, bem como o seu estado de conservação;

i) Serão informadas em nota as anotações de outro punho, as alterações e os borrões de tinta;

j) Os caracteres cuja leitura se apresenta impossível em seu lugar será colocado entre parênteses (ilegível);

k) Palavra(s) danificada(s) por algum tipo de corrosão será(ão) indicada(s) entre colchetes, assim: [corroída] ou [corroídas]. Em se tratando de um trecho de maior extensão danificado pelo mesmo motivo será indicada entre colchetes a expressão [corroída + de 1 linha];

l) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fólio será indicada com duas barras verticais: ||;

[1] Fizemos a opção pelo não desdobramento das abreviaturas por reconhecer que se trata de registros linguísticos que necessitam de uma atenção especial a qual não será tratada neste trabalho.

m) As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicadas, nesse caso, entre duas barras verticais, além de apresentar o estado do fólio. Exemplos: ||fl.1r. ||; || fl.1 v. ||;

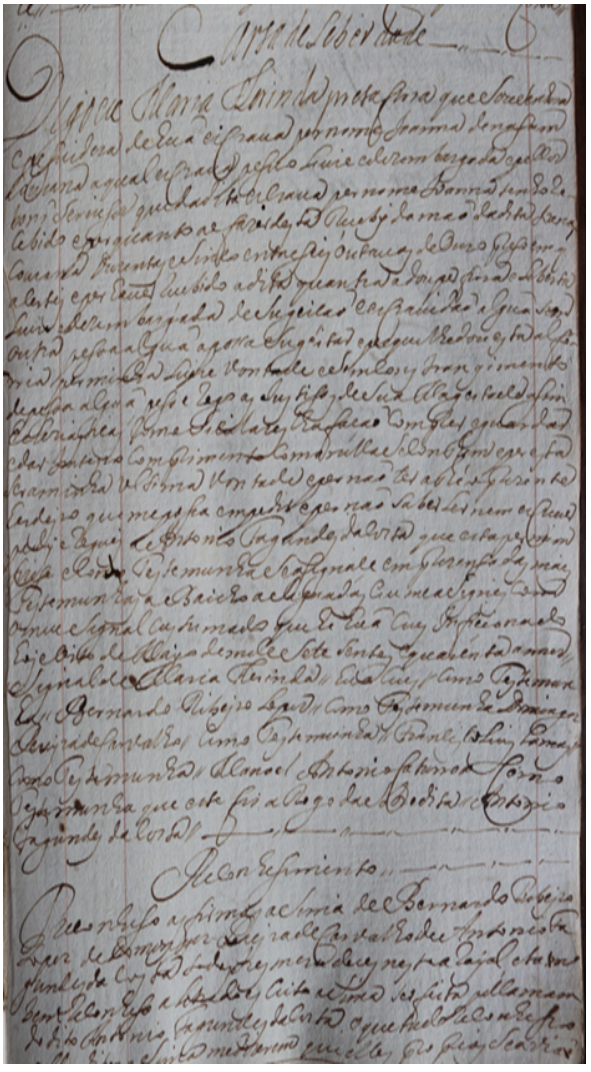
n) Se o original não for numerado ou estiver ilegível sua numeração, os números acrescentados serão impressos entre colchetes, indicando-lhes o estado do fólio. Exemplos: [fl.1 r.]; [fl.1v.];

o) As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas.

p) Os fragmentos de frases ou palavras que foram suprimidos pelo escrivão serão indicados em nota.

A seguir, apresentamos as edições fac-similar e a diplomática.

Figura 01. Comparação entre as edições fac similar e diplomática do documento analisado



||fl.32r.||

Carta de Leberdade_//__//___//____

Digo eu Maria Florinda pretaforra queSousenhora equefuidona de huaꝫ esCraua per nome Joanna de naſsam| Courana aqual esCraua peſsoa Liure edezembargada epellos| bonꝯs Seruiſos quedadita escrava per nome Joanna tenho re-|cebido eper quanto afazer des ta Reçeby[illegible] da maõ dadita Joana| courana Duzentas e Sinco entaeſeis outauas deOuro preſo em q| aceitey[illegible] eper hauer recebido adita quantia adouper forra e Liberta| Liure edezembargada de Sugeiçao eesCrauidaõ aluaꝯ Sem| outra peſoa aluaꝫ apor aSugeitar eperquelhedou esta alforria per minha Liure vontade eSemcontrangimento| de peſoa aluaꝫ peſo e rogo as Justiſas deSua Magestade aſim|Ecleziasticas ComeSiculares lhafaçao Comprir e guardar| e dar Inteyro Comprimento como nellaSeconthem eper esta| Ser aminha última vontade eper naõ ter athé oprezente| Erdeyro que mepoſsa empedir eper naõ Saber ler nem escrever| pedy[illegible] e Reguey[illegible] aAntonio Fagundes daCosta que estapormim|friſe co(mo) TestemunhaSeasignou emprezenſa das mais| Testemunhas aBaicho aSignadas eu measigney[illegible] com| omeuSignal custumado quehe huaꝫ crus Infeçionado| hojeoito deMay[illegible]o de mileSete Sentos equarenta annos//| Signal de Maria Florinda // huaꝫ Crus//Como Testemu|nha//|Bernardo Ribey[illegible]ro Lopez //ComoTestemunhaDomingos| Perey[illegible]radeCarvalho// como Testemunha // Francisco Luis Lamas//| Como Testemunha // Manoel Antonio|Caturro // Como| Testemunha que este foi a Rogo daSobredita //Antonio Fagundes da Costa //_____//_____//_____//_____ |

Reconheſsimento //____//___//_____// |

	Reconheſso as firmas aSima deBernardo Ribey■ro|Lopez de Domingos PereyradeCarvalho deAntonio Fa|gundes da Costa todos tres moradores nesteaRayal, etambem| Reconheſso aletradoescrito aSima Ser feita pella mam |do dito Antonio Fagundes daCosta. O quetudoReconheſso| delles ditos aSima medizerem que elles proprios Seaviaõ	

Fonte: Autores

Apontamentos paleográficos

Tipo da letra

Para Nunes (1969, 11), existe uma dificuldade em obter maiores dados acerca da escrita do século XVIII, isso porque "(...) a maioria dos compêndios emudece, e deixa-nos desamparados, ao atingir os começos do século XVI". Também nós nos deparamos com essa mesma situação, mesmo decorridos 56 anos da afirmação acima, pois, ao consultarmos álbuns de paleografia e de diplomática de diferentes autores, nenhum deles apresenta dados referentes aos séculos XVIII e XIX. Nunes, no volume I da obra já mencionada, faz o anúncio de que as escritas referentes a esses séculos faltantes seriam tratadas no próximo volume, mas, infelizmente, a obra não foi concluída. Entretanto, faz algumas considerações acerca desse tipo de escrita a que ele chama de *letras modernas*.

O autor, então, apresenta o que ele chama de características dessas letras modernas. Segundo ele, como é usada a pena fina e flexível, instala-se "um barroquismo quase delirante, uma espécie de arte-pela-palavra"; "na letra em si, opera-se uma simplificação extrema uma forte degradação gráfica nos aspectos funcional, de legibilidade, e estético". Os tipos base reduzem-se a, praticamente, dois: um caligráfico moderado e "um cursivo que evita sê-lo em demasia" (Nunes 1969, 14-15). Entretanto, Galende (1999), um estudioso da paleografia, apresenta alguns dados descritivos da escrita do século XVIII que nos permitem, de alguma forma, caracterizar a escrita do manuscrito sob análise.

Para a proposição da periodização da escrita latina, há autores que seguem critérios diversos: cronológicos, geográficos, linguísticos e gráficos. No entanto, é preciso que haja uma combinação entre eles para que a classificação seja mais eficaz (Galende 1999). Ao verificarmos as classificações estabelecidas por diferentes paleógrafos, constatamos que apenas um determinado grupo propõe uma categoria diferenciada para a escrita do documento objeto de análise neste artigo. Para aqueles que seguem critérios histórico, cronológico e cultural, nosso manuscrito possui uma

escrita moderna que vai do século XV ao XVIII, tal como definiu Nunes (1969) para a escrita dos séculos XVII e XVIII. Já Galende, que se baseia no critério gráfico, divide o período humanístico em duas fases, e a escrita da *Carta de Liberdade* pertenceria ao *humanístico tardio* que vai do século XVI até a primeira metade do XVIII.

Elisa Ruiz (1999), por outro lado, defende que há dois tipos de escrita humanística: a direita (humanística redonda) e a inclinada (cursiva ou itálica), que possui variedades: inclinada, cancileresca e bastarda. Esta última, segundo ela, foi utilizada na Espanha em fins do século XVI até o começo do século XVIII, além de ter sido muito difundida nos manuais de escrever. Esse também parece ser o caso de Portugal, pois é o que registra o manual de 1722 *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* de Manoel de Andrade de Figueiredo, calígrafo português. A partir disso, vamos assumir, neste artigo, que a escrita do manuscrito sob análise pode ser classificada como escrita humanística bastarda, em que pese o que nos diz Almada (2012):

> Não existe um consenso quanto à designação de cada tipo de letra, o que torna muito difícil a sua identificação para fins de catalogação. Há ainda todas as variações no ductus da letra, vinculadas à personalização do traço e também aos diversos níveis de aprendizado da caligrafia que podem ser percebidos na prática escriturária (Almada 2012, 55).

Observando o fólio, verificamos que há marcação de margens, direita e esquerda, mas que não são consideradas; inexistem margens superior e inferior e, por isso, a mancha ocupa praticamente todo o espaço. A escrita possui tamanho regular, inclinado para a direita, apresenta-se linear, possui peso leve e apenas no segmento inferior do grafema /C/ de *Carta*, que intitula o manuscrito, a escrita está mais forte; não há praticamente rasuras ou borrões, mas verifica-se uma corrosão feita por algum agente externo. O punho predominante é do escrivão *Antonio Fagundes da Costa*, mas há um punho "alógeno" que registra o número do fólio ||32||, seguido de uma assinatura Torres.

A proposição do alfabeto do punho

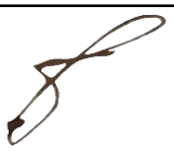
Por que propor o alfabeto do punho do manuscrito que se está editando? O pesquisador que lida com a edição ou transcrição de textos manuscritos sabe que esse labor é naturalmente lento e, antes de tudo, bastante criterioso. Isso porque, para além do estado de conservação do documento o qual, muitas vezes, pode prejudicar a leitura, cabe ao investigador habituar-se com o tipo de escrita. Um artifício que contribui para esse processo de edição é a proposição de um alfabeto do punho que grafou o documento. Conforme Fachin (2009):

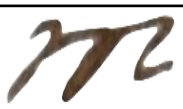
> Primeiramente, é preciso que o editor componha o alfabeto da escrita dos manuscritos que estão sendo editados, selecionando cuidadosamente exemplos de cada letra que vão lhe auxiliar no processo de

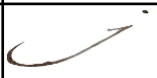
> transcrição. De preferência, deve-se organizá-los pela posição onde aparecem na palavra, início, meio ou fim (...) (Fachin 2009, 259).

A seguir, apresentamos o alfabeto do punho de Antonio Fagundes da Costa que registrou a *Carta de Liberdade* sob análise.

Quadro 01. Alfabeto de punho de Antonio Fagundes da Costa

Letra	Maiúscula	Minúscula		
		Inicial	Medial	Final
A/a				
B/b				-
C/c				-
D/d				-
E/e				
F/f				-
G/g	**Não localizado**			-
H/h	**Não localizado**			-

I/i				
J/j		**Não localizado**		-
L/l				
M/m				
N/n				
O/o				
P/p				-
Q/q	**Não localizado**		**Não localizado**	-
R/r				
S/s				

T/t				-
U/u	**Não localizado**			
V/v				-
W/w	**Não localizado**	**Não localizado**	**Não localizado**	-
X/x	**Não localizado**	**Não localizado**	**Não localizado**	-
Y/y	**Não localizado**	**Não localizado** -		
Z/z	**Não localizado**	**Não lo** 		

Fonte: Por autor.

Conforme se depreende desse quadro, são apresentados grafemas de A a Z em caracteres maiúsculo e minúsculo; esse último em diferentes posições: início, meio ou fim de sílaba. Entretanto, ele não exaure todos os variados traços com os quais esses grafemas são manifestos nessas posições no documento (vale dizer que se optássemos por apresentar todas as variantes, o referido quadro ficaria muito extenso!). Isso ocorre porque, como bem adverte Spina (1977), a escrita cursiva, por ser corrida, não permite muitas pausas para descanso de punho, o que pode causar dubiedade ao pesquisador em certos trechos, pois alguns grafemas, a depender do seu traçado, podem se assemelhar a outros, conforme veremos a seguir.

Características paleográficas do punho

Neste subtópico, apresentaremos alguns dos grafemas cujos traçados, em alguns vocábulos, nos proporcionaram algum tipo de dificuldade durante a leitura do testemunho, vejamos:

Figura 02. Exemplos de grafemas de traço curto

(i)



[possuid**o**ra] [**e**scrava]

Fonte: Por autor.

No vocábulo [possuidora], o grafema /o/, na sílaba /do/, possui um traçado muito semelhante ao /e/ da sílaba /es/, do vocábulo [escrava]. Nos dois vocábulos, os grafemas /o/ e /e/ possuem um traço curvo, que forma uma laçada na parte superior, descendo até a base ainda nesse formato curvo.

Figura 03. Grafemas com ligaduras de ângulo fino

(ii)



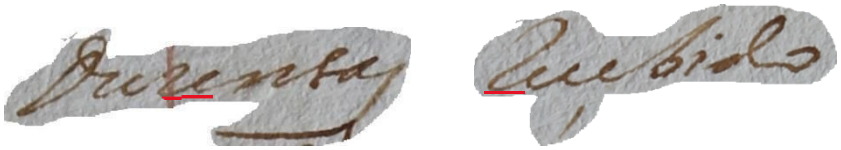
[Cou**r**ana] [e**s**te]

Fonte: Por autor.

Em [Courana], o traçado do grafema /r/ se assemelha ao do grafema /s/ do vocábulo [este]. Verificamos que tanto num quanto em outro, o traço, que faz uma ligadura com /u/ e /e/, respectivamente, de [Courana] e [este], segue até um nível ligeiramente superior, forma um fino ângulo de, aproximadamente 20º, e desce em seguida num traço curvo.

Figura 04. Semelhanças entre os grafemas /z/ e /r/

iii)



[du**z**entas] [**r**ecebido]

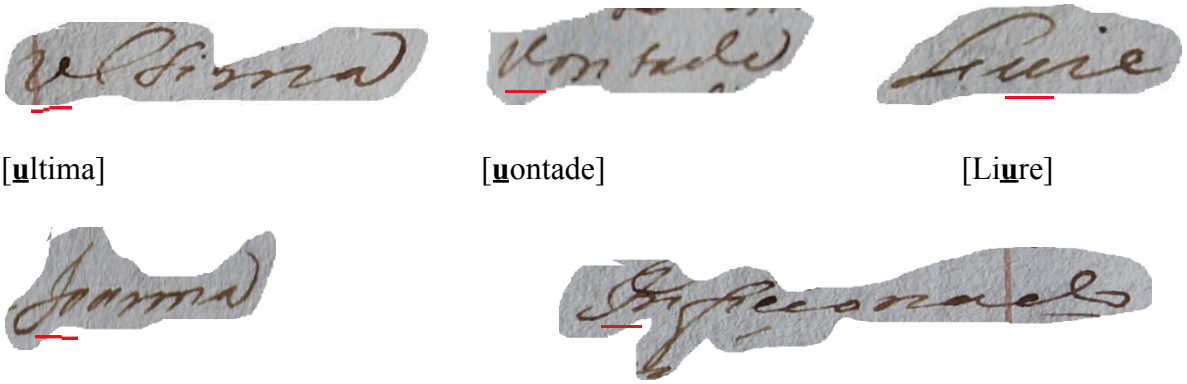
Fonte: Por autor.

O grafema /z/ do vocábulo [duzentas] possui um traço semelhante ao /r/ do vocábulo [recebido], embora esse último possua uma dimensão maior, tal como um maiúsculo, que o /z/. Verificamos que seu traçado se inicia na parte superior, faz uma curva, e desce para, em seguida, fazer outra curva na parte inferior.

iv)

Não verificamos, no documento, as letras ramistas, 'j' e 'v', assim chamadas, conforme se sabe, em homenagem a Pierre de la Ramée que as criou, já que ambas eram inexistentes no latim, em distinção às letras "i" e "u". No manuscrito sob análise não é feita essa distinção, o que pode causar estranhamento aos iniciantes na arte da transcrição, vejamos:

Figura 05. Exemplos de ausência de letras ramistas



[**u**ltima] [**u**ontade] [Li**u**re]

[**I**oanna] [**I**nficionado]

Fonte: Por autor.

Em todos os casos citados (i, ii,iii,iv), no primeiro contato por meio do qual o investigador procura se familiarizar com os traços dos grafemas para elaboração do alfabeto, causa-lhe desconforto a leitura desses e de outros vocábulos até perceber que, na escrita do documento, as letras ramistas não fazem parte do texto. O contexto discursivo contribui, muitas vezes, para dar melhor direcionamento à leitura, associado, muitas vezes, ao contexto ortográfico.

Analisemos o caso do vocábulo [Liure], os grafemas /Li/ são facilmente identificáveis, entretanto, os seguintes precisam de um maior investimento: o investigador, como é recorrente a qualquer pesquisador, faz pequenas comparações com vocábulos anteriormente grafados cuja leitura foi realizada; assim faz um cotejo entre os grafemas e verifica que /u/ pode ser mesmo a vogal /u/; o

grafema seguinte pode ser tanto um /r/ como um /s/ (conforme tratamos anteriormente). Mas o investigador verifica que a realização da sequência grafemática [Liuse] não pertence à estrutura vocálica da língua portuguesa, restando, então, a sequência [Liure] que será lida [Livre]. Conforme se verifica, a leitura descuidada ou apressada por parte daquele que está a transcrever pode ensejar em erros, e, em se tratando de um pesquisador da Linguística Histórica, a leitura inadequada pode comprometer sua análise.

A seguir apresentaremos comentários históricos que o manuscrito nos proporcionou elaborar.

Apontamentos históricos

O documento aqui analisado refere-se à cópia de uma *Carta de Alforria*, datada de 1740, na qual Maria Florinda, uma mulher forra, dá a liberdade à Joanna da nação Courana (referida como Joanna Courana, no restante do manuscrito). Exarado em Inficionado (atualmente esse distrito de Mariana (MG) é chamado de Santa Rita Durão), o documento aparenta ter sido escrito no final da vida de Maria Florinda, visto que a autora menciona que esta é sua "última vontade".

O manuscrito apresenta diversos aspectos interessantes a respeito da vida privada e da vida judicial do período. Na parte inicial da *Carta*, é feita a declaração de que Joanna Courana está recebendo sua liberdade e, logo em seguida, menciona-se que tal evento só ocorreu após Maria Florinda *receber* 256 oitavas de ouro das mãos da própria escravizada; daí inferirmos que Joanna Courana comprou sua liberdade. Segundo Bellotto (2002, 25), a carta de alforria é um documento "que comprova a libertação de um escravo", e tal mecanismo de libertação poderia ser concedido de modo gratuito ou pago, mediante a livre e espontânea vontade do senhor ou senhora (Silva 2017, 3). Tais cartas de alforria poderiam ser compradas pelos próprios escravizados, desde que eles conseguissem o dinheiro e os meios para tal. Conforme Paiva (2003), houve muitas alforrias pagas e, como apontam pesquisas, essa categoria parece ter sido "a mais importante, e dela tenha saído a maioria dos forros que habitaram as Minas Gerais" (2003, 22). Ainda segundo Silva (2017, 4), o escravizado poderia vender produtos ou trabalhar em profissões como alfaiate, sapateiro, dentre outras. Nesses casos, segundo o autor, havia um acordo entre o escravizado e seu dono, garantindo que parte do lucro fosse para o dono, e parte para o escravizado.

Analisando o cenário apresentado no manuscrito sob análise, acreditamos que Joanna trabalhava com mineração, uma vez que ela realizou o pagamento por sua liberdade em oitavas de ouro. A presença de mulheres escravizadas na mineração não era algo incomum, conforme mostrado por Furtado (2020). Segundo a autora, é possível encontrar mulheres escravizadas ou

forras em todas as etapas da mineração na Minas Gerais do século XVIII, principalmente originárias da região africana da Costa da Mina, como é o caso de Joana, que é de nação Courana, região localizada no Golfo do Benim. Conforme mostrado por De Castro Maia (2020), africanos identificados como couranos (ou courás) estavam presentes nas regiões de Villa Rica (Ouro Preto) e de Mariana. Com base nisso, levantamos a hipótese de Joanna ter sido uma mulher courana que atuou na mineração em um ou outro desses locais.

Outro aspecto de interesse presente na *Carta* sob análise é o fato de Maria Florinda, dona de Joanna Courana, ser ela mesma uma mulher forra. A existência de escravizados e pessoas forras enquanto donos de escravizados não era algo incomum, ocorrendo no meio rural e no meio urbano. Segundo Nóbrega (2006, 28), tanto pessoas ainda em cativeiro, quanto pessoas já forras, eram capazes de ser donos de escravizados. Em muitos casos, ao alcançarem sua liberdade, diversas pessoas forras, principalmente mulheres, optavam por adquirir escravizados. Tal ação, segundo o pesquisador, ocorria devido à adoção e à introjeção de valores e culturas da elite escravista. Além disso, prossegue o autor, ao adquirir um escravizado, o recém-criado senhor conseguia explorar o trabalho de seu cativo, ascendendo-se socialmente.

Ainda segundo Nóbrega (2006, 29), os traços culturais da elite branca adotados pelo senhor de escravos forro se mantinham até no momento da morte: como em muitos casos de senhores brancos, ao chegar o momento da morte, eles realizavam a libertação de alguns de seus escravizados. Tal ação poderia manifestar um desejo de salvação divina e de reconciliação espiritual. Como vimos no manuscrito, Maria Florinda deu a liberdade à Joanna em um de seus últimos desejos e, como a própria autora da *Carta* deixa claro, ela não possuía herdeiros que pudessem contrariar sua decisão, e deu a liberdade à Joanna *de livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma*.

Um terceiro aspecto de interesse no documento, que nos leva a analisar as características da vida judicial no período, é a parte final. A autora da *Carta* deixa claro que não sabe ler ou escrever, que a tal carta está sendo redigida por uma pessoa de confiança na presença de testemunhas. Dessa forma, mesmo não sabendo escrever, coloca seu sinal (uma marcação pessoal) no documento, havendo explicado suas características: “uma cruz”. Além dessa marcação pessoal, existem, também, as assinaturas das testemunhas.

Na parte final do manuscrito, existe um Despacho, que, segundo Bellotto (2002, 30), apresenta a decisão de uma autoridade. Esse despacho, realizado em 1741 (ou seja, um ano após a escrita da carta de alforria), intitulado “Reconhecimento”, apresenta uma comprovação de que o conteúdo da carta de alforria de Joanna é verdadeiro.

A existência desses dois registros no documento nos mostra um pouco do sistema burocrático do período, visto que, entre as assinaturas, encontram-se as do tabelião, das testemunhas e da pessoa que redigiu o documento. Percebemos que o manuscrito, de forma integral, é a cópia de um processo documental, o que pode ser comprovado devido à ausência de assinaturas e da indicação, na parte inferior do documento, de que este era o traslado de uma *Carta de Liberdade*.

Considerações finais

Neste artigo apresentamos as edições fac-similar e diplomática de uma *Carta de Alforria*, datada de 1740, exarada em Mariana (MG), pelo escrivão Antonio Fagundes da Costa. Como metodologia de transcrição, propusemos normas as quais procuramos seguir a fim de que o texto original do manuscrito fosse preservado. Propusemos, também, o alfabeto do punho do referido escrivão para que a leitura do testemunho pudesse ser menos árdua. Essa proposição mostrou-se eficaz quando da leitura de vocábulos que apresentavam grafemas com traços similares, dada a possibilidade de comparação entre eles. Muitas vezes, o contexto discursivo em que um vocábulo aparece pode, claro, colaborar para a "dedução" do contorno dessa palavra; mas e quando ocorre uma estrutura que não é mais vigente na norma da língua portuguesa contemporânea? A comparação do traçado das letras a partir do quadro de alfabeto pode ser de grande utilidade. A partir de uma breve discussão sobre o tipo de escrita do século XVIII, período do documento analisado, decidimos se tratar do tipo humanística bastarda.

Quanto aos aspectos históricos do documento, constatamos que ele apresenta características sociais e jurídicas de extrema importância à compreensão da vida cotidiana na Mariana setecentista. Por se tratar de um fragmento, e não um documento inteiro, não conseguimos discutir outras questões a não ser aquelas com base nas informações apresentadas. Porém, até mesmo as informações "pela metade" nos permitem criar hipóteses a respeito das vidas das pessoas mencionadas na documentação, mostrando, através de uma carta de alforria, como a sociedade setecentista era dinâmica e diversa, fugindo às noções estereotipadas que geralmente são criadas a seu respeito.

Referências Bibliográficas

Almada, Márcia. 2012. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Bellotto HL. Documento de arquivo e sociedade. Ciências e Letras: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação*, Ciências e Letras. 2002; (jan/jun 2002): 167-175

Cambraia, César Nardelli *et al*. 2001. "Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil". Em *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos. Tomo II. Rosa Virgínia Matos e Silva (org.). 552-555. São Paulo: Humanitas/FFLCH/FAPESP.

Cambraia, César Nardelli. 2005. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes.

De Castro Maia, Moacir Rodrigo. "Reforçar a identidade e a autoridade: as casas de courás libertos em Vila Rica e Mariana no século XVIII". *Afro-Ásia*, Salvador, 62 (2020): 9-45.

Fachin, Phablo Roberto Marchis. "Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas". *Filologia e Linguística Portuguesa*. SP: Humanistas/USP, (2009): 10-11.

Figueiredo, Manoel Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa: Occidental, 1722.

Fontinha, Rodrigo. *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreiras, 1956.

Furtado, Júnia Ferreira. "Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII". *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 1 (2020): 1-49.

Galende, Juan Carlos. 1999. "Ciclos escriturários". Em *Introducción a la paleografia y la diplomática general,* Ángel Riesco Terrero. 33-48. Madrid: Sintesis.

Mendes, Soélis T. do Prado. "Combinações lexicais restritas e manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral". 2008. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Nóbrega, Guilherme Cabral. Senhores negros: um breve estudo sobre libertos donos de escravos em Mariana de 1750 a 1760. 2006. Monografia, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG. Disponível em: https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/176_guilherme_cabral_nobrega_-_senhores_negros_um_breve_estudo_sobre_libertos_donos_de_escravos.pdf?m=1525724435

Nunes, Eduardo Borges. 1969. *Álbum de paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Paiva, Eduardo França. 2003. "Alforria e Coartação". Em *Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial*, Adriana Romeiro, e Ângela Viana Botelho. Belo Horizonte: Autêntica.

Ruiz, Elisa. 1999. “La escritura humanística y lós tipos gráficos derivados”. Em *Introducción a La paleografia y La diplomática general,* Ángel Riesco Terrero. 149-175. Madrid: Sintesis.

Silva, Rodrigo Caetano. 2017. “As cartas de alforria: compras e concessões por livre e espontânea vontade”. XXIX Simpósio Nacional de História - SNH/ANPUH. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501722337_ARQUIVO_ArtigoRevisado-AsCartasdeAlforria.pdf.

Spina, S. 1977. *Introdução à edótica***.** SP: Cultrix.

Fonte documental

Carta de Liberdade – 1º. Ofício – ano: 1740 - Casa Setecentista de Mariana.

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50067

Direitos humanos e cidadania: conexões entre a Constituição brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

Human Rights and Citizenship: Connections between the 1988 Brazilian Constitution and the 1948 Universal Declaration of Human Rights

Derechos humanos y ciudadanía: conexiones entre la Constitución brasileña de 1988 y la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948

Juliano Gualberto Ribeiro [*]
Leandro Brunelo [**]

[*] Mestre em Ensino de História pelo Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá (Profhistória UEM/PR). Professor da rede estadual de Educação do Estado do Paraná. E-mail: julianogribeiro77@gmail.com
[**] Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Professor Adjunto do Departamento de História da UEM/PR. E-mail: lbrunelo@uem.br.

Resumo: O presente artigo aborda a temática dos direitos humanos e da cidadania a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. Tem o intuito de identificar como o debate acerca da temática está presente no texto constitucional e no documento da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, também objetiva identificar a evolução e a consolidação dos direitos humanos e da cidadania na sociedade brasileira. Para tanto, este texto se pauta na própria Carta de 1988 e na DUDH, bem como nos referenciais teóricos elencados que contribuem para essa investigação.

Palavras-chave: Direitos humanos; cidadania; Constituição de 1988.

Abstract: This article addresses the theme of human rights and citizenship based on the 1988 Federal Constitution of Brazil and the 1948 Universal Declaration of Human Rights (UDHR). It aims to identify how the debate on this theme is reflected in the constitutional text and in the document of the United Nations (UN). Furthermore, it seeks to examine the evolution and consolidation of human rights and citizenship in Brazilian society. To this end, the study draws on the 1988 Constitution and the UDHR, as well as on the theoretical frameworks referenced, which contribute to this investigation.

Keywords: Human Rights; Citizenship; 1988 Constitution.

Resumen: El presente artículo aborda la temática de los derechos humanos y de la ciudadanía a partir de la Constitución Federal de Brasil de 1988 y de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (DUDH) de 1948. Tiene como propósito identificar cómo el debate en torno a esta temática se encuentra presente en el texto constitucional y en el documento de la Organización de las Naciones Unidas (ONU). Asimismo, busca analizar la evolución y la consolidación de los derechos humanos y de la ciudadanía en la sociedad brasileña. Para ello, este estudio se fundamenta en la propia Carta de 1988 y en la DUDH, así como en los marcos teóricos referenciados que contribuyen a esta investigación.

Palabras clave: Derechos humanos; ciudadanía; Constitución de 1988.

Introdução

Quando os temas “direitos humanos” e “cidadania” são abordados conjuntamente, há uma certa confusão conceitual. Mas, brevemente, podemos afirmar que direitos humanos são aqueles oriundos da dignidade intrínseca a todo ser humano, independentemente de sua condição biológica, política, social, cultural ou sexual. Já a cidadania e os direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um Estado. Um governo pode, em determinado tempo, alterar ou modificar as prioridades referentes a direitos e deveres do cidadão.

Os direitos da cidadania não são universais, mas específicos aos membros de um país, podendo, contudo, coincidir “com os direitos humanos, que são os mais amplos e abrangentes” (Soares 1998, 41). Sendo assim, um ser humano pode perder a cidadania, mas retém a sua condição humana. Pode ser condenado por crime hediondo, mas sua condição de pessoa humana não se altera.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi o de compreender como ocorre o debate acerca dos direitos humanos e da cidadania em dois documentos importantes: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH) e a nossa atual Constituição Federal (CF/1988).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) constitui um marco normativo seguido e defendido pelos Estados signatários, entre os quais está o Brasil. À luz desse cenário, o ordenamento jurídico brasileiro incorpora os princípios universais de direitos humanos, refletindo-os de maneira expressiva na Constituição de 1988. O texto constitucional consagra um amplo rol de direitos e garantias fundamentais, inspirados na DUDH, com a finalidade de assegurar

a dignidade da pessoa humana e de proteger os indivíduos diante da atuação estatal, impondo ao Estado o dever de respeitar e de efetivar tais prerrogativas.

Essas atribuições presentes Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro, fazem parte de uma composição textual ampla e densa do ponto de vista normativo e jurídico do país, a qual é formada por um preâmbulo, 250 artigos e um Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que serão problematizados a seguir neste texto.

Direitos humanos e cidadania na Constituição Federal de 1988 sob a perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

Batizada de "Constituição cidadã" pelo deputado e presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) Ulysses Guimarães, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é considerada a mais democrática de todas as Cartas nacionais, seja por conta do processo constituinte, no qual teve uma ampla participação popular, seja em virtude das várias experiências negativas nos momentos constituintes anteriores. Ela foi erigida sob o princípio da dignidade da pessoa humana, o qual constitui um primado imperativo de liberdades e justiça social.

Nesse viés, os juristas Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco (2009) entendem que a dignidade da pessoa humana é um princípio "considerado de valor pré-constituinte e de hierarquia supraconstitucional" (Mendes, Coelho e Branco 2009, 172). Este princípio fundamenta os dois documentos aqui analisados, quais sejam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Constituição brasileira de 1988.

Como evidenciamos neste texto, os marcos na criação de direitos e garantias fundamentais à existência digna do ser humano ganharam escopo e ressonância ao longo da história, sobretudo no século XVIII com as Declarações Americana (1776) e Francesa (1789). Porém, foi, principalmente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada pelas Nações Unidas em 1948, que tivemos a ampliação e a repercussão geral desses direitos.

Logo, observa-se que a universalidade é uma característica dos direitos humanos. Mas, além dessa característica, a DUDH introduz a concepção de indivisibilidade desses direitos, conjugando o rol dos direitos civis e políticos juntamente com os direitos sociais, econômicos e culturais. Combinam-se, portanto, "o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade com o valor da igualdade" (Piovesan 2013, 207). Temos, então, a concepção contemporânea dos direitos humanos, vistos como uma unidade interdependente e indivisível classificada em gerações ou dimensões de direitos humanos.

A DUDH é seguida e defendida por todos os países signatários, incluindo o Brasil e, por essa razão, o país recepciona no seu ordenamento jurídico as normas universais de direitos humanos e expressa na Carta de 1988 os direitos e garantias fundamentais fortemente fundamentados na DUDH, com o intuito de outorgar dignidade à vida humana e proteger os indivíduos frente a ação do Estado, que se obriga a garantir e respeitar tais direitos e garantias.

Por conseguinte, para Ingo Sarlet (2006), a nossa atual Carta foi a primeira na história do constitucionalismo pátrio a constar um título próprio aos princípios fundamentais, situado logo após o seu preâmbulo. O jurista ainda observa que o Constituinte de 1988 manifestou de forma explícita sua intenção de atribuir aos princípios fundamentais a característica de norma disciplinadora de todo o ordenamento constitucional, bem como o reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro:

> O Constituinte deixou transparecer de forma clara e inequívoca a sua intenção de outorgar aos princípios fundamentais a qualidade de normas embasadoras e informativas de toda a ordem constitucional, inclusive (e especialmente) das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, que igualmente integram (juntamente com os princípios fundamentais) aquilo que se pode – e neste ponto parece haver consenso – denominar de núcleo essencial da nossa Constituição formal e material. Da mesma forma, sem precedentes em nossa trajetória constitucional o reconhecimento, no âmbito do direito constitucional positivo, da dignidade da pessoa humana como fundamento de nosso Estado democrático de Direito (artigo 1º, inciso III, da Constituição de 1988) (Sarlet 2006, 61-62).

A título de classificação dos direitos presentes na DUDH, estes são organizados em duas categorias (inclusive, pela própria ONU): os civis e os políticos, correspondendo aos Artigos III a XXI; os econômicos, os sociais e os culturais, presentes do Artigo XXII ao XXVIII. No entanto, José Augusto Lindgren Alves, em seu intitulado *O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos no Brasil*, recorre à classificação de Jack Donnelly, como se observa na sequência:

> *1) Direitos pessoais*, incluindo os direitos à vida, à nacionalidade, ao reconhecimento perante a lei, à proteção contra tratamentos ou punições cruéis, degradantes ou desumanas, e à proteção contra a discriminação racial, étnica, sexual ou religiosa (Artigos 2º a 7º e 15);
>
> *2) Direitos judiciais*, incluindo o acesso a remédios por violações dos direitos básicos a presunção de inocência, a garantia de processo público justo e imparcial, a irretroatividade das leis penais, a proteção contra prisão, detenção ou exílio arbitrário, e contra a interferência na família, no lar e na reputação (Artigos 8º a 12);
>
> *3) Liberdades civis*, especialmente as liberdades de pensamento, consciência e religião, de opinião e expressão, de movimento e residência, e de reunião e de associação pacífica (Artigos 13 e de 18 a 20);
>
> *4) Direitos de subsistência*, particularmente os direitos à alimentação e a um padrão de vida adequado à saúde e ao bem-estar próprio e da família (Artigo 25);
>
> *5) Direitos econômicos*, incluindo principalmente os direitos ao trabalho, ao repouso e ao lazer, e à segurança social (Artigos 22 a 26 - proposital ou acidentalmente, Donnelly omite o Artigo 17, sobre o direito à propriedade, que acabaria excluído dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos);

> *6) Direitos sociais e culturais*, especialmente os direitos à instrução e à participação na vida cultural da comunidade (Artigos 26 a 28);
>
> *7) Direitos políticos*, principalmente os direitos a tomar parte no governo e a eleições legítimas com sufrágio universal e igual (Artigo 21), "mais os aspectos políticos de muitas liberdades civis" (Donnelly 1986 apud Alves 1993, 8, *grifos nossos*).

Aproveitamos essa classificação para correlacionar os artigos constitucionais relativos aos direitos fundamentais com os dispositivos da Declaração Universal.

Nesse ínterim, a nossa atual Constituição é estruturada em três partes, quais sejam: o Preâmbulo, o Texto Constitucional e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O Preâmbulo abre a Constituição e a doutrina majoritária afirma que ele não tem relevância jurídica, mas exorta os princípios contidos no documento constitucional (Lenza 2021).

A segunda parte é o Texto Constitucional, a parte dogmática (estendida entre os artigos 1º a 250) estruturada em nove títulos organizados em capítulos, seções e subseções. A nossa análise será pautada nessa parte com fulcro no princípio da dignidade da pessoa humana, o qual fundamenta a nossa atual Constituição e a DUDH, que guia as normas constitucionais.

Já o ADCT tem a finalidade de estabelecer normas de transição entre o ordenamento jurídico anterior (1969) e o atual (1988), "instituído pela manifestação do poder constituinte originário, providenciando a acomodação e a transição do antigo e do novo direito edificado[1]" (Lenza 2021, 291). O ADCT tem natureza jurídica de norma constitucional, podendo trazer exceções às regras contidas no corpo da Carta (Lenza 2021). Na redação original da CF/88, promulgada em 5 de outubro, o texto abrangia 70 artigos. Na atualidade, contém 114, em virtude de reformas constitucionais.

A parte dogmática se organiza da seguinte forma: no Título I temos os Princípios Fundamentais, no qual encontramos os fundamentos que constituem a República Federativa do Brasil, compreendidos do artigo 1º ao 4º; no Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais, elencando os direitos e garantias em cinco grupos básicos, como: Dos Direitos e Deveres

[1] Lenza observa que, "historicamente, algumas constituições, em outros países, não estabeleceram regras de transição, sobretudo quando o novo regime apresentava-se totalmente desvinculado da organização político-jurídica que até então vigorava, rompendo-se de modo revolucionário. Como exemplo, podemos identificar a Constituição norte-americana de 1787, que estabeleceu a federação (superando o imperialismo britânico e extinguindo o modelo confederativo), bem como a francesa de 1791, que, abolindo o feudalismo e o antigo regime, consagrou "[...] a Monarquia Constitucional, a representação política fundada na soberania nacional e os direitos naturais e imprescritíveis do homem: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão" (Lenza 2021, 292, *grifos no original*). Essa observação corrobora para o entendimento de que a Assembleia Constituinte brasileira de 1987 não se originou de uma ruptura anterior das instituições. Essa alegação se baseia no sentido histórico de "não ter sido precedida de um ato de independência, como a Carta Política de 1824, ou da queda de um império, como a de 1891, ou do fim de uma república oligárquica como a Constituição de 1934, ou da ruína de uma ditadura e dissolução do Estado Novo, como a de 1946, ou até de um golpe de Estado, tal qual o fez a de 1967, que colocou abaixo com um violento ato institucional uma república legítima" (Souza 2010, 86).

Individuais e Coletivos, Dos Direitos Sociais, Da Nacionalidade, Dos Direitos Políticos e Dos Partidos Políticos, compreendidos entre os artigos 5º e 17.

No Título III encontramos a Organização do Estado, no qual se estabelece a Organização Político-Administrativa dos entes da federação, como a União, os Estados Federados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios, elencados nos artigos 18 a 43; o Título IV estabelece a Organização dos Poderes, determinando as atribuições de cada um dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e as Funções Essenciais à Justiça, abrangidos nos artigos 44 a 135; no Título V, encontra-se a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, no qual versa sobre questões relativas à segurança nacional, como Estado de Defesa e Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública, organizados entre os artigos 136 e 144; no Título VI temos a Tributação e Orçamento, no qual se definem as limitações tributárias do poder público, disciplinando o sistema tributário, organizado entre os artigos 145 a 169.

O Título VII trata da Ordem Econômica e Financeira, no qual se estabelece os Princípios Gerais da Atividade Econômica, regulamentando a Política Urbana, a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, bem como o Sistema Financeiro Nacional organizados entre os artigos 170 e 192; o Título VIII cuida da Ordem Social, zelando pelo bom convívio e desenvolvimento social do cidadão, tal e qual, os deveres do Estado, como a Seguridade Social, a Educação, a Cultura e o Desporto, a Ciência, Tecnologia e Inovação, a Comunicação Social, o Meio Ambiente, a Família, e as populações indígenas, elencados nos artigos 193 a 232; e, por fim, há o Título IX, o qual compreende as Disposições Constitucionais Gerais e alberga assuntos diversos, não contemplados nos demais títulos por possuírem conteúdos mais específicos, assim elencados entre os artigos 233 e 250.

Após essa apresentação estrutural da Carta de 1988, escolhemos nos ater aos dispositivos constitucionais albergados pelo princípio da dignidade da pessoa humana. A força valorativa deste princípio atinge todo o ordenamento jurídico da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Carta brasileira de 1988, o que permite dizer que a dignidade da pessoa humana reverbera na proteção às liberdades públicas, como bem observa Uadi Lammêgo Bulos:

> A dignidade humana reflete, portanto, um conjunto de valores civilizatórios incorporados ao patrimônio do homem. Seu conteúdo jurídico interliga-se às liberdades públicas, em sentido amplo, abarcando aspectos individuais, coletivos, políticos e sociais do direito à vida, dos direitos pessoais tradicionais, dos direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), dos direitos econômicos, dos direitos educacionais, dos direitos culturais etc. Abarca uma variedade de bens, sem os quais o homem não subsistiria. A força jurídica do pórtico da dignidade começa a espargir efeitos desde o ventre materno, perdurando até a morte, sendo inata ao homem (Bulos 2014, 512).

Piovesan ainda ressalta:

> Desde o seu preâmbulo, a Carta de 1988 projeta a construção de um Estado Democrático de Direito, "destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...]". Se, no entender de José Joaquim Gomes Canotilho, a juridicidade, a constitucionalidade e os direitos fundamentais são as três dimensões fundamentais do princípio do Estado de Direito, perceber-se-á que o Texto consagra amplamente essas dimensões, ao afirmar, em seus primeiros artigos (arts. 1º e 3º), princípios que consagram os fundamentos e os objetivos do Estado Democrático de Direito brasileiro (Piovesan 2013, 85).

Sendo assim, a seguinte análise e comentário se iniciará no Título I, de forma pontual, com o art. 1º, incisos II e III, seguidos dos art. 3º, incisos III e IV e 4º, inciso II. Na sequência, serão discutidos os dispositivos constitucionais do Título II, compreendidos entre o art. 5º e finalizando com o art. 17.

O princípio da dignidade da pessoa humana se torna um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Embora a Carta de 1988 tenha um segundo título para os direitos e garantias fundamentais[2], o constituinte preferiu incluí-lo no primeiro título do documento como um dos princípios fundamentais da República, conforme consta no art. 1º, inciso III da CF/88. Do mesmo modo, no art. 1º, inciso II, o constituinte reconheceu a cidadania também como um dos princípios fundamentais para a formação do Estado Democrático de Direito[3], que, por sua vez, reconhece os direitos humanos como instrumentos essenciais para a formação da sociedade civil. Piovesan nota o encontro do princípio do Estado Democrático e dos direitos humanos, evidenciando-se "que os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora" (Piovesan 2013, 85-86).

O art. 3º da Carta é considerado como representante do predominante viés dirigente[4] (programático) da atual Constituição, visto que define os objetivos fundamentais que o Poder Público precisa perseguir, estreitando, assim, a margem de preferência político-institucional de que

[2] Os direitos e garantias fundamentais são os direitos dos indivíduos, garantidos pela Constituição de um país. Ou seja, estão positivados no ordenamento constitucional de uma nação. Já os direitos humanos são supranacionais, independentemente de positivação constitucional. Enquanto os direitos fundamentais são declaratórios, as garantias fundamentais são assecuratórias. Em outras palavras, estas últimas defendem os direitos consagrados no ordenamento jurídico nacional para que não sejam descumpridos.

[3] O Estado Democrático de Direito pode ser definido nas palavras de Inocêncio Mártires Coelho como "a organização política em que o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, para o exercício de mandatos periódicos, como proclama, entre outras, a Constituição brasileira. Mais ainda, já agora no plano das relações concretas entre o Poder e o indivíduo, considera-se democrático aquele Estado de Direito que se empenha em assegurar aos seus cidadãos o exercício efetivo não somente dos direitos civis e políticos, mas também e sobretudo dos direitos econômicos, sociais e culturais, sem os quais de nada valeria a solene proclamação daqueles direitos" (Mendes, Coelho e Branco 2009, 171).

[4] A Constituição de 1988 é classificada como dirigente, pois tem normas programáticas que visam direcionar a ação do Estado. Nas palavras de Puccinelli Júnior: "A Constituição dirigente, defendida inicialmente por juristas como Canotilho, revela uma riqueza de normas programáticas que, prevendo amplos programas de ação, dirigem a atuação estatal com vistas à implantação progressiva e gradual de um Estado eminentemente social" (Puccinelli Júnior 2013, 54).

dispõe o Estado no cumprimento das suas finalidades. Esse dispositivo reverbera por todo o texto por meio de diversos outros dispositivos que complementam as demandas constitucionais colocadas e, em conjunto, proporcionam maior operacionalidade a determinada norma constitucional. Sendo que dentre os objetivos a serem perseguidos pelo Estado brasileiro, está a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais, como preceitua o art. 3º, inciso III da CF/1988.

Note que o constituinte optou por utilizar a palavra "redução", pois seria utopia acabar com as desigualdades sociais. Também, o constituinte objetivou, no art. 3º, inciso IV: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (Brasil 1988). Essas normas são consideradas programáticas, sendo que o Brasil não será punido por não as cumprir, uma vez que são objetivos para o futuro, ou seja, sempre a serem perseguidos.

No art. 4º temos os princípios norteadores das relações internacionais estabelecidas pelo Estado nacional, e dentre eles o da prevalência dos direitos humanos. Piovesan ressalta que este artigo tem um valor simbólico, pois representa a reinserção do Brasil na arena internacional, o rompimento com a sistemática das Constituições anteriores.

> Ao romper com a sistemática das Cartas anteriores, a Constituição de 1988, ineditamente, consagra o primado do respeito aos direitos humanos como paradigma propugnado para a ordem internacional. Esse princípio invoca a abertura da ordem jurídica interna ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos. A prevalência dos direitos humanos como princípio a reger o Brasil no âmbito internacional não implica apenas o engajamento do País no processo de elaboração de normas vinculadas ao Direito Internacional dos direitos humanos, mas sim a busca da plena integração de tais regras na ordem jurídica interna brasileira. Implica, ademais, o compromisso de adotar uma posição política contrária aos Estados em que os direitos humanos sejam gravemente desrespeitados (Piovesan 2013, 93).

O texto Constitucional de 1988 moderniza ao ampliar a dimensão dos direitos e das garantias, inserindo os direitos econômicos, sociais e culturais, além dos direitos civis e políticos no rol de direitos fundamentais. Como se observa no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), temos o Capítulo I, o qual estabelece o rol dos direitos e deveres individuais e coletivos enumerados nos setenta e nove incisos do art. 5º[5]. Já no Capítulo II, inclui-se os direitos sociais, elencados entre os artigos 6º e 11 da Carta. Logo, o Constituinte, como bem observa Piovesan ao assinalar que "ao mesmo tempo que consolida a extensão de titularidade de direitos, acenando para a existência de novos sujeitos de direitos, também consolida o aumento da

[5] O inciso LXXIX do art. 5º foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022, que trata sobre o direito à proteção dos dados pessoais, incluindo nos meios digitais.

quantidade de bens merecedores de tutela por meio da ampliação de direitos sociais, econômicos e culturais" (Piovesan 2013, 91).

O artigo 5º da Constituição brasileira de 1988 é composto por seu "caput", setenta e oito incisos e quatro parágrafos. Trata-se de um rol apenas exemplificativo, consoante o seu § 2º que estabelece o seguinte: "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (Brasil 1988).

Já no início do artigo 5º, o dispositivo constitucional estabelece correlação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme se observa na leitura do seu "caput": "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes" (Brasil 1988).

Os dispositivos albergados pela Declaração de 1948 que influenciaram a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 privilegiam a liberdade e a igualdade como princípios basilares dos documentos normativos.

Seguindo a estrutura desenvolvida por Jack Donnelly, pontuamos alguns dispositivos da Carta de 1988 compreendidos entre os artigos 5º a 17. Nesse sentido, optamos por transcrever alguns ou simplesmente citá-los, sem escrever a redação. Fizemos também alguns comentários acerca dos dispositivos concernentes aos direitos humanos e à cidadania.

Desta feita, tem-se os direitos pessoais, elencados nos Artigos II a VII e XV da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um dos que estão definidos nesse rol é o direito à vida. É o primeiro a constar na redação do Artigo III da DUDH, como se observa: "Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (ONU 1948). E o mesmo é verificado no caput do artigo 5º da CF/1988, como já citamos.

Como pontua Piovesan (2012), esse direito tem sua dimensão negativa, enquanto o direito de não ser privado da vida de forma arbitrária, e sua dimensão positiva, quando requer por parte do Estado medidas positivas adequadas para proteger o direito à vida digna, o que lança um importante olhar para a proteção dos direitos sociais. Como veremos mais à frente, os dispositivos constitucionais que compreendem os direitos sociais revelam a preocupação do Constituinte em estabelecer parâmetros normativos com vistas à promoção da igualdade material.

A título de exemplo, essa dimensão negativa é uma limitação imposta ao Estado e que é verificada em vários dispositivos constitucionais, como o Art. 5º, inciso II, que estabelece:

"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" (Brasil 1988). Este dispositivo, culminado com a segunda parte do Art. XXIX da DUDH, preceitua que:

Art. – XXIX [...]

> No exercício deste direito e no gozo destas liberdades *ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei* com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática (ONU 1948, *grifos nossos*).

Por conseguinte, é estabelecido o princípio da legalidade, o qual na lição de Mendes, Coelho e Branco indica:

> um preceito multifuncional cujo núcleo essencial se espraia e se especifica no âmbito do ordenamento jurídico, dando origem a múltiplas expressões — processo legislativo, devido processo legal, supremacia da lei, perante a lei, reserva de lei, anterioridade da lei, vigência da lei, incidência da lei, retroatividade e ultra atividade da lei, repristinação da lei, lacunas da lei, legalidade administrativa, legalidade penal e legalidade tributária, entre outras — as quais, embora distintas em sua configuração formal, substancialmente traduzem uma só e mesma ideia, a de que a lei é o instrumento por excelência de conformação jurídica das relações sociais (Mendes, Coelho e Branco 2009, 180).

Já a dimensão positiva demanda por parte do Estado uma determinada objetividade, com vistas a garantir uma vida digna aos indivíduos. Na análise dos dispositivos constitucionais, verificamos essa imposição ao poder estatal no que tange aos direitos sociais, econômicos e culturais – o que Donnelly classifica como *direito de subsistência*. No artigo 7º, inciso II da Carta de 1988, se estabelece que: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário" (Brasil 1988).

Compreendido no rol do direito à seguridade social, o seguro-desemprego tem a finalidade de garantir assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado sem justa causa.

No entanto, Piovesan alerta que essa visão não é estanque, pois tanto os direitos sociais, econômicos e culturais, quanto os direitos civis e políticos demandam do Estado prestações positivas e negativas, conforme assevera:

> Cabe realçar que tanto os direitos sociais, econômicos e culturais, como os direitos civis e políticos demandam do Estado prestações positivas e negativas, sendo equivocada e simplista a visão de que os direitos sociais, econômicos e culturais só demandariam prestações positivas, enquanto os direitos civis e políticos demandariam prestações negativas, ou a mera abstenção estatal. A título de exemplo, cabe indagar qual o custo do aparato de segurança, mediante o qual se asseguram direitos civis clássicos, como os direitos à liberdade e à propriedade, ou, ainda, qual o custo do aparato eleitoral, que viabiliza os direitos políticos, ou do aparato de justiça, que garante o direito ao acesso ao Judiciário. Isto é, os direitos civis e políticos não se restringem a demandar a mera omissão estatal, já que a sua implementação requer políticas públicas direcionadas, que contemplam também um custo (Piovesan 2013, 252).

Ainda, seguindo a definição de direitos pessoais, temos o direito à integridade pessoal e a proibição da escravidão e da servidão, elencados nos artigos IV e V da Declaração Universal:

> Art. IV – Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.
>
> Art. V – Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (ONU 1948).

A Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) estabelece no seu art. 6º a proibição da prática da escravidão em todas as suas formas ao instituir que ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nesse sentido, o inciso XLVII do Artigo 5º veda, de forma absoluta, a pena de "trabalhos forçados". Já o inciso III do mesmo artigo determina: "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (Brasil 1988).

É sabido que a prática da tortura é comum no Brasil, principalmente no decorrer da ditadura militar. Como pontua o historiador Carlos Fico, "hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes" (Fico 2004, 36). A falta de punição aos torturadores contribuiu para a cultura da violência proporcionada por agentes estatais, sobretudo, relacionados aos órgãos de segurança pública[6]. Mas também verificamos um aumento da violência praticada por agentes privados, pertencentes a empresas ligadas ao ramo de segurança patrimonial. A prática da tortura foi estabelecida pela Constituição de 1988 como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. O dispositivo constitucional favoreceu a elaboração da lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura no Brasil.

Ademais, os direitos pessoais também se relacionam à nacionalidade, como indica o artigo XV da DUDH quando declara que todo ser humano tem direito a ter uma nacionalidade. Já no ordenamento jurídico pátrio, o Capítulo III do segundo título da Carta de 1988 trata dos direitos à nacionalidade nos artigos 12 e 13.

De outro lado, os direitos definidos como direitos judiciais estão entre os artigos VIII e XII da Declaração Universal. A atual Carta brasileira, ao estabelecer um Estado Democrático, instituiu uma série de direitos e garantias desta natureza em seu corpo. Gilmar Mendes os define como direitos fundamentais de caráter judicial e garantias constitucionais do processo, embora reconheça a falta de uma terminologia adequada (Mendes, Coelho e Branco 2009). O jurista explica que a ampliação normativa das garantias constitucionais processuais, penais e processuais-penais não é um fenômeno nacional e sim europeu. Veja:

> Essa expansão normativa das garantias constitucionais processuais, penais e processuais-penais não é um fenômeno brasileiro. A adoção da Convenção Europeia de Direitos Humanos por muitos países

[6] Fazem parte dos órgãos de segurança pública, a título de exemplo, a Polícia Federal, as Polícias Civis e as Polícias Militares.

> fez com que ocorresse expansão singular dos direitos e garantias nela contemplados no âmbito europeu. Mediante uma interpretação dos direitos fundamentais previstos na Constituição em conformidade com as disposições da Convenção Europeia, tem-se hoje uma efetiva ampliação do significado dos direitos fundamentais previstos na Constituição ou quase uma ampliação dos direitos positivados na Constituição (Mendes, Coelho e Branco 2009, 535-536).

Por sua vez, o advento dessas garantias contribuiu para a ampliação dos direitos processuais, penais e processuais-penais no âmbito constitucional. Alguns princípios instituídos pelas normas constitucionais de 1988 evidenciam isso, demonstrados nos incisos do artigo 5º, como: LIII (princípio do juiz natural), LIV (princípio do devido processo legal), LV (princípio do contraditório e da ampla defesa) e o LVII (princípio da presunção de inocência).

Do mesmo modo, nesse rol temos as ações constitucionais, também chamadas de "remédios constitucionais". São considerados instrumentos legais dos quais os cidadãos se valem com o intuito de proteger certos direitos e interesses individuais e fundamentais, bem como de impedir ou corrigir ilegalidades ou abuso de autoridade.

Pedro Lenza afirma que há uma distinção entre remédios constitucionais e garantias fundamentais. Antes, vale diferenciar direitos e garantias, pois enquanto os primeiros são bens e vantagens prescritos na Constituição, as garantias são instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício de determinado direito (de forma preventiva) ou, caso violado, para que seja imediatamente reparado. E a distinção entre garantias fundamentais e remédios constitucionais consiste no fato de estes últimos serem espécie do gênero garantia (Lenza 2021), pois em alguns dispositivos a garantia poderá estar no próprio dispositivo legal visando a garantia de determinado direito. Lenza propõe como exemplo o direito ao juízo natural do art. 5º, XXXVII. Já a garantia é a proibição de instituir juízo ou tribunal de exceção.

Isto posto, os remédios constitucionais constam no art. 5º, incisos LXVIII (*habeas-corpus*); LXIX (mandado de segurança); LXX (mandado de segurança coletivo); LXXI (mandado de injunção); LXXII (habeas-data); LXXIII (ação popular) e a ação civil pública disciplinada pela lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Prosseguindo na classificação dos direitos constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, temos as liberdades civis ou liberdades formais no artigo XIII que trata da liberdade de ir e vir, o artigo XVIII que declara a liberdade de pensamento, de consciência e de religião, o artigo XIX que preceitua a liberdade de opinião e de expressão e o artigo XX, que declara a liberdade de reunião e de associação pacífica. Alguns artigos constitucionais aqui pontuados e que correspondem aos declarados pela DUDH constam no art. 5º, como a liberdade de consciência e de crença prevista na redação do inciso VI que define e assegura o livre exercício de cultos religiosos, bem como a

proteção aos locais de culto e suas práticas. A liberdade de expressão é definida no art. 5º, IX e a liberdade de locomoção se encontra no art. 5º, XV. Já a liberdade de reunião e de associação consta no art. 5º, incisos XVI a XXI da Constituição Federal.

Seguindo a linha dos direitos de primeira geração ou dimensão, os direitos políticos declarados no art. XXI da DUDH são dispostos com a seguinte redação:

> Art. XXI – Toda pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos. Toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto (ONU 1948).

Na Constituição Federal de 1988, os direitos políticos estão disciplinados no capítulo IV do título II, referente aos direitos e garantias fundamentais, nos artigos 14 a 17. O constituinte elaborou o texto visando a proteção de tais direitos democráticos ante a interferência autoritária. Neste ponto, Piovesan assevera que os países latino-americanos que passaram pela experiência do autoritarismo militar ao longo do século XX têm o dever de romper com o legado da cultura ditatorial e consolidar o regime democrático, visando a plenitude dos direitos humanos.

A jurista lembra que a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993 correlaciona intrinsicamente democracia, direitos humanos e desenvolvimento. O processo de universalização dos direitos políticos decorrente da instalação de regimes democráticos deve ser associado ao processo de universalização dos direitos civis, sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, a desassistência aos direitos sociais, econômicos e culturais gera exclusão e desigualdades sociais e compromete a vigência plena dos direitos humanos na América Latina como um todo. Só o pleno exercício dos direitos políticos contribui para a emancipação das populações mais vulneráveis, pois aumenta sua capacidade de pressão, articulação e mobilização políticas (Piovesan 2012).

Vale ressaltar que como fato inédito no constitucionalismo pátrio, a Carta de 1988 incluiu o direito ao voto dos analfabetos, o que contribuiu para o fortalecimento da cidadania no país. O voto é obrigatório e exercido de forma direta, sendo facultativo para menores de dezoito anos e maiores de setenta anos, bem como facultativo o alistamento eleitoral dos analfabetos. Cabe lembrar também que o artigo 60, § 4º da Constituição de 1988 instituiu como cláusula pétrea[7] o voto direto, secreto, universal e periódico. Outrossim, o direito de escolher o representante de acordo com as

[7] As cláusulas pétreas estão inseridas no artigo 60, § 4º da Constituição de 1988, instituindo que não podem ser alterados nem sequer por Proposta de Emenda à Constituição (PEC): a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias fundamentais.

convicções do eleitor e a possibilidade de anular o voto foi uma preocupação do constituinte, com fulcro no princípio da liberdade.

Como visto anteriormente, Jack Donnelly não inclui em sua classificação o direito à propriedade. Este direito é classificado como de primeira geração e está no artigo XVII da DUDH, com a seguinte redação: "Toda pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade" (ONU 1948).

Já na Constituição de 1988, esse direito tem amparo no art. 5º, inciso XXII, garantindo o direito de propriedade (Brasil 1988). No entanto, o inciso XXIII do referido artigo constitucional preceitua que "a propriedade atenderá sua função social" (Brasil 1988). Neste sentido, o legislador brasileiro entende que a propriedade não é absoluta, mas deve servir a um fim, ou seja, ter uma finalidade a ser alcançada; ela não é apenas um direito, mas também um dever, visto que o proprietário tem para si o bem adquirido, mas tem um dever para com a sociedade ou, melhor dizendo, para a coletividade.

Nessa perspectiva, a propriedade deve cumprir sua função social de produzir frutos, ou seja, deve cumprir suas finalidades econômicas e sociais. A título de exemplo, o princípio da função social considera não ser benéfico para a sociedade ter propriedade de terra sem utilidade alguma. O dispositivo constitucional deve garantir o direito à moradia para milhões de famílias brasileiras que não têm onde morar. No entanto, a realidade brasileira demonstra que este princípio não é cumprido.

Ademais, no artigo 5º, o direito de propriedade avança para os demais incisos constitucionais, tais como: inciso XXIV, o qual estabelece os procedimentos para a desapropriação; elencando-se algumas exceções quanto à regra geral do direito de propriedade no inciso XXV, e tratando-se da impenhorabilidade da pequena propriedade rural no inciso XXVI.

A próxima categoria de direitos aqui elencados inaugura os direitos definidos como de segunda geração ou dimensão, ou seja, os direitos econômicos, sociais e culturais ou simplesmente direitos sociais, como genericamente são conhecidos.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, eles estão entre os artigos XXII e XXVIII do documento. De acordo com a classificação de Jack Donnelly, temos os direitos econômicos nos artigos XXII a XXVI, os direitos sociais e culturais nos artigos XXVI a XXVIII e os direitos de subsistência no artigo XXV.

Esses direitos têm como objetivo preservar o indivíduo das adversidades da vida. O Brasil é um país onde as desigualdades sociais são notórias e que dificultam e obstruem projetos de vida e o

livre desenvolvimento individual. Esses direitos, sobretudo os econômicos – sob o viés da dignidade da pessoa humana – visam propiciar igualdade de oportunidades para todos com relação ao acesso aos recursos fundamentais para uma vida digna.

Segundo a DUDH, configuram-se como direitos econômicos, sociais e culturais: direitos à segurança social, direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equânimes e satisfatórias de trabalho, proteção contra o desemprego, salário digno para seu sustento e de seus familiares, equiparação salarial, liberdade sindical, limitação razoável do tempo de trabalho, férias periódicas remuneradas, descanso remunerado, lazer, direito a um nível de vida que lhe assegura e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente, à alimentação, ao vestuário, à moradia, à assistência médica, seguridade social no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou em outros casos de perda de meios para sua sobrevivência por razões que independem de sua vontade, proteção à maternidade, à infância, direito à educação gratuita, direito ao ensino técnico e profissionalizante, igualdade de acesso à educação superior em função do mérito, direito de participar da vida cultural da comunidade, de seu progresso científico e dos benefícios que deste resultam, proteção dos interesses morais e materiais relacionados à produção científica, literária ou artística de sua autoria e direito a uma ordem social nacional e internacional em que os direitos fundamentais sejam efetivados na sua plenitude (ONU 1948).

Diante do exposto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 sob a perspectiva do Estado Democrático de Direito tem como um dos seus fundamentos a garantia aos direitos fundamentais, que compreendem também os direitos econômicos, sociais e culturais. O texto Constitucional aborda estes direitos entre os artigos 6º a 11. Já no caput do artigo 6º, temos um rol exemplificativo desses direitos, conforme se observa em seu Art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil 1988).

O constituinte elaborou a redação deste dispositivo com um rol de direitos sociais, tornando-o um elo com vários outros dispositivos do texto Constitucional, o que significa um desdobramento da perspectiva de um Estado Social de Direito, influenciado pelas Constituições Mexicana de 1917, de Weimar, na Alemanha, de 1919 e pela Constituição brasileira de 1934 (Lenza 2021).

Cabe salientar que a Emenda Constitucional de nº 114, de 16 de dezembro de 2021, incluiu o parágrafo único no artigo 6º da Constituição de 1988, com a seguinte redação:

> Art. 6º [...].
>
> Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Brasil 1988).

Os direitos que constam no caput do artigo 6º caracterizam-se como conteúdo de ordem social e foram disciplinados no título VIII da CF/1988, o qual trataremos mais adiante. Em contrapartida, os direitos sociais individuais do trabalhador foram elencados no artigo 7º e os direitos sociais coletivos dos trabalhadores estão entre os artigos 8º e 11 da CF/1988, salientando-se o direito de greve no artigo 9º. José Afonso da Silva sinaliza que não é fácil delimitar com clareza os direitos sociais dos direitos econômicos, mas isso não é motivo de condenação, visto que o trabalho é um elemento (provavelmente o principal) das relações de produção e por isso tem, evidentemente, dimensão econômica.

O Constituinte tratou de "incluir o direito dos trabalhadores como espécie dos direitos sociais, e o trabalho como primado básico da ordem social" (Silva 2005, 286). O jurista observa que os direitos econômicos têm uma dimensão institucional, já os direitos sociais configuram-se como formas de proteção pessoal. Nas considerações de Silva, lê-se:

> O direito econômico tem uma dimensão institucional, enquanto os direitos sociais constituem formas de tutela pessoal. O direito econômico é o direito da realização de determinada política econômica, [...]. Os direitos sociais disciplinam situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto. Em certo sentido, pode-se admitir que os direitos econômicos constituirão pressupostos da existência dos direitos sociais, pois, sem uma política econômica orientada para a intervenção e participação estatal na economia, não se comporão as premissas necessárias ao surgimento de um regime democrático de conteúdo tutelar dos fracos e mais numerosos (Silva 2005, 286).

Como já comentado, o conteúdo do artigo 6º é de ordem social e está sistematizado no título VIII da Constituição Federal. De acordo com Silva, juntamente com o título dos direitos fundamentais, a ordem social forma o núcleo substancial do regime democrático. O artigo 193 da Carta estabelece: "A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais" (Brasil 1988). Nesse sentido, o título VIII tem os seguintes conteúdos: seguridade social (artigos 194 a 204), saúde (artigos 196 a 200), previdência social (artigos 201 a 202), assistência social (artigos 203 a 204), educação (artigos 205 a 214), cultura (artigos 215 a 216), desporto (artigo 217), ciência, tecnologia e inovação (artigos 218 a 219-B), comunicação social (artigos 220 a 224), meio ambiente (artigo 225), família, criança, adolescente, jovem e idoso (artigos 226 a 230), índios (artigo 231 a 232).

Piovesan comenta que a essa ordem social harmoniza-se uma ordem econômica que, pautada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, visa assegurar a todos uma

existência digna conforme os ditames da justiça social, como estabelece o art. 170 da Carta de 1988. A jurista ainda observa que ao adotar o modelo de bem-estar social, implica-se em um modelo de Estado que concretize o direito a prestações positivas.

O texto Constitucional, por sua vez, confirma o esgotamento de um modelo liberal de Estado diante do aumento dos bens merecedores de proteção, exigindo a eficiência de um Estado de Bem-Estar Social intervencionista e planejador. Nesse sentido, da Constituição de 1988 ergue-se uma ordem jurídica própria dos Estados intervencionistas com vistas à concretização de políticas públicas (Piovesan 2012).

É pressuposto de um Estado Democrático de Direito assegurar o exercício pleno da cidadania. Conforme observam Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky, os "direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila" (Pinsky e Pinsky 2005, 9).

Considerando o exposto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 inova ao estabelecer uma linguagem de direitos até então inédita, combinando o discurso liberal da cidadania com o discurso social (Piovesan 2012). Como se percebe, ante os dispositivos constitucionais até aqui expostos, a força axiológica da dignidade da pessoa humana presente na DUDH também reverbera por todo o ordenamento jurídico brasileiro, servindo como parâmetro de interpretação e compreensão do sistema constitucional instituído em 1988. Nota-se que a ordem constitucional acolhe a concepção de universalidade e indivisibilidade dos direitos fundamentais, bem como reverbera o processo de especificação do sujeito de direito[8].

Como assinala Piovesan, ao determinar um tratamento jurídico diferenciado a determinados grupos (família, criança, adolescente, jovem, idoso e índio) a CF/1988 define o processo de especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua concretude e especificidade. Nesse sentido, a Constituição de 1988 compreende a cidadania por estabelecer a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos e o processo de especificação do sujeito de direito. Sendo assim, a responsabilidade do Estado no processo de consolidação da cidadania é perpassada por estes três elementos (Piovesan 2012).

Preliminarmente, a indivisibilidade dos direitos fundamentais estabelece que todos eles (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) são merecedores de plena e absoluta observância.

[8] A título de exemplo, a Constituição de 1988 estabelece no título VIII da ordem social; o capítulo VII é destinado à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, e o capítulo VIII é destinado ao índio.

Diante disso, a Constituição brasileira de 1988 estabeleceu no parágrafo 1º do artigo 5º: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata" (Brasil 1988).

Paulo Gustavo Gonet Branco (2009) explica que o texto se refere aos direitos fundamentais em geral e estes não são restritos apenas aos direitos individuais (Mendes, Coelho e Branco 2009). O princípio contido no dispositivo constitucional é o da aplicação imediata das normas definidoras de direitos e de garantias fundamentais, o que significa dizer que os poderes públicos são compelidos a oportunizar condições para que os direitos e garantias fundamentais sejam reais e efetivos (Piovesan 2012).

Quanto à universalidade dos direitos humanos, o Estado é responsável por ampliar a cidadania a todos, bem como cumprir com as obrigações internacionais relacionadas aos direitos humanos assumidas em virtude de tratados ratificados pelo Brasil. Já pelo parágrafo 3º do artigo 5º da CF/1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O Estado deve dar visibilidade aos tratados relativos aos direitos humanos por meio de campanhas de divulgação (Piovesan 2012). Acreditamos que a educação também é um meio pelo qual o Estado deve agir no intuito de dar visibilidade e promover os direitos humanos e a cidadania.

Por último, em relação ao processo de especificação do sujeito de direito, o Estado deve estabelecer políticas públicas com vistas à inclusão social, principalmente de grupos que sofrem com a discriminação.

Considerações Finais

Chegamos ao final de nossas reflexões? Absolutamente não! A temática que abordamos nesse artigo não tem um ponto final e optar por refletir acerca dos direitos humanos e da cidadania significa se considerar também um apreciador da causa. Estudar o tema "cidadania" nos guia a desejar que todo o cidadão tenha condições e consciência de seu efetivo exercício na esfera pública.

Propusemos um diálogo com os documentos que abordam em todas as suas linhas a temática de direitos humanos e da cidadania. A DUDH declara, universalmente, os direitos dos seres humanos, servindo de norte para que o outro, a Constituição de 1988, por sua vez, consagre no seu texto tais direitos e avance na garantia destes a todos os indivíduos, os quais se encontram nos limites territoriais de sua jurisdição.

Uma vez assegurados constitucionalmente, os direitos econômicos, sociais e culturais, fundamentados no princípio da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, impuseram uma nova realidade para a nação; e a ordem social foi reconhecida como necessária para o estabelecimento de uma sociedade capaz de perpetuar-se ao longo do tempo de maneira harmônica.

No entanto, percebemos que mesmo após as maiores demonstrações cívicas de nossa história política, a qual nos garantiu a democracia e a ampliação do rol de direitos fundamentais assegurados na Constituição de 1988, a realidade é clara e evidencia que nem todos os brasileiros e as brasileiras têm sua dignidade respeitada. Problemas de ordem social, como a falta de moradia, os desafios da educação e a violência urbana que assola, principalmente, as áreas urbanas mais vulneráveis assolam o país, prejudicam o presente e fragilizam o futuro.

A carência habitacional, por exemplo, é grave no Brasil, visto que muitos brasileiros e brasileiras não têm acesso às condições dignas de moradia. Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional em todo o Brasil no ano de 2022 foi de 6,2 milhões de moradias, o qual afeta, sobretudo as famílias de baixa renda (Fundação João Pinheiro 2022). Este é um dado que reflete a desigualdade social do país e denuncia que muitas pessoas ainda moram em condições precárias, em áreas de risco, sem saneamento básico e em condições degradantes.

Já os desafios da educação são muitos e comprometem o agora e o amanhã de milhões de crianças, jovens, adultos e, consequentemente, o futuro do país. Dificuldades como a falta de investimentos generalizados (o que compromete a estrutura escolar), falta de acesso à escola, falta de participação das famílias, e o descaso com a escola pública são alguns dos obstáculos a serem superados.

A respeito dos índices referentes à violência urbana, apesar da redução geral de homicídios no Brasil, apontada pelos dados do Atlas da Violência, não podemos desconsiderar que essa tendência não se distribui de maneira equânime entre as pessoas negras e as não negras. Para ilustrar essa desigualdade, “em 2023, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa não negra” (Atlas da Violência 2025, 73).

Mesmo diante de contextos sociais desafiadores e difíceis, o debate em torno da temática abordada neste artigo necessita ser continuamente fortalecido, problematizado e divulgado, a fim de evidenciar a importância dos direitos humanos e da cidadania, bem como dos direitos e dos deveres a eles intrínsecos. Junto a isso, é imperioso sublinhar que tanto em âmbito internacional quanto nacional existem documentos normativos e instrumentos jurídicos que garantem a proteção e a efetivação desses direitos.

Referências Bibliográficas

Alves, José Augusto Lindgren. "O sistema internacional de proteção dos direitos humanos e o Brasil". *Arquivos do Ministério da Justiça* 46, no. 182 (1993): 85–114.

Atlas da Violência 2025. 2025. *Relatório.* Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 01 set. 2025.

Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp. Acesso em: 11 jul. 2025.

Bulos, Uadi Lammêgo. 2014. *Curso de direito constitucional*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

Donnelly, Jack. "International Human Rights: A Regime Analysis". *International Organization* 40, no. 3 (1986): 599–642.

Fico, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História* 24, no. 47 (2004): 29–60. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2025.

Fundação João Pinheiro (Minas Gerais). 2022. *Déficit habitacional no Brasil: 2022*. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/paineis-interativos-de-dados/. Acesso em: 01 set. 2025.

Lenza, Pedro. 2021. *Direito constitucional esquematizado*. 25. ed. São Paulo: Saraiva.

Mendes, Gilmar Ferreira, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. 2009. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva.

ONU. 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 19 jun. 2025.

Pinsky, Jaime, e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.). 2005. *História da cidadania*. 3. ed. São Paulo: Contexto.

Piovesan, Flávia. 2013. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

Piovesan, Flávia; Piovesan, Luciana; Sato, Priscila Kei. 2012. "Implementação do direito à igualdade." Em Piovesan, Flávia. *Temas de direitos humanos.* 168-174. 5. ed. São Paulo: Saraiva.

Puccinelli Júnior, André. 2013. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

Sarlet, Ingo Wolfgang. 2006. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Silva, José Afonso da. 2005. *Curso de direito constitucional positivo*. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros.

Soares, Maria Victoria Benevides. 1998. "Cidadania e direitos humanos." *Cadernos de Pesquisa,* Fundação Carlos Chagas, no. 104 (1998): 39–46.

Souza, Cristiano Martins de. 2010. *Direitos humanos e cidadania na constituição federal de 1988: análise frente a uma perspectiva global de cidadania.* Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3624. Acesso em: 28 jun. 2025.



VOL. 12| N. 22 | JUL/DEZ DE 2025 | ISSN 2359-4489

PAISAGEM, TERRITÓRIO E PODER: LEITURAS CRÍTICAS EM TEMPOS DE CRISE

FACES DE CLIO

Expediente

Volume 12, número 22, Julho/Dezembro de 2025

doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.51566

ISSN 2359 - 4489

Site: https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio

E-mail: facesdeclioufjf@gmail.com

Imagem da capa: Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, Ouro Preto, 2024. Autoria: Isadora Parreira Ribeiro

Organização do Dossiê

Danielle Aparecida Arruda (UFJF)

Isadora Parreira Ribeiro (UFJF)

Editoras-Chefes

Danielle Aparecida Arruda

Isadora Parreira Ribeiro

Discentes do PPG - História da Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora – MG, Brasil

Conselho Consultivo

Ana Paula Sampaio Caldeira

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, MG Brasil.

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi

Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza, CE, Brasil.

Anny Jackeline Torres Silveira

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Mariana, MG, Brasil.

António Costa Pinto

Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.

Antonio Gasparetto Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora e Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Armelle Jeanne Enders
Université Paris-IV-Sorbonne. Paris, França.

Carlos Eduardo Moreira de Araújo
Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Uberlândia, MG, Brasil.

Célia Cristina da Silva Tavares
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cícero João da Costa Filho
Doutor pela Universidade de São Paulo.

Cristiane Maria Marcelo
Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Terezina, PI, Brasil.

Cezar Teixeira Honorato
Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ, Brasil.

Dante Ribeiro da Fonseca
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Porto Velho, RO, Brasil.

Deivy Ferreira Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Uberlândia, MG, Brasil.

Elisa Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Felipe Dutra Asensi
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Felipe Azevedo Cazetta
Universidade Estadual do Montes Claros - UNIMONTES. Montes Claros, MG, Brasil.

Francisco Marshall
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil.

Gustavo de Souza Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Uberlândia, MG, Brasil.

Janaína Martins Cordeiro
Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ, Brasil.

João Assis Dulci
Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Johnni Langer
Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, PB, Brasil.

Jonis Freire
Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ, Brasil.

Keila Queiroz e Silva
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, PB, Brasil.

Laurindo Mekie Pereira
Universidade Estadual do Montes Claros - UNIMONTES. Montes Claros, MG, Brasil.

Lyndon de Araújo Santos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UFMA. São Luís, MA, Brasil.

Luís Eduardo de Oliveira
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - IFSUDESTEMG. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Luiz César de Sá Júnior
Universidade Nacional de Brasília - UNB. Brasília, DF, Brasil.

Mara Rúbia Sant'Anna
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, SC, Brasil.

Marcelo Santos de Abreu
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Mariana, MG, Brasil.

Marcelo Mac Cord
Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ, Brasil.

Maria Antonia Veiga Adrião
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, CE, Brasil.

Maria Regina Candido
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Miliandre Garcia
Universidade Estadual de Londrina - UEL. Londrina, PR, Brasil.

Monalisa Pavonne Oliveira
Universidade Federal de Roraima- UFRR. Boa Vista, RR, Brasil.

Paola Nestola
Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Paula Borges Santos
Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal.

Paulo César Gomes Bezerra
Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ, Brasil.

Pedro Geraldo Saadi Tosi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Franca, SP, Brasil.

Priscila Miraz de Freitas Grecco
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Cachoeira, BA, Brasil.

Ricardo Figueiredo de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Odilon Caldeira Neto
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS, Brasil.

Thiago Campos Pessoa Lourenço
Doutor pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ, Brasil.

Wagner Teixeira
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Uberaba, MG, Brasil.

Walkiria Oliveira Silva
Universidade de Brasília - UNB. Brasília, DF - Brasil.

Conselho Editorial

Assistentes Editoriais

Ana Júlia Corrêa Ferreira (UFJF)

Bruna Valesca Zacanini (UFJF)

Carlos Felipe Bento Bessa (UFRJ)

Carolina Giovannetti (UFMG)

Driciele Glaucimara Custódio Ribeiro de Souza (USP)

Eduarda Silva Nascimento (UFF)

Elilson Pedro Marquez Covre (UFJF)

Evellyn Cristina Carvalho Nunes (UFJF)

Giovana Duarte Bracali (PUC-Rio)

Giovana Martins Brito (UFJF)

Ívina Ferreira Bernardino (IFMG)

Jéssica Fernandes Mourão (UFVJM)

Jessica Marques Toledo (UFJF)

João Paulo Mendes Andrade (UFJF)

José Antônio de Sousa (UFJF)

Joyce da Costa Peixoto (UFRJ)

Kleverson Gonçalves Willima (UENF)

Marina Neves da Silva (UFRJ)

Nayara Machado Fintelman de Oliveira (UFJF)

Patrícia da Silva Fonseca (UFJF)

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira (UERJ)

Equipe de Comunicação

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt (UFRJ)
Indaiá Demarchi Klein (UFSC)
Mariana Cunha de Faria (UFJF)

Equipe de Revisão

Alina dos Santos Nunes (UFJF)
Gabriel Benedito Machado (UFJF)
Gabriela de Andrade Ferreira (UFJF)
Lavínea Oliveira Rosa (UFJF)
Tatiana Olegário da Silva (UFJF)
Vinícius Costa de Oliveira (UFJF)